

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIMETROCAMP



**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE DIREITO**

Campinas, 26 de abril de 2023.

DADOS DA MANTENEDORA

Nome: Centro Universitário UniMetrocamp - Wyden

CNPJ: CNPJ 04.298.309/0001-60

Endereço: Alameda Santos, n. 2.326 – Cerqueira César

CEP 01418-200

Cidade: São Paulo/SP

DADOS DA IES

Nome: Centro Universitário UniMetrocamp

Endereço: Rua Dr. Sales de Oliveira, 1661, Vila Industrial, Campinas/SP, Cep

CEP: 13.035-500

Cidade: Campinas/SP

Fone: 0800-7715001

Endereço Eletrônico: wyden.com.br/unimetrocamp

CORPO DIRIGENTE

- Reitor e Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Leandro Mendes Lopes
- Pró-Reitor de Graduação e Pós-Graduação: Alberto Alexandre Carreras Guerra
- Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Internacionalização: Luciana Maria de Hollanda
- Pró-Reitora de Educação a Distância: Alyne Bezerra Facanha Virino Ricarte

ATOS LEGAIS – AUTORIZATIVOS DA IES

Renovação: Portaria nº 205, de 25/06/2020, DOU nº 128, Seção 1, Pág. 45, de 07/07/2020.

Reconhecimento: Portaria nº 516, de 15/10/2013, DOU nº 201, Seção 1, Pág. 22, de 16/10/2013.

Red credenciamento: Portaria MEC nº 1.463 de 07/10/2011, publicada no DOU de 10/10/2011.

Credenciamento: Portaria MED nº 4.008 de 30/12/2002, publicada no DOU de 31/12/2002.

Código MEC 2279

Conceito Institucional (CI) 4 (2017),

Índice Geral de Cursos (IGC) 3 (2019) e

IGC contínuo 2.5925 (2019)

DADOS DO CURSO

Curso: Direito

Grau: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Regime Acadêmico: Semestral

Documento de Conclusão: Diploma de Bacharel em Direito

Certificação intermediária: Sim

Endereço De Funcionamento: Rua Doutor Sales de Oliveira, n. 1661 - Vila Industrial, Campinas/SP,
CEP: 13035-500

ATOS LEGAIS – AUTORIZATIVOS DO CURSO

Autorização: Portaria 3.020 de 24/10/2003, publicada no D.O.U de 27/10/2003

Reconhecimento: Portaria MEC/SESu 516 de 15/10/2013, publicada no D.O.U. de 16/10/2013 –
Conceito de Curso 5

Renovação de Reconhecimento: Portaria MEC/SESu 540 de 23/09/2016, publicada no D.O.U. de
26/09/2016 – Conceito de Curso 5

Número de vagas anuais (por turno): 150 (cento e cinquenta)

Turno(s) de funcionamento: Matutino e Noturno

INTEGRALIZAÇÃO

Número de disciplinas total obrigatórias: 45 disciplinas obrigatórias

Período de integralização do curso (Mínimo): 10 semestres

Período de integralização do curso (Máximo): 20 semestres

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
PUBLICIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	10
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	11
1.1. Histórico e missão da IES.....	11
1.1.1. A História da IES: sua criação e trajetória	11
1.1.2. Missão da IES.....	27
1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO.....	29
1.2.1. Concepção do curso	36
1.2.2. Missão do curso.....	45
1.2.3. Área de atuação – inserção regional.....	45
1.3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	47
1.3.1. Políticas de ensino	50
1.3.2. Políticas de pesquisa	57
1.3.2.1. Iniciação Científica.....	57
1.3.2.2. Pesquisa Produtividade	59
1.3.3. Políticas de extensão	61
1.4. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA.....	66
1.5. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS.....	68
1.5.1. Princípios Epistemológicos e Filosóficos	68
1.5.2. O conceito e as teorias de aprendizagem	70
1.5.3. Aura – Modelo de Ensino e aprendizagem baseado em competências	76
1.6. OBJETIVOS DO CURSO	80
1.6.1. Geral	80
1.6.2. Objetivos específicos	82
1.6.2.1. Objetivos para a uma formação crítico-humanística	82
1.6.2.2. Objetivos para uma formação inovadora, tecnológica e sustentável	83
1.6.2.3. Objetivos para a uma formação crítico-profissional e prática.....	84
1.7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E A FORMAÇÃO COM BASE EM COMPETÊNCIAS	85
1.7.1. As competências do egresso no exercício profissional	87
1.7.2. Competências para a atuação nos diferentes campos de exercício profissional	88

1.7.3. Competências relacionais com a sociedade e natureza.....	88
1.7.4. Competências para o uso e desenvolvimento das novas tecnologias.....	89
1.7.5 Da revisão do perfil profissional do egresso diante das mudanças do mundo do trabalho, bem como das futuras necessidades da sociedade civil, economia e Estado.	90
1.8. COMPETÊNCIAS.....	91
1.8.1. Competências e habilidades gerais.....	91
1.8.2. Competências e habilidades específicas	92
1.9. REQUISITOS DE ACESSO.....	96
1.10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	97
1.10.1. Estrutura curricular.....	97
1.10.2 Compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio).....	108
1.10.3. Atividade Prática Supervisionada – APS, como atividade prática supervisionada na forma da Resolução CNE/CES nº 3, 02.7.2007, D.O.U de 3.7.2007.	109
1.10.4. Contextualização	118
1.10.5. Flexibilidade.....	119
1.10.6. Interdisciplinaridade.....	122
1.10.5.1. Matriz Curricular.....	124
1.10.5.2. Situação-Problema e Atividades Verificadoras de Aprendizagem.....	126
1.10.5.3. Atividades Acadêmicas Complementares.....	126
1.11. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA.....	128
1.12. ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA.....	131
1.13. MECANISMOS DE FAMILIARIZAÇÃO COM A MODALIDADE A DISTÂNCIA.....	134
1.14. ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR	135
1.15. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	142
1.16. EMENTÁRIO	144
1.17. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	144
1.17.1. Organização dos conteúdos curriculares.	150
1.18. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCIPLINA de LIBRAS	166
1.19. ELEMENTOS DIFERENCIADORES DO CURSO DENTRO DA ÁREA PROFISSIONAL E INDUTORES DO CONTATO COM CONHECIMENTO RECENTE E INOVADOR.....	168
1.20. METODOLOGIA.....	172

1.20.1. Concepção e procedimentos metodológicos	172
1.20.2. Inovação metodológica e aprendizagem diferenciada dentro da área	174
1.21. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	179
1.21.1. Natureza e formas de operacionalização: Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.	179
1.21.2. Da composição da equipe do núcleo de práticas jurídicas	180
1.21.3. Da estrutura física do núcleo de práticas jurídicas	182
1.21.4. Da carga horária de atividades desenvolvidas no núcleo de práticas jurídicas.	183
1.21.5. Do programa de ensino-aprendizagem do núcleo de práticas jurídicas	184
1.21.6. Da integração do Núcleo de Práticas jurídicas com a preparação para as carreiras jurídicas e o Mundo do Trabalho.	189
1.21.7. Dos princípios sobre planejamento, monitoramento, revisão das atividades do núcleo de Práticas Jurídicas.	190
1.21.8. Institucionalização, promoção e registro acadêmico.	191
1.22. CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS PARA A ARTICULAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA – ATIVIDADES EXITOSAS E INOVADORAS	192
1.23. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.	195
1.23.1. Concepção e formas de operacionalização.	195
1.23.2 Êxito e inovação na sua regulação, gestão e aproveitamento.	197
1.24. TRABALHO DE CURSO.	200
1.24.1. Da carga horária do componente curricular TC	200
1.24.2. Da modalidade de TC e dos seus objetivos	200
1.24.3. Dos atores e processo de ensino-aprendizagem do TC	201
1.24.4. Do fluxo de orientação no ambiente virtual de aprendizagem	201
1.24.5. Do processo de avaliação	201
1.25 APOIO AO DISCENTE.	202
1.25.1 Acolhimento e permanência	202
1.25.2 Acessibilidade metodológica e instrumental	203
1.27.3 Monitoria	204
1.25.4 Nivelamento e Reforço acadêmico	208
1.25.4.1. Reforço ao vivo.	209
1.25.4.2. Prepara AV.	210
1.25.4.3. Nova Chance	210

1.25.4.4. Avaliando o aprendizado	211
1.25.4.5. Foco OAB	212
1.25.5 Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios	214
1.25.6 Apoio psicopedagógico.....	214
1.25.7 Participação Intercâmbios Nacionais ou Internacionais	217
1.27.8 Promoção de outras ações exitosas ou inovadoras	221
1.26 OFERTA DE DISCIPLINAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA	221
1.26.1. Atividades de tutoria	222
1.26.2 Mediação pedagógica, domínio de conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos	222
1.26.3 Avaliação periódica pelos estudantes e pela equipe pedagógica	224
1.26.4 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria	224
1.26.5. Algumas práticas criativas e inovadoras de incentivo à permanência dos alunos	225
1.27 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	227
1.27.1. Ambiente virtual de aprendizagem.....	233
1.28 MATERIAL DIDÁTICO	239
1.28.1 Abrangência e coerência teórica, acessibilidade metodológica e adequação bibliográfica.....	239
1.28.2 Linguagem inclusiva e recursos inovadores	246
1.29 AVALIAÇÃO	249
1.29.1 Procedimentos de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.	249
1.29.2 Gestão do curso e acompanhamento da avaliação interna e externa	257
1.30 NÚMERO DE VAGAS	268
1.30.1 Fundamentação: estudos e pesquisa	268
1.30.2 Adequação: corpo docente (e tutoria) e condições físicas	270
2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	271
2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	271
2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	277
2.2.1 Constituição e responsabilidade	277
2.2.2 Plano de ação e processos formalizados.....	280
2.2.3. Programa de formação docente.....	280
2.3 COORDENADOR DO CURSO.....	285
2.3.1 Atuação.....	285

2.3.2 Regime de trabalho do coordenador do curso	289
2.4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	289
2.4.1 Titulação	290
2.4.2 Regime de trabalho	291
2.4.3 Experiência no exercício da educação superior	291
2.4.5 Experiência no exercício da tutoria na educação à Distância	292
2.4.6 Atuação do colegiado ou equivalente	294
2.4.7 Titulação e formação do corpo de tutores do curso	294
2.4.8 Experiência do corpo de tutores em educação a distância	295
2.4.9 Interação entre tutores	295
2.4.10 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	297
3. INFRAESTRUTURA.....	297
3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral.....	298
3.2 Espaço de trabalho para o coordenador	298
3.3 Sala coletiva de professores	298
3.4 Salas de aula	298
3.5 Acesso de alunos a equipamentos de informática	299
3.6 Biblioteca.....	299
3.6.1 Instalações e funcionamento	316
3.6.2 Bibliografia básica por unidade curricular.....	317
3.6.3 Bibliografia complementar por unidade curricular	318
3.7. Núcleo de Práticas Jurídicas	318
4. DADOS DIVERSOS	320
4.1 Equipe técnico-pedagógica, coordenação pedagógica, secretaria, técnicos de laboratórios.	320
5. REFERÊNCIAS	320
6. ANEXOS.....	323
ANEXO I – EMENTAS E RESPECTIVAS BIBLIOGRAFIAS.....	323
ANEXO II – CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS.....	356
ANEXO III – PLANILHA COM AS CERTIFICAÇÕES	372
ANEXO IV– REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS.	373
ANEXO V – REGULAMENTO DE TC	399
ANEXO VI – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES.....	409

ANEXO VII – REGULAMENTO DAS OFICINAS DE LEITURA.....	419
ANEXO VIII - LEGISLAÇÕES – ENSINO SUPERIOR.....	431

APRESENTAÇÃO

O projeto pedagógico do curso de Direito do Centro Universitário UniMetrocamp é resultado de um trabalho participativo e democrático de vários atores da comunidade acadêmica em busca de uma educação de qualidade que resulte em nosso propósito: educar para transformar.

A concepção do curso, a proposta metodológica e sua estrutura curricular são fundamentadas pelas Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e nº 5/2018, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, estabelecendo a sua carga horária mínima, procedimentos relativos à integralização e duração, bem como as demais legislações pertinentes.

A elaboração deste projeto pedagógico teve como principais pressupostos as transformações atuais e as perspectivas futuras que envolvem a Transformação Digital, a Reestruturação do Estado e da Administração Pública, a Inclusão e os Direitos Humanos e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Diante desses desafios, o presente PPC entende o seu papel socioeducativo, cultural, político e ambiental, alinhando-se ao seu PDI na construção do perfil egresso a partir das competências necessárias aos desafios do Século XXI (HARARI, 2018).

O presente projeto pedagógico é de fundamental importância para a condução do Curso de Direito, pois reflete a sua realidade do curso, as ações educativas do Centro Universitário UniMetrocamp em sua totalidade. Sua finalidade é garantir o cumprimento das premissas estabelecidas pelas diretrizes curriculares, o modelo de ensino-aprendizagem, a estrutura física, funcional e pedagógica que legitimam o papel social da Instituição de Ensino Superior (IES).

PUBLICIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A IES torna pública as informações sobre o curso de Direito e seus resultados nos mais diversos canais de comunicação que utiliza para interagir com a comunidade acadêmica, sociedade e órgãos reguladores.

Os relatórios anuais com os resultados da IES são distribuídos aos gestores, coordenador do curso e membros do Núcleo Docente Estruturante, bem como disponibilizados na Biblioteca e Sala dos Professores. Além disso, um documento com os principais resultados fica disponível no site da IES em atendimento à legislação.

Todas estas informações são apresentadas nas reuniões para gestores, coordenadores, docentes, colaboradores e líderes de turmas. Já os Relatórios de Autoavaliação Institucional da IES, considerando os relatórios parciais e finais, são postados, anualmente, no sistema e-MEC no prazo previsto pela legislação vigente.

1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1. Histórico e missão da IES

1.1.1. A História da IES: sua criação e trajetória

O Centro Universitário UniMetrocamp - Wyden, código MEC 2279, CI 4 (2017), IGC 3 (2019) e IGC contínuo 2,5925 (2019), é mantida pelo Grupo Ibmecc Educacional S.A. (código MEC 1233), uma pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos e constituída sob a forma de sociedade por ações em 2009. Com sede à Alameda Santos, n. 2.326, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01418-200, o Grupo está registrado na Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35300184149 e inscrito no CNPJ sob o número 04.298.309/0001-60.

O mantenedor foi fundado em 1999, como Ibmecc Educacional S.A. Sua origem remonta à criação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc) pela antiga Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 1970. Desde então, a trajetória da instituição tem sido pontuada por atitudes pioneiras, como a oferta do primeiro MBA em Finanças do País em 1985, em uma sala do Museu de Arte Moderna (MAM).

Pouco tempo depois, em 1987, o Instituto amplia suas operações para São Paulo e, em 1991, para Belo Horizonte, sempre oferecendo cursos de MBA, programas in company e cursos de extensão.

Em meados da década de 1990, o sucesso dos cursos de pós leva a instituição a criar a sua primeira faculdade. Em 1995, a Faculdade de Economia e Finanças passa a oferecer o curso de graduação em Ciências Econômicas e, logo a seguir, em Administração. Em 1998, é criada a Faculdade de Economia e Administração do Ibmecc, em São Paulo, que, logo em seguida, passa a ofertar também o curso Ciências Econômicas. Como prova inequívoca de excelência, os dois cursos sempre obtiveram conceito “A” na avaliação do MEC.

Em 1999, o Ibmecc Educacional S.A. surge como uma empresa independente para se dedicar exclusivamente ao segmento de educação do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. A sigla torna-se, então, marca registrada. Um ano depois, no Rio de Janeiro, é lançado o curso de Pós-graduação stricto sensu (mestrado profissionalizante) em Administração. Em Belo Horizonte, ainda sob a manutenção da filial mineira do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, a Faculdade Ibmecc é criada, oferecendo o curso de graduação em Administração e, um ano depois, o de graduação em Ciências Econômicas.

Em 2001, o Ibmecc Educacional S.A. assume as faculdades de São Paulo, do Rio e de Belo Horizonte e lança o mestrado profissional em Economia e o curso de pós-graduação lato sensu em Direito Empresarial da instituição.

Nesse mesmo ano, o Ibmecc cria em São Paulo o Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada (IBTA), com o objetivo de manter cursos de graduação tecnológica de curta duração, por meio do Centro de Educação Tecnológica IBTA, na capital paulista, em São José dos Campos e em Campinas.

Em 2004, há uma diversificação do portfólio de cursos do Ibmecc, com o lançamento dos CBA's (Certificate in Business Administration), voltados para profissionais em início de carreira, nas áreas de Gestão de Negócios, Marketing e Finanças. Em abril, a filial de São Paulo é doada ao Instituto Veris, um instituto sem fins lucrativos, e, em 2009, deixa de usar a marca Ibmecc.

Em agosto de 2005, o Ibmecc adquire a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, mantida pelo Instituto de Ensino Superior do Rio de Janeiro, também conhecida como Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva.

O ano de 2006 marca o início de nova fase de expansão, seja com unidades próprias, seja com parcerias, o que também refletiu no portfólio de cursos. Uma conquista importante foi a inauguração da nova sede das unidades Ibmecc do Rio de Janeiro, localizada no Edifício Standard, um dos mais importantes exemplares do estilo art déco do centro do Rio de Janeiro. O novo edifício, que possui 10 mil m² e salas de aula equipadas com tecnologia de última geração, foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).

A Faculdade de Economia e Finanças Ibmecc do Rio e as Faculdades Ibmecc de Minas e de São Paulo, mantidas pelo Ibmecc Educacional, e as faculdades IBTA, mantidas pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia Avançada, são incorporadas sob uma nova denominação social: Veris Educacional S.A. O curso de Direito passa a fazer parte do portfólio do Ibmecc. O nome da mantida, por sua vez, é alterado para Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmecc.

A Faculdade de Economia e Finanças é autorizada a oferecer o curso de pós-graduação lato sensu a distância MBA Executivo em Gestão Bancária. Surge o Ibmecc Online, para atuar na área de educação executiva, com programas de Executive MBA (EMBA), Cursos de Curta Duração e Soluções Corporativas.

A Veris amplia a oferta de graduação, com as aquisições da Faculdade Inea (Escola Superior de Administração de Empresas), em São José dos Campos, e da Faculdade Uirapuru, com sede em Sorocaba.

Em 2008, o Ibmecc chega ao Distrito Federal. Mais um MBA da marca é lançado, na área de Gestão de Projetos. A Veris adquire a Faculdade Integrada Metropolitana de Campinas (Metrocamp), de Campinas, e o Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior (Imapes), de Sorocaba.

Nesse mesmo ano, o Ibmec obteve autorização para o oferecimento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis. O curso iniciou suas atividades acadêmicas no primeiro semestre de 2009, apresentando uma proposta inovadora de ensino. Os novos profissionais formados pelo curso têm um perfil diferenciado, pois além de conhecimento avançado em Contabilidade, detêm habilidades gerenciais nas áreas de Sistema de Informações, Planejamento Tributário, Finanças Corporativas e Gestão de Negócios.

O ano de 2009 é um marco histórico, com a criação do Grupo Ibmec Educacional S.A., nova denominação social da Veris Educacional, reunindo a Faculdade de Economia e Finanças Ibmec e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec, do Rio de Janeiro, a Faculdade Ibmec, de Minas Gerais, e a Veris Faculdades, uma unificação das marcas IBTA, Metrocamp, Inea, Uirapuru e Imapes, localizadas em diferentes cidades do estado de São Paulo.

Em 2011, o Grupo Ibmec vende sua participação na faculdade Uirapuru e, no ano seguinte, no Imapes, nas faculdades IBTA de São Paulo e São José dos Campos e na Faculdade Inea, para priorizar o crescimento das marcas Ibmec e Metrocamp, com a ampliação do portfólio de cursos. A marca Veris Faculdades deixa de existir e, das faculdades IBTA, somente a unidade de Campinas, em São Paulo, permanece sob a manutenção do Grupo.

Em dezembro de 2015, o mantenedor, e conseqüentemente suas mantidas (a Faculdade Metrocamp e a Faculdade IBTA Campinas, com sede nessa cidade, a Faculdade de Economia e Finanças Ibmec e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Ibmec, no Rio de Janeiro, e Faculdade Ibmec, em Belo Horizonte, e a Faculdade Ibmec Distrito Federal), passaram a integrar o DeVry Educational Group, uma das maiores organizações educacionais dos Estados Unidos, com mais de 83 anos de tradição, dando origem à DeVry Brasil. Ao longo desses anos, a rede vem sendo ampliada e atualmente seis instituições a compõem: ÁREA1 (Salvador), Faculdade Integral Diferencial - FACID (Teresina/PI), Faculdade Nordeste - FANOR (Fortaleza/CE), Centro Universitário do Vale do Ipojuca (Caruaru/PE), Faculdade Boa Viagem - FBV (Recife/PE) e Faculdade Ruy Barbosa - FRB (Salvador/BA). Encontram-se, ainda, em processo de credenciamento outra instituição, em São Luís/MA, e a Faculdade Ibmec São Paulo.

Em 2017 o grupo DeVry Educational Group passa a se chamar Adtalem Global Education, enquanto que no Brasil da DeVry Educacional do Brasil, passa a se chamar Adtalem Educacional do Brasil.

No ano seguinte, em 2018, por uma decisão estratégica, a Adtalem alterou a composição do nome DeVry, presente em suas Instituições de Ensino, para Wyden, dando origem ao atual nome do Centro Universitário.

No ano seguinte, em 2018, por uma decisão estratégica, a Adtalem alterou a composição do nome DeVry, presente em suas Instituições de Ensino, para Wyden, dando origem ao atual nome do Centro Universitário e abrangendo outras instituições educacionais no país: UniFanor, localizada em Fortaleza/Ceará; UniRuy, localizada em Salvador/Bahia; UniFBV, em Recife, e UNIFAVIP, em Caruaru, localizadas no estado de Pernambuco; FACL, localizada em Belém/Pará; FACIMP, em Imperatriz/Maranhão; FACID, em Teresina/Piauí; Faculdade Martha Falcão, localizada em Manaus/Amazonas; Damásio Educacional, localizada em São Paulo capital; IBMEC, localizadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Campinas (com a marca UniMetrocamp).

Em 2019 a Adtalem Educacional do Brasil teve seus ativos dispostos à venda e, em abril de 2020, a mantenedora Grupo Ibmecc Educacional S.A foi incorporada à organização educacional Yduqs. A YDUQS é uma Holding, que com a recepção de novas instituições e marcas, se consolida como um dos maiores grupos de educação superior do Brasil em número de alunos. Constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto, a YDUQS Participações (ex-Estácio Participações), e listada no Novo Mercado da B3 sob o código de negociação “YDUQ3” e suas ADRs negociadas no mercado norte-americano sob o código “YDUQY”, possui um padrão de governança corporativa diferenciado.

Além de uma extensa rede de unidades próprias, as marcas contam com redes de polos EAD, presentes em todos os estados. Atualmente a holding possui mais de 1.000 polos de EAD, está presente em mais de 700 cidades brasileiras e conta com mais de 700 mil alunos. A YDUQS é uma organização de alcance nacional e que atende a perfis muito diversos.

Por fazer parte da Adtalem Brasil, o Grupo Ibmecc Educacional S/A e seus gestores, estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos do UniMetrocamp Wyden tinham acesso a diversas possibilidades de interações acadêmicas, de gestão, tecnológicas, culturais, de responsabilidade social e governança, com cada uma das instituições vinculadas ao grupo.

Posteriormente, o grupo Yduqs, que tem como principal marca a Rede Estácio adquiriu a Adtalem Brasil, em 2020, com implementação das atividades efetivamente em 2021, colocando em prática muitos conceitos e disposições relevantes, que antes estavam apenas num plano abstrato, permitindo uma considerável evolução das práticas, seja dentro ou fora de sala de aula.

- **ENADE** – Exame Nacional de Desempenho: 3 (2018)
- **CPC** – Conceito Preliminar de Curso: 3 (2018)
- **CC** – Conceito de Curso: 5 (2016)
- **IDD** – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado 3 (2018)

1.2.2 Pilares Acadêmicos

As atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão preveem a participação efetiva dos corpos docente e discente, tendo como referência a missão, os objetivos e as metas, definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) e no perfil do egresso desejado.

1.2.2.1 Inovação

Para a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, a inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas (OCDE, 2004, p. 55).

Ainda de acordo com a OCDE, para serem considerados como inovação, os novos produtos ou processos devem ter como base atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais. Tidd, Bessant e Pavitt (2008) complementam a definição elencando quatro categorias dentro da inovação:

- Inovação de Produto: mudanças nos produtos e serviços que uma empresa oferece;
- Inovação de Processo: mudanças nas formas em que os produtos e serviços são criados e entregues;
- Inovação de Posição: mudanças no contexto em que produtos e serviços são introduzidos;
- Inovação de Paradigma: mudanças nos modelos mentais subjacentes que orientam o que a empresa faz.

Em relação à forma como a inovação acontece e o que deve ser feito para que ela se desenvolva com fluidez, é preciso ressaltar que, de uma perspectiva gerencial, o processo de inovação consiste em motivar e coordenar as pessoas para que estas desenvolvam e implementem novas ideias por meio do relacionamento interpessoal, fazendo as adaptações necessárias para atingir os resultados desejados no contexto de mudanças institucionais, organizacionais e sociais (VAN DE VEN; ANGLE; POOLE, 2000).

Isso significa que a inovação não deve ser vista como um acontecimento isolado e, sim, como um processo orientado à concatenação, de forma articulada, de diversas atividades e entes envolvidos nesse desafio (NAGANO; STEFANOVITZ; VICK, 2014). A ideia é centrar a cultura da inovação acadêmica na instituição através de políticas voltadas para inovação, estimulando alunos, docentes e colaboradores a desenvolverem iniciativas disruptivas e empreendedoras dentro e fora do ambiente universitário.

Sendo assim, a inovação é mais do que um conceito, é uma filosofia estrutural da organização, aplicada à prática diária, às lógicas de tomada de decisão em seus patamares estratégicos, táticos e operacionais. Pressupõe revisitar metodologias, ferramentas, processos e produtos, mesmo que tenham reconhecido desempenho superior. Exige mudar a perspectiva com a qual observamos o fazer do UniMetrocamp Wyden e a atuação de sua comunidade acadêmica. É uma força motriz que nos impulsiona à excelência integral.

1.2.2.2 Excelência Profissional

O UniMetrocamp Wyden tem o compromisso de transformar jovens em profissionais preparados para assumir desafios, inovar e mudar o mercado. Para atingir esse objetivo, o nosso Centro Universitário trabalha dia a dia para proporcionar uma experiência de ensino de excelência global. Acreditamos que não basta ter conhecimentos atuais, amplos e densos. É indispensável a atitude, o comportamento, um pensar e agir integral direcionado para o alto desempenho, ético, sustentável, inovador e sistêmico. Para tanto, traçamos estratégias de ensino-aprendizagem que, atualmente, englobam aulas dinâmicas, workshops com líderes do mercado, espaço para inovação, jornadas internacionais, orientação de carreira, tecnologias educacionais de ponta, vivências mercadológicas e acadêmicas aprofundadas.

Mais do que acreditar na educação, investimos na consistência do nosso ensino. A resposta a esse trabalho não poderia ser outra: os cursos do UniMetrocamp Wyden estão entre os melhores do país, segundo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e o Guia do Estudante.

Durante os anos de atuação, o Centro Universitário sempre esteve alinhado às tendências internacionais em educação, em suas diversas áreas de atuação. Integra os conhecimentos de fronteira, em suas dimensões teóricas e mercadológicas. O corpo docente é formado por profissionais que atuam no mercado, como executivos e consultores de grandes organizações, nacionais e internacionais, empreendedores e profissionais autônomos que possuem formação acadêmica de primeira linha em instituições de relevo, bem como produção acadêmica destacada e consistente. Os alunos, por consequência, são estimulados, por exemplo e por metodologia de ensino, a buscarem o seu potencial máximo, tendo por eixo transversal um pensamento sustentável.

1.2.2.3 Sustentabilidade

Os atores sociais estratégicos – Estado, iniciativa privada e sociedade civil organizada – ao buscarem soluções mais eficientes e duradouras para as demandas das comunidades e do capital, estão quebrando paradigmas. Parte-se do pressuposto de que os interesses do mercado e os da sociedade

podem ser convergentes e complementares, agregando competitividade e sustentabilidade aos territórios, então produtivos e harmônicos. Para isso, trabalha-se em rede, empodera-se o cidadão comum; valoriza-se a cultura local, acrescentando cores globais; capacita-se a coletividade para atuar em uma dimensão mais cognitiva/simbólica e a empresa a agir a partir de princípios de ação mais sustentáveis.

As demandas sociais e ambientais entram na lista de prioridades da organização à medida que haja um conjunto de interesses em cena a serem negociados com os agentes locais, para que a empresa possa operar. Quanto mais denso o capital social do território, maior será a necessidade de articular diferentes interesses para que os resultados para a empresa e para o território sejam produzidos. Logo, as questões políticas, sociais e econômicas tendem a caminhar simultaneamente nas discussões e interações entre os atores sociais de uma região.

Portanto, a Sustentabilidade, para o UniMetrocamp Wyden, é parte integrante de uma linha de pensamento oriunda dos grupos de trabalho interdisciplinares promovidos pela ONU para designar o que é desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Comissão de Brundtland ,1987)”. Tal proposta exige destacar as noções de tempo e corresponsabilidade sobre os impactos (positivos e negativos) causados (intencionalmente ou não) pela organização, em seu fazer produtivo, sobre todos os agentes sociais em seu território de atuação. Sendo assim, as organizações são estimuladas a redesenhar processos, práticas, discurso e valores para que sejam sustentáveis. Exige um pensamento sistêmico, com base no *Triple Bottom Line*, de toda a sua cadeia de valor. Implica ter:

1. posicionamento socioambiental;
2. fornecedores e insumos sustentáveis;
3. infraestrutura e práticas sustentáveis: consumo de papel, energia, arquitetura etc.;
4. redução do consumo de insumos e consequente redução de custos.

Entendendo o seu papel dentro da sociedade, o UniMetrocamp Wyden é uma instituição atenta à sustentabilidade econômico-financeira e socioambiental. Como desdobramento de sua missão, no âmbito dos cursos, diversas ações educativas são voltadas para priorizar o desenvolvimento econômico e social, a preocupação com o meio ambiente e a preservação da memória e do patrimônio artístico-cultural local e regional.

A integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade é promovida por meio de atividades de extensão institucionais ou frutos de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas e entidades do terceiro setor.

1.2.4 Inserção regional

O Centro Universitário UniMetrocamp - Wyden está inserido no panorama socioeconômico e socioambiental da cidade, procurando contribuir para o crescimento do município e do estado. Sua sede conta com instalações novas e amplas e está situada em local privilegiado.

A inserção da IES vai ao encontro das propostas de desenvolvimento local e regional ao destinar recursos e esforços que favoreçam a qualidade da educação para todos, reconhecendo a diversidade cultural e recuperando uma visão multisetorial para enfrentar os problemas econômicos e sociais, inspirada em valores humanos fundamentais e enfatizando o plano ético.

A oferta de profissionais da área jurídica é uma necessidade sentida pelas empresas públicas e privadas, órgãos dos diversos poderes e escritórios da região, que atendam a exigência de construir e integrar conhecimentos da área, para que se adaptem, como futuros profissionais, a um mercado abrangente, exigente e competitivo. O Curso de Direito do UniMetrocamp Wyden atende à demanda de jovens egressos do ensino médio na região, bem como de profissionais mais experientes que buscam, por muitas vezes, uma segunda graduação, disponibilizando seus meios humanos e sua infraestrutura para a formação de profissionais atuantes no contexto regional.

O UniMetrocamp busca transformar os alunos em profissionais através da interação empresa-escola, baseando-se em atividades práticas focadas na solução de problemas reais das empresas. Assim, busca-se sempre integrar os estudos desenvolvidos pelos discentes às práticas das empresas brasileiras e prover aos alunos a oportunidade de experimentação da prática da gestão em organizações reais, dentro de um contexto nacional e regional.

Compreendendo a importância de efetivamente contribuir para o desenvolvimento regional, inserindo-se no processo como agente de mudanças, e imbuída de seu compromisso social para com o crescimento intelectual e a formação profissional do indivíduo e da população na qual se insere, a IES aderiu ao Programa Universidade para Todos (PROUNI) tão logo esse foi divulgado pelo Ministério da Educação, em 2005. Vale mencionar também que muitos alunos são beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o que acarreta um maior acesso ao ensino e à estrutura do UniMetrocamp. Além disso, são oferecidos descontos nos cursos para servidores e funcionários de

diversas empresas e instituições públicas ou privadas conveniadas. Vale ressaltar que alguns desses convênios podem ser utilizados também pelos dependentes dos respectivos funcionários.

No quadro a seguir, as empresas e instituições conveniadas e as respectivas porcentagens de desconto:

Nome da Empresa	% Desconto
3M do Brasil Ltda	10%
A Raymond Brasil Ltda.	20%
AC Educacional Locação de Bens Móveis Ltda EPP	10%
ACOMAC - Associação dos Comerciantes de Material de Construção	10%
Actaris Itron	10%
Adcon Assessoria Contábil e Administrativa	10%
ADP Brasil LTDA	20%
Aeroportos Brasil Viracopos S.A.	20%
Algar Tecnologia e Consultoria S.A	20%
ALSTOM Energias Renováveis LTDA	20%
AMBEV S.A	20%
AMMO Varejo LTDA	20%
Amsted	10%
Andaimes Metax Equipamentos LTDA	20%
APAE	10%
Ascenty Data Center Locação e Serviços S. A.	20%
ASSETJ Associação dos Servidores do Tribunal da Justiça	10%
ASSINFRA	10%
Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Campinas	10%
Associação dos Analistas de Comércio Exterior AACE	20%
Associação dos Funcionários Robert Bosch do Brasil	10%
Assossiação para o Acesso ao Ensino	20%
BANN QUÍMICA	10%
BAYER S.A	20%
BELLEZZA Comércio de Cosméticos LTDA	20%

Bloco Ranger Indústria Comércio e Serviço de Engenharia Eirelli	20%
Brasiliense Comissária de Despachos Ltda.	10%
Bravo Armazéns Gerais LTDA	20%
Broto Legal	10%
BRB- Banco de Brasília S/A	20%
Cabrera Associados Independentes Consultoria Contábil e Tributária	10%
Camozzi do Brasil LTDA	20%
Carrefour	10%
Casa Ronald - APACC	10%
CCC Centro de Ciência e Cultura	10%
CEASA Campinas	10%
Centro de Educação Infantil Idade	10%
Ci&T Software S/A.	10%
CIESP Campinas	10%
CLARO S/A	20%
Club Med Indaiá LTDA	10%
Colégio Integral	10%
Companhia de Habitação Popular de Campinas - COHAB	15%
Companhia Excelsior de Seguros	20%
Companhia Paulista de Força e Luz	10%
Complexo Educacional Anglo Campinas Ltda	10%
Conemp Consultoria Empresarial de Administração Serviços LTDA	20%
Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda.	10%
Coorstek do Brasil Materiais Avançados LTDA	20%
CPS Educacional - Escola de Educação Básica, Superior e Cursos Livres Ltda	10%
CRV Informática Comércio Ltda	10%
CTEC- Comércio de Livros Cursos Técnicos LTDA-EPP	20%
CTIS Tecnologia S. A.	20%
Curso e Colégio Benjamin C. Americ. Ltda	10%
Dotsoft Tecnologia de Sistema LTDA	20%

Escola 14 Bis	10%
Federação Nacional das Associações do Pessoal da CEF	20%
FOXCONN Indústria e Eletrônicos Ltda.	5%
Fundação Centro Médico de Campinas	20%
Fundação CPQD	20%
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	20%
Fundação ItauClube	10%
Galleria Shopping	10%
GEA Westfalia Separator do Brasil Indústria de Centrífugas Ltda.	20%
GEA Equipamentos e Soluções S/A	20%
Georadar Levantamentos Geofísicos S/A	20%
Gran Sapore BR Brasil S/A	10%
GREMDEC - Grêmio Recreativo, Esportivo, Cultural e de Formação dos Empregados, Familiares e Colaboradores da EMDEC	15%
Habicamp	10%
Honda	10%
Hopi Hari	10%
Hotéis Royal Palm Plaza LTDA	20%
Hunter Consulting Group LTDA - EPP	20%
IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.	10%
Ícaro Technologies Serviços e Comércio LTDA	20%
ICEC Instit. Comunitária de Educ. e Cultura	10%
Infosys Tecnologia do Brasil LTDA	20%
Instituto de Desenvolvimento Gerencial	20%
Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV	15%
IOS Informática Organização e Sistemas S. A.	20%
ITRON	10%
J Fonseca Construtora Ltda.	10%
Karcher Indústria e Comércio Ltda	20%
KLEFFMANN GROUP	10%
Laboratórios Servier do Brasil Ltda.	20%

Líder Táxi Aéreo S/A- Air Brasil	20%
Link Data Informática e Serviços LTDA	20%
Magneti Marelli	10%
Manserv Investimento e Participações S. A.	20%
Masterclin Serviços Administrativos	20%
Matera Systems Informática S/A	20%
Melfood Comércio de Alimentos Ltda.	10%
MicroAssist Informática Ltda	10%
MrBey	10%
MRV Engenharia e Participações S.A.	10%
MTF Transportes e Terminais LTDA	20%
Navegar Informática LTDA	20%
Neo Colsultoria e Assessoria em Informática Ltda	10%
Nextel Telecomunicações Ltda	10%
Nortel Suprimentos Industriais S/A	10%
NUBE - Núcleo Brasileiro de Estágios	10%
OAB	10%
Ôba Hortifruti	5%
Ofertax Serviços de Internet S.A.	10%
OI S.A	20%
Original Brasil Importação, Comércio e serviços de informática Ltda	10%
Paulo Neves	10%
Penso Tecnologia Ltda.	10%
Perfil Informática Comércio e Manutenção	20%
Petronas Lubrificantes Brasil S.A.	20%
Poupa Tempo	10%
Prefeitura Municipal de Campinas	10%
Pricewater House Coopers Auditores Independentes - PWC	20%
Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.	10%
Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software Ltda.	20%
Samsung	10%

Seplag	10%
SETEC - Serviços Técnicos Gerais	10%
SH Equipamentos de Acesso Ltda.	15%
Shehrazade Modas e Artefatos	20%
Sherwin-Williams do Brasil Ind. E Com. LTDA	20%
Sindforte	10%
Sindicato dos Empregados em Estabelecimento Bancário de Campinas e Região	10%
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São José dos Campos e Região	15%
Sindicato dos Jornalistas	15%
Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados do Estado de São Paulo	10%
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos e Região	15%
Sintetel - Sindicato dos trabalhadores em telecomunicações no Estado de São Paulo	10%
Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas	15%
Sociedade Educacional Valinhense Ltda	10%
Softway S/A	10%
Sonda Procwork Informática Ltda.	10%
SSI Soluções e Serviços de Informática	10%
Stoque Soluções Tecnológicas Ltda	20%
Trigo Suprimentos	20%
TUV Reinland do Brasil LTDA	10%
Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico	10%
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	20%
Urbanizadora Municipal S/A (Urbam)	20%
Veirano Advogados e Associados	20%
Vinci Gestora de Recursos LTDA	20%

World School	10%
ZTE do Brasil Comércio, Serviços e Participações Ltda.	10%

Vale destacar que inserção regional também se efetiva pela oferta de cursos de excelência e, notadamente, por meio de uma relação direta com as empresas, as instituições financeiras e organismos governamentais, de ações de extensão e de empresas juniores criadas e mantidas por seus alunos ou de ações e programas resultantes de parcerias com empresas públicas e privadas, como é o caso do Juizado Especial Cível, além de por intermédio da área de soluções corporativas (B2B), que desenvolve programas educacionais customizados ou do portfólio para grupos de duas ou mais organizações que tenham interesses semelhantes.

1.2.5 Responsabilidade social e ambiental

No que se refere às ações voltadas para a responsabilidade ambiental, o UniMetrocamp contrata a Ambicamp, uma empresa de referência na área de prestação de serviços de destinação de resíduos. Com a periodicidade de duas vezes por ano (abril e outubro), são recolhidos todos os resíduos contaminantes (reagentes químicos) separados ao longo desse período no entorno do UniMetrocamp Wyden.

Como empresa prestadora de serviços de limpeza urbana do sistema integrado de limpeza pública do município de Campinas, o UniMetrocamp Wyden possui parceria com o Consórcio Renova Ambiental, que, em uma periodicidade quinzenal, faz a coleta de todo o lixo contaminante, tais como seringas, agulhas, restos mortais de cadáver e animais.

É significativo citar uma ação desenvolvida na IES, visto que todas as torneiras dos banheiros do UniMetrocamp possuem um redutor de consumo de água.

Além disso, vale ressaltar que o UniMetrocamp Wyden contrata a Medicar Emergências Médicas, que, como uma empresa prestadora de serviços de atendimento pré-hospitalar em casos de emergências, está disponível para todo o público interno da IES, como membros da sociedade civil, pacientes, discentes, colaboradores e docentes.

No que se refere à responsabilidade social, o UniMetrocamp Wyden possui atendimentos à sociedade em setores como o Juizado Especial Cível, o Núcleo de Prática Jurídica, a Clínica de Fisioterapia, a Clínica-Escola de Nutrição, o Laboratório de Análises Clínicas e o Núcleo de Atendimento Contábil e Fiscal.

O Juizado Especial Cível tem por finalidade desenvolver atividades que assegurem o exercício experimental das atividades jurídicas e forenses. Os alunos do Curso de Direito desenvolvem atividades de conciliação e formulação de acordos, mediante orientação e avaliação dos advogados orientadores. Atualmente, o Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC Metrocamp) conta com o número de 05 (cinco) estagiários conciliadores que ingressam na função mediante concurso interno, que concede aos aprovados uma bolsa de 100%, visto que o resultado de suas atribuições contém atividades científicas também, com relatório de iniciação científica. Os alunos desempenham funções de aprendizado interno do Juizado, desde atendimento ao público, contato com as partes, com o processo e os expedientes inerentes ao feito, até a participação em audiências de conciliação e instrução.

O PAC UniMetrocamp Wyden atende à demanda jurídica da região em que está instalado, região esta antes carente em acesso ao Poder Judiciário, atuando sob a supervisão direta do Poder Judiciário, através da MM. Juíza Corregedora e é reconhecidamente um dos mais eficientes dentre os existentes em Campinas, apresentado o maior número de atendimentos diários. O trabalho realizado pelos alunos no Juizado Especial Cível reafirma o compromisso da IES com a defesa dos Direitos Fundamentais e de Cidadania, além da formação social do aluno do UniMetrocamp Wyden. São realizados aproximadamente 5.000 atendimentos por ano.

Já a Clínica de Fisioterapia iniciou as suas atividades no início de 2010, com novas instalações e equipamentos. Mantém tradição forte dentro da comunidade de nossa cidade, prestando frequentes atendimentos aos munícipes que necessitam de atenção fisioterápica. Ela conta com setores específicos para atendimento das mais diversas especialidades fisioterapêuticas, como neurologia adulto, pediatria, cardiopulmonar e vascular, ortopedia, terapia manual, saúde da mulher e piscina terapêutica. O espaço físico novo foi devidamente projetado para receber a comunidade e fornecer treinamento aos alunos, com instalações, equipamentos e recursos humanos destinados ao ensino teórico e prático das áreas relacionados à fisioterapia.

A clínica conta com uma sala de espera climatizada, com cerca de 20 cadeiras para os pacientes e um amplo balcão de recepção, onde trabalham duas recepcionistas. A clínica de fisioterapia faz parte da clínica integrada de saúde, onde também funciona um moderno laboratório de análises clínicas e uma clínica-escola de nutrição, o que proporciona um atendimento diferenciado aos pacientes que nos procuram. Todos os ambientes apresentam boa iluminação e ventilação e têm dimensão e mobiliário compatível com as necessidades de toda a comunidade. Em média, são realizados aproximadamente 10.000 atendimentos por ano.

Como desdobramento de sua missão no âmbito dos cursos do UniMetrocamp Wyden, diversas ações educativas são voltadas para priorizar o desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente e a preservação da memória e do patrimônio artístico-cultural local e regional.

A integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade é promovida por meio de atividades de extensão institucionais ou frutos de convênios e parcerias com instituições públicas e privadas e entidades do terceiro setor. Os cursos organizam, dentro da lógica pedagógica de seus projetos, diversas atividades de cunho social, com o propósito de envolver o aluno com a realidade de sua região, bem como despertar nele próprio um processo de mudança e consciência social e cidadã. Tais ações são trabalhadas e apresentadas na semana da Mostra de Responsabilidade Social.

1.2.6 Internacionalização

A internacionalização da educação superior já é um fenômeno global. Uma das modalidades mais tradicionais da internacionalização universitária, a mobilidade estudantil, vem crescendo significativamente. Calcula-se que o número de estudantes beneficiados por intercâmbios internacionais dobrará, atingindo oito milhões em 2025. Este processo propicia aos estudantes acesso a uma diversidade cultural inédita. Os intercâmbios muitas vezes geram projetos permanentes e contatos duradouros, e a formação de poderosas redes de estudantes e ex-estudantes internacionais e consequente aumento do financiamento para tais atividades. Para atingir tais objetivos, instituições universitárias têm estabelecido e ampliado programas internacionais, estimulando que seus estudantes cumpram parte de sua formação fora da instituição, redefinindo muitas vezes suas missões para incluir a dimensão internacional e estabelecendo metas de recrutamento de acadêmicos internacionais, ao mesmo tempo em que desenvolve programas e práticas compatíveis com as demandas de estudantes internacionais.

No UniMetrocamp Wyden, os instrumentos de internacionalização básicos são:

- a) Convênios entre instituições, possibilitando colaborações acadêmico-técnico- científicas entre pesquisadores, docentes e pessoal técnico-administrativo;
- b) Intercâmbio de alunos entre instituições de países diferentes, para cursar disciplinas, para realizar estágios diversos, e para outras atividades de formação e treinamento;
- c) Intercâmbio na área científica, tecnológica e de inovação, especialmente de membros do corpo docente e técnico. Esta atividade possui expressivo potencial de possibilitar acesso a órgãos internacionais de fomento à pesquisa.

Os principais objetivos institucionais da internacionalização são o desenvolvimento projetos compartilhados de pesquisa, a participação no desenvolvimento industrial, econômico e social dos países; e o aprimoramento do ensino ofertado e da formação do seu egresso. A internacionalização poderá ocorrer sob várias formas, tais como: estágio em empresas estrangeiras sediadas no país, maior mobilidade docente e parcerias estratégicas voltadas à pesquisa e à inovação.

1.1.2. Missão da IES

A clareza da Visão, Missão, Objetivos, Metas e Valores Institucionais orientam a dinâmica dos processos acadêmicos e administrativos do UniMetrocamp Wyden. São linhas mestras para o planejamento e operacionalização de projetos e ações, organizando o funcionamento e desenvolvimento da vida acadêmica e do cotidiano da instituição.

1.2.3.1 Visão

Entregar a melhor experiência de aprendizagem a cada vez mais alunos com eficiência, uso intensivo de tecnologia e qualidade acadêmica Wyden, possibilitando um salto nas opções de vida do egresso.

#ÉoQueBuscamos

1.2.3.2 Missão

Educar para transformar, por meio da formação de recursos humanos qualificados, contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do país com comprometimento ético e responsabilidade social, proporcionando o acesso de diferentes segmentos da população ao ensino de qualidade articulado aos benefícios da pesquisa, da extensão e da formação continuada, privilegiando a descentralização geográfica e o valor acessível das mensalidades; buscando ao mesmo tempo a inclusão social na construção, pelo conhecimento, de uma sociedade mais justa, mais humana e mais igual.

#ÉonossoPropósito

1.2.3.3 Valores Institucionais

A Missão que objetiva uma educação transformadora é firmada nos seguintes valores:

#QuemSomos

- Foco no aluno: Todos nós trabalhamos para o aluno, temos paixão por educar.
- Senso de dono e resultado: Agimos como donos, entregamos resultado em equipe.
- Qualidade: Oferecemos experiência educacional única para todos, com uso intenso de tecnologia.
- Pessoas: Sentimos orgulho em trabalhar aqui e acreditamos em meritocracia.
- Inovação e simplicidade: O novo nos atrai, soluções simples também.
- Diversidade e ética: Fazemos o certo, valorizamos as diferenças e a diversidade.

HISTÓRICO

O Centro Universitário Metrocamp Wyden - Unimetrocamp Wyden, código MEC nº 2279, Conceito Institucional (CI) 4 (2017), Índice Geral de Cursos (IGC) 3 (2019) e IGC contínuo 2.5925 (2019), foi criada no ano de 2002, sob a manutenção da Sociedade Metropolitana de Educação, Cultura e Tecnologia, foi credenciada pelo MEC através da Portaria nº 4.008, de 30/12/2002, publicada no DOU de 31/12/2002.

Em seu início, em 2003, a Metrocamp, atendendo a demanda da região metropolitana em que estava inserida, ofereceu uma gama de 12 cursos de graduação: bacharelados em Sistemas de Informação, Engenharia de Computação, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Direito, Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Fisioterapia e as licenciaturas em Pedagogia, Normal Superior e Educação Física. Completava seu portfólio 13 cursos de pós-graduação lato sensu. Seus cursos eram distribuídos em dois campi: no bairro Swift/São Leopoldo Mandic e no Jardim Paraíso/Coração de Jesus, todos em Campinas.

A Metrocamp, em 2004, para ampliar sua oferta de cursos, conforme previsto em seu PDI, investiu em novos espaços, equipamentos e laboratórios e montou uma clínica na área da saúde, para dar suporte na formação dos alunos. Passou a ocupar também o prédio situado à Avenida Júlio de Mesquita Filho, em Campinas, inaugurando seu 3º campus – Cambuí/Progresso – que passou a ser a sede da Instituição. Procurando atender a expansão de seus cursos, efetuou obras, investiu em sua infraestrutura, alugou novos prédios amplos e bem localizados, assim como adquiriu um maior número de equipamentos de informática, acervos bibliográficos, aplicativos e ampliou os laboratórios e clínicas para alicerçar ainda mais a formação dos alunos.

Em 2006, outro campus foi agregado à Instituição – Ponte Preta/Dom Barreto – para sediar os cursos de pós-graduação oferecidos. Nessa época, a Metrocamp contava com 19 cursos de graduação, incluindo em seu portfólio, além dos inicialmente oferecidos, os cursos de licenciatura: Letras: Português-Inglês, Ciências Biológicas e Matemática; os bacharelados de Nutrição, Ciências Biomédicas, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Civil.

Em fevereiro de 2009, a Metrocamp inaugurou um novo campus à rua Doutor Sales de Oliveira, 1.661, Vila Industrial, Campinas, CEP 13035-270, sua atual sede. O UniMetrocamp Wyden atualmente oferece 36 cursos de graduação, sendo os seguintes bacharelados: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Biomédicas, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Publicidade de Propaganda, Relações Públicas, Dança, Direito, Educação Física, Enfermagem, Engenharia Civil,

Engenharia de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Fisioterapia, Farmácia, Nutrição, Psicologia, Sistemas de Informação; as licenciaturas de Pedagogia e Educação Física e os cursos tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Design Gráfico, Gastronomia, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Logística, Marketing, Produção Audiovisual, Redes de Computadores, Estética e Cosmética e Jogos Digitais. Também apresenta em seu portfólio 39 cursos de pós-graduação lato sensu e 10 cursos livres, de curta duração.

Em dezembro de 2015, o mantenedor, e conseqüentemente suas mantidas passaram a integrar o DeVry Educational Group, uma das maiores organizações educacionais dos Estados Unidos, com mais de 83 anos de tradição, dando origem à DeVry Brasil.

Em 2016 a instituição solicitou ao MEC a unificação das mantidas Faculdade Integrada Metropolitana de Campinas, código MEC nº 2279, e a Faculdade IBTA Campinas, código MEC nº 3169, Índice Geral de Cursos (IGC) 3 (2013) e IGC contínuo 2,28317 (2013), também mantida pelo Grupo Ibmecc Educacional S.A.

Em 2017 o grupo DeVry Educational Group passa a se chamar Adtalem Global Education, enquanto no Brasil da DeVry Educacional do Brasil, passa a se chamar Adtalem Educacional do Brasil.

Em 2018, com a maturidade das instituições e sua grande capacidade de oferta de cursos levou por um caminho natural ao Credenciamento do Centro Universitário DeVry Metrocamp por meio da Portaria nº 158 do dia 28 de fevereiro de 2018, publicado no D.O.U no dia 01 de março de 2018.

No mesmo ano, a Adtalem alterou a composição do nome DeVry para Wyden, resultando na alteração da nomenclatura da mantida, pela Portaria nº 005 de 21 de março de 2018, tornando-se Centro Universitário Metrocamp Wyden, sigla UniMetrocamp Wyden. Em 2019 o Centro Universitário Metrocamp Wyden foi credenciado como Centro Universitário EAD e obteve nota máxima no MEC (5).

Diante do novo cenário de forte sinergia entre os modelos acadêmicos de sucesso da Adtalem e da YDUQS, é notório todo o suporte metodológico, tecnológico e inovador advindo

do novo pleito. Assim sendo, as políticas acadêmicas para o ensino, pesquisa e extensão do UniMetrocamp Wyden passaram a ser objeto de cooperação mútuo do saber entre os mantenedores, buscando-se, assegurar, acima de tudo, a qualidade do ensino para seus alunos, bem como os aspectos locais regionais porque perpassa toda a construção dos saberes de seus projetos pedagógicos.

1.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

1.2.1 Características socioeconômicas e socioambientais da região

As Instituições nascem, são marcadas e influenciam o contexto em que atuam, razão pela qual a implantação do UniMetrocamp Wyden em Campinas (SP) exigiu o estudo dos dados que caracterizavam a Região Metropolitana de Campinas (RMC), para que se compreendesse as bases sobre as quais deveria erigir seu Projeto Institucional e, sobretudo, justificasse a existência de seus cursos.

A RMC possui localização privilegiada, sendo cortada pelas rodovias Anhanguera, Bandeirantes e Dom Pedro I, além de contar com o Aeroporto Internacional de Viracopos; assim, estudos buscam fortalecer a tese de que a Região tem potencialidades comuns e infraestrutura com enorme tendência a sua constituição como um novo e crescente polo econômico e cultural. A maioria das cidades é contígua ou muito próximas, o que tem facilitado a comunicação, seja para a formação profissional, seja para a empregabilidade ou geração de negócios e serviços.

Trata-se de uma região rica e densamente povoada, que constitui polo regional de uma macrorregião metropolitana formada por dezenas de cidades de médio e grande porte, com características bem definidas.

A unidade e a identidade dessa região são a qualidade na educação, na inovação tecnológica, na produção de conhecimento científico básico, na atenção à saúde e na formação de quadros qualificados para o mundo do trabalho, os quais impulsionam sua atividade produtiva e cultural.

Campinas tem sido o polo máximo de atração para a formação das cidades da região, para concentração humana e empreendimento nas atividades da indústria, dos serviços e dos agronegócios. As características geográficas e a proximidade dos povoamentos foram gerando identidades culturais marcantes nas cidades que se constituíram em torno de Campinas, líder e sede natural da região metropolitana legalmente constituída.

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) é constituída por 21 cidades, todas emancipadas há muito tempo e, conforme a estimativa populacional do IBGE em 2021, chegou a marca de 3,3 milhões de habitantes, distribuídos em 3.791 km². É a décima maior região metropolitana do Brasil e a segunda maior região metropolitana de São Paulo, fazendo parte do Complexo Metropolitano Expandido (Fonte: Wikipedia).

Municípios da Região Metropolitana de Campinas

Municípios da Região Metropolitana de Campinas



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas

O crescimento demográfico e as atividades econômicas desses municípios ocorreram de forma semelhante e integrada. Os municípios são de médio e grande porte, nos quais se equilibram as atividades industriais, comerciais, rurais e de serviço. Primordialmente, a atividade rural se desenvolveu de forma intensa e contribuiu fortemente para as demais atividades econômicas da região, em função das riquezas geradas pela cultura do café. Nos dias de hoje, é marcante o crescimento das atividades da indústria e do comércio, ambas alicerçadas na área de serviços, que cresce exponencialmente.

O UniMetrocamp Wyden tem a missão de participar da integração dessa região, atuando no desenvolvimento de pessoas e de organizações, respeitando sua cultura e meio ambiente e colaborando para seu crescimento autossustentável.

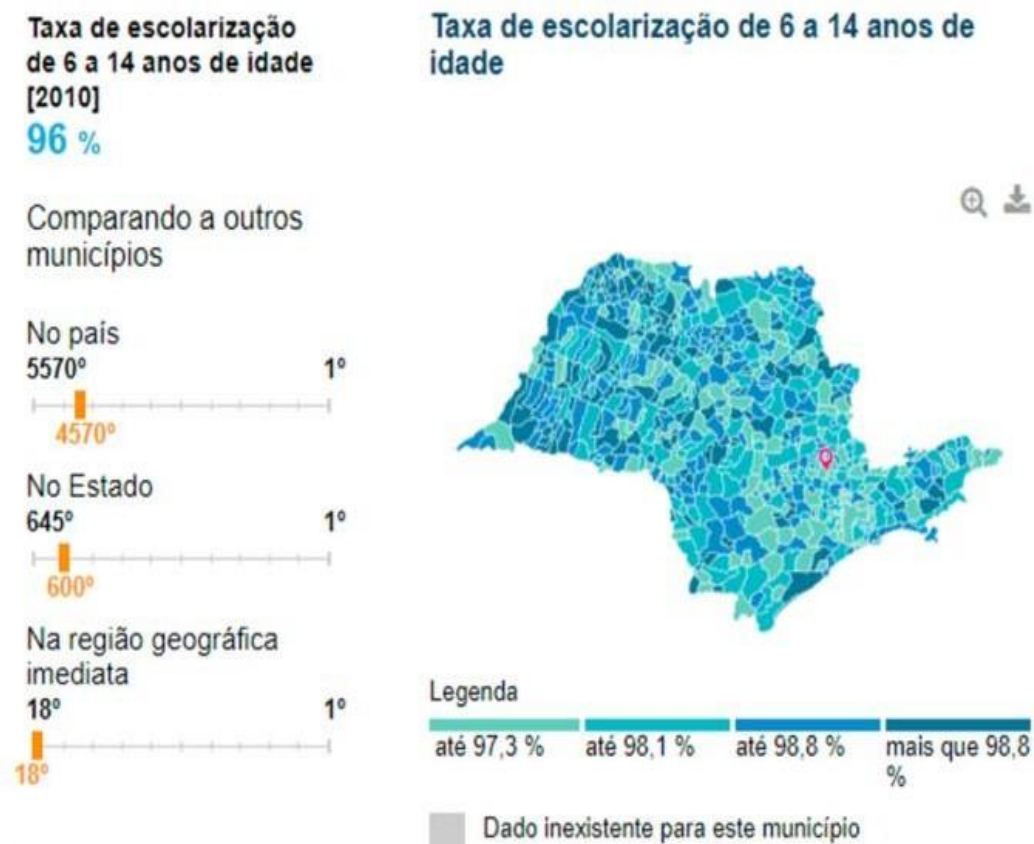
De acordo com o IBGE (2021), a cidade de Campinas possui uma população estimada de

1.223.237 pessoas, em uma extensão territorial de 794,571 km², e registrou 35.272 matrículas de alunos em ensino médio. No que se refere à saúde, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 7.54 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 395 de 645 e 332 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 3637 de 5570 e 3907 de 5570, respectivamente.

Em relação à educação, o município de Campinas apresenta as seguintes características:

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]	96 %
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	6,5
IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2019]	5,2
Matrículas no ensino fundamental [2020]	126.984 matrículas
Matrículas no ensino médio [2020]	35.272 matrículas
Docentes no ensino fundamental [2020]	6.750 docentes
Docentes no ensino médio [2020]	2.845 docentes
Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2020]	314 escolas
Número de estabelecimentos de ensino médio [2020]	155 escolas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>

O mercado de trabalho da RMC é um dos melhores do país, apresentando uma das maiores taxas de criação de vagas do Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho de 2013. A região é uma das mais dinâmicas no cenário econômico brasileiro e representava, em 2013, 1,8% do PIB (produto interno bruto) nacional e 7,81% do PIB paulista, ou seja, cerca de 105,3 bilhões de reais. Além de possuir uma forte economia, a região também apresenta uma infraestrutura que proporciona o desenvolvimento de toda a área metropolitana. A RMC também é conhecida como Vale do Silício Brasileiro.

Regiões Comparativas	PIB per capita ^[5]
'Região Metropolitana de Campinas'	R\$ 37.183,64
Estado de São Paulo	R\$ 32.454,91
Brasil	R\$ 31.506,83

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Campinas

O comércio local movimenta cerca de R\$ 20 bilhões anualmente. Campinas é a 9ª praça comercial do país, dentre as cidades com mais de um milhão de habitantes, sendo a 1ª entre as não capitais (ACIC/Atlas do Mercado Brasileiro, 2015). A RMC foi a oitava em criação de vagas formais de trabalho entre as dez maiores do país.

A geomorfologia da região é cientificamente conhecida, assim como as formações vegetais e a fauna existente. A região dispõe de mananciais de água constituídos pelos rios Atibaia, Jundiá, Capivari e Jaguari, além de outros cursos d'água que neles desembocam.

Os estudos buscaram fortalecer a tese de que a Região Metropolitana de Campinas (RMC) tem potencialidades comuns e infraestrutura com enorme tendência à sua constituição como um novo e crescente polo econômico e cultural. A maioria das cidades é contígua ou muito próximas, o que tem facilitado a comunicação, seja para a formação profissional, seja para a empregabilidade ou geração de negócios e serviços.

As atividades de turismo (muitas das cidades são patrimônios históricos e estâncias turísticas) congregam a região como um todo. O acervo de museus, parques temáticos, igrejas antigas, seus eventos e festas típicas, a rede de hotéis e restaurantes são fatores de integração e facilitação para a preservação desses valores.

A região possui municípios com alto grau de organização social, agregados em lutas por interesses comuns para o fortalecimento de sua infraestrutura, geração de empregos, ampliação da base econômica, defesa do meio ambiente, política fiscal, atratividade a empresas, turismo, melhoria das ofertas de vagas e na qualidade das escolas públicas e privadas. A política de regionalização incorpora esses valores e traços culturais comuns, além de estimular a busca conjunta por recursos externos, racionalizando os esforços e os custos das intervenções nos problemas semelhantes, além de buscar soluções integradas para os problemas sociais e de infraestrutura.

O conjunto dessas cidades exerce influência histórica sobre outras dezenas de cidades que se situam fora do perímetro da região metropolitana, mas têm interação sistêmica e tradicional com a cidade de Campinas. Essa característica é reforçada na atividade empresarial, mas tem seu ponto forte no processo educacional, uma vez que o UniMetrocamp Wyden recebe alunos de todas essas cidades, em quantidade significativa.

A população da região cresce para um total de cerca de 4 milhões de habitantes, se forem computadas as cidades próximas à região metropolitana de Campinas, como Jundiá, Piracicaba, Rio Claro, Itu, Salto, Sorocaba, Louveira, Limeira, Capivari, Bragança Paulista, entre outras.

O UniMetrocamp Wyden tem a missão de participar da integração dessa região, atuando no desenvolvimento de pessoas e de organizações, respeitando sua cultura e meio ambiente e colaborando para seu crescimento autossustentável.

Diante desse cenário, o UniMetrocamp Wyden tem tido condições de promover a formação profissional, tanto inicial como continuada, para atender as expectativas de mão de obra qualificada, contribuindo para melhor desenvolvimento e condições de trabalho. Ciente da necessidade de formar profissionais voltados para as necessidades da região, continua idealizando e implementando cursos com o objetivo de inovar na concepção do perfil dos seus egressos, consciente de seu papel e de suas responsabilidades na contribuição para o crescimento da região e para o fortalecimento de suas raízes históricas.

Nos Projetos Pedagógicos de Cursos em execução, busca-se a excelência acadêmica, capaz de imprimir uma formação competente para a prática profissional, além de uma visão crítica e ética, alicerçada em disposição para a investigação e para o estudo continuado. Os projetos buscam garantir a integração entre a teoria e a prática, a inserção no contexto regional e o serviço comunitário.

O papel do UniMetrocamp Wyden é o de colaborar na implementação de políticas públicas que realmente intervenham na difícil problemática regional e o de empreender ações que complementem o papel do Estado na concepção e incremento de soluções viáveis para a oferta de oportunidades de acesso à educação superior, à educação continuada e à participação em torno das ações de caráter comunitário. Sendo assim, pretende continuar exercendo papel de liderança na geração e transmissão de conhecimentos, impulsionando seu projeto por meio da participação nos estudos e na busca de soluções integradas para a região. Desse modo, continuará deixando traços marcantes na história e cultura dessa região, em compromisso com a sua preservação e desenvolvimento, visando a qualidade de vida da população, o respeito ao meio ambiente e à formação, em nível superior, de profissionais que atuem de forma efetiva no aprofundamento dessas questões.

O município conta com uma população de 1.164.099 habitantes (estimativa Censo IBGE 2015) residindo em uma área de 794,744 km², dividida em cinco regiões, são elas:

- região Leste com 248.939 habitantes e uma área de 340,327 km² (região com maior área - região verde do mapa - ocupando quase a metade da extensão do município)
- região Noroeste com 133.086 habitantes e uma área de 63,330 km² (região com a menor área - região cinza no mapa)
- região Norte com 212.342 habitantes e uma área de 165,955 km² (região com a segunda maior área – região amarela no mapa)
- região Sudoeste com 253.061 habitantes e uma área de 99.606 km² (região é a segunda mais populosa no município e apresenta alta densidade demográfica)
- região Sul com 316.671 habitantes e uma área de 120 km² (região mais populosa do município).

O gráfico acima traz a quantidade de habitantes por faixa em valores absolutos, permitindo analisar que a maioria da população possui entre 20 e 59 anos, havendo também um número alto de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos. Considerando as tendências do país de modo geral, o gráfico apresentado deve mostrar uma alteração significativa no próximo sendo do IBGE, porque há uma tendência que a população idosa aumente em razão do aumento da expectativa de vida do brasileiro. Assim a diferença existente entre a população jovem e a população idosa deve diminuir ao comparar os dados de um censo para o outro, o que já ocorreu no censo do IBGE 2000 para o 2010, no entanto, o crescimento da população idosa tem-se acentuado nos últimos anos, sendo, na realidade uma tendência geral e com certeza isso trará muitos impactos para as políticas públicas e para o perfil da população no município

1.2.1. Concepção do curso

O Projeto Pedagógico do curso de Direito acompanha o momento socioeconômico e histórico que vivenciado nas Sociedades Complexas diante dos desafios do Século XXI, por isso, em conjunto com Yuval Noah Harari indaga que:

O gênero humano está enfrentando revoluções sem precedentes, todas as nossas antigas narrativas estão ruindo e nenhuma narrativa nova surgiu até agora para substituí-las. Como podemos preparar nossos filhos para um mundo repleto de transformações sem precedentes e de incertezas tão radicais? (HARARI, 2018, p. 319)

Quais transformações sem precedentes, como nos diz Yuval Noah Harari, os conduzem a repensar os processos de ensino e aprendizagem na educação jurídica e, sobretudo, neste projeto pedagógico de curso?

Não se pode esgotá-las, mas, algumas delas, podemos perceber de forma bem aproximada: a **Transformação Digital**, que impacta os âmbitos epistêmicos e práticos da vida social, econômica e jurídica; o estresse dos **limites de ação do Estado Moderno**, enquanto tecnologia de gestão social, confrontado com a tensão entre o local e o global; os **desafios da igualdade e inclusão social**, pois ainda não conseguimos superar os problemas das desigualdades sociais geradas pelas relações históricas de exploração e dominação; e, a **reinvenção da relação com a Natureza e o meio-ambiente**, uma vez que a relação instrumental estabelecida pela *aufklärung* (ilustração) deixa exposto que o modelo predatório do consumo dos recursos naturais e destruição da biodiversidade tem nos conduzido aos riscos biológicos e climáticos.

A **Transformação Digital** pode ser considerada como o conjunto de inovações (incrementais ou inéditas) em torno da produção industrial, dos serviços, das relações comerciais, político, governamentais, privadas, em última instância, sociais. Tais inovações não se restringem ao aparato ferramental tecnológico, mas, antes, constituem uma revolução na mentalidade dos atores envolvidos, em todas as suas personas (cidadãos, empreendedores, agentes estatais, investidores), organizações e sociedade. Tal fenômeno produz uma nova subjetividade, padrões sociais, econômicos, políticos e éticos (ROGERS, 2016; SIEBEL, 2019; METALLO, et. all., 2020).

A tecnologia da 4ª Revolução Industrial nos coloca num Mundo 4.0, no qual a Manufatura Aditiva, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, Biologia Sintética e Sistemas Ciber-físicos (BRASIL, ONLINE) transformam nossa forma de conhecer os objetos no mundo (*episteme*), as relações prático-morais, políticas e de aprendizado.

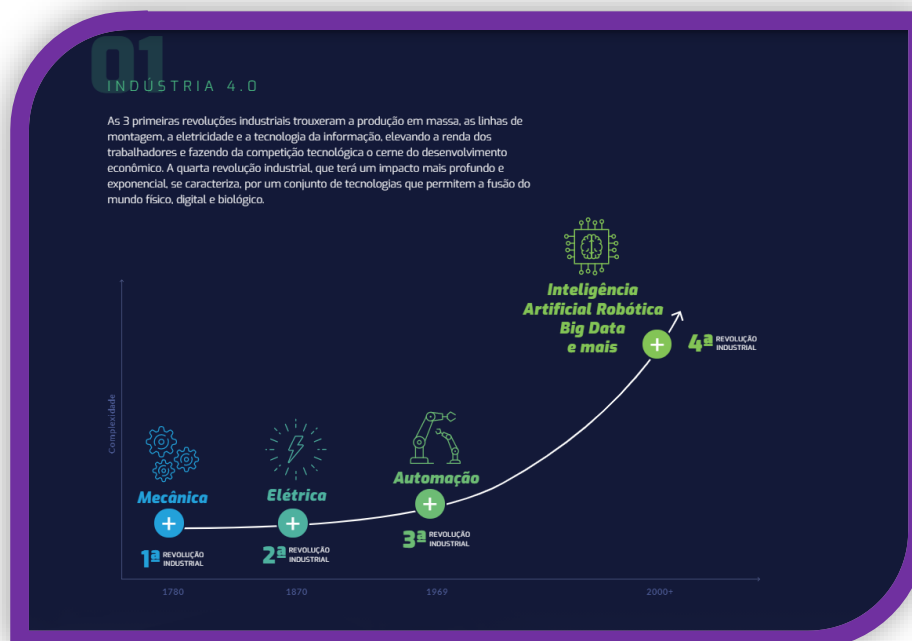


Gráfico demonstrativo das Revoluções Industriais e suas principais inovações tecnológicas.

Fonte: (BRASIL, INGOV, ON LINE)

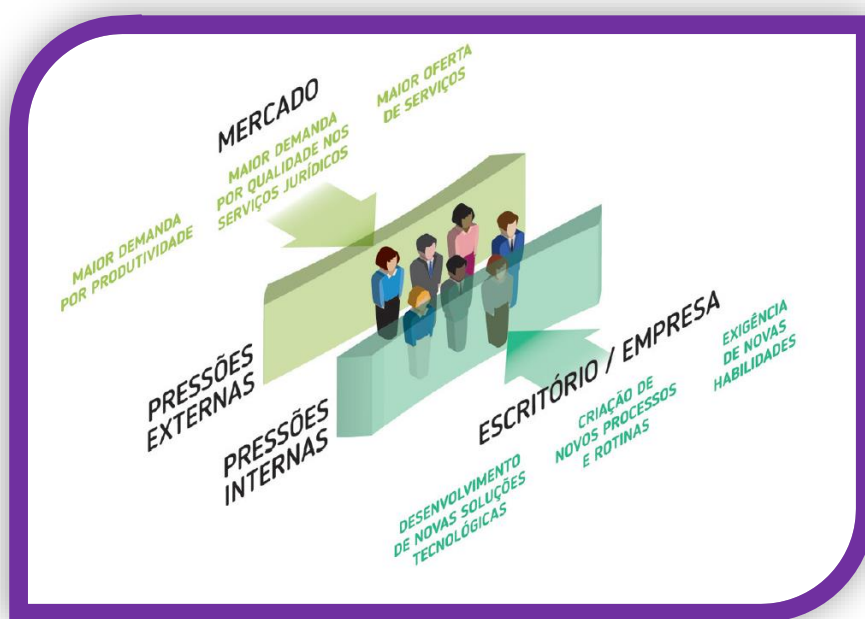
Disponível em: <http://www.industria40.gov.br/>

Governos, Organizações e a Sociedade Civil estão conscientes que tais transformações demandam novas competência. No âmbito das profissões jurídicas, a Transformação Digital conduz à pergunta feita pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação da Fundação Getúlio Vargas, consolidada em relatório homônimo publicado em 2018, “O Futuro das Profissões Jurídicas: você está preparado?”. O estudo feito pela FGV indica pelo menos três dimensões em que a tecnologia produzida pela Transformação Digital impacta a atividade jurídica e suas organizações:

Em uma **primeira dimensão** as novas tecnologias se apresentam como **objeto de análise no campo jurídico**, servindo como debate em demandas judiciais (e.g. uso de bots para impulsionamento de conteúdo durante as eleições) ou na esfera administrativa regulatória/sancionadora. (...) Contudo, uma **segunda dimensão** da relação entre tecnologia e o Direito é a **tecnologia como transformação da atividade realizada por profissionais do direito** (e.g. advogado(a)s, juíze(a)s, promotores(a)s, etc.) e por suas organizações (e.g. escritórios, departamentos jurídicos, etc.) - fenômeno que promete trazer consequências mais profundas para o campo jurídico. (FGV, 2018, p. 07)

Os impactos da Transformação Digital sobre as organizações profissionais jurídicas foram medidos pelo estudo da Fundação Getúlio Vargas - FGV, no qual se verificou que existem: mudanças

profundas no contencioso de massa, o que conduz à necessidade de soluções tecnológicas; automatização e robotização das tarefas de menor complexidade cognitiva, substituindo postos de trabalho de profissionais em início de carreira; a formação de equipes multiprofissionais com a entrada dos profissionais de tecnologia da informação nas equipes jurídicas; e a mudança nas formas organizacionais, inclusive, societárias, em escritórios de advocacia e outras organizações, com alterações nos processos, fluxos, hierarquias e mentalidades.



Esquema produzido pelo FGV – CEPI que demonstra as dinâmicas de transformação do Mercado Jurídico. Fonte: FGV-CEPI, 2018, p. 18.

O entendimento sobre a presente e atual mudança de paradigma não se restringe apenas às organizações privadas, pois, as estruturas do Estado e seus poderes, campo de atuação dos bacharéis formados por este curso, também têm operado as mudanças da transformação digital. O Conselho Nacional de Justiça – CNJ publicou em 2019 o levantamento “Inteligência Artificial no Poder Judiciário Brasileiro”. Neste estudo, o CNJ demonstra a necessidade de desenvolvimento de uma plataforma de inteligência artificial para os tribunais brasileiros, cujo Projeto Sinapses e Victor do STF são exemplos (CNJ, 2019).

Por último, dois marcos legais são dignos de destaque, pois colocam de forma ainda mais premente os desafios da transformação digital no âmbito da sociedade que impactam na educação jurídica, bem como no seu mundo do trabalho: a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709 de 14 de

agosto de 2018) e o Decreto n. 9.854 de 25 de junho de 2019 que institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas.

A LGPD traz uma série de dimensões políticas, sociais, morais e profissionais que demandam uma formação crítica-reflexiva, técnico-jurídica e prático profissional. A proteção dos dados traz à tona as questões dos Direitos Fundamentais, da Liberdade de Expressão, dos limites do Poder Público, das Empresas, do Marketing Comportamental, uma gama tão ampla que traz dificuldade para uma análise breve. Pelo menos dois pontos são destacáveis: o surgimento de um novo campo de atuação profissional com a figura do Encarregado de Dados e de uma nova relação com o Estado, por meio da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Por sua vez o Plano Nacional de Internet das Coisas – IoT, tem por objetivos: a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ganhos de eficiência nos serviços, a capacitação profissional relacionada ao desenvolvimento de aplicações de IoT, geração de empregos na economia digital, o incremento da produtividade, o fomento da competitividade das empresas brasileiras desenvolvedoras de IoT, a promoção de ecossistemas de inovação e a busca de parcerias com os setores público e privado para a implementação da IoT.

Diante desse quadro transformador, a pergunta que a pesquisa faz e que acompanha este PPC é: Como preparar os futuros bacharéis para um mundo repleto de transformações? Como adotar pensamentos exponenciais, críticos, ágeis, que possam romper com os modelos tradicionais e tomada de decisão? Necessário se faz desenvolver novas competências e garantir autonomia ao discente para o processo de aprendizagem. Assim, a Transformação Digital permeia o cenário da educação e influencia diretamente o comportamento das pessoas e suas formas de aprender (KAHNEMAN, 2011).

Estudantes altamente conectados exigem novos modelos de aprendizagem que integram o ensino presencial com o digital. A interação social, agora promovida também pela tecnologia, possibilita a aprendizagem em rede multicultural – uma demanda da nova geração que chega às Instituições de ensino superior. Por esta razão, a concepção deste curso privilegia estratégias disruptivas de aprendizagem que conectam a expertise do ensino presencial com a inteligência do ensino digital, tornando a sala de aula mais interativa e colaborativa.

O curso de Direito, aqui concebido, contempla as competências: da literacia e fluência digital, uso de tecnologias remotas de informação e comunicação, o processo judicial eletrônico, o uso dos aplicativos, banco de dados, mentalidade digital, ágil e orientada por dados, o aprendizado contínuo,

empreendedorismo, inovação tecnológica, dentre outros aspectos necessários ao enfrentamento dos desafios da Transformação Digital.

Se a Transformação Digital traz a necessidade de formação de uma nova mentalidade (digital), tal guinada se aprofunda com a necessidade de novas tecnologias de gestão política e social, uma vez que o Estado, em sua construção moderna, apresenta limites de ação diante dos desafios globais, como o risco de pandemias, terrorismo, desregulamentação e precarização do estado de bem-estar Social e fragilização da ideia de soberania (HABERMAS).

Dado que o Estado e sua estrutura burocrática constituem um dos principais âmbitos de formação e atuação profissional do nosso graduando, necessário se faz a reflexão crítica e humanística, tecnológica e inovadora, e prática sobre suas transformações. O curso deste PPC concebe a necessidade de desenvolver competências humanísticas, críticas e reflexivas em nossos discentes. Há um compromisso intrínseco em formar as lideranças do Estado, da Sociedade e das Organizações, capazes de entender as necessidades dos cidadãos, promovendo o espírito republicano da solidariedade.

Neste sentido, o curso também concebe como necessário a formação de competências socioafetivas e emocionais que tornem nossos discentes capazes de transformar as realidades em que irão atuar, sobretudo, no combate às desigualdades sociais construídas historicamente através da discriminação e violência de gênero, opção afetiva e sexual, etnia, raça e nacionalidade, religião, capacitismo, etária e de classe e renda.

Nesse sentido, o curso de Direito deste PPC está em sintonia com as necessidades prementes da nossa sociedade, local, regional e global. O compromisso do Curso de Direito com a erradicação das formas discriminatórias e violentas produzidas ao longo da História vai ao encontro, por exemplo, da atuação judiciária, vide a Meta 8 do Poder Judiciário Brasileiro que visa priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres (CNJ 2020).

Educamos para transformar em todos os âmbitos de uma formação integral, na dimensão moral (normas práticas inerentes ao comportamento humano em sua universalidade), ética (nas normas práticas inerentes ao convívio em comunidade autodeterminada), social (na educação do comportamento e da vida comunitária), política (na formação e educação para vida em comunidade segundo instituições e regras coercitivas) e profissional (na formação do indivíduo para o mundo do trabalho).

Por último, não menos importante, o presente curso considera os desafios de concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 objetivos que, em sua consideração

integrada e indivisível, expressam as dimensões econômica, social e ambiental do Desenvolvimento Sustentável:

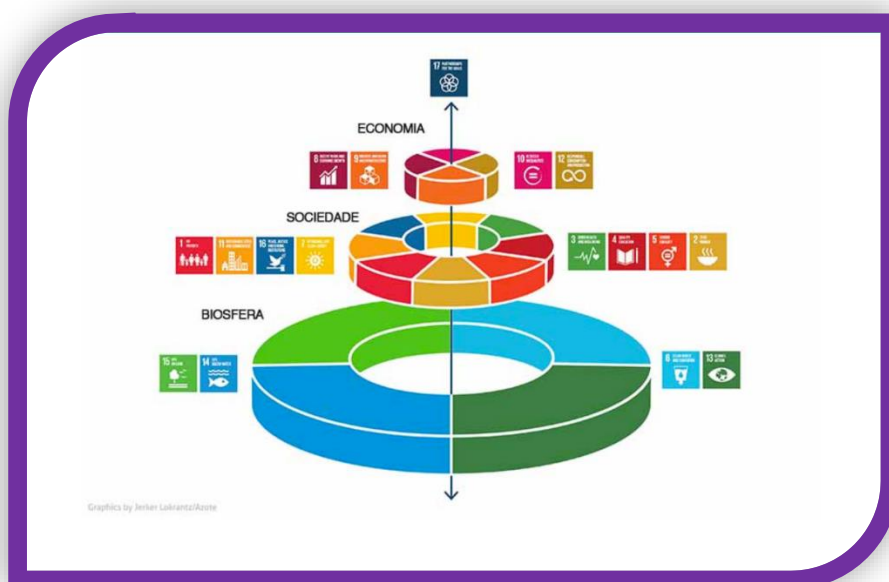


Gráfico que expressa a interconexão dos 17 ODS.

Fonte: (PNUD, PLATAFORMA AGENDA 2030)

Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/os_ods/



Gráfico que demonstra os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: (PNUD, PLATAFORMA AGENDA 2030)

Disponível em: http://www.agenda2030.com.br/os_ods/

Diante dos elementos acima estruturados, a matriz curricular do curso foi concebida como um conjunto integrado que busca promover aprendizagens significativas (AUSUBEL, 1985; 2000), pois estão conectadas com a realidade circundante enfrentada pelos nossos discentes. Seus temas de aprendizagem (conteúdos) constituem meio para o desenvolvimento de competências que ampliam a formação dos alunos e seu compromisso com a transformação da sociedade a sua volta.

A Matriz, os componentes curriculares, a pesquisa, a extensão, as atividades prático-profissionais, as atividades acadêmicas complementares, em conjunto, levam em consideração os desafios acima expostos: da transformação digital, dos desafios das estruturas institucionais formais, da inclusão social e da sustentabilidade. Central para formar as competências necessárias aos desafios atuais e futuros é a metodologia do curso, cujo eixo central é a articulação entre teoria e prática por meio das suas aulas estruturadas no tripé: situação-problema, metodologia e atividade verificadora de aprendizagem.

A metodologia do curso prioriza o protagonismo e a autonomia discente, inovando pedagogicamente. As competências desenvolvidas em sala de aula são sociointeracionalmente construídas por meio da conversação e da atividade prática aplicada em torno de situações concretas ou simuladas que os alunos vivenciarão em suas experiências sociais, políticas e profissionais.

Tal circuito envolve saber, saber-fazer e querer-fazer. Ao aprender cada uma das competências propostas pelo curso, os seus discentes estarão aptos a enfrentar os desafios atuais que diagnosticam a necessidade de uma nova forma de educar. Em conjunto com o protagonismo, a metodologia baseada nas situações-problema, o presente projeto pedagógico considera a operacionalização da inversão da sala como ferramenta potencializadora do processo de ensino-aprendizagem.

Para complementar a prioridade da autonomia discente, a organização do currículo obedece aos princípios de flexibilização, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, que são descritos em campo específico deste documento. O presente PPC prima pela possibilidade de que cada um dos seus alunos construa uma jornada de aprendizagem em que seus interesses sejam respeitados e valorizados.

O curso de Direito, portanto, incorpora, em seu projeto pedagógico, um modelo de aprendizagem cujas principais premissas acompanham os desafios atuais da sociedade. A matriz curricular tem como referência o perfil do egresso e foi desenhada com os componentes curriculares necessários para se preparar futuros líderes capazes de lidar com tais desafios, que exige cada vez mais dos bacharéis em Direito com competências digitais, socioemocionais, bem como atitudes centradas na empatia e adaptabilidade.

Criar, conectar e compartilhar o desenvolvimento dessas competências será fundamental para transformar a realidade à sua volta. Por esta razão, o seu modelo de aprendizagem desenvolve a interação e o pensamento colaborativo, construindo, assim, novas conexões entre os conhecimentos existentes e desenvolvendo as mais variadas “skills”. Divididas em dois grandes grupos: *hardskills* e *softskills*, elas se completam e tornam-se indispensáveis para o sujeito do futuro que estamos formando.

Por isso, a sua proposta pedagógica promove intensa integração entre teoria e prática por meio de metodologias ativas que desenvolvem os temas de aprendizagem abordados em sala de aula objetivando a na solução de problemas. Com o avanço discente no percurso curricular, trilhas de aprendizagem são desenvolvidas para contribuir com a formação dos discentes. Estas encontram o suporte dos programas de reforço pedagógico que são desenhados para que os discentes possam avaliar sua jornada, tomando, assim, consciência e apropriação nos pontos em que podem melhorar no desenvolvimento de suas competências.

Na formação das competências necessárias aos desafios do Século XXI, as Atividades Acadêmicas Complementares – AAC exercem um papel significativo ao estimular os discentes a participarem de experiências diversificadas que contribuem para sua formação acadêmica, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem; complementam a formação ética, social e profissional e fortalecem a sua relação com a sociedade.

O curso inova em diversas frentes, dentre elas, uma destacável, ocorre no ambiente de aprendizagem virtual, elaborado para impulsionar o aprendizado discente.: Dessa forma, é digna de atenção contínua e permanente, a melhoraria da jornada de aprendizagem e a experiência de nossos alunos e professores, o que permite o desenvolvimento de competências em rede de forma múltipla, rápida, intuitiva, criativa no contexto da transformação digital.

O modelo de aprendizagem deste curso baseado em competências tem o aluno e aluna como protagonistas e o professor e professora como orientadores e todos participam, juntos, deste circuito de aprendizagem para além da sala de aula, uma metodologia única e inovadora que conecta a *expertise* do presencial com a inteligência do digital, tornando a nossa sala de aula mais interativa e colaborativa. Tal modelo vai encontro dos desafios atuais, pois:

Num mundo assim, a última coisa que um professor precisar dar a seus alunos é informação. Eles já têm informação demais. Em vez disso, as pessoas precisam de capacidade para extrair um sentido da informação, perceber a diferença entre o que é importante o que não é, e acima de tudo combinar os muitos fragmentos de informação num amplo quadro do mundo (HARARI, 2018, p. 322)

Dessa forma esperamos contribuir para a formação competente de nossos discentes, entregando líderes à sociedade, Estado e organizações capazes de lidar com as incertezas que o Século XXI têm legado.

1.2.2. Missão do curso

O Curso de Direito, na forma do art. 2, §1, I, da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, tem por **missão formar bacharéis em Direito transformadores, inovadores e sustentáveis capazes de promover soluções para os desafios do Século XXI** enfrentados pela Sociedade Civil, Estado e Mercado. Todos os elementos deste Projeto Pedagógico estão em sinergia com construção de bacharéis com ampla e sólida formação humanística, precisa e acurada técnica-jurídica, e expressiva e relevante liderança prática, social e profissional.

O curso busca em sua **visão ser o *player* educacional influente e relevante, reconhecido por formar de profissionais jurídicos reconhecidos pela sua qualidade crítica, humanística, empática, sensibilidade, técnicas, tecnológica, socioafetiva e sustentável**. Queremos que nosso projeto político de curso construa bacharéis em Direito competentes para os desafios do Século XXI, como: a Transformação digital, reforma do Estado e da Administração Pública, da Diversidade e da Inclusão, dos Direitos Humanos e da Ordem Democrática e da Sustentabilidade socioambiental.

Tal compromisso e inspiração são realizados com base nos **valores** da Inovação, do respeito e valorização da Democracia e Direitos Humanos, da inclusão e reconhecimento da diversidade de gênero, étnico-racial, dos povos indígenas, tradicionais e terceira idade, e da responsabilidade por um futuro sustentável que outorgue igual dignidade aos animais humanos, não humanos e à Natureza.

1.2.3. Área de atuação – inserção regional

O Curso de Direito, mais que qualquer outro, oferece amplos espaços de trabalho (Magistratura, Promotoria Pública, Procuradorias e Consultorias, Advocacia, autônoma ou por vinculação em empresas públicas e privadas, área de Segurança Pública, Docência, etc.) para que seus bacharéis possam atuar neste contexto abrangente e desafiador. Em um mundo globalizado e competitivo, que requer conhecimentos específicos associados a uma visão cultural ampla e solidamente estruturada, o profissional do Direito representa a síntese das modernas tendências de formação, tendo em vista a amplitude de sua atuação em distintos campos de interesse da sociedade.


Área Territorial
794,571km ² [2020]

População estimada
1.223.237pessoas [2021]

Densidade demográfica
1.359,60hab/km ² [2010]

Escolarização 6 a 14 anos
96% [2010]

IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal
0,805 [2010]

Mortalidade infantil
7,54óbitos por mil nascidos vivos [2019]

Receitas realizadas
6.119.036,57R\$ (×1000) [2019]

Despesas empenhadas

5.524.987,50R\$ (×1000) [2019]

PIB per capita
54.710,07R\$ [2019]
Notas e fontes

(Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>)

1.3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

No Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI consolidam-se as definições de missão, diretrizes e proposições políticas da IES e o Plano de Gestão, evidenciando os princípios, os desafios a serem enfrentados e definidos com base na análise situacional realizada e na visão dos diversos cenários possíveis, concentrando seu pensamento estratégico nos problemas, e não nos setores, e em políticas claramente direcionadas para a vida acadêmica em toda a sua amplitude.

Com esta perspectiva, a gestão pretende que a IES, em todos os seus setores, seja capaz de desenvolver seu projeto institucional por meio de um processo de planejamento contínuo e participativo, que seja culturalmente incorporado ao seu cotidiano, de maneira que possa articular e desenvolver o máximo de sua qualificação técnica, formal com o máximo de sua missão de instituição de educação superior, produzindo, difundindo e fazendo avançar as fronteiras do conhecimento universal, sem descuidar do avanço e transformação da realidade local, da coletividade da região. Portanto, todos os que integram a comunidade acadêmica devem participar desse processo de gestão que pretende ser inovador, integrador e participativo.

No mesmo sentido, o Projeto Pedagógico Institucional - PPI preconiza que os cursos oportunizem aos estudantes uma sólida formação, com a capacidade de análise e articulação de conceitos e argumentos, de interpretação e valorização dos fenômenos sociais e ambientais, aliadas a uma postura reflexiva e visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, favoreça a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, além da qualificação para a vida, o trabalho e o desenvolvimento da cidadania.

O Projeto Pedagógico Institucional tem como foco o perfil humano de um profissional com competência técnica e política, com pensamentos humanísticos, capacitado para a compreensão dos principais temas, problemas, que o leve à análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere.

A base ética na formação do profissional adota valores de respeito ao ser humano, e cultiva a responsabilidade social, a justiça, a integridade, o respeito às leis e regulamentos, qualidades e princípios inerentes e indispensáveis à formação do cidadão. Logo, existe um grau de articulação entre o PDI e o PPI para as políticas de ensino, pesquisa e extensão da IES.

Nesta linha de pensamento, o Projeto Pedagógico do Curso de Direito expressa uma proposta curricular que aponta para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, configurando-se como um processo educacional único e integrado, garantindo, assim, a formação de um sujeito egresso crítico, reflexivo, criativo, propositivo, inovador, sustentável e com as competências que o tornarão capaz de intervir na sociedade em que está inserido, transformando sua realidade. No curso de Direito, o desenvolvimento e a transformação dos seus discentes estão estruturados na forma que se passa a expor.

Em primeiro lugar, por meio de uma Matriz curricular que contempla componentes atuais, inovadores, humanísticos, críticos, reflexivos, práticos e profissionais. A Matriz curricular, estruturada nas disciplinas que contemplam as três formações previstas nas DCN, traz um percurso **flexível e adaptável**, os alunos e alunas podem optar por trilhas de aprendizagem em conformidade com os seus interesses, tanto na escolha dos componentes, quanto nos temas de atividades complementares e Trabalho de Conclusão; **interdisciplinar**, tanto na conexão interna dos temas de aprendizagem de cada componente com os demais, quanto na conexão dos componentes em si os demais.

As unidades curriculares disciplinares e as atividades acadêmicas complementares, estão estruturadas em torno dos eixos de formação crítico-humanístico, técnico-jurídico e prático profissional, organizadas de forma a serem complementares. A última parte deste tripé, conforme se verá, se dá com a pesquisa. As linhas de pesquisa se ligam à Matriz e à Extensão, uma vez que perfazem campos comum de desenvolvimento de competências.

Por exemplo, a Matriz Curricular traz as disciplinas Direito Cibernético e Direito, Empreendimento e Tecnologia. Nessas disciplinas os alunos desenvolvem também as competências para os desafios da transformação digital. Por sua vez, uma das linhas de pesquisa do curso é Direito, Inovação e Mercados, o que é coerente com os temas de aprendizagem daquelas disciplinas. Ensino e pesquisa se unem à Extensão, uma vez que esta possui, como um dos eixos, a Sustentabilidade, Tecnologia e a Inovação.

Num segundo ponto, a Metodologia Aura, conforme será ainda mais detalhado, promove os objetivos de aprendizagem (desenvolvimento das competências) no Ensino, Pesquisa e Extensão. Isso ocorre porque o método baseado no tripé situação-problema, metodologia e atividade verificadora de

aprendizagem, estimula competências dos três âmbitos. Em sala de aula, os alunos são engajados a lidar com problemas reais ou simulados, cujas respostas demandam investigações de caráter acadêmico, leituras de artigos, levantamentos de dados, construção de resenhas, propostas de intervenções na comunidade, etc.

Por exemplo, na disciplina Organização Estatal, no plano de aula n. 5, os alunos discentes são engajados com uma situação concreta em torno da possibilidade de intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro. Na metodologia desta aula, os alunos precisam pesquisar sobre as diferenças entre a intervenção federal, seus requisitos, procedimentos, etc. Tal pesquisa é fomentada por meio da leitura de relatórios, textos acadêmicos e pareceres judiciais. Ao final, na atividade verificadora de aprendizagem, os alunos precisam emitir um parecer sobre o caso apresentado. Como forma de aprofundamento, há um estudo de caso. Nas Leituras específicas, são indicados textos de periódicos eletrônicos de revistas acadêmicas e, inclusive, uma dissertação indicada em Aprenda +.

Dessa forma, a sala de aula unifica ensino, pesquisa e extensão. Ao ensinar-aprender o que constitui a Intervenção Federal, os alunos podem pesquisar, por meio da metodologia ativa indicada, produzindo textos acadêmicos, como o parecer requerido e entendendo que o resultado de sua pesquisa pode ser uma proposta de intervenção na realidade, uma vez que ao orientar os atores sobre os fundamentos da Intervenção Federal, estão analisando a realidade.

O terceiro ambiente e momento em que o Ensino, Pesquisa e Extensão se conectam na construção de um egresso competente para os desafios do Século XXI, se dá no ambiente mais permeado de experiências e vivências formativas: o Núcleo de Práticas Jurídicas. Verdadeiro laboratório do curso de Direito, o Núcleo de Prática reúne em seu espaço os três âmbitos de formação dos nossos discentes.

No que tange ao Ensino, o Núcleo de Práticas Jurídicas possui 4 Jornadas de Aprendizagem que são desenvolvidas as competências de atuação nos principais campos de direito, tais como: atuação no âmbito cível, consumerista, familiarista, trabalhista, penal, constitucional-administrativo e nas formas consensuais de resolução de conflitos. Os discentes desenvolvem competências técnicas-jurídicas (ao estudar casos, procedimentos e peças), prático-profissionais (ao lidarem com o público e com as responsabilidades da atuação) e crítico-humanísticas (ao serem ambientados com os problemas sociais e com o direito ao acesso à justiça dos cidadãos).

O Ensino é aprofundado no Núcleo de Práticas, porque este exerce um papel fundamental nas práticas extensionistas do Curso, uma vez que prevê em sua atuação: o Escritório de Assistência Jurídica - ESAJ, que atende à comunidade local do território em que está inserida o curso e a IES; além do ESAJ, o Núcleo promove Ações de Responsabilidade Social, na qual o curso deve ouvir a comunidade para,

mediante as competências jurídico-profissionais, possam ser realizadas ações de intervenção nos problemas da comunidade em que está inserido curso.

Outra prática jurídica, capaz de unir Ensino, Pesquisa e Extensão, é a Clínica de Direitos Humanos, prevista no regulamento do NPJ. A Clínica de Direitos Humanos tem por objetivo promover as competências crítico-humanísticas, técnico-jurídicas e prático-profissionais nos discentes. Tais competências se desenvolvem por meio do aprendizado sobre os problemas histórico-sociais da discriminação, violência e desigualdade da nossa sociedade. Na Clínica de Direitos Humanos, os alunos aprendem a pesquisar sobre tais problemas e agir de forma transformadora para sua superação. Tal ação pode se dar pela atuação judicial, legislativa ou socioeducativa, cabendo à comunidade do Curso (docentes, discentes, gestores) decidir em conjunto a comunidade, decidir como atuar.

Por último, Ensino, Pesquisa e Extensão, são ainda mais unificadas no Observatório Jurídico. Tal estrutura do NPJ prevê a realização de pesquisas sobre os problemas da comunidade atendida pelo NPJ, de forma produzir conhecimento jurídico e propostas de intervenção capazes de transformar a realidade dos atingidos. Assim, por exemplo, pode ser que seja levantado uma problemática em torno da organização municipal do transporte público. Os alunos, por meio do Observatório poderão investigar, consolidar e emitir parecer sobre, associando, por exemplo, um projeto de Lei para o legislativo municipal.

Por meio da Matriz Curricular, da Metodologia Aura e do Núcleo de Práticas Jurídicas, Ensino, Pesquisa e Extensão são unificados e dão concretude ao PPI, PDI e PPC de Direito. Nossos discentes são engajados, estimulados, orientados e avaliados de forma a desenvolver suas competências de forma autônoma e significativa. Seu protagonismo é colocado em movimento diante dos problemas práticos de nossa sociedade, articulando os seus temas de aprendizagem com propósitos transformadores.

1.3.1. Políticas de ensino

Na IES, as ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares inovadores na modalidade a distância, conforme previsto no seu PDI, a existência de programas de monitoria, de nivelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições brasileiras ou internacionais, contando com a promoção de ações inovadoras, como o uso de metodologias ativas, e a utilização de novas tecnologias, a partir da opção por um currículo que integre o ensino presencial ao digital. Esse contexto implica uma revisão da proposta curricular dos cursos de graduação da IES, do ponto vista das demandas socioculturais e políticas. Deve-se, em

decorrência deste cenário, a importância do fortalecimento do uso de metodologias ativas e a utilização de novas tecnologias, a partir da opção por um currículo que integre o ensino presencial ao digital. Este contexto implica uma revisão da proposta curricular dos cursos de graduação, do ponto de vista das demandas socioculturais e políticas. A formação do sujeito, neste sentido, passa, necessariamente pela formação humanística, crítica e cultural, perpassando toda orientação pedagógica do formando, alinhamento deste PPC na forma do PPI/PDI.

A formação do sujeito, neste sentido, passa, necessariamente pela rediscussão de papéis sociais e sua relação com uma sociedade marcada pela globalização, pela intensa integração dos mercados e por profundas desigualdades sociais, além de trazer imensos desafios à formação de profissionais, determinando a necessidade de prepará-los para enfrentar as incertezas da sociedade contemporânea.

A política da IES para o ensino de Graduação está orientada para o enfrentamento dessa realidade, buscando disponibilizar oportunidades educacionais a uma parcela expressiva da população, independentemente da origem econômica, racial, cultural e de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, oferecendo uma formação ampla, voltada para a aplicação dos conhecimentos aprendidos na resolução de problemas do cotidiano.

O ensino da Graduação está a serviço de uma formação generalista e plural, o que significa que a preparação para as habilitações profissionais específicas está assentada em conhecimentos sólidos e abrangentes, relacionados às diversas áreas do saber, fortalecendo o compromisso com uma educação transformadora e socialmente atuante. Busca-se ensinar criticamente os conhecimentos, os métodos e as técnicas da ciência, de modo a assegurar o domínio de um campo específico do saber científico e profissional, apreendido a partir de suas articulações com o contexto social

Dessa forma, o curso de Direito incorpora em seu projeto pedagógico um modelo de aprendizagem inovador e conectado com o futuro cujas principais premissas acompanham a evolução cultural da sociedade e suas formas de aprender, bem como prioriza o desenvolvimento de competências relacionadas à área de atuação do profissional de acordo com o mundo de trabalho. São estas competências alinhadas às diretrizes curriculares nacionais que nortearam a construção da estrutura curricular descrita neste PPC.

Como o modelo de aprendizagem do curso é baseado em competências, são priorizados não somente os conhecimentos que devem ser adquiridos pelos alunos, mas as habilidades e atitudes necessárias ao seu aprendizado e que serão necessárias para que o discente esteja apto a vivenciar uma experiência mais completa em sua vida social, política, ética e profissional.

Na figura abaixo, observa-se as principais variáveis que nortearam a construção deste projeto pedagógico: o perfil do egresso desejável pelo mundo de trabalho, as competências necessárias para a atuação profissional e as diretrizes curriculares nacionais.

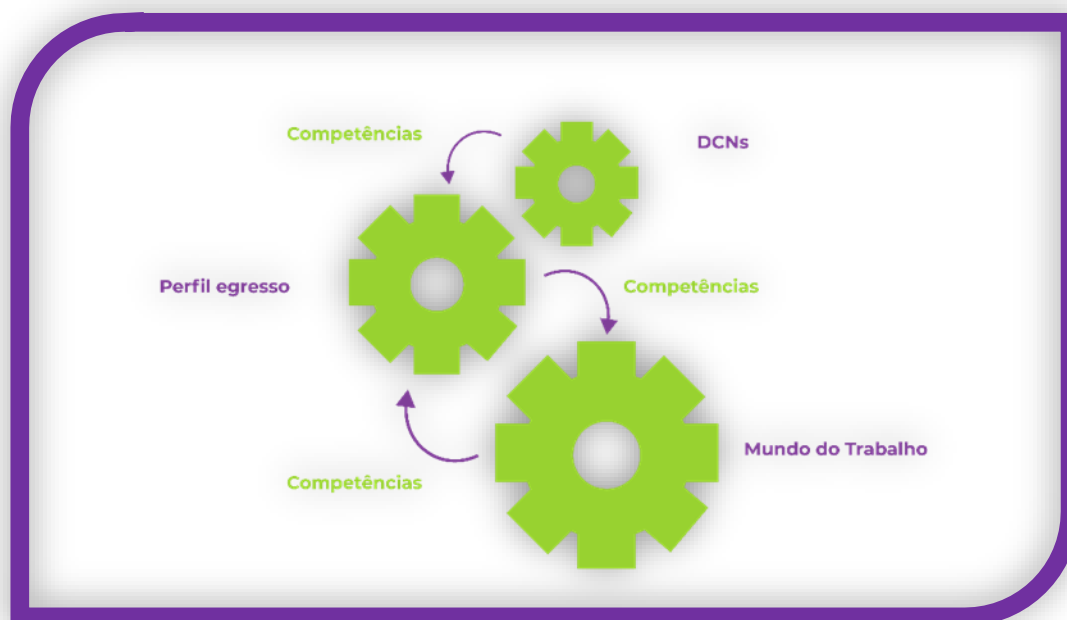


Gráfico da articulação DCN, perfil do egresso e mundo do trabalho.

Isto se observa na definição das competências que serão desenvolvidas pelos alunos durante o curso e como cada componente curricular contribui para a formação do nosso egresso e o desenvolvimento destas competências, descrevendo-se este detalhamento nos Planos de Ensino e Planos de Aula, seja na definição dos objetivos ou ainda nos procedimentos de ensino e aprendizagem.

A construção da matriz curricular, totalmente alinhada ao PDI, incorpora elementos inovadores na sua própria composição, uma vez que acompanha as principais tendências do cenário da educação que apontam o perfil do aluno na atualidade.

Para este público altamente conectado e que tem preferência por conteúdos visuais na hora de estudar, o que caracteriza o perfil do nosso aluno, disponibilizados um conteúdo digital na sala de aula virtual vinculado à cada componente curricular, garantindo, assim, mais autonomia ao nosso aluno no processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia de aprendizagem favorece a autonomia do aluno a partir de uma situação problema, o que estimula a curiosidade dos discentes e incentiva sua participação. Para cada encontro, nos planos de aula, definem-se estratégias de aprendizagem diferentes que favorecem abordagens mais curtas e feedbacks constantes aos alunos. Essas estratégias, que levam o discente a ser sujeito do

processo ensino-aprendizagem como defende o PDI, buscam a articulação teoria/prática, a diversificação dos cenários de aprendizagem e o uso de metodologias ativas, todas devidamente registradas nos planos de ensino e planos de aula, principais ferramentas e elementos do cotidiano docente para planejamento da sua atividade.

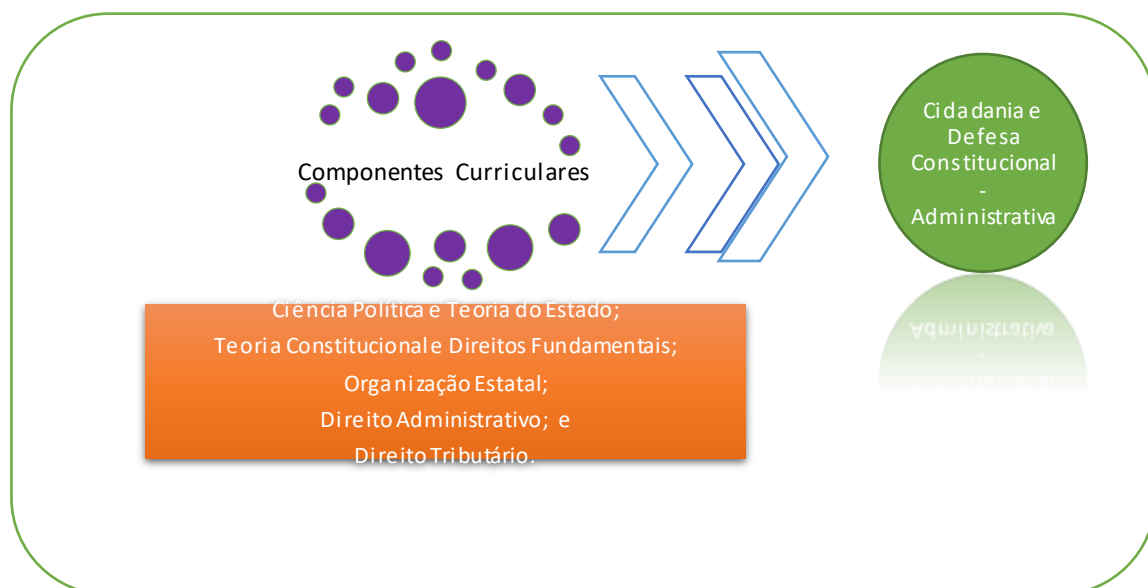
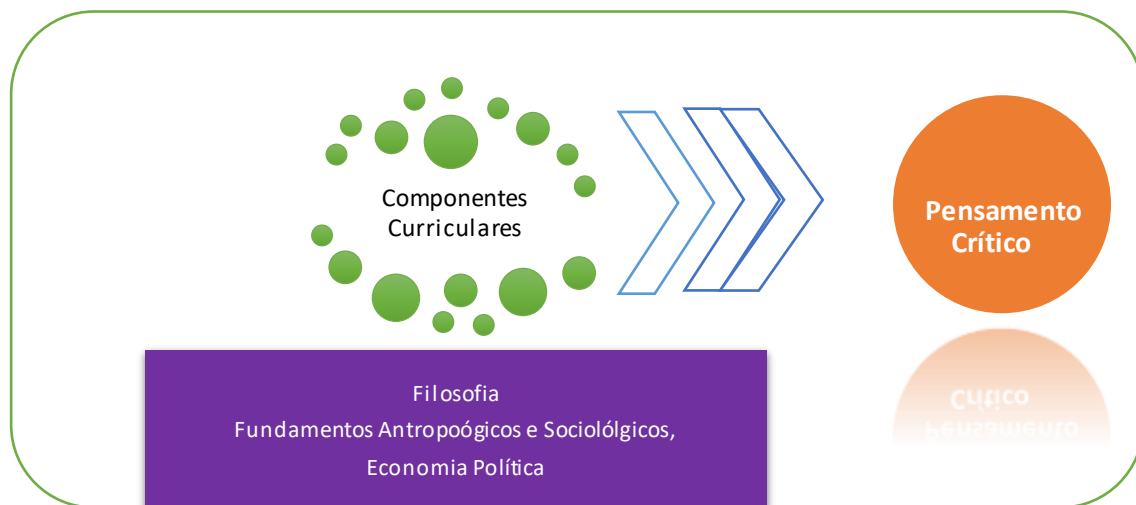
A interação em sala de aula, mediada pelo professor, permite que os alunos se posicionem criticamente diante das situações que são apresentadas em sala dentro da sua realidade local. A escolha metodológica, portanto, favorece a formação de profissionais com uma visão ampla e crítica da realidade local e regional alinhada às premissas do PDI.

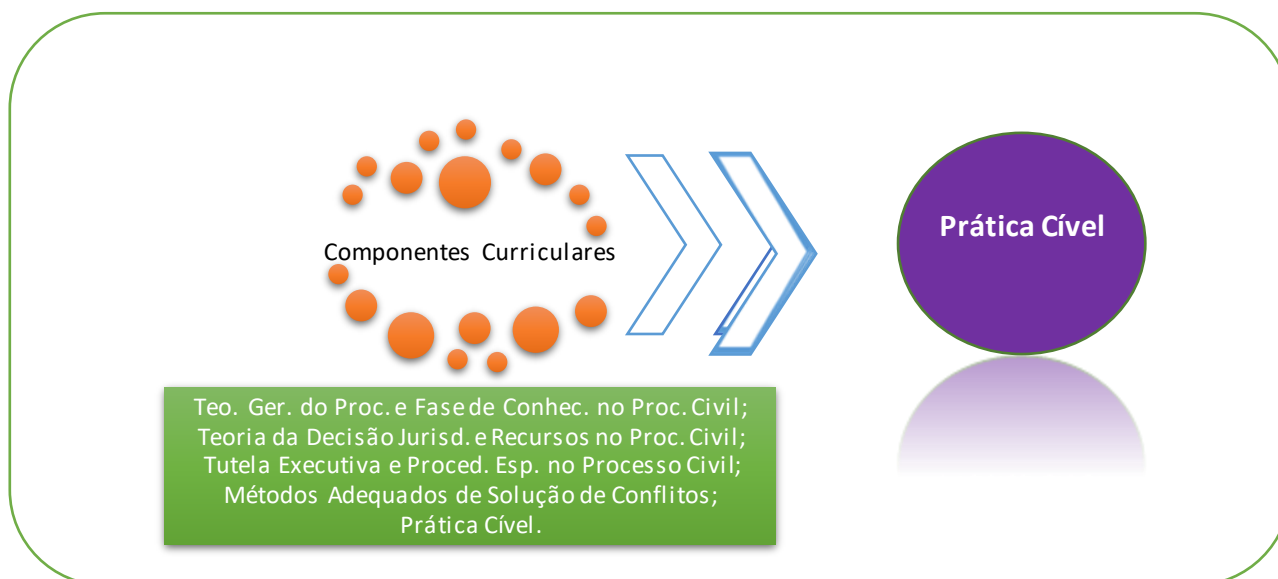
Seguindo ainda, os componentes curriculares estimulam o desenvolvimento da competência trabalho em equipe, estabelecida no PDI, ao propor a discussão em grupo dos temas tratados em sala de aula. Esta instrumentação é proposta nos planos de aula de cada unidade que propõem o desenvolvimento de trabalhos coletivos, com ênfase na resolução de problemas e da ação colaborativas, e pelo estímulo ao uso da tecnologia por meio de ferramentas digitais.

A política de valorização da diversidade, meio-ambiente e promoção dos direitos humanos é operacionalizada no curso de diversas formas: de forma transversal nos componentes curriculares dos temas de aprendizagem e na oferta de atividades acadêmicas complementares que incentivam a formação da competência ética e cidadã.

As certificações também ajudam a operacionalizar, no curso, o desenvolvimento de competências demandadas pelo mercado de trabalho e uma alternativa para estudantes mostrarem em que se diferenciam dos demais candidatos na hora de disputar uma vaga nas organizações. Nos modelos de ensino mais tradicionais, os diplomas apresentam o grau do aluno, mostram as estruturas curriculares percorridas e as notas obtidas, mas ainda não informam sobre competências desenvolvidas. Por isso, as certificações ajudam alunos a comprovarem competências adquiridas ao longo do curso.

No curso de Direito as certificações são alcançadas a partir de trilhas de aprendizagem que reúnem unidades curriculares de **(a) formação geral, (b) técnica-jurídica e (c) prático-profissional**. Uma trilha de aprendizagem pode ter para os certificados entre 3 e 5 unidades curriculares disciplinares. Ao completar com aproveitamento acadêmico uma trilha, o graduando é certificado. Ao todo são dadas 12 certificações: Pensamento Crítico; Direito e Argumentação Jurídica; Ética, Sustentabilidade e Inovação no Direito, Promoção e Defesa Constitucional-Administrativa, Promoção e Defesa da Liberdade, Negociação e Defesa do Patrimônio, Promoção e Defesa da Empresa, Promoção e Defesa os Direitos Humanos, Promoção e Defesa Social, Prática Cível, Prática Penal, Pesquisa e Ciência Jurídica. Abaixo, três exemplos cuja visão completa pode ser apropriada no **Anexo II**:





Com as trilhas de aprendizagem, o graduando pode traçar seu desenvolvimento priorizando, de acordo com a sua autonomia, percursos dentro do currículo que concretizam as competências que realizam seus interesses de aprendizado, cognitivos, sociais e profissionais. Assim, se em determinado momento de sua trajetória, de forma autônoma, seu interesse for pelas competências do Direito do Estado, poderá, então, percorrer a trilha exemplificada acima, adquirindo as competências do profissional do Direito do Estado. Por sua vez, se seu interesse for por uma carreira junto às empresas, poderia, igualmente, optar pela trilha do Direito Empresarial. Se for de seu interesse as competências inerentes ao penalista, caberia a trilha do Direito Penal. Assim, sucessivamente, o graduando determina seu desenvolvimento.

Importante destacar que o graduando terá de integralizar 10 semestres, bem como desenvolver o currículo generalista, respeitando as três perspectivas de formação preconizada pelas DCN. Todavia, considerando a sua jornada de aprendizado, a diversidade de experiências e os interesses que venham desenvolver ao longo de sua vida acadêmica, o mesmo poderá optar e desenvolver trilhas de acordo com as suas escolhas e preferências, sempre respeitando as margens determinadas pela legislação educacional em vigor.

Se por um lado a autonomia é um dos pilares da formação do nosso graduando, sua completude só é alcançada por meio do Interacionismo Social, uma das filosofias pedagógicas matriz do PDI¹, observada neste PPC. Dessa forma o graduando desenvolve seu aprendizado por meio das interações provenientes das relações humanas, sociais e culturais.

Como exemplos que dão concretude a esta filosofia pedagógica, reunimos, abaixo, algumas práticas que permitem a operacionalização efetiva em sala de aula destes pilares (autonomia e Interacionismo Social), tais como: (a) articulação do tema de aprendizagem com a realidade do aluno o seu cotidiano; (b) as associações com a utilização de casos reais/fictícios para despertar as competências desejáveis, além da curiosidade, engajamento e autonomia discente; (c) o uso de ferramentais digitais que fazem parte do dia a dia do aluno; (d) realização de atividades práticas efetivas para que os alunos compreendam o propósito daquele tema de aprendizagem na sua vida profissional; (e) variabilidade de recursos pedagógicos nos planos de aula; (d) troca de experiências entre professores veteranos e professores novatos, bem como dos professores dos últimos períodos e dos períodos iniciais, para que o curso possa ser pensado pela comunidade acadêmica como um todo e não, por disciplina isoladamente.

Além do desenvolvimento dos discentes durante a graduação, é necessário articular as dimensões da formação contínua qualificada. Por isso, a relação entre graduação e pós-graduação é fundamental, sobretudo, se considerarmos a atual cenário de aprendizagem contínuo (*Lifelong Learning*).

A pós-graduação se articula com a graduação, portanto, ao (a) oferecer cursos *lato sensu*, especializações, que constituem oportunidades de aprofundamento dos campos jurídicos que os discentes e futuros pós-graduandos poderão atuar no Mundo do Trabalho; (b) estabelecer networking e relacionamento entre os discentes da pós-graduação e os discentes da graduação, oportunidade em que ambos os alunos poderão trocar experiências e vivências sobre as suas experiências sociais, jurídicas e profissionais; (c) atividades Acadêmicas com a participação dos alunos da pós-graduação, tais como palestras, seminários, colóquios, workshops. Etc., que estes podem apresentar aos discentes suas pesquisas, estudos e atuações de forma a destacar a aprendizagem contínua e o aprofundamento crítico-reflexivo, técnico-jurídico e prático profissional; (d) participação dos discentes pós-graduandos em orientações, bancas, por meio do acompanhamento da coordenação de curso.

¹ Além do sociointeracionismo, o humanismo e o cognitivismo construtivista embasam o PDI e o presente PPC.

1.3.2. Políticas de pesquisa

Há diversos mecanismos permanentes no âmbito da IES para fomentar a cultura de pesquisa em seus cursos, entre eles, a abertura de editais regulares de Iniciação Científica, divulgados no primeiro semestre do ano e de Pesquisa Produtividade, publicado logo do início do segundo semestre do ano corrente.

A atividade de pesquisa, no curso, tem entre seus objetivos estimular o espírito crítico e investigativo que, efetivamente, fortaleça a formação do aluno, além de gerar riqueza e bem-estar para a sociedade. Simultaneamente, faz-se necessário que a sociedade se beneficie dos resultados das pesquisas realizadas e que os alunos e professores tirem proveito prático dos trabalhos realizados.

Isso leva a uma proposta de pesquisa com foco no aspecto aplicado, o que apresenta consonância com o perfil do egresso que se deseja formar, além de atividades com potencial para ativar a economia e gerar a transformação social. Nada obstante, a atividade de pesquisa está em constante diálogo com os organismos públicos e o Estado, as entidades da Sociedade civil organizada, os organismos internacionais e as organizações empresariais, de forma que a haja a efetiva garantia de que o conhecimento produzido na IES alcançará a sociedade.

Para gerar mais resultados e focar em uma educação transformadora, o projeto de educação superior da Instituição direciona esforços para a prática sistemática da atividade de pesquisa em associação direta com os mecanismos de apoio à pesquisa disponibilizados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa e dos Fundos Setoriais.

Abaixo, detalhamos cada um dos programas e como eles se relacionam com o curso: Iniciação Científica e Pesquisa de Produtividade.

1.3.2.1. Iniciação Científica

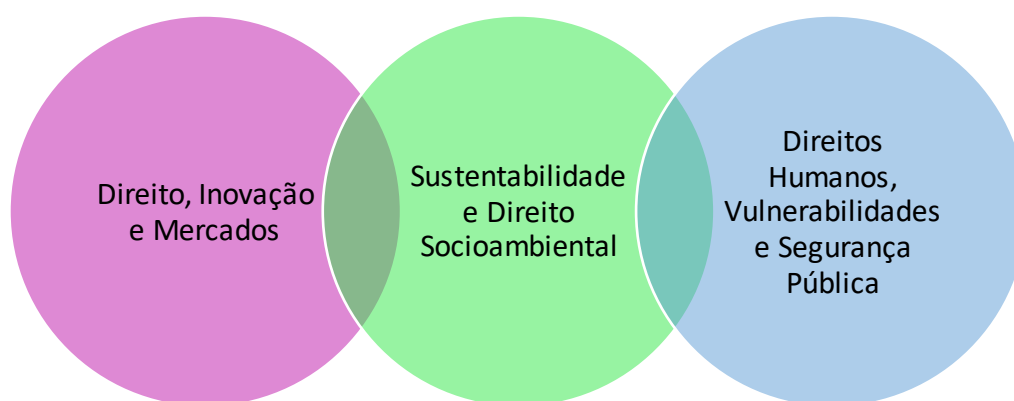
A Iniciação Científica tem como objetivo despertar a vocação científica dos alunos de graduação, estimular e desenvolver o pensamento científico, aptidão criativa, capacidade crítica, buscar soluções inovadoras, bem como desenvolver a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisas, além de conscientizar o aluno em relação a questões sociais e éticas inerentes à pesquisa científica.

A ideia é estimular os professores/pesquisadores a envolver estudantes no processo de investigação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito das linhas e dos grupos de pesquisa institucionalizados e auxiliar no desenvolvimento de recursos humanos que atuem de modo inovador e produtivo na sua comunidade e se dediquem ao fortalecimento da capacidade inovadora em diferentes realidades produtivas.

A política de Pesquisa Institucional da IES materializa-se na graduação por regulares editais de candidaturas para o Programa de Iniciação Científica, com remuneração específica para os orientadores e concessão de bolsa aos alunos participantes. Todos os projetos são submetidos ao Comitê Institucional de Iniciação Científica e os relatórios são avaliados pelo mesmo Comitê e publicizados em diversos meios de comunicação, garantindo, assim, a transparência no processo de seleção.

Com o objetivo de gerar a troca entre estudantes e professores, é realizada, anualmente, a Jornada de Iniciação Científica, parte integrante do Seminário de Pesquisa da IES, evento aberto a toda comunidade acadêmica, no qual são submetidos trabalhos de graduação, cujos resumos sofrem avaliação cega por três membros do Comitê Editorial. Os alunos que participam da IC apresentam os resultados de seus trabalhos na jornada e elaboram relatório semestrais individuais, que são avaliados pelo Comitê de IC e devolvidos ao professor orientador e alunos, permitindo-lhes, desta forma, repensar questões teórico-metodológicas, identificar oportunidades de melhoria e aperfeiçoando, assim, os trabalhos realizados.

Em especial, o curso de Direito promove a Semana Acadêmica do Curso de Direito, cujo calendário fixo anual permite a participação dos alunos e demais atores da sociedade e a Semana de Iniciação Científica, momento em que os alunos compartilham sua produção científica com a comunidade acadêmica da IES nas linhas de pesquisa definidas para o curso: (i.) Direito, Inovação e Mercados; (ii.) Sustentabilidade e Direito socioambiental; (iii.) Direitos Humanos, Vulnerabilidades e Segurança Pública.



✓ Na linha de pesquisa **Direito, Inovação e Mercados** são estudadas as atuais transformações tecnológicas, informacionais, computacionais, organizacionais e suas implicações no âmbito das Economias de Mercado, tais como economia compartilhada, *startups*, plataformas de marketingplace, streaming, fintechs, legal techs, edutechs, etc. De que forma o Direito pode contribuir para o

desenvolvimento dessa nova etapa da economia global ao mesmo tempo em que se reconstrói sob os influxos da formação da nova mentalidade digital e exponencial que as Sociedades capitalistas atuais estão passando.

✓ Na linha de pesquisa **Sustentabilidade e Direito socioambiental** são estudadas os impactos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito das Sociedades Democráticas e de que forma o Direito pode contribuir para a sua promoção, regulação e aplicação. Como promover um desenvolvimento que respeite os limites equitativos que protejam as gerações atuais e futura num planeta saudável.

✓ Na linha de pesquisa **Direitos Humanos, Vulnerabilidades e Segurança Pública** são estudadas as vulnerabilidades dos grupos sociais historicamente discriminados em função do gênero, orientação afetiva/sexual, raça, etnia, nacionalidade, capacitismo, faixa etária, classe e renda. A linha de pesquisa visa desenvolver projetos em que sejam estudadas as formas pelos quais pode-se promover e fortalecer os Direitos Humanos como instrumento de resistência e transformação de realidades opressoras. Dentre as temáticas possíveis, como a Segurança Pública pode contribuir para a promoção dos Direitos Humanos e proteção dos grupos vulnerabilizados.

Tais linhas de pesquisa estão em conformidade com o PDI, demonstram um forte compromisso com a formação de profissionais com elevado nível de consciência crítica, humanismo, inovação, compromisso com a sustentabilidade, ética e responsabilidade para atuarem cientificamente e tecnicamente integrados com o meio ambiente e com o desenvolvimento social, econômico, local, regional e nacional.

Nessas semanas, professores, pesquisadores, alunos e expoentes do mercado são convidados a trocar experiências, a partir de palestras, *workshops* e oficinas sobre a temática escolhida de acordo com a linha de pesquisa estabelecida para o curso. Desta forma, a sociedade pode beneficiar-se da capacidade de pesquisa já instalada no curso que é uma das políticas do PDI. A revista eletrônica do curso de Direito é o local onde publicamos os artigos científicos produzidos pelos alunos e professores ao longo de sua trajetória acadêmica.

1.3.2.2. Pesquisa Produtividade

O Programa Pesquisa Produtividade tem como objetivo estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa e incentivar a produção científica entre os docentes dos cursos de graduação. Trata-se de um Programa que se realiza com recursos próprios nos moldes do auxílio de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

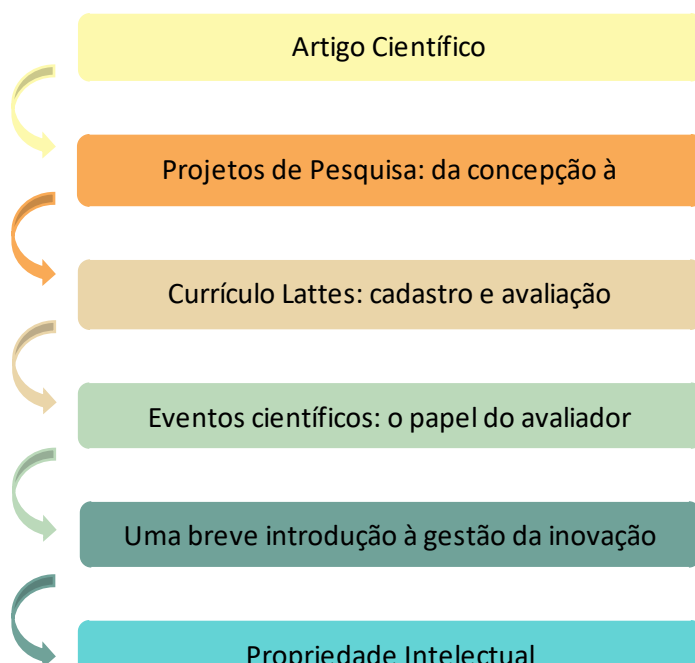
O programa remunera, mediante submissão via edital, docentes para realização de pesquisa científica. Os projetos são examinados pelo Comitê de Pesquisa Produtividade composto por professores doutores ou de notório saber em cada Centro de Conhecimento. Esse comitê interage mensalmente com todos os participantes do Programa e promove a necessária integração entre Graduação e Pós-graduação.

São oferecidos aos pesquisadores retorno individual e personalizado para o e-mail institucional de cada um, pois cabe ao comitê um papel pedagógico nesse processo. Assim, oportunizam-se, constantemente, aos pesquisadores uma compreensão mais profunda sobre questões metodológicas, teóricas e deontológicas que garantem excelência na pesquisa.

A Instituição estimula a divulgação da atividade de pesquisa e interação com outros pesquisadores mediante o fomento para as publicações científicas nos periódicos e congressos das respectivas áreas. Além disso, no âmbito interno, publica-se, semanalmente, o Boletim de Pesquisa, que apresenta as produções acadêmicas de professores da IES, além de divulgar oportunidades na área da pesquisa local, nacional e mundialmente.

O Boletim é enviado aos professores por e-mail institucional e disponibilizado no portal da instituição. Dessa forma, publicizamos as atividades de pesquisa na comunidade acadêmica, memorizando a produção científica e disseminando essa prática entre os docentes.

Estimula-se, ainda, a participação dos professores nos treinamentos em Pesquisa, disponibilizados na universidade corporativa da IES, a fim de estimular o aprimoramento docente em sua produção científica. Nesse contexto, há uma trilha intitulada Iniciação Científica e Pesquisa com 6 (seis) cursos oferecidos de forma gratuita para todos os nossos docentes. A trilha contempla os treinamentos listados a seguir:



A participação dos professores nesses treinamentos permite mais qualidade às atividades realizadas, desenvolvimento de projetos de pesquisa alinhados às premissas institucionais estabelecidas no PDI.

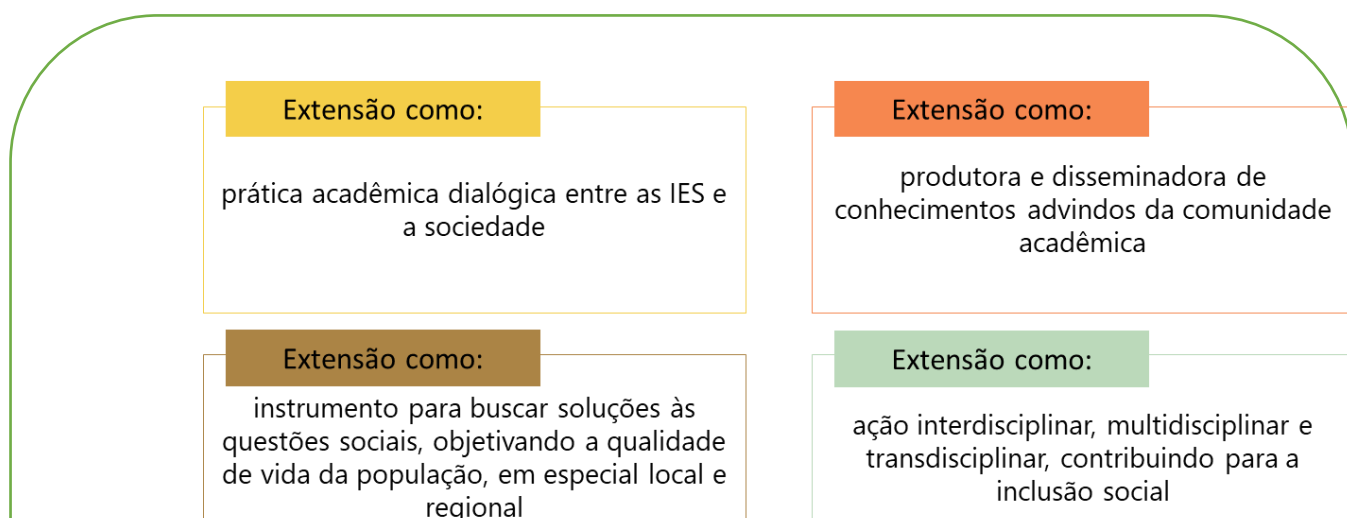
1.3.3. Políticas de extensão

As atividades de Extensão permitem a troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, tendo como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na Instituição. Um dos principais objetivos da Extensão é a troca sem hierarquia de saberes, o que permite uma relação dialética de aprendizagem, seja IES/comunidade ou comunidade/IES. Assim, a lógica assistencialista cede lugar a uma extensão que busca empoderar todos os atores envolvidos neste processo.

Opera-se, também, nas atividades de Extensão um novo conceito de ‘salas de aula’, que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. ‘Salas de aula’ são todos os espaços, dentro e fora das IES, em que se apreende e se constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas.

As atividades de Extensão constituem aportes decisivos à formação do estudante pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas, o que permite o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que reafirma e materializa os compromissos éticos e solidários das IES.

As práticas extensionistas do curso estão pautadas pelas seguintes diretrizes institucionais:



A extensão, dessa forma, visa uma intervenção social, em estreito diálogo com a comunidade do entorno por meio da articulação entre teoria e prática de duas formas: Extensão Social e Extensão Continuada.

A curricularização da extensão tornou as atividades de extensão como parte obrigatória da carga horária mínima dos cursos de graduação. Essa diretriz surge da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), com prazo de implementação até 18/12/2022. A adequação metodológica da estrutura curricular por meio da criação de um percurso extensionista socio formativo em alguns componentes curriculares que será orientado por professores. Os objetivos da inserção da extensão, dentro da grade curricular são:

- efetivar o currículo para materialização da missão, visão, valores/princípios institucionais;
- alavancar a indissociabilidade entre as dimensões acadêmicas (ensino-pesquisa-extensão);
- promover a organicidade acadêmica e administrativa, sob a perspectiva de um ecossistema de gestão eficiente e inovador;
- aproximar a matriz curricular das demandas locais/regionais e das políticas públicas;
- garantir a evolução/aperfeiçoamento dos indicadores avaliativos dos cursos de graduação.

Trazemos, em nosso modelo de aprendizagem, o conceito de *cultura maker* para dentro do campus em nossos núcleos de extensão -espaços colaborativos que promovem o fortalecimento das competências sociais, técnicas e comportamentais dentro de uma perspectiva interdisciplinar. As premissas são:

- Manutenção da operação atual das matrizes com formato de 3+1;
- Preservação da carga-horária total mínima exigida pelas DCNs, incluindo os 10% obrigatórios da extensão.

- Regras de oferta dos componentes extensionistas na Lista de Restrições.

As atividades de extensão foram desenhadas para garantir dentro da proposta do modelo de aprendizagem o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais alinhadas ao perfil do egresso descrito do Projeto Pedagógico do Curso. A adequação dos documentos acadêmicos para as visitas regulatórias e a operacionalização das atividades nas IES serão realizadas em fases. Na fase 1, os cursos listados no quadro seguinte estarão com a documentação disponível a partir de 31 de março de 2023.

No curso de direito, as disciplinas ofertadas na modalidade extensionista são:

- MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS
- DIREITOS DO CONSUMIDOR
- FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS
- DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES
- DIREITOS HUMANOS

Extensão Social

O programa de Extensão Social remunera os professores extensionistas a partir da inscrição anual e seleção do Comitê de Pesquisa e Extensão, além de garantir horas de atividade complementar aos alunos envolvidos nas atividades.

O Comitê de Pesquisa e Extensão é composto por professores mestres e doutores de todas as áreas do conhecimento presentes na IES, com experiência comprovada em pesquisa e extensão, e tem como atribuições avaliar as propostas de extensão submetidas pelos docentes e selecionar os projetos mais relevantes para a comunidade acadêmica e a população que habita o entorno. Além disso, cabe ao comitê acompanhar os projetos de extensão social, avaliando cada projeto individualmente.

Assim, o comitê emite um parecer sobre as atividades extensionistas realizadas, o que permite ao professor melhorar a qualidade da extensão desenvolvida ao longo do processo, estabelecendo um diálogo contínuo entre todos os envolvidos. Cada professor extensionista passa por três avaliações trimestrais, além de uma avaliação final, recebendo retorno do comitê em cada uma delas. Essa prática evidencia uma preocupação pedagógica com relação aos participantes, no sentido de estimular uma cultura de extensão, além de auxiliar professores e alunos a reconhecerem, nesses relatórios, quais são suas oportunidades de melhoria, além de direcioná-los adequadamente.

Extensão Continuada

A extensão continuada abrange os projetos de extensão de caráter orgânico-institucional, estruturante, regular e continuado, vinculados diretamente aos cursos de graduação e aos laboratórios específicos de formação didática. Por essa razão, ocorrerem de forma contínua e são estruturadas a partir das necessidades de cada disciplina

O curso de Direito, em conformidade com o PDI, desenvolve atividades de extensão, oferecendo possibilidades para a comunidade acadêmica por meio de seu Núcleo de Práticas Jurídicas, cuja atuação será detalhada em item abaixo.

As atividades desenvolvidas no curso estão em conformidade com o PDI que defende a ideia de que a Extensão é um processo educativo, cultural e científico, além de viabilizar a relação transformadora entre a Instituição e a sociedade. O curso conta, ainda, com Regulamento Institucional de Extensão aprovado pelo Conselho Superior da IES que se encontra em anexo.

Entre as práticas extensionistas desenvolvidas pelo curso de Direito, destaca-se a Clínica de Direitos Humanos, projeto integrante do Núcleo de Práticas Jurídicas cujo objetivo é desenvolver as competências jurídicas, socioafetivas, comunitárias e republicanas dos discentes no intuito da defesa dos grupos sociais vulnerabilizados em função do preconceito e discriminação historicamente construídos. Por isso a Clínica de Direitos Humanos tem por objetivo desenvolver as competências dos discentes no combate à violência contra criança e adolescente, contra a mulher, contra o racismo, cultura africana e afro-brasileira, povos indígenas, povos tradicionais, contra a discriminação das formas afetivas, contra a pessoa com deficiência e contra o idoso.

Os alunos têm acesso à Clínica de Direitos Humanos ao ingressarem no Núcleo de Práticas Jurídicas no 7º período. Nessa etapa já passaram pelos estudos de formação crítico humanística, como Fundamentos Antropológico e Sociológicos, Ciência Política e Teoria do Estado, Filosofia, bem como pelos estudos técnico-jurídicos, como Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Organização Estatal, Direito Administrativo, etc.

Ao ingressar no Núcleo de Práticas Jurídicas, por meio de Edital e Processo Seletivo, terão a oportunidade de participar das atividades da Clínica de Direitos Humanos. Esta, prevista regimentalmente no NPJ, apresenta projetos que atendem às necessidades da comunidade local em que está inserido o curso. Uma vez identificado a temática premente a ser atendida, os alunos passarão por capacitações socioeducativas e profissionais para atuação judicial, legislativas e administrativas em torno dos Direitos Humanos para que possam promover intervenções transformadoras nas

comunidades de atuação da Clínica. Dessa forma a Clínica realiza a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Outra frente de desenvolvimento dos discentes que unifica a Extensão, Ensino e Pesquisa é o Observatório Jurídico, estrutura também prevista para o laboratório do Direito, o Núcleo de Práticas Jurídicas. No Observatório Jurídico os alunos são convidados a realizar pesquisas que possuam relevância prática e interventiva sobre os problemas da comunidade atendidos pelo Núcleo. A temática a ser identificada não é pré-determinada, devendo ser um consenso entre os docentes, discentes e comunidade. Após identificar os problemas mais prementes da comunidade atendida, os alunos precisam levantar dados, informações, fluxos, processos, bibliografias, para, ao final, propor um projeto de intervenção capaz de atender às necessárias modificações jurídicas para a solução do problema.

Por exemplo, pode ser verificado que nos bairros em volta a IES haja um problema organização da mobilidade urbana, sendo necessário redesenhar o fluxo do trânsito; após levantado os dados, evidências, elementos comprobatórios, os alunos podem peticionar à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana para demandar alterações e mudanças que podem melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Por meio da Clínica de Direitos Humanos e do Observatório Jurídico, a Extensão do Curso de Direito da IES é unida à Pesquisa e ao Ensino, uma vez que todas as formas de atuação transformadora demandam competências que são desenvolvidas dentro de sala de aula, do Núcleo de Práticas Jurídicas e junto à sociedade civil que, ao final, acaba sendo beneficiada pela atuação do Curso que pode e maneira transformadora modificar realidades por meio de seus discentes, cujas experiências de aprendizado serão significativas.

Especificamente na UniMetrocamp, temos o desenvolvimento de uma Clínica de Direitos Humanos, desde o final do ano de 2021, voltadas às pessoas em situação de vulnerabilidade, por meio de uma atuação humana e digna, para melhor compreensão das suas angústias e de suas necessidades, de modo a atuar conforme os anseios e as necessidades dessa parcela da população, tão esquecida por muitos.

Políticas de Extensão

Para o UniMetrocamp Wyden, as atividades de extensão não são apenas voltadas para a melhoria das condições sociais da comunidade com a qual se relaciona. Mais do que isso, para o UniMetrocamp Wyden, a extensão se concretiza a partir da mudança social do alunado e do indivíduo alcançado pelos projetos de extensão proporcionados pela Instituição. Dessa forma, sujeito e objeto se transformam.

Para o UniMetrocamp Wyden, a Educação Superior tem como uma de suas missões estratégicas a consolidação de uma nação soberana, democrática e capaz de gerar a emancipação social, o que encontra lastro no artigo 43 da LDB, inciso VI, que afirma que a missão da educação superior é “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade”.

A extensão é entendida como uma prática acadêmica que interliga a Instituição de Ensino Superior nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. As atividades de extensão, articuladas com o ensino e a pesquisa, são realizadas na forma de projetos permanentes ou temporários, sob a responsabilidade dos cursos e supervisionadas pelo Pró-Reitor Acadêmico.

As atividades de extensão podem assumir as seguintes formas, conforme definindo pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos:

- Cursos de Extensão: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, que têm como requisito algum nível de escolaridade. Podem ser cursos de atualização, de formação, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação cultural, de especialização técnica e outros que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente;
- Eventos: apresentação e exibição públicas e livres do conhecimento ou produto cultural, científico ou tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Instituição, podendo ser classificado como congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival, etc.;
- Programas de Ação Contínua: conjunto de projetos e atividades de caráter orgânico-institucional, compondo ações processuais e contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico ou tecnológico voltados a um objetivo comum;
- Prestação de Serviços: consultorias, assessoria e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores e que utilizam recursos humanos e materiais da Instituição.

1.4. GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A gestão acadêmico-administrativa do curso é realizada pelo Coordenador de Curso com a participação ativa do Núcleo Docente Estruturante e decisões do Colegiado de Curso, composto pelo corpo docente e representação discente.

O Coordenador é selecionado com base em sua experiência na educação superior, titulação, formação e atuação na área do curso, além de competências adequadas para atuar como gestor. São

requisitos mínimos para investidura no cargo: graduação no curso de Direito, pós-graduação stricto sensu; experiência profissional de atuação na área no mínimo de três anos. O Coordenador é uma referência acadêmica para seus pares, respeitado academicamente pelos docentes e discentes, reflete o alinhamento aos valores institucionais.

O Coordenador do Curso de Direito da IES é o responsável pela determinação e cumprimento das diretrizes acadêmicas do curso com o objetivo de atender às exigências do Ministério da Educação (MEC), assegurando a qualidade do ensino por meio do acompanhamento da qualificação e desempenho do corpo docente e da adequação da infraestrutura necessária. Atua como base fundamental do curso, esclarecendo dúvidas, determinando procedimentos e controlando a execução das diretrizes estabelecidas.

O Coordenador do Curso é mais que um(a) mediador(a) entre alunos, professores e Instituição; reconhece as necessidades da área em que atua e toma decisões que possam beneficiar a comunidade acadêmica; gerencia e executa o PPC; acompanha o trabalho dos docentes e está comprometido com a missão, a visão e os valores da IES; está atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de sugerir adequação e modernização do curso; atua como gestor de equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente e colaborando com o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos e o crescimento da Instituição.

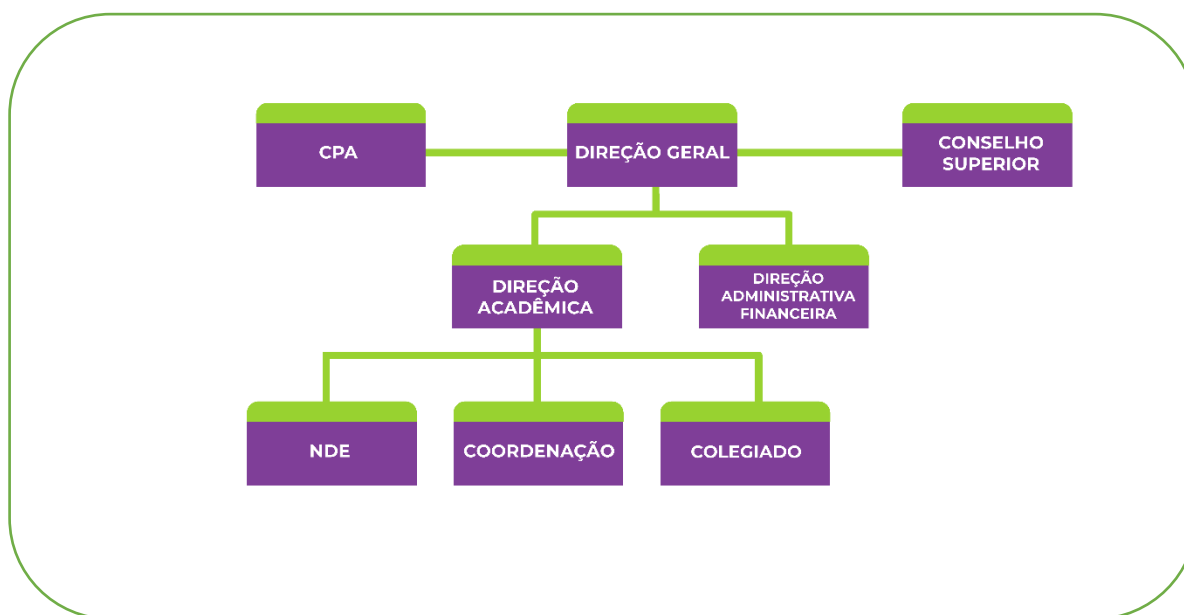
O NDE é um órgão composto por um grupo de docentes que atuam no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de acordo com a legislação vigente.

Os membros do NDE são selecionados com base em sua experiência na educação superior, titulação, atuação na área do curso, disponibilidade para participar do calendário de reuniões semestrais e respeitabilidade entre os pares pela trajetória acadêmica.

Seus membros participam ativamente deste processo e do acompanhamento dos resultados acadêmicos de alunos, professores e do desempenho do próprio curso que se tornam informações importantes para a definição de novas estratégias e ações com foco na melhoria contínua.

A gestão do curso tem ainda como compromissos básicos norteadores de suas ações a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a busca constante da qualidade acadêmica.

Para tanto, foi planejada uma estrutura acadêmica e administrativa que favorece a agilidade e organicidade dos processos de gestão, voltada para o cumprimento da missão do curso e articulada às políticas mais amplas de gestão propostas na IES, como se observa no organograma abaixo:



A gestão e organização do curso têm como base a democratização do saber e a formação ético-cidadã. Por essa razão, possui um processo permanente de acompanhamento, gestão dos resultados, reflexão coletiva dos desafios e oportunidades de melhoria mapeados para a construção coletiva das ações corretivas.

1.5. PRESSUPOSTOS E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

1.5.1. Princípios Epistemológicos e Filosóficos

Os princípios epistemológicos que orientam este PPC estão alinhados com o PPI/PDI e constituem naqueles que aqueles emanados de uma visão racionalista/idealista, humanista e social. Desde Sócrates até hoje, o problema do ser e de sua formação tem preocupado as mentes mais eruditas.

Sócrates talvez tenha sido o primeiro humanista que desafiou os seus cidadãos a viverem menos impensadamente. “Sua missão era, sobretudo, a missão do diálogo, que levava as pessoas à “evidência da própria ignorância: situação que, não sendo ultrapassada, prenderia a alma num estéril engano” (*apud* Pessanha, 1987, p.8). A maiêutica de Sócrates é o método que, por meio de questionamentos, incita o educando a pensar por si mesmo e a buscar a sua autorrealização.

O educando como vetor de sua própria formação perpassa também pelos escritos de Immanuel Kant (1724-1804). Para ele, a educação é o maior problema ao qual o homem pode se dedicar. Considerando-a como arte, julgava que a educação é também um processo que possibilita ao homem atingir sua liberdade. Para isso, seria necessário obedecer aos imperativos categóricos e dentre eles à

máxima que afirma: “Aja sempre de modo que possa desejar que a máxima ou o princípio determinante de sua ação torne-se uma lei universal” (*apud* Ozmon; Craver, 2004, p. 36).

Para Kant, o importante era o esclarecimento ou ensinar [...] a pensar de acordo com princípios, em vez de mero comportamento aleatório. Isso está associado com a noção de vontade. A educação da vontade significa viver segundo os deveres dispostos nos imperativos categóricos. De fato, Kant pensava que um importante parte da educação [...] era o desempenho de obrigações consigo mesmo e com os outros. (Id.). Em suma, o racionalismo/idealismo de Kant “se concentra em processos de pensamento e na relação entre a mente e os objetos, por um lado, e em ideais morais universais por outro” (Id., p. 36-37).

Outro filósofo da linha racionalista/idealista foi Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) que influenciou pensadores como Karl Marx com ideias como esta: “[...] a história caminha em um processo dialético racional” (*apud* OZMON; CRAVER, 2004, p.37). Para a educação, Hegel contribuiu com o pensamento de que, “para ser verdadeiramente educado, o indivíduo deve passar pelos vários estágios da evolução cultural da humanidade” (Ib.). Hegel se distanciou de Kant por considerar sua filosofia extremamente formalista e inspirada no ideal científico de conhecimento. Para Hegel, “a filosofia deve examinar a consciência como resultado de um processo de formação, mas também de seu lugar na história, já que é formada pela cultura a que pertence” (*apud* MARCONDES, 2009, p.125). Dessa forma, Hegel fornece também base para o pensamento de que o social/cultural é vetor de formação.

O que se propõe é uma conjunção de pensamentos, tanto de Kant quanto de Hegel. Enquanto um vê a educação como um processo individual, o outro a vê como um processo cultural, influenciado pelo movimento de forças históricas. Logo, o processo educacional depende tanto de vetores individuais quanto culturais, sociais e históricos. Caberá a educador e a educando uma convergência de ações e ideais. Tanto o discente quanto o docente têm de desenvolver o desejo de construir um homem e uma sociedade melhor, mais consciente, justa e feliz.

Em razão disso, os racionalistas/idealistas e humanistas veem a função dos atores do processo educativo e de ensino-aprendizagem como eminentemente relevantes. O professor deve ser orientado para, à semelhança de Sócrates, estimular o aluno/educando a pensar e a construir a sua vida voltada para a realização pessoal e liberdade responsável. Já o estudante, visto como uma pessoa de enorme potencial de crescimento, moral e cognitivamente, deve desenvolver o desejo de aperfeiçoar-se e buscar o melhor de si no convívio com os outros.

Os fundamentos para o trabalho pedagógico do Curso de Direito estão dados. Partindo da visão do homem como sujeito de sua própria formação sem deixar de levar em conta o papel da sociedade e

da cultura nessa mesma formação, podem-se depreender os aspectos positivos dessa filosofia, quais sejam:

- ✓ Elevado nível cognitivo de educação;
- ✓ Preservação e promoção da aprendizagem cultural;
- ✓ Preocupação com a moralidade e desenvolvimento do caráter;
- ✓ Valorização do professor;
- ✓ Ênfase na autorrealização;
- ✓ Importância do aspecto humano e pessoal da vida;
- ✓ Enfoque abrangente, sistemático e holístico.

Esses pressupostos fundamentam o trabalho metodológico do curso de Direito e de seus teóricos da aprendizagem de linha cognitivista-construtivista, humanista e social que serão apresentados na próxima seção.

1.5.2. O conceito e as teorias de aprendizagem

O conceito de aprendizagem é construído a partir dos princípios metodológicos de David Ausubel, John Dewey, Jean Piaget e Lev Vygotsky. Por esses autores, a base teórica é cognitivista-construtivista, humanista e social, originando-se, principalmente, como já foi apresentado, da concepção educacional kantiana, para quem a “pedagogia [é] calcada na autodeterminação crítica do indivíduo, instigando o pensar, para que em todas as circunstâncias da vida o sujeito possa eleger o que é correto, justo e bom” (RIBEIRO; ZANCANARO, 2011, p. 93). De forma sucinta, o pensamento desses autores é apresentado a seguir.

O foco central da teoria de Ausubel é a aprendizagem significativa que se diferencia da aprendizagem mecânica (automática). Vejam-se as suas definições segundo Moreira (1999, p. 152):

Aprendizagem significativa: [...] é um processo por meio do qual uma nova informação relaciona-se com um aspecto relevante da estrutura de conhecimento do indivíduo, ou seja, esse processo envolve a interação da nova informação com uma estrutura de conhecimento específica, a qual Ausubel define como conceito subsunçor [...] existente na estrutura cognitiva do indivíduo. (MOREIRA, 1999, p. 153);

Aprendizagem mecânica (ou automática): “é a aprendizagem de novas informações com pouca ou nenhuma interação com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva” (MOREIRA, 1999, p. 154). – Um exemplo desse tipo de aprendizagem é a memorização de fórmulas).

Para esse autor, é relevante a diferença entre aprendizagem por recepção e aprendizagem por descoberta:

Aprendizagem por recepção, quando “o que deve ser aprendido é apresentado ao aprendiz na sua forma final” (MOREIRA, 1999, p. 154);

Aprendizagem por descoberta, quando “o conteúdo principal a ser aprendido deve ser descoberto pelo aprendiz” (MOREIRA, 1999, p. 154).

A melhor maneira de verificar a aprendizagem significativa é formular questões e problemas de um jeito novo (MOREIRA, 1999, p. 156). Por essa abordagem, o professor tem de executar tarefas fundamentais (MOREIRA, 1999, p. 162), tais como:

- ✓ Identificar a estrutura conceitual e proporcional da matéria de ensino e organizá-la adequadamente;
- ✓ Identificar os subsunções (bagagem do aluno em termos de conceitos, proposições, ideias claras) que o aprendiz deve ter para poder aprender significativamente;
- ✓ Diagnosticar aquilo que o aluno já tem;
- ✓ Ensinar, utilizando recursos e princípios que facilitem, para o aluno, a aquisição do novo conhecimento.

Outro fundamento de aprendizagem, é encontrado no pensamento do filósofo John Dewey que construiu o conceito de educação progressiva, voltado para uma sociedade mais justa social e economicamente: a verdadeira democracia depende de uma educação que tenha como compromisso formar para o pluralismo e a integração social. A aprendizagem, por sua vez, deve decorrer da experiência partilhada e permanente.

Para Dewey, segundo Maria Luísa Branco (2014), a educação progressiva deve estar empenhada em:

- ✓ Equilibrar individualismo e sentido de comunidade;
- ✓ Integrar e promover a democracia através da escolarização e da educação (fim principal da educação progressiva);
- ✓ Desenvolver a atitude para a mudança;
- ✓ Buscar maior justiça social e econômica;
- ✓ Trabalhar, no processo de ensino e aprendizagem, com estratégias que envolvam a experiência;
- ✓ Potencializar a individualidade;
- ✓ Basear-se na visão humanista e pragmática das coisas e em uma estreita relação entre educação e democracia;

A partir dessas ideias, é preciso discutir bem o conceito de ‘individualidade’ e ‘comunidade’ (relevantes para a teoria). Individualidade:

É aquilo que é próprio de cada um e constitui seu valor próprio, considerando que é algo que tem de ser desenvolvido e conquistado, não estando dado à partida e não constituindo, por conseguinte, uma identidade fixa, mas o resultado das ações de um indivíduo que é essencialmente social. (BRANCO, 2014, p.787).

Por sua vez, a Comunidade surge:

Quando a atividade conjunta desenvolvida se traduz num bem para todos, não constituindo, simultaneamente, uma restrição ao pleno desenvolvimento das potencialidades dos membros do grupo. [...] O que distingue a comunidade é, por conseguinte, sua natureza moral, implicando um esforço consciente de ordem moral e intelectual (BRANCO, 2014, p. 786)

A ideia de educação e democracia orientou o questionamento sobre o que constitui o processo democrático em termos de individualidade e de comunidade. “Numa sociedade progressiva, a associação [comunitária] deve promover e não impedir variações individuais” (BRANCO, 2014, p. 787). Ou seja, o conceito de liberdade deve assegurar “as condições para que cada um possa pensar por si mesmo e não se limitar a adotar uma postura conformista” (BRANCO, 2014, p. 788).

Conforme Branco (2014, p. 788), “essa concepção está sustentada numa teoria pragmatista do conhecimento, que tem na continuidade uma das suas principais características. “Por continuidade entenda-se a livre comunicação, “ultrapassando divisões, antíteses e dualismos [...]”. Considerando que conhecer implica a reconstrução da experiência, o conhecimento pressupõe uma percepção mais profunda das conexões do objeto, determinando a sua aplicabilidade e envolvendo a totalidade do sujeito (BRANCO, 2014, p. 788).

Sendo assim, o conhecimento não pode ser neutro ou apenas contemplativo. Ao contrário deve implicar mente e corpo, teoria e prática. Significa uma forma de participação, cuja efetividade está relacionada com o controle que confere aos sujeitos, ajudando-os a lidar com novas situações e a conferir propósito ao futuro. [...] O fato de existir um corpo de conhecimentos socialmente transmitido não invalida o esforço individual para encontrar um sentido. (BRANCO, 2014, p. 788)

Para Dewey (apud BRANCO, 2014, p.788), a unidade fundamental filosófica que sustenta a educação progressiva “encontra-se na ideia de que há uma relação íntima e necessária entre os processos da experiência atual e a educação. “O ato de aprender envolve uma reorganização da experiência do self que é pessoal e subjetiva, “podendo ser afetada pelas condições objetivas em que ocorre” (BRANCO, 2014, p. 789). A isso Dewey chama de princípio da interação segundo o qual as

condições atuais são determinantes da qualidade das experiências presentes, mas também das futuras (BRANCO, 2014, p. 789).

O aprendiz, por essa teoria, deve se identificar com a atividade (experiência) encontrando um sentido para ela e desenvolvendo as tarefas como o contínuo de uma mesma situação em desenvolvimento. Isso deverá favorecê-lo, fazendo-o compreender a si mesmo e ao mundo e buscando “a constituição de uma personalidade plenamente integrada como resultado da integração das experiências. A autodisciplina é a consequência natural da atenção contínua requerida por esse tipo de atividade” (BRANCO, 2014, p. 789).

Os professores precisam conhecer profundamente os seus alunos e criar um ambiente favorável à aprendizagem. A criança (o educando) deve ser o centro do processo educacional e ver a experiência como um processo social além de aprender a desenvolver suas capacidades e atuar como grupo. Quanto ao papel da escola:

Procurando ser uma alavanca de responsabilidade social e de solidariedade, no contexto e realização dos direitos humanos, concebe a escola como um meio crucial para atingir uma maior equidade e dignidade humana, resistindo a tudo o que possa ser interpretado como uma forma de coisificação do outro. (BRANCO, 2014, p. 790)

Além de Ausubel, Dewey, Piaget é fundamental. Como é sabido, Piaget é o teórico do desenvolvimento cognitivo, considerado o pioneiro do enfoque construtivista. Sua teoria afirma que são quatro as forças que moldam o desenvolvimento humano (LEFRANÇOIS, 2015, p. 262):

- ✓ **Equilibração:** “tendência em manter um equilíbrio entre assimilação (resposta que utiliza a aprendizagem prévia) e a acomodação (mudança de comportamento em resposta ao ambiente”;
- ✓ **Maturação:** “as forças genéticas que, embora não determinem o comportamento, estão relacionadas ao seu desdobramento”;
- ✓ **Experiência ativa:** “a interação com objetos e eventos reais permite aos indivíduos descobrir coisas e inventar (construir) representações mentais do mundo”;
- ✓ **Interação social:** “a interação com as pessoas resulta na elaboração de ideias sobre as coisas, as pessoas e sobre si mesmo”;

Os conceitos fundamentais, para esse autor, são assimilação, acomodação e equilíbrio. Pela sua importância na teoria, serão enfatizadas suas definições já apresentadas (v. acima) (LEFRANÇOIS, p. 244-248):

✓ **Assimilação:** “envolve responder a situações usando atividades ou conhecimento já aprendidos, ou que estão presentes no nascimento, [...] implicando reagir com base em aprendizagem e compreensão prévias;

✓ **Acomodação:** “implica mudança de compreensão”. A interação entre assimilação e acomodação leva à adaptação;

✓ **Equilibração:** “balanço entre assimilação e acomodação”;

✓ **Adaptação:** “é o processo de interagir com o ambiente assimilando seus aspectos à estrutura cognitiva e modificando (ou acomodando) aspectos da estrutura cognitiva em relação a ele”;

Assimilar e acomodar são, pois, processos de adaptação. E isso acontece na ação mental e física (base da teoria piagetiana). O Construtivismo nasceu como uma reação à pedagogia tradicional, em que o educando é passivo no processo de aprendizagem. Contrária a essa ideia, a proposta construtivista vê o aprendiz como um ser ativo que “responde aos estímulos externos agindo sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada” (GOMES, 2021).

O professor é o mediador desse conhecimento, sendo sua função “a de criar situações favorecedoras de aprendizagem. A construção do conhecimento pelos alunos é fruto de sua ação, o que faz com que eles se tornem cada vez mais autônomos intelectualmente” (GOMES, 2021).

Enquanto Piaget entende a equilibração como um princípio básico do desenvolvimento cognitivo, LEV VYGOTSKY “parte da premissa que esse desenvolvimento não pode ser entendido sem referência ao contexto social e cultural no qual ele ocorre” (MOREIRA, 1999, p.109). Os pilares da teoria de Vygotsky são os seguintes (MOREIRA, 1999, p. 117):

1º. [...] a asserção de que os processos mentais superiores (pensamentos, linguagem, comportamento volitivo) do indivíduo têm origem em processos sociais; 2º. [...] esses processos mentais só podem ser compreendidos se entendermos os instrumentos e signos (indicadores, ícones, símbolos) que os medeiam; 3º. O método genético-experimental, segundo o qual o pesquisador deve oferecer o máximo de oportunidades para que o sujeito se engaje nas mais diversas atividades que possam ser observadas, ao invés de rigorosamente controladas.

Discorrendo ainda um pouco mais sobre esse método, pode-se dizer que, conforme Moreira (1999, p.117), consiste em:

1º. Introduzir um obstáculo que perturbe o andamento normal da solução do problema; 2º. Envolver fornecimento de recursos externos para a solução do problema, podendo ser usados de diferentes maneiras; 3º. Propor resolução de problemas que excede os níveis de conhecimentos e habilidades.

Em todas essas ações, a ênfase deve recair no processo e não no produto. O papel do professor nesse processo é o de mediador e a linguagem (língua e fala), como instrumento de aprendizagem. (MOREIRA, 1999, p. 120).

A tese da gênese social e instrumental das funções mentais superiores, segundo Moreira (1999), precisa ser estudada, em termos de desenvolvimento cognitivo e aprendizagem, por outra via: O indivíduo possui uma zona de desenvolvimento cognitivo real (atual) a partir daquelas vivências que já teve no passado, ou seja, trata-se de seu estágio de desenvolvimento cognitivo presente. Ao ser provocado, o indivíduo, a partir desse estágio, deve avançar com suas potencialidades para outro nível de desenvolvimento cognitivo: “[...] a zona de desenvolvimento proximal é definida por Vygotsky como a distância entre o nível de desenvolvimento real do indivíduo [...] e o seu nível de desenvolvimento potencial [...]” (MOREIRA, 1999, p.116).

Mais formalmente, a zona desenvolvimento proximal é definida por Vygotsky como a distância entre o nível de desenvolvimento real do indivíduo, tal como medido por sua capacidade de resolver problemas independentemente, e o seu nível de desenvolvimento potencial, tal como medido através da solução de problemas sob orientação (de um adulto, no caso de uma criança) ou em colaboração com companheiros mais capazes (MOREIRA, 1999, p. 116).

A zona de desenvolvimento proximal define as funções que ainda não amadureceram, mas que estão no processo de maturação. É uma medida do potencial da aprendizagem; representa a região na qual o desenvolvimento cognitivo ocorre; é dinâmica, está constantemente mudando (MOREIRA, 1999, p. 116).

Essa compreensão da aprendizagem está, pois, ancorada nos pressupostos segundo os quais a aprendizagem é caracterizada pelas múltiplas relações que o sujeito estabelece com o meio, pela mediação da linguagem. Para Vygotsky, a linguagem sintetiza toda a experiência humana ao longo da história e se materializa em diferentes formas.

Linguagem e pensamento, no decorrer do desenvolvimento do indivíduo, se articulam. Conforme a linguagem se desenvolve, modifica-se o pensamento e esse, uma vez modificado, também interfere no desenvolvimento da linguagem. Com a apropriação dos conceitos científicos, o pensamento (que se realiza pela palavra) adquire densidade, já que essa apropriação exige o desenvolvimento de capacidades cognitivas superiores, tais como: abstração, memória lógica, análise e síntese. É ela que permite ao sujeito um modo mais sofisticado de pensar, ampliando sua consciência sobre o real.

A construção do pensamento e da linguagem envolve não só o desenvolvimento do aspecto cognitivo, (como querem Vygotsky, Ausubel, Dewey e Piaget) mas também o afetivo-emocional, gerado

pela motivação. O processo cognitivo tem como base a emoção, uma vez que parte de desejos e necessidades. Toda atividade do ser humano, assim, implica a consideração de duas variáveis: inteligência e afetividade.

O desenvolvimento da inteligência implica, portanto, desenvolvimento afetivo. A afetividade e a inteligência são interdependentes, não havendo autonomia de uma sobre a outra. Com base nessas concepções, o PPC do Curso de Direito considera o processo educativo centrado no aluno e na aprendizagem buscando assim implementar um fazer pedagógico comprometido com as dimensões cognitiva social e afetiva.

1.5.3. Aura – Modelo de Ensino e aprendizagem baseado em competências

Diante os princípios epistemológicos e as bases teórica educacionais, o Curso de Direito da IES desenvolveu o modelo de ensino e aprendizagem Aura. Tal modelo é central na concepção do curso e visa desenvolver em nossos discentes as competências necessárias para vencer os desafios do Século XXI. Conforme poderá ser compreendido, o Aura possui uma metodologia única e inovadora, conecta a *expertise* do presencial com a inteligência do digital, tornando a nossa sala de aula mais interativa e colaborativa. Nesse ambiente cooperativo, no qual o discente é protagonista, o processo de aprendizagem garante autonomia, significado e desenvolvimento das competências necessárias para enfrentar os desafios do Século XXI.

O modelo de ensino-aprendizagem deste curso é fundamentado no desenvolvimento de competências relacionadas ao cidadão, indivíduo e profissional, estando alinhada às Diretrizes Curriculares Nacionais que norteiam a construção da estrutura curricular. Logo, no processo de ensino e aprendizagem, prioriza-se não somente os conhecimentos que devem ser adquiridos pelos alunos, mas as habilidades e atitudes necessárias à aprendizagem efetiva.

O Curso de Direito entende que a aprendizagem de seus alunos não se limita apenas a ter conhecimento sobre um determinado conteúdo, pois isto representa uma limitação ao aprendizado. Para uma formação completa, o Aura busca desenvolver habilidades e atitudes que serão necessárias para que o discente esteja apto a vivenciar uma experiência mais completa em sua vida social, política, ética e profissional.

Por este motivo, se o processo de ensino-aprendizagem levasse em consideração apenas a dimensão do conhecimento, não desenvolveria os discentes para que pudessem atuar nos mais diferentes âmbitos, desde o sociopolítico até o moral e profissional. O conhecimento é apenas um dos

eixos necessários ao tripé que é capaz de promover a aprendizagem efetiva, sendo necessário, também, o desenvolvimento de habilidades e atitudes.

Com o nosso modelo de ensino-aprendizagem, os alunos serão capazes de realizar a aplicação real e eficaz do saber contextualizado durante as aulas por meio de práticas acadêmicas. As competências, portanto, serão desenvolvidas diante dos desafios que serão colocados aos discentes ao longo da jornada de aprendizagem. Para os propósitos deste PPC, de acordo com Scott Parry (apud EBOLI, 2004, p. 52), define-se uma competência a partir da tríade: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes:

- ✓ **Conhecimentos:** relacionam-se à compreensão de conceitos e técnicas. É o saber fazer;
- ✓ **Habilidades:** representam aptidão e capacidade de realizar e estão associadas à experiência e ao aprimoramento progressivo. É o poder fazer.
- ✓ **Atitudes:** referem-se à postura e ao modo como as pessoas agem e procedem em relação a fato, objetos e outras pessoas de seu ambiente. É o querer fazer.

Logo, o Conhecimento é o saber adquirido, ou seja, todos os conteúdos necessários para que o indivíduo possa compreender a atividade que exercita. O conhecimento pode ser adquirido de diferentes formas e é relacionado ao saber. Por exemplo:

Ler um livro sobre a história política de uma nação ajuda a saber quais as diferentes técnicas que podem ser usadas para elaboração de uma Constituição;

Um artigo sobre o Princípio da Afetividade pode ensinar a teoria necessária para que um Bacharel em Direito possa conhecer quais são os fundamentos do Direito de Família;

Por sua vez, a Habilidade é o saber fazer, a capacidade prática ou aptidão para exercitar determinada atividade. Está vinculada à aplicação do conhecimento adquirido, à experiência e o desenvolvimento prático. Pode-se citar como exemplo:

*Redigir uma petição Inicial em defesa de um cliente particular ou assistido
Desenhar modelos normativos para estimular a atividade econômica sustentável;*

Sustentar oralmente uma defesa perante um órgão colegiado do Judiciário;

Debater um projeto legislativo em defesa de grupos sociais vulnerabilizados;

Atuar dentro dos padrões éticos com a devida responsabilidade.

Já a Atitude é o querer fazer, a vontade que o indivíduo tem para realizar a atividade. Está relacionada ao seu modo de agir perante os desafios que tem para colocar em prática seus conhecimentos e habilidades. Sem a vontade necessária para fazer algo, os conhecimentos e habilidades não são colocados em prática. Por isso, a atitude liga-se a um propósito, que atua como um gatilho necessário a um comportamento que evidencie o querer fazer, como se observa abaixo:

*Ampliar os direitos dos grupos vulnerabilizados (**propósito**) conduz a uma atuação diligente e empática (**atitudes**) na síntese (**competência**) de argumentos jurídicos perante os tribunais.*

*Reduzir os riscos (**propósito**) de um empreendimento econômico, estimula um comportamento prudente (**atitude**) na avaliação (**competência**) da responsabilidade contratual e extracontratual dos negócios jurídicos celebrados.*

*Defender as liberdades, direitos e garantias fundamentais dos cidadãos (**propósito**), incentiva um comportamento ético e socialmente responsável (**atitude**), na aplicação (**competência**) do Direito diante casos complexos.*

Assim, o curso pretende desenvolver estas três dimensões do aprendizado humano, garantindo aos alunos as competências exigidas à sua formação profissional e à vida em sociedade. Para tornar a presente filosofia educacional uma realidade, a compreensão deste PPC é a de que a melhor estratégia para que as competências (**conhecimento + habilidade + atitude**) sejam desenvolvidas é aproximar a experiência do aluno à experiência real do cotidiano social, político, ético e profissional com o qual ele conviverá após a sua formação.

Afinal, dele será exigido tomar iniciativa e assumir responsabilidades diante de situações profissionais com as quais se deparará no mercado de trabalho e em sua área de atuação. Percebe-se, aqui, um sentido de competência ligada à ação como inteligência prática na medida em que existe a real aplicação de conhecimentos conceituais e filosóficos adquiridos de acordo com as atividades realizadas diariamente pelas pessoas em seu trabalho, o que garante um sentido dinâmico de aprendizagem e transformação na vida do aluno, alinhado à missão da instituição, que é educar para transformar.

Como se observa, no modelo de ensino-aprendizagem Aura, a competência do indivíduo não se limita ao seu estoque de conhecimentos teóricos. A proposta é desenvolver as competências, a partir de sua tríade, para ampliar a visão do educando, tornando-o qualificado para saber agir, mobilizar-se, transferir aos outros o que aprendeu, compartilhando conhecimento para engajar-se, ampliar sua visão de mundo e assumir novas responsabilidades.

Sabe-se que, no processo de aprendizagem, algumas metodologias tendem a desenvolver um lado das competências em detrimento do outro. Uma leitura pode desenvolver o conhecimento teórico sobre o assunto, mas não, a habilidade e atitude sobre este. Por sua vez, a repetição pode ajudar na habilidade, mas não, no conhecimento e atitude. Já uma experiência vivenciada inspira a atitude, mas pode ser insuficiente para o conhecimento e habilidade necessários ao aluno.

Logo, a jornada de aprendizagem dos discentes ao longo do percurso curricular deve valorizar diferentes estratégias de ensino e experiências práticas para que estes possam refletir sobre a experiência (DEWEY *apud* BRANCO, 2014) de forma autônoma (KANT, 1985). É por esta razão que este PPC entende que o corpo docente, ao escolher a estratégia de ensino que será utilizada em sala, compreenda, primeiro, quais são as competências que devem ser desenvolvidas durante o semestre e como estas auxiliarão os discentes em seu percurso acadêmico, tornando a aprendizagem significativa (AUSUBEL *apud* MOREIRA, 1999). O aluno deve se identificar com a experiência, encontrando um sentido para ela e desenvolvendo as tarefas como o contínuo de uma mesma situação em desenvolvimento. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.

O modelo de ensino-aprendizagem promove intensa integração entre teoria e prática por meio de metodologias ativas de aprendizagem. As atividades de pesquisa e extensão, bem como as atividades acadêmicas complementares e os estágios, são também promotores desta articulação entre teoria e prática. Já em sala de aula, ao vivenciarem uma experiência real nas atividades realizadas, nossos alunos podem, de forma colaborativa, resolver os problemas com quais lidarão, diariamente, em sua vida profissional.

A concepção teórica que embasa as metodologias ativas é o interacionismo social (PIAGET *apud* LEFRANÇOIS, 2015; VYGOTSKY *apud* MOREIRA, 1999). Essa concepção entende o sujeito como um ser ativo, que constrói e se apropria de seus conhecimentos particulares a partir dos elementos e estímulos fornecidos por outras pessoas e pelo meio em que vive. De acordo com essa teoria, cabe ao professor estimular e oferecer várias opções de aprendizado e caminhos a fim de que o aluno construa seus conhecimentos por meio de um planejamento didático e pedagógico que facilite a aprendizagem.

Em suas concepções, esses autores concebem o aprendizado como possibilidade decorrente da interação social que o aluno vivencia. Nas metodologias ativas de aprendizagem, o aprendizado se dá a partir de problemas e situações reais e simuladas; os mesmos que os alunos vivenciarão depois na vida profissional, mas que serão confrontados, de forma antecipada, durante o curso.

Considerando a ênfase do desenvolvimento ativo, o curso priorizará, enquanto estratégia, o estudo de roteiros práticos, estudos de caso, relatos de alunos de experiência adquiridas ao longo da vida, vez que se trata de educação de adultos, exploração de cenários e simulações para que os alunos estejam próximos destas experiências reais, tornando-os protagonistas de seu processo de ensino-aprendizagem. Assim, os discentes desenvolverão, ao longo de seu percurso acadêmico, várias atividades que poderão estimular e fortalecer as mais variadas competências de sua área de formação.

1.6. OBJETIVOS DO CURSO

1.6.1. Geral

O curso de Direito tem como objetivo geral a formação acadêmico-profissional de bacharéis de alta qualidade e desempenho profissional através do modelo de ensino Aura, uma vez que este, é baseado na construção de competências. Dessa feita, o discente é protagonista e responsável autônomo da sua experiência educacional, orientado de forma a desenvolver conhecimentos (*saberes*), habilidades (*fazer*) e atitudes (*querer fazer*) aptas a propor soluções jurídicas inovadoras e sustentáveis para os desafios contemporâneos da Sociedade Civil, Estado e Mercado (Economia).

O curso objetiva, portanto, na forma da legislação educacional em vigor, bem como das orientações da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB: **formar profissionais com domínio técnico, socialmente críticos, politicamente éticos, capazes de propor soluções inovadoras e sustentáveis aos problemas da Sociedade Civil, da Economia e do Estado.** Para dar concretude a este objetivo, foi estruturada uma análise sistêmica e global que leva em consideração o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, o modelo de ensino-aprendizagem por competências e os

desafios atuais impostos pelas sociedades complexas, cada vez mais voláteis, incertas, complexas e ambíguas.

Os desafios das sociedades complexas se articulam e se manifestam em diferentes dimensões. No âmbito formal e jurídico (**inserção institucional**) do Estado, Economia e Sociedade Civil o desafio é desenvolver desenhos institucionais, seja por meio de políticas públicas, legislação ou decisões judiciais capazes de entregar solução para os mais diversos desafios, como a precarização do trabalho, a digitalização da economia, a emergência climática, a robotização e automatização dos processos de gestão social, desenvolvimento econômico, conflitos sociais locais, nacionais e internacionais.

De uma perspectiva política (**inserção política**), objetiva-se que o bacharel em Direito seja capaz de servir à comunidade, impulsionar o desenvolvimento econômico e sustentável, combater a desigualdade social, toda as formas de discriminação social, étnico e religiosa, bem como estimular, promover e proteger a inovação tecnológica e social.

Fundamental é formá-lo para atuar de forma ética (**inserção moral**), nos estritos limites da legalidade jurídica positiva, das boas práticas de conformidade, contribuindo, assim, para o combate à corrupção, à má aplicação dos recursos públicos, defesa do *fair play*, do *império da Lei (rule of Law)*, do devido processo legal (*due process of Law*), das garantias e Direitos Fundamentais, da Ordem Democrática e Social, sobretudo, dos princípios e ditames da Constituição Federal de 1988 e dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Os objetivos do curso reconhecem a diversidade, **especificidade e características locais e regionais (inserção geográfica e social)** da República Federativa do Brasil que, em seu plural e abrangente território, possui uma gama de desafios que estão intrinsecamente ligados à história e cultura de cada região. Nesse sentido, o curso tem por objetivo formar bacharéis em Direito que sejam capazes de **compreender a complexidade das interações** político-federativas, histórico-sociais, **que as diversas regiões possuem**. Na esteira deste desafio, estabelece o forte compromisso com a erradicação da pobreza e desigualdade regional.

A partir dessas premissas torna-se possível desenvolver as competências planejadas no PPC e no PDI, uma vez que no processo ensino-aprendizagem, proposto pelo modelo educacional AURA, prioriza-se não apenas os conhecimentos teóricos que nortearão a formação discente, mas, também, o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessária à efetiva aprendizagem.

Dessa feita, os futuros bacharéis irão adquirir **competências** por meio do alicerce amplo e sólido de uma **base geral e humanística e crítica** para estruturar sua capacidade de análise, domínio dos

conceitos e terminologias jurídicas. Por conseguintes, os futuros profissionais estarão aptos para argumentar, interpretar e valorar fenômenos jurídicos e sociais.

Somada à base humanística e crítica, os bacharéis em direito irão adquirir **competências técnico-dogmáticas** para que possam aplicar os institutos jurídicos, princípios, regras, precedentes judiciais, desenhos institucionais, *advocacy* em seu exercício profissional. Nada obstante, estarão **aptos** ao exercício com domínio dos **métodos adequados de solução de conflitos**, ao **exercício das formas consensuais** de composição, negociação, mediação, conciliação, arbitragem e sistema multiportas.

Para atuar de forma inovadora e sustentável, os graduandos aprenderão competências para desenvolver e aplicar as **práticas emergentes da área jurídica**, como, por exemplo, o uso da tecnologia, da inteligência artificial, dos meios e usos eletrônicos e digitais, da proteção de dados, da comunicação por meio das redes sociais, da propriedade intelectual, da gestão e liderança.

De forma crítica e reflexiva, objetiva que os futuros bacharéis exerçam autônoma e dinamicamente as mais diversas profissões jurídicas, tais como: a Advocacia, as Magistraturas, o Ministério Público, as Carreiras Policiais e da Segurança Pública, Defensoria Pública, Notarial, Diplomacia, Negociação e Arbitragem Comerciais, Carreiras Fiscais, Carreira dos Serviço Público nos três poderes e nos entes federativos.

Tal exercício profissional sempre em defesa da Justiça, da Cidadania, da Ordem Democrática, dos Direitos Humanos, do Meio-ambiente, da Dignidade dos animais não-humanos e da Natureza. Poderão assim, buscar a Sustentabilidade e a Inovação de forma responsável e qualificada, com base nas competências adquiridas ao longo de seu processo de formação.

1.6.2. Objetivos específicos

Considerando as competências necessárias à formação de um bacharel em Direito capaz de propor soluções inovadoras e sustentáveis aos desafios da Sociedade Civil, Economia e Estado, enfrentando os desafios do Século XXI, o curso de Direito, na forma das suas Diretrizes Curriculares Nacionais, **Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e nº 5/2018**, tem por objetivos:

1.6.2.1. Objetivos para a uma formação crítico-humanística

a) Proporcionar uma formação humanística e cultural sólida aos bacharéis em Direito, a partir de uma concepção interdisciplinar de formação fundamental baseada: na Filosofia, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Economia Política, História da Justiça no Brasil, Ciência Política e na Língua

Portuguesa. Assim, o aluno constituirá uma compreensão crítica e reflexiva do fenômeno jurídico em sua atuação republicana, ética e profissional.

b) Formar bacharéis em Direito críticos e aptos a desempenharem funções sociais para a valorização da Constituição, da Democracia, da Legalidade e Segurança Jurídica, enquanto cidadãos e profissionais comprometidos com os processos de aperfeiçoamento das instituições locais, nacionais e globais.

c) Construir sentimento republicano e igualitário atento às desigualdades sociais tornando o aluno apto a atuar juridicamente em defesa dos direitos da pessoa idosa, deficiente, das mulheres, e da população LGBTQI+.

d) Desenvolver juízo crítico voltado para o reconhecimento das injustiças sociais e históricas que atingem a população negra, indígena e os povos tradicionais brasileiros e globais, de forma a promover a valorização da história e cultura da população africana, afro-brasileira, indígena e dos povos tradicionais.

1.6.2.2. Objetivos para uma formação inovadora, tecnológica e sustentável

a) Capacitar os discentes para utilização das novas tecnologias disponíveis para o aprimoramento da atuação profissional, tais como: *blockchains*, *big data*, automação, inteligência artificial, etc., através de uma formação interdisciplinar que leve em conta as novas tecnologias e o empreendedorismo, bem como o nascente direito cibernético.

b) Capacitar os discentes para uma formação empreendedora nas economias de mercado, com base na interdisciplinaridade e transversalidade com os conhecimentos de gestão e negócios, fomentando a livre iniciativa e a liberdade econômica.

c) Capacitar os discentes para atuar ética e responsavelmente no exercício profissional e republicano, considerando e avaliando o impacto de suas atividades no contexto socioambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserido.

d) Formar egressos comprometidos com a igual dignidade de animais humanos, não humanos e Natureza, reconhecendo o valor intrínseco de cada entidade vivente, independentemente de sua utilidade econômica, para uma atuação ética e responsável com todas as entidades e futuras gerações.

1.6.2.3. Objetivos para a uma formação crítico-profissional e prática.

- a) **Desenvolver** nos discentes o aprendizado autônomo, contínuo e ativo.
- b) **Capacitar os alunos para a aplicação dos institutos, princípios e regras, textos jurídicos, precedentes, desenhos institucionais** dentro dos contextos local, regional e global, com vistas ao desenvolvimento das atividades da advocacia e profissões públicas nos diversos níveis da federação e internacionalmente.
- c) **Capacitar o aluno para o exercício profissional nas carreiras jurídicas:** da Advocacia, Magistraturas, Defensorias, Carreiras Policiais e de Segurança Pública, Notários, Serventias públicas judiciais, legislativas e administrativas, etc.
- d) **Desenvolver no aluno a capacidade de diálogo colaborativo, complementar e funcional,** capaz de atribuir igual valor e consideração à diversidade de pensamentos, visões e estratégias nas equipes profissionais em que fizer parte.
- e) **Formar os alunos para o exercício da escuta ativa, pensamento crítico e monitoramento de si e de outros** para que, em equipes profissionais jurídicas ou de outras áreas, seja capaz de articular as teses e argumentações jurídicas de forma ética, funcional e eficiente.
- f) **Habilitar os discentes para o tratamento dos litígios jurídicos pertinentes ao relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil,** com base no exame dos reflexos jurídicos, no desenvolvimento das políticas públicas, nos precedentes judiciais, para que consiga estabelecer a composição necessária para a satisfação das partes.
- g) **Capacitar os alunos para propor soluções jurídicas negociais e extrajudiciais,** evitando os custos e problemas estruturais da Jurisdição estatal, com base na prevenção e composição de conflitos por meio dos métodos adequados de solução de conflito, sobretudo, a mediação e a arbitragem.
- h) **Proporcionar e motivar a interação dos alunos com profissionais de outras áreas** do conhecimento, especialmente para o desenvolvimento de equipes interdisciplinares, comunicando-se eficientemente nas formas oral e escrita.
- i) **Desenvolver as competências da inteligência emocional, capacidades negociação e persuasão, o julgamento e tomada de decisão para a resolução de problemas,** com base numa visão sistêmica que considere as externalidades da aplicação do direito sobre o plano social e econômico de particulares, empresas, cidadãos, animais não humanos e Natureza.
- j) **Fomentar a educação continuada,** aprofundando sua formação por meio de cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão, bem como de atualização profissional permanente.

1.7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO E A FORMAÇÃO COM BASE EM COMPETÊNCIAS

O curso de Direito está alinhado com as diretrizes curriculares nacionais, bem como as exigências da Economia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Além das determinações das **Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e nº 5/2018**, o curso de Direito está fundado nas bases filosóficas do pragmatismo, pressupondo que a reflexão sobre a experiência é central na formação dos seus discentes, bem como às perspectivas de um futuro tecnológico e automatizado - 4.0, no qual as competências cognitivas complexas (Fórum Econômico Mundial, 2016) serão centrais para as relações profissionais, éticas e políticas.

A IES acompanha a trajetória do ex-aluno na sua vivência profissional através de seus avanços e vitórias, investigando, também, as dificuldades que se relacionem a sua formação acadêmica, possibilitando que esse mesmo aluno, baseando-se na experiência conquistada no mercado de trabalho, registre sua percepção sobre aspectos do seu curso, tais como conteúdo das disciplinas, biblioteca, atividades acadêmicas e laboratórios; proporcionando feedback avaliativo, que subsidie a reflexão sobre o projeto pedagógico do curso.

Nesse aspecto é necessário que o curso de Direito ofereça uma formação sólida quanto às bases dogmáticas jurídicas, mas, que, ao mesmo tempo, consiga proporcionar aos discentes uma visão inovadora e sustentável dos processos sociais. Dessa feita, desenvolvendo seu pensamento crítico para que possam colaborar para resolução de problemas complexos por meio da análise sistêmica de fenômenos sociais, políticos, jurídicos, econômicos, etc.

O egresso do curso de Direito deverá levar em consideração seus deveres éticos e as consequências socioeconômicas da tomada de decisão. Central será contribuir para a transformação de sua comunidade, de seu contexto nacional e da realidade global de forma inovadora e sustentável. Portanto, o egresso deverá expressar as seguintes competências.

Somado a isso, foi implementado uma Política de Acompanhamento do Egresso do Centro Universitário Unimetrocamp – Wyden, com o objetivo de manter um vínculo com o egresso e criar um mecanismo de comunicação entre Instituição e egressos que contemple a retroalimentação, isto é, a Instituição informa as novas oportunidades de capacitação, qualificação e atualização relativas ao campo de atuação do egresso e este informa as novas necessidades do mercado de trabalho. Assim, o egresso deve apresentar autonomia intelectual, atuação crítica, criativa e ética, sintonizada com as necessidades regionais, nacionais e internacionais, com uma sólida base técnico-científico-cultural. Também deve apresentar capacidade de liderança, de reflexão e intervenção em diferentes contextos. A Instituição tem como política o acompanhamento de seus egressos, avaliando a sua inserção no mercado de trabalho, bem como o seu grau de satisfação com o curso realizado. Também são geradas estratégias

capazes de manter o egresso em contato com a Instituição, além de viabilizar a participação desses profissionais nas atividades realizadas, inclusive cursos de pós-graduação, lato sensu e novos cursos de graduação. Atualmente o acompanhamento dos egressos é feito principalmente por meio da avaliação institucional, quando a CPA solicita aos seus egressos a colaboração para responderem a um instrumento que busca detectar as impressões deles acerca da preparação que o curso lhe ofereceu, em relação a sua atuação no mercado de trabalho, e sobre cursos de atualização profissional que realizou posteriormente. Os resultados obtidos a partir desse instrumento constituem uma parte importante no processo de Avaliação do Desempenho Institucional que é efetuado anualmente. Por meio desse estudo, a IES analisa o valor agregado pelos egressos no processo educacional da Instituição, gerando informações para o planejamento de ações que possibilitem o aprimoramento da qualidade de ensino dos cursos ofertados. A presente política, portanto, permite a execução de ações de acompanhamento do egresso, como parte da aplicação das diretrizes de empregabilidade da instituição. O ex-aluno pode continuar fazendo parte da vida da instituição, além de conhecer as possibilidades de continuação de seus estudos no âmbito da instituição, através da oferta de cursos livres e pós-graduação. Essa oferta é condizente com as formações já concluídas pelo egresso e com sua colocação no mercado de trabalho. Tal relação é possibilitada pela permanente atualização do perfil pessoal, acadêmico e profissional do egresso, estimulada através da permanente comunicação com ele. As pesquisas de empregabilidade, ao abranger também ex-alunos, permitem conhecer a evolução do desempenho dos alunos em suas carreiras e, assim, entender os efeitos da formação superior sobre suas vidas, retroalimentando as decisões no âmbito das instituições de ensino. Além disso, as pesquisas buscam identificar a percepção dos alunos sobre a importância de ter curso no nível superior sobre suas oportunidades profissionais. Tais percepções servem de base para permanentes melhorias nas estratégias de empregabilidade e na formação acadêmica. A identificação do perfil socioeconômico dos candidatos, o acompanhamento dos discentes selecionados – desde a sua entrada na instituição até a sua inserção no mercado do trabalho, observando também o seu desenvolvimento acadêmico no decorrer do curso – permite à Instituição constatar os aspectos que deverão ser aprimorados nos processos de acesso, a adequação continuada das matrizes curriculares às dinâmicas tecnológicas, a incorporação de demandas sociais por meio de instrumentos previstos nas próprias matrizes (estágios, pesquisas, extensão).

1.7.1. As competências do egresso no exercício profissional

a) Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

b) Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico- jurídicas;

c) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

d) Desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

e) Comunicar-se com precisão, utilizando a inteligência emocional, escuta ativa, o pensamento crítico, a percepção de si e dos outros;

f) Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais e métodos adequados de solução de conflitos;

g) Empregar as tecnologias disponíveis para o aprimoramento da atuação profissional, aplicando com coerência e efetividade os meios, os processos e recursos cabíveis;

h) Pesquisar, interpretar e aplicar a legislação, a jurisprudência, a doutrina, os costumes e outras fontes do Direito na elaboração de textos, laudos, pareceres e peças processuais;

i) Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

j) Aplicar métodos adequados de solução de conflitos, prezando pela composição e satisfação das partes, evitando os custos dos problemas da estrutura judiciária ao mesmo tempo que garante a segurança jurídica;

k) Tomar decisões utilizando o raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e a reflexão deontológica;

l) Aprender de forma autônoma e dinâmica, motivado por uma postura reflexiva e visão crítica, assumindo uma atitude permanente de busca, atualização e aprofundamento profissional;

m) Gerenciar equipes de trabalho multidisciplinares no desenvolvimento e suporte jurídico, buscando a excelência através da melhoria contínua dos serviços prestados;

n) Estar apto a propor e desenvolver pesquisas acadêmicas, garantindo a preparação para uma possível carreira na área acadêmica.

1.7.2. Competências para a atuação nos diferentes campos de exercício profissional

- a) Atuar no exercício das carreiras jurídicas**, tais como a de juiz, advogado, promotor, procurador, defensor público, delegado, consultor, assessor jurídico, oficial de justiça, notário público, professor, etc., dentro de uma percepção holística do conhecimento jurídico e sua aplicação prática;
- b) Atuar adequadamente em diferentes instâncias**, administrativa, judicial e extrajudicial, ou judiciais, utilizando-se adequadamente de atos, processos e procedimentos;
- c) Prestar assessoria ou consultoria jurídica** a empresas públicas e privadas, atuando na advocacia judicial, extrajudicial e negocial;
- d) Defender interesses de clientes**, traduzindo as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, a partir da observação dos fatos que embasam a realidade técnica adequada ao contexto social da atuação profissional;
- e) Esclarecer e orientar ações sobre dúvidas suscitadas por clientes ou pela população em geral**, de acordo com a carreira jurídica escolhida;
- f) Mediar e atuar como árbitro na solução de conflitos de interesses**, individuais e coletivos, de acordo com os princípios éticos, respeitando os direitos humanos e constitucionais;
- g) Trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar**, sendo competente com as capazes da flexibilidade cognitiva, criatividade e visão do trabalho.

1.7.3. Competências relacionais com a sociedade e natureza.

- a) Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social**, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa;
- b) Fazer da profissão um instrumento de justiça e desenvolvimento da cidadania**, valendo-se de uma sólida formação geral, humanística e axiológica;
- c) Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural, utilizando suas competências jurídicas para a defesa dos povos indígenas**, da população africana e afro-brasileiras, para diminuir a desigualdade social e erradicar práticas racistas da nossa sociedade;
- d) Implementar ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil**, respeitando as peculiaridades étnico-raciais e os direitos humanos, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania;
- e) Desenvolver projetos que garantam a sustentabilidade do planeta**, implementando políticas de educação e preservação ambiental;

f) Relacionar-se de forma acolhedora e empática com pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e limitações, promovendo modificações no espaço urbano, rural e do trabalho para que sua inclusão seja plena;

g) Sensibilizar-se em ações de responsabilidade social de atendimento e apoio à população de baixa renda ou sem condições de arcar com as custas do serviço advocatício, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e acesso à justiça;

h) Promover os direitos da pessoa idosa, de forma a sensibilizar a sociedade civil e o Estado para a efetivação de políticas públicas que reconheçam os seus direitos fundamentais inerentes enquanto pessoa humana. Dessa forma, protegendo todas as suas oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade;

i) Articular conhecimento jurídico para defesa dos animais não humanos e Natureza, promovendo o reconhecimento da dignidade dessas entidades, independente da utilidade que venha a ter para animais humanos;

j) Aplicar os conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, colaborando com as organizações não governamentais, entidades de classe, Sociedade Civil, Mercado e Estado no desenvolvimento moral, socioeconômico e republicano.

1.7.4. Competências para o uso e desenvolvimento das novas tecnologias

a) Literacia e fluência digital, desenvolvidas por meio de ações sociais articuladas com as organizações não-governamentais, entidades de classe, Ordem dos Advogados do Brasil, Poderes da República e Organismos Internacionais, de forma ampliar o acesso e uso democrático das novas tecnologias produzidas pela transformação digital.

b) Inovar, por meio do uso das recentes e futuras tecnologias na área jurídica, estruturando processos eficientes de gestão da atividade jurídica, seja ela advocatícia, judiciária, serventuária, etc., de forma a ampliar o acesso à justiça, a prestação jurisdicional, a administração do Estado em prol dos indivíduos, comunidades locais e globais.

c) Aplicar de forma eficiente e funcional o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, desenvolvendo a ciência do direito, as práticas judiciárias, negociais, administrativas estatais, administrativas globais, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade que pertence, bem como da sociedade global.

d) Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso.

e) Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliem as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica.

f) Responsabilizar-se eticamente no uso das novas tecnologias na defesa de animais não humanos e da Natureza;

g) Reconhecer a igual dignidade dos animais não humanos e Natureza, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos.

1.7.5 Da revisão do perfil profissional do egresso diante das mudanças do mundo do trabalho, bem como das futuras necessidades da sociedade civil, economia e Estado.

O presente Projeto Pedagógico de Curso, em coerência, com o diagnóstico das sociedades complexas, entende que ao longo do desenvolvimento da maturação do curso, novas competências estruturantes do perfil do egresso podem surgir diante das mudanças operadas no mundo do trabalho, bem como das futuras necessidades da Sociedade Civil, Economia e Estado. Neste sentido compreende-se que este PPC como um projeto capaz de autorreflexão e revisão.

A revisão do quadro do perfil do egresso deve operar dentro das regras regimentais da IES, respeitando os seguintes princípios:

a) A cientificidade das evidências e dos métodos de demonstração da mudança dos cenários locais, regionais, nacionais, internacionais do mundo do trabalho;

b) A coerência com os valores institucionais previstos no PDI da IES e PPC do curso;

c) A fundamentação pedagógica que deverá advir do Núcleo Docente Estruturante, por meio do estudo das novas práticas emergentes do mundo do trabalho, ouvido o corpo docente e discente, respeitados os valores da IES e a orientação acadêmica plural e institucional;

d) A segurança pedagógica dos procedimentos de revisão, respeitando os diferentes estágios de formação dos discentes de forma a assegurar estabilidade e previsão nas mudanças sem prejuízo de seu aprendizado;

e) A procedimentalização da revisão que deverá atender a um fluxo previamente determinado pelo Colegiado de Curso, respeitada a inclusão e o diálogo com o corpo discente por meio de seu representante membro deste órgão deliberativo;

f) O **formalismo**, devendo as mudanças serem registradas nas atas de reunião do Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso;

g) A **temporalidade**, devendo o coordenador de curso convocar o NDE e Colegiado de Curso para avaliar a necessidade de revisão do perfil do egresso de **forma ordinária a cada ciclo de três anos**, ou de **forma extraordinária, diante das necessidades emergentes** não apenas do campo do trabalho, mas das práticas institucionais, jurídicas, econômicas e civis;

h) O **planejamento** por meio do qual deverá ser apresentado ao colegiado de curso, pelo Núcleo Docente Estruturante as mudanças normativas, os impactos sobre o currículo, prática de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, a forma e prazo de implementação e os métodos de verificação e autoavaliação capazes de mensurar o sucesso da revisão;

i) A **transparência e prestação de contas** no processo de revisão, implementação e monitoramento das mudanças no perfil do egresso e seus respectivos desdobramento nos processos de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão do curso.

1.8. COMPETÊNCIAS

O curso de Direito, na forma das **Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e 5/2018**, considerando as os desafios do Século XXI, as necessidades de uma Economia 4.0 (Fórum Econômico Mundial), com base em sua em suas premissas epistemológicas e pedagógica, tem por objetivo formar cidadãos éticos, responsáveis, indivíduos sensíveis, colaborativos, socialmente inclusivos, defensores dos Direitos Humanos e da Ordem Democrática, comprometidos com todas as formas de erradicação de preconceito e discriminação, profissionais digitais, sustentáveis e inovadores, com mentalidade ágil e promotores da livre iniciativa e do desenvolvimento econômico que expressem as seguintes competências cognitivas, técnico-instrumentais e interpessoais:

1.8.1. Competências e habilidades gerais

a) **Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional**, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

b) **Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos**, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

c) **Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;**

- d) Dominar instrumentos da metodologia jurídica**, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- e) Raciocinar e de argumentar juridicamente** com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- f) Dialogar e o utilizar os meios consensuais de solução de conflitos;**
- g) Aplicar a hermenêutica e os métodos interpretativos**, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- h) Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais**, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- i) Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;**
- j) Defender a diversidade e o pluralismo cultural;**
- k) Utilizar as novas tecnologias na área jurídica;**
- l) Trabalhar cooperativamente** em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- m) Aplicar os deontológico-profissionais;**
- n) Relacionar e aplicar** perspectivas transversais sobre direitos humanos;
- o) Pesquisar, interpretar e aplicar** a legislação, a jurisprudência, a doutrina, os costumes e outras fontes do Direito na elaboração de textos, laudos, pareceres e peças processuais.

1.8.2. Competências e habilidades específicas

- a) Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social**, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa;
- b) Exercer sua profissão como um instrumento de justiça e desenvolvimento da cidadania**, valendo-se de uma sólida formação geral, humanística e axiológica;
- c) Estruturar a defesa dos povos indígenas, da população africana e afro-brasileira**, para diminuir a desigualdade social e erradicar práticas discriminatórias da nossa sociedade;
- d) Desenvolver ações para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro**, respeitando as particularidades de seu contexto socioambiental e suas conexões com uma economia de escala global;
- e) Desenhar estratégias jurídicas para projetos que garantam a sustentabilidade do planeta**, implementem políticas de educação e preservação ambiental;

f) Comunicar-se de forma acolhedora e empática com pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e limitações, promovendo modificações no espaço urbano, rural e do trabalho para que sua inclusão seja plena;

g) Atuar em apoio à população de baixa renda ou sem condições de arcar com as custas do serviço advocatício, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e acesso à Justiça;

h) Debater e articular conhecimentos jurídicos em favor da pessoa idosa, de forma a sensibilizar a sociedade civil e o Estado para a efetivação de políticas públicas que reconheçam os seus direitos fundamentais inerentes enquanto pessoa humana;

i) Articular conhecimento jurídico para defesa dos animais não humanos e Natureza, promovendo o reconhecimento da dignidade dessas entidades, independente da utilidade que venha a ter para animais humanos;

j) Aplicar os conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, colaborando com as organizações não governamentais, entidades de classe, Sociedade Civil, Mercado e Estado no desenvolvimento moral, socioeconômico e republicano;

k) Adquirir letramento e protagonismo digital de forma ampliar o acesso e uso democrático das novas tecnologias produzidas pela transformação digital;

l) Atuar de forma inovadora, por meio do uso das recentes e futuras tecnologias na área jurídica, estruturando processos eficientes de gestão da atividade jurídica, seja ela advocatícia, judiciária, serventuária, etc., de forma a ampliar o acesso à justiça, a prestação jurisdicional, a administração do Estado em prol dos indivíduos, comunidades locais e globais;

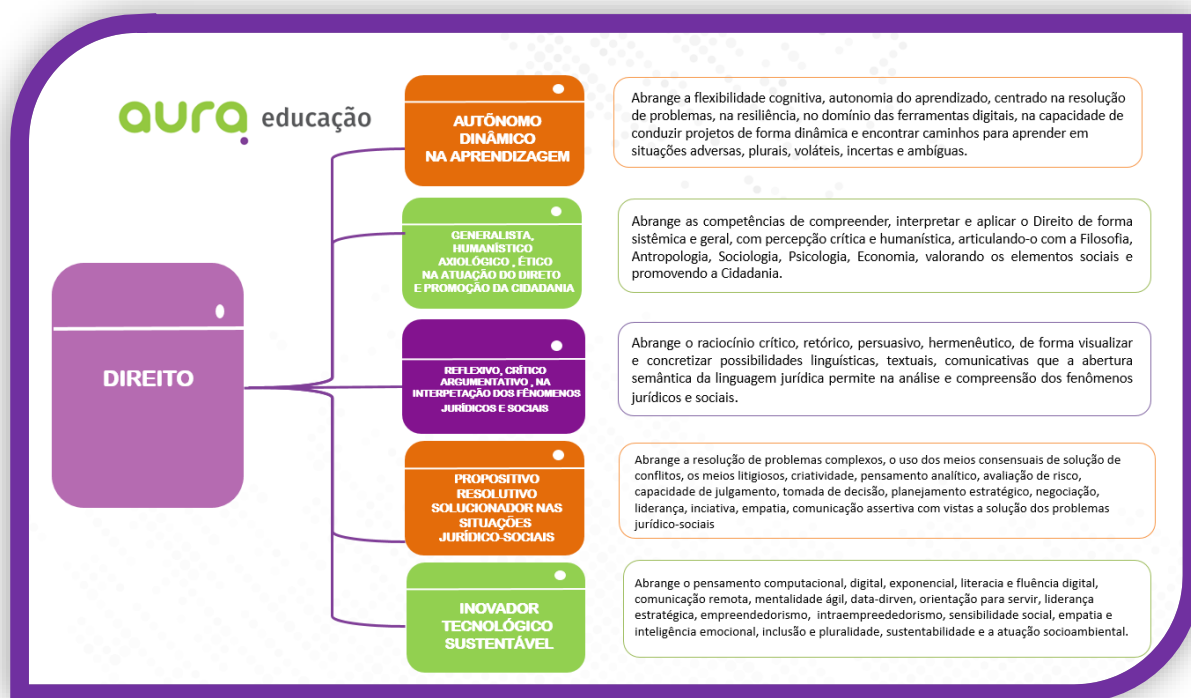
m) Aplicar de forma eficiente e funcional o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade que pertence, bem como da sociedade global;

n) Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso;

o) Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliem as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica;

p) Participar, promover e desenvolver o uso ético e responsável das novas tecnologias na defesa de animais não humanos e da Natureza, de forma a reconhecer a igual dignidade destas entidades, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos;

Diante das competências acima, o curso de Direito, em conformidade com as Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e nº. 05/2018, estrutura sua matriz de forma a concretizar as competências necessárias decorrentes de uma **formação crítica, técnico-jurídica e prático-profissional**:



As competências desenvolvidas são decorrentes das perspectivas formativas exigidas pelas DCN, pelos desafios do Século XXI e pelo Mundo do Trabalho. O seu desenvolvimento é operado por meio das trilhas de aprendizagem que certificam os alunos ao longo do percurso curricular. O seu processo de aprendizagem é dinâmico, interdependente, ponderado, reciprocamente balanceado, não existindo uma prioridade lexical, nem uma linearidade

Por exemplo, a competência para resolver problemas complexos é comum à todas unidades curriculares disciplinares, desde a Introdução ao Estudo do Direito até a Prática Civil, Penal ou Trabalhista. A competência para a literacia e fluência digital perpassa todo o curso, desde a utilização da Sala de Aula Virtual até o uso do processo judicial eletrônico, bem como das tecnologias remotas de informação e comunicação. A atuação ética e responsável, inicia a estrita adequação às normas regimentais da IES, aos regulamentos do curso, à liderança social e a futura atuação profissional nos quadros das diversas carreiras jurídicas.

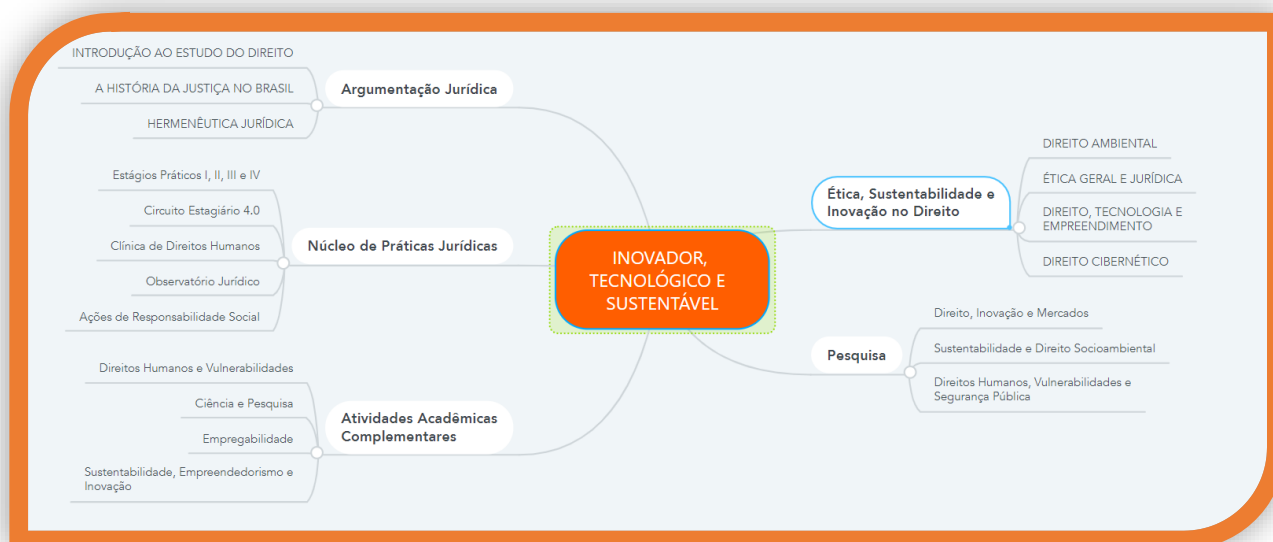
As competências analíticas e hermenêuticas da compreensão, interpretação e aplicação do Direito diante de casos complexos está presente em todas as disciplinas, desde as críticas, humanísticas e reflexivas, como Filosofia ou Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, até o Processo Penal

Aplicado, Direito Previdenciário ou o Societário. A aprendizagem autônoma, é estimulada pelos processos digitais, pela metodologia Aura, pelas práticas como a Clínica de Direitos Humanos, Escritório de Assistência Jurídica ou o Observatório Jurídico.

No gráfico abaixo, demonstra-se que para cada competência podem ser articuladas uma série de trilhas de certificação, dentre outros componentes curriculares, por exemplo:



Abaixo temos outra possibilidade de desenvolvimento das competências dos nossos discentes a partir do as suas possibilidades dentro do Curso:



Podemos então evidenciar que a formação do graduando em Direito da IES está assegurada em diversos aspectos: as perspectivas formativas previstas nas DCN estão contempladas em suas três possibilidades (geral, técnico-jurídica e prático-profissional); a autonomia e o protagonismo do aluno estão assegurados na escolha e articulação dos componentes curriculares, pesquisa e extensão; as competências previstas nas DCN estão bem demonstradas e sustentadas numa metodologia inovadora; e, a literacia e fluência digital, as *softskills*, as *hard skills*, as formas consensuais de resolução e conflitos e os métodos remotos de comunicação e informação estão presentes em todo o curso, desde o primeiro dia de aula até o último período, passando pelas disciplinas crítico-humanísticas até as práticas-profissionais.

1.9. REQUISITOS DE ACESSO

São as seguintes as formas de ingresso no curso de Direito da IES: processo seletivo (Vestibular); nota do ENEM; portadores de diplomas de curso de graduação; transferidos de outras IES e transferidos de outros cursos da própria IES:

- ✓ **Vestibular Tradicional:** inclui questões elaboradas com base nos conteúdos curriculares do Ensino Médio e uma Redação. São reprovados os candidatos que não obtiverem pelo menos nota três (3,0) na redação;

- ✓ **Processo Seletivo Agendado:** inclui a realização de uma redação. São reprovados os candidatos que não obtiverem pelo menos nota três (3,0) na redação;

- ✓ **Processo Seletivo ENEM:** a inscrição do candidato é realizada mediante a apresentação dos resultados obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (Prova Objetiva e Redação). Os candidatos são classificados de acordo com as vagas disponíveis, que, para esta modalidade, representam 20% do total das vagas oferecidas pela instituição;

- ✓ **Matrícula sem Vestibular:** os portadores de diploma de nível superior podem requerer a matrícula no curso de graduação, mediante a apresentação de documentação (diploma, histórico escolar completo, descrição do regime de aprovação da instituição de origem e programa das disciplinas cursadas com aprovação).

- ✓ **Transferência Externa:** os candidatos apresentam documentação fornecida pela IES da qual pretendem transferir-se. Somente são aceitas solicitações de transferência para o mesmo curso ou para curso de área afim ao de origem e de mesmo nível. Não são aceitas solicitações de transferência de alunos em situação de abandono na instituição de origem ou de alunos desligados da instituição de origem.

✓ **Seleção de candidatos do PROUNI:** o candidato que fez o ENEM poderá se inscrever no site do MEC, escolhendo a instituição e o curso, e concorrer a uma vaga em instituições de ensino superior. O candidato encaminhado pelo governo, apresenta a documentação na IES.

1.10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

1.10.1. Estrutura curricular

A estrutura curricular do Curso de Direito está fundamentada nas Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e 5/2018, e Resolução CNE/CES nº 2/2007 que define carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e sua duração. Com base nas DCN, o presente projeto pedagógico tem como objetivo alcançar a excelência do ensino da Direito e a qualidade na formação dos alunos. A operacionalização dessa proposta realiza-se na construção de uma estrutura curricular inovadora que articula teoria e prática, prioriza a autonomia do aluno (por exemplo, com a Atividade Autônoma Aura), com as certificações intermediárias e atividades didáticas que privilegiam a flexibilidade cognitiva, a criatividade, a resolução de problemas, orientação para servir, dentre outras competências necessárias aos desafios do Século XXI.

Neste sentido, pode-se afirmar que o curso de Direito da instituição atende aos preceitos legais vigentes, pois:

✓ **Possui carga horária de 4.000h**, superior às 3.700h mínimas previstas na Resolução CNE/CES nº 5/2018;

✓ **Tem tempo mínimo de integralização de 05 anos**, conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 2/2007;

✓ **Os objetivos do curso e o perfil do egresso** atendem ao descrito nos artigos 3º e 4º da Resolução CNE/CES n. 5/2018.

✓ A organização do curso e seus conteúdos curriculares estão de acordo com o recomendado na RES. CNE/CES n. 5/2018, art. 5º, I, II e III, §1º, §2º, §3º, c/com Res. CNE/CES n. 02/2021.

✓ **Possui Prática Jurídica obrigatória**, indispensável ao desenvolvimento das competências profissionais inerentes ao perfil do egresso, propiciando seu pleno desenvolvimento e preparando o aluno para a vida profissional, conforme determina a RES. CNE/CES nº 5/2018, art. 6º c/com Res. CNE/CES nº 2/2021.

✓ **Possui Trabalho de Curso como componente obrigatório** na forma da RES. CNE/CES nº 5/2018, c/com Res. CNE/CES nº 2/2021.

✓ **Apresenta como parte integrante de suas ações as Atividades Acadêmicas Complementares** associadas às áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, organizadas em quatro ênfases: (a) Direitos Humanos e Vulnerabilidades; (b) Ciência e Pesquisa; (c) Empregabilidade; (d) Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação. Tais atividades têm como objetivo estimular o discente a participar de experiências diversificadas ao longo do seu percurso acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao seu perfil de formação, além de possibilitar a prática de estudos independentes e transversais que contribuem para a flexibilização curricular e a interdisciplinaridade, conforme prevê a Res. CNE/CES nº 5/2018 c/com Res. CNE/CES nº 2/2021.

✓ **Oferece Tópicos em Libras como disciplina optativa** com carga horária de 80h, conforme determina o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005;

✓ **Insere de maneira transversal e interdisciplinar** da educação de Direitos Humanos, de educação da terceira idade, de educação em políticas de gênero, de educação da história e relações étnico-raciais, o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, sobretudo, de forma mais direta, nas disciplinas Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia, A História da Justiça no Brasil, Direito Ambiental, Direitos da Criança e do Adolescente, Direitos Humanos, Psicologia Jurídica e nas atividades de pesquisa e extensão, conforme estabelece a Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004, o Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002, atendendo o que determina a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012;

✓ **O curso oferece certificações intermediárias** para os alunos, o que impulsiona sua empregabilidade antes mesmo da aquisição do grau de Bacharel em Direito. As certificações trazem dinâmica a formação superior e as demandas do mercado de trabalho e reforçam a visão de uma formação por competências para o aluno egresso.

✓ **O Curso oferece Atividade Autônoma Aura**, atividade estruturada que possibilita ao aluno de autônoma e protagonista resolver questões que possibilitam autoavaliar e autodiagnosticar seu desenvolvimento ao longo do Curso.

A matriz curricular está organizada para oferecer ao aluno referenciais teórico-práticos que colaborem com o desenvolvimento de competências gerais e específicas que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho. A tabela, abaixo, apresenta a matriz curricular do Curso de Direito:

MATRIZ CURRICULAR DIREITO - 220

RESUMO DAS CARGAS HORÁRIAS MÍNIMAS EXIGIDAS	TEÓRICA		PRÁTICA	EXTENSÃO**	ESTÁGIO	TOTAL	%
	PRESENCIAL	A DISTÂNCIA*	PRESENCIAL	PRESENCIAL			
Disciplinas obrigatórias	2.400	720	0	400	0	3.520	95,14
Estágio supervisionado	0	0	0	0	0	0	0,00
Disciplinas eletivas						80	2,16
Atividades acadêmicas complementares						100	2,70
TOTAL DO CURSO	3.120		0	400	0	3.700	100,00
CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS OPTATIVAS						80	-

CARGAS HORÁRIAS MÍNIMAS EXIGIDAS PARA DISCIPLINAS ELETIVAS	PRESENCIAL	A DISTÂNCIA	OBRIGATÓRIA
ELETIVA TCC	0	80	80
TOTAL DE ELETIVAS OBRIGATÓRIO	0	80	80

* CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA DO CURRÍCULO	HORAS	%
As metodologias para ensino digital são baseadas na convergência de meios de oferta de conteúdo e na organização das demandas acadêmicas, ambos estruturados em um desenho educacional que concatena os objetos de aprendizagem, as ferramentas de comunicação e colaboração e as atividades curriculares. Tais metodologias se concretizam em um ambiente virtual de aprendizagem, cuja interface incorpora as principais tendências em processos de ensino e de aprendizagem digitais, como, por exemplo: tecnologias acessíveis; recursos educacionais que estimulam a autonomia e a autogestão; ferramentas de cooperação; trabalho em equipe; simulados e testes; entrega/correção de trabalhos acadêmicos; repositório de recursos; bibliotecas virtuais.	800	21,62

** CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NO CURRÍCULO	HORAS	%
As atividades de extensão são ações de contribuição à sociedade, desenvolvidas, preferencialmente, de forma multidisciplinar, que propiciam a participação dos vários segmentos da comunidade universitária, vinculadas à formação do estudante, privilegiando entidades da sociedade civil, atores, coletivos e organizações sociais, bem como setores produtivos e entidades governamentais. Elas são orientadas a	400	10,81

partir de cinco eixos norteadores: atividades educativas: cursos e eventos; atividades empresariais: assessoria e prestação de serviço especializado; atividades de difusão e intercâmbio científico-cultural – inclui ações destinadas à promoção e divulgação científico-cultural da produção acadêmica e a valorização da cultura; atividades de responsabilidade social; atividades de esporte e lazer.

PERÍODO	COMPONENTES CURRICULARES	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	MODALIDADE	TEÓRICA		PRÁTICA	EXTENSÃO PRESENCIAL	ESTÁGIO	TOTAL
					PRESENCIAL	A DISTÂNCIA	PRESENCIAL			
1	CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
1	FILOSOFIA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
1	FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	0	0	0	80	0	80
1	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
1	LÍNGUA PORTUGUESA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
2	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
2	DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
2	TEO. GER. DO PROC E FASE DE CONHEC. NO PROC. CIVIL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
2	TEORIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
2	A HISTÓRIA DA JUSTIÇA NO BRASIL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
3	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
3	ORGANIZAÇÃO ESTATAL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
3	TEORIA DA DECISÃO JURISD. E RECURSOS NO PROC CIVIL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
3	TEORIA DA PENA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
3	HERMENÊUTICA JURÍDICA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
4	DIREITO ADMINISTRATIVO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
4	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80

4	DIREITO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
4	TUTELA EXECUTIVA E PROCED. ESP. NO PROCESSO CIVIL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
4	ECONOMIA POLÍTICA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
5	DIREITO CIVIL - REAIS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
5	DIREITO TRIBUTÁRIO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
5	MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	0	0	0	80	0	80
5	PROCESSO PENAL - PARTE GERAL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
5	DIREITO AMBIENTAL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
6	DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	0	0	0	80	0	80
6	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
6	PROCESSO PENAL APLICADO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
6	ÉTICA GERAL E JURÍDICA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
7	DIREITO DO TRABALHO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
7	DIREITOS DO CONSUMIDOR	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	0	0	0	80	0	80
7	EMPRESA, ESTABELECIMENTO E TÍTULOS DE CRÉDITO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
7	DIREITO, TECNOLOGIA E EMPREENHIMENTO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
8	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
8	PROCESSO DO TRABALHO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
8	SOCIEDADES	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
8	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	PRÁTICA CÍVEL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
9	PRÁTICA PENAL	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
9	PRÁTICA TRABALHISTA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80

9	TC EM DIREITO ADMINISTRATIVO	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO CIVIL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO CONSTITUCIONAL / INTERNACIONAL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO E PROC. DO TRABALHO / PREVIDENCIÁRIO	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO EM RESP. CIVIL / DIR. DO CONSUMIDOR	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO EMPRESARIAL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO PENAL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO PROCESSUAL PENAL	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM DIREITO TRIBUTÁRIO	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM FILOSOFIA / SOCIOLOGIA / ANTROPOLOGIA	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
9	TC EM PSICOLOGIA JURÍDICA E MARCS	ELETIVA TCC	ELETIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
10	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
10	DIREITOS HUMANOS	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	0	0	0	80	0	80
10	PSICOLOGIA JURÍDICA	OBRIGATÓRIA	REGULAR	PRESENCIAL	80	0	0	0	0	80
10	DIREITO CIBERNÉTICO	OBRIGATÓRIA	REGULAR	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	80
10	TÓPICOS EM LIBRAS: SURDEZ E INCLUSÃO	OPTATIVA	OPTATIVA	A DISTÂNCIA	0	80	0	0	0	0

A organização do currículo obedece aos princípios de flexibilização, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica e compatibilidade de carga horária total, descritos ao longo deste documento.

A matriz curricular do curso foi concebida como um conjunto integrado e articulado de situações organizadas para promover aprendizagens significativas e seus conteúdos são apenas um dos meios para o desenvolvimento de competências que ampliem a formação dos alunos e sua interação com a realidade, de forma crítica e dinâmica.

Busca-se, também, promover ações pedagógicas que articulem os saberes e as práticas, vinculando-os aos ideais da ética, da responsabilidade, da cidadania, da solidariedade e do espírito coletivo, e direcionando-as ao atendimento das necessidades da comunidade regional e local.

Na elaboração da estrutura curricular foram adotados, também, princípios que promovem a organização do curso partindo do geral para o específico, em níveis crescentes de complexidade e em sucessivas aproximações. Assim, uma sequência de conhecimentos definirá os objetivos a serem alcançados - novos conhecimentos e habilidades (cognitivos, afetivos e psicomotores) são introduzidos em momentos subsequentes, reforçando o que já se sabe e mantendo as interligações com as informações previamente aprendidas.

Desse modo, o estudante vai gradualmente se apropriando do conhecimento, desenvolvendo novas habilidades e atitudes em uma maior amplitude e profundidade, havendo uma concentração maior de disciplinas específicas à medida que o estudante vai avançando no curso, sempre buscando a articulação entre teoria e prática desde o início da formação acadêmica, por meio da metodologia de aprendizagem adotada.

As disciplinas foram desenhadas para formar o profissional do século XXI, inserido numa sociedade digital, que exige formação multidisciplinar, e contemple todo conteúdo necessário à resolução de problemas de natureza prático-profissional que dialogam com aspectos sociais, políticos, culturais, éticos e socioambientais.

Os componentes curriculares do curso têm por objetivos:

- ✓ Promover a inovação, a criatividade e o uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem;
- ✓ Potencializar o uso das ferramentas tecnológicas, de forma otimizar novos meios de resolução de problemas;
- ✓ Oportunizar a autonomia na aprendizagem do aluno, preparando-o para os desafios trazidos pelo mercado de trabalho;
- ✓ Flexibilizar o currículo, no que diz respeito às condições individuais do estudante, ao ritmo de aprendizagem, ao local e ao tempo de dedicação aos estudos, além de privilegiar a inclusão das pessoas com deficiência mediante a utilização de plataformas digitais de aprendizagem;

- ✓ Possibilitar a flexibilização do tempo e espaço, democratizando o acesso ao conhecimento científico;
- ✓ Contribuir para a formação de um aluno comprometido com o estudo e responsável pela organização de seu tempo; e
- ✓ Contribuir para aproximar o aluno da realidade do mercado de trabalho, propondo desafios na resolução de situações-problemas típicas do exercício profissional.

Elas são divididas em:

✓ **Disciplina Digital (créditos digitais):** disciplina composta por um conjunto de atividades proporcionais à carga horária semestral de acordo com o curso. Os temas de aprendizagem são definidos nos planos de ensino de cada disciplina. Para esse formato, o aluno terá um cronograma de atividades virtuais, a serem realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), e uma agenda presencial, composta pela realização de atividades e avaliações na IES. Este ambiente virtual de aprendizagem integra um conjunto de interfaces de conteúdos e formas de comunicação, associados às redes sociais, permitindo integrar conteúdo às comunicações entre os atores ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. Tais mecanismos de comunicação podem ser síncronos (como chat, por exemplo), ou assíncronos (fórum de discussão, mensageria, feedback etc.). No que se refere à convergência de meios para a construção do conhecimento e distribuição de conteúdo acadêmico para o aluno, concebeu-se um ambiente virtual de aprendizagem que integraliza: i) videoaulas transmitidas via web, ao vivo ou gravadas, ii) conteúdo interativo online com design instrucional orientado à autoaprendizagem; iii) material didático (livro de referência de cada disciplina); iv) biblioteca virtual; v) ferramentas de atividades acadêmicas. Para suportar o desenvolvimento do aluno, tem-se a participação de atores que acompanham e o orientam durante o seu percurso na disciplina. São eles: o tutor, a quem compete a mediação do processo de ensino-aprendizagem; o coordenador de curso, que faz o acompanhamento das atividades presenciais obrigatórias realizadas pelo aluno. Cada um com papéis e atribuições específicas, definidas no regulamento e manual do aluno, disponibilizado no AVA. Este espaço de comunicabilidade constante busca garantir a efetividade do aprendizado a partir dos desdobramentos estimulados na comunicação entre alunos e professores/tutores/coordenadores. Nesse sentido, busca-se desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, tendo como propulsores desse movimento a interação, a cooperação e a colaboração, bem como a interatividade na construção e reconstrução do conhecimento.

✓ **Disciplina *blended* (créditos presenciais e digitais):** disciplina com elementos presenciais e digitais, na qual uma parte de seus temas são ofertados por meio de conteúdos digitais no AVA e a outra

parte dos temas é ofertada presencialmente em sala de aula em atividades acompanhadas pelo professor.

Independente do formato, compartilham a mesma estrutura de material didático institucional, baseada no conceito do modelo de aprendizagem Aura, que tem como finalidade disponibilizar aos docentes e discentes da instituição planos de ensino e planos de aula organizados e alinhados com a missão, visão e valores da IES e os princípios norteadores da aprendizagem ativa.

O plano de ensino é um documento base que serve como referência aos docentes, evidencia os objetivos da disciplina e detalha as ações pedagógicas. É um instrumento didático-pedagógico e administrativo de elaboração e uso obrigatórios pelos nossos professores em sala de aula. Seus objetivos são: assegurar um ensino efetivo, levar os alunos ao alcance dos objetivos da disciplina, verificar o processo de aprendizagem dos alunos, desenvolvendo as competências exigidas para atuação na carreira escolhida.

O plano de ensino de um modelo baseado em competências não é feito de forma linear, seus elementos estão conectados e subsidiam os procedimentos de ensino-aprendizagem. Ao final, deve ser feita a verificação desta aprendizagem por meio de uma avaliação por competências. No Aura, ele terá o formato que detalharemos a seguir:

- ✓ **Código e nome da disciplina:** descrição no nome e código da disciplina;
- ✓ **Carga horária semestral:** total da carga-horária da disciplina;
- ✓ **Carga horária semanal:** descrição da composição da carga-horária da disciplina, dependendo do seu formato, a exemplo: *03 horas-aulas teóricas presenciais + 01 hora-aula digital; 04 horas-aulas digitais.*
- ✓ **Perfil docente:** Descrição da titulação mínima necessária ao docente e área de atuação desejável, bem como das competências inerentes a um processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno. Importante mencionar que articulação entre teoria e prática deve ser o eixo direcionador das estratégias em sala de aula. O professor deve, ainda, conhecer as ferramentas digitais que fazem parte do modelo de ensino da instituição (SGC, SIA, SAVA, BdQ).
- ✓ **Ementa:** descrição dos conteúdos discutidos na disciplina
- ✓ **Objetivos:** visão geral do perfil do aluno ao final da disciplina, incluindo as competências articuladas em ações concretas, embasadas em conteúdos e com finalidades práticas (fazer alguma coisa + com base em alguma coisa + para alguma coisa)
- ✓ **Procedimentos de ensino-aprendizagem:** Em linhas gerais, é o “como” se pretende dinamizar as aulas. É o espaço onde você deverá explicar como as situações de aprendizagem devem ser

organizadas e orientadas. Assim, deve ser descrita a metodologia de ensino, detalhando-se os procedimentos que serão utilizados para alcançar os objetivos propostos. Aqui, cabe lembrar que uma situação de aprendizagem não ocorre ao acaso. É preciso planejar um dispositivo (um fato, um problema, uma questão) que coloque os alunos diante da atividade a ser realizada, do projeto a desenvolver, do problema a resolver. A escolha destes dispositivos depende da disciplina, dos temas específicos e das competências que se quer desenvolver. Existem inúmeras possibilidades entre as metodologias ativas, como, por exemplo: estudo de caso, resolução de problemas, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em problemas, sala de aula invertida, *peer instruction*, *design thinking* e outras. Além disso, há uma série de estratégias ou dinâmicas podem ser utilizadas para ampliar a interação na sala de aula, bem como ferramentas tecnológicas capazes de facilitar a troca de conhecimento entre os alunos. Portanto, neste campo, apresenta-se as metodologias de ensino, descrevendo-se os meios (estratégias e ferramentas) para alcançar os objetivos previamente delineados. Adotaremos, no modelo de aprendizagem, um processo de ensino-aprendizagem baseado em 3 etapas: a preleção, a partir da definição de uma situação problema (temática/problematização/pergunta geradora), utilização de metodologias ativas centradas no protagonismo do aluno e realização de uma atividade verificadora da aprendizagem ao final da aula. O processo de ensino-aprendizagem deve priorizar o aluno, sendo este capaz de articular os temas discutidos nas aulas para responder à situação problema que abre a preleção. É importante destacar o uso da Sala de Aula Virtual de Aprendizagem (SAVA), através do Webaula, onde o aluno terá acesso ao conteúdo digital da disciplina, poderá resolver questões propostas e explorar conteúdos complementares.

- ✓ **Temas de aprendizagem:** descrição dos temas que representarão o conteúdo do componente curricular.

- ✓ **Procedimentos de avaliação:** descrição dos procedimentos de avaliação e como serão avaliadas as competências desenvolvidas durante a disciplina nos âmbitos presencial e digital.

- ✓ **Bibliografia básica:** Indicação de 3 obras que sejam fonte de consulta para realização dos estudos e referência teórica para os temas de aprendizagem da disciplina, apresentadas conforme norma para referências da ABNT. As referências indicadas devem fazer parte da biblioteca virtual da instituição.

- ✓ **Bibliografia complementar:** Indicação de 5 obras que sejam fonte de consulta para realização dos estudos e referência teórica para os temas de aprendizagem da disciplina, apresentadas conforme norma para referências da ABNT. As referências indicadas devem fazer parte da biblioteca virtual da instituição.

Os resultados de um plano de ensino bem elaborado são observados na sala de aula quando o professor desdobra esse documento nos planos de aula.

O Plano de Aula é a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período em que professor e aluno interagem em uma dinâmica de ensino–aprendizagem. Deve prever estímulos adequados aos alunos, a fim de incentivá-los a criar uma atmosfera de comunicação entre os atores deste processo que favoreça a aprendizagem.

Cada plano de aula está assim definido:

- ✓ **Código e nome da disciplina:** descrição no nome e código da disciplina;
- ✓ **Semana/Tema:** indicação do número da semana de aula e o respectivo tema/tópico, de acordo com o que está descrito no Plano de Ensino da disciplina.
- ✓ **Objetivos:** definição dos objetivos específicos da aula alinhados com os objetivos descritos no Plano de Ensino;
- ✓ **Tópicos:** indicação dos tópicos, dentre os descritos no Plano de Ensino, que serão trabalhados na aula;
- ✓ **Procedimentos de ensino-aprendizagem:** apresentação das metodologias de ensino, descrevendo-se os meios (estratégias e ferramentas) para alcançar os objetivos previamente delineados. Sugere-se que o professor(a) desenvolva a aula em três momentos: contextualização do tópico em uma preleção iniciada com a situação problema (tematização/problematização/pergunta geradora); utilização de metodologias ativas centradas no protagonismo do aluno e realização de uma atividade verificadora da aprendizagem que deve ser realizada pelo professor da disciplina em sala com os alunos.
- ✓ **Recursos didáticos:** Descrição dos recursos didáticos necessários para realização da aula.
- ✓ **Leitura específica:** Indicação de textos, *e-books*, reportagens e notícias complementares à bibliografia indicada no Plano de Ensino, que possam ser utilizados para melhor contextualização do conteúdo abordado na aula.
- ✓ **Aprenda +:** Indicação de *podcasts*, vídeos, artigos, textos, *e-books*, reportagens e notícias complementares à bibliografia indicada no Plano de Ensino, que possam ser utilizados para melhor contextualização do conteúdo abordado na aula e a Atividade Autônoma Aura - duas questões disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, alinhadas ao(s) tema(s) e tópico(s) discutidos na sala de aula presencial. Estas questões devem ser resolvidas pelos discentes após o encerramento da aula. Suas respostas podem ser debatidas pelos professores e alunos na aula seguinte, vez que são de caráter diagnóstico e possibilitam aos alunos descobrirem onde estão seus gaps em termos de aprendizagem para que possam evoluir no desenvolvimento de suas competências.

A figura, abaixo, ilustra como o Plano de Aula, no modelo de aprendizagem do curso de Direito, potencializa o processo de ensino e aprendizagem, tornando-se uma ferramenta indispensável para professor e alunos adotarem o conceito de sala de aula invertida.

Plano de aula 	Objetivos 	Situação problema 	Recursos didáticos 	Conteúdo digital 
Como tornar minhas aulas mais interessantes com base em meu plano de aula? Quais necessidades de meus alunos eu tenho a chance de atender com esta aula?	Que objetivos meus alunos precisam alcançar? Tópicos  Que temas devo discutir na minha aula?	Como, a partir da situação problema norteadora da minha aula, posso engajar meus alunos?	Que recursos cabem em minha aula? Posso utilizar ferramentas digitais? Como posso adaptar minhas aulas às metodologias ativas?	Como os alunos podem me ajudar na construção desta aula? De que forma abordarei o conteúdo digital em minhas aulas?
Atividade verificadora de aprendizagem (Desenvolvimento da competência)  O que meus alunos podem entregar, na prática, ao longo e ao término da aula?			Aprenda +  Quais conteúdos extras e vivências profissionais posso oferecer aos alunos como adicional? Atividade Autônoma Aura	

Para organizar seu plano de aula, é indispensável que o professor tenha claro quais objetivos e competências são essenciais para os alunos e que seja capaz de propô-los nos mais variados contextos. O desafio é trabalhar os temas de aprendizagem em diferentes situações e em tarefas complexas, aproveitando situações, explorando acontecimentos do próprio local, o que lhe permitirá regionalizar e contextualizar a temática da aula, trazendo o debate para uma realidade que é próxima ao aluno.

1.10.2 Compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio)

A carga horária dos cursos é orientada pela Resolução CNE/CES nº 3/2007 e pelo Parecer CNE/CES nº 261/2006, que institui o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, por meio de preleções e aulas expositivas e/ou atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas. O planejamento e a execução dos dias letivos exigidos pela legislação vigente ocorrem dentro das diretrizes propostas no PDI e no PPC, ressaltando-se que o modelo de aprendizagem Aura se estrutura na máxima de que o processo ensino-aprendizagem é dinâmico, pois

o aluno é protagonista da construção dialogada e colaborativa do conhecimento teórico e prático necessário ao exercício das atividades laborativas exigidas pelo mercado de trabalho.

A estrutura curricular do Curso de Direito está fundamentada nas Resoluções CNE/CES nº 5/2018 e nº 2/2007 que contempla uma carga horária mínima de 3.700 horas, às quais podem ser acrescidas em 80 horas, caso o aluno opte por cursar a disciplina de Libras, de oferta optativa pela Instituição. No Curso de Direito da IES, são somadas 4000h do curso, cabe destacar que 300h são destinadas ao estágio prático, além das Atividades Acadêmicas Complementares (100h).

A distribuição da carga horária pode ser visualizada no quadro abaixo:

Composição da Carga Horária do Curso (Horas-relógio)		
	Horas	% da carga horária
Atividades Complementares:	100h	2.5%
Estágio Supervisionado:	300h	7.5%
Disciplinas Obrigatórias:	3.600h	90%
Total	4.000h	100%
Análise EAD		
EAD (sem optativas):	1.500	37,5%

1.10.3. Atividade Prática Supervisionada – APS, como atividade prática supervisionada na forma da Resolução CNE/CES nº 3, 02.7.2007, D.O.U de 3.7.2007.

O modelo de aprendizagem Aura inova ao superar a distinção aparente entre ensino-digital e ensino presencial. Os temas de aprendizagem são disponibilizados digital e presencialmente, sendo parte do processo de ensino-aprendizagem a inversão da sala de aula, o estudo prévio por meio do conteúdo digital, as ferramentas digitais de aprendizagem, bem como a ubiquidade necessária a um aprendizado global e local.

O Modelo de aprendizagem Aura perfaz um total de 20 semanas de aula. Dessas, 16 semanas são diretamente ligadas ao processo de ensino-aprendizagem, contendo aulas com os professores na sala de aula presencial. Das 16 aulas, 4 são reservadas as Atividades Práticas Supervisionadas em que a sala de aula invertida opera de acordo com o Modelo de Ensino-aprendizagem Baseado em Competências. Nessas aulas o aluno estuda o conteúdo digital de forma autônoma e tira dúvidas em sala de aula com o professor. O professor disponibiliza aos alunos a Atividade Prática Supervisionada para a discussão na próxima aula. Uma atividade, realizada nesta discussão, utilizando metodologias ativas mostra os pontos

fracos na aprendizagem dos alunos, possibilitando ao professor que indique material suplementar. Ao longo do semestre letivo de 20 semanas, são trabalhados de 4 a 6 temas que representarão o conteúdo da disciplina. Cada um dos temas será desdobrado em tópicos de aprendizagem para orientar o trabalho docente e o planejamento acadêmico. Entre os temas, um deles, necessariamente, será digital e trabalhado através de Atividades Práticas Supervisionadas. Este material estará disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem para alunos e professores. Destaca-se que as aulas com conteúdo digital são interativas, com desenho instrucional, possuem um layout moderno, intuitivo e amistoso, que facilita a interação dos alunos com o conteúdo interativo. Logo, por meio dos materiais digitais, que prezam pela qualidade pedagógica e científica, os alunos podem se apropriar dos temas e tópicos de forma eficaz e afetivamente sólida.

O momento socioeconômico e histórico influencia diretamente o comportamento das pessoas e suas formas de aprender. É um novo jeito de pensar e se comportar, assim, o Aura busca incorporar estratégias educacionais disruptivas (CHRISTENSEN, 2012) para tornar o aprendizado mais significativo. E isto porque, quando se analisa o perfil dos alunos da nova geração, sabe-se que eles consomem informação, principalmente, via smartphones e têm preferência por conteúdos em vídeo e jogos de aprendizagem, aprendem de múltiplas maneiras e são multifocais, além de preferirem conteúdos visuais de alta qualidade.

Para atender esta demanda, os modelos de educação tradicionais devem ser repensados, já que os discentes buscam construir seu conhecimento de forma múltipla, rápida, intuitiva, criativa e colaborativa em diferentes plataformas.

Logo, o caráter inovador do Aura evidencia-se, também, no uso de plataformas digitais, em um sistema de aprendizagem misto, integrando o ensino digital ao presencial e superando a tradicional dicotomia entre estes modelos. Neste modelo, busca-se garantir ao aluno um ambiente virtual formal para a construção do conhecimento e a aplicação posterior deste conhecimento em uma experiência real, na sala de aula, em atividade mediada pelo professor.

Dessa forma, os alunos terão um conteúdo de alta qualidade, disponível a qualquer hora e em qualquer lugar, o que lhes permite mais independência ao buscarem por si mesmos os temas disponíveis na sala de aula virtual. Incentiva-se o autoaprendizado em um ambiente virtual que oferecerá aos discentes a flexibilidade que a nova geração tanto busca no desenvolvimento de suas competências.

A disciplina *blended* (créditos presencias e digitais) estrutura-se da seguinte forma:

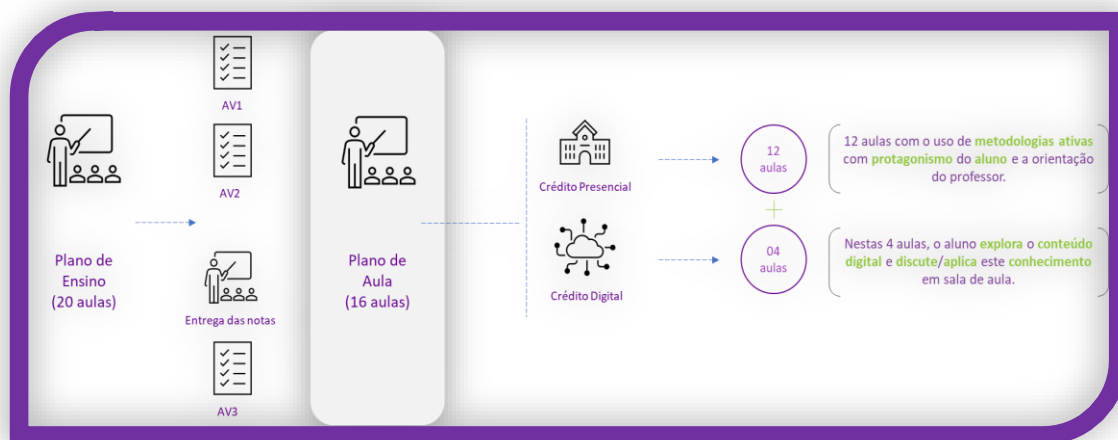
✓ Totalizam uma carga horária de 80 (oitenta) horas, divididas em 4 (quatro) créditos de 20 aulas (horas) cada.

✓ Do total dos créditos propostos, 3 (três) serão teórico/práticos, com 60 (horas-aulas) e 1 (um) na modalidade digital (20 horas-aulas).

✓ Os planos de ensino são constituídos por temas de aprendizagem alinhados às competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos. Esses temas são subdivididos em tópicos de aprendizagem. Cada plano de Ensino será desdobrado em 16 (dezesseis) planos de aulas, momento em que estes temas e tópicos de aprendizagem serão discutidos em sala por professores e alunos. Do total de 16 (dezesseis) planos de aulas, 12 (doze) serão realizados na modalidade presencial e 4 (quatro) na modalidade digital, conforme estabelecido na matriz curricular. Para a realização das etapas de avaliação, são destinadas 4 (quatro) semanas de aulas, perfazendo, assim, o total de 20 (vinte) aulas para a disciplina e o cumprimento integral das 20 (vinte) semanas de aulas exigidas no semestre letivo, conforme legislação brasileira vigente.

✓ Os Planos de Aula são desenhados com foco nas competências que os alunos precisam desenvolver durante a sua formação acadêmica. Em cada aula, o professor discutirá uma situação problema para demonstrar a aplicabilidade prática do conteúdo teórico trabalhado presencialmente e estudado, previamente, na plataforma digital, além de realizar atividades colaborativas que exigirão criatividade e inovação do discente para a solução da situação problema apresentada. A metodologia utilizada é baseada em explicações, discussões e reflexões, de ordem teórica e prática, para que, dialogicamente, os discentes desenvolvam as competências indispensáveis ao exercício da profissão. Ao final de cada aula, são propostas atividades verificadoras de aprendizagem de cunho diagnóstico, o que permitirá ao docente acompanhar o desenvolvimento coletivo e individual de seus alunos à medida que compreende uma série de caminhos possíveis para sua realização.

A figura, abaixo, demonstra como ocorre a distribuição das aulas ao longo do semestre letivo:



Para o cumprimento integral da carga horária proposta nos 3 (três) créditos presenciais, além das aulas ministradas pelos professores, serão ainda oferecidos e disponibilizados aos alunos, em todas as disciplinas, conteúdos na sala de aula virtual, incluindo-se material didático sobre os temas discutidos e a Atividade Prática Supervisionada (APS).

Ao final da aula, os alunos poderão acessar a APS, questões disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, alinhadas ao(s) tema(s) e tópico(s) discutidos na sala de aula presencial. Essas questões devem ser resolvidas pelos discentes após o encerramento da aula. Suas respostas serão debatidas pelos professores e alunos na aula seguinte, vez que são de caráter diagnóstico e possibilitam aos alunos descobrirem onde estão seus *gaps* em termos de aprendizagem para que possam evoluir no desenvolvimento de suas competências.

Destaca-se que os materiais de estudo são interativos, com desenho instrucional, layout moderno, intuitivo e amigável, o que facilita a interação dos alunos com o conteúdo digital, como se observa nas telas abaixo:

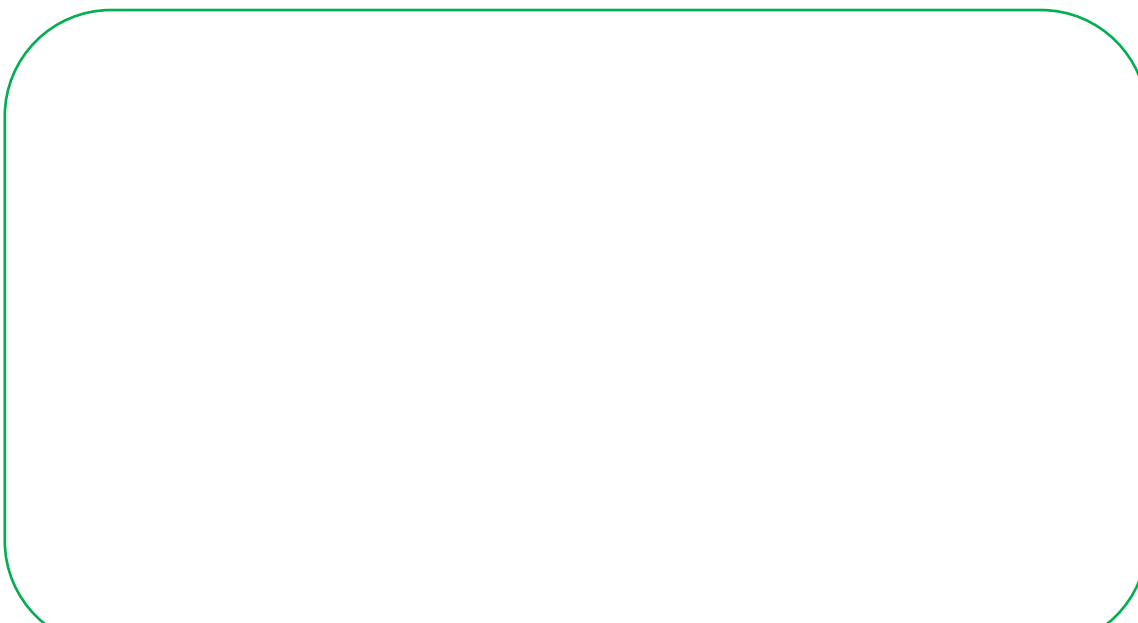




Imagem do 3º tema de aprendizagem da disciplina Introdução ao estudo do Direito disponível no conteúdo digital na Sala de Aula Virtual do Aluno.

PROPÓSITO

Entender a norma jurídica e suas espécies e caracterizar o ordenamento jurídico são atos essenciais para compreender o Direito, especialmente a diferenciação entre relações jurídicas e outras relações sociais.

OBJETIVOS

Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3
Identificar as características das normas jurídicas	Identificar as características do ordenamento jurídico	Diferenciar as normas jurídicas em regras e princípios

Imagem dos objetivos e módulos do tema Teoria da Norma e Ordenamento jurídico da Disciplina Introdução ao estudo do Direito.

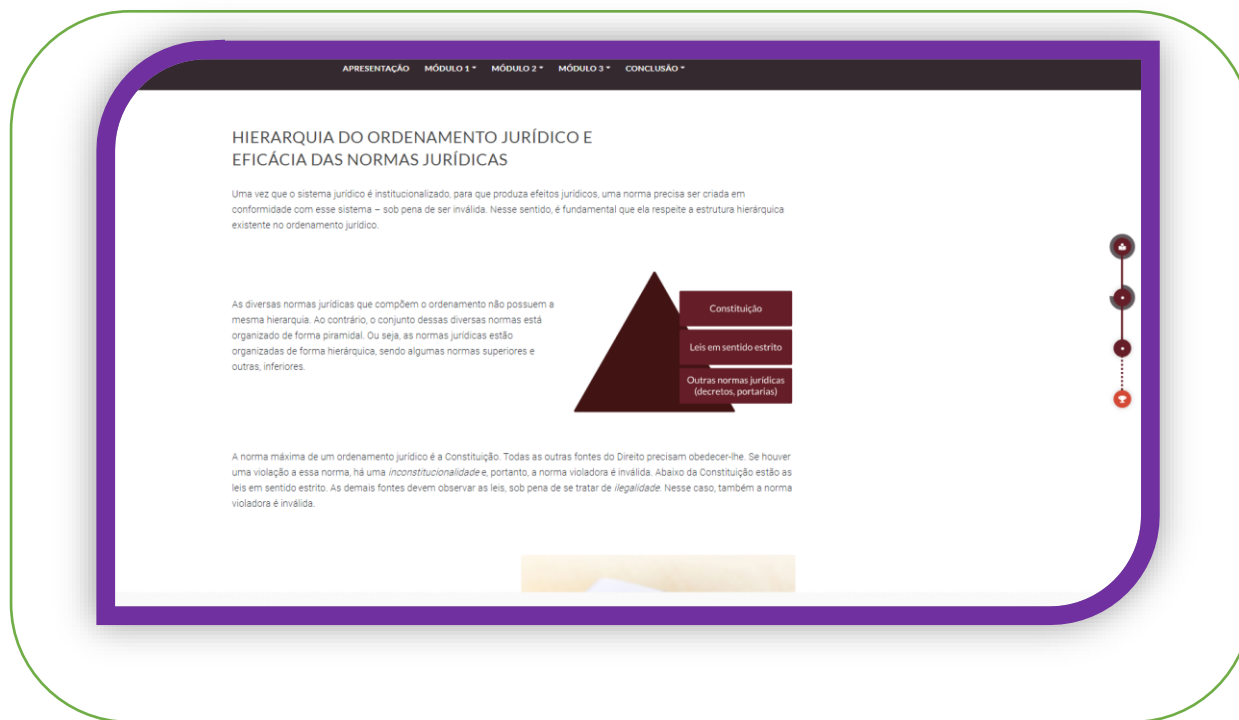


Imagem do conteúdo digital e seu desenho instrucional

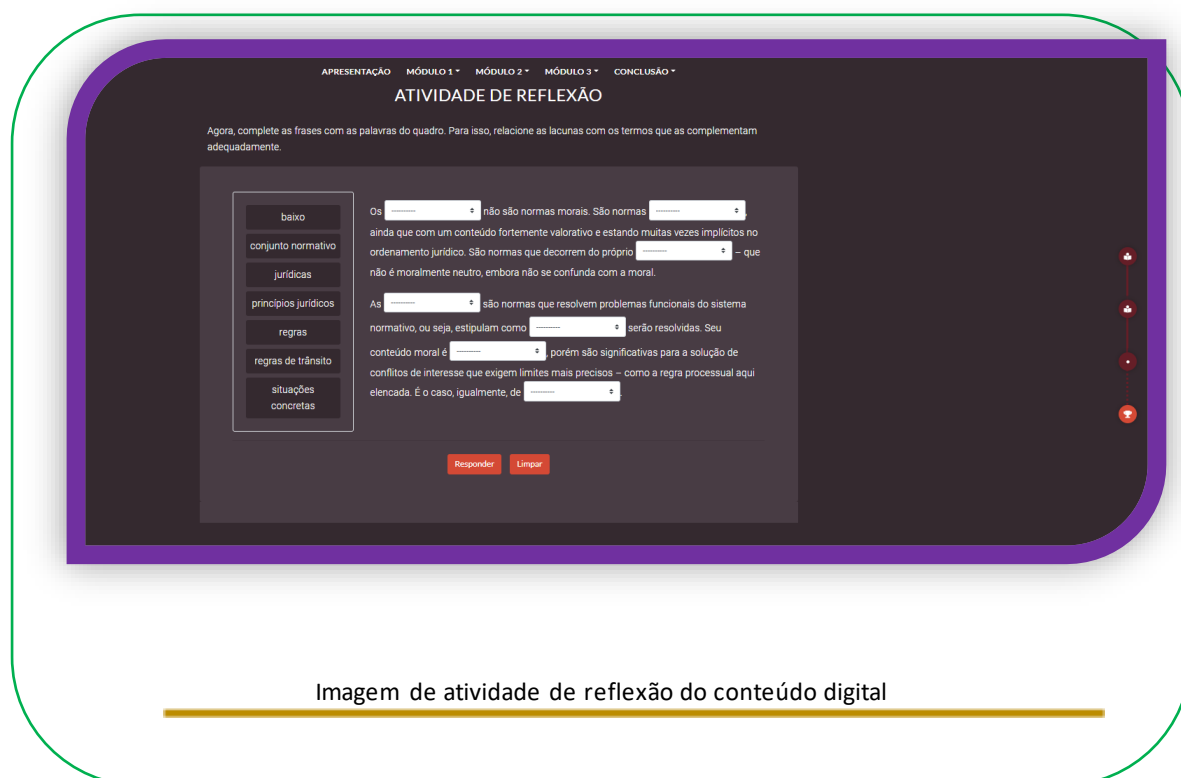


Imagem de atividade de reflexão do conteúdo digital

APRESENTAÇÃO
MÓDULO 1
MÓDULO 2
MÓDULO 3
CONCLUSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a compreensão do Direito exige a análise das normas jurídicas, que se distinguem de diversas outras afirmações que podem ser feitas e, em especial, de outras normas sociais com as quais frequentemente nos deparamos – normas morais, religiosas ou de cortesia. As normas jurídicas caracterizam-se por participar de um sistema normativo, coercitivo, institucionalizado e vinculante.

Uma vez que as normas jurídicas precisam ser analisadas a partir de sua relação umas com as outras, a análise do Direito exige a análise do ordenamento jurídico – o conjunto de normas jurídicas vigentes em determinado local. Embora esse ordenamento seja originado a partir de diversas fontes, é considerado coerente, completo e claro. Contudo, eventualmente nos deparamos com problemas de antinomias, lacunas e ambiguidades.

Além das formas positivas de resolver esses problemas, é necessário perceber que as normas jurídicas não são todas iguais, pelo que podem ser divididas em normas de tipo regra e normas de tipo princípio. Os princípios são normas jurídicas que permitem manter uma coerência axiológica do sistema jurídico e suprir eventuais lacunas. Dada sua indeterminação e vagueza, a interpretação dos princípios exigirá uma maior participação do intérprete ou do legislador, de modo a tornar claro seu conteúdo.

PODCAST

Escute o podcast com o professor Elden Borges resgatando os principais tópicos estudados em Teoria da Norma e do Ordenamento Jurídico.

0:00
17:22

Imagem do conteúdo interativo: podcast

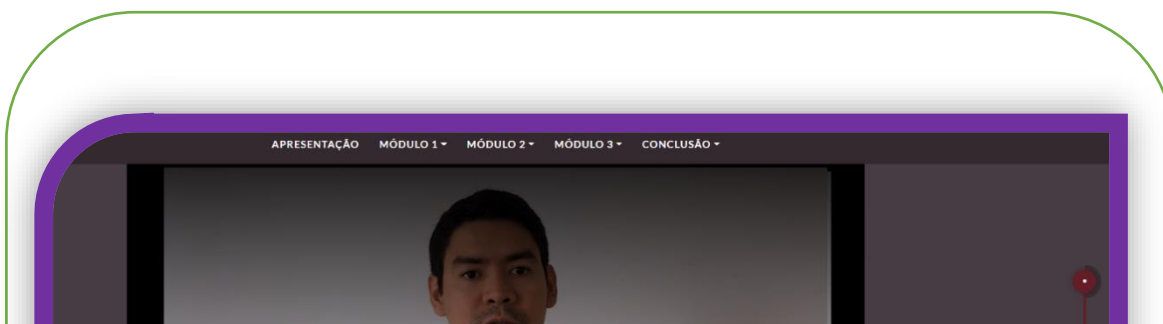


Imagem demonstrando vídeo interativo do conteúdo digital

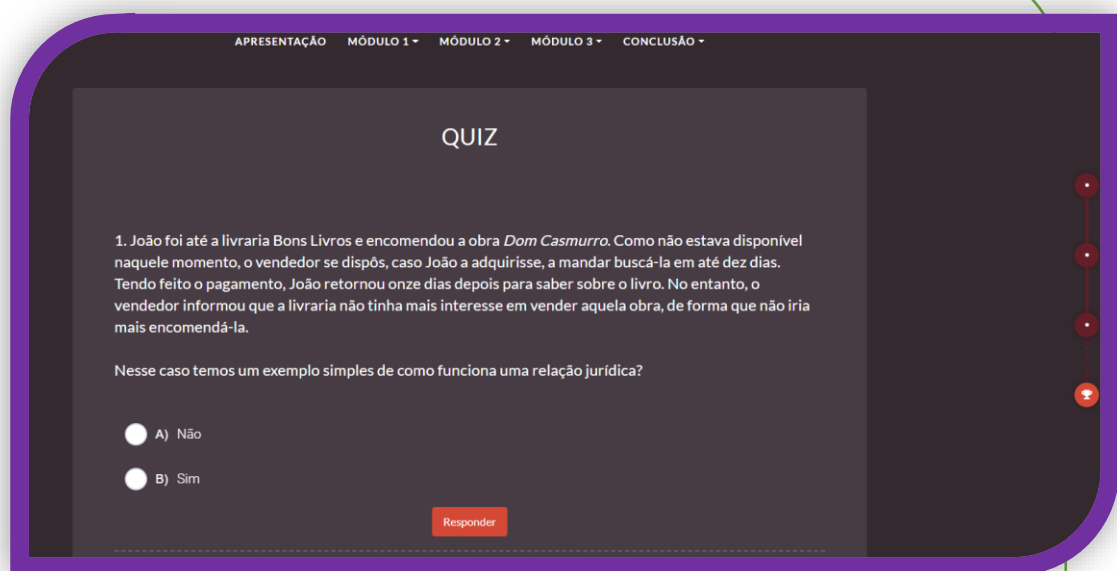


Imagem demonstrando a atividade interativa e avaliativa Quiz.

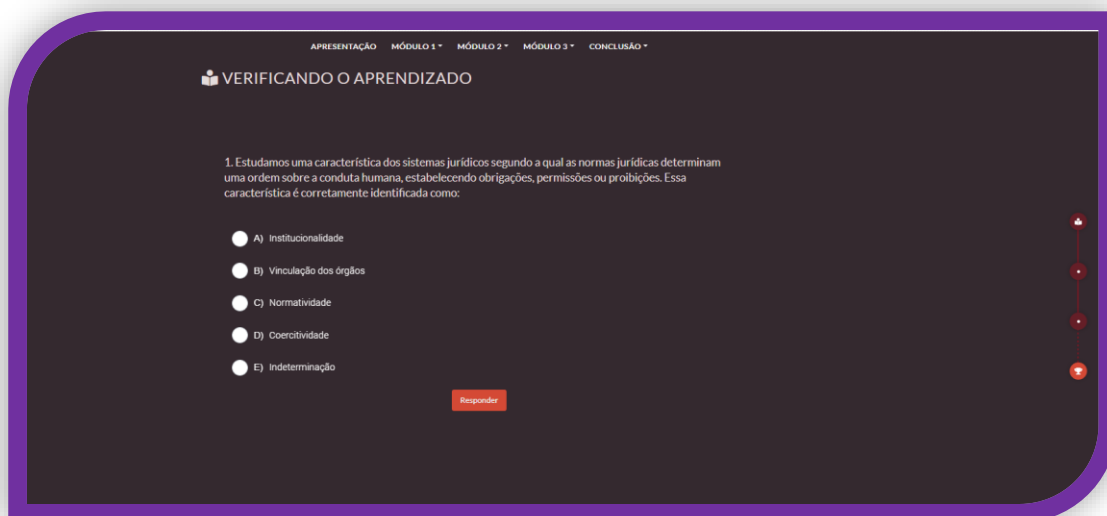


Imagem demonstrando a atividade interativa verificando o aprendizado

Como se observa, as estratégias de aprendizagem mobilizadas ao longo do curso incluem o Conteúdo Digital com conteúdos digitais disponíveis na plataforma do aluno, o que flexibiliza e revoluciona o próprio modo de estudar e aprender. O conteúdo digital está vinculado às aulas e cada discente, em conjunto com o seu professor, deve colocar em discussão o tema que está vinculado ao Conteúdo Digital. O professor conduz o debate, mas cabe ao discente trazer as questões que entende como mais significativas após a leitura prévia do material.

O exemplo abaixo ilustra como isto acontece em um contexto que vai muito além da sala de aula:

EXEMPLO DE AULA – CRÉDITO DIGITAL

Nesta aula, estaremos conectados com o conteúdo digital. O aluno explora e estuda, previamente, o conteúdo digital disponível em seu ambiente virtual. Durante a aula, este conteúdo será discutido em sala em atividade mediada pelo professor, detalhada abaixo.

O professor deve iniciar a aula apresentando situações nas quais seja possível estabelecer relação entre a motivação e o desempenho no ambiente de trabalho. Como sugestão, segue o roteiro abaixo:

- Situação-problema:** Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, cerca de 200 milhões de mulheres vivem em países que adotam a mutilação genital como prática cultural ou religiosa. De acordo com o Jornal *El País* “A ablação genital feminina não é apenas uma das práticas mais cruéis que sobrevivem da dominação histórica sofrida pelas mulheres no mundo; é também um crime que atenta contra sua saúde pelos riscos de infecção, hemorragia e morte que envolve, e contra seus direitos pela discriminação brutal que pressupõe negar seu prazer durante o ato sexual.” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/09/opinion/1470762424_356543.html Acesso em: 20 jul. 2020. Em decorrência dessa situação, indaga-se: É possível apelar para as diferenças socioculturais inerentes ao relativismo cultural para a preservação desse costume?
- Metodologia:** A partir da situação-problema apresentada, o docente deverá utilizar o vídeo “Na Somália, uma vítima da mutilação genital feminina está apoiando milhares de meninas” Disponível em: <https://youtu.be/QqCF9WK8h2s> (se possível em sala de aula), como elemento disparador para gerar *brainstorming* com a turma, mediado pelo docente, acerca das concepções universalista e relativista dos direitos humanos, bem como do multiculturalismo e suas vertentes. Todas as respostas da indagação acima devem ser dispostas no quadro a fim de que todos percebam que suas ideias estão sendo levadas a sério. Descarte as ideias duplicadas e até chegar a um número razoável de respostas com potencial para a solução do problema apresentado.
- Atividade verificadora da aprendizagem:** Retomar a situação-problema apresentada no início da aula e solicitar aos alunos a apresentação de três estratégias que estimulem a educação, o envolvimento e a participação das pessoas na promoção e proteção dos direitos humanos. Além disto, indicar a realização de exercícios de verificação de aprendizagem localizados no final do módulo.

sala

versão da
são de sala

de aula, na qual os alunos estudam previamente o conteúdo que se conectará com a situação problema, a metodologia e a atividade verificadora de aprendizagem. Dessa forma há uma continuidade dos estudos em que a Atividade Autônoma Aura vem para complementar de forma diagnóstica e formativa o aprendizado discente.

1.10.4. Contextualização

Por contextualização, entende-se a propriedade de vincular o conhecimento a sua origem e aplicação para prover necessidades pessoais, profissionais e de região. A LDB nº 9.394/96 estabelece, no artigo 28, que os projetos pedagógicos deverão contemplar a contextualização do ensino, de modo que se levem em conta o cotidiano e a realidade de cada região em que a IES estiver inserida, as experiências do aluno e a futura área de atuação

A contextualização refere-se à busca de adequação do currículo às características dos alunos e do ambiente socioeconômico e cultural, permitindo relacionar as atividades curriculares com o cotidiano dos alunos e com o contexto social.

Assim, para atender esse princípio, busca-se adequar o processo ensino-aprendizagem à realidade local e regional, articulando as diferentes ações curriculares às características, demandas e necessidades de cada contexto. Buscam-se ainda desenvolver estratégias para articular o processo de ensino à realidade dos alunos, propiciando uma aprendizagem referida aos diferentes âmbitos e dimensões da vida pessoal, social e cultural dos discentes.

Nessa perspectiva, as práticas curriculares implementadas no curso de Direito estão pautadas no conhecimento das características dos alunos, procurando respeitar sua personalidade e sua identidade. Parte-se do reconhecimento da capacidade de o aluno construir seu caminho, de ser ator e autor de suas práticas e reflexões, permitindo que ele se aproxime do objeto de conhecimento de forma autônoma e contextualizada.

Espera-se, com os processos de contextualização curricular, favorecer o processo de aprendizagem dos alunos, contribuindo para a formação de profissionais capazes de atuar em uma realidade em constante transformação. Com base nesses princípios, são organizados os currículos dos cursos, com intenção de promover a produção e construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências de modo sistematizado, partindo da reflexão, do debate e da crítica, numa perspectiva criativa e interdisciplinar.

Isso acontece nas discussões realizadas em sala em que a situação-problema também pode ser definida pelos professores e alunos da turma, levando em consideração a realidade em que estão

inseridos, os próprios questionamentos dos estudantes, as atividades verificadoras de aprendizagem aplicáveis aos contextos locais, e dos projetos de extensão realizados no curso, o que lhes garante liberdade para atuar, de forma regionalizada, na sua prática docente.

1.10.5. Flexibilidade

A flexibilização curricular possibilita a ampliação dos horizontes do conhecimento e o desenvolvimento de uma visão crítica mais abrangente, pois permite ao aluno ir além de seu campo específico de atuação profissional, oferecendo condições de acesso a conhecimentos, habilidades e atitudes formativas em outras áreas profissionais. A flexibilização do currículo caracteriza-se pela **verticalidade, horizontalidade e adaptação curricular**.

A **flexibilização vertical** prevê diferentes formas de organização do saber ao longo do período de formação. Esta flexibilização consolida-se por meio da integração de diferentes cursos em torno de determinadas disciplinas, garantindo ao aluno interação com discentes que possuem outros saberes, ampliando, assim, sua visão de mundo. Cada aluno trará para a realidade da sala de aula seu conhecimento e sua história de vida e colaborará para que todos tenham uma visão melhor das temáticas discutidas em cada componente curricular do curso.

A integração disciplinar tem como referência a possibilidade de viabilizar a estruturação de conceitos que transcendem os limites de um campo de saber, propiciando a articulação da identidade dos diferentes cursos e com a diversidade dos distintos saberes científicos. Essa integração tem como objetivos: oportunizar aos alunos uma visão abrangente de conteúdos temáticos comuns que compõem os vários campos do saber; estimular o conhecimento e a aquisição de uma visão crítica que lhes permita transcender o seu campo de atuação profissional.

Assim, a **flexibilização curricular vertical** prevê diferentes formas de organização do saber ao longo do período de formação e consolida-se no curso das seguintes formas:

✓ **Por meio de conteúdos presentes nas disciplinas, que dão tratamento transversal aos conteúdos exigidos pelas Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e 5/2018**, tais como: as políticas de educação ambiental, de educação o em direitos humanos, de educação para a terceira idade, de educação o em políticas de gênero, de educação das relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena.

✓ **Por meio da inclusão dos componentes curriculares previstos na formação crítica, humanística e tecnológica:** Filosofia, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Ciência Política e

Teoria do Estado, Língua Portuguesa, Economia Política, História da Justiça do Brasil, Direito, Tecnologia e Empreendimento.

✓ **Por meio dos componentes curriculares que articulam novas competências e saberes necessários aos desafios contemporâneos** da Sociedade Civil, Estado e Mercado, a saber: Direito Ambiental, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente e o Direito Cibernético.

Por sua vez, a **flexibilização curricular horizontal** possibilita ao aluno o aproveitamento, para fins de integralização do curso, de várias atividades acadêmicas complementares. Essas atividades são importantes para a formação do aluno e constituem o pilar de apoio para diversidade, proporcionando o cenário no qual o aluno possa, de fato, ter à disposição as variadas alternativas de percurso curricular.

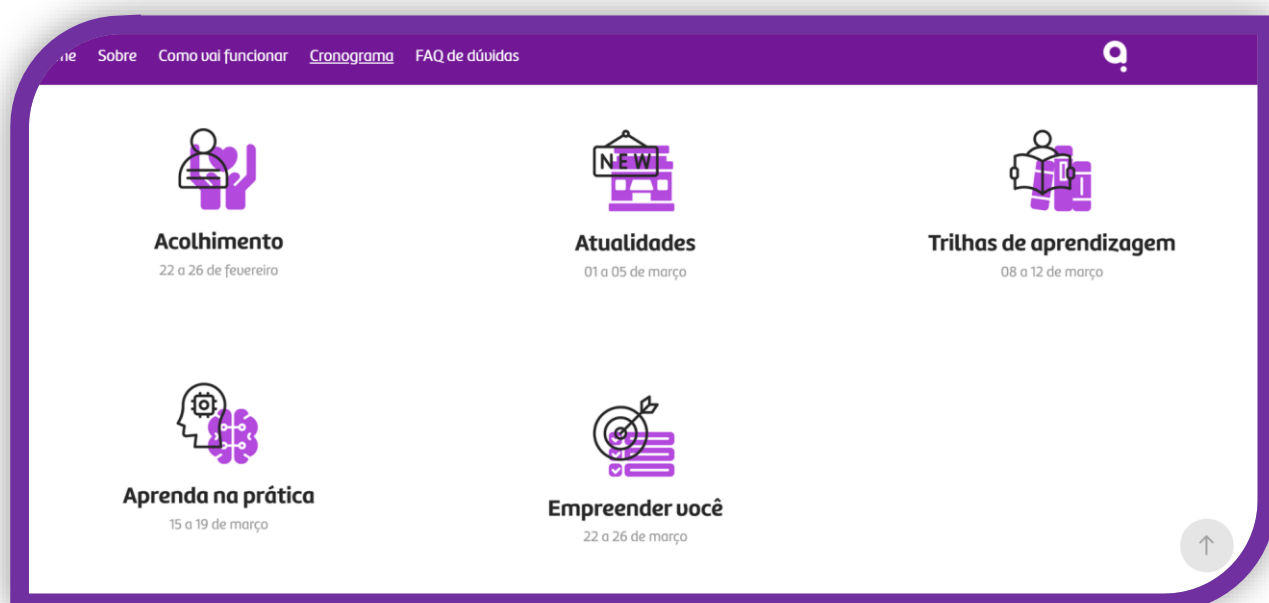
Essa **flexibilização é assegurada pela oferta de um conjunto de atividades acadêmicas complementares** articuladas à formação do aluno, planejadas pela Coordenação de Curso, ouvidos o NDE e o colegiado do Curso. O coordenador do curso cria as condições para a realização de atividades como: seminários, congressos, colóquios, oficinas, encontros, festivais, palestras, exposições, cursos de curta duração, cursos online, dentre outras.

Essas atividades fazem parte da estrutura curricular do Curso e estão voltadas para a ampliação das experiências científicas, socioculturais e profissionais dos alunos por meio de projetos de extensão e projetos de iniciação científica, possibilitando uma melhor compreensão das relações existentes entre a prática social e o trabalho acadêmico, a integração teoria/prática, a integração universidade/sociedade, orientando os alunos para a solução de problemas enfrentados na atuação profissional e no contexto local.

Alguns exemplos práticos de ações de AAC: as voltadas à empregabilidade e preparação para o Mercado de Trabalho como o projeto **FOCO OAB** que prepara os graduandos para as *soft skills* necessárias ao exercício da advocacia; por sua vez, no âmbito da construção acadêmico-científica, as **Oficinas de leitura**, as quais prepararam o aluno para leituras estruturadas; cumpre destacar o programa **Imersão Aura**, que tem por objetivo familiarizar os alunos com a vida acadêmica, nivelar nas competências básicas da língua portuguesa e matemática, capacitar os alunos com uma série de aulas práticas voltadas para a empregabilidade.



Imersão Aura: página do programa <https://imersaoaura.myportfolio.com/>



Imersão Aura: <https://imersaoaura.myportfolio.com/sobre>

Estas atividades fazem parte da estrutura curricular do curso e estão voltadas para a ampliação das experiências científicas, socioculturais e profissionais dos alunos por meio de projetos de extensão e projetos de iniciação científica, possibilitando uma melhor compreensão das relações existentes entre

a prática social e o trabalho acadêmico, a integração teoria/prática, a integração universidade/sociedade, orientando os alunos para a solução de problemas enfrentados na atuação profissional e no contexto local.

Também voltado para a preparação inovadora e empreendedora, o curso de Direito em parceria com a área de Negócios (Administração, Contabilidade, Economia, Recursos Humanos, Gestão) desenvolve atividades acadêmicas com o Laboratório de Práticas de Gestão – LPG, desenvolvendo os alunos para as competências do Mercado, com cursos, treinamentos, palestras, workshops, nas áreas dos Recursos Humanos, Empreendedorismo, Contabilidade, Economia e Administração. Essas atividades complementares são realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas, momento em que o aluno, na sua formação prático-profissional, também é preparado para o Mercado de Trabalho. Esta prática é considerada uma AAC do curso para desenvolver a visão sistêmica e holística, a análise de cenários e a tomada de decisões em ambientes competitivos de mercado.

Por último, a flexibilidade curricular horizontal também ocorre por meio do Projeto Certificações, que garante aos alunos, após a conclusão de disciplinas específicas, uma Certificação que comprova o desenvolvimento de determinadas competências ao longo do curso, potencializando sua empregabilidade.

A **adaptação curricular** exige a revisão constante dos Planos de Ensino e Planos de Aula produzidos pelos professores com o objetivo de adequação e ajustes necessários que serão fundamentais no processo de desenvolvimento do aluno. Além disso, a cada semestre novas Atividades Acadêmicas Complementares - AAC também são propostas para que os alunos possam se manter atualizados no cenário de sua profissão. Com a Atividade Autônoma Aura, professores podem sugerir revisões periódicas na metodologia proposta e contextualizá-la a partir do perfil dos seus alunos, seus principais *gaps* em termos de competência. Nas atas de NDE, são registradas as adaptações realizadas, bem como as propostas semestrais de AAC ofertadas aos alunos.

1.10.6. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade propicia o diálogo e integração entre os vários campos do conhecimento. Ela busca superar uma organização curricular tradicional, que coloca as disciplinas como realidades fragmentadas, isoladas e dificulta a apropriação do conhecimento pelo aluno e o desenvolvimento das competências previstas no projeto pedagógico.

A interdisciplinaridade, ao contrário, busca favorecer uma visão contextualizada e uma percepção sistêmica da realidade, permitindo uma compreensão mais abrangente na construção do

saber. A integração entre as componentes curriculares propicia condições para a pesquisa e para a criação de modelos explicativos que efetivamente consigam captar a complexidade da realidade. Garante, também, a reorganização e a recomposição dos diferentes âmbitos do saber por meio de intercâmbios cognitivos entre diferentes saberes.

A interdisciplinaridade, dessa forma, permite integrar o saber, permitindo a compreensão da relevância e do significado dos problemas estudados, favorecendo, conseqüentemente, os processos de intervenção, a busca por soluções e a proposição de novas estruturas e modelos de negócios. Expressa ainda a necessidade de reconstruir o pensamento em novas bases, recuperando dimensões como a criatividade, o empreendedorismo, a imaginação, a capacidade de lidar com a incerteza, características tão necessárias se considerada a velocidade das transformações do mundo contemporâneo, além da capacidade de tomar decisões pautadas na ciência e na ética.

É no espaço educacional que encontramos uma complexidade de relações e atuações diversas, que implicam experiências, muitas vezes, complexas e contraditórias, refletindo diretamente nas ações que refletem a prática pedagógica de cada professor. Neste sentido, a criação de um espaço interativo e colaborativo de aprendizagem, cujos temas são tratados de forma interdisciplinar, é o que leva ao engajamento, maximizando o poder criativo do aluno.

Como exemplos de disciplinas interdisciplinares podemos citar:

✓ **Direito, Tecnologia e Empreendimento.** Os temas de aprendizagem dessa disciplina articulam mais de uma área de conhecimento, pois, os alunos estudam conteúdos de Negócios, Tecnologia, Economia e Direito, são eles: Tema 1, Fundamentos dos Serviços (Negócios); Tema 2, Inovação (Tecnologia); Tema 3, Introdução ao Plano de Negócios (Negócios); Tema 4, Direito da Propriedade Intelectual; Tema 5, Startups e Legal Techs; Tema 6, Análise Econômica do Direito.

✓ **História da Justiça no Brasil.** Disciplina que associa História, Ciência Política, Sociologia, Antropologia e Direito, cujos temas de aprendizagem resgatam o desenvolvimento histórico político, jurídico e social brasileiro, abordando, sob diferentes perspectivas as instituições do Judiciário Brasileiro. São temas são: Tema 1, A Justiça no Brasil Colonial; Tema 2, A Justiça no Império; Tema 3, A Justiça no Brasil: da velha República aos Governos Militares; Tema 4, A Justiça no Brasil: a Nova República; Tema 5, A Justiça no Brasil e os Grupos Vulneráveis.

✓ **Fundamentos Antropológicos e Sociológicos:** disciplina que reúne os dois campos do conhecimento humanístico e que possuem impacto na compreensão jurídica. Seus temas de aprendizagem são: Tema 1, Introdução à Sociologia; Tema 2, Introdução à Antropologia Cultural, Tema

3, Funcionalismo e a Sociologia de Durkheim; Tema 4, Marxismos; Tema 5, Sociologia Weberiana e suas influências; Tema 5, Aspectos legais sobre diversidade e inclusão.

✓ **Ciência Política e Teoria do Estado:** disciplina que reúne as áreas do Direito e da Ciência Política em torno da compreensão histórica, teórica, política, jurídica, filosófica dos fenômenos políticos e jurídicos, desde a antiguidade clássica até a atualidade. A disciplina recebe uma diversidade interdisciplinar grande, inclusive, da Comunicação Social, por meio do tema: Comunicação e Política. Seus temas de aprendizagem são: Tema 1, Modernização social e as origens do Estado moderno (Sociologia); Estado moderno: elementos e formas, sistemas de governo e regimes políticos (Direito e Ciência Política); Ideologias políticas e seus reflexos no Estado (Ciência Política); Comunicação e política (Comunicação Social); Constituição e Direitos Humanos (Ciência Política, Filosofia, Direito); Desafios, tendências e limites da política e do Estado (Ciência Política, Sociologia, Direito)

✓ **Hermenêutica Jurídica:** a disciplina possui temas de aprendizagem da Teoria do Direito, Teoria da Interpretação Jurídica e da Lógica e Retórica em suas concepções filosóficas. Seus temas de aprendizagem são: Tema 1, Hermenêutica filosófica e hermenêutica jurídica (Filosofia e Direito); Tema 2, Lógica e Retórica (Filosofia); Tema 3, Teorias da argumentação (Direito); Teoria do direito e o papel dos juízes (Direito, Ciência Política, Filosofia Política).

✓ **Ética Geral e Jurídica:** disciplina que reúne conhecimentos humanísticos sobre a Ética, na perspectiva filosófica, sociológica e antropológica e na perspectiva da deontologia profissional.

Além das disciplinas acima, a interdisciplinaridade se consolida no curso por meio da organização curricular da matriz Aura que acompanha Resolução CNE/CES nº 5/2018 c/com Resolução CNE/CES nº 2/2021, no que se refere às três dimensões fundamentais que compõem as competências específicas as quais, de forma interdependente e sem hierarquia, se integram e se complementam na ação docente, abaixo.

1.10.5.1. Matriz Curricular

✓ **Nas competências crítico-humanísticas e tecnológicas,** que tem por objetivo oferecer ao graduando as competências fundamentais da reflexão sobre os problemas da Sociedade, da Economia e do Estado em articulação com o Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico. Dessa forma, possibilita, por exemplo, a análise do desenvolvimento histórico-social dos institutos jurídicos (nas disciplinas A História da Justiça no Brasil, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Ciência Política e Teoria do Estado, Economia Política), a interpretação das ideologias políticas e sua articulação com o Direito (nas Ciência Política e Teoria do Estado, A História da Justiça no

Brasil), a aplicação correta do direito positivo vigente, bem como as ideias filosóficas que os sustentam (nas disciplinas Filosofia, Hermenêutica Jurídica, Introdução ao Estudo do Direito), letramento digital, uso das novas tecnologias e atuação empreendedora para os novos Mercados (nas disciplinas, Direito Cibernético, Direito, Tecnologia, Empreendimento, Direito Ambiental)

✓ **Nas competências técnico-jurídicas**, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais. Neste eixo, o graduando desenvolverá as competências da compreensão, interpretação, aplicação, crítica, avaliação, solução, intervenção e pesquisa dos diversos segmentos jurídicos, como preconizado pela DCN (formação generalista). Nesse aspecto, fundamental é a articulação das competências técnicas com as crítico-humanísticas e prático profissionais.

✓ **Nas competências prático-profissionais**, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC. Nessa etapa de sua formação, a interdisciplinaridade é aprofundada, uma vez que teoria/prática constituem ontológica/epistemicamente a forma de apreensão/aprendizado dos graduandos. Articula-se a teoria para a prática, solicita-se a prática para a evidência da teoria, teoria é formulada para a responder aos desafios da prática. Os graduandos, nos âmbitos das disciplinas de prática (Prática Civil, Prática Penal e Prática Trabalhista), nos Estágios Práticos (EP1, EP2, EP3, EP4) e nas práticas da extensão são desenvolvidos para resolver problemas simulados ou reais inerentes ao perfil do egresso a ser construído pelo curso.

A interdisciplinaridade apresentada, assim, decomposta em suas unidades, atende à necessidade demonstrativa de como estas são compostas consideradas em si, cada parte e sua funcionalidade. Todavia, a interdisciplinaridade é sistêmica e holística, conforme já mencionado, o que conduz a inseparabilidade das dimensões crítico-humanísticas-tecnológicas-técnico-jurídico-prático-profissional, portanto:



1.10.5.2. Situação-Problema e Atividades Verificadoras de Aprendizagem

A operacionalização da interdisciplinaridade ocorre por meio das situações-problema discutidas a cada aula. Se os alunos forem estimulados a resolver problemas dentro da sua realidade profissional, considerando cenários multivariáveis e de forma interdisciplinar, os professores poderão verificar se os conceitos envolvidos com o problema foram apreendidos, se as abordagens ou soluções propostas para os problemas apresentados são aceitáveis e se as competências foram desenvolvidas. A sala de aula é um espaço de interação e colaboração, por isso, é de grande importância que o aluno seja estimulado a desenvolver o pensamento colaborativo, aprenda a trabalhar em equipe, saiba se comunicar e criar a partir dos diferentes modelos mentais que se apresentam em ambientes plurais.

Assim, o próprio modelo de aprendizagem foi pensado de acordo com o princípio da interdisciplinaridade, uma vez que a situação-problema descrita em cada Plano de Aula leva em consideração as múltiplas variáveis do cotidiano e realidade profissional do estudante. Ao construir de forma colaborativa com o professor e os demais alunos a solução para o problema apresentado, os alunos não podem analisá-lo de forma isolada, mas, sim, precisam levar em consideração todas as variáveis e temas de aprendizagem que o cercam.

A atividade verificadora da aprendizagem ganha real importância no modelo Aura, pois permite ao professor e aluno avaliarem o alcance dos objetivos, isto é, compreender os processos mentais utilizados para a construção do conhecimento e as habilidades que foram empregadas para o desenvolvimento das competências de forma interdisciplinar.

1.10.5.3. Atividades Acadêmicas Complementares

As atividades complementares são fundamentais para a construção das competências inerentes ao perfil do egresso. Portanto, estão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso como incentivadoras à

aprendizagem ativa e ao ensino baseado em competências. Embora de caráter flexível quanto à forma de integralização, o cumprimento de sua carga horária é obrigatório para a conclusão do curso.

Considerando a relevância das atividades complementares na formação do aluno, o curso de Direito da IES desenvolve um programa de Atividades Acadêmicas Complementares – AAC inspirado no modelo de ensino-aprendizagem Aura, segundo o qual a educação não deve ser baseada apenas na estrutura de transmissão de conhecimentos, mas, sim, de competências (conhecimento + habilidade + atitude).

Para garantir as melhores formas de aprendizado, nas quais o discente participe de atividades que lhe acrescentem significado, é necessário trazer para as atividades acadêmicas complementares vivências problematizadoras. Em sua forma ou método, tais atividades consistem em: visitas técnicas; monitoria; palestras, seminários, congressos; oficinas; minicursos; atividades ou cursos de extensão; participação em atividades voluntárias de assistência à população; disciplinas extracurriculares, oferecidas a outros cursos ou por outra instituição de ensino superior; estágios extracurriculares; trabalhos interdisciplinares; atividades relacionadas a questões Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; atividades relacionadas a Políticas de Educação Ambiental; atividades relacionadas aos Direitos Humanos.

Todas estas atividades devem ser realizadas ou com a participação do coordenador de curso ou sob a orientação de um professor, não se confundindo com as atividades de ensino-aprendizagem realizadas em sala de aula. No início de cada período letivo, a programação das Atividades Acadêmicas Complementares – contendo as atividades e carga horária correspondente para efeito de integralização curricular – é divulgada para que os alunos possam se programar e escolher aquelas de seu interesse.

A programação é elaborada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso, em colaboração com os professores, aprovada no colegiado de curso e soma, no mínimo, o triplo do que os alunos têm de integralizar, em média, em cada período letivo. Garante-se assim uma ampla diversidade de atividades, possibilitando o atendimento aos interesses individuais dos alunos.

Dessa forma, as atividades complementares estão institucionalizadas e consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, bem como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento. As Atividades Acadêmicas Complementares estão institucionalizadas por meio de Regulamento, aprovado pelo Conselho Superior da IES, parte integral deste PPC.

1.11. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA

A inclusão de alunos com deficiências e altas habilidades/superdotação representa um grande desafio ao Ensino Superior, uma vez que as instituições têm o dever de implementar ações planejadas que garantam uma educação de qualidade para todo o seu público discente.

Vários documentos têm anunciado o direito de todos terem direito à educação. No plano internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no seu artigo 7º, preconiza:

“Todos são iguais perante a Lei. Todos têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação. Todos merecem estes direitos, sem discriminação.

Do ponto de vista nacional, a Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) estabelecem que a educação é um direito público subjetivo, garantindo atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais. A referida lei orienta o acesso e a permanência das pessoas com deficiências nos sistemas de ensino.

No âmbito da competência do Ministério da Educação, a Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, normatiza os “requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições”, determinando as condições que devem ser cumpridas para garantir ao aluno com necessidades educacionais especiais o pleno direito à educação, atendendo, desta forma, ao princípio da inclusão, tal como consagrada na Declaração de Salamanca, de 1994, que representa um marco para a Política Educacional Brasileira, já que a partir deste documento todas as instituições de ensino passam a oferecer uma educação na perspectiva inclusiva.

Importante mencionar o Decreto nº 5296 de 02 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como o Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional de integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ressalta-se, também, o Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Ingressou, também, no ordenamento jurídico brasileiro, como Emenda Constitucional, nos termos do § 3º do art. 5º da Constituição, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Nova York, 2007), promulgada pelo Decreto 6.949, de 25/08/2009.

Ainda em 27 de dezembro de 2012, foi promulgada a Lei nº 12.764 que instituiu a Política de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Em continuidade aos marcos legais, para garantir o direito à educação de todos, em 6 de março de 2012 foi aprovado o Parecer CNE/CP/nº 8/2012 que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.

No âmbito do Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou, em julho de 2013, os “Referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”.

A Lei n.º 13005 de 25 de junho de 2014 aprovou o Plano Nacional de Educação – 2014/2020, que, entre outras determinações, dispõe sobre a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais nos diferentes níveis e graus de ensino.

Por fim, a Lei n.º 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania. No capítulo IV, a educação constitui um direito da pessoa com deficiência, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e a possibilidade do aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Não há dúvida, portanto, de que as pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais necessitam de um acesso igualitário ao conhecimento. Isto exige que as instituições de ensino Superior assumam uma postura inclusiva de amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, comunicacional, pedagógica etc.), adotando medidas que vão além da dimensão arquitetônica e perpassam pelo campo curricular, das metodologias, práticas avaliativas e de convívio social.

Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar o acesso, mas potencializar as condições plenas para a participação e aprendizagem a todos os estudantes.

O aumento crescente de concluintes com deficiências e outros com necessidades educacionais especiais que são relacionados para a realização do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes demonstra, também, a importância do fortalecimento e consolidação da política de inclusão do país.

Assim, a inserção desse alunado nos espaços educacionais comuns exige das instituições novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais assertivas, acompanhando os avanços conceituais e teóricos advindos das teorias educacionais. Nesta linha, cabe à IES promover as mudanças requeridas, como, por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Neste sentido, a IES vem consolidando seus esforços no sentido de prover a unidade de recursos tecnológicos que apoiem o fazer docente e permitem maior autonomia dos alunos para a participação efetiva na sala de aula, bem como nos seus estudos individuais.

A sala de aula virtual dos alunos foi criada de acordo com o padrão internacional existente seguido por todos os sites, incluindo os do governo federal.

Esse padrão, assim que implementado e validado, assegura e garante que qualquer deficiente, em diferentes níveis, consiga navegar, interagir e obter as informações da mesma maneira que pessoas sem deficiência. Desta forma, garante-se que as ferramentas já utilizadas, como, por exemplo, leitores de tela, zoom, atalhos no teclado, entre outros, funcionem corretamente e possam atender os alunos com deficiência.

Demais disto, atualmente, existem softwares como o Dos-Vox e o NVDA (Acesso Não-Visual ao Ambiente de Trabalho), leitores de tela que descrevem o conteúdo por meio de audiodescrição são instalados em todos os computadores dos laboratórios de informática e em computadores disponíveis na biblioteca, tanto na recepção, como em sala específica para utilização individual ou em grupo.

Todos os conteúdos digitais são produzidos com recursos de acessibilidade como mecanismo de ampliação de vídeo (tela cheia) para visualização dos vídeos interativos, possibilidade de utilização de legendas automáticas (*Closed Caption*), além da transcrição em libras.

Os docentes são orientados para, se necessário, ajustarem o tempo previsto de realização das unidades curriculares ou atividades, bem como, que utilizem procedimentos metodológicos diferenciados necessários à aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Estas

estratégias promovem, concomitantemente, acessibilidade metodológica e atitudinal frente aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O projeto pedagógico materializa o compromisso institucional com a inclusão, igualdade no acesso e permanência na universidade, além do tratamento igualitário de todos os discentes, atendendo-os dentro de suas individualidades e limitações, por meio da prática docente.

Antes de mais nada, entende-se que o papel do educador não é simplesmente aperfeiçoar os alunos mais talentosos, mas, sim, proporcionar um ambiente para que todos tenham oportunidade de descobrir onde podem encontrar as suas maiores potencialidades, favorecendo um processo de ensino-aprendizagem democrático e inclusivo. Dessa forma, os alunos terão uma formação mais ampla, tornando-se, assim, cidadãos virtuosos que realmente contribuirão para uma sociedade melhor.

Os professores participam de programas específicos de qualificação profissional para aprender a reconhecer que a sala de aula é caracterizada pela diversidade, afinal, cada aluno expressa sua maneira de aprender e, nesse contexto, cabe ao docente oferecer aos alunos que não apresentam condições físicas, cognitivas e sensoriais condizentes para o acompanhamento do currículo regular, estratégias mais personalizadas customizadas à sua realidade.

Seguindo ainda, são oferecidos aos docentes cursos de libras para que eles possam dialogar com os alunos que demandam este tipo de acompanhamento de forma mais assertiva. O curso tem a duração de 40 horas e aborda os temas: Políticas de Inclusão do Surdo; Línguas em contato: vida e conflito das fronteiras linguísticas; Estudos de linguagem visual e imagética e O sistema de notação da LIBRAS: a escrita de sinais. Todos os docentes inscrevem, diretamente, na universidade corporativa da IES.

Para os alunos com necessidades educacionais especiais, a flexibilização curricular acontece, também, por meio da ampliação ou redução do tempo de integralização do curso. A ampliação considera especificidades e o tempo de aprender de alunos com necessidades educacionais especiais, além do compromisso institucional de incluir todos os demais alunos que venham a enfrentar algum tipo de limitação cognitiva no que refere ao processo ensino-aprendizagem. Já redução pode acontecer para alunos com altas habilidades/superdotação, caso comprovado extraordinário aproveitamento, conforme previsto nos termos do art. 47 da LDB n.º 9.394/96.

1.12. ARTICULAÇÃO DA TEORIA COM A PRÁTICA

O projeto pedagógico do curso promove intensa integração entre teoria e prática por meio de metodologias ativas de aprendizagem, que permitem alunos e professores desenvolverem os diferentes eixos da competência. Além disto, ao vivenciarem uma experiência real nas atividades práticas, nossos

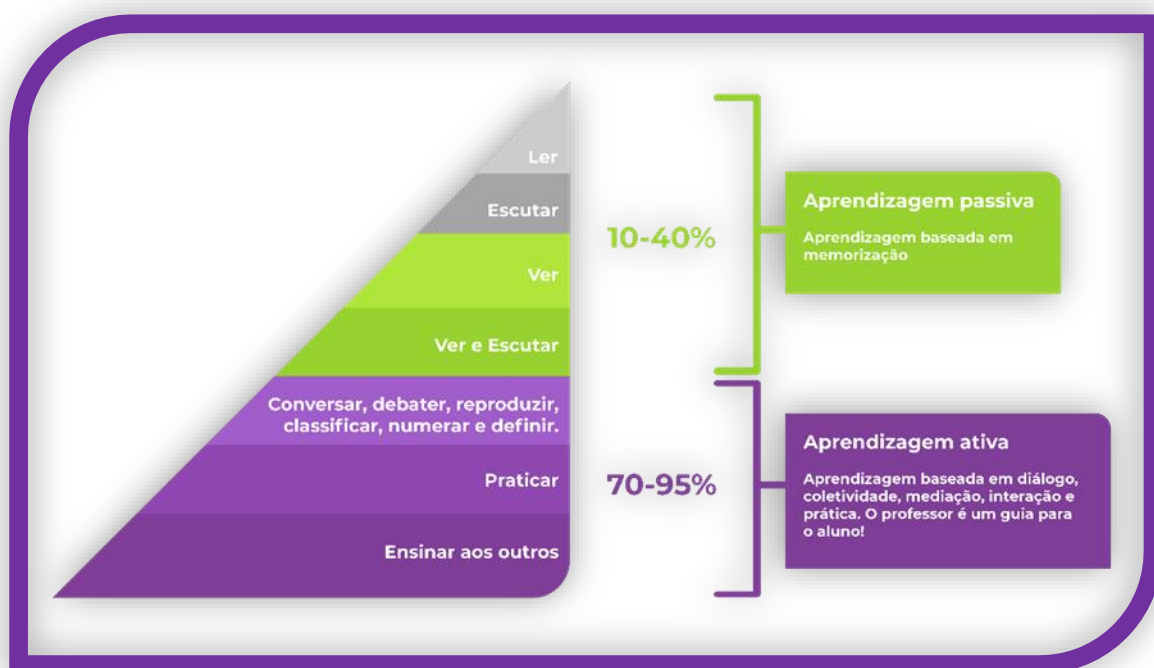
alunos podem, de forma colaborativa, resolver os problemas com quais lidarão, diariamente, em sua vida profissional.

Diferente de um modelo tradicional de ensino, cujo foco era a memorização do conhecimento, com aulas meramente expositivas, o Aura estimula a construção do conhecimento em rede a partir da interação de alunos e professores, seus diferentes modelos mentais e visões de mundo.

A aprendizagem baseada em diálogo, coletividade, mediação, interação e prática acontece em cada aula, vez que o professor discutirá uma situação problema para demonstrar a aplicabilidade prática do tema de aprendizagem definido para o encontro.

A ação pedagógica permitirá a conexão entre diversos conhecimentos: o conhecimento do professor, que atuará como mediador do processo de ensino-aprendizagem, e o conhecimento dos alunos da turma. Assim, os discentes poderão participar de forma mais colaborativa, aplicando o que aprenderam. Eles deixam de ser passivos, apenas ouvindo o que o professor ensina, e passam a realizar atividades colaborativas que exigirão criatividade e inovação para a solução da situação problema apresentada.

A pirâmide do aprendizado abaixo, defendida por William Glasser, demonstra como as pessoas aprendem e a sua relação com as metodologias tradicionais de ensino e o modelo de aprendizagem deste projeto pedagógico.



É impossível falar sobre aprendizagem significativa sem mencionar sua relação com a realidade em que o aluno está inserido. Qualquer processo de aprendizagem efetivo tem como pressupostos o protagonismo, a proatividade, a curiosidade e a busca incansável por conhecer, modificar e melhorar as realidades que vivemos.

Quando se analisa o universo do aluno, suas experiências de vida, o contexto da sua atuação profissional, não há dúvida de que os temas de aprendizagem precisam ser contextualizados e trazer a realidade para a sala de aula.

No modelo de aprendizagem do curso, por meio da situação-problema, descrita no Plano de Aula, os alunos são convidados a explorar as notícias, o contexto social e, também, interpretar e identificar as situações que são motivadoras dos problemas vividos pela sociedade e pelas organizações. São elas que permitem ao professor promover a conexão, o diálogo entre a teoria e a sua aplicação prática no dia a dia, trazendo significado para a aprendizagem dos discentes e potencializando sua motivação.

Os alunos precisam de um motivo para fazer algo. O modelo de aprendizagem desperta a curiosidade do estudante porque ele está imerso em situações-problemas que envolvem seu cotidiano, seja uma situação-problema simples (em que o motivo da própria situação seja facilmente reconhecido), seja uma situação-problema complexa, em que precisa pesquisar para achar as reais causas do problema que se apresenta em sala de aula. Ao trabalharmos a situação-problema dentro do currículo, simulamos uma abordagem das próprias demandas e questionamentos da vida, e a melhor forma de o aluno aprender é falar sobre a realidade que o cerca. O ato de aprender está diretamente relacionado aos objetivos de aprendizagem que são construídos a partir das narrativas do dia a dia. Apresentar situações reais, das diversas realidades dos profissionais da Direito, são oportunidades de aprendizagem para que os alunos construam estruturas cognitivas que permitirão resolver diversos problemas que, provavelmente, ocorrerão em sua futura prática profissional. Utilizar a situação-problema como proposta pedagógica permite desenvolver habilidades e atitudes que se transformarão em competências fundamentais para os profissionais que gerenciarão uma organização em seus mais distintos níveis.

Logo, nos Planos de aula, as perguntas de cada situação-problema buscam promover o engajamento do aluno. Elas são acompanhadas de um contexto descritivo que demonstra os fatores e elementos explícitos e implícitos que formam o problema. Além disso, tem em sua descrição objetos relevantes para o estudante, que despertarão seu interesse para que ele aprenda mais e melhor. Um

diálogo forte entre os objetivos de aprendizagem e a situação-problema que será desenvolvida é fundamental para que o entendimento e a aprendizagem se deem de forma plena e correta.

Na Atividade Verificadora de Aprendizagem, realizada em cada aula, o aluno poderá exercitar o que aprendeu, acompanhado pelo seu professor fomentando-se, assim, a intensa articulação entre teoria e prática e o “aprender fazendo”, essencial para a formação do bacharel em Direito. Essas atividades não apenas permitem que a teoria esteja articulada à prática, como também garantem que os alunos possam realizar atividades similares com os quais se deparará quando estiver formado e feedback contínuos do professor, estimulando um processo de avaliação formativo.

Além disso, como já mencionado anteriormente nesse documento, o curso de Direito possui um laboratório específico que fomenta a articulação entre teoria e prática – o Núcleo de Práticas Jurídicas, no qual são realizados projetos acadêmicos-organizacionais que objetivam contribuir para a formação do egresso por meio da aplicação prática dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos durante a trajetória acadêmica, permitindo o desenvolvimento de variadas competências por meio de projetos de pesquisa, de extensão e dos serviços de consultoria prestados gratuitamente à comunidade. As atividades realizadas pelo laboratório estão detalhadas no campo específico desse documento que trata dos laboratórios de formação didática específica.

1.13. MECANISMOS DE FAMILIARIZAÇÃO COM A MODALIDADE A DISTÂNCIA

O *programa de ambientação à metodologia* apresenta-se como uma necessidade externa à matriz curricular deste curso, mas que é essencial para o acolhimento do aluno e sua familiarização com as disciplinas digitais. Sua finalidade é a de orientar o aluno sobre o curso, navegação no ambiente, ferramentas de informação e comunicação e a dinâmica de funcionamento dos processos de ensino e de aprendizagem.

São componentes ainda deste programa as ações de apresentação do curso e de ambientação ao Campus Virtual nas aulas inaugurais em treinamentos específicos realizados para os alunos calouros. A ambientação à sala de aula virtual tem como objetivo apresentar a Sala virtual de aprendizagem aos alunos, garantindo que eles conheçam a nova plataforma e possam desenvolver as habilidades técnicas e tecnológicas necessárias para a realização das atividades acadêmicas.

Além disso, os tutores presenciais do curso estarão disponíveis para apoiar os alunos e qualquer esclarecimento que se faça necessário, orientando-os quanto ao uso e à aplicação dos recursos e meios envolvidos no processo de ensino e aprendizagem da IES.

Igualmente importante foi o desenvolvimento da plataforma “quem sabe ajuda” (QSA) que, objetiva proporcionar um ambiente virtual onde alunos possam trocar experiências, em busca de seu aprimoramento acadêmico. Na plataforma de interação colaborativa, os alunos matriculados podem tanto solicitar ajuda a outros alunos matriculados na mesma disciplina, quanto para alunos já aprovados em disciplinas do seu curso. Esta interação permite que alunos veteranos possam auxiliar os novos calouros neste processo de ambientação no ensino superior.

1.14. ELEMENTOS INOVADORES DA ESTRUTURA CURRICULAR

O modelo de aprendizagem e a estrutura curricular acima desdobram-se nos planos de ensino, cuja centralidade é a jornada de aprendizado dos alunos e alunas, os quais deverão estar aptos, ao final de cada disciplina, a expressar competências necessárias à sua formação social, política, moral e profissional.

Os planos de ensino do Aura possuem objetivos que traduzem a imagem do aluno egresso ao final de cada disciplina. Essa imagem é composta pelas competências que precisam desenvolver alinhadas às diretrizes curriculares nacionais e demais documentos constitutivos deste PPC.

Para cada componente curricular composto pelas disciplinas, são organizados objetivos no Plano de Ensino. Esses por sua vez, incorporam a estratégia pragmática de aprendizagem ao se estruturam sob o seguinte trinômio:

Fazer alguma coisa + com base em alguma coisa + para alguma coisa

A ação perfaz o fazer (habilidade), o embasamento, o saber (conhecimento) e o propósito, a atitude (querer fazer). A metodologia baseada em competência adentra o plano de ensino e planos de aula. A visão geral da formação de competências desdobra-se em cada uma das aulas, em objetivos específicos, para que se consiga alcançar os objetivos da disciplina definidos no Plano de Ensino.

O sujeito do objetivo é o aluno. São eles quem devem ser capazes de realizar ações fundamentadas no conhecimento com vistas a um propósito.

Nesse processo, é importante e significativo a compreensão de que para que um conhecimento seja fixado, em primeiro lugar, este deve ser significativo para quem está aprendendo. Em segundo lugar, o conteúdo precisa causar alguma emotividade. A emoção ajuda a fixar um conceito, já que afeto é o

que move o desejo de aprender e a energia que se emprega em uma determinada atividade e no desejo de vê-la realizada.

Por fim, o aprendizado dar-se-á pela prática proporcionada pela discussão e aplicação da temática central exposta na situação problema.

Nesse processo, cooperar é aprender, uma vez que a resolução de um problema não é algo que se faz isoladamente. O trabalho em equipe é fundamental para que a socialização possa ocorrer. Na construção das estratégias de aprendizagem, a cooperação é central. Nesse aspecto, o desenvolvimento de confiança com a turma cultiva o propósito, que gera a energia e aperfeiçoa a colaboração interpessoal, garantindo aos alunos que aprendam a encontrar solução para os problemas apresentados a partir das diferenças de modelo mental de cada um. Os afetos exercem um papel central na aprendizagem, uma vez que permitem o desenvolvimento de confiança necessária ao propósito apresentado por cada competência. Isso é capaz de gerar a mobilização (energia) que, por meio da colaboração interpessoal, gera o desenvolvimento das competências objetivadas ao longo do curso.

O modelo Aura de aprendizagem baseado em competências, portanto, tem o aluno como protagonista e o professor como orientador em sala de aula. Juntos, em cooperação, os afetos são mobilizados para que as competências possam ser desenvolvidas. Ademais, a cognição também é fundamental, uma vez que se o aluno demonstrar algum problema cognitivo, não poderá aprender. Esse circuito de aprendizagem efetiva e afetiva perfaz a integralidade do curso.

A estrutura curricular do curso acompanha a evolução natural das formas de aprender da sociedade. Estudantes altamente conectados exigem novos modelos de aprendizagem que integram o ensino presencial com o digital. A composição das disciplinas, que oportuniza esta integração, potencializa o aprendizado em diferentes canais de aprendizado.

A Interação social, agora promovida também pela tecnologia, possibilita a aprendizagem em rede multicultural. A inovação pedagógica acontece nas aulas quando o conhecimento passa a ser socialmente construído por meio da conversação e da atividade prática aplicada em torno das situações problemas. É este circuito que envolve conhecer, fazer e aprender que permitia o desenvolvimento das competências exigidas pelo mercado de trabalho.

A demanda crescente por aprendizado continuado com foco em empregabilidade é atendida na estrutura curricular por meio de disciplinas que fomentam o desenvolvimento destas competências.

As competências voltadas para o uso das futuras e emergentes tecnologias, antes exigido apenas para profissionais da área de Tecnologia da Informação, agora são fundamentais para todos os profissionais, incluindo o do D. Por esta razão, as disciplinas Direito Cibernético e Direito, Tecnologia e

Empreendimento, contempladas na estrutura curricular, permitem aos alunos o fortalecimento dessa competência.

Os componentes curriculares privilegiam o desenvolvimento do pensamento sistêmico para que os alunos possam compreender as forças e inter-relações que modelam o comportamento da organização, objeto de estudo do Curso de Direito.

Neste mundo de mudanças tão rápidas, em que a Indústria 4.0 convida a repensar a maneira de se desenvolver negócios, com a participação de todos, usando a tecnologia digital por meio da inteligência artificial, robótica, computação em nuvem ou internet das coisas, compreender a organização como um sistema aberto é o que permitirá ao aluno egresso lidar com esta economia sem fronteiras, alta competitividade, interdependência dos fenômenos, diversidade nos locais de trabalho e a mudança de paradigmas que ocorre a todo instante.

Em um mundo tão digital, com uso de tecnologias cada vez mais exponenciais, em que a revolução digital já é uma realidade, com tantas máquinas ao nosso redor, é preciso, também, formar profissionais mais humanos.

A inteligência emocional passa a ser uma das competências que diferenciarão as pessoas nos locais de trabalho. Por essa razão, a estruturação do curso tem como pressuposto a existência de componentes curriculares que desenvolvam o autoconhecimento, trabalho em equipe, o pensamento colaborativo, o debate entre perspectivas diferentes, o conflito construtivo e a comunicação.

Divididas em dois grandes grupos: Hard skills e soft skills, as competências técnicas e comportamentais tornam-se indispensáveis para a formação do perfil do egresso da atualidade. Ainda que muitas IES não priorizem o desenvolvimento de competências comportamentais, estruturando seus currículos em torno das competências técnicas, este projeto pedagógico entende que a educação do século XXI passa pelo aprendizado das *competências comportamentais e técnicas* de forma complementar.

A inovação da estrutura curricular pode ser então facilmente observada e reconhecida quando o curso forma líderes com influência social capazes de conectar pessoas em torno de um propósito e capacidade de inovação que permitirá a combinação equilibrada das competências técnicas, tecnologias avançadas e competências comportamentais para que se possa melhorar sempre.

Além disso, as transformações e inovações tecnológicas, o imediatismo, a competitividade, o cenário de incertezas e volatilidade contribuem, significativamente, para a transformação do ensino. Nesse mundo cada vez mais ágil, as certificações intermediárias possíveis dentro da estrutura curricular

garantem ao aluno mais empregabilidade mesmo durante a sua graduação, o que lhe permitirá uma inserção mais rápida no mercado de trabalho.

A procura por desenvolvimento pessoal e profissional tem sido cada vez mais valorizada pelas organizações. Com a alta competitividade do mercado, quanto mais conhecimento uma pessoa detém, melhor será o seu desempenho na profissão que deseja trabalhar. Essa capacitação vai desde especializações internacionais até as Microcertificações. Por esta razão, no desenho da estrutura curricular, previu-se o Programa de Certificações Aura, que busca reconhecer o estudante, garantindo-lhe uma certificação que comprova o desenvolvimento de determinada competência exigida em sua área de atuação.

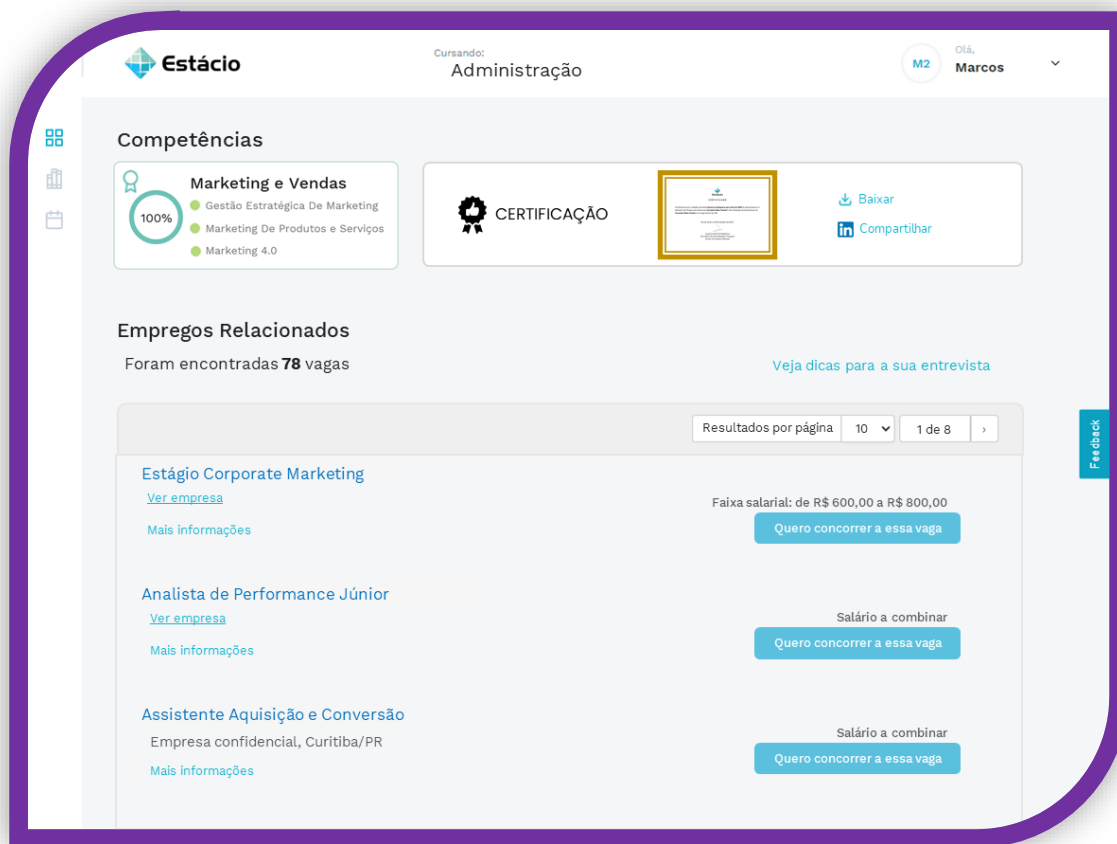
Logo, na medida em que o ensino superior é cada vez menos linear, todo estudante, ao ingressar no curso, iniciará, automaticamente, no Programa de Certificações e as disciplinas cursadas e competências adquiridas nos semestres letivos irão compor certificações específicas. Ele poderá, por meio de seu ambiente virtual, acompanhar a evolução de suas certificações à medida em que conclui as disciplinas que fazem parte de cada certificação.



Ao concluir as disciplinas vinculadas à competência, a versão PDF de sua Certificação estará disponível na Sala de Aula Virtual para download e impressão. Ele também poderá inserir a Certificação em seu currículo do LinkedIn e compartilhar sua experiência educacional nas redes sociais, o que lhe permitirá disputar novas vagas e/ou oportunidades no mercado de trabalho.

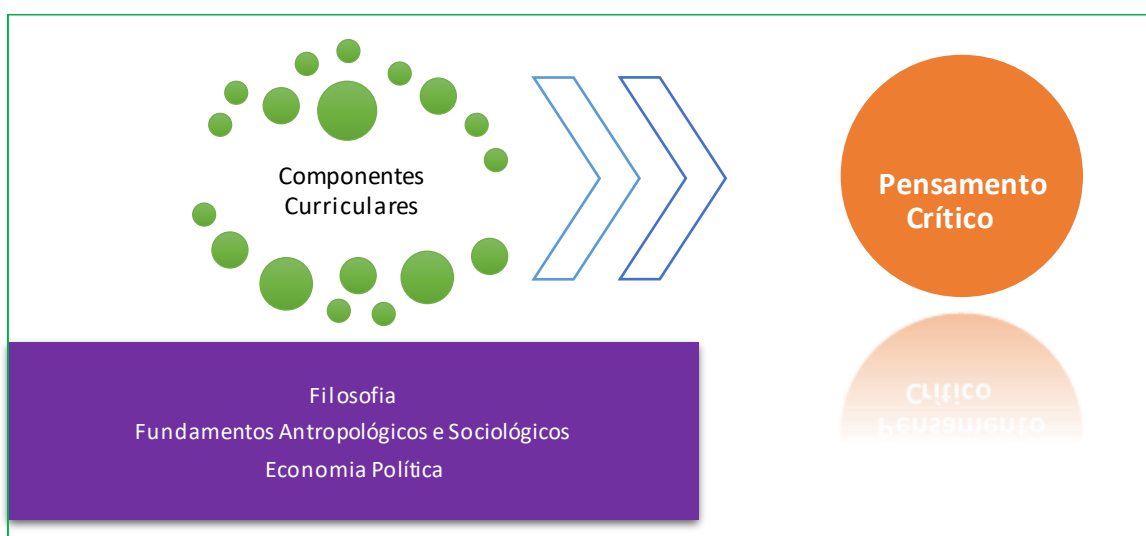
A procura por desenvolvimento pessoal e profissional tem sido cada vez mais valorizada pelas organizações. Com a alta competitividade do mercado, quanto mais conhecimento uma pessoa detém, melhor será o seu desempenho na profissão escolhida. Essa busca por qualificação vai desde Certificações até especializações internacionais. Neste contexto, criamos o Programa de Certificações Aura para reconhecer e engajar o estudante, garantindo-lhe uma certificação que comprova o desenvolvimento de competências exigidas em sua área de atuação. Elas garantem ao aluno mais empregabilidade mesmo durante a sua graduação, o que lhe permitirá uma rápida inserção no mercado de trabalho. Neste cenário, o Programa de Certificações Aura vai ao encontro do que o mundo espera, uma educação mais conectada com a sociedade e com o mercado de trabalho.





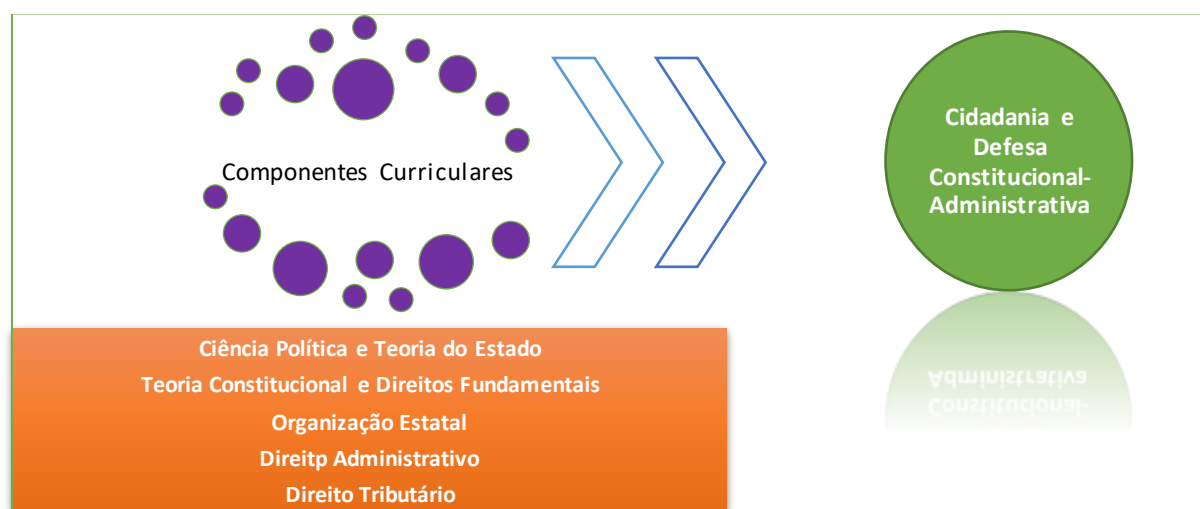
Imagens ilustrativas do curso de Administração, todavia é padrão para todos os cursos.

Os gráficos tabelas, abaixo, exemplificam as certificações que o aluno do curso de Direito poderá obter ao longo de sua graduação e as respectivas disciplinas que fazem parte da trilha necessária para a sua emissão – para a tabela completa em anexo:



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreensão e Interpretação de textos humanísticos e jurídicos;
2. Comunicação precisa, assertiva, empática e colaborativa;
3. Argumentação, raciocínio analítico, crítico e persuasivo;
4. Solução de problemas morais, éticos e políticos;
5. Diálogo consensual, colaborativo e empático para solução de problemas;
6. Pesquisa científica para proposição de teses e argumentos teóricos;
7. Pesquisa jurídica para a proposição de teses e argumentos pragmáticos;
8. Aplicação prática da legislação, jurisprudência e doutrina.;
9. Utilização correta das terminologias e categorias jurídicas;
10. Avaliar os impactos das tecnologias na Sociedade, Estado e Economia;
11. Incorporar, empreender e inovar com a tecnologia nas práticas jurídicas;
13. Trabalhar em grupos plurais, diversos e multidisciplinares;
15. Atuar de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender e avaliar o Estado como organização político-social da Modernidade;
2. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Constitucional;
3. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Administrativo;

4. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Tributário;
5. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologia diante de problemas jurídicos do Direito Público;
6. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito Público sobre a Economia, Sociedade e Estado;
7. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos;
8. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direito Público;
9. Promover os Direitos Fundamentais, a Ordem Democrática e Constitucional;
10. Desenvolver perspectivas transversais para o Estado e coisa pública em diálogo com os Direitos Humanos;
11. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direito Público;
12. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos práticos;
14. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade social, bem como o desenvolvimento sustentável;
15. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
16. Realizar pesquisa teórica e estudos caso para os problemas do Direito Público.

Como se pode observar, as micro certificações (ZANOTTO, 2010, p. 93) não apenas comprovam o desenvolvimento de competências demandadas pelo mercado de trabalho, como também são uma alternativa para estudantes demonstrarem como se diferenciarão dos demais candidatos na hora de disputar uma vaga nas organizações, aumentando sua satisfação em estudar na IES. Valorizadas pelas empresas, as micro certificações atestam que o discente está em sintonia com as competências desejáveis pela Sociedade Civil, Estado e Mercado de trabalho.

1.15. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A representação gráfica da matriz curricular do curso de Direito e a organização didática dos componentes curriculares de acordo com as formações previstas nas DCN, Resoluções CNE/CES n.

02/2021 e 05/2018, formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional, bem como a carga-horária, detalhada no quadro abaixo:

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	DIREITO ADMINISTRATIVO	DIREITO CIVIL - REAIS
FILOSOFIA	DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME	ORGANIZAÇÃO ESTATAL	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	DIREITO TRIBUTÁRIO
FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLOGICOS	TEO. GER. DO PROC E FASE DE CONHEC. NO PROC. CIVIL	TEORIA DA DECISÃO JURISD. E RECURSOS NO PROC CIVIL	DIREITO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE	MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	TEORIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	TEORIA DA PENA	TUTELA EXECUTIVA E PROCED. ESP. NO PROCESSO CIVIL	PROCESSO PENAL - PARTE GERAL
LÍNGUA PORTUGUESA	A HISTÓRIA DA JUSTIÇA NO BRASIL	HERMENÊUTICA JURÍDICA	ECONOMIA POLÍTICA	DIREITO AMBIENTAL

6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES	DIREITO DO TRABALHO	PROCESSO DO TRABALHO	PRÁTICA CÍVEL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO
ÉTICA GERAL E JURÍDICA	DIREITOS DO CONSUMIDOR	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	PRÁTICA PENAL	DIREITOS HUMANOS
PROCESSO PENAL APLICADO	EMPRESA, ESTABELECIMENTO E TÍTULOS DE CRÉDITO	SOCIEDADES	PRÁTICA TRABALHISTA	PSICOLOGIA JURÍDICA
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DIREITO, TECNOLOGIA E EMPREENHIMENTO	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TRABALHO DE CONCLUSÃO	DIREITO CIBERNÉTICO
	Estágio Prático I	Estágio Prático II	Estágio Prático III	Estágio Prático IV
				TÓPICOS EM LIBRAS: SURDEZ E INCLUSÃO

Formação Gera Crítico-Humanística	Formação Técnico-Jurídica	Formação Prática Profissional	Novos Desafios e Tecnologia	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES
800 horas	2.000 horas	620 horas	480 horas	100 horas

Importante destacar que, em conformidade com a Resolução CNE/CES n. 02/2021 c/com Res. CNE/CES n. 05/2018, DCN do Curso de Direito, que as atividades prático-profissionais e ênfase em resolução de problemas estão presentes em todos os âmbitos de formação, desde a geral até a prático-profissional estrita. Dado que o Curso está estruturado na Metodologia Aura, cujo ponto de partida em sala de aula é a situação problema, pode-se entender que o Curso atende de forma plena, as determinações normativas. Em resumo, podemos afirmar que as determinações normativas podem ser evidenciadas:

- ✓ Nos Planos de Ensino cujos objetivos são formar competências nos discentes, estas, estruturadas para solução de problemas complexos do âmbito jurídico, social, político e econômico;
- ✓ Nos Planos de Aula, cuja metodologia trifásica baseada em Situação-Problema/Metodologia/Atividade Verificadora de Aprendizagem visualiza problemas concretos ou simulados como gatilho e fio condutor dos processos de aprendizagem significativa desenvolvidas pelos Discentes.
- ✓ Nos Estudos de Caso que cada Plano de Aula traz, como forma de aprofundamento do desenvolvimento das competências dos Discentes.
- ✓ Nas Atividade Autônoma Aura que trazem questões objetivas baseadas em raciocínios práticos de aplicação.

As possibilidades acima são ampliadas quando os alunos ingressam no laboratório do Curso de Direito, o Núcleo de Práticas Jurídicas. Em suas estruturas, o NPJ aplica a problemas práticos os aprendizados desenvolvidos pelos discentes, seja no Escritório de Assistência Jurídica, no Circuito do Estagiário 4.0, na Clínica e Direitos Humanos ou no Observatório Jurídico, em cada um dos ambientes e momentos de aprendizagem, as atividades práticas de resolução de problemas são desenvolvidas com a necessidade da articulação dos conhecimentos das perspectivas de formação geral e técnico-jurídica.

1.16. EMENTÁRIO

Carga Horária

As ementas de cada componente curricular compõem o campo dos Anexos desse documento.

1.17. CONTEÚDOS CURRICULARES

Os conteúdos curriculares obedecem às novas Diretrizes Curriculares Nacionais, na forma das Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e CNE/CES nº 5/2018, que visam contribuir no desenvolvimento das competências demandadas ao bacharel em Direito em suas múltiplas perspectivas, cidadão, ética e profissional, que tem à sua frente os desafios do Século XXI.

Os conteúdos curriculares possuem estreita ligação com a realidade social, econômica, política, moral e prática profissional, possibilitando aos discentes subsídios para desenvolver os objetivos de aprendizagem de acordo com a Matriz de Competências, tornando-o um indivíduo autônomo e dinâmico na aprendizagem; generalista, humanista, axiológico e ético na atuação do Direito; reflexivo, crítico, argumentativo na interpretação dos fenômenos sociais; positivo, resolutivo e solucionador nas situações jurídico-sociais; e inovador, tecnológico e sustentável.

Para dar concretude aos objetivos da Matriz de Competência, os conteúdos curriculares, na metodologia Aura são abordados em sala de aula de maneira inovadora, com foco na solução de problemas, explorados por meio da aplicação de metodologias ativas de ensino-aprendizagem e com avaliação de aprendizagem contínua para acompanhamento do desenvolvimento de competências nos alunos.

Pode ser definido como um currículo em movimento, na medida em que é constantemente adaptado às necessidades concretas da Sociedade, do Estado, da Economia e do Mundo Social do Trabalho, aos instrumentos de avaliação MEC/INEP por meio de um processo contínuo de discussão da comunidade acadêmica, envolvendo o Colegiado de Curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, a Gestão Escolar e todos os atores envolvidos nos processos acadêmicos e jurídicos, como a Ordem dos

Advogados do Brasil – OAB, os Poderes Públicos, as organizações empresariais e não governamentais, dentre outros.

Destaca-se que, para atender ao determinado nas DCN, o curso propõe competências para os três âmbitos formativos previstos pela norma, formação geral, técnico-jurídicas, competências prático-profissionais, competências inovadoras e tecnológicas específicas, que serão desenvolvidas por meio das disciplinas e demais atividades (teóricas e práticas) previstas pelo curso:

✓ **Componentes curriculares cujos conteúdos formam competências da formação geral, crítico-humanística:** neste quadro de componentes, os graduandos em sua jornada desenvolvem as competências para identificar, debater, analisar, reconhecer, criticar, avaliar, etc. os problemas estruturantes das sociedades complexas inseridas nas volatilidades, incerteza e ambiguidade. Neste ponto de sua formação, os discentes são instados a demonstrar as competências de leitura, compreensão e elaboração de textos, capacidade de comunicação com precisão, desenvolvimento de técnicas de raciocínios e de argumentação jurídica, compreensão da hermenêutica e interpretação dos textos jurídicos, etc. Neste primeiro ciclo, portanto, desenvolvem as competências por meio dos seguintes componentes curriculares: Introdução ao estudo do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia, Língua Portuguesa, A História da Justiça no Brasil, Hermenêutica Jurídica, Economia Política, Produção de Conhecimento Científico, Psicologia Jurídica.

A ordem de ocorrência no percurso curricular destes componentes, também, obedece a uma intencionalidade formativa de competências. As disciplinas Introdução ao Estudo do Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Filosofia, Língua Portuguesa são agrupadas no 1º Período, momento de transição do ensino médio para o ensino superior, em que o aluno necessita aprofundar conteúdos humanísticos e se introduzir às questões da Sociedade Civil, Estado e Economia de forma mais sólida e robusta. Por isso, duas disciplinas são centrais para o desenvolvimento do percurso do aluno, a saber: Introdução ao Estudo do Direito, por meio do qual o aluno irá ter os primeiros contatos com a Ciência do Direito, seus principais conceitos, elementos, termos, princípios, etc. Dessa forma, conseguirá formar uma base para poder percorrer os demais componentes.

Por outro lado, Ciência Política e Teoria do Estado, articula as primeiras noções formais institucionais do Estado Moderno, as ideologias políticas que lhe dão sustentação, bem como as bases para o Direito Público de forte compreensão constitucional, pautado nos Direitos e Garantias Fundamentais, que lhes darão as competências básicas para percorrer a trilha do Direito do Estado,

como Teoria Constitucional, Organização Estatal, Direito Administrativo, Direito Tributário e demais direitos de forte e mais aguda matiz publicista.

Neste horizonte, as disciplinas humanísticas e filosóficas darão sustentação as demais, perfazendo temática de aprendizado que coaduna com os elementos necessários às competências profissionais, pois, fornecerão aos discentes a cultura, consciência histórica, oralidade, substância argumentativa e demais ferramentais para o desenvolvido da melhor e mais qualificada prática jurídica. Uma outra forma de exemplificar a composição curricular, se dá por meio da disciplina **A História da Justiça no Brasil**. É digno de nota que a mesma é introduzida no 2º Período, momento em que o aluno comerá a analisar a jurisdição, introduzir-se no direito penal, civil e constitucional.

Dessa feita, **A História da Justiça no Brasil** passa a operar como uma retaguarda reflexiva-crítica no momento que as disciplinas técnico-dogmática começam a ser introduzidas. Se, por um lado o discente começa a estudar o acesso à justiça no formato do direito constitucional e processual vigente, cabe, deixar a ele, a reflexão sobre o desenvolvimento da história institucional do Poder Judiciário na Estado Brasileiro.

Portanto, os **componentes crítico-humanísticos** operam com os demais **aprofundamentos humanísticos** das relações sócios-culturais, éticas e políticas das nossas práticas, bem como compõem a **vanguarda reflexiva-crítica** para que se evite uma ciência dogmática do direito estéril, diante das necessidades da Sociedade Civil, Estado e Economia.

A segunda etapa da construção das competências consiste nas competências decorrentes do segundo eixo de formação, a saber:

✓ **Componentes curriculares cujos conteúdos formam competências da formação técnico-jurídica.** Neste campo estão as disciplinas que demandam o enfoque dogmático, estudada de forma sistematizada e especializada. Este grupo de componentes permite que os discentes possam desenvolver as competências da interpretação e aplicação das normas jurídicas, dentro da ordem nacional, bem como na sua comparação com os demais ordenamentos jurídicos. Compõem este ciclo as disciplinas: Direito Civil – Parte Geral, Obrigações e Responsabilidade Civil, Direito Civil – Reais, Direito das Famílias e Sucessões, Direito Penal – Teoria do Crime, Teoria da Pena, Direito Penal Especial e Extravagante, Teoria Geral do Processo e Fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão Jurisdicional e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Processo Penal – Parte Geral, Processo Penal Aplicado, Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais, Organização Estatal, Direito Administrativo,

Direito Tributário, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Previdenciário, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito, Sociedades, Direito Internacional Público e Privado.

De posse desses elementos, poderá o discente, adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

Cada componente é articulado dentro da sua história, autonomia, princípios, léxico, semântica, aplicação e desdobramentos na ordem social, política e econômica. Considerando as trilhas de aprendizagem, as disciplinas estão agrupadas de forma a permitir diversidade de aprendizado ao longo das escolhas feitas de forma autônoma pelo discente, perfazendo progressividade no aprendizado ao avançar no percurso, coerência pedagógica na distribuição dos componentes e temporalidade na maturação do discente para quando este já manifestar os primeiros passos para sua entrada no Mercado de Trabalho.

Os componentes acima estão com seus temas de aprendizagem (saber – conteúdo) acima estão atualizados, conforme as ementas anexas das disciplinas demonstrarão. Tal atualização se dá também na forma pelo qual o aprendizado dos temas está estruturado para o desenvolvimento das competências. As disciplinas técnico-dogmáticas são problematizáveis por excelência. Por isso os alunos são levados a raciocinar sobre o desenho institucional previstos pelas normas jurídicas pertinentes, sobre a aplicação e raciocínio jurídico, sobretudo, nas decisões judiciais para, conseqüentemente, poder oferecer soluções aos problemas vigentes da Sociedade Civil, Estado e Economia.

Nas competências técnico-jurídicas, merece destaque duas unidades curriculares: Ética Geral e Jurídica e Métodos Alternativos de Solução de Conflitos previstas, ambas, no 06º período. Após percorrer os ciclos crítico-reflexivos, técnico-jurídicos, cabe aos discentes estudar os padrões das condutas éticas no âmbito ético, político e profissional. Por isso o estudo da Ética, em seus desdobramentos, meta-Ética, Éticas Normativas e Ética Prática, associados à Ética Profissional, permitirá ao o desenvolvimento de competências técnicas que tanto possuem caráter crítico, técnico, mas, também, profissional. O presente PPC considera a Ética Geral e Jurídica um componente curricular que representa um vértice onde se encontram as três formações preconizadas pela DCN. Por meio dela é possível obter competências crítico-humanísticas, técnico-jurídicas e prático-profissionais.

Associado à Ética Geral e Jurídica no 06º período, a disciplina Métodos Alternativos de Solução de Conflitos é uma disciplina que vai ao encontro de um aluno amadurecido pela reflexão crítico-humanística, técnico-jurídica. Dessa forma poderá desenvolver as competências para **desenvolver a**

cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos na forma das Resoluções nº 2/2021 c/com nº 5/2018 que estabelecem as DCN do Curso.

Dando seguimento, o próximo ciclo se dá com as:

✓ **Conteúdos curriculares cujos conteúdos destacam ainda mais as competências prático-profissionais.** Neste grupo estão os componentes curriculares cujos temas de aprendizagem tem maior grau e peso para a integração entre a prática e teoria, dado que a distinção entre teoria e prática é dissolvida num modelo de ensino-aprendizagem baseado em competências de forte caráter pragmático e voltado para a solução de problemas. Nesse grupo de disciplinas, primeiramente, os discentes desenvolverão competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos. Para desenvolver esta atuação, desenvolverão as competências interpretativas e adjudicatórias das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional. Também poderão observar experiências de Direito Comparado, naquilo que for cabível, articulando os temas de aprendizagem com a resolução de problemas. Aqui estão as disciplinas: Prática Civil, Prática Penal, Prática Trabalhista, como também as unidades curriculares obrigatórias do Estágio Prático I, Estágio Prático II, Estágio Prático III e Estágio Prático IV.

Associadas às disciplinas prático-profissionais, o curso de Direito da **IES**, na estrita conformidade com a Resolução CNE/CES nº. 5 de 17 de dezembro de 2018, estabelece a associação das disciplinas de práticas jurídicas, disponibilizadas no 09º Período estão associadas ao Estágio Prático desenvolvido em seu Núcleo de Práticas Jurídicas, cujo detalhamento do funcionamento será realizado em item abaixo. Cabe articular que o Estágio Prático perfaz 300 horas aula, distribuídas em quatro períodos, cada um com 75 horas aula. Cada Estágio Prático encerra uma trilha de aprendizagem específica, denominada **Jornada do Estagiário** que se parametriza da seguinte forma:

✓ **Estágio Prático I – Direito Civil.** Competências a serem desenvolvidas por meio dos temas de aprendizagem do direito material civil, consumidor e do direito processual civil. Práticas simuladas e reais no âmbito do Direito Contratual, Direito do Consumidor, Direito das Famílias. Redação e produção processual no âmbito da 1ª e 2ª instâncias.

✓ **Estágio Prático II – Direito do Trabalho.** Competências a serem desenvolvidas por meio dos temas de aprendizagem do direito material e processual do trabalho. Práticas simuladas e reais voltadas para o dissídio individual e coletivo. Redação e produção processual no âmbito da 1ª e 2ª instâncias.

✓ **Estágio Prático III – Direito Penal** - Competências a serem desenvolvidas por meio dos temas de aprendizagem do direito material e processual penal. Práticas simuladas e reais. Redação e produção processual no âmbito da 1ª e 2ª instâncias.

✓ **Estágio Prático IV – Direito Público e MASC.** Competências a serem desenvolvidas por meio dos temas de aprendizagem do direito material e processual público, Direitos Humanos, Arbitragem e demais Métodos Adequados de Solução de Conflitos. Práticas simuladas e reais. Redação e produção processual no âmbito da 1ª e 2ª instâncias.

Para consolidar a formação nos três aspectos previstos pelas DCN, as Atividades Acadêmicas Complementares também contribuem para o desenvolvimento dos graduandos. Articuladas em 4 (quatro) ênfases – (a) Direitos Humanos e Vulnerabilidades; (b) Ciência e Pesquisa; (c) Empregabilidade; (d) Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação – permitem que os discentes de forma flexível, autônoma e adaptativa, possam desenvolver suas competências de forma holística e coerente.

Por último, os conteúdos curriculares também atendem às expectativas de um ensino inovador, tecnológico e digital que seja capaz de lidar com os novos desafios do Direito no âmbito coletivo, da transformação digital, da sustentabilidade e da proteção dos membros vulnerabilizados da sociedade, dessa forma:

✓ **Competências para a formação de um profissional inovador, tecnológico, digital, empreendedor, inclusivo e sustentável.** Neste grupo estão os temas de aprendizagem desenvolvidas em: Direito Ambiental, Direitos da Criança e do Adolescente, Direito Tecnologia e Empreendimento, Direito Cibernético.

O graduando do Direito precisa desenvolver competências inovadoras voltadas para as mudanças atuais da prática jurídica. O Direito, enquanto prática social, também está atrelado à Economia, portanto, sua conexão com as temáticas do empreendedorismo, inovação, gestão e tecnologia é condição indispensável para a boa formação do futuro egresso da IES. Novos métodos e técnicas permeiam a vida jurídica não mais encerrada em suas torres de marfim, mas, sim, conectadas com as tendências sociais.

A inteligência artificial – IA, redes sociais, automatização, robotização, digitalização, a propriedade intelectual, a gestão, a Análise Econômica do Direito, estruturam os desafios da Sociedade Civil e do Estado, no que tange à sustentabilidade e a inovação. Estes temas de aprendizagem estão presentes ao longo do curso e permitem que o futuro egresso seja capaz de possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito. Na vanguarda da liderança tecnológica, poderá o futuro egresso desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

Nesse sentido é de fundamental importância o componente curricular: Direito, Tecnologia e Empreendimento. Sua ocorrência no percurso curricular também é coerente com o desenvolvimento e

maturidade do discente durante sua jornada acadêmica. Posicionado no 7º período, está em equilíbrio com as disciplinas Direito do Consumidor, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito e Direito do Trabalho. Dessa forma, neste ponto, o discente da IES poderá visualizar os diferentes impactos da tecnologia sobre a vida social das empresas, do trabalho e dos consumidores.

Por sua vez, o Direito Cibernético possibilita aos graduandos o estudo da Cibernética e suas implicações para o Direito Constitucional, Administrativo, Civil, Empresarial, para as estruturas do Estado e das relações privadas, problematizando temas como a responsabilidade civil de robôs, *bots* e inteligência artificial; a proteção de dados e liberdade de expressão; o uso das plataformas e redes sociais na política, eleições e estruturas estatais; a responsabilidade dos influenciadores digitais; dentre outros temas prementes e significativos para uma Sociedade da Informação.

Tendo em vista a importância da Sustentabilidade e do meio-ambiente equilibrado, respeitando a vida de animais não humanos e do Planeta, o componente Direito Ambiental permite aos discentes uma visão atual, crítica, reflexiva, técnica, jurídica e prático profissional sobre os problemas atuais em torno do Meio Ambiente. Os graduandos estudam desde as premissas éticas e filosóficas, o quadro constitucional, até as determinações judiciais em torno da responsabilidade civil no âmbito ambiental.

Em Direitos da Criança e do Adolescente, de forma interdisciplinar, os estudantes estudam a importância da proteção jurídica daqueles que representam as futuras gerações. Por meio do estudo que vai permeia os âmbitos humanísticos, constitucionais e civis da proteção da criança e do adolescente, os conteúdos curriculares dessa disciplina sensibilizam os graduandos para a proteção fundamental daqueles que precisarão receber uma ordem social mais justa, igualitária num planeta saudável.

1.17.1. Organização dos conteúdos curriculares.

Os conteúdos curriculares estão organizados para dar uma visão crítico-reflexiva, tecnológica, prático-profissional atual e voltada para os desafios emergentes das Sociedades Complexas em seus três âmbitos, em sua organização civil, no Estado e na Economia. O presente Projeto Pedagógico de Curso congrega tais componentes tanto de forma estática, no que tange à sua inclusão na estrutura curricular, quanto na sua forma dinâmica, considerando a jornada de aprendizado do discente.

Nada obstante, os componentes curriculares possuem um equilíbrio reflexivo. A sua ordem de ocorrência obedece aos princípios de coerência pedagógica e científica, progressão da aprendizagem, semelhança de problemas e temáticas, a maturação do desenvolvimento discente e ao efetivo

aprendizado por meio do desenvolvimento de competências capazes de gerar um profissional inovador e sustentável.

Por último, cabe a sistematização abaixo:

Competências nas DCN	Matriz de Competências	Competências no PPC	Componentes Curriculares
Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas	Autônomo e Dinâmico na aprendizagem: Abrange a flexibilidade cognitiva, autonomia do aprendizado, centrado na resolução de problemas, na resiliência, no domínio das ferramentas digitais, na capacidade de conduzir projetos de forma dinâmica e encontrar caminhos para aprender em situações adversas, plurais, voláteis, incertas e ambíguas; Generalista, humanístico, axiológico e ético na atuação do Direito e promoção da Cidadania: Abrange as competências de compreender, interpretar e aplicar o Direito de forma sistêmica e geral, com percepção crítica e humanística, articulando-o com a Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia, valorando os elementos sociais e promovendo a Cidadania; Reflexivo, Crítico e Argumentativo na interpretação dos	Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito	Introdução ao Estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, Direito Civil – Parte Geral, Obrigações e Responsabilidade Civil, Direitos Reais, Direito das Famílias e Sucessões, Direitos da Criança e do Adolescente, Direito Penal – Teoria do Crime, Teoria da Pena, Direito Penal Especial e Extravagante, Teoria Geral do Processo e fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Processo Pena – Parte Gera, Processo Penal Aplicado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Ética Geral e Jurídica, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Previdenciário, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito, Sociedades, Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos, Direito, Direito Cibernético,

	fenômenos jurídicos e sociais: Abrange o raciocínio crítico, retórico, persuasivo, hermenêutico, de forma visualizar e concretizar possibilidades linguísticas, textuais, comunicativas que a abertura semântica da linguagem jurídica permite na análise e compreensão dos fenômenos jurídicos e sociais; Propositivo, Resolutivo e Solucionador nas situações jurídicos-sociais: Abrange a resolução de problemas complexos, o uso dos meios consensuais de solução de conflitos, os meios litigiosos, criatividade, pensamento analítico, avaliação de risco, capacidade de julgamento, tomada de decisão, planejamento estratégico, negociação, liderança, iniciativa, empatia, comunicação assertiva com vistas a solução dos problemas jurídico-sociais; Inovador, Tecnológico e Sustentável: Abrange o pensamento computacional, digital, exponencial, literacia e fluência digital, comunicação remota, mentalidade ágil, data-dirven, orientação para servir, liderança estratégica, empreendedorismo, intraempreendedorismo, sensibilidade social, empatia e inteligência emocional, inclusão e		Direito, Tecnologia e Empreendimento, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil, Economia Política, Psicologia Jurídica, Prática Cível, Prática Trabalhista, Prática Penal, Estágios Práticos I, II, III e IV.
Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas. Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.	Introdução ao Estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, Direito Civil – Parte Geral, Obrigações e Responsabilidade Civil, Direitos Reais, Direito das Famílias e Sucessões, Direitos da Criança e do Adolescente, Direito Penal – Teoria do Crime, Teoria da Pena, Direito Penal Especial e Extravagante, Teoria Geral do Processo e fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Processo Pena – Parte Gera, Processo Penal Aplicado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Ética Geral e Jurídica, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Previdenciário, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito, Sociedades, Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos, Direito, Direito Cibernético,

	pluralidade, sustentabilidade e a atuação socioambiental.		Direito, Tecnologia e Empreendimento, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil, Economia Política, Psicologia Jurídica, Prática Cível, Prática Penal, Prática Trabalhista, Estágios Práticos I, II, III e IV.
Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas; Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão; Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito	Língua Portuguesa, Hermenêutica Jurídica, Prática Cível, Prática Trabalhista, Prática Penal, Produção de Conhecimento Científico e Trabalho de Conclusão.
Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades		Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;	Introdução ao estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, A História da Justiça no Brasil, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Produção de Conhecimento

fundamentais ao exercício do Direito		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.	Científico e Trabalho de Conclusão, Cível, Prática Trabalhista, Prática Penal.
Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito; Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;	Introdução ao estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, A Prática História da Justiça no Brasil, Produção de Conhecimento Científico e Trabalho de Conclusão.
Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;	Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil,

		Aceitar, promover e defender a diversidade e o pluralismo cultura; Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.	Direitos da Criança e do Adolescente, Prática Cível, Prática Penal, Prática Trabalhista, Estágio Práticos I, II, III, IV.
Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;	Introdução ao estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, A História da Justiça no Brasil, Ciência Política e Teoria do Estado, Produção de Conhecimento Científico e Trabalho de Conclusão.
Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;		Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa;	Teoria Geral do Processo e Fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão Jurisdicional e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Processo Penal – Parte Geral, Processo Penal Aplicado, Processo do Trabalho, Prática Cível, Prática Penal e Prática Trabalhista, Estágios Práticos I, II, III e IV.
Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;		Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente	Introdução ao Estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, Direito Civil – Parte Geral, Obrigações e Responsabilidade Civil, Direitos Reais, Direito das Famílias e Sucessões,

		compreensão e aplicação do Direito;	Direitos da Criança e do Adolescente, Direito Penal – Teoria do Crime, Teoria da Pena, Direito Penal Especial e Extravagante, Teoria Geral do Processo e fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Processo Pena – Parte Gera, Processo Penal Aplicado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Ética Geral e Jurídica, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Previdenciário, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito, Sociedades, Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos, Direito Cibernético, Direito, Tecnologia e Empreendimento, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil, Economia Política, Psicologia Jurídica, Prática Cível, Prática Trabalhista, Prática Penal, Estágios Práticos I, II, III e IV.
Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;		Exercer sua profissão como um instrumento de justiça e desenvolvimento da cidadania, valendo-se de uma sólida formação geral,	Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Ciência Política e Teoria do Estado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Diretos da Criança e do

		humanística e axiológica; Estruturar a defesa dos povos indígenas, da população africana e afro-brasileira, para diminuir a desigualdade social e erradicar práticas discriminatórias da nossa sociedade; Comunicar-se de forma acolhedora e empática com pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e limitações, promovendo modificações no espaço urbano, rural e do trabalho para que sua inclusão seja plena; Atuar em apoio à população de baixa renda ou sem condições de arcar com as custas do serviço advocatício, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e acesso à justiça; Debater e articular conhecimentos jurídicos em favor da pessoa idosa, de forma a sensibilizar a sociedade civil e o Estado para a efetivação de políticas públicas que reconheçam os seus direitos fundamentais inerentes enquanto pessoa humana; Aplicar os conceitos deontológico-profissionais e desenvolver	Adolescente, Direito das Famílias e Sucessões, A História da Justiça no Brasil, Filosofia, Psicologia Jurídica, Produção de Conhecimento Científico.

		perspectivas transversais sobre direitos humanos, colaborando com as organizações não governamentais, entidades de classe, Sociedade Civil, Mercado e Estado no desenvolvimento moral, socioeconômico e republicano	
Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;		Adquirir letramento e protagonismo digital de forma ampliar o acesso e uso democrático das novas tecnologias produzidas pela transformação digital; Atuar de forma inovadora, por meio do uso das recentes e futuras tecnologias na área jurídica, estruturando processos eficientes de gestão da atividade jurídica, seja ela advocacia, judiciária, serventuária, etc., de forma a ampliar o acesso à justiça, a prestação jurisdicional, a administração do Estado em prol dos indivíduos, comunidades locais e globais; Utilizar os meios remotos de informação e comunicação. Aplicar de forma eficiente e funcional o domínio de	Direito Cibernético e Direito, Tecnologia e Empreendimento.

		tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade que pertence, bem como da sociedade global; Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso; Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliem as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica; Participar, promover e desenvolver o uso ético e responsável das novas tecnologias na defesa de animais não humanos e da Natureza, de forma a reconhecer a igual dignidade destas entidades, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos.	

Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;		Adquirir letramento e protagonismo digital de forma ampliar o acesso e uso democrático das novas tecnologias produzidas pela transformação digital; Atuar de forma inovadora, por meio do uso das recentes e futuras tecnologias na área jurídica, estruturando processos eficientes de gestão da atividade jurídica, seja ela advocatícia, judiciária, serventuária, etc., de forma a ampliar o acesso à justiça, a prestação jurisdicional, a administração do Estado em prol dos indivíduos, comunidades locais e globais; Aplicar de forma eficiente e funcional o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar da comunidade que pertence, bem como da sociedade global; Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o	Direito Cibernético e Direito, Tecnologia e Empreendimento, Introdução ao Estudo do Direito, Hermenêutica Jurídica, Direito Civil – Parte Geral, Obrigações e Responsabilidade Civil, Direitos Reais, Direito das Famílias e Sucessões, Direito Penal – Teoria do Crime, Teoria da Pena, Direito Penal Especial e Extravagante, Teoria Geral do Processo e fase de Conhecimento no Processo Civil, Teoria da Decisão e Recursos no Processo Civil, Tutela Executiva e Procedimentos Especiais no Processo Civil, Processo Pena – Parte Gera, Processo Penal Aplicado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Ambiental, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Ética Geral e Jurídica, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Previdenciário, Empresa, Estabelecimento e Títulos de Crédito, Sociedades, Direito Internacional Público e Privado, Direitos Humanos, Direito, Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil, Economia Política, Psicologia Jurídica, Prática Cível, Prática Trabalhista, Prática Penal, Estágios Práticos I, II, III e IV.

		combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso. Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliem as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica. Participar, promover e desenvolver o uso ético e responsável das novas tecnologias na defesa de animais não humanos e da Natureza, de forma a reconhecer a igual dignidade destas entidades, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos.	
Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa; Exercer sua profissão como um instrumento de justiça e	Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Ciência Política e Teoria do Estado, A História da Justiça no Brasil, Ética Geral e Jurídica, Métodos Adequados de Solução de Conflitos, Direito, Tecnologia e Empreendimento, Psicologia Jurídica, Produção de Conhecimento Científico, Prática Cível, Prática Trabalhista, Prática Trabalhista, Estágios Práticos I, II, III e IV.

		desenvolvimento da cidadania, valendo-se de uma sólida formação geral, humanística e axiológica;	
Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos..		Aplicar o Direito com probidade, compromisso ético e responsabilidade social, utilizando-se da formação dogmática aliada à capacidade crítica e criativa. Exercer sua profissão como um instrumento de justiça e desenvolvimento da cidadania, valendo-se de uma sólida formação geral, humanística e axiológica Estruturar a defesa dos povos indígenas, da população africana e afro-brasileira, para diminuir a desigualdade social e erradicar práticas discriminatórias da nossa sociedade; Desenvolver ações para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, respeitando as particularidades de seu contexto socioambiental e suas conexões com uma economia de escala global.	Direitos Humanos, Direito Internacional Público e Privado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, Ciência Política e Teoria do Estado, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, A História da Justiça no Brasil, Psicologia Jurídica, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental, Ética Geral e Jurídica, Produção de Conhecimento Científico e Trabalho de Conclusão, Prática Cível, Prática Penal, Prática Trabalhista, Estágios Práticos I, II, III e IV.

		Desenhar estratégias jurídicas para projetos que garantam a sustentabilidade do planeta, implementem políticas de educação e preservação ambiental. Comunicar-se de forma acolhedora e empática com pessoas com deficiência, respeitando suas particularidades e limitações, promovendo modificações no espaço urbano, rural e do trabalho para que sua inclusão seja plena. Atuar em apoio à população de baixa renda ou sem condições de arcar com as custas do serviço advocatício, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e acesso à justiça. Debater e articular conhecimentos jurídicos em favor da pessoa idosa, de forma a sensibilizar a sociedade civil e o Estado para a efetivação de políticas públicas que reconheçam os seus direitos fundamentais inerentes enquanto pessoa humana. Articular conhecimento jurídico para defesa dos animais não humanos e Natureza, promovendo o	

		reconhecimento da dignidade dessas entidades, independente da utilidade que venha a ter para animais humanos. Aplicar os conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos, colaborando com as organizações não governamentais, entidades de classe, Sociedade Civil, Mercado e Estado no desenvolvimento moral, socioeconômico e republicano. Atuar na defesa ética, democrática e republicana do uso responsável e legal dos dados digitais, dos indivíduos, empresas e Estados, contribuindo para o combate ao seu uso manipulado, distorcido, ilegítimo, ilegal e criminoso. Colaborar para o desenvolvimento de soluções jurídicas, judiciais, legislativas, administrativas, que conciliem as novas tecnologias com o trabalho decente, preservando a dignidade dos trabalhadores e a inovação tecnológica. Participar, promover e desenvolver o uso ético e responsável das novas tecnologias na defesa	

		de animais não humanos e da Natureza , de forma a reconhecer a igual dignidade destas entidades, independentemente de seu uso econômico para os animais humanos.	

É importante destacar que o Coordenador do curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante articulam de forma planejada e articulada a oferta de Atividades Acadêmicas Complementares, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão de forma que os conteúdos curriculares acima, bem como suas competências, possam se articular em unidade, coordenação e coerência necessária entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Outro aspecto de destaque relevante se dá na preocupação em manter uma equanimidade para as cargas horárias das disciplinas, padronizando seus créditos, possibilitando uma visão holística aos discentes de que cada componente curricular possui a mesma importância em sua formação, atendendo, assim, as determinações das DCN no sentido de que é necessário um graduado de formação generalista e capaz de entender sistêmica e coerentemente as implicações do Direito, considerada em si e com a Sociedade.

Por outro lado, a gestão do Curso (Coordenador, Colegiado e NDE) efetua a constante revisão e atualização dos conteúdos e bibliografias não só para atender às novas demandas da realidade, bem como a legislação vigente para o ensino superior. Desta forma, as bibliografias básicas e complementares atendem aos conteúdos curriculares propostos para as disciplinas que compõem o curso, selecionadas nas bibliotecas virtuais acessíveis para discentes e docentes, em ambientes disponibilizados por meio de contratos em nome da instituição. As ementas e as bibliografias básicas e complementares de cada uma das disciplinas estão listadas em campo específico neste documento.

A figura, abaixo, apresenta a distribuição dos componentes curriculares nos 8 semestres do curso:

Componentes curriculares do Curso de Direito

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO	DIREITO CIVIL - PARTE GERAL	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	DIREITO ADMINISTRATIVO	DIREITO CIVIL - REAIS
FILOSOFIA	DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME	ORGANIZAÇÃO ESTATAL	DIREITO CIVIL - CONTRATOS	DIREITO TRIBUTÁRIO
FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLOGICOS	TEO. GER. DO PROC E FASE DE CONHEC. NO PROC. CIVIL	TEORIA DA DECISÃO JURISD. E RECURSOS NO PROC. CIVIL	DIREITO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE	MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	TEORIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	TEORIA DA PENA	TUTELA EXECUTIVA E PROCED. ESP. NO PROCESSO CIVIL	PROCESSO PENAL - PARTE GERAL
LÍNGUA PORTUGUESA	A HISTÓRIA DA JUSTIÇA NO BRASIL	HERMENÊUTICA JURÍDICA	ECONOMIA POLÍTICA	DIREITO AMBIENTAL

6º Período	7º Período	8º Período	9º Período	10º Período
DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES	DIREITO DO TRABALHO	PROCESSO DO TRABALHO	PRÁTICA CÍVEL	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO
ÉTICA GERAL E JURÍDICA	DIREITOS DO CONSUMIDOR	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	PRÁTICA PENAL	DIREITOS HUMANOS
PROCESSO PENAL APLICADO	EMPRESA, ESTABELECIMENTO E TÍTULOS DE CRÉDITO	SOCIEDADES	PRÁTICA TRABALHISTA	PSICOLOGIA JURÍDICA
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	DIREITO, TECNOLOGIA E EMPREENHIMENTO	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	TRABALHO DE CONCLUSÃO	DIREITO CIBERNÉTICO
	ESTÁGIO PRÁTICO I	ESTÁGIO PRÁTICO II	ESTÁGIO PRÁTICO III	ESTÁGIO PRÁTICO IV
				ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES
				TÓPICOS EM LIBRAS: SURDEZ E INCLUSÃO

1.18. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DISCIPLINA DE LIBRAS

O projeto pedagógico do curso trata em seus componentes curriculares dos temas relacionados a questões étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira, bem como educação ambiental, educação em direitos humanos. Tais temas buscam:

Construir sentimento republicano e igualitário atento às desigualdades sociais tornando o aluno apto a atuar juridicamente em defesa dos direitos da pessoa idosa, deficiente, das mulheres, e da população LGBTQI+.

✓ **Desenvolver juízo crítico voltado para o reconhecimento das injustiças** sociais e históricas que atingem a população negra, indígena e os povos tradicionais brasileiros e globais, de forma a promover a valorização da história e cultura da população africana, afro-brasileira, indígena e dos povos tradicionais.

✓ **Desenvolver a competência ética e responsável no exercício profissional e republicano**, considerando e avaliando o impacto de suas atividades no contexto socioambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região na qual está inserido.

✓ **Formar egressos comprometidos com a igual dignidade de animais humanos, não humanos e natureza**, reconhecendo o valor intrínseco de cada entidade vivente, independentemente de sua utilidade econômica, para uma atuação ética e responsável com todas as entidades e futuras gerações.

Os componentes curriculares estabelecem forte compromisso com a Sustentabilidade, Meio-Ambiente, Inovação, Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino da História e

Cultura afro-brasileira, brasileira e indígena. Este compromisso é sobretudo demonstrado por meio dos objetivos do perfil do egresso, no qual os discentes desenvolvem competências para aceitar a diversidade e o pluralismo cultural, utilizando suas competências fomentar uma sociedade mais plural e diversa. No mesmo sentido, caberá a estes implementar ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, respeitando as peculiaridades étnico-raciais, os direitos humanos e contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

Dando concretude aos objetivos de uma educação crítica, comprometida com o pluralismo e a emancipação das comunidades historicamente oprimidas pelas práticas discriminatórias advindas do colonialismo, racismo estrutural, sexismo, o curso de Direito da IES traz, em sua matriz curricular, componentes curriculares que tratam desta temática.

Nesses componentes curriculares, são desenvolvidas as competências necessárias para que nossos discentes possam estabelecer forte compromisso e empatia com a Sustentabilidade ambiental, as relações étnico-raciais, História e cultura dos povos indígenas e tradicionais, História e cultura afro-brasileira e africana. Seus planos de ensino preveem a compreensão, análise, avaliação, debate, definição de estratégias e promoção dos direitos fundamentais dos grupos historicamente oprimidos em função das relações de poder que estruturam e demarcam as subjetividades, criando as assimetrias sociais que dão ensejo às práticas discriminatórias e não igualitárias.

Cumprir destacar que estes temas de aprendizagem servem não apenas à reflexão-transformação igualitária, mas, também, a uma compreensão empreendedora e inclusiva.

O curso de Direito da IES entende que uma economia forte e competitiva promove, de forma consciente, a inclusão e a expansão dos cidadãos sem distinções e discriminação. Com isto, é possível que organizações e empresas realizem a equidade, agreguem valor a seus ativos e promovam uma sociedade mais justa e equitativa. A defesa dos Direitos Humanos, do Meio-ambiente, o combate à Discriminação racial, religiosa, de gênero e de orientação afetiva e sexual, constituem elemento estruturante de uma economia produtiva e fortalecida do ponto de vista global.

Assim, o projeto pedagógico deste curso:

✓ **Insere de maneira transversal e interdisciplinar**, os estudos das relações étnico-raciais, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas disciplinas Ciência Política e Teoria do Estado, Fundamentos Antropológicos e Sociológicos, A História da Justiça no Brasil, Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Direitos Humanos, Filosofia e nas atividades de pesquisa ou extensão, conforme estabelece a Resolução CNE/CP N° 01 de 17 de junho de 2004;

- ✓ **Aborda a temática Educação Ambiental** nas disciplinas Direito Ambiental, Ciência Política e Teoria do Estado, Direitos Humanos, além das atividades de pesquisa ou extensão, de maneira transversal e interdisciplinar, atendendo ao Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002;
- ✓ **Implementa ações de ensino, pesquisa ou extensão** que discutem Direitos Humanos, conforme pode-se ver na unidade curricular disciplinar, na Clínica de Direitos Humanos, na ênfase das Atividades Acadêmicas Complementares e nas linhas de pesquisa do Curso, atendendo o que determina a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012;
- ✓ **Oferece Tópicos em Libras** como disciplina optativa com carga horária de 80h, conforme determina o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
- ✓ As atividades acadêmicas complementares (AAC), também, estão associadas às três vertentes: Ensino, Pesquisa e Extensão e organizadas em 4 eixos: (a) Direitos Humanos e Vulnerabilidades; (b) Ciência e Pesquisa; (c) Empregabilidade; (d) Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação; o que garante, ainda, a flexibilização curricular necessária para que o aluno entenda tais temáticas de forma holística e não apenas pontualmente em uma disciplina da matriz curricular.

1.19. ELEMENTOS DIFERENCIADORES DO CURSO DENTRO DA ÁREA PROFISSIONAL E INDUTORES DO CONTATO COM CONHECIMENTO RECENTE E INOVADOR

A inovação e diferenciação do Curso de Direito são concretizadas de forma a proporcionar aos nossos graduandos uma formação que desenvolve as competências necessárias para os desafios do Século XXI, respeitando a matriz de competências, as DCN e a visão do Mundo do Trabalho. Nos pontos seguintes os principais aspectos inovadores e diferenciadores do Curso.

A Sala de Aula é o local, ambiente, momento em que a relação de ensino-aprendizagem encontra especial significado. Momento de conexão direta entre professor e aluno, as práticas pedagógicas, para atender aos desafios do Século XXI, precisam, também, ser atualizadas diante dos contextos prementes das Sociedades complexas e informacionais. Por isso, o Curso de Direito as **estruturas dos procedimentos de ensino-aprendizagem representam a primeira forma de inovação e diferenciação.**

O Curso conta com a Metodologia Aura na qual é priorizado a aprendizagem significativa, sustentada no tripé: situação-problema, metodologia ativa, atividade verificadora de aprendizagem. No curso, a situação-problema reforça a necessidade de uma compreensão pragmática (Dewey) do Direito, voltada para a articulação imanente e simultânea entre teoria e prática, dissolvendo a aparente distinção entre os dois âmbitos do saber humano. A situação-problema traz ao aluno uma identificação

com a realidade social, histórica, jurídica, moral e política, na qual ele também está inserido, portanto, sendo capaz de entender e propor soluções as quais ele enxerga e vivencia.

Para desenvolver soluções para a situação-problema, são propostas Metodologias Ativas que envolvem a pesquisa, o raciocínio crítico, o trabalho em equipe, a cooperação, a orientação para servir, fazendo com que os graduandos se tornem protagonistas de seu aprendizado. Nesse processo o professor atuar com um orientador, mentor e curador das possibilidades, escolhas e conteúdos que os discentes irão se apropriar para dar solução à situação-problema apresentada.

Ao final, a atividade verificadora de aprendizagem permite avaliar e diagnosticar se os objetivos da aula foram cumpridos, se as competências foram desenvolvidas, se os temas de aprendizagem foram bem compreendidos e articulados com os desafios apresentados. Nesse momento, professores e alunos podem avaliar em conjunto se a aula permitiu o aproveitamento.

Além do tripé (Situação-Problema/Metodologia/Atividade Verificadora de Aprendizagem), no Curso de Direito, a metodologia Aura, ainda é desdobrada nos **Estudos de Caso** que cada Plano de Aula traz. O Estudo de caso é a oportunidade de aprofundamento dos problemas levantados em sala de aula. Dada a significação da situação-problema, o aluno desde o início do curso tem contato com a perspectiva profissional, comportando-se não como agente passivo, mas, sim indutor de soluções para as práticas sociais, sobretudo, jurídicas.

Por último, na metodologia Aura, a sala de aula é um horizonte permanente para os discentes, uma vez que este ainda pode, mediante a **Atividade Autônoma Aura** resolver questões ligadas ao tema da aula de forma a entender o desenvolvimento de sua aprendizagem. Com a Atividade Autônoma Aura, o aluno pode perceber se conseguiu aprender as competências necessárias, objetivo da aula.

Complementando o ciclo, cada plano de Aula ainda indica **Leituras Específicas** com artigos de periódicos acadêmicos qualificados, notícias e informativos de atores relevantes do campo, teses, dissertações e obras. Por último, no campo **Aprenda +** o discente ainda encontra vídeos, podcasts, leituras, e conteúdo interativo com intencionalidade pedagógica por meio do qual é capaz de aprofundar de forma interativa seu aprendizado. Com o Aprenda + são reforçadas tanto as *hard skills* (competências técnicas-jurídicas) como as *soft skills* (literacia e fluência digital).

Uma segunda forma que diferenciada que coloca os discentes em **contato com o conhecimento recente e inovador se dá com as unidades curriculares disciplinares. Notadamente, o conhecimento recente e inovador adentra o curso de Direito por meio das disciplinas Direito Cibernético, Direito, Tecnologia e Empreendimento.**

Em Direito Cibernético, os discentes desenvolverão as competências para a compreensão da transformação digital e seus impactos no Direito Privado, no Direito Público, no Estado, na Economia, nos Direitos Fundamentais/Humanos, na Sociedade Civil e na Ética como um todo. Os temas da disciplina proporcionam aos alunos desenvolver competências para os problemas dos riscos da manipulação não conforme de Dados, responsabilidade civil e criminal, bem como seus impactos na Democracia.

Por sua vez, a disciplina **Direito, Tecnologia e Empreendimento** prepara os alunos para desenvolver as competências empreendedoras da nova Economia fundada em serviços tecnológicos trazidos pela transformação digital. Nessa disciplina os alunos podem de forma autônoma adquirir competências sobre Serviços, Inovação e Empreendedorismo, para aplicar à realidade das *Startups* e *Legal Techs*, compreendendo esses elementos dentro da Análise Econômica do Direito.

Uma terceira prática diferenciada que coloca os discentes em contato com o conhecimento recente e inovador ocorre no **Núcleo de Práticas Jurídicas**. O Núcleo de Práticas Jurídicas possui como um dos seus fundamentos o **Circuito do Estagiário 4.0 que consiste em atividades acadêmicas de aprendizagem** que contabilizam a carga horária dos Estágios Práticos, I, II, III e IV, dos discentes – vide anexo, Regulamento do NPJ.

Tais atividades reúnem conhecimentos atuais e recentes necessários ao exercício de competências dos desafios atuais do Mundo do Trabalho. Dessa forma os alunos podem desenvolver a literacia e fluência digital, a utilização do processo judicial eletrônico, a utilização dos meios remotos de informação e comunicação, etc.

O **Circuito Estagiário 4.0** oferta atividades acadêmicas de desenvolvimento das formas consensuais de resolução de conflitos, priorizando o aprendizado sobre a negociação, conciliação e mediação e arbitragem. Dessa forma os discentes podem aprender competências necessárias para lidar com os problemas que perfazem as sociedades atuais.

Por último, o **Circuito Estagiário 4.0** disponibiliza atividades acadêmicas que estruturam as competências necessárias para o novo Mundo do Trabalho, com seminários, workshops, palestras, colóquios, dinâmicas, simulações no âmbito dos Recursos Humanos, Empreendedorismo, Produtividade, Planejamento, Branding e Marketing Digital. Dessa forma, os discentes são familiarizados com as dinâmicas do mercado, seu vocabulário, pontos de convergência, riscos e ameaças.

Uma quarta forma inovadora ocorre no NPJ. Trata-se do **Observatório Jurídico**, estrutura do Núcleo que também une Ensino, Pesquisa e Extensão. O **Observatório Jurídico** é um cluster democrático de pesquisa e intervenção social. A comunidade acadêmica em comum acordo com a comunidade onde está inserida os atendidos do NPJ elege um problema que lhes atinge para, produzir relatórios, notas

técnicas, artigos, os quais, terão, por consequência a propositura de um projeto que solucione o problema, transformado a realidade. Tal projeto pode ser um projeto de Lei, um *Amicus Curiae* no Judiciário, uma proposta ao executivo, um projeto de empreendedorismo social, etc. O Observatório, de forma inovadora, coloca os discentes em contato com os problemas reais e locais de forma propositiva e transformadora.

A quinta forma em que o curso se diferencia e aproxima os graduandos dos conhecimentos recentes e inovadores, ocorre com as **Atividades Acadêmicas Complementares**. Nelas, os alunos são capazes de desenvolver competências inovadoras, tecnológicas e empreendedoras por meio das atividades promovidas na ênfase Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação. Cabe ao coordenador de curso, em conjunto com seu Núcleo Docente Estruturante – NDE, articular tais atividades de forma a proporcionar o consistente contato com as tecnologias e inovações que afetam a sociedade e, por consequência, o curso de Direito.

A sexta prática inovadora ocorre dentro das Atividades Acadêmicas Complementares, são as **Oficinas de Leitura** que consiste em uma atividade acadêmica em que obras significativas para o Curso de Direito são estudadas para que o aluno possa desenvolver as competências:

- ✓ Inerentes às técnicas do raciocínio e da argumentação jurídica;
- ✓ Para propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito, da Economia e do Mercado;
- ✓ Para trabalhar em equipes, formadas por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- ✓ Para aplicar metodologias adequadas para o trabalho com leitura e escrita;
- ✓ Perceber a importância da linguagem como prática simbólica (e interativa) constitutiva dos sujeitos;
- ✓ Realizar discussões teórico-práticas entre os alunos-professores e documentar experiências relevantes.

As oficinas de leitura ocorrem ao longo do semestre letivo, sendo obrigatória a realização de pelo menos 4 (quatro oficinas). A sua prática consiste em quatro encontros em que: (a) é apresentada uma obra; (b) são realizadas leituras dirigidas; (c) debates; e (d) uma apresentação final, com base numa técnica pedagógica – vide anexo.

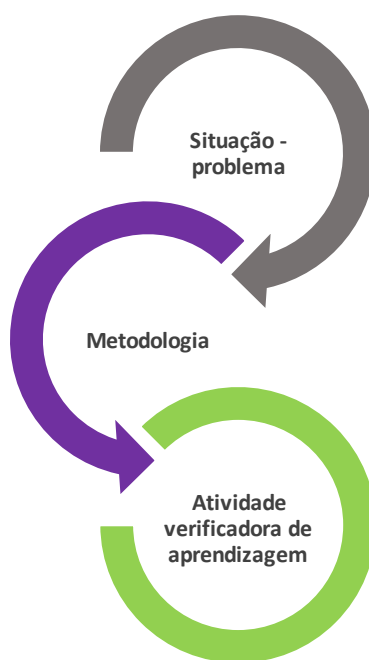
São estudadas obras que possuem relevância e impacto no âmbito da Teoria do Direito, Teoria Política, Teoria dos Direitos Humanos, Teoria do Estado, Teoria da Sociedade, etc. A título de exemplificação, autores como Jürgen Habermas, Hans Kelsen, Fábio Konder Comparato, Flávia Piovesan, dentre outros fazem parte das atividades inerentes às oficinas de leitura.

Cabe ao Coordenador de Curso, em conjunto com o Coordenador de TC, a oferta, organização, implementação, avaliação e revisão, das atividades. As oficinas estão regulamentadas e são ofertadas regularmente aos discentes, conforme anexo.

1.20. METODOLOGIA

1.20.1. Concepção e procedimentos metodológicos

O Aura facilita e favorece a autonomia intelectual dos estudantes na medida em que os convida a participar, ativamente, do processo de ensino-aprendizagem, tornando a sala de aula mais interativa e colaborativa, por meio de uma situação-problema, escolha metodológica adequada e uma atividade verificadora de aprendizagem, detalhadas a seguir:



Situação-problema: nesse momento, o professor contextualizará em uma preleção determinado tema/tópico de acordo com o campo disciplinar em que atua. Este momento não perfaz uma fala abstrata, mas, sim, significativa, reconhecível e articulável pelos alunos, uma vez que seu ponto de partida não é um silogismo dedutivo, mas um raciocínio indutivo impregnado pelas redes de vivências e relações de significado dos alunos que são catalisados por meio de uma situação problema. O problema pode ser apresentado, também, pelo aluno que, com o tema de aula escolhido antecipadamente, sugere a problemática na sala de aula a partir de suas próprias experiências.

Definição da Metodologia: ao trazer à tona as vivências significativas, por meio da preleção e da situação problema, o professor orienta, auxilia, conduz e acompanha os alunos e alunas na busca pela resposta, mediando o processo de ensino-aprendizagem. Nesta etapa, são centrais as metodologias ativas que, partindo do protagonismo do aluno, permitem que este explore e se engaje na temática da aula e, por conseguinte, participe da discussão e aplicação do conteúdo para solução do problema apresentado.

Atividade verificadora de aprendizagem: ao final de cada aula, é importante avaliar o aprendizado dos alunos. Dessa feita, toda aula é finalizada com uma atividade verificadora da aprendizagem, compreendendo um circuito compatível com a jornada de experiência do aluno. Esta avaliação será de natureza formativa ou diagnóstica, devendo servir para análise crítica do estágio de aprendizagem dos alunos e para tomada de decisões. Ela permitirá, ainda, verificar se o objetivo específico da aula foi plenamente atendido.

No Aura, defende-se a premissa de que o aluno é autônomo no seu processo de aprendizagem (PIAGET *apud* LEFRANÇOIS, 2015), aperfeiçoando suas competências a partir dos estímulos que lhe são apresentados na situação-problema e, assim, construindo novas práticas, que serão as soluções para a questão apresentada.

O Aura traz uma relação contínua de aprendizagem ao estabelecer uma linha de desenvolvimento harmônica e interdependente entre os ambientes de aprendizagem presencial e digital. Dessa forma, dissolve a aparente antonímia entre ambos.

Tal tratamento opera por meio da inversão da sala de aula, na qual os alunos, uma vez apropriados do plano de ensino e dos planos de aula, previamente disponibilizados em seu ambiente virtual de aprendizagem, são capazes de realizar uma orientada e intencional inversão de sala de aula.

O aluno tem acesso ao conteúdo prévio, que perfaz uma série de objetivos expressos em competências de acordo com o seu plano de ensino. Uma vez engajados pelo professor, eles são convidados a explorar os conteúdos disponibilizados nas salas de aula virtuais para que possam participar, ativamente, da discussão e aplicação destes conteúdos durante a atividade realizada em sala presencial e mediada pelo professor. Além disso, dispõem de exercícios de verificação capazes de medir, ainda no ambiente virtual, o seu aprendizado dos temas propostos. Isto lhes possibilita descobrir quais são os seus *gaps* em termos de aprendizagem para que possam evoluir no desenvolvimento de suas competências individualmente, no seu próprio ritmo.

1.20.2. Inovação metodológica e aprendizagem diferenciada dentro da área

Diferentemente de um modelo que opera uma aparente e nítida separação entre os ambientes de aprendizagem, o Aura reconhece que as atuais gerações são capazes de ter um acesso preliminar a conteúdos, que podem ser disponibilizados na forma de aulas prévias, *podcasts*, vídeos, estudos de caso, para que possam participar mais ativamente de suas aulas. Afinal, o momento socioeconômico e histórico influencia diretamente o comportamento das pessoas e suas formas de aprender.

Trata-se de um novo jeito de pensar e se comportar, assim, o Aura busca incorporar estratégias educacionais disruptivas para tornar o aprendizado mais significativo. E isso porque, quando se analisa o perfil dos alunos da nova geração, sabe-se que eles consomem informação, principalmente, via *smartphones* e têm preferência por conteúdos em vídeo e jogos de aprendizagem, aprendem de múltiplas maneiras e são multifocais, além de preferirem conteúdos visuais de alta qualidade.

Para atender esta demanda, os modelos de educação tradicionais devem ser repensados, já que os discentes buscam construir seu conhecimento de forma múltipla, rápida, intuitiva, criativa e colaborativa em diferentes plataformas.

Logo, o caráter inovador do Aura evidencia-se, também, no uso de plataformas digitais, em um sistema de aprendizagem misto, integrando o ensino digital ao presencial e superando a tradicional dicotomia entre estes modelos ao garantir para o aluno um ambiente virtual formal para a construção do conhecimento e a aplicação posterior deste conhecimento em uma experiência real, na sala de aula, por meio da atividade mediada pelo professor. Como se observa, o conteúdo digital abre espaço para inúmeras discussões e aplicações que serão realizadas na aula presencial.

Dessa forma, os alunos terão um conteúdo de alta qualidade, disponível a qualquer hora e em qualquer lugar, o que lhes permite mais independência ao buscarem por si mesmos os conteúdos disponíveis na sala de aula virtual. Incentiva-se o autoaprendizado em um ambiente virtual que oferecerá aos discentes a flexibilidade que a nova geração tanto busca no desenvolvimento de suas competências.

Em sala de aula, a ação pedagógica permitirá a conexão entre diversos conhecimentos: o conteúdo digital disponível para o aluno, o conhecimento do professor, que atuará como mediador do processo de ensino-aprendizagem, além do conhecimento do aluno, construído a partir de suas experiências prévias à formação superior. É fundamental que o professor conheça o seu aluno para, aproveitando o conhecimento prévio deste, possa avançar para outros desdobramentos.

Assim, as competências serão construídas em rede para que todos possam participar do circuito de aprendizagem esboçado no item anterior, utilizando-se metodologias ativas e ferramentas

tecnológicas disponíveis para desenvolver os alunos e alunas no contexto da transformação digital a partir de suas individualidades. Em ambientes mais participativos, a chave para promover o engajamento dos estudantes, durante a aula, envolve adaptar as estratégias utilizadas.

Portanto, são fomentadas exposições orais mais curtas, intercaladas com outras atividades individuais ou colaborativas, debates, solução de problemas por meio de estudos de caso, exercícios de fixação etc. Além disto, o aluno analisa a situação-problema a partir de sua concepção de mundo, discute com os demais colegas e propõe soluções que serão discutidas e aplicadas no contexto da sala de aula e na verificação de aprendizagem. Assim, incorpora-se na prática pedagógica diferentes visões, olhares e saberes da comunidade científica.

Isso permite que os alunos renovem sua atenção a cada mudança e pratiquem a aplicação dos novos conceitos estudados. Ao final, de acordo com o modelo proposto, há a disponibilidade de questões, no ambiente virtual, para que os alunos possam responder exercícios, complementando, assim, o fluxo e a fixação da aprendizagem.

O desenvolvimento dos conteúdos no Aura é feito de forma colaborativa e inovadora por meio do seguinte circuito de intencionalidades e afetos, já que este último se apresenta na motivação que o coletivo proporciona para fazer algo, gerando, ao final, a aprendizagem:



Engajamento: Durante esta etapa, o professor contextualizará o tópico da aula em uma preleção iniciada com a situação problema. É o momento em que promove a interação com os seus estudantes, abrindo o espaço para o debate e a troca de ideias e a curiosidade, que levará os alunos a se interessarem pela temática da aula. Perguntas como “O que você acha? Qual é a sua dúvida sobre este assunto? O que você sabe sobre este conteúdo? Como você aprendeu isso?” são essenciais para despertar a curiosidade e o envolvimento da turma com a situação-problema da temática apresentada. É importante que o foco recaia também sobre o aluno, que poderá fazer a preleção inicial instado pelo professor, vez que ele conhece, previamente, o tema que será abordado naquele dia letivo. A preleção do professor deve durar, no máximo, 15 minutos para se abra espaço à participação de todos.



Exploração: É o momento em que o professor convida os alunos a explorarem o assunto que está sendo abordado em diversas plataformas e pede para que registrem a pesquisa. O modelo de aprendizagem estimula que professores e alunos possam compartilhar os registros individuais das pesquisas em ferramentas digitais, tornando o processo de aprendizagem mais colaborativo: uns aprendendo com os outros.



Explicação: Em uma aula, cujo protagonismo é discente, a explicação do docente surge da necessidade do aluno, que pode precisar de maior familiaridade e esclarecimentos do professor. Será, nessa etapa, que o professor ajudará sua turma com explicações sobre o conteúdo, tirará dúvidas, explicará as teorias a partir das pesquisas realizadas pelos discentes, fomentando, inclusive, que as explicações também possam ocorrer entre os próprios alunos. Essa sala plural abre espaço, também, para que, por meio do debate, novas dúvidas, contradições e inquietações apareçam para desequilibrar o aluno e levá-lo a pensar e a buscar uma nova solução para os problemas apresentados.



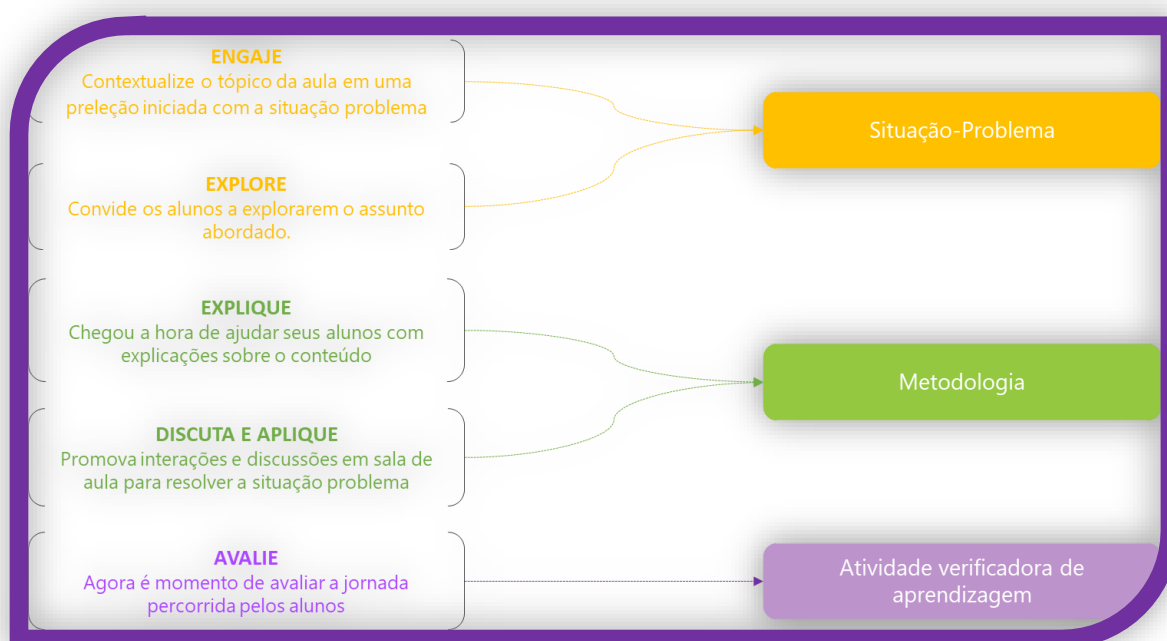
Discussão e Aplicação: A discussão do que pesquisaram sobre determinado tema e sua aplicação em uma situação prática conectará os conceitos aprendidos à sua aplicabilidade em um contexto real. Cabe ao professor documentar o processo de aprendizagem do aluno ou dos grupos e articular como o conteúdo aprendido poderia solucionar algum problema do cotidiano de seus estudantes.



Avaliação: Na etapa final do processo, é o momento de avaliar a jornada percorrida pelos alunos por meio de atividades verificadoras de aprendizagem de cunho diagnóstico, o que permitirá acompanhar o desenvolvimento coletivo e individual à medida que compreende uma série de caminhos possíveis para sua realização.

O acompanhamento das atividades ocorre, continuamente, por meio do trinômio metodológico promovido em cada uma das aulas que se relacionam à jornada do aluno: com a situação-problema definida, o professor poderá engajar e convidar sua turma para explorar o tema apresentado. A escolha metodológica, permitir-lhes-á discutir e aplicar o que exploraram e, na atividade verificadora de aprendizagem de cunho diagnóstico, o professor poderá avaliar se o aprendizado, de fato, aconteceu entre os alunos da turma.

A figura seguinte ilustra de forma ocorre o circuito de intencionalidades descrito neste projeto pedagógico:



Nesse processo, é importante e significativo a compreensão de que para que um conhecimento seja fixado, em primeiro lugar, este deve ser significativo para quem está aprendendo. Em segundo lugar, o conteúdo precisa causar alguma emotividade. A emoção ajuda a fixar um conceito, já que afeto é o que move o desejo de aprender e a energia que se emprega em uma determinada atividade e no desejo de vê-la realizada.

Por fim, o aprendizado dar-se-á pela prática proporcionada pela discussão e aplicação da temática central exposta na situação problema.

Como se observa, cooperar é aprender, uma vez que a resolução de um problema não é algo que se faz isoladamente. O trabalho em equipe é fundamental para que a socialização possa ocorrer. Na construção das estratégias de aprendizagem, a cooperação é central.

Nesse aspecto, o desenvolvimento de confiança com a turma cultiva o propósito, que gera a energia e aperfeiçoa a colaboração interpessoal, garantindo aos alunos que aprendam a encontrar solução para os problemas apresentados a partir das diferenças de modelo mental de cada um.

Os afetos e a cognição exercem um papel central na aprendizagem, uma vez que permitem o desenvolvimento de confiança necessária ao propósito apresentado por cada competência. Isso é capaz de gerar a mobilização (energia) que, por meio da colaboração interpessoal, gera o desenvolvimento das competências objetivadas ao longo do curso.

A maior pesquisa de mercado sobre jogos, Pesquisa Game Brasil, traz dados que mostram a grande participação de jogos eletrônicos na rotina de adolescentes e adultos. Mais de 80% dos entrevistados consideram essa uma das principais formas de diversão, e metade afirmou que joga diariamente. Pouco mais de 22% dos jogadores está na faixa dos 20 a 24 anos, que abrange, também, grande parte do público universitário. Esses dados validam o uso do lúdico como metodologia ativa de aprendizagem, com atividades que associem lógica, regras e estrutura dos jogos para tornar o aprendizado mais atrativo. Elementos motivadores como competitividade, socialização, recompensa e vitória aumentam a adesão do aluno. Essa combinação de elementos é validada pela neurociência como forma eficiente de aplicação da memória construída previamente na resolução de problemas, constituindo, portanto, uma maneira inovadora e bem aceita para a construção e consolidação do conhecimento.

Alguns jogos usados na Nutrição e Gastronomia

Seguem links do BookWidgets e materiais criados. Coloquei os jogos da gastronomia também, caso precisem.

- Caça ao tesouro do SUS: https://www.bookwidgets.com/play/QkQqWGla-iQAFEOWofAAAA/MCHSVM7/caca-ao-tesouro?teacher_id=5283631986638848
- Detetive - Nutrição Materno-Infantil: https://www.bookwidgets.com/play/fVZ_5Ih4-iQAFsD2K_AAAA/BEE7KBR/detetive?teacher_id=5283631986638848

- Detetive - Nutrição Geriátrica: https://www.bookwidgets.com/play/p8Rvkz0-iQAFu-epsgAAA/5EDJ559/detetive?teacher_id=5283631986638848
- Caça ao tesouro - Nutrição Esportiva: https://www.bookwidgets.com/play/003z0LZU-iQAE9agYnAAAA/PBLD8P3/caca-ao-tesouro?teacher_id=5283631986638848
- Treinando o Bob Esponja - Nutrição Esportiva: https://www.bookwidgets.com/play/RJg-WyL--iQAE-AsO AAAA/VCQJAVB/hora-do-treino?teacher_id=5283631986638848
- Caça aos pontos - Francês: https://www.bookwidgets.com/play/k8TRa-lh-iQAFmWS27AAAA/5BFFL5W/consiga-seus-2?teacher_id=5283631986638848
- Caça ao tesouro na cozinha - Gastronomia: https://www.bookwidgets.com/play/Y4MDHHO3-iQAEuhZrvAAAA/SCEBGSU/caca-ao-tesouro?teacher_id=5283631986638848
- Material de apoio - francês instrumental:  [Prof. Erica Blascovi - material de apoio Francês Instrumental.pptx](#)
- Fisiologia divertida:  [Fisiologia divertida.pdf](#)
- Fisiopatologia divertida:  [Fisiopatologia divertida.pdf](#)
- Dominós de alimentos - Francês:  [Dominós alimentos.pdf](#)
- Jogo da memória - Francês:  [Jogo da memória - ações na cozinha.pdf](#)
- Jogo cara a cara - Francês:  [Cara a cara.jpg](#)

1.21. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

1.21.1. Natureza e formas de operacionalização: Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ.

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de Direito da IES está organizado para dar concretude à Prática Jurídica como enquanto componente curricular obrigatório. Esta construção está em conformidade sistêmica-global com o perfil do egresso, objetivos do curso, competências e habilidades, exigências dos desafios do Século XXI, bem como das Resoluções CNE/CES nº 2/2021 nº 5 /2018. Dessa forma o Estágio Supervisionado é desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas, considerando um programa de ensino-aprendizagem que se conecta com a Matriz Curricular, tanto em seu aspecto estático, quanto em seu aspecto dinâmico.

O Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito do Centro Universitário UniMetrocamp é o ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídicas. Trata-se do laboratório do curso de Direito, no qual os discentes poderão desenvolver as competências que aliam o aprendizado teórico ao prático, consubstanciado na realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais, bem como visitas guiadas, jornadas de aprendizagem e projetos pedagógicos voltados ao mercado de trabalho e à empregabilidade do egresso.

Por isto, enquanto laboratório, o Núcleo de Práticas Jurídicas permite que os discentes possam prestar assessoria ou consultoria jurídica, se preparando para atuar, no futuro, com clientes, empresas públicas e privadas, seja na advocacia judicial, extrajudicial e negocial.

Com o Núcleo de Práticas Jurídicas os alunos poderão desenvolver as competências para defender interesses de clientes, traduzindo as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, a partir da observação dos fatos que embasam a realidade técnica adequada ao contexto social da atuação profissional.

Dessa forma, poderão esclarecer e orientar ações, dúvidas suscitadas por clientes ou pela população em geral. Em seu aprendizado, poderão mediar e atuar como árbitro na solução de conflitos de interesses, individuais e coletivos, de acordo com os princípios éticos, respeitando os direitos humanos e constitucionais. Por último, aprenderão a trabalhar em grupos que também poderão ser formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar, desenvolvendo flexibilidade cognitiva, criatividade e visão do trabalho.

1.21.2. Da composição da equipe do núcleo de práticas jurídicas

O Núcleo de Práticas Jurídicas é composto por uma equipe de docentes, advogados e colaboradores administrativos que desempenham funções distintas e complementares no Núcleo de forma a possibilitar um processo equilibrado, completo e eficiente de ensino-aprendizagem em relação aos discentes. Assim:



Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas. Gestor com formação acadêmica e docente, com vínculo administrativo, com carga horária em tempo parcial, é o responsável, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e Coordenação de Curso, pela elaboração, implementação, acompanhamento, monitoramento, controle, revisão e expansão das atividades de ensino-aprendizagem do Núcleo de Prática Jurídicas. Responde pedagógica e administrativamente pela organização dos processos de ensino-aprendizagem, procedimentos de avaliação, temas de aprendizagem, bem como pela ordem, disciplina e urbanidade na forma do Regimento da IES, do PPC e do Regulamento do NPJ.



Professor-orientador: docente, é responsável direto no processo de ensino-aprendizagem por desenvolver as competências teórico-práticas dos discentes, colaborar com a implementação das políticas e programas de ensino-aprendizagem, realizar os procedimentos de avaliação, bem como por contribuir para implementação, expansão e desenvolvimento do Núcleo.



Advogados: profissionais com vínculo administrativo com a IES, habilitados na forma do Estatuto da Ordem dos Advogado do Brasil, Código de Ética, e demais diplomas legais cabíveis, a dar atendimento ao público externo, promover os atos privativos da advocacia e colaborar para ao processo de ensino-aprendizagem dos discentes à medida em que o contato com a prática real da advocacia lhes possibilita o desenvolvimento das competências necessárias ao perfil do egresso. O Advogado contribui para o processo de ensino-aprendizado, mas, não é o responsável por este, sendo vedada prática de ensino e avaliação, de forma a preservar o desenvolvimento das competências discentes de forma compatível com a necessária especialização pedagógica, responsabilidade última do Centro Universitário UniMetrocamp.



Mediador: profissional habilitado com vínculo administrativo responsável pelas práticas de mediação e conciliação e outros Métodos Adequados de Solução de Conflitos a serem desenvolvidos no Núcleo de Prática Jurídicas. Dessa forma contribui para o desenvolvimento dos discentes à medida em que lhes apresenta de forma competente e probo as práticas reais nos âmbitos aqui mencionados. O mediador não é responsável pela avaliação, tampouco outros elementos formais e institucionais do processo de ensino-aprendizagem, responsabilidade última da IES.



Secretaria: composta por profissionais, administrativos, responsáveis pela organização, administração, estruturação, do atendimento, manutenção dos arquivos pedagógicos e jurídicos, auxílio ao público externo, discente, docente e advocatício no Núcleo de Práticas Jurídicas.



Estagiários: são os discentes, destinatário principal dos processos de ensino e aprendizagem, deve percorrer as trilhas e atividades desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas, ciente de que se estruturam em componente curricular obrigatório, cumprindo as suas diretrizes e normas para o efetivo desenvolvimento de competências. Está submetido às normas disciplinares do Regimento da IES, bem como deve tratar com

urbanidade e respeito professores, profissionais e assistidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas.

1.21.3. Da estrutura física do núcleo de práticas jurídicas

O Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UniMetrocamp Wyden possui estrutura física e predial adequada para que os processos de ensino e aprendizagem possam ser realizados de forma competente ente discentes, docentes e profissionais. Além disto permite um ambiente acolhedor, probo e salubre. Por isto o Núcleo de Práticas Jurídicas é estruturado da seguinte forma:

- Dez baias para trabalho dos estagiários e estudantes, cada uma delas com um computador;
- Quatro salas para atendimento individual com partes e/ou advogados;
- Duas salas de audiência, uma de conciliação e uma de instrução;

- Uma recepção de espera;
- Um arquivo e uma sala de processos.

A mudança de localidade do Núcleo de Prática Jurídica se deu no início de 2022, ampliando demais as instalações, bem como permitindo que novas atividades possam ser desenvolvidas, no espaço, no térreo do nosso prédio, em um espaço com mais de 250 metros quadrados.

Temos uma recepção, para a acomodação inicial da população, comportando 20 pessoas sentadas; uma sala de audiência com dez acentos; uma sala de conciliação e de mediação com seis lugares; um salão com dez baias para atendimento à população, e respectivos computadores, ligados à rede interna e externa; quatro salas para atendimentos individuais, ou mais reservados; uma sala da coordenação do NPJ; uma sala de arquivo e uma sala de processos.

Atualmente, temos o funcionamento do Juizado Especial Cível, com funcionamento de segunda à sexta-feira, das 12h30m às 17h30m.

1.21.4. Da carga horária de atividades desenvolvidas no núcleo de práticas jurídicas.

O Núcleo de Práticas Jurídicas do curso de Direito da IES desenvolve suas práticas em quatro períodos divididos da seguinte forma:

Estágio Prático	Carga Horária
Estágio Prático I – Cível	75 horas
Estágio Prático II – Trabalhista	75 horas
Estagiário Prático III – Penal	75 horas
Estágio Prático IV – Público e Formas Consensuais de Res. de Conflitos	75 horas

Esta carga horária é composta por:

Atividade	Carga Horária
Plantões no ESAJ / NPJ	32 horas
Circuito Estagiário 4.0	8 horas

Ativid. Práticas obrigatórias do NPJ realizadas fora do Horário de Plantão	18 horas
Ativid. Práticas Superv. realizadas fora do Núcleo de Práticas Jurídicas.	17 Horas
Total	75 horas

Dessa forma, o discente complementarará **300** horas compatíveis com a sua formação qualificado e especializada.

1.21.5. Do programa de ensino-aprendizagem do núcleo de práticas jurídicas

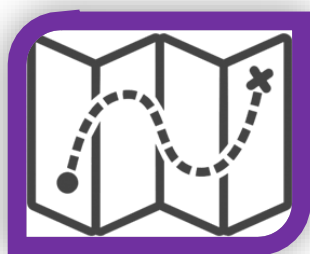
O Núcleo de Práticas Jurídica do Centro Universitário UniMetrocamo Wyden organiza as suas atividades acadêmicas de forma a promover a **interlocução institucionalizada da IES com o ambiente de estágio, preparando-os para os desafios do Século XXI**. Assim, compreende nas seguintes estruturas capazes de **gerar integração do ensino-aprendizagem, Pesquisa e Extensão, com a realidade, fenômenos jurídicos, sociais, políticas e econômicos** em conformidade com o perfil do egresso do Curso:



- ✓ Jornadas de Aprendizagem;
- ✓ Circuito Estagiário 4.0;
- ✓ Parceria com o Laboratório de Práticas de Gestão – LPG.
- ✓ Escritório de Assistência Jurídica;

- ✓ Clínica de Direitos Humanos;
- ✓ Observatório Jurídico;
- ✓ Ações de Responsabilidade Social.

Os discentes têm acesso a esta programação a partir do 7º período de curso, sendo exigido a conclusão de 3/5 dos créditos ou o equivalente à integralização de 06 (seis períodos). Importante destacar que estes já terão percorrido as disciplinas processuais civis e penais, bem como, estarão cursando processo do trabalho no 8º período. Dessa feita, os alunos já terão as competências para serem introduzidos na série de atividades jurídicas práticas e simuladas previstas neste PPC e no Regimento do Núcleo de Práticas Jurídicas com demais anexos. Dessa forma:



Por **Jornada de Aprendizagem** compreende-se o alinhamento de cada um dos Estágios Práticos a um conjunto de temas de aprendizagem de direito material e processual que, articulado com as disciplinas teóricas poderão dar aos alunos um visão global-sistêmica da prática jurídica. Na Jornada de Aprendizagem o aluno percorre as 16 semanas de aula com um tema processual e material, simulando do atendimento inicial ao cliente até os recursos em Tribunais de 2ª instância e Cortes Superiores. Dessa forma, o discente pratica de forma simulada um processo em sua integralidade. As jornadas de aprendizagem, portanto, estão divididas nos quatro estágios na seguinte forma: Estágio Prático 1, direito civil e processual civil; Estágio Prático 2, direito material e processual do trabalho; Estágio Prático 3, direito material e processual penal; Estágio Prático 4, direito público (constitucional e administrativo).

Também, no ciclo de cada uma destas jornadas, estão presentes a atualidade das normas formas de composição de conflitos, em seus métodos adequados. Por isso o discente terá a oportunidade por meio da **Semana de Audiências Simuladas**, prevista enquanto atividade obrigatório, de realizar audiências simuladas nos quatro âmbitos das Jornadas de Aprendizagem.

Destacamos, aqui, a **realização de práticas simuladas da Arbitragem Empresarial e dos métodos de Negociação Comercial**, permitindo aos discentes, vivenciar aprendizados de resolução e composição consensual de conflitos que não estejam circunscritos apenas e tão somente às disputas adversariais litigiosas realizadas no âmbito do Poder Judiciário e da Administração Pública.

Por último, cabe ao Núcleo Docente Estruturante propor, por iniciativa do coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, ao Colegiado de Curso, o quadro de temas de aprendizagem, observando o alinhamento com as competências e habilidades do Curso de Direito da **IES**.



Circuito Estagiário 4.0. Trata do programa do Núcleo de Práticas constituído por uma série de atividades acadêmicas, obrigatórias e direcionadas aos discentes que compõem o Núcleo de Práticas Jurídicas. Estas atividades perfazem **interlocução institucionalizada com as inovações, conhecimento recente, inovador, tecnológico e sustentável, gerando os insumos necessários para uma inserção reflexiva, crítica, profissional exitosa.**

Assim, **perfazem temas de aprendizagem voltados para as *soft skills*** tais como: inteligência emocional, comunicação empática e não violenta, orientação para o serviço, liderança, cooperação e engajamento, mentalidade ágil, resolução de problemas complexos, pensamento crítico e analítico, pensamento computacional, *mindset* ágil e digital, literacia e fluência digital, comunicação e informação remotas, uso dos meios eletrônicos processuais, avaliação de riscos, tomada de decisão, negociação, formas consensuais de resolução de conflitos, posicionamento de mercado, posicionamento digital, empreendedorismo, intraempreendedorismo, gestão de times plurais e diversos, planejamento de negócios, dentre outras competências necessárias aos desafios do Século XXI.

Também no programa estão previstas **visitas técnicas e orientadas**, para que os alunos possam **conhecer a estrutura judiciária e administrativa da República**. A trilha de aprendizagem do Estagiário 4.0 é proposta por iniciativa do Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, analisada pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito do Centro Universitário UniMetrocamp. Nesse sentido, respeita atualização, coerência e adesão ao Projeto Pedagógico de Curso, bem como a inclusão e participação democrática na sua confecção.

Associado ao programa Estagiário 4.0, o Núcleo de Práticas Jurídicas possui **parceria com o Laboratório de Práticas de Gestão – LPG** da grande área de Negócios da IES. Em conjunto com o Laboratório de Práticas de Gestão, os alunos recebem capacitação em recursos humanos, empreendedorismo, contabilidade, administração, negócios, desenvolvendo, assim, competências para uma atuação na iniciativa privada, ampliando sua empregabilidade para o Mercado de Trabalho.



Escritório de Assistência Jurídica - ESAJ. O ESAJ é parte do Núcleo de Práticas Jurídicas e visa oportunizar aos alunos a **experiência real de atendimento e atuação advocatícia**, bem como a **atividade de Mediação enquanto Método Adequado de Solução de Conflitos**. Nesse sentido, o Curso de Direito da IES cumpre sua responsabilidade social proporcionando aos cidadãos considerados vulneráveis e sem condições de arcar com custos judiciais, na forma da Lei, atendimento jurídico de qualidade. No ESAJ alunos, professores, advogados, mediadores e assistidos interagem de forma que os discentes poderão, em situações práticas reais, desenvolver as competências necessárias ao exercício das profissões jurídicas, sobretudo, da Advocacia.

A organização dos plantões de atendimento que envolvem o público externo do Núcleo de Práticas Jurídicas é de responsabilidade de seu coordenador. Os profissionais habilitados, advogados e mediadores, são responsáveis por atender este público e contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos discente na medida em que são capazes de orientar as melhores práticas e de analisar, tecnicamente e, em conjunto com os professores orientadores, o desenvolvimento dos alunos.

Neste aspecto, embora seu parecer seja significativo para o crescimento dos discentes, estes, são orientados pedagogicamente e avaliados de forma somativa apenas e tão somente pelos docentes pertencentes ao Núcleo de Práticas Jurídicas. O fluxo de atendimento, organização, bem como a distribuição das competências a cada um dos participantes colaborativos do Núcleo de Prática Jurídicas está descrito em seu Regimento Interno e demais anexos, parte integrante deste PPC.



A Clínica de Direitos Humanos corresponde à atividade práticas extensionistas nas quais os discentes desenvolvem competências para a atuação concreta na defesa da promoção dos princípios republicanos, igualitários e inclusivos ao atuar em favor dos grupos sociais vulnerabilizados em função das desigualdades e discriminações históricas construídas ao longo das sociedades modernas.

É objeto da atuação das Clínicas de Direitos Humanos desenvolver a capacidade dos alunos em atuar seja no âmbito jurisdicional, legislativo, educativo ou propositivo a favor da igualdade de gênero, da inclusão de todas as formas de famílias, do combate à todas as formas de discriminação, sobretudo a racial, gênero e de preferências afetivas e sexuais, na defesa da pessoa com deficiência, dos povos indígenas, tradicionais, das cultura africana e afro-brasileira e da pessoa idosa.

Cabe ao coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas apresentar ao coordenador de curso projeto de atuação das Clínicas de Direitos Humanos que deverá analisar a proposta junto ao Núcleo Docente Estruturante para posterior aprovação junto ao Colegiado de Curso. A proposta de atuação da Clínica de Direitos Humanos leva em consideração o contexto de promoção e defesa da localidade e região que a IES atua, possibilitando à comunidade os benefícios de ações e projetos (jurídicos, educacionais, político e econômicos) oriundos da expertise acadêmica. Nesse sentido, o curso de Direito contribui para a sua comunidade, construindo de fora democrática a interação ente comunidade, academia e instituições na defesa do bem-estar, inclusão, princípios republicanos e Direitos Humanos.



Observatório Jurídico. É a estrutura do Núcleo de Práticas Jurídicas na qual o Ensino, Pesquisa e Extensão é unificada diante dos problemas concretos da comunidade atendida pelo Núcleo de Práticas Jurídicas. O Observatório opera mediante a escolha conjunta pela comunidade acadêmica e comunidade assistida de um problema concreto que lhes atinge e demanda uma necessária, viável e possível transformação com os recursos intelectuais, jurídicos e sociais disponíveis pela IES e Comunidade. Após a escolha do problema a ser enfrentado, professores e alunos elaboram pesquisa para a produção de relatórios, notas técnicas, levantamentos, pareceres, etc. A conclusão do levantamento deve ser seguida de um projeto de intervenção que pode ser desde um projeto de reforma legislativa local, regional, nacional, até negociações com as partes interessadas e possíveis ações judiciais, como Ações Populares e demais instrumentos de Tutela Coletiva.

A programação, edição, seleção e organização da atuação do Observatório é de responsabilidade do Curso de Direito, sua coordenação, coordenação do NPJ, NDE, Colegiado de Curso e Comunidade Assistida. Por meio de uma gestão democrática, todos os atores envolvidos podem promover a transformação necessária, contribuindo, assim, para a formação de um egresso competente para entender os desafios sociais iminentes que a realidade do Século XXI nos apresenta.



Ações de Responsabilidade Social. No NPJ são promovidas ações de responsabilidade social para além das demandas diárias do Escritório de Assistência Jurídica. As ações são implementadas mediante projeto discutido pela coordenação de curso, de Núcleo, NDE e Colegiado de Curso junto à comunidade assistida. Ambos decidem democraticamente sobre as atividades que serão necessárias serem realizadas, podendo ser articuladas parcerias com os demais cursos da IES, atores e organizações da sociedade civil, Governo e Organizações empresarias. Nas Ações de Responsabilidade Social os discentes constroem o sentimento republicano de pertença à comunidade, a amizade cívica e demais competências socioafetivas em conjunto com a aplicação prática, crítica e reflexiva do seu saber técnico-jurídico.

1.21.6. Da integração do Núcleo de Práticas jurídicas com a preparação para as carreiras jurídicas e o Mundo do Trabalho.

Neste excurso, o PPC demonstra que as atividades de Práticas Jurídicas previstas no Núcleo de Práticas estão alinhadas ao perfil profissional do egresso, contribuindo para a sua preparação na habilitação para a carreira da Advocacia, Carreiras Jurídicas, em geral, para o Mercado de Trabalho.

Com a Jornada de Aprendizagem, escalonada em competências a serem desenvolvidas pelos temas abrangentes por âmbito jurídico, o aluno será capaz de visualizar e vivenciar um processo judicial desde a sua petição inicial até a sua execução. Destaca-se, nesse sentido que o quadro de casos e petição visa ter aderência aos efetivos problemas da Sociedade Civil, Estado e Economia, o que leva a uma convergência com o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Resolver problemas é uma das competências centrais, articuladas com as demais, exigidas pelo modelo de ensino-aprendizagem Aura e pelo Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Por sua vez, o programa **Estagiário 4.0** promove o desenvolvimento das chamadas *soft skills* (competências socioafetivas, relacionais, autoconhecimento etc.) de forma a integrar o aluno ao Mercado de Trabalho. Ao chegar no 7º período, o discente poderá vivenciar na IES as exigências de recrutamento e seleção de estagiários e profissionais do Mercado de Trabalho. Por isso o programa **Estagiário 4.0** promove uma série de atividade capazes de gerar esta aderência. Para a realização de uma advocacia de excelência, bem como do serviço público de qualidade e comprometido socialmente, é necessário que não apenas as competências nucleares da juridicidade sejam desenvolvidas, mas, sim,

a **interlocução do Direito com as demais áreas do conhecimento** (inter e trans, proporcionando, dessa feita, uma visão sistêmica-global aos discentes.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância o **Escritório de Assistência Jurídica**, pois, conjunto com profissionais competentes e habilitados, os discentes poderão desenvolver competências dentro das práticas reais advocatícias, mediação, arbitragem, vistas técnicas etc. A formação de uma equipe plural e diversa nos Núcleos de Práticas com o objetivo e responsabilidade social, atender à população hipossuficiente, detentora de uma série de mazelas sociais, permitirá aos alunos desenvolver a inspiração e pertença necessárias para o exercício ético e responsável da Advocacia e demais Carreiras Jurídicas.

1.21.7. Dos princípios sobre planejamento, monitoramento, revisão das atividades do núcleo de Práticas Jurídicas.

O planejamento, implementação, monitoramento, avaliação e revisão do programa de atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas é de responsabilidade colegiada do Coordenador de Curso, Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídica, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso. Respeitado os procedimentos previstos no Regimento da IES, este Projeto Pedagógico de Curso destaca a necessidade da obediência aos seguintes princípios:

- ✓ **Princípio da Afetação:** cabe ao coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas a iniciativa de proposta de formulação do planejamento pedagógico e administrativo do Núcleo de Práticas Jurídicas em função de liderar os processos educacionais em contato direto com os discentes, advogados, mediadores, colaboradores e assistidos.

- ✓ **Princípio do duplo grau de revisão:** cabe ao Núcleo Docente Estruturante, presidido pelo coordenador de Curso analisar a iniciativa, seu alinhamento com o PPC, sua viabilidade econômico-financeira, sua conformidade com a autoavaliação institucional e demais instrumentos de gestão escolar.

- ✓ **Princípio da participação democrática:** cabe ao Colegiado de Curso, que deverá incluir a representação discente, a aprovação do planejamento das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas.

- ✓ **Princípio da coerência pedagógica:** o planejamento, atividades, temas de aprendizagem devem respeitar o PDI, PPC, as exigências de atualização curricular e as expectativas do Mercado de Trabalho em relação aos futuros egressos.

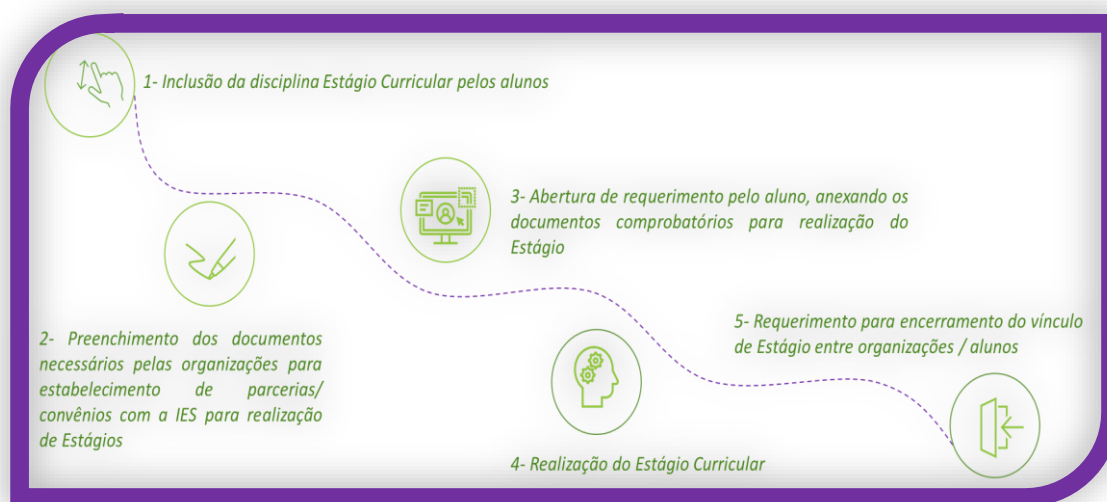
- ✓ **Princípio da *Accountability*:** cabe a publicação e prestação de contas à comunidade acadêmica e externa das atividades realizadas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas.

Convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil, permitindo que os estudantes do curso de direito, a partir do penúltimo ano do curso, possam requisitar a inscrição junto à OAB Campinas, para a obtenção da carteira de estagiário, e, com a possibilidade de realização da estágio. Além disso, existe um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devido à implementação do Juizado Especial Cível, no Centro Universitário UniMetrocamp - Wyden, permitindo o atendimento à população da cidade, por meio da atuação dos conciliadores / estudantes, supervisionados pelas advogadas, nas demandas de até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo, conforme a Lei n. 9.099/95.

1.21.8. Institucionalização, promoção e registro acadêmico

As disposições legais para a implantação e implementação do estágio no curso obedece aos preceitos da Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes.

A realização do estágio curricular obrigatório pelos alunos obedece ao seguinte processo ilustrado na figura a seguir:



Já o registro acadêmico da nota obtida no Estágio Supervisionado e o lançamento das horas que, obrigatoriamente, devem ser cumpridas, de acordo com a matriz curricular, será realizado pelo professor responsável, alocado na disciplina, após o acompanhamento e análise das atividades que compõem o Plano de Estágio detalhadas no item anterior.

1.22. CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS PARA A ARTICULAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA – ATIVIDADES EXITOSAS E INOVADORAS

O Núcleo de Práticas Jurídicas é o laboratório do curso de Direito em que a formação prático-profissional se desenvolve em sua máxima expressão, uma vez que os discentes encontram um ambiente em que o aprendizado teórico desenvolvido nas unidades curriculares disciplinares pode ser posto em ação diante de situações simuladas ou reais.

Os alunos se veem diante dos desafios de atuar, sob supervisão e orientação, em casos reais trazidos a eles pelos cidadãos que não possuem condições para uma assistência judiciária privada (ESAJ). Por outro lado, em cada um dos Estágios Práticos, uma ênfase de aprendizado temática do Direito material e processual é desenvolvida. A assistência judiciária e o aprendizado temático são pilares basilares de um Núcleo de Práticas Jurídicas. Porém, o curso de Direito Aura propõe aos alunos mais do que as experiências práticas assistenciais.

É necessário preparar os alunos para o Mercado de Trabalho diante das condições competitivas da iniciativa privada. Diante do quadro da Advocacia e demais profissões em mudança – seja por conta da transformação digital, sejam por conta da emergência de Novos Mercados ou de uma sociedade global de riscos compartilhados (BECK, 1992) – é necessário preparar os alunos para as *soft skills* que os habilitam a reforçar a anti-fragilidade (TALEB, 2020). Dessa forma, o **Circuito Estagiário 4.0** propõe desenvolver nos alunos as competências necessárias aos desafios de um mundo 4.0.

As atividades do Estagiário 4.0 são obrigatórias, compondo a carga horária mínima à composição das 75 horas que cada Estágio Prático possui. Cabe ao coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas encaminhar proposta de atividades ao Coordenador de Curso que as analisará com o Núcleo Docente Estruturante, aprovando a mesma tanto no NDE quanto no Colegiado de Curso (com a devida representação discente). Importante destacar que as atividades do Estagiário 4.0 não perfazem Atividades Acadêmicas Complementares.

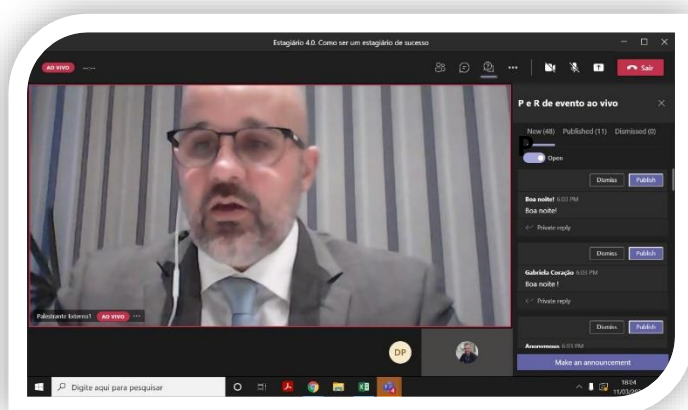
As atividades são distribuídas ao longo dos quatro Estágios Práticos, sendo programadas levando em consideração o desenvolvimento progressão dos discentes com as práticas jurídicas. Assim, no Estágio Prático I, primeiro contato dos alunos com situações reais num ambiente ainda mais profissional (Núcleo de Práticas Jurídicas), as atividades buscam ambientá-los, acolhendo-os, permitindo que os mesmos tenham as informações necessárias para o seu aproveitamento educacional e profissional. A medida em que os discentes vão progredindo nos Estágios Práticos, as atividades vão se alinhando ao aprofundamento da relação com o Mercado de Trabalho.

Nesse percurso, são incentivadas atividades comuns a todos os níveis de Estágio Prático, para que os discentes possam ter contato entre si, estimulando um ambiente plural em que alunos seniores podem contribuir com os alunos juniores. Ensinando os alunos mais jovens no percurso, os alunos mais maduros aprendem reforçando as competências já desenvolvidas, proporcionando um círculo virtuoso de colaboração, afetividade e cognição, todos elementos necessários ao aprendizado.

Abaixo um quadro exemplificativo das atividades desenvolvidas, as quais são revistas a cada semestre. Nele pode ser visto que as atividades do Estagiário 4.0 são voltadas para as *soft skills*, pois o objetivo de cada uma é desenvolver o raciocínio lógico, crítico, voltado para a solução de problemas, a capacidade de atuar em grupos plurais e diversos, networking, o pensamento estratégico, a empatia, empreendedorismo pessoal, posicionamento de mercado, a decisão baseada em dados e o uso de ferramentas digitais.

CIRCUITO ESTAGIÁRIO 4.0	EPI	EPII	EPIII	EPIV
AULA INAUGURAL - A importância do NPJ para a sua formação	X	X	X	X
Como ser um estagiário de sucesso	X	X	X	X
Minha primeira audiência (Audiência Simulada)	X			
Visitas Guiadas	X			
O que são Métodos Adequados de Solução de Conflitos?		X		
Minha primeira Mediação		X		
Arbitragem: um caminho nas carreiras jurídicas?		X		
A atuação do conciliador e do advogado nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais		X		
Negociação: como evitar um processo!			X	
Litigância Estratégica: como impulsionar um resultado para o seu cliente?			X	
Ética e Advocacia: o papel da OAB e da conduta profissional de Excelência				X
Carteira da OAB: o primeiro passo para várias carreiras de sucesso				X
Como abrir seu escritório?				X
Como se posicionar no Mercado? Branding Jurídico				X
Vantagens da extrajudicialização			X	
As prerrogativas como garantias fundamentais da Advocacia				X
A advocacia 4.0: como estar preparado (Linkedin, Visual Law, Jurimetria, Ferramentas Digitais).				X
Programa de proteção de dados de acordo com a LGPD e a advocacia.			X	X
PJE . Tramitação de Processos Eletrônicos.			X	

Ao mesmo tempo são convidados profissionais do Mercado para compartilhar suas experiências, proporcionando os alunos contato direto de forma inspiradora:



Palestra inaugural com o advogado Marcus Soares.

Presidente da Subseção Barra da Tijuca, Secção RJ.

Ordem dos Advogados do Brasil.

O contato com profissionais reconhecidos pelo mercado proporciona o estímulo ao desenvolvimento das competências de gestão nos discentes, promovendo neles a capacidade de percepção acerca do seu posicionamento e desenvolvimento empreendedor de suas carreiras. O programa Estagiário 4.0 complementa a formação dos discentes com a construção de *soft skills* num espaço real e/ou simulado com o Mercado de Trabalho.

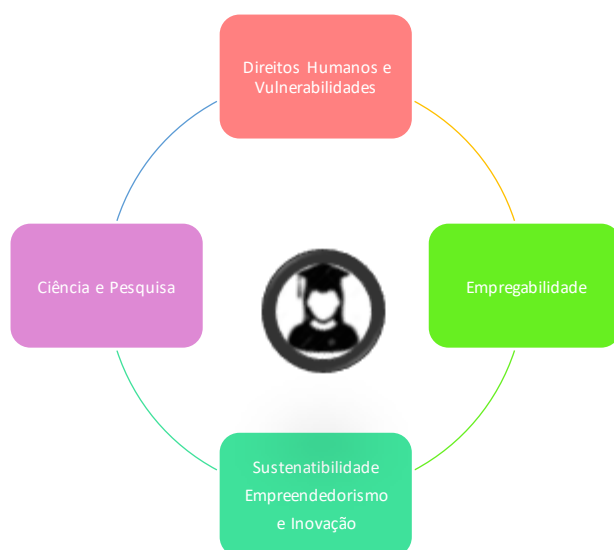
A título de exemplo, tem-se desenvolvido atividades, por meio de uma Clínica de Direito Humanos, desde o final de 2021, coordenadora pela professor Gabriel Martins Furquim, tem voltado a

atenção às pessoas em situação de rua, atuando em prol dessa parcela da sociedade, muitas vezes marginalizada, porém que merece especial atenção. Por meio de ações voltadas para a proteção desse pública, tem-se atuado junto aos setores públicos e privados, para a implementação de boas sistêmicas.

1.23. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1.23.1. Concepção e formas de operacionalização

As atividades acadêmicas complementares (AAC) estão associadas às três vertentes: Ensino, Pesquisa e Extensão e estão organizadas em 4 eixos: (a) Direitos Humanos e Vulnerabilidades; (b) Ciência e Pesquisa; (c) Empregabilidade; (d) Sustentabilidade, Empreendedorismo e Inovação, o que garante, ainda, a flexibilização curricular necessária para que o aluno entenda tais temáticas de forma holística e não apenas pontualmente em uma disciplina da matriz curricular.



As AAC têm como objetivo estimular o discente a participar de experiências diversificadas ao longo do seu percurso acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao seu perfil de formação.

A carga horária para AAC está determinada no PPC e devem atingir o quantitativo mínimo obrigatório de 100 (cem) horas. O cumprimento dessas horas é uma exigência para a integralização do curso e devem ser desenvolvidas durante o curso de graduação sem prejuízo das demais aulas e de outras atividades curriculares.

O aluno terá disponível uma agenda de atividades complementares, elaborada pela Coordenação do Curso, NDE e Colegiado do Curso, que lhe possibilita o cumprimento das horas exigidas para a

integralização do Curso. O aluno será estimulado também a realizar atividades complementares em outras instituições, desde que sejam comprovadas, estejam adequadas à área de formação do aluno e sejam aprovadas pela Coordenação do Curso.

As atividades realizadas e as respectivas horas serão creditadas para o aluno. O sistema de contabilização das horas é cumulativo e não há limite de carga horária, já que o aluno poderá realizar atividades além do que é estabelecido no PPC, enriquecendo sua formação. Na conclusão do Curso, o aluno receberá um Histórico das AAC desenvolvidas ao longo da graduação.

São consideradas AAC: seminários, congressos, oficinas, festivais, palestras, exposições, cursos de curta duração, iniciação científica, cursos online, vivência profissional complementar, atividades de extensão, dentre outras.

No curso de Direito, essas atividades também buscarão propiciar aos alunos:

- ✓ **O incentivo à pesquisa e iniciação científica.** Por isso, o estímulo às atividades do tipo: participação e apresentação de seminários, congressos, palestras e workshops;
- ✓ **A integração teoria e prática,** por meio da oferta de oficinas práticas e outras atividades práticas, realizadas sob a orientação de professores ou profissionais, em projetos realizados no *campus* ou externamente;
- ✓ **A ampliação do universo cultural e artístico,** mediante a realização de visitas a exposições, filmes, vídeos, festivais etc.;
- ✓ **O aperfeiçoamento acadêmico,** propiciado pela realização de cursos que visam: ampliar o conhecimento geral, facilitar a atuação do aluno na profissão e/ou no mercado de trabalho, aprofundar o conhecimento referente à área de graduação do aluno;
- ✓ **As experiências de monitoria;**
- ✓ **O contato com a realidade social,** viabilizado pela participação nas atividades de extensão;
- ✓ **O desenvolvimento da responsabilidade ambiental,** propiciada pela presença em campanhas, visitas, etc., que têm este tema como eixo de estudo;
- ✓ **A preparação para o mundo do trabalho,** através de uma variedade de atividades complementares voltadas para a prática profissional, que visam desenvolver competências como: empreendedorismo, iniciativa, liderança e habilidades para gerenciar mudanças;
- ✓ **A desenvolvimento da responsabilidade e do compromisso social,** por meio da participação em trabalhos voluntários, projetos comunitários e campanhas sociais, elaboradas e desenvolvidas pela IES ou por outras instituições sociais.

Assim, as atividades complementares previstas pelo curso viabilizam a integração ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento de ações de responsabilidade social, proporcionando aos alunos a vivência de situações que contribuem para o seu crescimento como cidadãos e profissionais.

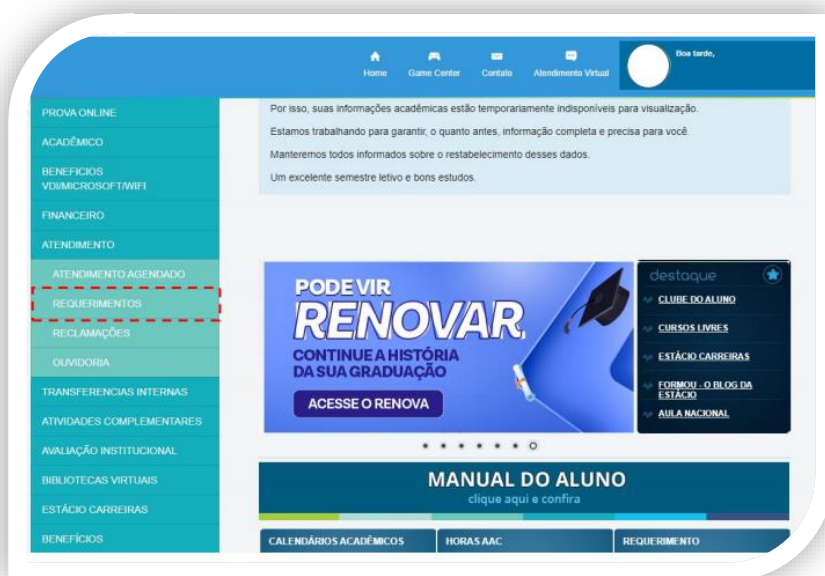
1.23.2 Êxito e inovação na sua regulação, gestão e aproveitamento.

De acordo com o Regulamento de AAC, o registro da participação do aluno em atividades internas ocorrerá por meio da coleta de sua assinatura na lista de presença que elenca os participantes. Este lançamento é feito pelo coordenador do curso diretamente no Sistema de Informações Acadêmicas.

Quando o aluno tiver participado de uma atividade externa, que lhe garantirá as horas, deverá solicitar via requerimento específico para este fim em seu campus virtual, cujo caminho está detalhado a seguir:

Requerimentos<Novo<AAC<Lançamento de atividade acadêmica complementar externa.

✓ REQUERIMENTOS



✓ NOVO:

Home Game Center Contato Atendimento Virtual

Olá, [nome]!

NOVO REQUERIMENTO

Requerente: 201707146446 - BEATRIZ SANTANA CORREA BATISTA

Categoria Requerimento:

SALA DE AULAS VIRTUAIS

PROVA ONLINE

ACADÊMICO

BENEFÍCIOS

VDI/MICROSOFT/WIFI

FINANCEIRO

ATENDIMENTO

ATENDIMENTO AGENDADO

REQUERIMENTOS

Novo

Consulta

Tabela de Preços

RECLAMAÇÕES

OUVIDORIA

✓ AAC:

Home Game Center Contato Atendimento Virtual

Olá, [nome]!

NOVO REQUERIMENTO

Requerente: 201707146446 - BEATRIZ SANTANA CORREA BATISTA

Categoria Requerimento:

SALA DE AULAS VIRTUAIS

PROVA ONLINE

ACADÊMICO

BENEFÍCIOS

VDI/MICROSOFT/WIFI

FINANCEIRO

ATENDIMENTO

ATENDIMENTO AGENDADO

REQUERIMENTOS

Novo

Consulta

Tabela de Preços

RECLAMAÇÕES

OUVIDORIA

MONOGRAFIA/TCC/DIPLOMA

MATRICULA/TRANSFERENCIA

FINANCEIRO/FINANCIAMENTO/BOLSA

CERTIDÃO/DECLARAÇÃO/DOCUMENTO

PROUNI

APROVEITAMENTO/ISENÇÃO DISCIPLINAR

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DESABILITADOS

CURRÍCULO/AULA/HORÁRIOS

ESTÁGIO

✓ Lançar horas de atividade acadêmica complementar externa.

NOVO REQUERIMENTO

Requerente: 201707146446 - BEATRIZ SANTANA CORREA BATISTA

Categoria Requerimento: NOTA/PRESEÇA/AT. COMPLEMENTAR

BRASIL CONTA COMIGO

CONTESTAR REVISÃO DE AV3

ENTREGA DE CADERNO DE PROVA ENADE

LANÇAR HORAS DE ATIV. ACAD. COMPLEMENTAR EXTERNA

LANÇAR HORAS DE ATIV. ACAD. COMPLEMENTAR INTERNA

REALIZAR SELEÇÃO PARA MONITORIA

REVISAR NOTA DE AV/AVS - MATÉRIA ONLINE

SOLICITAR ACERTO DE NOTA/PRES. MATÉRIA ONLINE

SOLICITAR ACERTO DE NOTA/PRES. MATÉRIA PRESENCIAL

SOLICITAR ANÁLISE AVAL. APRENDIZADO/ SIMULADO AV1

SOLICITAR AV3

NOVO REQUERIMENTO

Tipo do requerimento: LANÇAR HORAS DE ATIV. ACAD. COMPLEMENTAR EXTERNA

Descrição: ANÁLISE E LANÇAMENTO DE HORAS AAC REALIZADAS FORA DA ESTÁCIO. ANEXAR APENAS UM DOCUMENTO COMPROBATÓRIO, EM PDF.
ATENÇÃO: O NÚMERO DE HORAS CONCEDIDAS NEM SEMPRE SERÁ IGUAL AO TEMPO QUE VOCÊ DEDICOU À ATIVIDADE. CONFIRA O REGULAMENTO COMPLETO NO MENU À ESQUERDA EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES >> REGULAMENTO AAC.

Dicas: FIQUE ATENTO À QUANTIDADE DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES NECESSÁRIAS PARA CONCLUSÃO DO SEU CURSO. O CUMPRIMENTO DESSAS HORAS É FUNDAMENTAL PARA COLAÇÃO DE GRAU E EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA.

Provável solução em: 20 dias úteis

Cancelar **Abrir**

O requerimento será analisado pelo Coordenador de Curso e célula responsável e, em caso de aproveitamento, as horas serão lançadas em seu histórico de AAC.

Todas as atividades acadêmicas complementares realizadas pelo aluno são registradas em um histórico de Atividades Acadêmicas Complementares, o que lhe permitirá não apenas acompanhar a realização de suas horas de AAC em um documento único, como também, anexar este histórico em seu currículo como comprovação de todas as atividades desenvolvidas.

1.24. TRABALHO DE CURSO

O Trabalho de curso é componente curricular obrigatório do Curso de Direito do Centro Universitário UniMetrocamp, é parte integrante da formação prático-profissional dos seus discentes. Visa desenvolver de forma sistêmica-global o conjunto de competências necessárias ao perfil do egresso. Por isso, o TC está alinhado com as Resoluções CNE/CES nº 2/2021 e nº 5/2018, como modelo de ensino-aprendizagem AURA e com as exigências dos desafios do Século XXI. Na matriz curricular do Aura ele é desenvolvido no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso.

1.24.1. Da carga horária do componente curricular TC

O componente curricular obrigatório Trabalho de Conclusão de curso – TC tem 80 horas. Tem como pré-requisito o componente Produção de Conhecimento Científico, sendo desenvolvido de forma híbrida, com a participação do Coordenador de TC e do Professor Tutor – Orientador (vide abaixo), por meio do ambiente de ensino-aprendizagem virtual, SAVA. São disponibilizadas uma diversidade de temas e linhas de pesquisa para que os discentes, mediante sua aderência possam escolher quais temas de aprendizagem motivam mais a sua investigação.

1.24.2. Da modalidade de TC e dos seus objetivos

Com o TC, o Curso de Direito do Centro Universitário UniMetrocamp proporcionará aos alunos conhecimento teórico-práticos que possam fortalecer a sua formação técnica, política e ética, no sentido de viabilizar o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao perfil do egresso desejado. Portanto, O TC será uma atividade para que os alunos do Curso de Direito consolidem as competências construídas ao longo de sua formação, uma vez que possibilitará aos alunos oportunidades de desenvolverem o pensamento investigativo-científico, a autonomia intelectual e o espírito crítico, proporcionando o diálogo com a realidade.

Nesse sentido, o TC tem por objetivos: consolidar e aprofundar as competências discentes; despertar o interesse pela atividade e ambiente de pesquisa; oportunizar a reflexão crítica sobre temas relevantes associados às linhas de pesquisa institucionais; e, desenvolver as competências da escrita argumentativa e rigor científico para elaboração e defesa oral de trabalhos acadêmicos.

Dessa forma, Trabalho de Curso (TC) deverá ser desenvolvido na modalidade de artigo científico correspondente a uma reflexão, mediante investigação científica, com aplicação prática sistematizada de competências desenvolvidas ao longo do curso sobre determinado tema, relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio (parte integrante deste PPC), aprovado pelas instâncias

institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Dessa forma, o artigo Científico e deve corresponder a uma reflexão, mediante investigação científica, com aplicação prática sistematizada de competências desenvolvidas ao longo do curso sobre determinado tema de Direito, pertinente a uma das linhas de pesquisa estipuladas no eixo estruturante das Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso de Direito.

1.24.3. Dos atores e processo de ensino-aprendizagem do TC

O TC do Curso de Direito da IES é desenvolvido pelos seguintes atores:

- ✓ **Coordenador de TC:** responsável na forma Regimento de TC, por organizar as atividades semestrais pertinentes, explicar o funcionamento do TC, orientação metodológica, manter os atendimentos, organizar as bancas e defesas, providenciar os devidos arquivamentos, zelar pela urbanidade, aplicar as regras do Manual do Aluno e tratar os casos especiais.
- ✓ **Professor tutor-orientador:** conduzir o trabalho de orientação discente, avaliar o trabalho, ser responsável pelos procedimentos de ensino e aprendizagem, correção, frequência e lançamento de notas. O professor tutor-orientador deve ter aderência com os temas.
- ✓ **Discentes:** cabe a estes escolher seu tema, alinhadas com as linhas de pesquisa e vivenciar o planejamento pedagógico com urbanidade e respeito.

1.24.4. Do fluxo de orientação no ambiente virtual de aprendizagem

Todas as etapas de elaboração do artigo científico serão objeto de avaliação online por parte do professor de acordo com um cronograma de postagens semestral da disciplina TC. Os discentes acompanham no SAVA as orientações ou sugestões postadas pelo professor, sobre possíveis alterações no cronograma semestral.

1.24.5. Do processo de avaliação

O processo de elaboração do TC será objeto de avaliação continuada. O processo de elaboração do TCC será objeto de avaliação continuada, com notas de AV2 (referente ao artigo científico completo) e AV3 (referente a Banca Presencial). No processo de desenvolvimento do trabalho escrito são avaliadas as seguintes etapas:

- ✓ No prazo da AV1, será lançada a Nota Parcial referente à Matriz Única que deverá ser postada no ambiente trabalho de acordo com o cronograma da disciplina, que consta no Anexo do

Regulamento. A nota será descartada, não será computada para média do aluno no histórico, servirá somente de parâmetro para elaboração do trabalho e deve ser entregue pelo aluno;

- ✓ No prazo da AV2, será lançada a Nota do Trabalho Completo que compreende a análise de todas as etapas. A nota de AV2 não poderá ser inferior a 6.0 sob pena de reprovação e não será habilitado para Banca;

- ✓ Os discentes que não cumprirem todas as etapas das atividades da disciplina (total de quatro atividades) não estarão aptos para banca, sendo automaticamente reprovados na disciplina;

- ✓ Somente aluno que obtiver no mínimo grau 6.0 (seis) na AV2 estará habilitado para a Banca Oral, que corresponde a AV3. V - Na AV3, que corresponde à apresentação para Banca Examinadora, o aluno orientando não poderá obter grau inferior a 6.0 (seis);

- ✓ O plágio identificado em qualquer etapa da disciplina permite a atribuição de grau zero ao aluno.

Observe-se que a organização, planejamento e montagem da Banca Examinadora é de responsabilidade do coordenador de TC que deverá atentar para a aderência e qualidade da avaliação dos discentes.

Diante destes elementos é possível verificar que o TC do Curso de Direito da IES é parte fundamental para construção de um egresso competente para enfrentar os desafios das Sociedades Complexas, nos âmbitos da Organização Civil, Estado e Economia.

1.25 APOIO AO DISCENTE

1.25.1 Acolhimento e permanência

A política de atendimento aos discentes da IES contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios e apoio psicopedagógico, apresenta instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da universidade, promovendo ações exitosas com seus alunos.

A IES oferece três canais principais de comunicação com seus estudantes, que podem, também, ser utilizados pelo público externo: atendimento presencial, *call center* e chat. A instituição mantém um sistema de agendamento para o atendimento presencial em que os alunos selecionam data, hora e motivo e são, então, direcionados automaticamente para a pessoa ou setor mais indicado para tratar daquele assunto determinado: atendentes de secretaria, supervisores de atendimento, secretária adjunta ou coordenador de curso. O aluno também pode ligar para uma central de atendimento (*call*

center) e fazer solicitações sobre a sua situação acadêmica e financeira ou, no caso de um candidato ou interessado, buscar orientação e tirar dúvidas sobre a oferta de cursos. O mesmo pode ser feito por um canal de chat via web disponível no Portal da IES e no Campus Virtual.

Ao final de cada atendimento é realizada uma avaliação, momento em que o aluno, candidato ou interessado responde se ficou Muito Satisfeito, satisfeito ou Insatisfeito com o atendimento prestado.

Por meio do Atendimento Presencial, foram realizados, por ano, aproximadamente quatro mil atendimentos realizados por ano, pelo Juizado Especial Cível, de forma presencial, antes da pandemia de COVID-19, com alto índice de satisfação. Durante o período da pandemia, migrou-se o atendimento para um site (<https://www.jecon.cf/>), com atendimentos remotos em torno de cento e cinquenta. Os índices de satisfação atestam o sucesso do atendimento agendado.

Os requerimentos abertos pelos alunos no Sistema de Informações Acadêmicas – S I A, também, são centralizados a fim de diminuir o prazo de resposta e tem seus fluxos analisados periodicamente.

O sistema de chat tem um assistente virtual automatizado, que reduz o tempo de espera pelo atendimento.

A Ouvidoria tem ampla atuação em toda a comunidade acadêmica. Na IES, os alunos são atendidos, presencialmente, no horário de funcionamento de cada campus, pela Secretaria de Alunos e pelos Coordenadores, Professores e Tutores, nos seus respectivos horários. O atendimento via Chat e Call Center ocorre nos dias de semana, de 07 às 23 horas.

Destaca-se que IES adere aos programas FIES e Prouni, disponibiliza bolsas de estudo, descontos com empresas conveniadas e outras formas de bolsas e financiamentos como por exemplo o PAR – PARCELAMENTO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIMETOCAMP, PRAVALER e estão disponíveis no link: <https://www.wyden.com.br/estude-na-wyden/bolsas-e-financiamentos>

1.25.2 Acessibilidade metodológica e instrumental

Neste sentido, a IES vem consolidando seus esforços no sentido de prover a unidade de recursos tecnológicos que apoiem o fazer docente e permitem maior autonomia dos alunos para a participação efetiva na sala de aula, bem como nos seus estudos individuais.

A sala de aula virtual dos alunos foi criada de acordo com o padrão internacional existente seguido por todos os sites, incluindo os do governo federal.

Esse padrão, assim que implementado e validado, assegura e garante que qualquer deficiente, em diferentes níveis, consiga navegar, interagir e obter as informações da mesma maneira que pessoas

sem deficiência. Desta forma, garante-se que as ferramentas já utilizadas, como, por exemplo, leitores de tela, zoom, atalhos no teclado, entre outros, funcionem corretamente e possam atender os alunos com deficiência.

Demais disso, atualmente, existem softwares como o Dos-Vox e o NVDA (Acesso Não-Visual ao Ambiente de Trabalho), leitores de tela que descrevem o conteúdo por meio de audiodescrição são instalados em todos os computadores dos laboratórios de informática e em computadores disponíveis na biblioteca, tanto na recepção, como em sala específica para utilização individual ou em grupo.

Todos os conteúdos digitais são produzidos com recursos de acessibilidade como mecanismo de ampliação de vídeo (tela cheia) para visualização dos vídeos interativos, possibilidade de utilização de legendas automáticas (*Closed Caption*), além da transcrição em libras.

Sobre acessibilidade metodológica (pedagógica) encaminhamos a leitura do item 1.11.

1.25.3 Monitoria

O programa de Monitoria tem como objetivo proporcionar ao educando oportunidade de vivenciar o exercício do magistério, na expectativa de poder influenciá-lo na escolha de sua profissão à medida que, no papel de monitor, desempenha as funções de ensino, pesquisa e extensão.

O monitor terá papel fundamental no apoio aos discentes, pois participa da elaboração dos planos de trabalho com o professor responsável, auxilia o professor na realização de trabalhos e experimentos, estando apto a auxiliar os discentes, orientando e esclarecendo dúvidas em atividades de classe, campo, laboratório e demais atividades propostas na disciplina.

A Monitoria, com regulamento específico, constitui-se no conjunto de atividades relacionadas à prática da docência, visando ao aperfeiçoamento didático-pedagógico do aluno, por meio do acompanhamento do professor da disciplina, para a qual o acadêmico foi selecionado. Nesse sentido, a Monitoria é uma oportunidade de crescimento acadêmico, pessoal e intelectual para o acadêmico, além de proporcionar o aprofundamento do conhecimento específico em determinadas disciplinas

Para participar, o aluno candidato poderá concorrer a apenas uma vaga de uma única disciplina, deverá, ainda, estar regularmente matriculado na Instituição, ter creditado a disciplina da qual deseja ser monitor com nota igual ou maior que 7,0 (sete), possuir Coeficiente de Rendimento (C.R.) maior ou igual a 6,0 (seis) no último semestre cursado; ter disponibilidade de horário para cumprir, no mínimo, 20 horas semanais para as atividades de monitoria, desde que estas não coincidam com as disciplinas em que esteja matriculado.

O processo seletivo do aluno monitor será realizado da seguinte forma:

- ✓ Publicação do Edital
 - ✓ Período de Inscrições para os alunos interessados
 - ✓ Análise do Formulário de Inscrição com a conferência do preenchimento dos requisitos para inscrição previstos no edital
 - ✓ Divulgação da lista dos candidatos inscritos e classificados de acordo com os requisitos estabelecidos
 - ✓ Realização de Entrevista para avaliar a aptidão e desembaraço para o exercício da função de monitor com base nas perguntas listadas a seguir: “Como você administra seu tempo para conciliar estudo e outros afazeres?”; “Relate uma situação de conflito pela qual passou e como você a resolveu”; “Imagine que você tem várias atividades para finalizar em um curto espaço de tempo, como você classificaria as prioridades e como iniciaria o trabalho?”; “Conte-me uma situação em que você teve que ser criativo para resolver um problema na sua vida acadêmica e/ou profissional”; “Como a monitoria vai contribuir para sua formação profissional?”]
 - ✓ Realização de Prova Escrita para avaliar o conhecimento do candidato à Monitoria.
 - ✓ Análise dos resultados da Entrevista e Prova Escrita: Serão classificados os candidatos que alcançarem Nota Final igual ou superior a 7,0 (sete) pontos; será classificado para o exercício da monitoria o candidato que tiver a maior Nota Final; em caso de empate, os critérios de desempate são: maior Coeficiente de Rendimento acadêmico registrado no semestre em que cursou a disciplina e, persistindo o empate, o candidato mais idoso.
 - ✓ Divulgação do Resultado
- Após a seleção, o aluno deverá assinar um Termo de Compromisso e Participação no Programa de Monitoria e realizar, de forma conjunta com o Professor que o acompanhará, o Relatório de Atividades Desenvolvidas na Monitoria ao fim do prazo estabelecido para realização da monitoria, conforme detalhamento abaixo:

RELATÓRIO DE MONITORIA

- Nome do Monitor: _____
- Disciplina em que realiza a monitoria: _____
- Período: _____ Turma: _____ Curso: Direito
- Nome do professor supervisor da atividade: _____

I – Descrição e acompanhamento de atividades de aulas teóricas ou práticas/observação:

II – Participação em atividades extraclasse:

III – Certificado de Monitoria.

IV – Parecer do Professor Responsável pela Disciplina

O aluno monitor receberá 50h de Atividades Acadêmicas Complementares pelo exercício efetivo da Monitoria, Bolsa estudantil de 50% que não será cumulativa a outros descontos já recebidos pelo discente e Certificado estudantil para seu currículo profissional.

De acordo com o projeto pedagógico desse curso, são responsabilidades do monitor:

Apoiar os professores do turno objeto da monitoria sob a forma de apoio semanal ao Material Didático Institucional de acordo com o cronograma estabelecido por cada docente;

- ✓ Ter disponibilidade para atendimento aos alunos do turno nos horários e locais previamente estabelecidos;

- ✓ Manter uma lista de presença atualizada de alunos que frequentem as aulas de monitoria;

- ✓ Manter sigilo quanto ao material recebido do professor da disciplina;

- ✓ Fazer um relatório das atividades ao final do período letivo.

Já o Professor possui as seguintes atribuições:

- ✓ Elencar exercícios do Material Didático e/ou dos livros da Biblioteca Virtual que devam ser resolvidos nas aulas de monitoria;

- ✓ Orientar o monitor e sanar suas dúvidas quando necessário;

- ✓ Receber do monitor da disciplina a lista semanal de exercícios corrigida pelo por este;

- ✓ Conferir a correção feita pelo monitor;

- ✓ Excluir, por livre deliberação, o monitor em caso de rendimento insatisfatório.

Ao coordenador do curso compete:

- ✓ Acompanhar o desenvolvimento das atividades de monitoria;

- ✓ Preparar planilha de acompanhamento semestral do aproveitamento acadêmico dos alunos participantes das diversas monitorias para verificação do sucesso do Programa de Monitoria;

- ✓ Lançar horas de Atividade Acadêmica Complementar para o aluno participante

- ✓ Fornecer um certificado ao aluno monitor atestando sua participação no Programa de Monitoria.

No que se refere ao **Programa de Monitoria**, o seu objetivo é proporcionar ao educando oportunidade de vivenciar o exercício do magistério, na expectativa de poder influenciá-lo na escolha de sua profissão à medida que, no papel de monitor, desempenha as funções de ensino, pesquisa e

extensão. O monitor tem papel fundamental no apoio aos discentes, pois participa da elaboração dos planos de trabalho com o professor responsável, auxilia o professor na realização de trabalhos e experimentos, estando apto a auxiliar os discentes, orientando e esclarecendo dúvidas em atividades de classe, campo, laboratório e demais atividades propostas na disciplina. Para participar, o aluno precisa preencher critérios estabelecidos em edital próprio. Após a seleção, o aluno assina um Termo de Compromisso e Participação no Programa de Monitoria.

São responsabilidades do monitor:

- Apoiar os professores nas atividades estabelecidas em cronograma;
- Atender os alunos nos horários e locais previamente estabelecidos;
- Manter uma lista de presença atualizada de alunos que frequentem as aulas de monitoria;
- Manter sigilo quanto ao material recebido do professor da disciplina;
- Fazer relatório das atividades ao final do período letivo.

O professor possui as seguintes atribuições:

- Elencar exercícios do Material Didático e/ou dos livros da Biblioteca Virtual que devam ser resolvidos nas aulas de monitoria;
- Orientar o monitor e sanar suas dúvidas quando necessário;
- Receber do monitor da disciplina a lista semanal de exercícios corrigida por esse;
- Conferir a correção feita pelo monitor;
- Excluir, por livre deliberação, o monitor em caso de rendimento insatisfatório.

Ao coordenador do curso compete:

- Acompanhar o desenvolvimento das atividades de monitoria;
- Verificar o aproveitamento acadêmico dos alunos;
- Lançar horas de Atividade Acadêmica Complementar para o aluno participante.

Ao final, é fornecido um certificado ao aluno monitor atestando sua participação no Programa de Monitoria.

Somado a isso, também temos as atividades da Monitoria em Língua Estrangeira. O objetivo é selecionar professores de língua estrangeira por atuar no Programa Língua e Cultura, ministrando aulas do idioma espanhol ou do idioma inglês para os alunos de nossas instituições de ensino de forma síncrona pelo Microsoft Teams. Buscando a qualificação das ações da IES e expansão do ensino, da

pesquisa e da extensão por meio da cooperação com outras instituições e participação em ações internacionais

1.25.4 Nivelamento e Reforço acadêmico

Os programas de nivelamento têm como objetivo revisar conteúdos necessários ao bom desempenho acadêmico do aluno, oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula e integrar o discente na comunidade acadêmica. A finalidade deste programa é suprir conhecimentos prévios necessários para o ingresso do discente no cotidiano acadêmico. A IES oferece cursos de nivelamento em Matemática e Português. A Instituição também propicia cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. Dessa forma, outros conteúdos podem ser propostos, de acordo com as necessidades detectadas pelos docentes e coordenação do Curso.

O Projeto de Nivelamento, também disponibilizado ao estudante, busca auxiliar os discentes, a partir de disciplinas básicas, com português, matemática, dentre outras, também voltadas para o curso na qual esta cursando, permitindo que matérias sejam revistas ou reforçadas, tudo num ambiente virtual interativo e capaz de permitir uma válida formação do estudante.

A IES oferece cursos de nivelamento divididos em quatro eixos: competências comportamentais, competências básicas para sua formação, empregabilidade e competências para aprender mais e melhor.

A IES disponibiliza, ainda, aos seus alunos a participação em outros programas, tais como: Prepara, Nova Chance e o avaliando o aprendizado.

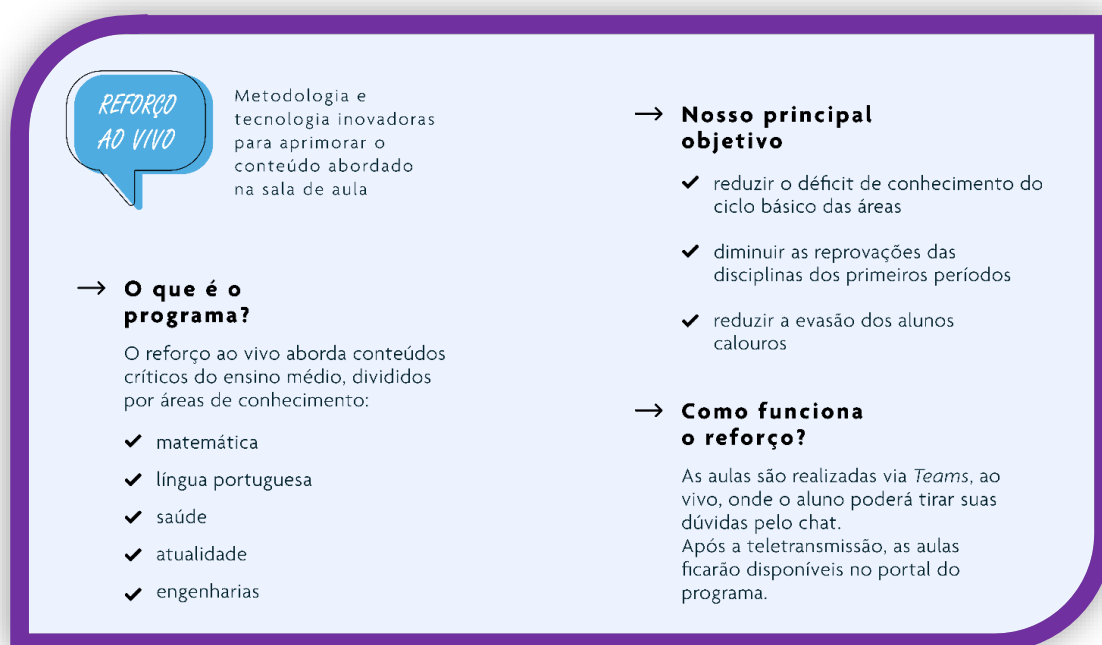
O Prepara consiste em aulas de revisão que visam à retomada de conteúdo das primeiras semanas de aula. O programa se dará por meio de aula tele transmitida ao vivo, acompanhada da realização de um *chat* para envio de dúvidas e mensagens dos alunos. O professor que conduz a aula apresenta uma revisão geral dos conteúdos críticos das primeiras semanas de aula e, com a mediação de outro docente no *chat*, responde a perguntas. Somado ao trabalho presencial do professor da disciplina em sala de aula, o Prepara torna-se, então, mais um recurso à disposição do aluno no processo ensino-aprendizagem, valendo-se de metodologia e tecnologia inovadoras. O Nova Chance dá ao aluno a oportunidade de melhorar sua nota nas avaliações. O programa visa atender as necessidades do aluno que tirou uma nota insuficiente ou faltou em uma das duas primeiras avaliações. O programa tem por objetivos reduzir a evasão, melhorar o aprendizado e fomentar uma cultura de estudos e recuperação ao longo do semestre. O Avaliando o Aprendizado consiste em exercícios na forma de simulados para todos os alunos dos cursos presenciais. Ele

dá ao discente a chance de estudar por meio de quatro simulados realizados ao longo do semestre. O principal objetivo do programa é reduzir eventuais lacunas e assimetrias de aprendizagem.

Os programas de nivelamento e reforço fazem parte da trilha de aprendizagem do aluno que contempla, ainda, as avaliações regularmente realizadas, conforme previsto nos planos de ensino das disciplinas.

Abaixo, apresenta-se o conceito do programa, os principais objetivos e sua forma de operacionalização:

1.25.4.1. Reforço ao vivo



REFORÇO AO VIVO

Metodologia e tecnologia inovadoras para aprimorar o conteúdo abordado na sala de aula

→ **O que é o programa?**

O reforço ao vivo aborda conteúdos críticos do ensino médio, divididos por áreas de conhecimento:

- ✓ matemática
- ✓ língua portuguesa
- ✓ saúde
- ✓ atualidade
- ✓ engenharias

→ **Nosso principal objetivo**

- ✓ reduzir o déficit de conhecimento do ciclo básico das áreas
- ✓ diminuir as reprovações das disciplinas dos primeiros períodos
- ✓ reduzir a evasão dos alunos calouros

→ **Como funciona o reforço?**

As aulas são realizadas via *Teams*, ao vivo, onde o aluno poderá tirar suas dúvidas pelo chat. Após a teletransmissão, as aulas ficarão disponíveis no portal do programa.

Além deste programa de Reforço ao Vivo, a IES disponibiliza, ainda, aos seus alunos a participação em outros programas, cujo detalhamento está descrito abaixo:

1.25.4.2. Prepara AV



Aulão ao vivo para relembrar a matéria da prova e tirar as últimas dúvidas antes da avaliação

→ O que é o programa?

Metodologia para complementar os estudos da sala de aula, o prepara é um aulão que abordará conteúdos das avaliações, seguindo o *plano de aula* da disciplina.

O *prepara AV1* contempla os planos de aulas 1 a 6, enquanto o *prepara AV2* contemplará uma revisão de todo o conteúdo da disciplina.

→ Nosso principal objetivo

- ✓ oferecer outras alternativas de estudo e preparação para as avaliações
- ✓ criar uma cultura de estudos utilizando recursos tecnológicos
- ✓ diminuir o índice de reprovação e evasão nos períodos iniciais

→ Como funciona o prepara?

- ✓ aulas ao vivo (*Teams*) de 45 minutos
- ✓ dinâmica das aulas: com resolução de exercícios, dúvidas recorrentes e conteúdos mais difíceis

1.25.4.3. Nova Chance



Oportunidade de recuperar a nota das avaliações

→ O que é o programa?

O Nova Chance dá a oportunidade ao aluno que obtiver nota menor do que 4,0 pontos na AV1 ou AV2 de realizar uma nova avaliação (AVR), onde prevalecerá a maior nota.

- ✓ o aluno recebe a chance de estudar mais e avaliar o que aprendeu, evitando evasão ou reprovação

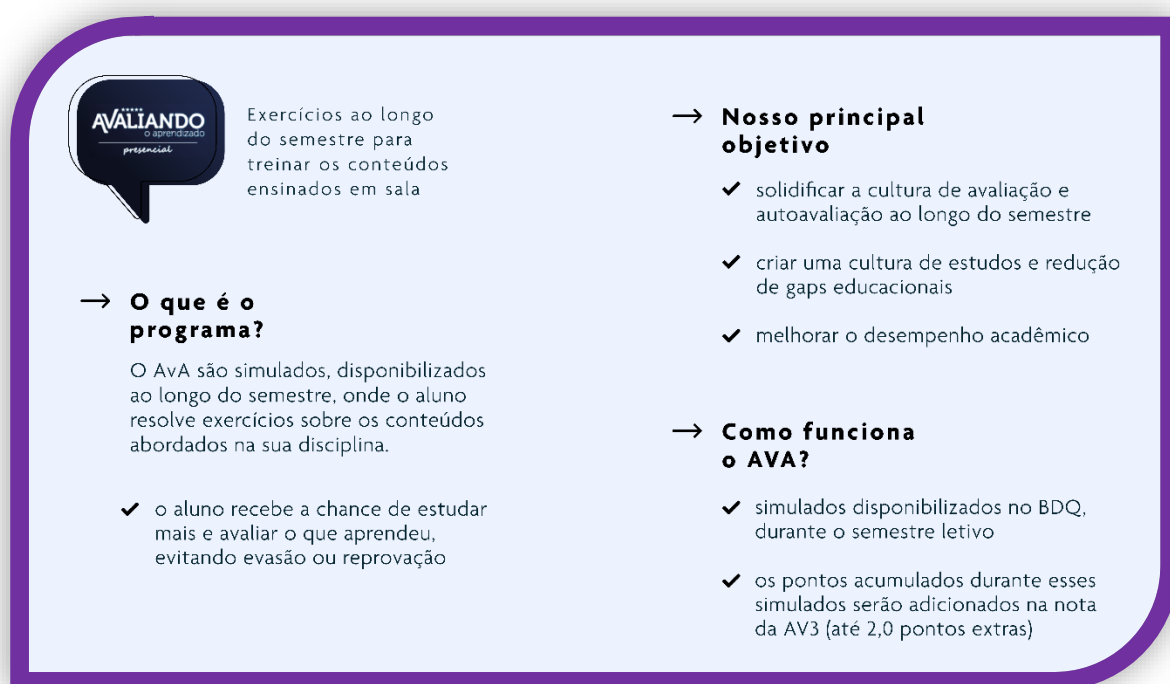
→ Nosso principal objetivo

- ✓ criar suporte pedagógico a alunos com lgaps identificados pela AV1 e AV2
- ✓ criar uma cultura de estudos e recuperação dos alunos ao longo do semestre
- ✓ diminuir o índice de reprovação e evasão nos períodos iniciais

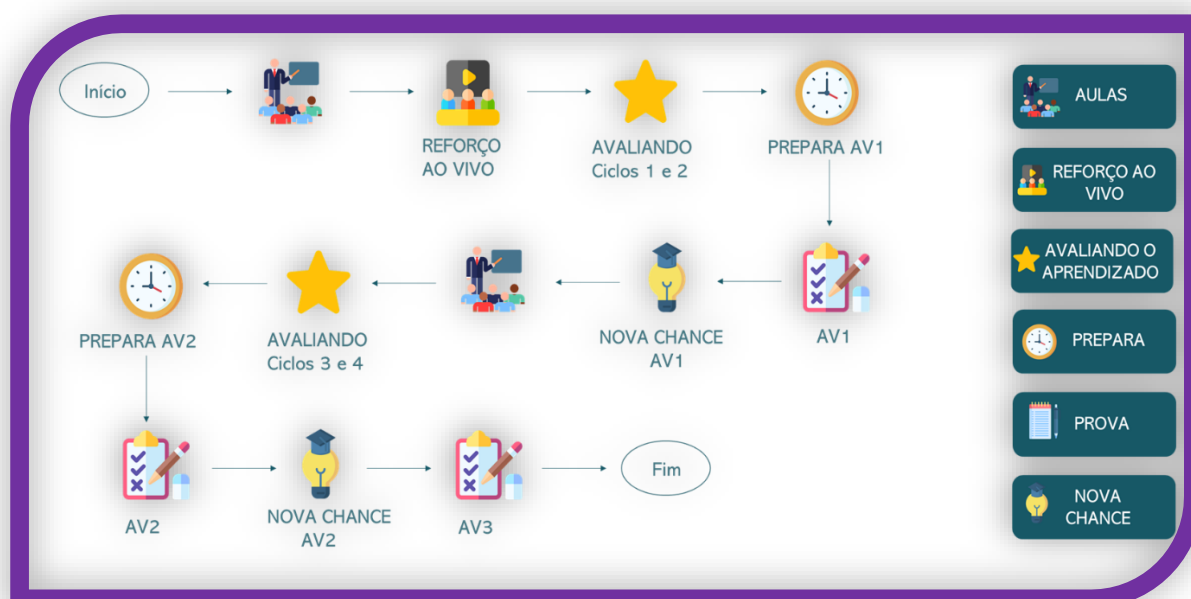
→ Como funciona a prova?

- ✓ avaliação será online, no ambiente virtual do aluno BDQ
- ✓ prevalecerá a maior nota no comparativo da AV1 e AV2.

1.25.4.4. Avaliando o aprendizado



Os programas de nivelamento e reforço fazem parte da trilha de aprendizagem do aluno que contempla, ainda, as avaliações somativas realizadas pelos alunos.



1.25.4.5. Foco OAB

Além dos programas acima, o curso de Direito possui um programa de nivelamento e reforço acadêmico específico para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB: projeto FOCO OAB. Seu objetivo é nivelar e reforçar competências e temas de aprendizagem que possuam impacto no exame da OAB. Assim, é constituído das seguintes frentes de atuação:



Preparação para a Prova



Parceria com Damásio Educacional



Suporte e Acolhimento Acadêmico

Na preparação para a prova é ofertada uma programação com 20 aulas, cada uma com 2 horas, perfazendo 80 horas aula num semestre, dividida em 19 aulas de resolução de questões e 1 aula de inteligência emocional para a realização da prova. Nas aulas de resolução de questões são abordadas as principais unidades curriculares que possuem impacto no exame da OAB: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Ética. Os professores, abordam as questões do Exame, trabalhando as alternativas corretas e incorretas, de forma a recuperar e reforçar os conteúdos. Na aula de inteligência emocional, um docente com formação em psicologia é convidado para trabalhar os aspectos emocionais relacionados com o dia da prova.

Na parceria com o Damásio Educacional os discentes têm acesso à temas de aprendizagem e orientações com os docentes renomados e especializados dos mais diversos campos do Direito. São abordados temas atuais com impacto na ordem jurídica, consequentemente, com reflexos no exame da Ordem, proporcionando aos discentes atualização e aperfeiçoamento acadêmico ao mesmo tempo que os prepara para a realização da prova. Além disso, o Damásio Educacional, em parceria, oferta dicas e books aos alunos para que possam realizar exercícios e simulados para que possam obter o desempenho necessário à aprovação.

No suporte e acolhimento o coordenador de Curso em conjunto com colegiado de curso atuando orientações, apoio e acolhimento durante o semestre. Assim, acompanha os alunos desde o 7º período (1 ano antes de realização da prova), identificando os temas de aprendizagem e competências que precisam ser reforçados. De posse das informações, propõe juntamente com o NDE as Trilhas OAB, atividades acadêmicas complementares em que os conteúdos são recuperados. Em parceria com o Núcleo de Atendimento e Apoio Psicopedagógico – NAAP, são propostas atividades de reforço aos aspectos psicológicos e afetivos para a realização da prova. Por último, é realizada a ação “porta de prova”, em que os discentes recebem acolhimento e apoio para a realização do exame.



Aulas de resolução de questões e parceria com Damásio Educacional.

Importante destacar que as ações do FOCO OAB também são Atividades Acadêmicas Complementares, nas quais, cada evento computa uma quantidade determinada pela coordenação de curso. O discente poderá, assim, preencher as atividades acadêmicas complementares da ênfase Empregabilidade. Por último, as ações do FOCO OAB têm por público alvo os alunos do 7º ao 10º período que são os mesmos habilitados ao Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ, o qual, em sinergia, trabalha nas Jornadas de Aprendizagem temas e competências necessárias à advocacia, criando, assim, um reforço mútuo.

1.25.5 Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios

As disposições legais para a implantação e implementação do estágio no curso obedece aos preceitos da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes e o Regulamento de estágio supervisionado não obrigatório está aprovado pelo Conselho Superior da IES e anexado a esse projeto político pedagógico.

A realização do estágio curricular obrigatório pelos alunos obedece ao seguinte processo ilustrado na figura a seguir:



Não são atribuídas notas no Histórico Curricular do Aluno das atividades realizadas em estágios curriculares não obrigatórios. Elas são efetivadas e comprovadas mediante abertura de Requerimento pelo aluno e solicitação dessa modalidade de Estágio como atividade acadêmica complementar no campo da vivência profissional em campo específico para este fim no Sistema de Informações Acadêmicas do aluno.

1.25.6 Apoio psicopedagógico

O Núcleo de Atendimento e Apoio Psicopedagógico-NAAP presta atendimento aos alunos matriculados nos cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia), contribuindo para o seu desenvolvimento e adaptação acadêmica, facilitando a integração destes alunos no ensino superior. É função do NAAP atender e acompanhar os alunos, ao longo de seus cursos de graduação, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades por meio de programas que o integrem à vida acadêmica, favorecendo o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação desse futuro profissional.

O NAAP tem como objetivo principal oferecer suporte Psicopedagógico Institucional de prevenção e intervenção nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e pedagógicos do acadêmico, atuando sobre os múltiplos fatores que possam intervir no desenvolvimento integral e nas questões ligadas à aprendizagem discente. O NAAP trabalha na perspectiva da Psicopedagogia Institucional, isto é, na ordem do conhecimento, relacionada com o processo de aprendizagem do aluno dentro do contexto histórico-social.

Os atendimentos visam identificar eventuais dificuldades relacionadas à aprendizagem e à plena integração ao ambiente acadêmico pelo aluno para, em seguida, orientá-lo quanto aos hábitos de estudo, bem como para eventuais encaminhamentos que se fizerem necessários.

O NAAP possui Regulamento próprio aprovado pelos órgãos colegiados superiores da IES, e o profissional responsável tem formação em Psicologia, Pedagogia ou Serviço Social, e tem como principais atribuições:

- ✓ Identificar alunos com dificuldades de aprendizagem de ordem pedagógica, cognitiva, afetivo-relacional, social ou patológica através da escuta da situação problema;
- ✓ Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com dificuldades de aprendizagem de ordem cognitiva, afetiva, social ou patológica;
- ✓ Promover espaços de discussões, diálogo e esclarecimentos com professores, e funcionários de toda a Instituição sobre as temáticas que envolvam o processo de aprendizagem, as necessidades educacionais especiais e as de ordem das deficiências;
- ✓ Auxiliar o docente na elaboração e desenvolvimento de planejamentos adequados às diferentes realidades presentes em uma turma;
- ✓ Apresentar relatórios mensais à Direção da Instituição, indicando os números referentes aos atendimentos realizados pormenorizando por público (se alunos, professores e/ou colaboradores administrativos), descrevendo as ações previstas e realizadas, e estratificando os tipos de necessidades relatadas pelos atendidos.

O responsável pelo NAAP atua no planejamento e controle das atividades da área. Todo o planejamento da área busca contribuir para o desenvolvimento e adaptação acadêmica, objetivando à utilização mais eficiente de recursos intelectuais, psíquicos e relacionais, em uma visão integrada dos aspectos socioemocionais e pedagógicos, minimizando as dificuldades que poderão comprometer e/ou impedir o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos discentes. Na etapa do controle, o gerenciamento dos dados coletados permite que as informações deles decorrentes favoreçam a elaboração de práticas

que fortaleçam o processo e deem melhores condições para que os diversos atores se sintam impactados positivamente.

Os indicadores dos relatórios de atendimentos aos alunos e de acompanhamento dos projetos relacionados às atividades coletivas como oficinas, workshops, rodas de conversa permitem que a IES mapeie o perfil do aluno e as dificuldades apresentadas por ele, contribuindo para que o trabalho do Professor e do Coordenador do Curso possam ser melhor direcionados para a oferta de práticas pedagógicas e de processos relacionais que fortaleçam o sentimento de acolhimento deste aluno e da sensação de pertencimento em relação à IES, impactando, favoravelmente, na redução da evasão, na perenidade da experiência acadêmica, e na consolidação de um processo de responsabilidade social ao contribuir para a melhor qualificação e preparo deste futuro profissional para suas vivências na sociedade e no mercado de trabalho.

A diversificação metodológica do Aura permite, ainda, que o docente possa realizar, com o apoio e a orientação do NAAP, atendimentos a estudantes com necessidades especiais. O processo de capacitação docente também observa o espectro da acessibilidade metodológica, pedagógica e atitudinal, de forma a assegurar amplo acesso aos alunos com necessidades educacionais especiais. É parte da missão da IES promover a inclusão de pessoas com deficiência no processo de aprendizagem, moldando a metodologia para que esta seja adaptável e inclusiva às necessidades de alunos que apresentem tais desafios.

Além disto, no mundo contemporâneo, a inclusão de alunos com necessidades especiais e altas habilidades/superdotação representa um grande desafio ao Ensino Superior, uma vez que as instituições têm o dever de implementar ações planejadas que garantam uma educação de qualidade para todo o seu público discente.

As pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais necessitam de um acesso igualitário ao conhecimento. Isto exige que as instituições de ensino Superior assumam uma postura inclusiva de amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, comunicacional, pedagógica etc.), adotando medidas que vão além da dimensão arquitetônica e perpassam pelo campo curricular, das metodologias, práticas avaliativas e de convívio social. Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar o acesso, mas potencializar as condições plenas para a participação e aprendizagem a todos os estudantes.

O aumento crescente de concluintes com deficiências e outros com necessidades educacionais especiais que são relacionados para a realização do ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes demonstra a importância do fortalecimento e consolidação da política de inclusão do país.

No referencial de acessibilidade na Educação Superior, (BRASIL,2013, p.13), consta: “[...] faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos. Esses deverão contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos”. Assim, a inserção desse alunado nos espaços educacionais comuns exige das instituições novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais assertivas, acompanhando os avanços conceituais e teóricos advindos das teorias educacionais.

Ainda nesta linha, cabe à IES promover as mudanças requeridas, como, por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Para tanto, O NAAP acompanha o estudante com necessidades educacionais especiais ou aqueles com dificuldades de aprendizagem em diversos aspectos, propondo melhorias para a caminhada acadêmica do aluno. Sua atuação tem caráter preventivo, e, em alguns casos, corretivo, atuando no acompanhamento psicopedagógico, encaminhamento para atendimento psicoterápico (ou outros profissionais específicos) e orientação aos alunos com dificuldades relacionais que impactem no processo de aprendizagem; além de atividades de arranjos e adaptações de currículo ou na oferta de recursos de apoio.

O NAAP, ainda, possui extenso programa de qualificação docente para preparar o professor para acompanhar e atender os alunos com deficiência com fóruns nacionais e treinamentos específicos para este fim. Ao atuar no apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais e/ou com transtornos que afetem a aprendizagem, o NAAP estabelece articulação com setores, professores e coordenadores, atuando de forma customizada de acordo com as necessidades de cada sujeito.

1.25.7 Participação Intercâmbios Nacionais ou Internacionais

A Assessoria de Cooperação Internacional integra a área de Pesquisa e Extensão. Com esta assessoria, busca-se dar ênfase aos alunos participantes, lançando editais de seleção, acompanhando-os em mobilidade acadêmica e interagindo diretamente com a Coordenação de Cooperação Internacional da CAPES e do CNPq.

Somado a isso, temos a Política de Mobilidade Acadêmica, como filosofia de sua política de formação acadêmica, englobando o desenvolvimento humano e profissional, o Centro Universitário Metrocamp Wyden – Unimetrocamp Wyden valoriza a mobilidade acadêmica de seus discentes e docentes. Por intermédio Assessoria de Cooperação Internacional (ACI) e dos Comitês Institucionais de Pesquisa, Extensão e Internacionalização, o Centro Universitário Unimetrocamp Wyden possui mecanismos facilitadores de acesso às oportunidades para mobilidade acadêmica.

A Assessoria de Cooperação Internacional firma convênios de cooperação internacional, com instituições de ensino superior estrangeiras, visando facilitar o trâmite de avaliação e aprovação dos nossos candidatos. Além de focar em países e instituições de ensino renomados, busca-se opções alternativas, ao gerar convênios, por exemplo, com países da América do Sul e Ásia, sempre objetivando o perfil de formação de nosso aluno, de acordo com o Modelo de Ensino dos Cursos.

As atividades da Assessoria está vinculada a um comitê interno nomeado pelo Centro Universitário Unimetrocamp Wyden, de Pesquisa, Extensão e Internacionalização composto por Gestor da Unidade, Gestor Acadêmico, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Coordenador de Pesquisa Extensão e Internacionalização, Coordenadores de Cursos, Professores Alocados em Agência Experimental e discentes envolvidos com Projetos de Pesquisa, Extensão e Internacionalização desenvolvidos nas instituições.

A importância da incorporação da mobilidade acadêmica nas instituições vai além dos interesses individuais de alunos, professores e pesquisadores. Tal relevância é advinda, também, da capacidade institucional de responder às novas demandas oriundas de uma sociedade globalizada, que progressivamente influencia a maneira que ensinamos e aprendemos e, desta forma, demandando novas metodologias.

Entende-se como ações e programas de mobilidade acadêmica, dentre outros: o intercâmbio uni e bilateral de discentes e docentes, a facilitação a cursos de idiomas, oferta de disciplinas em outros idiomas, cursos de extensão em língua estrangeira, cooperação institucional para desenvolvimento de pesquisa, oferta e participação em eventos.

São contempladas três modalidades distintas:

- Modalidade Acadêmica Nacional – é aquela na qual o discente ou docente realiza atividades de mobilidade estudantil em outra instituição de ensino superior, através das Redes de Cooperação Técnica (em tramitação). Projeto em tramitação, que proporcionará aos discentes de instituições privadas cursar disciplinas em outras instituições privadas. Projeto em tramitação aplicará aos estudantes de universidades públicas e privadas.

- Modalidade Acadêmica Internacional/ Virtual – é aquela na qual o discente ou docente realiza atividades de mobilidade estudantil em instituição de ensino estrangeira, mantendo o vínculo de matrícula na instituição de origem durante o período de permanência na condição de "estudante em mobilidade". Nesse tipo de mobilidade, o discente/docente participa de um dos diversos programas oferecidos por diversos países por meio de convênios pactuado entre as IES e o Grupo YDUQS.

- Modalidade Acadêmica Livre - é o discente ou docente participa do programa da IES estrangeira, realizado através de convênios celebrados para esse fim, como também de IES não conveniadas que aceitam o aluno sem a celebração do convênio, destacando as ressalvas de editais, em que algumas despesas ficam a cargo dos participantes.

A Mobilidade Acadêmica tem por objetivo proporcionar ao corpo discente e docente o aprimoramento da sua formação acadêmica, por meio de intercâmbio científico-cultural em outra instituição de ensino, oportunizando a troca de experiências acadêmicas que contribuam para o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, científicos e profissionais.

PROGRAMAS: Nesse tipo de mobilidade, o discente/docente participa de um dos diversos programas oferecidos por diversos países por meio de convênios pactuado entre as IEs e o Grupo YDUQS.

ACADÊMICA LIVRE: o discente ou docente participa do programa da IES estrangeira, realizado através de convênios celebrados para esse fim, como também de IES não conveniadas que aceitam o aluno sem a celebração do convênio, destacando as ressalvas de editais, em que algumas despesas ficam a cargo dos participantes.

REDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (EM TRAMITAÇÃO): Projeto em tramitação, que proporcionará aos discentes de instituições privadas cursar disciplinas em outras instituições privadas; ele se aplica aos estudantes de universidades públicas. A proposta de intercâmbio curricular se aplica ao ensino superior público e privado, desde que a interação não ocorra entre iniciativas públicas e privadas.

Além destas iniciativas, o UniMetrocamp Wyden conta com o apoio da Assessoria de Cooperação Internacional inserida dentro da estrutura de Pesquisa, Extensão e Internacionalização. Com ela, busca-se dar ênfase aos alunos participantes, lançando editais de seleção, acompanhando-os em mobilidade acadêmica e interagindo diretamente com a Coordenação de Cooperação Internacional da CAPES e do CNPq.

A internacionalização na IES é o processo de introdução de uma dimensão internacional na cultura e estratégia institucionais, nas funções de ensino, pesquisa e extensão e na projeção da capacidade da Instituição. É um processo que afeta as atitudes, valores e percepções das instituições,

dando lugar a uma compreensão mais ampla de realidade. O propósito da internacionalização para a educação é formar cidadãos e profissionais com as competências de um mundo globalizado, preparando-os para atuar globalmente e agir localmente em suas próprias realidades.

Um dos resultados dessa inserção internacional é a celebração de convênios com instituições de ensino estrangeiras, que preveem o intercâmbio de alunos dos cursos de graduação, proporcionando o contato com outras realidades culturais e oportunidades de construção de conhecimentos relevantes à área de formação do aluno com um olhar mais pluralizado.

A Assessoria de Cooperação Internacional firma convênios de cooperação internacional, com instituições de ensino dos países para onde nossos alunos demonstrem interesse, visando facilitar o trâmite de avaliação e aprovação dos nossos candidatos. Além de focar em países e instituições de ensino renomados, buscamos opções alternativas, ao gerar convênios, por exemplo, com países da América do Sul, o que vai ao encontro do perfil de nosso aluno.

Esta assessoria está vinculada ao comitê de Pesquisa e Extensão da IES para que as atividades realizadas pela área possam estar inseridas nas demais ações desenvolvidas pelo curso. Os alunos que regressam da mobilidade acadêmica são convidados a compartilhar suas experiências em eventos específicos para este fim com o objetivo de informar, divulgar e estimular outros alunos interessados em participar desta atividade. Acredita-se que os alunos participantes são os melhores promotores de nossos programas institucionais, permitindo que a mensagem chegue de maneira mais clara e desmistificada a todos.

A partir das informações de alunos que estão chegando do exterior, é possível, ainda, conhecer e repensar estratégias didático-pedagógicas para a melhoria da qualidade de ensino, inclusive com inovação tecnológica.

Além disto, há, também, um programa de troca de experiências em que a IES recebe a contribuição de vários docentes estrangeiros em aulas, cursos de extensão, semanas acadêmicas e palestras que permitem aos nossos alunos um espaço de troca com profissionais de outras culturas e realidades.

A sensibilização da comunidade acadêmica sobre o projeto de cooperação internacional ocorre por meio do Fórum anual de Internacionalização, divulgações no site da IES, webinários, entre outras formas de comunicação.

Disponibilizamos, sempre que possível, Editais de Monitorias Voluntárias em língua estrangeira, para que nossos discentes e docentes possam ter o amplo e completo conhecimento de editais

disponibilizados em língua estrangeira, com o intuito de proporcionar a igualdade de participação em editais, sem prejuízo do conhecimento da linguagem de origem deles.

1.25.8 Promoção de outras ações exitosas ou inovadoras

Pesquisa feita pela McKinsey & Company realizada em 2017 afirma que 14% dos trabalhadores no mundo precisarão migrar de atividade até 2030. O avanço tecnológico, a automação e a adoção de inteligência artificial nos processos organizacionais criarão formas de trabalho, exigindo um novo perfil dos profissionais do futuro.

O impacto será menor nas áreas em que a tecnologia não conseguirá imitar ou superar a ação humana, especialmente nas funções que envolvem o uso de competências comportamentais, gestão de pessoas e interação social. Personalização, transparência, simplificação, autenticidade e capacidade de resposta organizacional são palavras que compõem o vocabulário do novo bacharel em Direito.

Assim, no ambiente virtual de aprendizagem, o aluno poderá acompanhar toda a sua trajetória acadêmica e a própria trilha de aprendizagem no curso de Direito, assim composta:

- ✓ Atividades realizadas que favorecem o desenvolvimento de competências socioemocionais exigidas ao profissional do futuro;
- ✓ Disciplinas que cursou ao longo da trajetória acadêmica na IES e o respectivo desenvolvimento de competências;
- ✓ Orientação para construir seu Projeto Profissional de Carreira, com várias ferramentas que potencializarão sua empregabilidade e fomentam o intraempreendedorismo;
- ✓ Realização do teste de PAT perfil para análise de seus gaps em termos de competência.

São muitos os desafios que um profissional enfrenta para ingressar e manter-se no mercado. Falta de planejamento, incapacidade gerencial e inexistência de comportamento empreendedor estão entre as principais causas do insucesso do bacharel em Direito no mercado de trabalho. Acompanhar a trajetória do aluno, garantindo-lhe a oportunidade de investir na sua carreira e reconhecer seus pontos fortes e oportunidades de melhoria é, sem dúvida, um dos passos para mudar esta realidade.

1.26 OFERTA DE DISCIPLINAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

O curso de Direito possui as seguintes disciplinas realizadas na modalidade à distância: Língua Portuguesa, A História da Justiça no Brasil, Hermenêutica Jurídica, Economia Política, Direito Ambiental,

Direitos da Criança e do Adolescente, Direito, Tecnologia e Empreendimento, Direito Previdenciário, Trabalho de Conclusão, Direito Cibernético, ainda, a disciplina Optativa Tópicos em Libras: Surdez e Inclusão. Nos próximos itens desse documento, detalharemos como ocorrem as atividades de tutoria e acompanhamento dos alunos nessas disciplinas.

1.26.1. Atividades de tutoria

O corpo de tutores do curso é especialmente capacitado, a partir de programas específicos, para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem, estando habilitado também para atuar com uma proposta metodológica concebida para estimular os alunos a participarem de forma mais colaborativa das aulas realizadas.

A particularidade da metodologia adotada pela IES preconiza fortemente o direcionamento do corpo de tutores, sob a supervisão do coordenador do curso, de forma que todos os papéis exercidos pelo professor-tutor sejam orientados para excelência.

Concebeu-se um modelo de tutoria como uma etapa fundamental no acompanhamento e orientação dos alunos durante seu processo de aprendizagem dentro de uma abordagem na qual o aprendiz é o agente do processo de construção do conhecimento. Esse trabalho deve potencializar o diálogo, a troca de saberes, a produção individual e coletiva dos discentes, bem como estimular uma interação cooperativa e colaborativa entre todos os envolvidos neste processo educativo, quando se estabelecem relações de reciprocidade em que indivíduos e objetos se influenciam mutuamente.

1.26.2 Mediação pedagógica, domínio de conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos

O tutor é o agente indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos ao curso e à instituição de ensino, pois possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo, com o objetivo de desenvolver no corpo discente a autonomia, através do desdobramento do conteúdo e da mediação pedagógica entre o conhecimento teórico, sua aplicação prática e as particularidades desse conhecimento na formação profissional no aluno.

Suas principais tarefas são a de mediar, facilitar, encaminhar e gerenciar o processo de aprendizagem, acompanhando as atividades do aluno no ambiente *web*, procurando sempre orientá-lo quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo, de estudo cooperativo e colaborativo e à melhoria do processo ensino-aprendizagem, sobretudo a partir dos conteúdos e experiências apresentados.

Em termos de mediação, portanto, tem o professor a distância o fórum como principal interface na (reconstrução do conhecimento, já que se trata de um espaço concebido para promover questionamentos e provocações entre os alunos, sempre sob a égide da cooperação e da colaboração em prol da aprendizagem. Nesse sentido, portanto, a mediação no fórum é concebida a partir de questionamentos temáticos, com regras de participação, sob um viés de transversalidade em relação ao conteúdo das aulas e, também, regras de convivência na web. O tutor a distância comenta, retifica, ratifica os questionamentos temáticos a partir da postagem dos alunos.

Vale apontar também que, no fórum de discussão de cada turma, o tutor a distância atua no sentido de valorizar o conhecimento e a experiência do discente, estabelecendo assim uma postura de mediação também voltada para o respeito às individualidades de cada aluno, bem como para desenvolver as limitações e reconhecer as particularidades regionais.

Em que pese a importância da ferramenta “fórum”, a mediação multidirecional (muitos-para-muitos), também ocorre por meio de ferramentas, a saber: Comunidades, Central de Mensagens e Mural de Avisos.

Na ferramenta Comunidades, *multidirecional*, por sua vez, tutores a distância podem atuar a partir da observação ou interação do que é colocado pelos alunos relativos ao que for solicitado em uma determinada atividade, seja por uso autônomo do aluno ao usar tal ferramenta como auxiliar no processo de aprendizagem. A ferramenta permite comentários do tutor a distância aos registros do aluno, bem como permite a disponibilização pública² de tais registros para todos os alunos das turmas participantes da comunidade, estimulando, nesse caso, um emprego cooperativo da ferramenta.

Com a ferramenta Mural de Avisos, o docente tutor alinha comunicações importantes, coletivas, de modo que os alunos tomem conhecimento de temas relevantes como palestras e outras atividades inerentes à disciplina.

Em termos de facilitação, o atendimento do tutor a distância se dá preferencialmente por meio dos fóruns e central de mensagens.

O *fórum* é uma ferramenta de interação com a finalidade de promover a interlocução entre aluno-tutor a distância, aluno-aluno, objetivando a construção colaborativa do conhecimento, por meio de discussões, por meio do envio e distribuição de mensagens, sobre temas e dúvidas surgidas.

A central de mensagens é um correio eletrônico interno, exclusivo ao AVA, com a finalidade de estabelecer comunicação multidirecional, direta entre aluno-tutor a distância, aluno-aluno. Em virtude

de ser um canal de comunicação direto, individual, ele é tratado, em termos de comunicação, como uma ferramenta de atendimento administrativo, e não de conteúdo. A orientação dos tutores a distância é a de usar tal ferramenta como um canal facilitador para atendimento ou encaminhamento de questões relacionadas a acertos de notas e/ou resultados de avaliações.

1.26.3 Avaliação periódica pelos estudantes e pela equipe pedagógica

Durante o processo regulamentar de avaliação institucional, os alunos têm a possibilidade de avaliar o desempenho de seus tutores e esses resultados são encaminhados ao corpo gerencial do curso que identificará as oportunidades de melhoria existentes para que sejam elaborados Planos de Ação corretivos a essas fragilidades.

Os discentes também participam do acompanhamento dessas disciplinas por meio de reuniões com o Coordenador, registradas em ata todas as intervenções e solicitações pretendidas, tornando-se, assim, disseminadores das informações aos demais colegas. Da mesma forma em que compartilha as informações, poderá também receber demandas dos alunos e compartilhá-las em discussões em próximas reuniões. A dialogicidade com o corpo discente no planejamento, execução e tomada de decisões institucionais integra um dos principais objetivos da IES, que é viabilizar a construção de processos de aprendizagem que atendam diretamente às demandas dos estudantes.

Essas reuniões também ocorrerão entre Coordenador de Curso e representantes de turmas, visando ouvir coletivamente as sugestões de todos os grupos de discentes, além da oportunidade de tratar recortes de temas relevantes, associando-os ao momento pedagógico da turma ou curso.

1.26.4 Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria

O tutor a distância é um docente com formação acadêmica compatível com o Plano de Ensino da disciplina ao qual está vinculado, sendo a titulação mínima de especialista, e que possui domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente nesta modalidade de ensino.

É um ator importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos às disciplinas e à Instituição de Ensino, pois, além de manter a motivação dos alunos, possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo. O docente tutor possui conhecimento do conteúdo da disciplina na qual atua, do PPC, além do domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente em suas múltiplas dimensões.

Os docentes tutores do curso possuem formação acadêmica compatível com o plano de ensino da disciplina ao qual está vinculado, além de possuírem titulação em pós-graduação, em sua maioria, em *stricto sensu*.

O papel do tutor a distância é imprescindível para transmitir ao aluno segurança de que ele não está só em seu processo de aprendizagem. Dentro de uma abordagem na qual o aprendiz é o agente do processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, esse docente é o orientador, instigador, aquele que vai levar os alunos ao trabalho cooperativo e colaborativo. É também aquele que potencializa o diálogo, a troca de conhecimento e oportunizando a produção coletiva dos discentes.

1.26.5. Algumas práticas criativas e inovadoras de incentivo à permanência dos alunos

Os cursos de nivelamento são desenvolvidos para atender e preencher possíveis lacunas na formação que antecede o ensino superior, objetivando a permanência dos alunos e a continuidade de seus estudos com qualidade. O nivelamento oportuniza aos acadêmicos uma revisão de vários conteúdos essenciais e de base para a formação superior do aluno, proporcionando, por meio de estudos e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

No acompanhamento dos alunos, muitos docentes constataam a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e ortográficos básicos, apresentando ainda outras falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

Os cursos oferecem ferramentas aos acadêmicos que possibilitam minimizar as deficiências apontadas e, ainda, propiciam o acolhimento por parte da instituição que ao se debruçar sobre o problema, aponta soluções. Este mecanismo de nivelamento propicia um melhor aproveitamento dos cursos de graduação, desenvolvendo diferentes habilidades e competências e, consequentemente minimizando os níveis de evasão escolar. Além disso, se oferece aos acadêmicos condições de permanência com equidade.

Dentre os benefícios do programa, vale destacar:

- ✓ O reconhecimento das limitações individuais, especialmente daqueles que concluíram há muito o Ensino Médio;
- ✓ A função de ambientação para ingresso no ensino superior;
- ✓ O caráter de adesão voluntária, aberto a todos os alunos, sem qualquer ônus financeiro ou de progressão curricular (o programa fica disponível a todos, por toda a duração do curso);
- ✓ O sentimento de segurança por parte do aluno ao reconhecer o programa como uma ação institucional em prol da qualidade acadêmica.

O programa Imersão Aura foi desenhado para ajudar o ingresso do estudante em sua vida universitária com uma agenda de aulas exclusivas feitas especialmente para nossos alunos do ensino presencial. São aulas práticas exclusivas, rodas de conversa sobre os temas mais discutidos no mercado de trabalho na atualidade, reforço para te ajudar com as dúvidas de português e matemática e um *workshop* específico para ajudar os alunos a montarem o seu projeto profissional de vida e carreira.



Entre seus principais objetivos, encontram-se: familiarizar o aluno com a vida acadêmica e reduzir sua ansiedade para esta nova fase, atualizá-los com os temas atuais discutidos no mercado de trabalho, lembrá-lo das operações lógico-matemáticas usadas no dia a dia e que serão indispensáveis em suas disciplinas práticas, que o português é uma língua sem mistérios e como vai ajudá-lo em sua profissão e oferecer uma agenda de aulas práticas com foco na sua empregabilidade desde o primeiro dia de aula. Além disto, são oferecidas orientações de carreira para que ele possa construir o seu projeto pessoal de vida e carreira.

Em **Atualidades**, preparamos uma série de aulas sobre os principais assuntos da atualidade que impactam na sua jornada de ensino-aprendizagem para deixar os alunos conectados com o que está acontecendo no Brasil e no mundo. As aulas serão realizadas pela plataforma TEAMS com profissionais destacados no mercado de trabalho para garantir a melhor experiência de aprendizado.

No **Aprenda na prática** ofertamos aulas práticas com destaque para os principais temas explorados na área de Ciências jurídicas para que os alunos do curso possam aprender a usar várias ferramentas da Direito.

O programa **Empreender você** tem como principal objetivo empoderar os alunos por meio do autoconhecimento para torná-los protagonista de sua carreira, trilhando uma jornada de sucesso no mercado de trabalho.

Eles aprender a usar as ferramentas essenciais que o ajudam na gestão de sua carreira: perfis pessoais, histórias de vida, trajetórias de carreira e como elaborar um Projeto Profissional que tenha consistência.



O programa está alinhado ao modelo de aprendizagem, que pressupõe o aluno como protagonista de sua história capaz de alavancar sua empregabilidade com o apoio e mediação pedagógica de professores e tutores.

1.27 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A pluralidade da área de Ciências jurídicas requer diversidade e para isso as Ferramentas Digitais podem apoiar nossos professores para a realização de aulas mais dinâmicas e interativas.

Não há dúvida de que a transformação digital chegou às salas de aula, afinal, os alunos e professores vivem em um mundo conectado, complexo e ambíguo. O modelo de ensino AURA vem ao encontro dos novos paradigmas da sociedade, em que o mundo físico e o universo de possibilidades digitais se fundem. Ao eliminar as fronteiras da sala de aula, integrá-la aos conteúdos disponíveis em acervos digitais, contextualizar problemas, estimular a reflexão e o aprendizado colaborativo, o AURA tem como proposta desenvolver as competências demandadas por mercados extremamente competitivos.

Tal cenário impacta, positivamente, o curso de Direito ao integrar os dois mundos (físico e digital), e estimular a utilização de diferentes estratégias e instrumentos em sala de aula, aproximando o ensino das práticas, dinâmicas e características do mercado onde os egressos irão atuar.

A utilização de novas tecnologias em diferentes tipos de negócios possibilita agilidade e assertividade, que não são mais considerados diferenciais competitivos, mas premissas que precisam ser atendidas por organizações e profissionais do Século XXI. Desenvolver prontidão tecnológica, a visão sistêmica e empreendedora, o comportamento ético e responsável nos futuros egressos torna-se tão importante quanto desenvolver a capacidade de ler e escrever em crianças.

A palavra transformar está no DNA do curso e acompanhar a velocidade dessas transformações tecnológicas torna-se um desafio adicional que só será superado com a efetiva participação de professores e alunos. Nesse sentido, adota-se, nas aulas presenciais, buscando torná-las mais significativas, algumas ferramentas digitais que garantem ao aluno participação mais efetiva no processo de ensino-aprendizagem. São elas:

- ✓ **Mentimeter:** ferramenta digital que permite criar interações em tempo real com os alunos através de enquetes, nuvem de palavras ou coleta de perguntas. A ferramenta, e trata-se de uma grande vantagem dessa ferramenta, permite a visualização (compartilhada) das contribuições dos alunos também em tempo real.

- ✓ **Socrative:** aplicação utilizada na elaboração de questionários (testes, quiz etc.) que permitem *feedback* em tempo real da aprendizagem do aluno.

- ✓ **Kahoot!:** em formato de “*game*”, o Kahoot! é uma ferramenta que permite realizar questionários on-line. Os alunos possuem tempo (determinado pelo professor na configuração da disputa) para responder as questões relacionadas à disciplina. A pontuação é atribuída considerando respostas corretas e o tempo em que cada aluno levou para responder às questões.

- ✓ **Padlet:** permite a elaboração de murais e painéis – assemelhando-se a um mural com post-its. Permite interação entre os alunos com colaborações sobre os temas tratados em sala de aula.

- ✓ **FunRetro:** permite realização de *brainstorming* entre os participantes da atividade e, posteriormente, classificar as participações em grupos. Ou, ainda, realizar uma retrospectiva de atividade realizada anteriormente, possibilitando análise e feedback do trabalho realizado.

- ✓ **Forms:** formulários que podem ser utilizados para realização de questionários, perguntas dissertativas ou pesquisa de opinião junto aos alunos. Os dados gerados ficam armazenados e podem ser exportados para outras ferramentas para posterior tratamento.

✓ **Bizagi e MS Visio:** *softwares* de modelagem de processos que possibilitam aprendizagem de BPMN. Permitem a criação de fluxogramas, mapas mentais e diagramas em geral, amplamente utilizados por profissionais que buscam organizar graficamente vários processos e as relações existentes em cada etapa deles.

✓ **Ms Project:** *software* de gerenciamento de projetos amplamente utilizado por profissionais para planejar e gerenciar projetos.

✓ **Fortes Tecnologia:** sistemas Contábeis e de Gestão de Pessoas, destinado à execução e gestão de escritórios e empresas, proporcionando agilidade e segurança nos processos.

✓ **Gretl:** *software* com interface gráfica amigável, permite manipulação de dados estatísticos e é muito utilizado na compilação e interpretação de dados econômicos.

✓ **Trello:** permite a criação de fluxos de tarefas, quadros colaborativos e organiza o trabalho em equipe. Muito utilizado na área de gerenciamento de projetos.

Além dessas ferramentas, a comunidade acadêmica possui ainda: Sala de Aula Virtual, descrita no item 1.21 desse documento, um *hotsite* para os professores, local em que se compartilha as principais informações do Modelo de Aprendizagem AURA, aplicativos para professores e alunos, detalhados a seguir:

Hotsite AURA

O hotsite é uma área destinada aos professores, que disponibiliza conteúdo, tutoriais em vídeo, informações, materiais de suporte e documentos com boas práticas de trabalho e dicas úteis para que a rotina acadêmica seja mais produtiva e o professor se sinta preparado para ministrar suas aulas.

O endereço eletrônico contempla: descrição e atuação da Diretoria de Ensino, atividades de Pesquisa, Ensino e Extensão, a trilha mínima de formação desejável para o docente, *lives* renomadas com profissionais do mercado, agenda de treinamentos mensal, *Onboarding* para novos professores, Blog informativo com as principais notícias e um FAQ com as dúvidas dos professores sobre o modelo de aprendizagem. O endereço eletrônico para consulta é: <https://docentes.online/>



App Docente

Para facilitar a experiência do professor e o cumprimento da rotina operacional que faz parte das atividades docentes, criou-se o App Docente. Disponível para *download* na loja de aplicativos dos sistemas Android e Apple, o App tem os seguintes objetivos:

- ✓ Facilitar o acesso ao Sistema de Informações Acadêmicas, garantindo ao docente a possibilidade de efetuar seus lançamentos acadêmicos, a qualquer hora, sem a necessidade de um computador;
- ✓ Melhorar a comunicação entre docentes e alunos, permitindo o envio de mensagens à turma de forma rápida;
- ✓ Alertar o professor, quando este tem pendências de lançamentos de frequência, garantindo aos alunos o efetivo acompanhamento de suas faltas;
- ✓ Reduzir o tempo destinado às atividades operacionais, garantindo ao professor mais tempo para dedicar-se ao processo de ensino-aprendizagem;

Com uma usabilidade simples, intuitiva e com funcionalidades que agilizam o acompanhamento de sua turma, o aplicativo tem ampla aceitação dos professores, além de excelente desempenho em relação às suas funcionalidades:

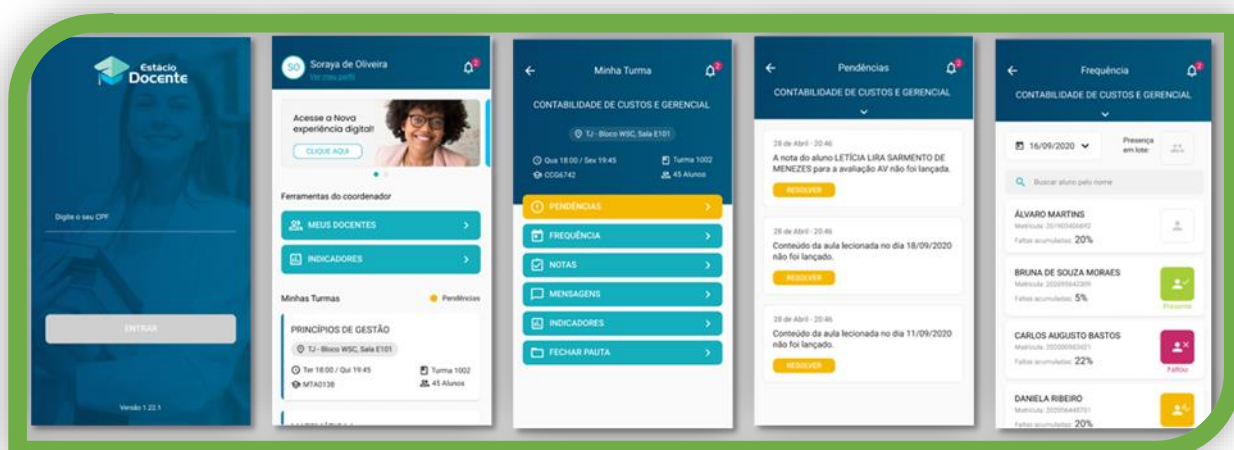
- ✓ Visualização de informações das turmas
- ✓ Sinalização de pendências
- ✓ Lançamento de frequência, conteúdo e nota

- ✓ Envio de mensagens entre docentes e alunos, e coordenadores e docentes
- ✓ Visualização de indicadores acadêmicos
- ✓ Fechamento de pauta
- ✓ Notificações acadêmicas

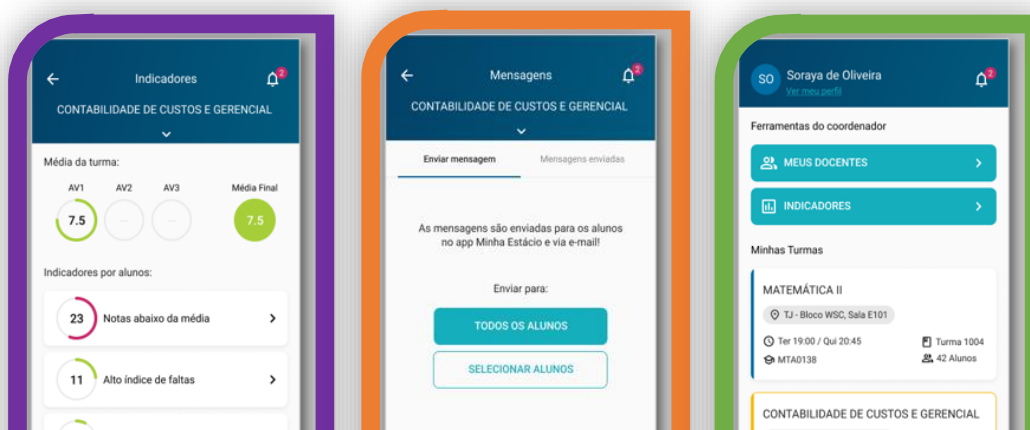
A equipe responsável pelo desenvolvimento do App Docente oferece espaço para os professores avaliarem, constantemente, por meio de pesquisas, o produto e os docentes, ainda, podem contribuir com a sugestão de novas funcionalidades a cada ciclo.

Abaixo, apresenta-se algumas telas do aplicativo:

Telas referentes à Gestão Acadêmica.



Telas referentes à comunicação e gestão de turmas e alunos.

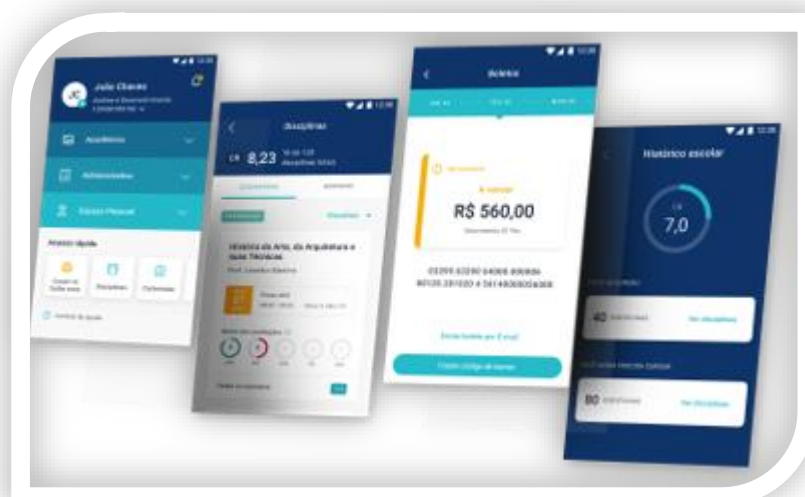


App do Aluno

O App do aluno é uma solução mobile que possibilita ao aluno realizar as principais atividades do dia a dia pelo celular, de qualquer lugar e sem depender de interação humana. O aplicativo tem como objetivo:

- ✓ Facilitar o acesso às informações acadêmicas e financeiras;
- ✓ Melhor comunicação entre docentes e alunos;
- ✓ Manter o aluno atualizado em relação ao seu calendário acadêmico;
- ✓ Solicitar atendimentos agendados e requerimentos;
- ✓ Possibilitar o envio e atualização dos documentos pelo app, sem necessidade de abrir um requerimento ou ir fisicamente a uma unidade.

As telas, a seguir, apresentam algumas das principais funcionalidades do App do Aluno:



Além das funções básicas, o APP também possui autosserviços para o aluno cada vez menos necessitar de uma interação com a secretaria para resolver suas necessidades. São elas:

- ✓ Minhas disciplinas;

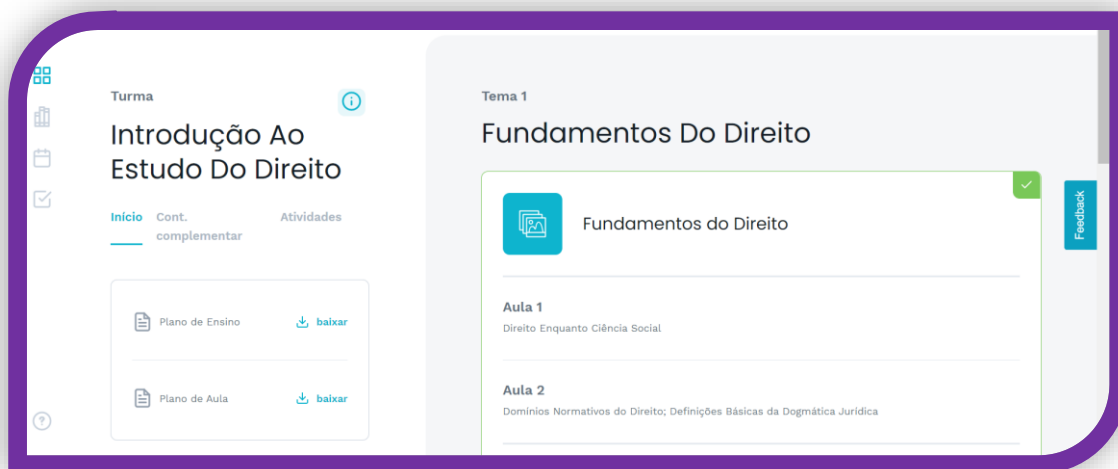
- ✓ Webaula;
- ✓ Histórico Escolar;
- ✓ Boleto;
- ✓ Agendamento de prova;
- ✓ Solicitações (Atendimento agendado e Requerimento);
- ✓ Documentos;
- ✓ Carteirinha Virtual;
- ✓ Dados Cadastrais;
- ✓ Calendário Acadêmico;
- ✓ Atividades Complementares;
- ✓ Ajude melhorar sua unidade;
- ✓ Acesso link Renova;
- ✓ Acesso link Biblioteca virtual;
- ✓ Acesso link Portal Negociação.

1.27.1. Ambiente virtual de aprendizagem

Qualquer modelo de educação que pretende estar conectado com o futuro é *blended*: presencial e digital. Isto exige que os modelos mais tradicionais de ensino sejam repensados. Neste contexto, o Aura traz uma relação contínua de aprendizagem ao estabelecer uma linha de desenvolvimento interdependente entre os ambientes de aprendizagem presencial e digital. A nova geração chega à universidade e quer desenvolver suas competências de forma múltipla, rápida, intuitiva, criativa e colaborativa. Valorizam competências que serão usadas no mercado de trabalho e um aprendizado que lhes faça sentido.

A globalização e a internet criaram o conceito de “Social Learning”: aprendizado informal e baseado na troca de experiências entre as pessoas.

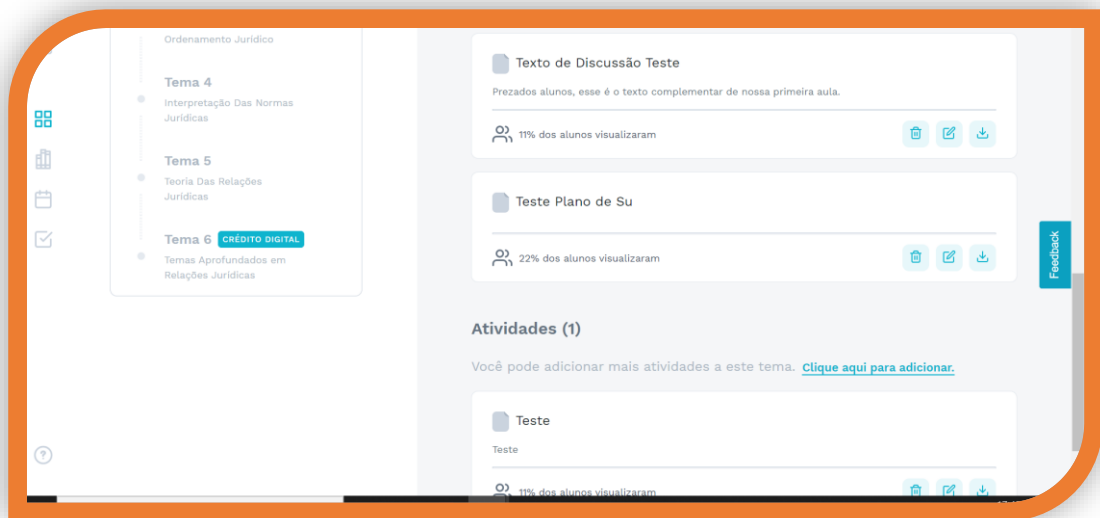
Nas IES, o ambiente virtual de aprendizagem formaliza este processo. Nele, os alunos têm acesso a um conteúdo digital de alta qualidade, a qualquer hora e em qualquer lugar, o que lhes permite mais independência para aprender. Incentiva-se o autoaprendizado em um ambiente virtual que oferecerá aos discentes a flexibilidade que tanto buscam no desenvolvimento de suas competências.



Visão da Disciplina – Tema de aprendizagem



Visão dos Temas e Conteúdos Complementares



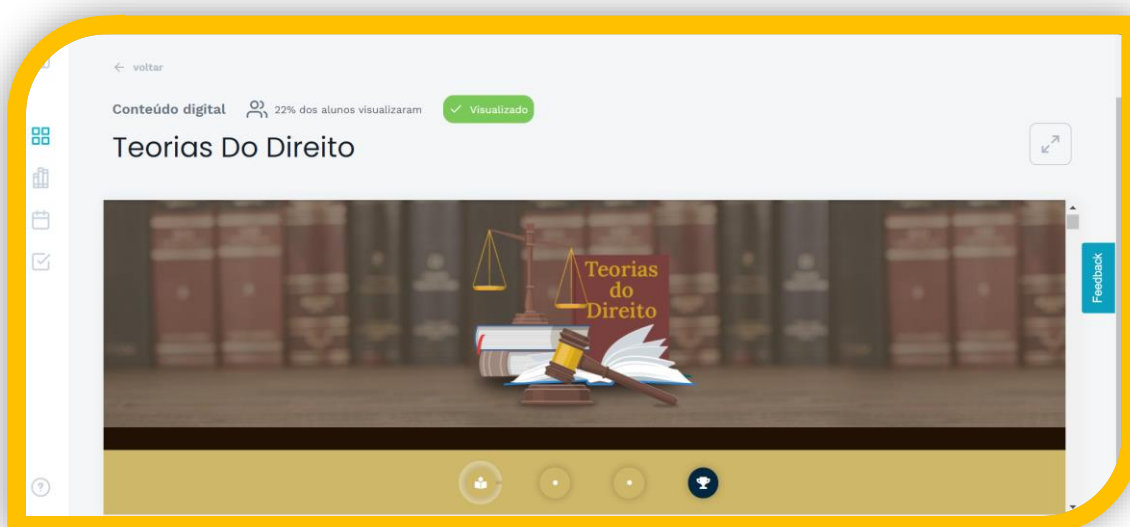
Visão dos temas, conteúdos complementares e atividades.



Visão das funcionalidades de acesso aos repositórios acadêmicos



Visão do tema de aprendizagem Fundamentos do Direito de Introdução do estudo do Direito.



Visão do tema de aprendizagem Teorias do Direito em Introdução ao estudo do Direito.



Visão do conteúdo interativo do tema Teorias do Direito, Introdução ao Estudo do Direito.



Visão do Conteúdo Digital, Temas aprofundados em relações jurídicas.

Além disto, o conteúdo digital disponível no AVA abre espaço para inúmeras discussões que serão realizadas na aula presencial. Engajados pelo professor, os discentes são convidados a explorar os conteúdos antes da aula na plataforma para que possam participar, ativamente, da discussão e aplicação deste conteúdo durante a atividade realizada em sala e mediada pelo professor.

Isto é a inversão da sala de aula, já que o Aura reconhece que os alunos da atual geração são capazes de ter acesso preliminar a conteúdos, que podem ser disponibilizados na forma de aulas prévias,

podcasts, vídeos, estudos de caso, para que possam ser protagonistas de sua aprendizagem na sala de aula presencial.

O AVA foi construído para atender às premissas de modelo de aprendizagem AURA, cujas disciplinas são desenhadas no formato de temas e permitem o desenvolvimento de competências. A ideia é convergir os novos usuários que já nascem digitais e várias gerações que aprenderam ou estão aprendendo a utilizar mais o digital para uma interface intuitiva e clean, com usabilidade fluida e design simples.

No AVA, o aluno encontra diferentes elementos de aprendizagem que podem ser acessados pelo celular, computador ou tablet. Dentre as funcionalidades principais estão a trilha de aprendizagem do aluno, a comunicação com pares e professores, notificações com lembretes importantes da sua vida acadêmica e ainda dados de progresso e aproveitamento.

Mais do que as funcionalidades em si, o AVA foi desenvolvido a partir do mapeamento da jornada de alunos e professores, permitindo-lhes ser parte integrante do processo de criação. A plataforma está em constante evolução e as novas funcionalidades são planejadas com base em pesquisas com alunos e professores, bem como feedbacks recebidos durante seu uso. Essa busca contínua pela melhor experiência dos usuários é o que garante que o AVA da IES esteja na vanguarda da inovação digital no ensino superior.

Além disso, o AVA busca, sempre, novas funcionalidades que incrementem a experiência dos usuários, para que eles invistam seu tempo no que realmente importa: estudar e aprender.

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) possibilitam compartilhar informações e desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de análise, síntese e avaliação ao estimularem o aluno a buscar e gerir a informação, assim como colaborar com os pares. Essa dinâmica faz com que o estudante seja, ao mesmo tempo, consumidor e produtor de conhecimento, em um processo de aprendizagem que o estimula a desenvolver uma conduta que favoreça o trabalho individual e coletivo.

O AVA adotado pela IES disponibiliza canais de interatividade para serem utilizados efetivamente, favorecendo o processo de aprendizagem, da construção e reconstrução do conhecimento. A colaboração e a cooperação, palavras-chave nesta concepção de educação, são valorizadas no ambiente virtual por levarem ao aprofundamento do conteúdo, à reflexão, à avaliação de diversos pontos de vista, à aplicação de conceitos e à reconstrução do conhecimento. Estão disponibilizados dispositivos de comunicação unilaterais, bidirecionais e multidirecionais (Fóruns, Central de Mensagens).

O trabalho cooperativo, igualmente, está presente na troca e na busca por um objetivo comum para a construção do saber. Acontece por meio do compartilhamento de informações e de

conhecimentos entre os atores do processo. Na aprendizagem colaborativa, estimula-se a reciprocidade, a fim de que se alcance um propósito em comum. A interação é encorajada visando principalmente ao estímulo ao conhecimento compartilhado; todos podem contribuir uns com os outros, desenvolvendo suas competências e habilidades.

No ambiente virtual de aprendizagem, os meios de comunicação favorecem o ensino e a aprendizagem cooperativa. Esse trabalho pode ser feito através das comunidades virtuais, dos fóruns de tutoria, de compartilhamento de arquivos online, da publicação colaborativa entre outros mecanismos de comunicação.

Além disso, o AVA integra as interfaces relacionadas à publicação de conteúdo, através de tecnologias específicas para a hospedagem de aulas online, aulas disponibilizadas via web, biblioteca de apoio individualizada por disciplina específica, laboratórios digitais, biblioteca e biblioteca virtual utilizada pela IES, dentre outras ferramentas para armazenamento, distribuição e construção de conteúdo digital.

1.28 MATERIAL DIDÁTICO

1.28.1 Abrangência e coerência teórica, acessibilidade metodológica e adequação bibliográfica

A IES disponibiliza bibliotecas virtuais e outras fontes de consulta que abrangem as referências utilizadas nos Planos de Ensino e Planos de Aula. Os professores, quando orientam essas leituras, o fazem pensando no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e nos fundamentos filosóficos e científicos que norteiam o trabalho educativo da IES. Fazem parte do Acervo a Biblioteca Virtual Universitária 4.0, Minha Biblioteca, Repositório de Recursos Educacionais, EBSCO e os Conteúdos Digitais das disciplinas.

✓ A **Biblioteca Virtual Universitária 4.0** atualmente conta com aproximadamente 7.000 títulos, de mais de 40 áreas do conhecimento. Reúne um acervo de 21 Editoras e permite a impressão de até 50% do conteúdo de livros com valores de fotocópia.

✓ A **Minha Biblioteca** também conta com aproximadamente 7.000 títulos, das mais diversas áreas do conhecimento. Reúne acervo das principais editoras acadêmicas do país. Permite impressão do conteúdo dos livros. Oferece modelos de citação já estruturados para trabalhos acadêmicos.

Essas duas plataformas oferecem acesso ilimitado e multiusuário. Possuem ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo, como: pesquisa inteligente; marcadores de páginas e texto; anotações personalizadas; impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos.

Além do **Repositório de Recursos Educacionais** (Beta Repositório), que contém livros próprios, jogos e vídeos explicativos. Permite o download dos livros.

Oferece também a plataforma **EBSCO** para acesso a diversas bases de dados com texto completo, que incluem periódicos e e-books. Abrange diversas áreas do conhecimento.

Essas plataformas podem ser acessadas pelos alunos de qualquer dispositivo conectado à Internet, de qualquer lugar. Garantem mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android). A perspectiva é de que os acervos das bibliotecas virtuais continuem a se expandir anualmente, através de novas parcerias estabelecidas com as editoras, assim como o acervo do Repositório com a inserção de novos títulos. O material fica disponível para o professor através do “Portal do Professor” e para alunos através do “Aluno on-line”, no SIA – Sistema de Informações Acadêmicas.

EnsineMe

EnsineMe é a área responsável pela produção dos conteúdos digitais usados no modelo de aprendizagem Aura. A área possui uma metodologia proprietária de autoaprendizagem pautada pela tríade: tecnologia, qualidade e inovação. Os Conteúdos Digitais ficam armazenados em repositório próprio e disponibilizados aos alunos em seu ambiente virtual de aprendizagem.

Algumas dessas plataformas oferecem acesso ilimitado e multiusuário. Possuem ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo, como: pesquisa inteligente; marcadores de páginas e texto; anotações personalizadas; impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos.

Elas podem ser acessadas de qualquer dispositivo conectado à Internet de acordo com a sua disponibilidade. Garantem mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android). A perspectiva é de que os acervos das bibliotecas virtuais continuem a se expandir anualmente, através de novas parcerias estabelecidas com as editoras, assim como o acervo do Repositório com a inserção de novos títulos. O material fica disponível para o professor através do “Portal do Professor” e para alunos através do “Aluno on-line”, no SIA – Sistema de Informações Acadêmicas.

Sobre a acessibilidade metodológica, sugere-se a leitura do item 1.16.2 desse documento.

É importante destacar que as bibliografias básicas e complementares do Curso indicadas nos planos de ensino (i) guardam coerência pedagógica com o PPC, (ii) atendem aos critérios de atualização e (iii) acessibilidade dos Discentes.

Na pertinência e coerência pedagógica com o curso na forma deste PPC. Por exemplo, em Introdução ao estudo do Direito, disciplina inaugural fundamente dos três aspectos de formação previstas pelas DCN (geral, técnico-jurídico e prático-profissional), possuir obras em sua bibliografia

básica que atendem às necessidades de formação crítico-reflexiva, técnico-jurídica e prático profissional. Para o âmbito crítico reflexivo, são indicadas as obras de Tércio Ferraz Jr. (2019), “Introdução ao estudo do Direito: técnica, decisão, dominação”; David Ingram (2011), “Filosofia do Direito: conceito-chaves em filosofia”; Danilo Marcondes e Noel Struchiner (2015), com “Textos básicos de Filosofia do Direito: de Platão a Frederick Shauer”. Percebamos que estes textos atendem ao objetivo disciplinar “Debater o Desenvolvimento do Direito enquanto ciência autônoma e técnica de regulação social (...)”.

Ainda em Introdução ao estudo do Direito, para o âmbito técnico-jurídico e prático-profissional (aplicação), as obras de Noberto Bobbio (2014), “Teoria do Ordenamento Jurídico”, em conjunto com Ricardo Maurício Freire Soares (2019), “Hermenêutica e interpretação jurídica”, e Rizzato Nunes (2018), “Manual de Introdução ao estudo do Direito: com exercício em sala de aula e lições de casa”, cumprem o papel de oportunizar ao aluno conhecimentos técnicos-jurídicos e aplicáveis. Nada obstante, as obras estão atualizadas e com total possibilidade de acesso pela plataforma Minha Biblioteca através do link disponível no próprio Plano de Ensino.

Uma segunda disciplina, do plano mais enfático da formação geral, fundante do desenvolvimento jurídico dos nossos discentes é a Ciência Política e Teoria do Estado. Concebida como uma disciplina introdutória aos fenômenos e ideologias políticas, à Teoria do Estado, portanto, para a disciplina Teoria Constitucional e Direitos Fundamentais, Organização Estatal, Direito Administrativo e todas as demais, cabe fazer a análise dos seus referenciais bibliográficos.

No âmbito de seu aspecto formativo geral, crítico e reflexivo, a disciplina em sua bibliografia básica traz a obra de Flamarion Caldeira Ramos, Yara Frateschi e Rúrion Melo (2018), denominada “Manual de Filosofia Política: para os cursos de Teoria do Estado e Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais”; Jorge Miranda, um dos maiores constitucionalistas do universo jurídico continental, “Teoria do Estado e Constituição” (2019); e Nina Ranieri (2019), “Teoria do Estado: do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito”. Tais referenciais contribuem para que a Matriz de Competências sejam realizadas, à medida que permite a construção de competências para um indivíduo, cidadãos e profissional, apto ao raciocínio analítico, crítico, axiológico e capaz de propor soluções mediadas pelo Direito, Sociedade Civil e Estado. Novamente, as referências estão atualizadas e amplamente acessíveis.

As disciplinas mais diretamente afetas à formação técnico-jurídica também possuem referenciais bibliográficos coerentes com uma formação com qualidade acadêmica. Em Organização Estatal, o “Curso de Direito Constitucional” (2019) do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes em conjunto com Paulo Gustavo Monet representa referência no âmbito do Direito Constitucional. Na mesma esteira, a obra “Direito Constitucional” (2019) do também Ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, pode ser

colocada junto ao elenco de precisão e técnica que o Curso visa desenvolver em seus graduandos. Na bibliografia complementar, são trazidos outros constitucionalistas amplamente reconhecidos pela ciência jurídica brasileira: Ana Paula de Barcellos, Uadi Lammêgo Bulos, Guilherme Peña de Moraes, Ingo Wolfgang Sarlet e André Ramos Tavares.

Outra disciplina estruturante da formação técnico-jurídica é Direito Penal – Teoria do Crimes, na qual as referências bibliográficas guardam coerência com o PPC. No âmbito básico, Cezar Roberto Bitencourt (2020), com “Coleção Tratado de direito penal volume 1. Parte geral”; César Paulo Busato (2018), “Direito penal: parte geral”; e André Callegari e Eugênio Pacelli (2020), “Manual de direito penal: parte geral”. Todas estas obras representam referenciais de qualidade técnica-jurídica que também são determinantes na atuação prático-profissional. Nessa mesma disciplina, uma bibliografia complementar que também abre a reflexão crítica é a de Carlos Roberto Bacilla (2016), “Introdução ao Direito Penal e à Criminologia”.

Cabe então trazer exemplos das disciplinas cuja ênfase maior se dá no campo prático profissional. Em Prática Cível, as referências básicas e complementares atendem às necessidades de qualidade técnico-jurídica e prático-profissional. Renato Montans de Sá e João Aguirre (2020), com a obra “Prática Civil”; Luis Fernando Rabelo Chacon (2020), “Manual de Prática forense civil”; e, Fernanda Tartuce (2020), com o “Manual de Prática Civil”. Todas são obras atualizadas e com acessibilidade na plataforma Minha Biblioteca.

Na Prática Trabalhista, o curso tem obras de referência como Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante (2019), “Prática Jurídica Trabalhista”; Leone Pereira (2019), “Prática Jurídica”; e Renati Sabino, Renata Orsi e Paulo Ralin (2019) com “Prática forense: prática trabalhista”. Todas obras atualizadas, com ampla disponibilidade no acervo virtual do Minha Biblioteca.

A coerência com o projeto crítico reflexivo, técnico-jurídico e prático profissional é bem evidenciado nos exemplos acima. Também no âmbito da sustentabilidade, empreendedorismo e inovação, os referenciais bibliográficos são trabalhados para dar suporte ao projeto pedagógico do curso. Abaixo.

Na disciplina Direito Ambiental, as obras de Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2018), “Curso de Direito Ambiental Brasileiro”; Paulo Antunes Bessa (2018), “Direito Ambiental”; e Ingo Wolfgang Sarlet, Tiago Fensterseifer (2017), “Curso de Direito Ambiental”; todas referências atualizadas e com ampla disponibilidade de acesso aos discentes.

Na Disciplina Direito, Tecnologia e Empreendimento, interdisciplinar por excelência, o objetivo é desenvolver nos discentes as competências da literacia e fluência digital, da Nova Economia,

do empreendedorismo, etc. Dessa forma são fundamentais as obras, de Maria Isabel Carvalho Sica, Longhi, André Costa-Corrêa Emerson Alvarez, Predolim, Rodrigo Fernandes Rebouças (2020), “Direito e Novas Tecnologias”; Fausto Martins de Sanctis (2020), “Direito e Inteligência Artificial”; e Tarcísio Teixeira e Alan Moreira Lopes (2017), “Startups e inovação: direito no empreendedorismo (entrepreneurship law)”.

A bibliografia complementar também contribui para o desenvolvimento de *soft skills* em relação com as áreas de conhecimento voltadas aos negócios e a administração das organizações empresariais, tais como: Mario Esequiel (2016), “Gestão eficiente de escritórios de advocacia”; Eduardo Luzio (2015), “Finanças Corporativas: teoria e prática”. Na mesma disciplina, a interdisciplinaridade com a economia é atestada com Antonio Maristrello Porto Garoupa (2020), “Curso de Análise Econômica do Direito”.

Por último, na compreensão dos desafios digitais do Século XXI, a Disciplina Direito Cibernético, traz em seus referenciais bibliográficos uma série de obras que são condizentes com o PPC. Introduzindo os discentes à literacia e fluência digital jurídica, a obra de Patrícia Peck Pinheiro (2016), “Direito Digital”; Olga Cavalli e Luca Belli (2019), “Governança e Regulações da Internet na América Latina”; e Auriney Brito (2013), “Direito Penal Informático”, contribuem para o desenvolvimento das competências do mindset digital.

As referências complementares ampliam a reflexão crítica e humanística sobre o Direito e a atualidade cibernética e digital, bem como, os elementos técnico-jurídicos e práticos profissionais: Rossana Marina de Seta Fisciletti (2020), “A Quarta Revolução Industrial e os novos paradigmas do Direito do Consumidor”; Ronaldo Lemos (2005), “Direito, Tecnologia e Cultura”; Eduardo Magrani (2019), “Entre dados e robôs: ética e privacidade na era da hiperconectividade”; Rodrigo Fernandes Rebouças (2018), “Contratos Eletrônicos: Formação e Validade, aplicações práticas”; Klaus Schwab (2016), “A quarta revolução industrial”.

A Curso mantém seu olhar de forma atenta e coerente sobre as referências bibliográficas. São indicadas obras que preservem o compromisso com as competências necessárias ao desenvolvimento dos nossos discentes. São indicadas obras que tenham verticalidade crítica e humanística, precisão e acurácia técnico-jurídica e utilidade e aplicação prático-profissional. A constante verificação, atualização, revisão e apropriação das obras é parte do planejamento de gestão do Curso, no qual são importantes a atuação do coordenador de Curso, do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso.

Cumprir destacar que as obras indicadas e estudadas não se restringem apenas às bibliografias básica e complementares. Também, nos planos de aula, são indicados nos campos **Leitura Específica** e **Aprenda+** artigos especializados do campo, notas técnicas, relatórios, jurisprudências, artigos de veículos reconhecidos do campo, etc. No conteúdo digital, os temas de aprendizagem também trazem nos campos **Referências** e **Explore+** títulos atualizados, significativos e necessários à formação geral, técnico-jurídica e prático profissional dos discentes.

Dessa forma, nos Planos de Ensino, nos Planos de Aula, nos Conteúdos Digitais e nos Acervos Disponíveis, as referências bibliográficas estão coerentemente articuladas com os propósitos do curso, sendo indicadas para a realização e aprofundamento do processo de ensino-aprendizagem dos discentes do curso.

Biblioteca Virtual (Pearson)

A Biblioteca Virtual é um acervo virtual de livros-texto, com obras em Português e leitura total disponível pela Internet. Disponibiliza o acesso atualmente a mais de 14.000 títulos, de mais de 40 áreas do conhecimento. Apresenta parceria com várias editoras, entre elas Autêntica, Contexto, Freitas Bastos, Interciência, Intersaberes, Lexikon, Pearson, Rideel, etc.

A interface de publicação permite, além da visualização e leitura do conteúdo, o uso de diversos recursos, como marcadores de texto e página, notas, citações, cartões de estudo e seleção de livros favoritos, entre outros. Permite impressão de até 50% do conteúdo de livros com valores de fotocópia. Oferece ferramentas de acessibilidade, que possibilitam variadas adaptações para melhor visualização e leitura em voz alta.

A Biblioteca Virtual oferece acesso ilimitado e multiusuário. Pode ser acessada de qualquer computador conectado à Internet, independente do aluno estar nas dependências da Instituição, o que garante mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android).

A perspectiva é que o acervo da Biblioteca Virtual continue a se expandir anualmente, através de novas parcerias estabelecidas com as editoras. O material está disponível para o professor através do “Portal do Professor” e para alunos através do “Aluno on-line” e no SIA – Sistema de Informações Acadêmicas.

Minha Biblioteca

Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais – tais como a Manole, Saraiva, Atlas, Blucher, dentre outras - a Minha Biblioteca oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela Internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, discentes e docentes tem acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: saúde, direito, ciências sociais aplicadas, entre outras.

A Minha Biblioteca conta atualmente com mais de 12.000 títulos, com acesso ilimitado e multiusuário.

Oferece, além da visualização e leitura do conteúdo, o uso de variados recursos, como marcadores de texto e página, criação de notas e comentários, cartões de estudo e seleção de livros favoritos, entre outros. Disponibiliza modelos de referência bibliográfica já estruturados para trabalhos acadêmicos. Permite a impressão do conteúdo, com limite de até 2 páginas de cada vez. Dispõe de ferramentas de acessibilidade, que possibilitam diversas adaptações para visualização do conteúdo e leitura em voz alta.

Garante mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android). Passa por atualizações semestrais.

Base de Dados EBSCO

A assinatura desta base de dados permite o acesso a mais de 10.000 publicações em texto completo e atende todas as áreas do conhecimento. Possui periódicos especializados, que suplementam os conteúdos administrados nas disciplinas e são disponibilizados no SIA de acordo com a assinatura de aquisição com a EBSCO Brasil Ltda. Oferece também eBooks da área da saúde e multidisciplinares.

As bases assinadas pela Cia. são: Academic Search Premier; Applied Science & Technology Source; Business Source Premier; Dentistry & Oral Sciences Source; DynaMed; Education Source; Fonte Acadêmica; Hospitality & Tourism Complete; MEDLINE Complete; Psychology and Behavioral Sciences Collection; Regional Business News; World Politics Review. E também o serviço de busca EBSCO Discovery Service.

Além disso, inclui o portal DynaMed que é a fonte de informação baseada em evidências clínicas, projetada para otimizar o tempo de resposta. O conteúdo engloba milhares de temas da área da saúde.

Para a área da saúde conta também com a MEDLINE Complete, que é uma base de dados bibliográfica criada e mantida pela National Library of Medicines, que cobre os campos da enfermagem, medicina, medicina e saúde pública. Contém citações bibliográficas e resumos de autores de aproximadamente 3900 periódicos correntes da área biomédica, publicados nos Estados Unidos e em 70 outros países, cobrindo mais de 9 milhões de registros de todo o mundo desde 1966, com predominância da língua inglesa.

A EBSCO permite acesso online, simultâneo e ilimitado por IP ou acesso remoto no website da Instituição. Possui Interface única de busca em português, o EBSCOhost e tradutor automático do texto completo para o português. Possibilita salvar os artigos pesquisados, imprimir, enviar (e-mail) ou guardar na base (MyEBSCOhost – ferramenta que permite salvar pesquisas em uma conta pessoal para posterior consultas).

Oferece leitor de voz, que pode ler o conteúdo HTML em voz alta para deficientes visuais. A atualização é diária e possui mais de 10.000 títulos de periódicos.

1.28.2 Linguagem inclusiva e recursos inovadores

Uma de nossas responsabilidades da IES é criar um ambiente educacional que reconheça as suas possibilidades e suas limitações, garantindo, assim, a plena participação da turma tanto nos momentos presenciais no polo quanto na Sala de Aula Virtual.

Elencamos, a seguir, os procedimentos mais relevantes por categoria de deficiência e/ou de problemas específicos de aprendizagem para que se adote uma linguagem inclusiva nos espaços educacionais.

✓ Deficiência Física (*paralisia cerebral*)

- Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador da unidade) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;
- Disponibilizar as postagens de outros alunos na ferramenta “anotações” para o aluno com deficiência, ou outra ferramenta análoga, de modo a permitir uma organização mais acessível das informações;
- Solicitar avaliação oral presencial na IES, caso o aluno tenha muita dificuldade na escrita e/ou no manuseio do equipamento (mouse e teclado) utilizado nas avaliações;
- Permitir que, durante as aulas práticas realizadas em laboratórios, onde são utilizadas vidrarias, reagentes e altas temperaturas, o aluno, caso necessário, participe apenas como observador. Se houver necessidade de operação de instrumentos por parte do aluno, como tarefa inerente à formação, o professor da disciplina prática deverá solicitar réplicas de baixo risco (como plástico e soluções líquidas inertes, por exemplo) para que não haja prejuízo na formação do aluno;
- Solicitar possíveis adaptações no material didático para atender necessidades individuais e, conseqüente, customização da forma de entrega desses materiais, se for o caso.

- Produzir o material digital com usabilidade simples de forma a facilitar a utilização de equipamentos tais como mouse e teclado, incluindo recursos como clique simples e *scroll* evitando movimentos complexos como cliques duplos ou botão direito entre outros.

✓ **Deficiência Visual (*Cegueira*)**

- Disponibilizar a versão em áudio para os vídeos e tele transmissões;
- Solicitar o texto compatível com os softwares de leitura (DOS-VOX, JAWS, entre outros) para o material digital disponível na Sala de Aula Virtual;
- Desenvolver material digital em HTML compatível com os softwares de leitura (DOS-VOX, JAWS, entre outros) com base nas diretrizes do W3C/WAI/WCAG/EMAG;
- Criar código semântico para interpretação do conteúdo por ferramentas de transcrição por áudio;
- Permitir o uso de digitador (familiar, amigo ou colaborador do polo) para o envio de mensagens e postagem nos tópicos dos fóruns de discussão, nas ferramentas de mensageria, bem como em outros recursos de interação entre colegas e tutores;
- Utilizar linguagem adequada para indicar com precisão, nos polos de educação a distância, o lugar exato, usando termos como: à sua frente, em cima etc., em vez de “ali”, “aqui”;
- Viabilizar o acesso e garantir condições adequadas para o cão-guia, se for o caso;
- Disponibilizar colaborador para reconhecimento físico da estrutura do polo (sala de tele transmissão, laboratório etc.);
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário;
- Combinar com o aluno a melhor forma de elaboração dos instrumentos de avaliação (prova oral, prova transcrita em *braille* ou com o auxílio de um leitor).

✓ **Deficiência Visual (*Baixa Visão*)**

- Solicitar mecanismo de ampliação de vídeo (tela cheia) para visualização de aulas em vídeo;
- Possibilitar, através do player utilizado a ampliação de vídeos para visualização em tela cheia além disso, o player contempla controle de velocidade de reprodução do vídeo;
- Fazer uso da avaliação oral, caso necessário.

✓ **Deficiência auditiva**

- Orientar todos os colaboradores e professores para evitar o impulso de se falar mais alto toda vez que se está diante de um aluno com deficiência auditiva;
- Confirmar junto ao aluno as necessidades específicas em função do grau de deficiência auditiva apresentada (por exemplo, se o aluno usa aparelhos auditivos de amplificação),

- Disponibilizar a versão em LIBRAS dos vídeos das aulas vinculadas ao conteúdo digital, bem como confirmar com o aluno se ele adquiriu essa língua formalmente;

- Aceitar a carência de vocabulário e/ou organização sintática incomum como características das limitações de estrutura linguística desse público nos eventos em que haja necessidade de expressão escrita (mensagens, fóruns, avaliações etc.);

- Estimular o aprendizado da língua portuguesa por meio de oficinas ou mentoria, principalmente na modalidade escrita, para uso do vocabulário pertinente à disciplina que está sendo ensinada e às necessidades de emprego formal da língua para a formação de nível superior;

- Permitir o uso de dicionários (de termos, de sinônimos, de regência etc.) durante a realização de avaliações, exceto os dicionários de cunho enciclopédico;

- Adotar flexibilidade na correção de provas escritas, valorizando o conteúdo semântico em detrimento da construção sintática e dos elementos gramaticais correlatos (como regência e concordância, por exemplo);

- Providenciar um colaborador do polo para eventuais dúvidas e/ou necessidades especiais.

✓ **Deficiência Mental**

- Oferecer ao aluno abordagens de conteúdo de maneira mais ajustada às suas condições individuais, valendo-se, para tal fim, da biblioteca virtual, da central de mensagem da disciplina e outros recursos análogos;

- Introduzir atividades complementares às previstas, de caráter formativo, para auxiliar o aluno nos processos de ensino e de aprendizagem e de nivelamento de lacunas curriculares oriundas da Educação Básica, na medida do possível;

- Adaptar os critérios regulares de avaliação, caso seja necessário;

- Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno

✓ **Dislexia** (*distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração*)

- Oferecer atenção individualizada;

- Permitir a realização de provas oralmente;

- Aumentar o tempo de realização da prova para o aluno;

- Incentivar o aluno a restaurar a confiança em si próprio, valorizando o que ele gosta e faz bem-feito;

- Ressaltar os acertos, ainda que pequenos, e não enfatizar os erros;

- Valorizar o esforço e o interesse do aluno;

- Evitar o uso da expressão “tente se esforçar” ou outras semelhantes, pois o que ele faz é o que ele é capaz de fazer no momento;
- Falar francamente sobre suas dificuldades sem, porém, fazê-lo sentir-se incapaz, mas auxiliando-o a superá-las;
- Respeitar o seu ritmo, especialmente devido aos problemas de processamento da informação e seus reflexos na linguagem;
- Levar em conta as dificuldades específicas do aluno e as dificuldades da nossa língua quando corrigir atividades, exercícios ou questões discursivas;
- Buscar compreender, junto ao aluno, as formas pelas quais ele possui mais facilidade para adquirir e reter informação (visual, texto, vídeo etc.), e solicitar customização de conteúdo, se for o caso, para essa finalidade;
- Fornecer “dicas” específicas de como o aluno pode aprender ou estudar a sua disciplina;
- Esquematizar o conteúdo das aulas, para que ele possa entender os principais conceitos da matéria através de esquemas claros e didáticos.

✓ **TDHA** (*Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*)

- Prestar atendimento individualizado a esse aluno;
- Permitir avaliação oral;
- Explicar o conteúdo mais de uma vez;
- Permitir que a avaliação escrita seja realizada com tempo maior do que para os outros alunos;
- Pedir que ele ouça a sua pergunta até o final, isto porque tem dificuldade de ouvir a pergunta toda;
- Procurar entender a sua produção textual, uma vez que tem dificuldade em leitura e escrita;
- Buscar meios que o levem a completar a tarefa solicitada, pois não é persistente.

Estes procedimentos recomendados fazem parte do conjunto de ações necessárias à efetivação de uma Educação Inclusiva.

1.29 AVALIAÇÃO

1.29.1 Procedimentos de acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

O Modelo de Aprendizagem Aura é baseado na premissa de que o aluno é autônomo no seu processo de aprendizagem (PIAGET *apud* LEFRANÇOIS, 2008), aperfeiçoando suas competências a partir

dos estímulos que lhe são apresentados durante o curso das disciplinas práticas e teóricas, permitindo a construção de soluções para os problemas que irão enfrentar em sua jornada de aprendizagem a partir das dimensões interdependentes em que viverão enquanto cidadãos (esfera Política), indivíduos (esfera Ética) e profissionais (esfera do Mercado e Economia). O modelo Aura de aprendizagem baseado em competências tem o discente como protagonista e o docente como mediador. Juntos, em cooperação, os afetos são mobilizados para que as competências possam ser desenvolvidas. Logo, o processo avaliativo possui, principalmente, cunho diagnóstico, que permite acompanhar o desenvolvimento coletivo e individual dos estudantes à medida que compreende uma série de caminhos possíveis para sua realização.

A palavra avaliação contém a palavra “valor” acrescida da palavra “ação” e, dessa forma, acabamos por reconhecer que avaliar é também atribuir valor, embora reconheçamos que valores são conteúdos culturais e esses estão sempre em movimento. Para Luckesi (2002, p.69) “Avaliação é um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”. Essa afirmação reforça a ideia de que na avaliação sempre precisaremos de consenso para que sejam definidos os valores como ‘qualidade’ e o que é ‘relevante’ para alcançar essa qualidade. Por isso, a proposta de avaliação do Modelo de Ensino Aura exige compreensão da realidade; compromisso com a missão, visão e os valores da instituição; concepção do modelo de sociedade que se pretende construir; e preocupação com a formação do indivíduo numa perspectiva emancipatória.

Por sua vez, a perspectiva emancipatória privilegia a avaliação processual, em que o docente considera o desenvolvimento do estudante ao executar as diversas tarefas realizadas, acompanhando e fazendo considerações relevantes para um processo de reconstrução e aprimoramento do saber. Para tanto, os instrumentos devem ser diversificados, contínuos e imanentes à realidade dos alunos e sua diversidade. (HOFFMANN, 2000; SAUL 2000). Dentro dessa perspectiva, o sistema avaliativo no Aura privilegia formas de avaliação formativas, competentes para analisar e avaliar o processo de aprendizagem discente, permitindo a sua autocompreensão sobre os estágios de desenvolvimento em que se encontra; e a avaliação somativa focada nos resultados desse processo.

Neste sentido, o modelo utiliza como instrumentos avaliativos provas individuais e outras atividades acadêmicas realizadas de forma coletiva, privilegiando-se assim a interação e a conexão entre nossos alunos e professores. Destacamos, nesse aspecto, a isonomia dos instrumentos avaliativos, posto que estão dispostos nos planos de ensino das disciplinas e com a possibilidade de adaptação destes à realidade da sala de aula de cada professor. Soma-se a esses instrumentos o uso da tecnologia e do material digital que cada disciplina Aura dispõe. Como indivíduo autônomo, o aluno pode construir o

conhecimento a partir de sua experiência individual de aprendizagem que, por sua vez, é levada para a sala de aula por meio de metodologias ativas.

O Modelo Aura tem como premissa a cooperação, os afetos e a sociabilidade para o desenvolvimento de competências, o que inclui a atitude do aluno de querer fazer algo ligado a um propósito. Este desenvolvimento perpassa pela dimensão afetiva, social e cooperativa. Portanto, considerando que o processo de ensino-aprendizagem tem tal dimensão central, de forma coerente, seus instrumentos avaliativos tornam efetivos os componentes afetivos, cooperativos, sociais e internacionais ao estabelecer que as atividades avaliativas terão, na AV1, até 30% de atividades em grupo e, na AV2, de 20% a 50% de acordo com a composição de crédito das disciplinas.

A despeito dos inúmeros métodos avaliativos possíveis de diversas ordens, entende-se que a avaliação individual deve ser cuidadosamente observada e preconizada como instrumento complementar às atividades em grupo que comporão a nota da disciplina. Optou-se, então, pela realização da prova individual como avaliação somativa e diagnóstica, vez que ela permitirá a cada aluno verificar seus pontos de atenção e ao professor elaborar estratégias para, a partir do diálogo contínuo que as metodologias ativas proporcionam, solucionar gaps de conhecimento que fazem parte do processo de aprendizado.

As provas contemplarão em seus quesitos a diversidade de domínios cognitivos pressupostos pelo modelo de aprendizagem Aura baseado em competências. Nesse sentido, as provas contêm questões estruturadas da seguinte forma: (a) quesitos de memorização e reprodução, (b) quesitos de compreensão e interpretação, (c) quesitos de reflexão e aplicação e (d) quesitos argumentação e síntese.

Para que se contemple a diversidade e isonomia dos instrumentos avaliativos, as provas devem possuir quesitos objetivos e discursivos. As questões discursivas são estruturadas na forma de situação-problema. Para o Aura, uma situação-problema é uma contextualização, fática ou hipotética, cujo conteúdo está atrelado aos temas de aprendizagem e objetivos proposto no Plano de Ensino e Planos de Aulas das disciplinas. Esta situação-problema contém a articulação do saber dado pelo tema de aprendizagem com a habilidade e atitude propostos pelos objetivos. Em consonância com o modelo Aura e com a prática em sala de aula, as questões são fundamentadas em situações problemas, estudadas previamente e cuja resolução permite aferir a compreensão, em suas múltiplas acepções, do conteúdo trabalhado na disciplina. Neste sentido, os enunciados propostos são contextualizados, a instrução de resposta, objetiva, privilegiando a ordem gramatical direta a fim de obter assertividade e dirigir as dúvidas do discente sobre o que está sendo solicitado. Ademais, as questões são formuladas

tendo como ponto de partida os objetivos estabelecidos nos Planos de Ensino e de Aula, estimulando a análise, a construção de um raciocínio lógico e a interpretação de texto.

Nesse aspecto, a situação-problema deve ser suficientemente descritiva, coerente, coesa, informativa, problematizadora, instrutiva, performativa, tangível e identificável, impulsionando o desenvolvimento das competências do aluno que, ao solucioná-la, progride na articulação das competências inerentes à disciplina. Por último, as questões discursivas deverão contemplar os domínios cognitivos da argumentação e síntese possibilitando aos discentes uma formação complexa, crítica e emancipatória à medida em que estarão habilitados a resolver problemas concretos nas esferas interdependentes da cidadania (Política), da individualidade e alteridade (Ética) e da profissão (Economia e Mercado) que exercerão.

Não existe hierarquia, tampouco prioridade lexical entre os domínios cognitivos previstos nestas estruturas. Avaliar é um processo imanente ao contexto do desenvolvimento de competências que equilibra o estágio de desenvolvimento dos discentes, os objetivos de aprendizagem do componente curricular, atuação mediadora do docente, bem como os impactos interacionais, sociais e espaço-temporais do processo de ensino-aprendizagem. Por isso, cabe ao professor mediador, orientador, considerando a jornada de seus alunos, a escolha livre e adequada situacionalmente das estruturas e formas dos quesitos objetivos acima descritos.

O Modelo Aura de Ensino-aprendizagem inova ao superar a distinção aparente entre ensino-digital e ensino presencial. Os temas de aprendizagem são disponibilizados digital e presencialmente, sendo parte do processo de ensino-aprendizagem a inversão da sala de aula, o estudo prévio por meio do conteúdo digital, as ferramentas digitais de aprendizagem, bem como a ubiquidade necessária a um aprendizado global e local. Por meio do Modelo Aura, o discente pode aprender com uma diversidade de instrumentos organizados com a devida qualidade acadêmica por coordenadores, curadores e professores especialistas de cada um dos campos do conhecimento. Dessa forma, respeitando a processualidade do aprendizado autônomo, a diversidade e isonomia das formas e instrumentos, a avaliação do Modelo Aura, de forma coerente, abrange o conteúdo digital-presencial estruturado ao longo do processo de aprendizagem.

As estratégias de aprendizagem mobilizadas ao longo do curso incluem o Conteúdo Digital, material virtual, disponível na plataforma do aluno, que flexibiliza e revoluciona o próprio modo de estudar. Os créditos estão vinculados às aulas e o discente, em conjunto com o seu professor, deve colocar em discussão o tema que está vinculado ao Conteúdo Digital, de forma a se tornar um sujeito

ativo do processo educacional. O professor conduz o debate, mas cabe ao discente trazer as questões que entende como mais significativas após a leitura do material.

O(s) tema(s) e tópico(s) vinculados ao Conteúdo Digital fazem parte da avaliação somativa do modelo Aura por meio da cobrança na AV2 e na AV3.

Há, ainda, ao final dos temas de aprendizagem duas questões avaliativas, de cunho diagnóstico, que devem ser realizadas pelo aluno após o estudo do conteúdo digital no ambiente virtual do aluno, cuja verificação é passível de visibilidade ao docente da disciplina.

A premissa Aura preza, em um de seus pilares, a construção de um modelo que, embora estimule a autonomia intelectual, entende que esta deve ser pensada em grupo, com práticas coletivas. Se nos voltarmos para a obra piagetiana, um dos fundamentos teóricos dessa metodologia, veremos que Piaget entende que o próprio sentido de autonomia intelectual não pode ser separado do aspecto afetivo, construído por meio do acolhimento e das sociabilidades da vida acadêmica. Neste sentido, a proposta do avaliar busca integrar-se a um modelo pedagógico que forma cidadãos inovadores e não repetidores ou reprodutores de conhecimento. Para Piaget, o conhecimento não era algo dado, imutável, a ser descoberto, mas algo a ser construído, mutável, e que é produzido a partir das interações do sujeito com múltiplos ambientes. Quando este sujeito, a partir do conhecimento adquirido, altera o ambiente em que vive, o exercício de aprendizagem foi bem-sucedido pois trouxe inovação e transformação.

É considerando este fundamento que o modelo avaliativo incorpora a Atividade Prática Supervisionada (APS), duas questões disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, alinhadas aos tema(s) e tópico(s) discutidos na sala de aula presencial. Estas questões devem ser resolvidas pelos alunos após o encerramento da aula e devem ter suas respostas discutidas e debatidas pelos alunos e professores na aula seguinte, pois sua função transcende a “métrica” de quanto foi aprendido, mas, sim, permitem ao discente descobrir onde e como ele pode melhorar sua jornada de aprendizagem.

Ao final de cada avaliação somativa (AV1, AV2 e AV3), é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem que o docente, enquanto mediador e orientador, avalie individual e coletivamente os resultados dos seus discentes obedecendo aos seguintes princípios: (a) transparência, informando os discentes de todas as etapas avaliativas, dos critérios de atribuição de nota, bem como dos processos de recurso e revisão; (b) diálogo, permitindo aos docente, indivíduos e coletivamente, a possibilidade de argumentação, reflexão, apropriação e crítica de todo o circuito de ensino-aprendizagem, bem de suas etapas avaliativas; (C) duplo grau de revisão, caso o docente sinta-se não atendido, encaminhamento ao colegiado de curso, mediante juízo de admissibilidade da coordenação de curso, para fins de formação de banca que atenda ao *peer review* de forma *blind* para dar parecer sobre o caso; (d)

coerência, a devolutiva de prova deve atender à coerência, de forma que os alunos consigam ver cada uma das etapas de seu desenvolvimento.

A devolutiva de prova deve ser realizada na primeira aula após a realização da AV, ocasião em que os alunos poderão tomar ciência dos resultados e avaliar em conjunto com o docente e demais canais institucionais suas demandas. Para estruturar a devolutiva de prova, respeitando a coerência, flexibilidade no acesso, cabe à IES, mediante seu docente, professor e orientador, no ambiente digital, matriz de solução dos quesitos propostos enquanto instrumento de avaliação. De forma coerente, transparente, didática e inclusiva, deve ser expresso, neste documento, compromisso com o processo avaliativo.

Por último, cabe estabelecer que a avaliação somativa deverá ser uma etapa coerente com as práticas de ensino-aprendizagem proporcionada aos alunos ao longo do ciclo que culmina com as avaliações somativas. Como o Aura tem no aluno a sua centralidade, olhar para seus estágios de desenvolvimento é importante para definir quais são as melhores estratégias de ensino-aprendizagem, bem como de avaliação. Portanto, considerando a diversidade e isonomia das formas de avaliar, assim como dos instrumentos de avaliação, é importante que o processo avaliativo esteja de acordo com o trabalho desenvolvido em cooperação pelos discentes e docentes.

A métrica da coerência está estabelecida nos planos de ensino e de aula, nos quais os objetivos direcionam os procedimentos de ensino-aprendizagem, metodologia e atividade verificadora de aprendizagem. Dessa forma, por exemplo, se fez parte dos planos de aula algum objetivo como: “identificar”, “reconhecer”, a avaliação deverá vir diretamente proporcional a estes objetivos e, assim, sucessivamente. O Aura, modelo de ensino-aprendizagem inovador, exige a coerência entre os objetivos trabalhados (representativos dos domínios cognitivos), temas de aprendizagem e avaliação. Dessa forma, será possível que os objetivos de cada disciplina estejam de acordo com o seu desenvolvimento.

A avaliação diagnóstica e formativa do Modelo Aura de Ensino-aprendizagem baseado em competências é efetivada nos seguintes instrumentos:

✓ **Atividades verificadoras de aprendizagem.** As atividades verificadoras de aprendizagem fazem parte da terceira etapa do procedimento de aprendizagem do Modelo Aura. Trata-se de pelo menos uma atividade interligada à situação-problema e metodologia proposta no Plano de Aula para o desenvolvimento da competência de cada aula. Após proporcionar aos alunos o engajamento, exploração, explicação, discussão e aplicação, cabe ao docente propor uma atividade que verifique a aprendizagem dos alunos, possibilitando a esses, de forma autônoma, diagnóstica e formativa, a autopercepção e compreensão do desenvolvimento realizado sob orientação do docente.

✓ **Resolução dos Estudos de Caso:** as disciplinas das diferentes áreas de conhecimento do Modelo Aura preconizam estudos de caso ligados aos objetivos e temas de aprendizagem previstos em Planos de Ensino e de Aula. A realização orientada e medida pelo docente destas atividades junto aos alunos permite o diagnóstico do desenvolvimento das competências desses, bem como a sua formação contínua, na medida em que podem verificar sua progressão a cada aula na qual um estudo de caso é selecionado.

✓ **Atividade Prática Supervisionada – APS.** No Modelo Aura de ensino-aprendizagem, faz parte dos procedimentos de ensino-aprendizagem que não se esgota apenas no método trifásico (situação-problema/metodologia/atividade verificadora de aprendizagem), a realização de quesitos objetivos estabelecidos nos planos de aula, operando como instrumento de mais uma forma avaliativa diagnóstica e formativa. Tais quesitos são definidos a partir dos objetivos da aula e capazes de auferir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no contexto adequado situacionalmente da aula. No Plano de Aula, estão previstas no campo “Aprenda +” para que todos os alunos possam exercitar o seu aprendizado naquela aula. Para que seja visível aos alunos também no ambiente virtual de aprendizagem, deve vir a expressão: “Atividade Autônoma Aura” acompanhada da introdução, “Olá, seja bem vindo! Sabemos que você quer aprender +, por isso, separamos duas questões bem interessantes revisando o conteúdo lecionado nesta aula. Você deve de forma autônoma resolvê-la, percebendo assim, seu aprendizado ao longo da aula”.

Avaliações somativas, muitas vezes, representam fotografias de momentos específicos dos discentes, os quais, sob condições não adequadas, podem vir a perder rendimento escolar. Logo, o modelo Aura possibilita novas oportunidades para que o discente possa desenvolver as competências imanentes à disciplina. Por isso, como parte do seu Sistema de Avaliação, a IES possui programas de reforço e recuperação de rendimento em avaliação somativa, são eles:

✓ **Avaliando o aprendizado.** O Avaliando o Aprendizado é um projeto que consiste na aplicação de exercícios (simulados) on-line para alunos das disciplinas presenciais. O programa está estruturado em quatro ciclos que ocorrem ao longo do semestre letivo. O aluno participante pode estudar e se preparar para as avaliações da disciplina por meio de itens que integram um banco de questões construído coletivamente por vários professores do curso e obter até 2 (dois) pontos extras na AV3, sendo 0,1 para cada questão acertada;

✓ **Nova chance.** Trata-se de um programa de reforço acadêmico que oferece uma nova oportunidade ao aluno com nota menor do que 4,0 (quatro) na AV1 de estudar por meio de vídeo-aulas que retomam o conteúdo das seis primeiras semanas, a fim de realizar uma nova avaliação (AVr). Essa

nota será somada ao resultado da primeira avaliação (AV1) e dividida por 2 (dois). O Nova Chance inclui conteúdo adicional disponibilizado para os alunos, vídeo-aulas, conteúdo de reforço e questões específicas para o programa capazes de avaliar o desenvolvimento das competências dos alunos participantes.

Na disciplina digital, que possui 4 créditos digitais, a avaliação da aprendizagem dos alunos nas disciplinas ocorrerá através das provas presenciais AV e AVS, sendo a cada uma delas atribuído o grau de 0,0 (zero) a 10 (dez).

As avaliações somativas são realizadas de forma presencial (provas) nos laboratórios de informática da própria IES, elaboradas para cada disciplina do curso em que o discente está matriculado. Para cada disciplina, o discente realiza as provas AV e/ou AVS.

As avaliações presenciais são compostas por questões dissertativas e objetivas de múltipla escolha. As questões dissertativas privilegiam o desenvolvimento de competências exigidas no curso. Essas avaliações são corrigidas pelos tutores a distância alocados em cada disciplinas/turmas.

A partir do momento em que o aluno conclui sua avaliação (prova), o sistema gera automaticamente uma transferência de dados para o Sistema de Informações Acadêmicas (SIA), no qual cada tutor a distância, responsável pela disciplina/turma, possui um perfil de usuário-gestor. Assim, cada tutor a distância tem acesso à avaliação dos alunos de suas turmas, podendo gerar estatísticas de aproveitamento por questão e por turma, fornecendo assim forte subsídio para adequar/aperfeiçoar o banco de questões de sua disciplina.

Caso o aluno não obtenha sucesso na realização da AV para aprovação, poderá realizar a AVS. Uma avaliação suplementar que tem por objetivo oportunizar a recuperação do aluno, após a divulgação e o feedback de sua nota na AV. Inclusive, antes de realizar a AVS o aluno poderá rever as aulas de revisão, interagir no fórum de revisão para essa etapa avaliativa, discutir com os seus colegas e tirar suas dúvidas, tanto pelo fórum de discussão quanto pela Central de Mensagens.

Como as provas de AV e AVS são realizadas, presencialmente, nos laboratórios de informática, cada aluno pode agendar previamente a data, hora e local que deseja realizar sua avaliação, garantindo-se, assim, a possibilidade de escolher o horário que melhor lhe convier. Além disto, a IES pode atender todo o corpo discente de maneira individualizada.

Será considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) na AV ou na AVS. Caso o aluno realize as duas provas presenciais (AV e AVS) será considerada, para a avaliação da aprendizagem na disciplina, a maior nota obtida entre as duas provas realizadas.

1.29.2 Gestão do curso e acompanhamento da avaliação interna e externa

A gestão do curso é planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso.

A título exemplificativo, nos últimos exames da Ordem dos Advogados do Brasil, o Centro Universitário UniMetrocamp – Wyden tem obtido ótimos resultados, com participação ativa dos estudantes, a partir do nono semestre nas provas, conforme constam no site oficial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - <https://examedeordeem.oab.org.br/DadosEstatisticos> sendo um dos melhores resultados, dentre as Faculdades de Direito da Região.

O processo de avaliação deve ser o apoio da proposta institucional, desenvolvida pela IES, buscando atender a uma tripla exigência contemporânea:

- ✓ Ser um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico;
- ✓ Ser uma ferramenta para o planejamento e para a gestão universitária;
- ✓ Ser um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

Isso significa acompanhar metodicamente as ações, a fim de verificar se as funções e prioridades determinadas coletivamente estão sendo realizadas e atendidas. É este contraponto entre o pretendido e o realizado que dá sentido à avaliação. É com base nesse referencial que a IES elabora seu Projeto de Autoavaliação Institucional, ferramenta esta que, aliada ao PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional, constitui-se no alicerce que fundamenta a sua gestão, na medida em que serve como:

- ✓ Indicador de eficácia da configuração institucional adotada;
- ✓ Balizadora nas declarações da missão da IES;
- ✓ Análise da relação contida entre a concepção de educação superior e a prática efetiva do cotidiano.

A autoavaliação institucional tem como objetivo geral desenvolver e conciliar o Programa de Autoavaliação Institucional como uma mediação capaz de fornecer subsídios, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para o autoconhecimento institucional e o aprimoramento da qualidade da gestão, do ensino de Graduação e de Pós-graduação e das atividades de Pesquisa e Extensão. São objetivos específicos deste processo:

- ✓ Desenvolver a “cultura da avaliação”, despertando a comunidade acadêmica para a necessidade da autocrítica e revisão das ações projetadas;
- ✓ Diagnosticar as tarefas acadêmicas nas dimensões Ensino, Pesquisa e Extensão;

- ✓ Fundamentar e viabilizar a política de gestão da IES;
- ✓ Identificar as fragilidades e as potencialidades da IES nas dez dimensões previstas em lei;
- ✓ Identificar mudanças necessárias e implantá-las, contribuindo para a reformulação do

Projeto Institucional;

- ✓ Fortalecer o compromisso social da Instituição;
- ✓ Colaborar para a transparência da Instituição como um todo, em seus diversos níveis.

O Processo de Autoavaliação na IES conta com a Comissão Própria de Avaliação – CPA designada para planejar, organizar, refletir e cuidar dos interesses de toda a comunidade pelo Processo e para garantir a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica interna e externa, com o apoio da Gestão da IES e de sua Mantenedora. Constituída no âmbito da IES, a CPA é responsável pela condução dos processos de avaliação internos e pela sistematização e prestações das informações solicitadas pelo INEP.

A composição de forma equilibrada da CPA visa assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma com relação aos Conselhos Superiores e demais órgãos da IES. A CPA é composta por membros eleitos por seus pares e nomeados através de Portaria da Direção da IES: representantes do Corpo Docente; representantes do Corpo Técnico-administrativo; representantes do Corpo Discente e representantes da Sociedade Civil.

A Comissão Própria de avaliação – CPA é constituída atualmente pelos seguintes representantes dos segmentos da Instituição:

Joseane Almeida Santos Nobre – Presidente da CPA;
Fabiola Gaio Caruso - representante do corpo docente;
Bianca Rodrigues de Souza - representante do corpo discente;
Dara Maria V. Q. Calandriello - representante do corpo técnico-administrativo;
Acyrtton Pereira Júnior - representante da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a IES.

Destes, um membro é eleito, pelos seus pares, como Coordenador da Comissão. Essa composição equilibrada possibilita que as visões e percepções dos diferentes segmentos representados na Comissão sejam contempladas no diagnóstico e análise das práticas da IES.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, de acordo com a Legislação vigente, possui Regulamento próprio, apresentado ao Conselho Universitário (CONSUNI) e autonomia em relação aos Órgãos Colegiados e demais órgãos existentes na IES, para executar suas atividades.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo auto avaliativo. A CPA tem como objetivos: planejar, organizar, sensibilizar a comunidade acadêmica quanto à importância da participação de todos no processo e fornecer assessoramento aos diferentes setores da Instituição.

Compete à CPA da IES:

- ✓ Elaborar e implementar o Projeto de Avaliação Interna da IES, considerando as metas definidas no PDI;
- ✓ Conduzir, coordenar e articular o processo interno de avaliação da Instituição (autoavaliação);
- ✓ Sistematizar e disponibilizar as informações por ela geradas, bem como prestar as informações solicitadas pelo INEP, com base no art. 11 da Lei nº 10.861/2004;
- ✓ Constituir subcomissões de avaliação;
- ✓ Elaborar e analisar relatórios e pareceres avaliativos e encaminhar às instâncias competentes;
- ✓ Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional;
- ✓ Propor projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional;
- ✓ Sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no âmbito do SINAES;
- ✓ Participar, com a presença de todos os seus integrantes, das reuniões com os avaliadores externos quando do credenciamento da IES, apresentando o Projeto de Autoavaliação a ser implementado pela IES.
- ✓ Participar, com a presença de todos os seus integrantes, de reuniões com os avaliadores externos quando da avaliação de cursos, seja para autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento ou quando do credenciamento da IES, disponibilizando informações resultantes do processo de avaliação interna da IES.

✓ Divulgar os resultados obtidos nas Avaliações Internas e Externas, incluindo o ENADE, das potencialidades e fragilidades apontadas, para que ações sejam fomentadas com vistas à regularização dos procedimentos para atender às demandas oriundas da avaliação.

✓ Atuar em articulação com a Ouvidoria, de forma a sincronizar procedimentos, ações e controles no âmbito dos processos avaliativos institucionais.

Desta forma, atendendo às diretrizes do SINAES – Sistema de Avaliação do Ensino Superior – e atenta à dinâmica interna da Instituição, a Comissão Própria de Avaliação - CPA, ao longo do processo avaliativo, deve refletir sobre novos objetivos e se manter vigilante no acompanhamento das demandas e metas a serem alcançadas, definidas nas ações de melhoria propostas.

A avaliação interna, componente da autoavaliação institucional da IES, ocorre semestralmente por meio de:

✓ Aplicação de **questionários eletrônicos** disponibilizados no **Sistema de Informações Acadêmicas – SIA_z**, que avaliam as dimensões que dizem respeito à IES, aos cursos e às disciplinas. Os questionários são respondidos pelos Alunos, Docentes, Coordenadores e Corpo Técnico-administrativo.

✓ Coleta de dados qualitativos, por meio de reuniões com os setores (Gestão, Acadêmico, Financeiro, Biblioteca, Secretaria etc.), o que ocorre no transcurso do ano letivo, e que busca informações sobre as ações desenvolvidas, a fim de confrontá-las com o que está previsto no PDI.

✓ Levantamento do **Índice de Satisfação do Aluno (ISA)** com relação aos professores e à IES, através do processo de Avaliação Interna - o cálculo do ISA é constituído pela média simples dos dois eixos: média obtida pelos professores da IES (MP) e média obtida pela instituição/campus (MC). Portanto, $ISA = (MP + MC) / 2$.

✓ **Pesquisa de Clima Organizacional** - levantamento do grau de satisfação e motivação do corpo social da IES. Com o resultado dessa Pesquisa, é possível traçar ações de desenvolvimento tanto para a IES quanto para os funcionários. Os benefícios que podem ser obtidos são: aumento da produtividade; redução da rotatividade e melhoria no ambiente de trabalho.

✓ **Questionário para o Corpo Técnico Administrativo** - questionário específico para o Corpo Técnico-administrativo, aplicado, anualmente, a partir de 2016. Ressalta-se que esse segmento da IES já participava da avaliação Institucional, através da Pesquisa de Clima Organizacional. À essa Pesquisa, somou-se o referido questionário específico.

✓ **NPS – Net Promoter Score** - métrica que serve para mensurar a satisfação e a fidelidade de um cliente com qualquer empresa, marca, produto ou serviço.

A CPA atua como articuladora desse processo, planejando e organizando as atividades de avaliação, de acordo com as diretrizes do SINAES, tornando o sistema de autoavaliação um instrumento internalizado e aceito pela comunidade, através de um trabalho de sensibilização pela sua relevância, e uma fonte de informações capaz de levar a IES a refletir sobre si mesma e tomar as ações corretivas que entender necessárias.

Os resultados das pesquisas, além de divulgados à comunidade acadêmica, são sistematizados no Relatório de Autoavaliação Institucional Anual que contém, além dos resultados, análises críticas dos 05 Eixos/10 Dimensões do SINAES, em consonância com o que prescreve o presente PDI da IES, bem como sugestões de melhoria, com o intuito de que possam contribuir para o realinhamento do PDI. O Relatório Anual, construído pela CPA, traça um desenho de qualidade de ensino e serviços ofertados pela IES.

A CPA, ao finalizar os relatórios originados dos instrumentos aplicados internamente e dos relatórios de avaliações externas, apresentará aos gestores os resultados consolidados, a base do (re)planejamento das ações a serem realizadas. O resultado das avaliações (internas, externas e ENADE) subsidiam as ações e as tomadas de decisão dos gestores. A apresentação dos dados permite indicar ações de melhoria, como a capacitação docente, propostas de aprimoramento dos PPCs e oportunidades/necessidades de melhoria de serviços e infraestrutura. As informações divulgadas para Coordenadores de Cursos e gestores devem permitir uma reflexão sobre a realidade encontrada e definir estratégias para minimizar as fragilidades apontadas e maximizar as potencialidades. Portanto, a IES entende que os resultados avaliativos são ferramentas gerenciais para seu planejamento e sua evolução.

O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica, com uma composição equilibrada (a composição não privilegia a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta e índice de participação crescente.

O processo de avaliação institucional da IES conta com o compromisso e apoio dos órgãos executivos da IES e a participação de sua comunidade acadêmica, técnico-administrativa e representantes da sociedade civil organizada, na Comissão Própria de Avaliação, objetivando a sua efetiva implementação. Essa participação ocorre em todas as etapas do processo avaliativo, ou seja, desde seu planejamento, sensibilização e operacionalização, até o conhecimento dos resultados e melhorias.

Todo esse processo é articulado, planejando e organizado pela CPA, de acordo com as diretrizes do SINAES. A divulgação das informações, o compartilhamento de experiências e a prestação de contas constituem, na verdade, as formas de legitimar a participação da comunidade acadêmica sendo, por isso, consideradas pela IES como princípio prioritário nos processos de avaliação.

A comunidade acadêmica participa efetivamente do processo de autoavaliação através da aplicação de QUESTIONÁRIOS ELETRÔNICOS disponibilizados no SISTEMA DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS – SIA, que avaliam as dimensões que dizem respeito à IES, aos cursos e às disciplinas. Os questionários são respondidos pelos Alunos, Docentes, Coordenadores e Corpo Técnico-administrativo.

Com o objetivo de aprimorar o seu processo avaliativo, a IES implantou questionário específico para o Corpo Técnico-administrativo, aplicado, anualmente. Ressalta-se que esse segmento da IES já participava da avaliação Institucional, através da Pesquisa de Clima Organizacional. À essa Pesquisa, somou-se o referido questionário específico.

A implantação do processo de autoavaliação na IES ocorre simultaneamente ao desenvolvimento do PDI, ao desenvolvimento dos PPC, ao Programa de Avaliação Acadêmica e à realidade dos cursos, constatadas pelas informações provenientes das avaliações externas. Os relatos da Ouvidoria também contribuem para compor o diagnóstico institucional.

Os resultados da avaliação permitem a oportunidade de reflexão crítica e propositiva, detecção de limitações e fragilidades, proporcionando, assim, que ações dinâmicas sejam fomentadas para o desenvolvimento institucional.

Os resultados analíticos, em nível adequado de detalhes, das avaliações internas e externas, são amplamente divulgados e apropriados e utilizados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Como fase importante e inerente ao processo de melhoria, a CPA da IES realiza a análise dos dados da autoavaliação institucional. Essa análise é estratificada nas perspectivas institucionais, por curso, bem como na percepção do docente e discente. Ao finalizar os relatórios com dados originados dos instrumentos aplicados internamente (questionários eletrônicos, resultados do ISA e da Pesquisa de Clima Organizacional e relatos da Ouvidoria) e dos relatórios de avaliações externas, a CPA apresenta aos gestores os resultados consolidados, propondo ações de melhoria e participando diretamente da elaboração das ações a serem realizadas.

O resultado das avaliações (internas, externas, incluindo o ENADE) subsidiam as ações e as tomadas de decisão dos gestores. A apresentação dos dados permite indicar ações de melhoria, como a capacitação docente, propostas de aprimoramento dos PPCs e oportunidades/necessidades de melhoria de serviços e infraestrutura. Quando as informações são divulgadas para os Coordenadores de Cursos e

para os Gestores, é feita uma reflexão com os docentes (pelos Coordenadores) e com os demais colaboradores (pelos Gestores) sobre a realidade encontrada e, então, definem-se estratégias para minimizar as fragilidades apontadas e maximizar as potencialidades.

A CPA elabora pareceres sobre os resultados avaliativos relacionados às 10 dimensões /5 Eixos do SINAES e, com base neles, propõe recomendações sobre a necessidade de melhorias para todos os setores da IES, a partir do levantamento das fragilidades e das potencialidades institucionais. As oportunidades de melhorias e os pontos fortes identificados no processo de avaliação contribuem para a definição das estratégias da IES (diagnóstico interno). Os resultados avaliativos contribuem para a avaliação do desempenho das estratégias e iniciativas implantadas no ciclo anterior, direcionando a revisão estratégica ou a manutenção das estratégias desenvolvidas. Em função da avaliação, novas estratégias e iniciativas podem ser definidas para superar as fragilidades identificadas no processo de autoavaliação.

A CPA, a cada ciclo de autoavaliação, elabora documentação com informações relacionadas a esse processo (resultados das pesquisas, ENADE, pontos fortes e fragilidades e evolução dos indicadores institucionais) e os apresenta à comunidade acadêmica. Os Coordenadores, com respectivos docentes e discentes, reavaliam e redefinem junto com os Gestores da IES, as estratégias e planos de ação dos cursos e da IES. A CPA acompanha os trabalhos dos Cursos e da IES como um todo para verificar a implantação das melhorias sugeridas e dos planos de ação, no sentido de efetivar e garantir os compromissos da Instituição para com a sociedade. _

Os relatórios emitidos são enviados aos gestores, para análise e elaboração de Planos de Ação em prol da reversão de quadros, quanto às fragilidades detectadas, e manutenção e/ou aprimoramento dos itens identificados como potencialidades. Relatórios próprios são também enviados aos Coordenadores dos Cursos e NDE.

A CPA analisa os dados quantitativos e efetua análise qualitativa das manifestações dos alunos, dos professores e dos colaboradores administrativos.

Os resultados avaliativos, envolvendo alunos e professores em cada disciplina dos cursos ofertados e colaboradores administrativos, nas avaliações institucionais, são apresentados e debatidos nas reuniões de Colegiado de cada Curso e pelo respectivo Núcleo Docente Estruturante, finalizando em discussão nos Colegiados Superiores da IES.

Com os dados tabulados e analisados estatisticamente, os representantes da CPA convocam reuniões setoriais, em formato de grupos focais, de forma que as respostas produzidas pelos instrumentos de investigação possam ser apreciadas, analisadas e discutidas com cada participante do

processo. A comunidade acadêmica toma conhecimento dos resultados por meio de relatórios produzidos e postados nos principais murais da IES.

Adicionalmente, a CPA disponibiliza uma cópia do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional aos gestores, bem como na Biblioteca e na Sala dos Professores e ainda o resumo do Documento, no site da IES, em atendimento à legislação. Também, as informações são apresentadas, pela CPA, nas reuniões para gestores, coordenadores, docentes, colaboradores e líderes de turmas.

Os Relatórios de Autoavaliação Institucional da IES, considerando os relatórios parciais e finais, são elaborados pela CPA e postados anualmente no sistema e-MEC, no prazo previsto pela legislação vigente, apresentando os resultados da Autoavaliação Institucional realizada, com base nas avaliações internas e externas. Possuem relação entre si, impactam o processo de gestão da IES e são base para a promoção de mudanças inovadoras.

O processo de autoavaliação tem como objetivo identificar as fragilidades e pontos fortes relacionados às práticas e ao desempenho da IES. Esse diagnóstico é importante instrumento para a tomada de decisões da IES e deve estar retratado nos referidos Relatórios, impactando o processo de gestão da Instituição.

Os Relatórios são referências para a configuração e acompanhamento do PDI da Instituição. A autoavaliação da IES deve estar consolidada nos Relatórios de Autoavaliação Institucional, que têm por finalidades fomentar a cultura de avaliação institucional e subsidiar os processos de avaliação externa.

O acompanhamento dos resultados avaliativos, de forma permanente, demonstra a preocupação da IES na perspectiva de seu aprimoramento. O trabalho desenvolvido pela CPA, a cada ciclo avaliativo, fará com que a avaliação seja mais fortalecida, sendo percebida por todos da comunidade acadêmica como um processo indispensável para o autoconhecimento, sendo fundamental para a visualização de fragilidades e potencialidades, com vistas a manter ou alterar rotas. A utilização dos resultados de forma progressiva ao longo dos momentos avaliativos deve promover significativos avanços para a IES, que podem ser vislumbrados pelos níveis de satisfação progressivos.

Os Relatórios são elaborados pela CPA, a partir de um processo de reflexão sobre os dados coletados nas pesquisas junto à comunidade acadêmica, os resultados das avaliações externas e os documentos oficiais da IES. No caso dos questionários respondidos nas pesquisas internas, avalia-se a pertinência das respostas, já que essas pesquisas representam a “percepção” da comunidade acadêmica sobre a realidade da IES. Para tanto, os resultados das pesquisas são confrontados pela CPA com informações dos documentos da IES (PDI e PPI) e relatórios emitidos pelo MEC (ENADE e Avaliações Externas.). Assim, assegura-se que as informações obtidas reflitam a realidade da IES.

Conforme já assinalado, um resumo do Relatório com as principais informações é disponibilizado no site da CPA. Uma cópia na íntegra do Relatório também é encaminhada pela CPA à Gestão da IES (coordenadores, docentes e colaboradores), à Sala dos Professores e Biblioteca da IES, de forma a assegurar o acesso aos resultados da autoavaliação por todas as partes interessadas na avaliação institucional da IES.

Por fim, a Instituição entende que a avaliação Institucional contribui para as transformações das práticas acadêmico-administrativas e ferramenta avaliativa que auxilia na aquisição de informações capazes de favorecer a definição de estratégias, de ações e de programas visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem, a efetividade institucional e a prestação de contas à sociedade.

O Centro Universitário Metrocamp Wyden tem uma história de 20 anos na cidade e, desde o seu início, a qualidade de seus cursos tem sido almejada como um diferencial, além de suas instalações. Além dos dados qualitativos e quantitativos que analisa a cada semestre letivo a partir da CPA, formalizou, no segundo semestre de 2021, o Projeto Enade, que é uma força-tarefa para buscar identificar as fragilidades e potencialidades de cada curso, analisar os campos de atuação para mitigar ou sanar tais fragilidades e ampliar aquelas que já se encontram dentro do esperado.

A estruturação do Projeto Enade é resultado da experiência de se ter atuado em ciclos anteriores, desenvolvendo uma série de ações pontuais nos cursos que eram contemplados a cada ciclo, tais como: revisão de alguns conteúdos específicos, atuação sobre os tópicos da área de formação geral, além de ações que promovessem o engajamento. Embora as ações fossem desenvolvidas com muita energia, não havia um diálogo ininterrupto entre toda a comunidade acadêmica sobre essa busca pela qualidade. Eram iniciados e terminados a cada ano e somente retornariam em três anos, no novo ciclo daquele curso.

Com o retorno à presencialidade, em 2021, e com a confirmação do Exame Nacional do Desempenho do Estudante seria aplicado em novembro, começou-se a desenhar o Projeto Enade.

Em 2021, as ações desenvolvidas foram voltadas ao envolvimento do aluno e aos temas ligados à Formação Geral, uma vez que se estava retornando de um período de aulas remotas devido à pandemia pelo Covid 19.

Para o Ciclo seguinte, em 2022, as ações foram ampliadas e o Plano de Ação contemplava oficinas, socialização de podcasts, reuniões com professores que estavam atuando com alunos do ciclo e outras ações.

Em 2023, o Projeto ampliou para o que se chama internamente de Cultura Enade. Entende-se que o/a estudante é um potencial enadista desde que ingressa na IES. Logo na Reunião Inicial de

recepção dos calouros á o momento Enade, em que se explica o conceito e a relevância em se participar. Nas reuniões com o colegiado e NDE também são discutidos os resultados obtidos nas etapas anteriores. Por fim, o Plano de Ação foi elaborado e é acompanhado pelos coordenadores e gestores da IES, bem como em reuniões quinzenais com o Comitê Enade.

Uma das ações coletivas já desenvolvidas foi aplicação de Simulados para a base de prováveis formandos do Ciclo I (alunos dos 3 últimos períodos de cada curso, entre os que farão o Enade em 2023).

O Simulado sobre o Questionário dos Estudante, organizado pela CPA, foi aplicado remotamente, por meio de formulário eletrônico e ficou aberto do dia 07 a 20 de março, envolvendo as questões relativas à IES.

Já os itens relativos a Formação Geral e Conhecimento Específico, organizados pela Focal Enade e Coordenadores, foram elaborados da seguinte forma: Formação Geral: 5 questões objetivas e uma discursiva e, o de Conhecimento Específico, estruturado com 12 questões objetivas e duas dissertativas, somando 20 questões.

Importante salientar que a seleção as questões de Conhecimento Geral foram balizadas pelas fragilidades encontradas na análise do Relatório de Curso (2019) disponível no Portal INEP. Cada orientador analisou as questões que apresentaram resultados frágeis, as competências que essa questão objetivava e os conteúdos curriculares envolvidos. Os resultados dos dois simulados estão apresentados no anexo I, bem como alguns registros fotográficos dos eventos. No Anexo II, o Plano de Ação 2023 e o seu acompanhamento quinzenal, com as atas e apresentações. No Anexo III – Plano de Ação de 2021 e 2022.

O Comitê Enade de 2023 é formado conforme abaixo:

	Cursos	Ciclos	
Leandro Mendes Lopes			Reitor
Alberto Alexandre Carreras Guerra			Pró-Reitor Acadêmico
Cleber Farias dos Santos			Pró-Reitor Administ. Finan.
Alícia Martins Duarte			Coordenadora de Relacionamento
Alice Bella Lisboa	Fisioterapia, Tecnólogo em Estética e Cosmética	Ciclo I - 2023	Coordenadora
M. Andréia S. Ribeiro	Enfermagem	Ciclo I - 2023	Coordenadora

Bruno Damião	Biomedicina	Ciclo I - 2023	Coordenador
Caio Nunes	Gastronomia	Ciclo III - 2025	Coordenador
Carlos Fielde de Campos	Eng. de Controle e Automação, Engenharia Elétrica	Ciclo I - 2023	Coordenador
Eduardo H. Tedeschi	Psicologia	Ciclo III - 2025	Coordenador
Elisa A.D. Muianga	Engenharia Civil	Ciclo I - 2023	Coordenador
Gelly Mendes Rodrigues	Arquitetura e Urbanismo	Ciclo I - 2023	Coordenadora
Ivete S. Faesarella	Engenharia de Produção, Engenharia de Produção	Ciclo I - 2023	Coordenadora
José L. Alonso	Engenharia da Computação,	Ciclo I - 2023	Coordenador
	Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Tecn. de ADS e Tecn. de Redes	Ciclo II - 2024	
Juliana S. Simões	Farmácia	Ciclo I - 2023	Coordenadora
Luis Henrique Bortolai	Direito	Ciclo III - 2025	Coordenador
Paulo Lourenço	Administração, Ciências Contábeis, Gestão de RH e Design Gráfico	Ciclo III - 2025	Coordenador
Silvia Henrique Campos	Nutrição	Ciclo I - 2023	Coordenadora
Tânia Maria Gebin de Carvalho	Pedagogia	Ciclo II - 2024	Coordenadora
Vinicius Rodrigues da Silva	Educação Física	Ciclo II - 2024	Coordenador

1.30 NÚMERO DE VAGAS

150 vagas

1.30.1 Fundamentação: estudos e pesquisa

A Instituição, através da Extensão, aplica os conhecimentos adquiridos a partir do ensino e da pesquisa, transferindo-os para a sociedade na medida de suas necessidades. A apreensão das demandas e das necessidades da sociedade é que irá orientar a produção e o desenvolvimento de novas atividades. Esse processo recíproco é importante à medida que caracteriza uma relação dinâmica entre a IES e o seu meio social. A Extensão está presente na graduação por meio da realização das atividades complementares, institucionalmente definidas para os cursos, caracterizando-se como o estímulo inicial à descoberta da extensão por parte do discente, bem como em programas institucionais, desenvolvidos sob a forma de atividades permanentes, como os de monitoria e os resultantes de projetos desenvolvidos em parcerias.

As políticas de extensão da IES se assentam na percepção de que as ações nessa área não se caracterizam apenas como instrumento de integração e fortalecimento do ensino, mas também como modo de vivência do aluno com a realidade social.

Para assegurar uma maior participação discente, além de promover ações internas, a IES prioriza a participação em projetos de natureza cultural, científica e o atendimento direto à comunidade ou valendo-se de instituições públicas, privadas e do terceiro setor.

No âmbito interno, o Programa de Monitoria se caracteriza como uma importante ferramenta de integração entre os discentes e destes com os docentes. O Programa tem por finalidade possibilitar aos alunos que demonstram facilidade e bom conhecimento em um assunto específico sistematizar estes conhecimentos ajudando colegas com maior dificuldade, em troca de uma bolsa de estudos. O processo seletivo para o Programa é aberto todo início de semestre, por meio de edital divulgado pela Núcleo de Apoio e Atendimento Psicopedagógico (NAAP), no qual são publicadas as regras e as exigências para participação.

São atribuições do monitor de disciplina:

- Cumprir carga horária prevista no termo de compromisso;
- Acompanhar junto ao professor orientador a elaboração e execução do plano pedagógico da disciplina;
- Auxiliar o professor na orientação dos alunos, esclarecendo dúvidas e/ou realizando exercícios, tanto em teoria como em laboratório;
- Elaborar e apresentar, sob orientação do professor, trabalhos em eventos;

- Participar de cursos e eventos que sejam pertinentes à atividade de monitoria promovidos pelo UniMetrocamp;

- Apresentar à NAAP os relatórios das atividades, de acordo com cronograma estabelecido, devidamente avaliado pelo Coordenador do Curso, em conjunto com o professor da disciplina;

- Participar das reuniões de avaliação estabelecidas pelo Programa;

- Permanecer em laboratório durante atividades práticas de monitoria.

É vetado ao monitor substituir o docente, em qualquer hipótese, em aulas teóricas ou práticas e desempenhar atividades administrativas.

Internamente, no caminho de aproximar teoria e prática e, ao mesmo tempo, prestar serviços à sociedade a partir dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, os alunos são incentivados a participar de empresas juniores, sediadas na própria instituição e criadas e dirigidas por estudantes.

Em paralelo, são oferecidos Cursos de Extensão em diversas áreas, sobre temas e assuntos de interesse da comunidade, abertos à participação de universitários de quaisquer instituições, e cursos livres, abertos à participação de todos.

Além disso, docentes e discentes apresentam palestras em escolas de Ensino Médio da região sobre mercado de trabalho, como forma de oferecer subsídios para que os adolescentes possam definir seu futuro profissional.

Alguns indicativos revelam a qualidade do curso:

1. A titulação acadêmica dos docentes e a experiência docente especializada são marcas do curso, sendo intenção do UniMetrocamp Wyden melhorar nesse quesito permanentemente, através da capacitação de seus docentes.

2. A infraestrutura de apoio, em salas de aula, bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios de formação específica, as experiências extracurriculares fomentadas pela instituição revelam forte investimento institucional na qualificação da formação discente. A realização de parcerias com o setor industrial da área de saúde e beleza da região fortalece essa infraestrutura.

3. A remuneração dos docentes se situa entre os padrões mais elevados das instituições congêneres. A capacitação docente e a escalada na carreira garantem estabilidade e valorização do corpo docente, com resultados diretos na qualidade do curso.

Portanto, tendo em vista a importância estratégica da formação de profissionais em nível superior no processo de transformações sócio-político-econômicas do país e considerando as características da Região Metropolitana de Campinas, que demanda profissionais bem formados na área

de Direito, o UniMetrocamp Wyden, a partir de 2008, passando a ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética o qual está organizado segundo este Projeto Pedagógico.

1.30.1.1 Atividades de pesquisa

No UniMetrocamp Wyden, o aluno é incentivado ao trabalho de pesquisa e à investigação científica desde o início do curso, por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos coordenados por docentes, pela promoção de eventos e o apoio à participação em congressos, simpósios, seminários e encontros, pelo intercâmbio com instituições congêneres, nacionais ou internacionais e por outros meios ao seu alcance.

A participação em projetos de iniciação científica e de extensão tem um importante papel na formação do aluno, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia a dia.

A política de pesquisa do UniMetrocamp se assenta na percepção de que a investigação científica e a pesquisa se caracterizam como instrumentos de integração com a pós-graduação e fortalecimento do ensino e para a divulgação e a renovação do conhecimento. Daí o apoio constante à apresentação da produção científica e seus resultados por alunos e professores em eventos científicos e à publicação em periódicos.

1.30.2 Adequação: corpo docente (e tutoria) e condições físicas

1.30.2.1 Estruturação do corpo docente do curso – Titulação e regime de trabalho

O corpo docente do Curso de Direito é constituído por doutores e mestres com larga experiência de mercado, o que garante aos estudantes uma formação de excelência, interdisciplinar e que integra teoria e prática. Os docentes do curso são contratados pelo regime de tempo integral, regime de tempo parcial ou pelo regime de trabalho horista.

Em consonância com a Portaria Normativa MEC no. 40, de 12 de dezembro de 2007, a IES adota os seguintes critérios para enquadramento dos docentes, a fim de caracterização do regime de trabalho:

- Tempo integral: docente contratado com 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes;

- Tempo parcial: docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes;

- Horista: docente contratado pela Instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre nos outros regimes de trabalho anteriormente definidos.

1.30.2.2 Política de Qualificação Docente

As ações de capacitação estão presentes e são permanentemente valorizadas no cotidiano dos docentes, seja no contexto institucional, seja fora dele.

Essas ações têm como objetivos:

- estimular a contínua qualificação do corpo docente da Metrocamp;
- fortalecer os vínculos entre os professores da unidade na qual têm suas aulas atribuídas e os professores das outras unidades;
- estimular a participação de docentes em congressos, simpósios, seminários e encontros de pesquisa, bem como produção bibliográfica, técnica e artístico-cultural;
- garantir ao corpo docente do UniMetrocamp um corpo docente qualificado para atender as exigências da legislação em vigor e dos padrões de qualidade requeridos.

A formação continuada vem em auxílio do professor em seu esforço permanente de reflexão diária e da troca com os seus pares. Vem auxiliá-lo no sentido de construir os meios pedagógicos indispensáveis para dar concretude à prática docente, afinal, os professores querem que seus alunos se interessem por suas aulas, querem ter maior clareza sobre o que ensinar, fundamentar-se teoricamente e, por fim, ser um professor melhor.

2. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

2.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Ministério da Educação, por meio do artigo 3º, inciso II, da Portaria nº 147/2007, instituiu que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) é “responsável pela formulação do Projeto Pedagógico dos Cursos, sua implementação e desenvolvimento”.

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

O NDE é um órgão composto por um grupo de docentes que atuam no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso de acordo com a legislação vigente.

Seus membros participam ativamente deste processo e do acompanhamento dos resultados acadêmicos de alunos, professores e do desempenho do próprio curso que se tornam informações importantes para a definição de novas estratégias e ações com foco na melhoria contínua.

Os professores que integrarão o NDE serão responsáveis pela formulação da proposta pedagógica do curso e pelo seu desenvolvimento, estando vinculados às suas atividades essenciais, entre elas: docência, orientação de pesquisa e extensão, e atualização do próprio Projeto Pedagógico do Curso.

A composição do NDE obedece ao determinado na Resolução CONAES nº 1/2010. O NDE do curso de Direito da IES possuirá, no mínimo, 5 (cinco) docentes do curso, incluindo o Coordenador do Curso, com todos os membros atuando em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral) com, pelo menos, 60% de seus membros com titulação *stricto sensu*.

A composição do NDE deverá ser escolhida pelo Colegiado de Curso, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela IES e com os parâmetros de avaliação e de regulação educacionais vigentes.

O NDE atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), realiza estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante. Faz análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e as novas demandas do mundo do trabalho.

O NDE do curso tem como missão criar, implantar e consolidar o PPC, respondendo pela concepção e diretrizes norteadoras do curso em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O compromisso básico norteador de suas ações é a articulação para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo adequada operacionalização, na busca constante da qualidade acadêmica, bem como zelar pela integração curricular interdisciplinar.

O NDE está em permanente articulação com os professores responsáveis pelas atividades acadêmicas articuladas à formação dos alunos tais como: estágio supervisionado, atividades de iniciação científica e pesquisa, atividades de extensão e trabalho de conclusão de curso, zelando, assim, pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino constantes no currículo.

São competências do NDE:

- ✓ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para os cursos de graduação;

- ✓ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- ✓ Propor alterações no Projeto Pedagógico do curso, com foco na contextualização local e na regionalização, submetendo-as à aprovação do Colegiado de Curso e aprovação final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;
- ✓ Analisar os resultados das avaliações internas e externas (ISA – Índice de Satisfação do Aluno; ENADE; CPC – Conceito Preliminar dos Curso; e CC – Conceito do Curso oriundo de visitas *in loco* do MEC) e produzir plano de ação;
- ✓ Produzir relatório de adequação das bibliografias básica, bibliografia complementar e periódicos por disciplina, indicado o quantitativo necessário por componente curricular, comprovando a compatibilidade, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo;
- ✓ Analisar a aderência do corpo docente à disciplina e criar relatórios comprovando a adequação, considerando formação acadêmica, a experiência profissional, e experiência docente no ensino superior;
- ✓ Realizar estudos periódicos quantitativos e qualitativos quanto ao número de vagas do curso considerando a adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa;
- ✓ Criar plano de ação semestral e acompanhar a execução das ações corretivas, quando for o caso;
- ✓ Promover a supervisão didática do curso;
- ✓ Acompanhar as postagens dos Planos de Aula, as revisões de Planos de Ensino, bem como participar da discussão com os professores do curso;
- ✓ Divulgar os Planos de Aula aos professores das respectivas disciplinas, organizando as opiniões daqueles docentes para, posteriormente, levá-las ao fórum de discussão, permitindo assim a participação, por extensão, dos professores que não pertencem ao NDE;
- ✓ Liderar discussões sobre grupos de disciplinas junto aos professores aderentes a cada uma delas;
- ✓ Aprovar os planos de ensino das disciplinas do curso, garantindo a regionalização quando pertinente;

- ✓ Aprovar os Regulamentos de Estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso e de outras atividades do curso quando previstas em seu Projeto Pedagógico, seguindo as DCN e/ou o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e dos Conselhos Profissionais;
- ✓ Definir e implementar mecanismos de acompanhamento e avaliação do curso;
- ✓ Manifestar-se, em parecer ou informação, acerca de assuntos sobre os quais tenha sido consultado pela Reitoria, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE ou Conselho Superior Universitário – CONSUNI;
- ✓ Garantir a adequação do perfil do egresso considerando as DCN e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e as novas demandas do mercado do trabalho;
- ✓ Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- ✓ Participar das visitas *in loco* de avaliadores do MEC/INEP, qualquer que seja o campus visitado;
- ✓ Acompanhar o sistema de simulação pedagógica quanto à infraestrutura física e recursos pedagógicos dos laboratórios, e indicar solicitação de equipamentos quando necessário;
- ✓ Desenvolver as condições para a criação de grupos de pesquisa no âmbito do curso;
- ✓ Divulgar as informações e as atividades da coordenação entre os membros do corpo docente e corpo discente;
- ✓ Propor, garantir a execução e avaliar as Atividades Acadêmicas Complementares do curso;
- ✓ Avaliar o funcionamento do estágio curricular supervisionado do curso e do trabalho de conclusão do curso, quando previsto no PPC;
- ✓ Analisar propostas e/ou criar Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* na área do curso;
- ✓ Participar do processo de seleção docente do curso, sempre que convocado pela coordenação do curso.

As deliberações do Núcleo Docente Estruturante deverão seguir para os órgãos competentes conforme descrito abaixo:

- ✓ As Atas assinadas por todos os membros devem ser encaminhadas a Pró-Reitora de Graduação e postadas no [SGC];
- ✓ O Projeto Pedagógico do Curso atualizado deverá ser aprovado pelo Colegiado do Curso e homologado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, e postado no [SGC – Sistema de Gestão do Conhecimento];

✓ Os Regulamentos e Manuais no âmbito do curso deverão ser aprovado pelo Colegiado do Curso e homologado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, e postado no [SGC – Sistema de Gestão do Conhecimento];

✓ O Cronograma de Atividades Acadêmicas deverão ser divulgados para o Corpo Docente e Corpo Discente por meio do calendário acadêmico e comunicados constantes divulgados;

✓ A proposta de criação do Curso de Pós-Graduação no âmbito do curso deverá ser aprovada pelo Colegiado do Curso e encaminhado para o Núcleo de Pós-Graduação, e finalmente para aprovação final pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;

✓ O Plano de Ação semestral aprovado pelo Colegiado do Curso deverá ser encaminhado para a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e para a Pró-Reitora de Graduação no início e no final de cada semestre;

✓ A mudança na composição do NDE, após designação por meio de Portaria da Reitoria , mantendo os dados atualizados no [SGC];

✓ A solicitação de equipamentos ou recursos pedagógicos devem ser encaminhadas para aprovação do Colegiado do Curso e posteriormente para a Pró-Reitor de Direito e Finanças, que irá analisar a viabilidade junto à Mantenedora.

Compete ao Presidente do NDE:

✓ Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive voto de qualidade³;

✓ Registrar em ata, aprovada e assinada por todos os membros presentes e postar no [SGC];

✓ Representar o NDE junto aos órgãos da Instituição;

✓ Encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;

✓ Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;

✓ Coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da Instituição;

e Indicar coordenadores para as atribuições de NDE.

O NDE realiza, obrigatoriamente, uma reunião semestral ordinária, e extraordinária, sempre que necessário. É obrigatório o registro de toda a discussão em ata, que deve ser aprovada e assinada por todos os membros presentes. É vedada a realização da reunião sem a presença de todos os componentes do NDE.

As reuniões ordinárias trimestrais do NDE do curso devem constar do planejamento acadêmico da Instituição, e suas atas devem ser encaminhadas a Pró-Reitor de Graduação A convocação dos seus

³ Voto de qualidade será utilizado quando houver empate na votação.

membros é com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da reunião e, sempre que possível, com a pauta da reunião. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos. O mecanismo de integração do NDE com o corpo docente será por meio da reunião de Colegiado de Curso, e com o corpo discente será por meio de convocação pública para apresentação semestral dos resultados da avaliação institucional e das deliberações do NDE e do Colegiado do Curso.

Assim, o NDE do Curso de Direito da IES é composto por no mínimo 5 (cinco) docentes, todos professores pertencentes ao seu corpo docente, incluindo o Coordenador do Curso, sendo constituído por 100% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Todos os membros do NDE estão em regime de trabalho de tempo integral, sendo um docente em Regime Integral totalizando [inserir]%, atendendo à legislação vigente. O corpo docente que constitui o NDE segue a composição abaixo:

DOCENTE	Titulação Máxima	Regime de Trabalho	Tempo de instituição
Gabriel Goulart Terra Furquim	Mestre	Parcial	02/03/2020
Luís Henrique Bortolai	Doutor	Integral	01/08/2016
Nivea da Costa Silva	Mestre	Parcial	03/08/2015
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	Mestre	Horista	02/02/2011
Washington Eduardo Perozim da Silva	Mestre	Parcial	01/02/2005

Titulação	Total	%
MESTRADO	04	80%
DOUTORADO	01	20%
Total Geral	05	100

Regime de Trabalho	Total	%
PARCIAL	3	60%
INTEGRAL	1	20%
HORISTA	1	20%
Total Geral	5	100%

A IES investe na composição de um corpo docente com dedicação preferencial, cujo resultado de seu trabalho será a construção de uma carreira assentada na valorização acadêmica (titulação e

produção científica). Isto contribuirá para a permanência dos docentes e para o estímulo à permanência dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante até o próximo ato autorizativo do curso.

Neste sentido, a(o) IES estabelece uma relação articulada com o corpo docente, sem altas taxas de rotatividade, as quais dificultam a elaboração (com efetiva participação docente) de uma identidade institucional local.

2.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

2.2.1 Constituição e responsabilidade

Um curso que oferece disciplinas na modalidade digital e conteúdos digitais para as disciplinas híbridas requer uma equipe multidisciplinar para que seja possível estruturar sua concepção de educação e seus processos de ensino e de aprendizagem.

A EnsineMe é a área responsável pela produção dos conteúdos digitais usados no modelo de aprendizagem Aura. A área possui uma metodologia proprietária de autoaprendizagem, verdadeiramente digital e fruto de uma evolução que começou em 2006, junto com a produção e a criação da metodologia de Ensino a Distância. A produção dos conteúdos é pautada pela tríade: tecnologia, qualidade e inovação.

As equipes multidisciplinares são responsáveis pela criação, produção, controle, qualidade, operacionalização da oferta dos elementos que compõe o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), garantindo a sustentabilidade com responsabilidade social do curso. Fazem parte da equipe multidisciplinar:

- ✓ **Equipe Responsável pela Concepção/Criação do Curso – Coordenador do Curso:** Profissional que atua na gestão do curso, na relação com os docentes, discentes, tutores e equipe multidisciplinar e a representatividade nos colegiados superiores.
- ✓ **Núcleo Docente Estruturante – NDE:** Composto por docentes do curso e pelo Coordenador e atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, considerando o sistema de avaliação interna e externa, a legislação em vigor, adequação ao perfil do egresso bem como as demandas do novo mercado de trabalho.
- ✓ **Líder Nacional de Área:** Responsável pela interação entre coordenadores de curso, colegiado docente, NDE e a equipe de docentes conteudistas.
- ✓ **Docente Conteudista e Curadores:** O docente conteudista e os curadores são professores com aderência acadêmica à disciplina, formação na área e titulação compatíveis para a execução do

trabalho de elaboração dos conteúdos digitais dos Planos de Ensino (PE) e Planos de Aula (PAs) da disciplina sob sua responsabilidade.

✓ **Tutor:** O tutor é um ator importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos às disciplinas e à Instituição de Ensino, pois, além de manter a motivação dos alunos, possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo. Precisa ter conhecimento do conteúdo da disciplina, do PPC e domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente em suas diversas formas e estilos.

✓ **Equipe de Produção de Conteúdo:** Responsável pelo desenvolvimento e produção de conteúdo online, responsável pela transformação dos originais oriundos do professor conteudista em conteúdo interativo, dialógico, com amplo emprego de tecnologia e objetos de aprendizagem, todos aliados a uma metodologia de desenho didático proprietária.

✓ **Gestor da Área de Produção de Conteúdo – Suporte ao Ensino:** Responsável pela gestão do desenvolvimento e produção de conteúdo na modalidade digital, tem por função capacitar, organizar e gerir a equipe de produção alocada para este curso. Com experiência em produção de material instrucional/educacional, o gestor da área interage com todas as equipes envolvidas, estabelecendo o plano de execução da produção de conteúdo e da gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

✓ **Analista de Projeto Educacional:** Profissional que orienta a confecção da metodologia de entrega de originais, interagindo com o coordenador pedagógico do curso, para seleção e capacitação de conteudistas e responder pela adequação do planejamento do curso. Nessa dimensão, é o responsável pela oferta do currículo do curso, da atualização das disciplinas e da gestão do curso no que tange à oferta de conteúdo.

✓ **Designer Educacional:** Profissional elabora e executa o planejamento didático dos cursos e disciplinas on-line, em parceria com a equipe acadêmica, assim como responde pela elaboração dos mapas conceituais, elaboração dos hipertextos e orientação do desenvolvimento dos recursos multimídia.

✓ **Webdesigner:** Responsável pelo projeto de design gráfico, assim como pela programação NEW HTML, recursos imagéticos e utilização e orientação da produção de recursos multimídia na execução do planejamento didático estabelecido pelo designer instrucional.

✓ **Programador:** Profissional que se responsabiliza pelos processos tecnológicos no AVA e respectiva interface com o Sistema de Informação Acadêmico (SIA).

- ✓ **Revisor:** Compete a este profissional a revisão linguística dos materiais didáticos veiculados no AVA, tendo por referência, além da correção gramatical, a pertinência do gênero discursivo em questão, tendo em vista suas coerções (dialogia, continuidade lógica, coesão, coerência etc.).
- ✓ **Especialista em Avaliação:** Responsável pela orientação presencial dos professores conteudistas que desenvolverão ao final de cada módulo.
- ✓ **Equipe Responsável Pela Produção dos Vídeos disponibilizados nos conteúdos digitais:** O estúdio centraliza a produção e nele trabalham cinegrafistas, editores e assistente de produção.
- ✓ **Gestor dos Estúdios:** Profissional que gerencia o pessoal lotado nos estúdios e equipes de apoio, bem como organizar e gerir a agenda de alocação de docentes para as aulas, além de supervisionar o processo de geração e acondicionamento das aulas disponibilizadas via web no AVA.
- ✓ **Editor:** Profissional responsável pela seleção e cadastro de URL nos sistemas integrados de transmissão via web, bem como pela edição, corte, legendas, sonorização e finalização de gravações realizadas no estúdio em que está alocado.
- ✓ **Cinegrafista:** Responsável pela captação em vídeo das aulas, pela orientação espacial do professor no momento da captação e pela orientação ao editor de eventuais necessidades de mudança de câmera/enquadramento.
- ✓ **Assistente de Produção:** Profissional responsável por assessorar o editor em todo o evento de captação de vídeo.

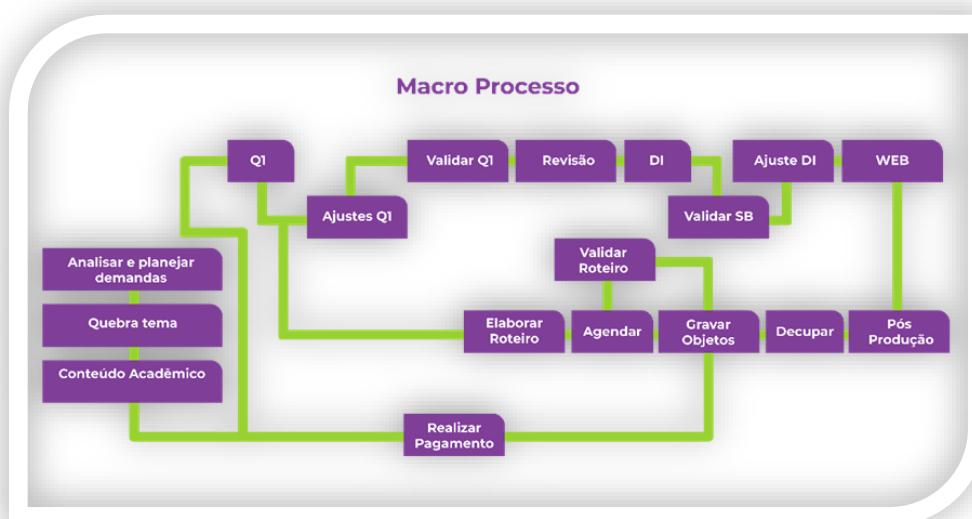
A equipe trabalha com o modelo de gestão orientado para resultados e focado na busca da qualidade do ensino e resultados positivos para a instituição. O sistema de gestão e avaliação de desempenho foi implementado por meio da criação de Processos Operacionais Padronizados como formalização dos processos de trabalho.

A celebração do convênio de cooperação técnico-científico celebrado entre o Centro Universitário Unimetrocamp - Wyden e outras faculdades, centros universitários e universidades, dentro do grupo educacional, estabelecem os termos e condições segundo os quais efetiva, por suas instituições mantidas, a sistemática de cooperação técnica, científica, acadêmica, administrativa e de apoio operacional entre elas, voltadas para o desenvolvimento científica, a pesquisa, a capacitação tecnológica, desenvolvimento de programas educacionais e pedagógicos, para produção dos conteúdos digitais.

2.2.2 Plano de ação e processos formalizados

Os Planos de Ação são realizados, semestralmente, e são resultado dos indicadores acadêmicos, operacionais e financeiros e atribuídos a todos os envolvidos no processo formalizado de produção dos conteúdos digitais. Nesses Planos, evidencia-se as necessidades de novas produções, alteração e adequação de conteúdos previamente produzidos, todas oriundas das discussões realizadas pelos coordenadores de curso, membros do NDE, colegiado docente e Líderes Nacionais de Área que fazem a mediação da operação local e os profissionais do Ensineme. As reuniões são formalizadas e registradas nas atas de NDE e Colegiado Discente.

A figura seguinte apresenta de produção dos conteúdos digitais utilizados no curso:



2.2.3. Programa de formação docente

A complexidade do tempo presente e a diversidade de solicitações que hoje se apresentam às Instituições de Ensino Superior tem exigido reformas com o objetivo de adequar os sistemas educativos aos desafios contemporâneos. Nesse processo, tem sido atribuído um papel especial aos professores, já que deles dependem, em grande parte, as transformações que deverão imprimir o ensino e o sucesso educativo dos estudantes.

Para responder aos desafios da transformação que ocorre nos sistemas educacionais e, em especial no ensino superior, espera-se que o docente seja capaz de organizar, executar e avaliar situações de aprendizagem, com foco no aluno, que atendam os diversos perfis profissionais estabelecidos pela legislação de ensino brasileira, abandonando a ideia de que sua tarefa está adstrita à

mera transmissão de informações, bastando, então, o conhecimento de um conteúdo específico e de certos procedimentos de ensino.

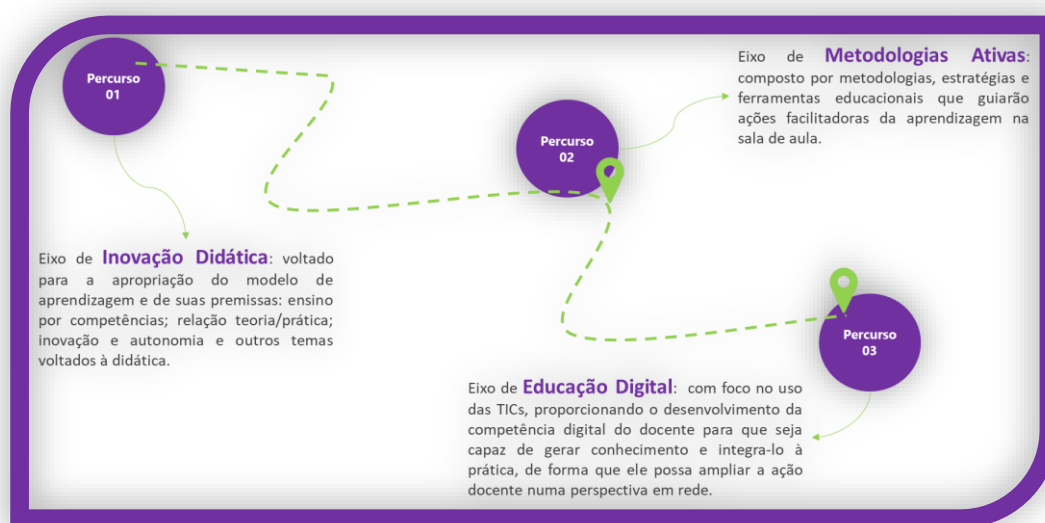
No curso de Direito, não foi diferente. Compelida a rever seu Projeto Pedagógico, deu início à implementação de um modelo de aprendizagem único e inovador, o Aura, que conecta a expertise do ensino presencial à inteligência do digital com o objetivo de tornar a sala de aula mais interativa e colaborativa.

Sabe-se, no entanto, que a implantação de qualquer proposta pedagógica disruptiva, com forte presença da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), traz inúmeras implicações e novas posturas frente ao conhecimento que conduza a uma renovação das práticas no processo ensino-aprendizagem e a formação continuada de professores assume um espaço de grande importância (PERRENOUD, 2000).

Logo, diante da necessidade de uma atualização contínua e um processo de formação permanente, que resultasse em profissionais capazes de implementar as mudanças necessárias nas atividades pedagógicas, foi criado um amplo programa de formação com ênfase no aprimoramento da competência docente.

O programa propõe uma reflexão sobre a prática docente e o cotidiano da sala de aula para se chegar às raízes do conhecimento, construindo uma fundamentação teórica de qualidade.

Desta forma, foram definidos três eixos dos quais derivam percursos formativos concomitantes com conteúdo revisto periodicamente. São eles:



O programa de formação docente tem como premissas:

- ✓ Ser simples, atrativo e agregador ao aperfeiçoamento do corpo docente e à qualidade da educação oferecida pela instituição;

- ✓ Ter como alvo a formação de professores com senso crítico apurado e com maior consciência de seu papel profissional, capazes de se responsabilizarem pelo processo de aprendizagem dos alunos;

- ✓ Ser contínuo, flexível e ter indicadores para a mensuração de seus resultados;

- ✓ Fornecer indicadores para tomada de decisões gerenciais no que tange ao corpo docente.

Seus principais objetivos são:

- ✓ Oferecer aos docentes da instituição cursos de aperfeiçoamento/atualização nas práticas de ensino e de integração com o modelo de aprendizagem, visando à sua formação continuada.

- ✓ Possibilitar, mediante a discussão de alternativas metodológicas, a ruptura da tradição de um ensino voltado à mera transmissão dos conteúdos para adoção de práticas que tenham como foco o desenvolvimento de competências e habilidades e que permitam maior interação entre professor e aluno.

- ✓ Fornecer alternativas para proposta de um Portfólio Docente, no que tange à capacitação, estabelecendo critérios de acompanhamento e avaliação de desempenho.

- ✓ Subsidiar ações voltadas à promoção e progressão no plano de carreira docente.

- ✓ Estimular o aprendizado docente e perpetuar uma cultura de aprendizagem na instituição.

O programa tem as seguintes frentes de atuação:

- ✓ **Cursos online**, utilizando plataforma de LMS própria, com conteúdo digital elaborado sob a forma de temas que abordam questões relativas à prática docente. Tal modalidade permitirá que o professor o acesse a qualquer hora e em qualquer lugar, permitindo que selecione temas de seu interesse, ao mesmo tempo, que se incentiva o autodesenvolvimento.

- ✓ **Webinars**, agenda de eventos virtuais ao vivo, como apresentações, oficinas e *workshops*, que permitem a participação dos professores por meio de seu computador ou dispositivo móvel. Estes eventos são considerados recursos de aprendizagem reutilizáveis, vez que ficam gravados para posterior consulta dos docentes ou participação no horário que melhor lhes convier.

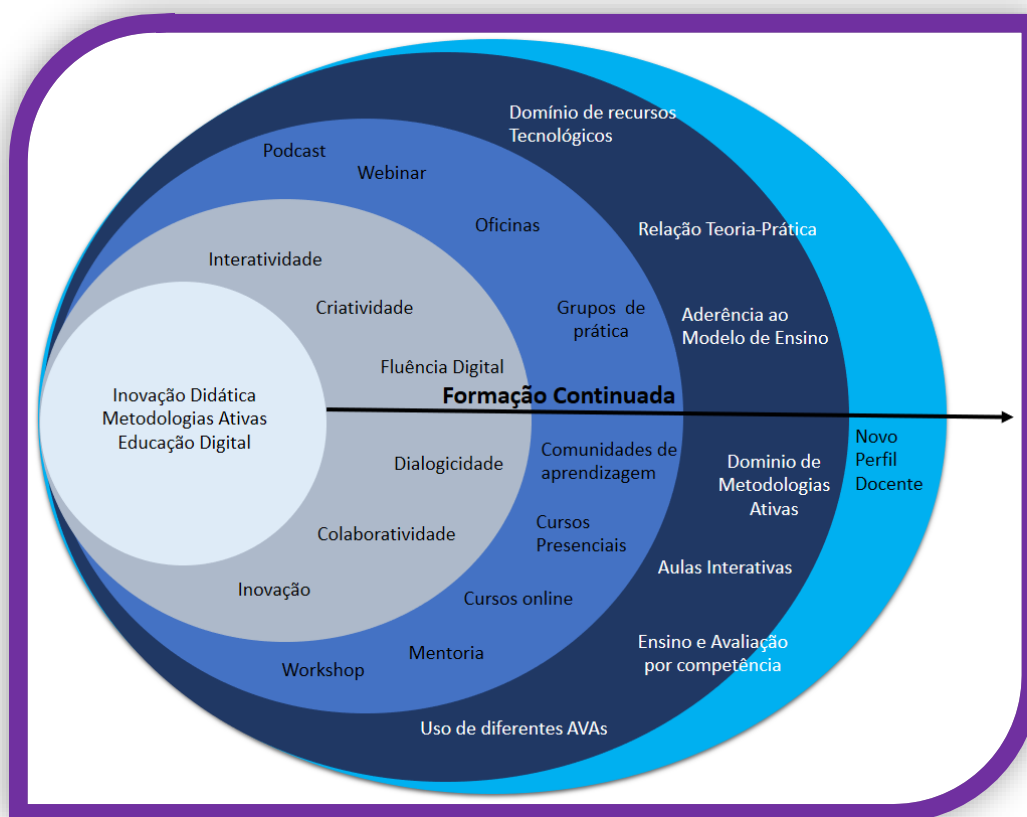
- ✓ **Podcasts**: conteúdos educacionais em áudio sob demanda, hospedados em plataforma própria, facilmente acessíveis, com duração de até 20 minutos.

- ✓ **Comunidades de Aprendizagem**: implantação de laboratórios de investigação e inovação pedagógica para fomentar e acompanhar ações docentes inovadoras, além do compartilhamento de boas práticas.

✓ **Hotsite docente:** canal criado para fortalecer o relacionamento com professores, garantindo condições para que eles se realizem profissionalmente, maximizem seu desempenho por meio do comprometimento, desenvolvimento de competências e espaço para empreender coletivamente. É um ambiente favorável à criatividade, experimentação e implementação de novas ideias que possam melhorar a prática docente.

✓ **Boletim de Pesquisa:** informativo divulgado, semanalmente, com seções fixas “Produção Científica” e “Eventos”, fomentando a qualificação acadêmica e a cultura científica ao publicizar eventos nos níveis regional, nacional e internacional. Cabe ressaltar a importância dos pilares extensão e pesquisa, associados ao ensino, no que tange ao desenvolvimento e capacitação docente. Os programas de pesquisa e extensão selecionam via edital os professores e fomentam diversas pesquisas e ações, promovendo o diálogo da universidade com o entorno e um ecossistema favorável à promoção de eventos acadêmicos e culturais. Isso gera contato constante do docente com pesquisa de ponta e qualificação profissional, além das jornadas anuais de iniciação científica, extensão e pesquisa, ocasiões nas quais os trabalhos são divulgados, apresentados e debatidos entre os membros da comunidade acadêmica.

A figura, a seguir, ilustra a concepção e objetivos a serem alcançados:



Como programa institucional, adota o formato de autoavaliação, que busca, internamente, coletar dados e identificar informações relevantes que sirvam de base ou guia para subsidiar as decisões sobre as ações desenvolvidas, cujo objetivo principal é o aprimoramento da competência docente. Este processo de avaliação é feito de forma contínua e ocorre em diferentes momentos, detalhados a seguir:

✓ A avaliação diagnóstica, realizada na etapa de concepção das diferentes frentes de atuação, ajudou a levantar as necessidades, direcionar o foco, definir os temas, os fluxos de implementação, o montante de recursos e outros fatores importantes antes de se iniciar o programa. Fragilidades e potencialidades são identificadas entre os professores e norteiam a construção das trilhas de aprendizagem de cada eixo e seu respectivo percurso formativo.

✓ Ao longo de sua implementação, o programa sofre monitoramento constante para que sejam avaliados diversos aspectos operacionais sempre com o propósito de corrigir eventuais defasagens entre o planejamento e sua execução, permitindo, assim, a melhoria contínua dos processos. Para cada uma das frentes de atuação específicas, há uma avaliação realizada durante o seu desenvolvimento, que tem por objetivo averiguar o que pode ser aprimorado e confirmar os aspectos que funcionam, satisfatoriamente, em direção aos resultados pretendidos. Indicadores de reação, como, por

exemplo, percentual de adesão e satisfação com o treinamento são acompanhados, semanalmente, pela área responsável e tornam-se indispensáveis para seu gerenciamento.

✓ A efetividade dos resultados e o impacto causado pelo programa são medidos por meio da análise de indicadores institucionais resultantes de pesquisa de satisfação com os alunos, entre eles, o Índice de Satisfação do Aluno (ISA) em relação aos professores, decorrente da Avaliação institucional feita pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e o Net Promoter Score (NPS), um dos principais indicadores de desempenho que mede a satisfação dos estudantes. São eles que permitem, ainda, um ciclo de aprendizado permanente, já que expressam em resultados os níveis de excelência atuais da instituição e permitem a retroalimentação do processo de gestão do programa de capacitação. A avaliação destes resultados permite analisar não só o desempenho individual de cada professor, mas também o papel de cada um na qualidade do curso, além de fundamentar o processo de tomada de decisão para que se consiga atender às necessidades e expectativas dos alunos e demais partes interessadas.

O Programa de Formação Docente representa, portanto, uma oportunidade concreta para estimular a avaliação qualitativa dos professores, pois estes ao se engajarem em um programa que prioriza as categorias didáticas em seu conteúdo, sinalizam um comprometimento com o projeto pedagógico do curso e a melhoria contínua de sua atuação como docentes.

A parceria interna com o coordenador do curso, responsabilizando-o pelo processo de aprendizagem de seus professores, é fundamental para que o programa de formação docente cumpra seu propósito: transformar os professores para que eles transformem a vida dos alunos no sentido mais valorativo e conceitual daquilo que se propõe a educação.

2.3 COORDENADOR DO CURSO

2.3.1 Atuação

Todos os cursos da IES possuem um coordenador escolhido pela Reitoria entre os professores integrantes do corpo docente do curso.

Conforme o Regimento da Instituição, são competências do Coordenador de Curso:

- ✓ Planejar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas do Curso, em cada período letivo, de acordo com as orientações da Pró-Reitoria de Graduação
- ✓ Orientar e supervisionar os corpos docente e discente quanto aos objetivos finais e intermediários do Curso;
- ✓ Propor medidas para melhoria da qualidade do Curso;

- ✓ Supervisionar o cumprimento dos eventos e das atividades previstas no calendário escolar do Centro Universitário UniMetrocamp e que dizem respeito ao Curso;
- ✓ Selecionar os membros do corpo docente do curso, encaminhando o resultado da seleção primeiramente à Pró-Reitoria de Graduação para análise e posterior admissão pela Mantenedora, nos termos da legislação em vigor;
- ✓ Orientar as atividades docentes;
- ✓ Manter integração com as diversas Coordenações de Curso do Centro Universitário UniMetrocamp;
- ✓ Participar ativamente na elaboração dos horários e encaminhá-los aos setores competentes, às coordenações de outros cursos e aos docentes;
- ✓ Planejar e executar eventos (seminários, palestras etc.);
- ✓ Elaborar documentos técnicos;
- ✓ Elaborar mapas de carga horária e prover a alocação docente;
- ✓ Propor a dispensa de membros do corpo docente;
- ✓ Prever e solucionar problemas curriculares e administrativos dos discentes;
- ✓ Orientar o corpo discente, em articulação com a Secretaria Geral de Alunos, em todas as atividades e registros da vida acadêmica dos discentes;
- ✓ Decidir sobre pedidos de transferência de alunos de outras IES para a Instituição, com base na situação de vagas dos diferentes cursos;
- ✓ Auxiliar na organização e participar das formaturas;
- ✓ Analisar currículos para isenção de disciplinas, nos casos de transferência interna, transferência externa e matrícula de portadores de diploma de nível superior;
- ✓ Manter a Pró-Reitoria de Graduação sempre informada dos problemas e necessidades do setor;
- ✓ Planejar, convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante;
- ✓ Planejar, convocar e presidir as reuniões de Colegiado de Curso;
- ✓ Elaborar, controlar e manter arquivo das atas das reuniões do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso;
- ✓ Elaborar e manter atualizado, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de Curso, o Projeto Pedagógico do Curso.
- ✓ Desempenhar outras atividades que, por sua natureza, lhe sejam afetas.

As atribuições da Coordenação de Curso podem ser desmembradas ainda nas seguintes atividades:

✓ **Na Administração acadêmica:**

- Executar, acompanhar, controlar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, em cada período letivo;
- Elaborar, atualizar e implementar o projeto pedagógico do curso junto com o NDE, buscando a otimização entre as políticas educacionais e diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC e as necessidades do mercado de trabalho da área em que atuam;
- Planejar, acompanhar e coordenar a organização didático-pedagógica do curso, visando assegurar, com qualidade, as condições de ensino e aprendizagem dos alunos;
- Determinar o perfil dos professores, obedecendo a critérios objetivos, baseados na experiência profissional sólida, na excelência da formação acadêmica e na competência didático-pedagógica;
- Verificar, continuamente, a existência da infraestrutura necessária ao funcionamento do curso na IES, em conjunto com a Direção do campus;
- Acompanhar o processo de seleção de docentes;
- Receber, analisar e encaminhar currículos aprovados de candidatos à docência, quando solicitado;
- Validar o processo de indicação de desligamento dos docentes;
- Verificar, continuamente, a existência da infraestrutura necessária ao funcionamento do curso no campus, em conjunto com a Reitoria;
- Integrar-se com os coordenadores dos outros cursos, buscando o compartilhamento de ações que agreguem valor ao perfil do egresso;
- Participar junto com o NDE do processo de compartilhamento de disciplinas;
- Organizar e participar de palestras diversas durante o semestre letivo, Aulas Magnas e Aulas Inaugurais;
- Desenvolver e manter atualizada a página do curso;
- Responsabilizar-se pela divulgação das informações referentes ao curso a todas as áreas envolvidas;
- Fazer integração e convênios com outras instituições e empresas com o objetivo de agregar valor ao perfil do egresso;
- Receber os avaliadores do INEP e acompanhar todo o processo de avaliação do curso;

- Avaliar e solicitar a atualização, sempre que necessário, da bibliografia existente na Biblioteca;
- Promover e participar de reuniões do colegiado dos professores para aprimoramento do curso;
- Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades acadêmicas complementares;
- Organizar e participar de palestras diversas durante o semestre letivo, Aulas Magnas e aulas inaugurais;
- Verificar a aderência dos professores às disciplinas para as quais estão alocados e garantir o cumprimento do programa e a qualidade acadêmica;
- Incentivar a qualificação dos docentes e verificar a produção acadêmica destes;
- Coordenar e se responsabilizar pela análise dos processos de aproveitamento de disciplinas, nos casos de Transferências Internas – TI, Transferências Externas – TE, mudanças de currículo ou de curso, e Segunda Graduação (Matrícula sem Vestibular – MSV);
- Coordenar e monitorar as atividades de Pesquisa e Iniciação Científica, Estágio Supervisionado e Práticas de Ensino;
- Acompanhar o desenvolvimento profissional dos egressos do curso, inserindo os mesmos nas atividades científicas e culturais do curso;
- Atuar em conjunto com o NDE, o gerenciamento do plano de ação com a equipe multidisciplinar considerando a produção do material didático.
- Registrar em ata todas as reuniões com docentes, discentes, NDE e Colegiado de Curso.
- ✓ **Com o Corpo Docente e Tutores:**
- Orientar os professores do curso quanto aos objetivos do curso, bem como em relação ao papel e desempenho do docente na disciplina, no curso e na Instituição, propondo medidas para melhoria da qualidade do curso;
- Verificar a aderência dos professores às disciplinas para as quais estão alocados e garantir o cumprimento do programa;
- Supervisionar o cumprimento do programa por parte do professor;
- Incentivar a qualificação dos docentes e verificar a produção acadêmica destes;
- Atualizar, com os professores do curso, para aprovação do NDE, a bibliografia das disciplinas.
- ✓ **Com o Corpo Discente:**

- Coordenar e se responsabilizar pela análise dos processos de aproveitamento de disciplinas, nos casos de Transferências Internas – TI -, Transferências Externas – TE -, mudanças de currículo ou de curso, e Segunda Graduação (Matrícula sem Vestibular – MSV);
- Acompanhar os resultados obtidos pelos alunos em exames, congressos e concursos externos, quando for o caso;
- Acompanhar o desenvolvimento profissional dos egressos do curso;
- Acompanhar, com a Pró-Reitoria de Graduação, o processo de aproveitamento de estudos dos alunos, gerando orientações e isenções pertinentes com base no plano de equivalências de disciplinas estabelecidas;
- Determinar políticas de monitoria para o curso;
- Incentivar e coordenar os Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica.

2.3.2 Regime de trabalho do coordenador do curso

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial. O número de vagas anuais autorizadas para o curso é de 150 vagas, e as horas semanais dedicadas à coordenação é de 20 horas.

COORDENADOR	TITULAÇÃO MÁXIMA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE INSTITUIÇÃO
Luís Henrique Bortolai	Doutor	104 meses (08/2012)	Integral	62 meses (08/2016)

2.4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

O corpo docente do curso analisa os temas de aprendizagem dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, fomenta o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, proporciona o acesso a conteúdos digitais, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentiva a produção do conhecimento, da pesquisa e da extensão.

Gabriel Goulart Terra Furquim	Mestre	Parcial	02/03/2020
Luís Henrique Bortolai	Doutor	Integral	01/08/2016
Moysés André Bittar	Mestre	Horista	05/02/2007

Nivea da Costa Silva	Mestre	Parcial	03/08/2015
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	Mestre	Horista	02/02/2011
Washington Eduardo Perozim da Silva	Mestre	Parcial	01/05/2005

CORPO DOCENTE E TUTORIAL	TITULAÇÃO MÁXIMA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE INSTITUIÇÃO
Gabriel Goulart Terra Furquim	Mestre	123 meses (28/02/2013)	63 meses (01/02/2018)	Parcial	26 meses (02/03/2020)
Luís Henrique Bortolai	Doutor	157 meses (01/04/2010)	129 meses (01/08/2012)	Integral	81 meses (01/08/2016)
Moysés André Bittar	Mestre	244 meses (02/01/1993)	195 meses (27/02/2007)	Horista	195 meses (27/02/2007)
Nivea da Costa Silva	Mestre	211meses (26/10/2005)	93 meses (03/08/2015)	Parcial	93 meses (03/08/2015)
Valdemir Moreira dos Reis Júnior	Mestre	181 meses (01/04/2008)	148 meses (01/01/2011)	Horista	147 meses (02/02/2011)
Washington Eduardo Perozim da Silva	Mestre	335 meses (16/06/1995)	219 meses (01/02/2005)	Parcial	219 meses (01/02/2005)

2.4.1 Titulação

O curso possui 6 (seis) docentes, conforme relação abaixo, sendo todos os docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, ou seja, 100%, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais.

De acordo com a relação apresentada, o curso possui um docente doutor, ou seja, 16,7%, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais.

2.4.2 Regime de trabalho

O curso possui 06 docentes, equivalente a 100% com experiência profissional (excluídas as atividades do magistério superior) acima de 2 anos, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais. Destaca-se que um docente é egresso.

2.4.3 Experiência no exercício da educação superior

O curso possui 06 docentes, equivalente a 100% com experiência profissional (excluídas as atividades do magistério superior) acima de 2 anos, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais. Destaca-se que um docente é egresso

2.4.4. Experiência no exercício da educação à Distância

O curso possui 08 docentes, equivalente a 100% com experiência no exercício da docência na Educação a distância (excluídas as atividades do magistério superior) acima de 2 anos, conforme documentos comprobatórios anexados aos respectivos currículos profissionais.

CORPO DE DOCENTES E TUTORES		EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
OZANGELA DE ARRUDA SILVA		27 meses	
DANIEL PAGLIUCA		13 meses	
VICENTE DE PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA JUNIOR		81 meses	
FABIO PORTO ESTEVES		29 meses	
FRANCISCO AQUILES DE OLIVEIRA CAETANO		51 meses	
GABRIELA VIEIRA DE CAMPOS MEIRELLES		63 meses	
SAMUEL ANTONIO MIRANDA DE SOUSA		81 meses	
MICHELE GONCALVES ROMCY TORRES		65 meses	

O corpo docente da IES possui domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente também na modalidade de ensino EAD. Se necessário, poderão auxiliar os alunos na condução didática da(s) disciplina(s) EAD. Nesse sentido, é o agente indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos ao curso e à IES, pois possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo, com vistas a desenvolver no corpo discente a autonomia, por meio do desdobramento do conteúdo e da mediação pedagógica entre o conhecimento teórico, sua aplicação prática e as particularidades desse conhecimento na formação acadêmico-profissional do aluno. Os docentes com comprovada experiência pedagógica no EAD, principalmente no que tange ao uso da ferramenta TEAMS, prestam auxílio e suporte aos alunos matriculados nas disciplinas com oferta de conteúdo online.

Assim como os tutores das disciplinas EAD, os docentes presenciais poderão ajudar a mediar e facilitar o processo de aprendizagem, oferecendo ao aluno suporte no ambiente web, procurando sempre orientá-lo quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo, de estudo cooperativo e colaborativo e à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Nos momentos presenciais obrigatórios há disponibilidade de um tutor que garante o atendimento às necessidades de orientações e esclarecimento das dúvidas quanto aos processos e procedimentos acadêmicos. Cabe ainda ao tutor presencial familiarizar o aluno com o material didático disponibilizado, atuando como facilitador na organização do estudo do aluno a partir da relação deste com as diversas formas de entrega do conteúdo.

Da mesma maneira ocorre com o AVA, ao orientar o aluno sobre a sua navegação e uso da sala de aula virtual para realizar a interatividade.

Os tutores online são avaliados semestralmente através da pesquisa de avaliação institucional empreendida pela CPA e cujos relatórios são amplamente divulgados e analisados pela equipe pedagógica do curso, Coordenação, NDE e Colegiado de Curso, gerando os insumos para o planejamento das reuniões pedagógicas, revisão dos planos de trabalho e capacitações continuadas de todo o quadro docente, entre outros.

2.4.5 Experiência no exercício da tutoria na educação à Distância

Todos os tutores do curso são graduados na área de acordo com a disciplina de tutoria, e 100% possuem pós-graduação lato sensu, conforme se comprova em seus documentos comprobatórios.

CORPO DOCENTE E TUTORIAL	TITULAÇÃO MÁXIMA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE INSTITUIÇÃO
OZANGELA DE ARRUDA SILVA	MESTRE	89 meses	27 meses	PARCIAL	07 anos
DANIEL PAGLIUCA	MESTRE	152 meses	13 meses	PARCIAL	12 anos
VICENTE DE PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA JUNIOR	DOUTOR	118 meses	81 meses	INTEGRAL	09 anos
FABIO PORTO ESTEVEZ	MESTRE	45 meses	29 meses	PARCIAL	03 anos
FRANCISCO AQUILES DE OLIVEIRA CAETANO	MESTRE	51 meses	51 meses	PARCIAL	04 anos
GABRIELA VIEIRA DE CAMPOS MEIRELLES	MESTRE	63 meses	63 meses	PARCIAL	05 anos
SAMUEL ANTONIO MIRANDA DE SOUSA	DOUTOR	135 meses	81 meses	INTEGRAL	11 anos
MICHELE GONCALVES ROMCY TORRES	DOUTOR	73 meses	65 meses	PARCIAL	06 anos

O curso dispõe de tutores que possuem experiência em educação a distância.

O corpo de tutores que atua nas disciplinas oferecidas na modalidade a distância é especialmente capacitado, a partir de programas específicos, para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem e a estimular os alunos na participação cooperativa e colaborativa. O tutor a distância recebe formação específica para orientar os alunos na resolução de problemas, no estudo e análise da realidade e na

integração entre o conteúdo e a interação dos alunos, tudo em prol da construção do conhecimento nesta modalidade. Tal formação se dá através de ações que enfatizam a formação continuada com vistas ao aprimoramento acadêmico para exercício da tutoria a distância. Ainda, os tutores a distância são capacitados para as competências tecnológicas impostas pela modalidade e pela metodologia adotada nas disciplinas oferecidas a distância. Em relação à experiência, atende-se ao que é preconizado pelo órgão regulador no que se refere ao tempo de atuação na modalidade.

2.4.6 Atuação do colegiado ou equivalente

O funcionamento do Colegiado do Curso está regulamentado e institucionalizado, conforme Regimento Interno da IES, considerando em uma análise sistêmica e global os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamentos das decisões.

2.4.7 Titulação e formação do corpo de tutores do curso

Todos os tutores do curso são graduados na área de acordo com a disciplina de tutoria, e 100% possui pós-graduação lato sensu, conforme se comprova em seus documentos comprobatórios.

CORPO DOCENTE E TUTORIAL	TITULAÇÃO MÁXIMA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DE INSTITUIÇÃO
Gabriel Goulart Terra Furquim	Mestre	123 meses (28/02/2013)	63 meses (01/02/2018)	Parcial	26 meses (02/03/2020)
Luís Henrique Bortolai	Doutor	157 meses (01/04/2010)	129 meses (01/08/2012)	Integral	81 meses (01/08/2016)
Moysés André Bittar	Mestre	244 meses (02/01/1993)	195 meses (27/02/2007)	Horista	195 meses (27/02/2007)
Nivea da Costa Silva	Mestre	211 meses (26/10/2005)	93 meses (03/08/2015)	Parcial	93 meses (03/08/2015)

Valdemir Moreira dos Reis Júnior	Mestre	181 meses (01/04/2008)	148 meses (01/01/2011)	Horista	147 meses (02/02/2011)
Washington Eduardo Perozim da Silva	Mestre	335 meses (16/06/1995)	219 meses (01/02/2005)	Parcial	219 meses (01/02/2005)

O curso conta com tutores que possuem formação na área, com titulação obtida em programas de Pós-Graduação Lato-Sensu e em programas de Pós-Graduação Stricto-Sensu.

2.4.8 Experiência do corpo de tutores em educação a distância

O curso possui 100% dos tutores do curso com experiência mínima de três anos em cursos a distância, conforme se pode verificar por meio de seus currículos lattes e demais documentos comprobatórios. O corpo de tutores que atua nas disciplinas oferecidas na modalidade a distância é especialmente capacitado, a partir de programas específicos, para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem e a estimular os alunos na participação cooperativa e colaborativa. O tutor a distância recebe formação específica para orientar os alunos na resolução de problemas, no estudo e análise da realidade e na integração entre o conteúdo e a interação dos alunos, tudo em prol da construção do conhecimento nesta modalidade. Os tutores a distância são capacitados para as competências tecnológicas impostas pela modalidade e pela metodologia adotada nas disciplinas oferecidas a distância.

2.4.9 Interação entre tutores

O tutor é o agente indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos ao curso e à instituição de ensino, pois possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo, com o objetivo de desenvolver no corpo discente a autonomia, através do desdobramento do conteúdo e da mediação pedagógica entre o conhecimento teórico, sua aplicação prática e as particularidades desse conhecimento na formação profissional no aluno. Suas principais tarefas são a de mediar, facilitar, encaminhar e gerenciar o processo de aprendizagem, acompanhando as atividades do aluno no ambiente web, procurando sempre orientá-lo quanto ao desenvolvimento de estratégias de estudo autônomo, de estudo cooperativo e colaborativo e à melhoria do processo ensino-aprendizagem, sobretudo a partir dos conteúdos e experiências apresentados. O docente tutor possui conhecimento do conteúdo da disciplina na qual atua, do PPC, além do domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente em

suas múltiplas dimensões. Os docentes tutores do curso possuem formação acadêmica compatível com o plano de ensino da disciplina ao qual está vinculado, além de possuírem titulação em pós-graduação, em sua maioria, em *stricto sensu*. Em termos de mediação, portanto, o tutor tem o fórum como principal interface na (re)construção do conhecimento, já que se trata de um espaço concebido para promover questionamentos e provocações entre os alunos, sempre sob a égide da cooperação e da colaboração em prol da aprendizagem. Nesse sentido, portanto, a mediação no fórum é concebida a partir de questionamentos temáticos, com regras de participação, sob um viés de transversalidade em relação ao conteúdo das aulas e, também, regras de convivência na web. O tutor a distância comenta, retifica, ratifica os questionamentos temáticos a partir da postagem dos alunos. Vale apontar também que, no fórum de discussão de cada turma, o tutor a distância atua no sentido de valorizar o conhecimento e a experiência do discente, estabelecendo assim uma postura de mediação também voltada para o respeito às individualidades de cada aluno, bem como para desenvolver as limitações e reconhecer as particularidades regionais. Em que pese a importância da ferramenta “fórum”, a mediação multidirecional (muitos-para-muitos), também ocorre por meio de ferramentas, a saber: Comunidades, Central de Mensagens e Mural de Avisos. Na ferramenta Comunidades, multidirecional, por sua vez, tutores a distância podem atuar a partir da observação ou interação do que é colocado pelos alunos relativos ao que for solicitado em uma determinada atividade, seja por uso autônomo do aluno ao usar tal ferramenta como auxiliar no processo de aprendizagem. A ferramenta permite comentários do tutor a distância aos registros do aluno, bem como permite a disponibilização pública de tais registros para todos os alunos das turmas participantes da comunidade, estimulando, nesse caso, um emprego cooperativo da ferramenta. Com a ferramenta Mural de Avisos, o docente tutor alinha comunicações importantes, coletivas, de modo que os alunos tomem conhecimento de temas relevantes como palestras e outras atividades inerentes à disciplina. Em termos de facilitação, o atendimento do tutor a distância se dá preferencialmente por meio dos fóruns e central de mensagens. O fórum é uma ferramenta de interação com a finalidade de promover a interlocução entre aluno-tutor a distância, aluno-aluno, objetivando a construção colaborativa do conhecimento, por meio de discussões, por meio do envio e distribuição de mensagens, sobre temas e dúvidas surgidas. A central de mensagens é um correio eletrônico interno, exclusivo ao AVA, com a finalidade de estabelecer comunicação multidirecional, direta entre aluno-tutor a distância, aluno-aluno. Em virtude de ser um canal de comunicação direto, individual, ele é tratado, em termos de comunicação, como uma ferramenta de atendimento administrativo, e não de conteúdo. A orientação dos tutores a distância é a de usar tal ferramenta como um canal facilitador para atendimento ou encaminhamento de questões relacionadas a acertos de notas e/ou resultados de avaliações. Durante o processo regulamentar de avaliação

institucional, os alunos têm a possibilidade de avaliar o desempenho de seus tutores e esses resultados são encaminhados ao corpo gerencial do curso que identificará as oportunidades de melhoria existentes para que sejam elaborados Planos de Ação corretivos a essas fragilidades. Os discentes também participam do acompanhamento dessas disciplinas por meio de reuniões com o Coordenador, registradas em ata todas as intervenções e solicitações pretendidas, tornando-se, assim, disseminadores das informações aos demais colegas. Da mesma forma em que compartilha as informações, poderá também receber demandas dos alunos e compartilhá-las em discussões em próximas reuniões. A dialogicidade com o corpo discente no planejamento, execução e tomada de decisões institucionais integra um dos principais objetivos da IES, que é viabilizar a construção de processos de aprendizagem que atendam diretamente às demandas dos estudantes. Essas reuniões também ocorrerão entre Coordenador de Curso e representantes de turmas, visando ouvir coletivamente as sugestões de todos os grupos de discentes, além da oportunidade de tratar recortes de temas relevantes, associando-os ao momento pedagógico da turma ou curso.

2.4.10 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

3. INFRAESTRUTURA

A IES possui uma área de mais de 15 mil metros quadrados, divididos em dois prédios destinada às instalações administrativas. Essas instalações são compostas por diversos ambientes, conforme exemplificado na tabela a seguir:

LOCAL	QUANTIDADE	METRAGEM
Sala de Aula	72	3.400 m ²
Auditório	01	240 m ²
Clínicas Específicas	04	293 m ²
Laboratórios de Informática	11	700 m ²
Laboratórios Específicos	30	2623
Sala dos Professores	01	12 m ²
Biblioteca	01	235 m ²
Secretaria	02	56 m ²
Sala dos Coordenadores	01	120 m ²
TI	01	12 m ²

3.1 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

Os espaços de trabalho para os docentes em tempo integral buscam atender com qualidade os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade. Nesses ambientes, são disponibilizados equipamentos de informática para os professores em regime de tempo integral, sendo ainda disponibilizada rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores portáteis. Os professores possuem espaços privativos para uso de recursos e para atendimento pedagógico de seus alunos e orientandos, além de arquivos para guardar seu material de aula e equipamentos pessoais com segurança.

3.2 Espaço de trabalho para o coordenador

O espaço destinado às atividades de coordenação está localizado na Sala de Coordenações e tem por objetivo promover a integração e a convivência entre todos os professores e coordenadores, além de servir de ponto de atendimento aos alunos que necessitam de algum contato com coordenadores.

Cada coordenador possui gabinete individual de 05 metros quadrados, com equipamentos adequados ao exercício da sua atividade profissional, às necessidades instrucionais, e infraestrutura tecnológica adequada, como, por exemplo, computador, arquivos para documentos e registros do curso, além de telefone. São disponibilizadas senhas para acesso a todos os sistemas, permitindo sua familiarização e uso de forma contínua, garantindo acesso às informações dos alunos em tempo real. O espaço permite o atendimento de indivíduos e grupos com privacidade adequada.

3.3 Sala coletiva de professores

A convivência e a cooperação fazem parte do cotidiano dos educadores de todos os cursos da IES e a sala coletiva dos professores é o espaço destinado para estimular essa integração. Muito mais do que uma sala cuja função é acolher os docentes durante os intervalos das aulas, guardar materiais enquanto estão lecionando, planejar e corrigir provas e/ou trabalhos, o local foi projetado para garantir bem-estar, promover o convívio social entre os docentes, o compartilhamento de boas práticas, além de espaços adequados para descanso e estudo individual.

Nesse espaço, são disponibilizados, ainda, recursos instrucionais e 10 equipamentos de informática para os professores, bem como rede Wi-Fi para aqueles que trazem seus computadores portáteis.

3.4 Salas de aula

Os discentes matriculados no curso são distribuídos em dez turmas no turno noturno, o que permite a excelente acomodação dos discentes em suas salas de aula.

O curso possui salas de aula com **os mais variados tamanhos** cada, com salas destinadas às pessoas com deficiência. Elas atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade desenvolvida de forma excelente, contemplando em equipamentos multimídia com acesso à internet e projetores.

As salas de aula estão organizadas de acordo com as especificidades da ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida:2021, com as Leis nº 10.48/2000, nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004. Sempre que solicitada, a IES busca atender as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da Educação Especial, por meio da aquisição e/ou adaptação de mobiliários e de materiais específicos para as salas de aula.

3.5 Acesso de alunos a equipamentos de informática

O UniMetrocamp Wyden dispõe de 12 laboratórios de informática, cada um com 30 computadores, em média, para utilização acadêmico/pedagógica. Além disso, encontram-se à disposição dos alunos diversos computadores localizados nas áreas de convivências, na biblioteca e em salas de estudo, todos conectados à internet.

A instituição conta com rede sem fios, cobrindo 100% de sua área. Para acessar a internet, o aluno ou professor utiliza as mesmas credenciais fornecidas para acesso aos micros dos laboratórios ou salas de aula.

Os laboratórios de informática atendem as disciplinas de Formação Básica, Profissionalizante e Específica. As aulas práticas do curso que demandam apenas recursos computacionais, sem a necessidade de hardwares específicos, podem ser alocadas praticamente em qualquer dos laboratórios de informática do UniMetrocamp, graças à excelente configuração padrão.

A configuração padrão dos computadores dos laboratórios de informática é de equipamentos Dell Optplex 3010, processador core I5 VPRO 3.2GHz, memória RAM de 4GB ou 8GB, disco rígido de 500GB, drive DVD, monitor LCD 19", Sistema Operacional Windows 10. Todos os equipamentos apresentam os principais aplicativos utilizados nas disciplinas, para a elaboração de trabalhos, relatórios, simulações e acesso a bases remotas.

O UniMetrocamp Wyden conta com rede sem fios, cobrindo 100% de sua área. Para acessar a internet, o aluno (ou professor) utiliza as mesmas credenciais fornecidas para os micros dos laboratórios ou salas de aula.

São disponíveis também 55 pontos de acesso sem fios espalhados pelo prédio, que garantem uma cobertura em 100% da área total da unidade. Para realizar o acesso, o aluno ou professor deve se conectar com o seu equipamento a qualquer um dos pontos de acesso disponíveis e utilizar as mesmas

credenciais fornecidas para acesso aos computadores dos laboratórios ou salas de aula. Destaca-se que grande parte dos alunos possui notebooks, tablets e/ou smartphones, e os utilizam frequentemente como instrumento de apoio nas atividades do Curso, conectando-se à Internet através do serviço sem fio disponibilizado pelo UniMetrocamp Wyden.

A Instituição possui contrato com a Microsoft que permite acesso a licenças para uso acadêmico/pedagógico dos principais softwares da Microsoft. O uso das licenças por parte dos alunos é realizado através da Loja Virtual - Microsoft Imagine, que é um programa direcionado a instituições de ensino onde os alunos através de um pré-cadastro da instituição, podem realizar downloads de licenças para uso em seu equipamento pessoal. A Instituição oferece um suporte exclusivo para os alunos com dificuldade para acessar o portal e realizar os downloads no próprio portal. Somado a isso, temos a melhor preparação dos estudantes, bem como dos docentes, que se tornam mais eficientes e capazes de melhor compreensão dos recursos disponíveis, somado à melhora das suas habilidades, com relação ao currículo, bem como de ferramentas disponíveis.

O apoio aos professores e alunos é realizado pelos colaboradores técnicos do setor de Help Desk, que fornecem apoio e manutenção aos equipamentos de informática. Atualmente, o setor de Help Desk conta com 2 colaboradores, sendo um deles o coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação do UniMetrocamp Wyden.

A equipe de TI fica à disposição dos estudantes com monitores qualificados para ajudar os alunos em suas dúvidas e/ou dificuldades. O local possui rede Wi-Fi de excelente qualidade e todas as senhas, bem como orientações de uso dos equipamentos, são disponibilizados nos próprios espaços, garantindo ampla visibilidade para o público que frequenta os laboratórios.

ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

O UniMetrocamp Wyden apresenta condições de acessibilidade e de circulação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na Constituição Federal, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009 e nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.

O Núcleo de Acessibilidade (NAC) da instituição, concebido em consonância com os princípios da educação inclusiva, desenvolve ações que assegurem não somente o acesso físico, mas também a permanência e a participação do discente com necessidades especiais no ambiente educacional.

A TI assegura a existência e adequação de hardware e software que promovam acessibilidade digital, acessibilidade física e condições ergonômicas de trabalho à comunidade acadêmica. Para tanto, trabalha em parceria com o Núcleo de Acessibilidade.

Para portadores de deficiência visual, a Instituição se compromete a disponibilizar: máquina de datilografia e impressora Braille acoplada a computador; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopadora; acervo bibliográfico em fitas de áudio e conteúdo em Braille etc.

Para os alunos portadores de deficiência auditiva, proporciona intérpretes de Libras.

Um laboratório de informática de livre acesso permite que alunos portadores de necessidades especiais tenham computadores adaptados às suas limitações, com base nas orientações providas pelo Núcleo de Acessibilidade.

O NAC está preparado para lidar com outros tipos de deficiência e transtornos cognitivos, inclusive os do espectro autista, de forma a incluir esses alunos nos processos de ensino e aprendizagem.

Há piso tátil, indicadores em braile, elevadores, rampas e banheiros adaptados em quantidade e condições adequadas para esse fim. Os corredores e as portas têm espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas. São disponibilizadas mesas adequadas conforme necessidade para salas de aula. É permitida a entrada e permanência de cão guia e há disponibilidade de área para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na secretaria e demais setores acadêmicos-administrativos, as pessoas com mobilidade reduzida ou portadoras de deficiência, os idosos, os obesos, as gestantes e as com crianças de colo contam com atendimento prioritário.

INSTALAÇÕES E FUNCIONAMENTO

O Sistema de Bibliotecas da IES, unidade de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, é formado pelo acervo bibliográfico presencial e digital. Além disso, apresenta os recursos tecnológicos, espaços físicos adequados, serviços e produtos que favorecem o processo de ensino-aprendizagem.

Com base nesse novo cenário educacional, a Instituição vem buscando novas abordagens e modelos na prestação de serviços e ofertas de produtos educacionais.

Na Biblioteca, buscamos caminhos inovadores e criativos para apoiar a aprendizagem a distância e presencial, e, principalmente, oferecer aos estudantes de ambas as modalidades oportunidades iguais de acesso às fontes de informação.

O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza de cada disciplina. Esse acervo é atualizado

mediante solicitação dos membros do NDE com os devidos registros formalizados nas respectivas atas de reunião.

No caso do acervo digital, a IES possui contratos firmados com as plataformas externas, e os alunos podem acessá-lo nos laboratórios de informática da IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como apresenta ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, conforme apresentado no item 3.5 e item 1.9.7.

As plataformas disponíveis oferecem acesso ilimitado e multiusuário e o acervo possui exemplares, ou de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas disciplinas. A IES dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

São oferecidos os seguintes serviços pela biblioteca:

- ✓ Empréstimo;
- ✓ Consulta local;
- ✓ Consulta online;
- ✓ Capacitação de alunos
- ✓ Exposição dos novos materiais bibliográficos;
- ✓ Periódicos online por curso;
- ✓ Pesquisa Bibliográfica - oferece acesso, pelo próprio usuário, à base de dados bibliográficos

de periódicos nacionais e estrangeiros, com orientação da Biblioteca.

✓ Levantamento Bibliográfico - Serviço que recupera informações existentes sobre determinado assunto em base de dados locais, a pedido do usuário. O relatório vem sob a forma de referências bibliográficas e o usuário deverá fornecer mídia para receber o levantamento bibliográfico desejado.

✓ Orientação de Normalização Bibliográfica - Serviço de orientação na elaboração de referências bibliográficas e normalização de trabalhos técnico-científicos segundo normas da ABNT bem como Ficha Catalográfica que todos os TCCs devem ter.

✓ Visitas Orientadas - A Biblioteca oferece o serviço de visita orientada que permite ao usuário conhecer a distribuição do espaço físico, os recursos que a Biblioteca oferece, bem como normas e procedimentos para sua utilização. A visita deve ser previamente agendada, por telefone, pessoalmente ou através de e-mail. Essa agenda atende os alunos e os calouros têm um cronograma

especial de visita que acontece na semana de acolhimento.

✓ Intercâmbio entre bibliotecas: a Biblioteca mantém convênio com outras instituições. Para retirada do material, é necessário o encaminhamento de um pedido com dados do material e ficha de cadastro da Instituição. O prazo estipulado pela Instituição deverá ser rigorosamente respeitado pelo usuário. O material emprestado é de inteira responsabilidade do usuário, cabendo ao mesmo o ressarcimento do material extraviado ou danificado.

Também são ofertadas capacitações específicas para que bibliotecários e assistentes recebam treinamento para apoio aos alunos público-alvo da educação especial.

A Biblioteca do UniMetrocamp Wyden tem como meta básica atender demandas informacionais dos seus usuários com qualidade e eficiência, através do processo de organização e disseminação da informação. Atualmente conta com um acervo de 47.757 livros físicos, além dos mais de 20 mil títulos virtuais, e assinatura de Base de dados para periódicos acadêmicos e científicos.

Acompanhando a tendência global, foram adotados os recursos tecnológicos mais avançados, visando oferecer aos usuários amplas possibilidades de pesquisa. A Biblioteca possui um moderno sistema de gerenciamento de informações, possibilitando a agilidade nos serviços oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

Na estruturação da Biblioteca pode-se observar:

- Layout apropriado para um ambiente de estudo e pesquisa, adequadamente iluminado e sinalizado, que exibe mural com informações essenciais para a comunidade acadêmica;
- WiFi, com banda larga e gratuita, para os usuários que queiram utilizar seus próprios dispositivos eletrônicos (tablet, notebook, smartphone). Além de 21 computadores para os usuários realizarem pesquisas e leituras virtuais;
- Informatização do sistema de catalogação, empréstimo e pesquisa. Com terminais para consulta ao acervo;
- Avaliação constante do acervo, com aquisições de bibliografias e revisão global das assinaturas de periódicos nacionais e estrangeiros (Base de Dados), com participação do NDE;
- Atualização permanente da equipe através de reciclagem em cursos de aperfeiçoamento e treinamento, objetivando a constante melhoria do trabalho técnico e do atendimento aos usuários.

ESPAÇO FÍSICO

A Biblioteca do UniMetrocamp Wyden ocupa uma área de 702m² distribuídos em ambiente para recepção, acervo, salão de leitura, salas para estudo em grupo, 8 / 55 m² de pesquisa informatizada e sala da bibliotecária.

RECEPÇÃO: área de 16,2m² com 9 computadores para consulta ao acervo, balcão de atendimento com 6 computadores para acesso ao sistema e empréstimo (uso interno).

ACERVO: ocupa uma área de 270m² com 1080 estantes dupla face, com capacidade para aproximadamente 250 livros cada.

SALÃO DE LEITURA: área de 20m² possuindo 20 mesas com 187 cadeiras.

SALAS PARA ESTUDO EM GRUPO: 8 salas para estudo em grupo, cada uma possuindo aproximadamente uma área de 9m², perfazendo um total de 55m² e tendo em cada sala 1 mesa com 4 cadeiras.

BAIAS PARA ESTUDO INDIVIDUAL: 10 baias para estudo individual.

ÁREA DE PESQUISA INFORMATIZADA: ocupa uma área de 43m² onde se encontram 21 computadores para acesso à Internet.

SALA DA BIBLIOTECÁRIA: área de 11 m², com duas mesas, três cadeiras, um armário, um telefone e um computador.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Alunos: De 2ª a 6ª Feira - das 7:30 às 22:00 horas - Sábados das 08:00 às 14:00

Comunidade: De 2ª a 6ª Feira - das 7:30 às 22:00 horas - Sábados das 08:00 às 14:00

Bibliotecária responsável: Dara Maria Vasconcelos Queiroz Calandriello - CRB-8/7870.

A Biblioteca é composta por uma bibliotecária e seis assistentes administrativos.

ACERVO

A Biblioteca atualmente oferece um acervo misto e conta com títulos físicos e virtuais.

Acervo de Periódicos

Base de fundamental importância para o conhecimento e a pesquisa científica, é ainda fonte de atualização permanente das disciplinas do CST em Estética e Cosmética. A Biblioteca conta com a assinatura da Base de Dados EBSCO. Além disso, indica aos usuários as bases de dados de acesso livre, como: CAPES, BIREME, SCIELO e IBICT.

SERVIÇOS E INFORMATIZAÇÃO

O **Sistema Informatizado Pergamum** gerencia o controle do acervo da Biblioteca. Permite aos discentes e docentes a consulta, reserva e renovação online de sua residência ou de computadores disponibilizados para tal finalidade na própria Biblioteca e permite a geração dos mais diversos relatórios de gestão.

Serviço de acesso ao acervo - Toda a comunidade da IES tem acesso controlado à área do acervo. Todas as estantes estão sinalizadas, classificadas por conteúdo. A bibliotecária está habilitada para esclarecer quaisquer dúvidas e/ou auxiliar a busca de títulos requeridos pelos usuários. O acesso ao conteúdo do acervo se dá através do sistema online via Internet ou por meio dos terminais próprios, nos quais as informações necessárias para localização das obras podem ser acessadas através de estratégias de buscas por: autor, título, editora e assunto, entre outros e mediante a anotação do número de chamada. Depois de localizada a obra desejada, o usuário, sendo ele aluno, professor ou colaborador da Instituição, pode solicitar seu empréstimo e/ou consulta.

Serviços oferecidos:

- Empréstimo domiciliar;
- Reserva e Renovação de livros;
- Consulta local;
- Conexão com a Internet sem fio, banda larga e gratuita oferecida aos usuários;
- Acervo catalogado na fonte;
- Capacitação de alunos;
- Exposição dos novos materiais bibliográficos;
- Salas de estudo em grupo e estações individuais;
- Pesquisa Bibliográfica - oferece acesso, pelo próprio usuário, ao catálogo bibliográfico;
- Levantamento Bibliográfico - Serviço que recupera informações existentes sobre determinado assunto em bases de dados locais, a pedido do usuário. O relatório vem sob a forma de referências bibliográficas e o usuário fornece mídia para receber o levantamento bibliográfico desejado;
- Orientação de Normalização Bibliográfica - Serviço de orientação na elaboração de referências bibliográficas e normalização de trabalhos técnico-científicos segundo normas da ABNT;
- Confecção da Ficha Catalográfica que todos os TCCs devem ter;
- Visitas Orientadas - A Biblioteca realiza visita orientada, que permite ao usuário conhecer a

distribuição do espaço físico, os recursos oferecidos, bem como normas e procedimentos para sua utilização. A visita deve ser previamente agendada, através do SIA. Essas visitas são essenciais para os calouros e costumam ser indicadas pelos Coordenadores de cada curso.

Normas e Procedimentos de Utilização da Biblioteca

A Biblioteca do Centro Universitário Metrocamp Wyden tem como objetivo dar suporte informacional completo e atualizado às atividades de ensino oferecidas por esta Instituição, contribuindo de forma efetiva para a disseminação e assimilação do conhecimento contido no acervo, físico e virtual, e ao seu alcance. E segue as normas descritas abaixo.

Consultas

Serão permitidos aos alunos regularmente matriculados, professores e colaboradores administrativos a consulta e o empréstimo, desde que sejam respeitadas as regras de cada tipo de retirada.

Compreende-se por consulta a retirada de obra condicionada à devolução no mesmo dia, dentro do horário de funcionamento da biblioteca.

A todos os usuários ativos cadastrados no Pergamum será facultada a consulta de até 3 obras simultaneamente, desde que não sejam do mesmo título e autor.

A efetivação da consulta se dará mediante validação da identificação do usuário, através da leitura biométrica ou senha pessoal.

Empréstimos

Compreende-se por empréstimos a retirada de obra condicionada à devolução em até 7 dias corridos, dentro do horário de funcionamento da biblioteca.

O empréstimo será facultado somente à alunos regularmente matriculados, professores e colaboradores administrativos, sendo permitida a retirada de até 3 obras simultaneamente, desde que não sejam do mesmo título e autor, limitado à disponibilidade física no acervo.

Não será permitido o empréstimo de obras de referência (legislação e códigos, enciclopédias e dicionários), monografias de graduação, teses, obras raras e exemplares únicos, ficando estes disponíveis apenas para consulta.

O empréstimo poderá ser realizado somente na unidade em que os alunos regularmente matriculados, professores e colaboradores administrativos encontram-se cadastrados no Sistema Pergamum.

Renovação de Empréstimo

As obras emprestadas poderão ser renovadas por 7 dias, de forma presencial ou online (no SIA ou no sistema “Meu Pergamum”), dentro da data limite para a devolução e da vigência do período acadêmico em curso, desde que outro usuário não a tenha reservado.

É permitida a renovação do livro até dez vezes de forma online, desde que não haja reserva para a obra. Após as dez renovações, o usuário deverá comparecer a biblioteca com o exemplar para devolução ou possível renovação presencial.

Quando o 7º dia não for dia útil à entrega deverá ser efetuada no 1º dia útil subsequente.

O Sistema não permitirá a renovação de livros fora da data limite de renovação ou para usuários que estiverem penalizados cumprindo suspensão por entrega de livros fora do prazo.

Reserva de Livros

A reserva poderá ser solicitada quando todos os exemplares da obra já estiverem emprestados, e estará disponível para os usuários (alunos, professores e colaboradores) habilitados para empréstimo que não estiverem em penalidade.

Será disponibilizada a reserva Online de até 3 obras por vez, a qual deverá ser realizada no SIA (alunos) ou no sistema “Meu Pergamum” (que possibilita ao usuário acessar suas informações referentes à: Renovação, Reserva, Material Pendente, Áreas de Interesse, entre outros).

Os usuários (alunos, professores e colaboradores) serão notificados por e-mail quando a obra solicitada for devolvida para a biblioteca, respeitando-se a fila de espera.

A obra ficará disponível para o usuário pelo prazo de 24 horas, expirando-se automaticamente caso o usuário não compareça a biblioteca. O usuário poderá acompanhar o andamento da reserva no sistema através do “Meu Pergamum”.

Devolução de Livros

O material emprestado deverá ser devolvido, impreterivelmente, no prazo estipulado e informado no ato da consulta/empréstimo, que poderá ser consultado, a qualquer momento, através do SIA ou do sistema “Meu Pergamum”. O descumprimento destas condições acarreta inadimplência do usuário.

Penalidade

Compreende-se por penalidade o impedimento de reservar, retirar para consulta ou para empréstimo pelo usuário inadimplente.

Na inobservância do prazo, o usuário ficará afastado pelo dobro dos dias atrasados, sendo a penalidade computada por obra, ficando este impedido de utilizar o acervo até o final de todos os períodos de afastamento.

Ao usuário inadimplente será solicitada a devolução da obra em seu poder, por e-mail, emitido através do Sistema Pergamum, um dia após a data efetiva da devolução e diariamente até a devolução da obra. O bibliotecário ainda poderá fazer uso de cobrança por telefone, enviar carta e/ou e-mail e mensagem no campus virtual, quando disponível.

Reposição de Obra Extraviada por Aluno

O usuário deverá repor as obras danificadas ou extraviadas em seu poder dentro dos prazos estabelecidos para empréstimo e consulta de livros, mesmo em caso de perda, roubo ou furto (independente da apresentação de B.O – Boletim de Ocorrência).

A obra perdida deverá ser substituída por outra idêntica ou edição atualizada. Em caso de obra esgotada na editora, poderá ser indicada para reposição outra obra que pertença à bibliografia básica do curso, pelo bibliotecário. A reposição da obra fora do prazo não isenta o usuário, pelo usuário, da penalidade referente aos dias de atraso.

Produtos da Rede de Bibliotecas

Além dos serviços já listados, a Biblioteca também oferece uma série de produtos.

Biblioteca Virtual – BV

A Biblioteca Virtual é um acervo virtual de livros-texto, com obras em português e leitura total disponível pela Internet. Disponibiliza o acesso atualmente a mais de 8.700 títulos, de mais de 40 áreas do conhecimento. Apresenta parceria com 30 editoras, entre elas Atheneu, Autêntica, Casa do Psicólogo, Contexto, Freitas Bastos, Interciência, Intersaberes, Lexikon, Pearson, Rideel, etc.

A interface de publicação permite, além da visualização e leitura do conteúdo, o uso de diversos recursos, como marcadores de texto e página, notas, citações, cartões de estudo e seleção de livros favoritos, entre outros. Permite impressão de até 50% do conteúdo de livros com valores de fotocópia. Oferece ferramentas de acessibilidade, que possibilitam variadas adaptações para melhor visualização e leitura em voz alta.

A Biblioteca Virtual oferece acesso ilimitado e multiusuário. Pode ser acessada de qualquer computador conectado à Internet, independente do aluno estar nas dependências da Instituição, o que garante mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android).

A perspectiva é que o acervo da Biblioteca Virtual continue a se expandir anualmente, através de novas parcerias estabelecidas com as editoras. O material está disponível para o professor através do “Portal do Professor” e para alunos através do “Aluno online”, no SIA – Sistema de Informações Acadêmicas e no SAVA – Sala de Aula Virtual.

Minha Biblioteca

É um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil

Grupo A, Grupo Gen, Manole e Saraiva, além de diversas editoras convidadas - que oferecem às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela Internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, discentes e docentes tem acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: saúde, direito, ciências sociais aplicadas, entre outras.

Minha Biblioteca conta atualmente com mais de 11.000 títulos, com acesso ilimitado e multiusuário.

Oferece, além da visualização e leitura do conteúdo, o uso de variados recursos, como marcadores de texto e página, criação de notas e comentários, cartões de estudo e seleção de livros favoritos, entre outros. Disponibiliza modelos de referência bibliográfica já estruturados para trabalhos acadêmicos. Permite a impressão do conteúdo, com limite de até 2 páginas de cada vez. Dispõe de ferramentas de acessibilidade, que possibilitam diversas adaptações para visualização do conteúdo e leitura em voz alta.

Garante mobilidade aos usuários com acesso por meio de computadores, tablets e smartphones (IOS e Android). Passa por atualizações semestrais.

Repositório Institucional

O Repositório de Recursos Educacionais é uma plataforma proprietária da Cia., onde são disponibilizados mais de 800 livros próprios, de diversas áreas do conhecimento. O acervo possui crescimento constante, com inclusões de novas obras

Essas obras são elaboradas por professores e especialistas. O conteúdo é voltado para os projetos pedagógicos e planos de ensino das disciplinas.

Os campos de busca são divididos por área de conhecimento, assunto e autor, facilitando a localização daquilo que se deseja pesquisar. Exibe descrição do conteúdo dos livros para auxiliar na pesquisa e a ficha técnica com os dados dos materiais.

O acesso é ilimitado e multiusuário. Permite o download do conteúdo completo dos livros e impressão.

Além de livros, oferece aos docentes diversos outros recursos para auxiliar na preparação das aulas. Tais como: imagens, vídeos, games educacionais, etc.

Base de Dados EBSCO

A assinatura desta base de dados permite o acesso a mais de 39.000 publicações em texto completo e atende todas as áreas do conhecimento. Possui periódicos especializados, que suplementam os conteúdos administrados nas disciplinas e são disponibilizados no SIA de acordo com a assinatura de aquisição com a EBSCO Brasil Ltda. Oferece também mais de 200 mil e-Books da área da saúde e multidisciplinares.

As bases assinadas pela Cia. são: Academic Search Complete; Applied Science & Technology Source; Business Source Premier; Dentistry & Oral Sciences Source; DynaMed; eBook Academic Collection; eBook Clinical Collection; Education Source; Fonte Acadêmica; Hospitality & Tourism Complete; International Pharmaceutical Abstracts; MEDLINE Complete; Psychology and Behavioral Sciences Collection; Regional Business News; World Politics Review. E também o serviço de busca EBSCO Discovery Service.

Além disso, inclui o portal DynaMed que é a fonte de informação baseada em evidências clínicas, projetada para otimizar o tempo de resposta. O conteúdo engloba milhares de temas da área da saúde.

Para a área da saúde conta também com a MEDLINE Complete, que é uma base de dados bibliográfica criada e mantida pela National Library of Medicines, que cobre os campos da enfermagem, medicina, medicina e saúde pública. Contém citações bibliográficas e resumos de autores de aproximadamente 3900 periódicos correntes da área biomédica, publicados nos Estados Unidos e em 70 outros países, cobrindo mais de 9 milhões de registros de todo o mundo desde 1966, com predominância da língua inglesa.

A EBSCO permite acesso online, simultâneo e ilimitado por IP ou acesso remoto no website da Instituição. Possui Interface única de busca em português, o EBSCOhost e tradutor automático do texto completo para o português. Possibilita salvar os artigos pesquisados, imprimir, enviar (email) ou guardar na base (MyEBSCOhost – ferramenta que permite salvar pesquisas em uma conta pessoal para posterior consultas).

Oferece leitor de voz, que pode ler o conteúdo HTML em voz alta para deficientes visuais. A atualização é diária e possui aproximadamente 20.000 títulos de periódicos.

Revista dos Tribunais Online

Permite acesso a Doutrinas, Legislação e Jurisprudências. Inclui os 31 títulos de periódicos temáticos da Editora, que abrangem todas as áreas do Direito. Assim como documentos históricos úteis para o conhecimento da evolução do pensamento jurídico e notícias da agência Reuters.

Permite acesso online e simultâneo por IP ou acesso remoto no website da Instituição.

Atendimento aos Usuários com Deficiência Física

A Biblioteca está localizada no subsolo S1, para facilitar a locomoção dos portadores de deficiência física e conta com balcão para atendimento a cadeirantes.

Usuários Cegos e/ou Baixa Visão

O Sistema **NVDA** está instalado em computadores localizados na Biblioteca. São Sistemas que se comunicam com o usuário através da síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais. A Biblioteca oferece fones de ouvido, teclado em braile e lupa. Além disso, as plataformas virtuais também disponibilizam leitura em voz alta e diversas adaptações para visualização do conteúdo.

Usuários Surdos e/ou Deficiente Auditivos

O bibliotecário e os auxiliares, caso seja necessário, recebem os usuários com deficiência auditiva, procurando falar articuladamente e olhando diretamente para os mesmos, permitindo a eles utilizarem-se da leitura labial. Os colaboradores recebem orientação básica sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS para que atendam aos usuários surdos, através da Cartilha de LIBRAS disponibilizada pela instituição.

Plano de Atualização e Expansão do Acervo

Atualização do Acervo

Conforme descrito em seu PDI, o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/virtual) do Centro Universitário Metrocamp Wyden atende de maneira adequada às necessidades institucionais. O plano é anual e nele está previsto o descarte (exclusão de itens obsoletos) e as compras baseadas nos livros mais emprestados e reservados, nos mais indicados pelos professores e definidos pelo NDE.

O acervo é anualmente acrescido de novas publicações. Essas aquisições são feitas através de compras e doações, mantendo assim a renovação continuada das obras literárias, tendo em vista as necessidades dos cursos e programas previstos. Cabe ao NDE realizar análise e indicar ao Colegiado dos Cursos, relacionados aos títulos mais demandados, a necessidade de aquisição de títulos atualizados, assim como a necessidade de aumento do número de exemplares de determinados títulos.

A gestão do acervo é realizada, através do Plano de Contingência de Acervo, para que atenda aos discentes e docentes em termos de qualidade e quantidade dos títulos e em relação ao total de exemplares. O PGE 01.033 – Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas também contribui para a gestão do acervo e conta com a Política para Conservação e Preservação do Acervo e a Política de Aquisição, Expansão e Atualização.

Para a atualização e aquisição de acervo, a IES projeta 10% de crescimento anual, em peça orçamentária, para tais aquisições, ficando disposta em orçamento de expansão verba destinada à aquisição de acervo para manutenção dos cursos em andamento e novos cursos a serem protocolados.

Expansão do Acervo

A política de expansão do acervo adotada na Instituição prevê que, após o término do processo de implantação dos cursos ofertados, o acervo receba um incremento ao ano, visando à atualização geral do acervo e respeitando sempre a política de aquisição da Instituição, a ampliação de vagas dos cursos e a implantação de novos cursos. Para os cursos que ainda estão sendo implantados, as aquisições sempre visam a qualidade do material disponibilizado.

Formação do Acervo Físico e Eletrônico/Virtual

O processo de formação e desenvolvimento de coleções contempla: a seleção, aquisição, expansão, atualização, desbaste e descarte do acervo de livros, periódicos e mídias digitais para os Cursos de Graduação, Graduação Tecnológica e Pós-Graduação, presenciais e EAD. Permite o crescimento racional e equilibrado do acervo em todas as áreas do conhecimento. Tem como base critérios previamente definidos para a formação de acervo da IES e visa atender satisfatoriamente o acervo bibliográfico, documentário e informacional para apoiar as atividades voltadas ao atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com a proposta pedagógica prevista nos projetos pedagógicos de cada curso oferecido pela Instituição, norteados pelos estudos que suportam tecnicamente o plano de contingência existente.

A seleção dos materiais, físicos e virtuais, que vão compor o acervo é realizada através de critérios estabelecidos pela Instituição, que implica na análise de:

- Qualidade do conteúdo - Averiguar se a abordagem do assunto é realizada de modo detalhado ou superficial e se atende ao ensino, pesquisa e extensão;
- Autoridade do autor e/ou editor - Apurar sobre a autoridade e reputação do autor e/ou editor nas áreas de domínio;
- Atualidade da obra - Em algumas áreas ocorrem modificações constantes e bastante significativas, sendo essencial a observação do ano de publicação mais atualizado. As áreas mais

propensas a essas mudanças são as de ciências exatas, jurídicas e biológicas;

- Carência de material sobre o assunto na coleção - Avaliar se a quantidade do material já existente é suficiente ou existe em excesso, e no caso de títulos que não estão disponíveis no mercado, ou seja, livros esgotados, é preferível a substituição, devido ao custo exorbitante no mercado de sebos, além de na maioria das vezes não atingirem, o número de exemplares necessários;
- Viabilização do idioma - A aquisição de livros texto em outro idioma será efetuada quando não existir material adequado com tradução em português ou em caso de clássicos exigidos no plano de ensino que sejam imprescindíveis;
- Quantidade de usuários potenciais - Analisar se a obra possui embasamento relevante para o ensino/aprendizado do usuário do curso solicitante;
- Custo adequado – Verificar se é justificável o custo do material em relação ao número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- Condições físicas do material - Utilidade do formato do material bibliográfico no que se refere aos multimeios - os materiais (DVD'S, CD'S, etc.) serão adquiridos quando comprovada a necessidade de tais recursos de acordo com o plano de ensino, bem como, a análise da utilidade da característica física do material.

A definição e seleção das bibliografias básicas e complementares são de responsabilidade do Corpo Docente, Coordenação de Curso e NDE. Referendadas por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

A previsão orçamentária considerará para aquisição, atualização e expansão de livros:

O controle da bibliografia de cada Curso, incluindo livros básicos e complementares, a quantidade de exemplares a serem adquiridos, dar-se-á de forma anual, respeitando eventuais necessidades de aquisição;

Para a bibliografia básica será considerada a aquisição de três títulos. A quantidade de exemplares varia conforme a quantidade de vagas/ano ofertadas por curso;

Para a bibliografia complementar será considerada a indicação de cinco títulos. E a quantidade de 2 (dois) exemplares de cada título;

Levar-se a em conta os períodos vigentes do Curso em cada Campus onde ele é oferecido e a oferta de vagas, assim como as propostas pedagógicas dos Cursos, de acordo com os padrões estabelecidos nos instrumentos de avaliação do MEC. A Orientação é que a maioria das bibliografias complementares

sejam indicações de livros online da Biblioteca Virtual Pearson e da Minha Biblioteca de acordo com o conteúdo programático para cada disciplina.

Periódicos

As publicações periódicas são de fundamental importância para a pesquisa científica. Em relação às revistas, a Biblioteca conta com assinatura de Base de Dados EBSCO que disponibiliza 348 títulos de periódicos nacionais com texto completo e mais de 20.000 periódicos internacionais também com texto completo e indica as bases de acesso livre. Isto fornece uma referência extremamente atualizada e de excelente qualidade para trabalhos científicos. Para tanto, o Centro Universitário Unimetrocamp Wyden não poderia deixar de dispor dos recursos necessários para que essa atividade de pesquisa possa ser desenvolvida, daí a preocupação com a manutenção das coleções de periódicos das áreas acadêmicas nas quais atua. Como uma das principais fontes de informação, as publicações periódicas são base de fundamental importância para a pesquisa científica, servindo ainda de atualização às matérias dos diversos cursos.

Além das bases oferecidas através de contrato firmado, são indicadas aos usuários bases de dados de acesso gratuito para pesquisa. São elas:

- CAPES (www.periodicos.capes.gov.br): Disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na Internet. Selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais.
- SCIELO (www.scielo.org): Abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos de diversas áreas do conhecimento, nacionais e estrangeiros.
- BIREME (www.bireme.br): Permite acessar as seguintes bases de dados da área de saúde: MEDLINE, LILACS, PAHO, REPIDISCA, DESASTRES, ADOLEC, AdSaude, BBO, BDENF, HomeoIndex, SIDORH, MedCarib, LEYES, WHOLIS.
- IBICT (www.ibict.br): Reúne em base de dados única cerca de 100 mil registros de teses e dissertações produzidas por brasileiros no país e exterior. Conta com uma rede de 17 instituições cooperantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR

O acervo da bibliografia básica atende às diretrizes legais propostas pelos Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, além de dialogar diretamente com a matriz curricular proposta. Todo o acervo de bibliografia básica está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. A IES

dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

O acervo da bibliografia complementar possui cinco títulos por disciplina, com disponibilização de dois exemplares de cada título ou com acervo virtual. A IES dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

O Curso de Enfermagem dispõe de laboratórios para as disciplinas básicas. A utilização dos laboratórios destinados a cada disciplina obedece a critérios de dimensões físicas, capacidade de processamento, equipamentos e aplicativos disponíveis, especificidades da disciplina e o compartilhamento com outros cursos oferecidos na mesma unidade.

Os laboratórios didáticos de formação básica para Curso de enfermagem são o laboratório de anatomia, o laboratório de química, o laboratório de microscopia e o laboratório de informática, que atende às necessidades do curso, de acordo com o PPC e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

Os ambientes do Centro Universitário Metrocamp Wyden atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR quanto à iluminação, ventilação, refrigeração, acústica e mobiliário, os quais foram cuidadosamente dimensionados com atenção especial às condições ergonômicas com vistas à humanização de seus ambientes.

A utilização desses ambientes acontece através de agendamento do professor responsável pela disciplina ou pela atividade em que seja necessária na utilização de este espaço.

Os laboratórios de informática possibilitam o acesso aos discentes aos softwares específicos, diversas linguagens de programação, máquinas virtuais, banco de dados e entre outras ferramentas de

tecnologia da informação. Serão utilizados como apoio às aulas das disciplinas estabelecidas na matriz curricular e quando necessitar de acesso à internet, além deservir como ambiente de desenvolvimento de pesquisa individual e em grupo.

3.6.1 Instalações e funcionamento

O Sistema de Bibliotecas da IES, unidade de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, é formado pelo acervo bibliográfico presencial e digital. Além disso, apresenta os recursos tecnológicos, espaços físicos adequados, serviços e produtos que favorecem o processo de ensino-aprendizagem.

Com base nesse novo cenário educacional, a Instituição vem buscando novas abordagens e modelos na prestação de serviços e ofertas de produtos educacionais.

Na Biblioteca, buscamos caminhos inovadores e criativos para apoiar a aprendizagem a distância e presencial, e, principalmente, oferecer aos estudantes de ambas as modalidades oportunidades iguais de acesso às fontes de informação.

O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza de cada disciplina. Esse acervo é atualizado mediante solicitação dos membros do NDE com os devidos registros formalizados nas respectivas atas de reunião.

No caso do acervo digital, a IES possui contratos firmados com as plataformas externas, e os alunos podem acessá-lo nos laboratórios de informática da IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como apresenta ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem, conforme apresentado no item 3.5 e item 1.9.7.

As plataformas disponíveis oferecem acesso ilimitado e multiusuário e o acervo possui exemplares, ou de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas disciplinas. A IES dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

São oferecidos os seguintes serviços pela biblioteca:

- ✓ Empréstimo;
- ✓ Consulta local;
- ✓ Consulta online;
- ✓ Capacitação de alunos
- ✓ Exposição dos novos materiais bibliográficos;

- ✓ Periódicos online por curso;
- ✓ Pesquisa Bibliográfica - oferece acesso, pelo próprio usuário, à base de dados bibliográficos de periódicos nacionais e estrangeiros, com orientação da Biblioteca.
- ✓ Levantamento Bibliográfico - Serviço que recupera informações existentes sobre determinado assunto em base de dados locais, a pedido do usuário. O relatório vem sob a forma de referências bibliográficas e o usuário deverá fornecer mídia para receber o levantamento bibliográfico desejado.
- ✓ Orientação de Normalização Bibliográfica - Serviço de orientação na elaboração de referências bibliográficas e normalização de trabalhos técnico-científicos segundo normas da ABNT bem como Ficha Catalográfica que todos os TCCs devem ter.
- ✓ Visitas Orientadas - A Biblioteca oferece o serviço de visita orientada que permite ao usuário conhecer a distribuição do espaço físico, os recursos que a Biblioteca oferece, bem como normas e procedimentos para sua utilização. A visita deve ser previamente agendada, por telefone, pessoalmente ou através de e-mail. Essa agenda atende os alunos e os calouros têm um cronograma especial de visita que acontece na semana de acolhimento.
- ✓ Intercâmbio entre bibliotecas: a Biblioteca mantém convênio com outras instituições. Para retirada do material, é necessário o encaminhamento de um pedido com dados do material e ficha de cadastro da Instituição. O prazo estipulado pela Instituição deverá ser rigorosamente respeitado pelo usuário. O material emprestado é de inteira responsabilidade do usuário, cabendo ao mesmo o ressarcimento do material extraviado ou danificado.

Também são ofertadas capacitações específicas para que bibliotecários e assistentes recebam treinamento para apoio aos alunos público-alvo da educação especial.

O horário de funcionamento da biblioteca da IES busca atender toda a necessidade da comunidade acadêmica, adequando-se à realidade da Unidade. Assim, a Biblioteca funciona, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 22h00 e aos sábados, das 8h00 às 14h00.

3.6.2 Bibliografia básica por unidade curricular

O acervo da bibliografia básica atende às diretrizes legais propostas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação, além de dialogar diretamente com a matriz curricular proposta. Todo o acervo de bibliografia básica está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES. A IES dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

Bibliografia básica é a leitura mínima obrigatória, parte do processo da aprendizagem fundamental. As disciplinas do curso de Engenharia de Computação estão divididas em 3 núcleos de formação que são: núcleo de conteúdos básicos, núcleo de conteúdos profissionalizantes e núcleo de conteúdos específicos.

Os livros das unidades de estudo (bibliografias básica e complementar) referentes aos núcleos de conteúdos básicos (disciplinas básicas), profissionalizantes (disciplinas profissionalizantes) e específicos (disciplinas específicas) são apresentados nos planos de ensino das unidades de estudo do curso.

3.6.3 Bibliografia complementar por unidade curricular

O acervo da bibliografia complementar possui cinco títulos por disciplina, com disponibilização de dois exemplares de cada título ou com acervo virtual. A IES dispõe de Plano de Contingência para os casos em que o acesso não é possível em decorrência de fatores externos que fogem ao cotidiano e à operação normal e regular das atividades acadêmicas.

Bibliografia complementar é a leitura recomendada para aumentar os conhecimentos sobre determinados assuntos, criando a oportunidade do aprendizado em diferentes abordagens e sob a ótica de diversos autores. Busca complementar o processo educativo (ensino/aprendizagem), conduzindo o aluno em seu desenvolvimento, considerando os diferentes níveis de conhecimento e diversidade de interesses existentes e objetivando o preparo do estudante para realização de suas próprias pesquisas.

São livros nacionais ou importados necessários à complementação da bibliografia básica do curso, seja em nível de pesquisa e/ou conteúdo programático das disciplinas ministradas na instituição, com pelo menos 2 (dois) exemplares de cada título indicado, exceto nos casos em que haja demanda.

Periódicos Especializados

A Biblioteca do UniMetrocamp oferece uma excelente base de dados com acesso ao conteúdo completo de artigos em periódicos especializados, on-line e impressos, indexados e correntes, nas mais diferentes áreas de conhecimento, com diversos títulos que atendem ao curso de Engenharia de Computação.

3.7. Núcleo de Práticas Jurídicas

O Núcleo de Práticas Jurídicas da IES fica localizado **no térreo do prédio principal** ocupando uma área construída de 250 metros quadrados, dividida da seguinte forma:

LOCAL	QUANTIDADE	METRAGEM
Recepção	01	34 m ²
Arquivo	02	08 m ²
Sala de Audiência	01	36 m ²
Sala de atendimento privativo aos assistidos	04	09 m ²
Sala de conciliação/mediação	01	17 m ²
Sala do coordenador do Núcleo de Práticas	01	11 m ²
Sala de atendimento	01	75 m ²

Sua estrutura possui acessibilidade. Seu funcionamento ocorre de **09h às 18h** de segunda à sexta-feira.

Para atender ao presente projeto pedagógico, o Núcleo de Práticas Jurídicas possui o seguinte quadro:

CARGO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA
Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas	1	20 horas
Professor Orientador	4	20 horas
Advogado	2	30 horas
Secretaria	1	44 horas

Para a verificação da descrição e das atribuições de cada um dos cargos acima listados, vide anexo o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas.

4. DADOS DIVERSOS

4.1 Equipe técnico-pedagógica, coordenação pedagógica, secretaria, técnicos de laboratórios.

5. REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.; NOVAK, J. & HANESIAN, H. **Psicologia educacional**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BRANCO, Maria Luíza. **A Educação progressiva na atualidade: o legado de John Dewey**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 40, n. 3, p. 783-798. 2014.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25/08/2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html> . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=181301-rces002-21&category_slug=abril-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 30 mai/2021

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 757/2020, aprovado em 10 de dezembro de 2020.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170191-pces757-20&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Portaria nº 147, de 2 de fevereiro de 2007.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/portaria147.pdf> . Acesso em 30 mai/2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 30 mai/2021.

DAMASCENO, Andréa Duarte da Silva. **A importância da psicomotricidade na educação infantil.** Disponível em: www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N206676.pdf Acesso em: 21 mai. 2021. p. 15).

EBOLI, M. **Educação Corporativa no Brasil: Mitos e Verdades.** 2. ed. São Paulo: Gente, 2004.

GOMES, Maria Madalena Cardoso Macedo. **Os conceitos de Piaget e o papel do professor.** Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/os-conceitos-piaget-papel-professor.htm>. Acesso em 30 mai/2021.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições par a o século 21.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade.** 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

INEP. **Referenciais de acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.** Brasília: MEC, 2013.

INSTITUTO PURUNÃ. **Como aprendemos? A teoria da escolha de William Glasser.** Disponível em: <http://www.institutopuruna.com.br/como-aprendemos-a-teoria-da-escolha-de-william-glasser/> . Acesso em 30 mai/2021.

- LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- LEFRANÇOIS, Guy R. **Teorias da aprendizagem: o que o professor disse**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Jobs lost, jobs gained: workforce transitions in a time of automation**. (2017). Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Industries/Public%20and%20Social%20Sector/Our%20Insights/What%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Executive-summary-December-6-2017.pdf> . Acesso em 30 mai/2021.
- MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo. EPU, 1999.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf> . Acesso em 30 mai/2021.
- OZMON, Howard; CRAVER, Samuel M. **Fundamentos filosóficos da educação**. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
- PERRENOUD, P. *Construir competências é virar as costas aos saberes?* In: **Revista Pátio**, Porto Alegre: ARTMED, ano 03, nº 11, jan. 2000 (p. 15-19)
- PESSANHA, J. A. M. *Platão as várias faces do amor*. In: NOVAES, A. (Org.). **O sentido da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, Funarte, 1987.
- RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- RIBEIRO, S.; ZANCANARO, L. Educação para liberdade – uma perspectiva kantiana. **Revista Bioethikos**. São Paulo, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/82/Art11.pdf>.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio a teoria e a prática da avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf> . Acesso em 14 nov./2020.
- SILVEIRA, Frederico Júnior Gomes da et al. **Geoespecialização de informações sociais: os índices de furto, roubo e homicídio no município de Cruz das Almas-BA**. 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The future of jobs report 2020**. Disponível em:
<https://www.weforum.org/reports/the-future-of-jobs-report-2020> . Acesso em 30 mai/2021.

6. ANEXOS

ANEXO I – EMENTAS E RESPECTIVAS BIBLIOGRAFIAS

1º PERÍODO

ARA0297 – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA: Fundamentos do Direito. Teorias do Direito. Teoria da norma e do ordenamento jurídico. Interpretação das normas jurídicas. Teoria das relações jurídicas. Temas aprofundados em relações jurídicas.

Bibliografia básica

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 11ª ed. São Paulo: GEN | Atlas, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução do Estudo do Direito**. 6ª ed. rev. atual. ampliada. São Paulo: GEN | ATLAS, 2019.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 44. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642755/>

Bibliografia complementar

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Introdução ao estudo do direito: humanismo, democracia e justiça**. 3. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978655597066/>

INGRAM, David. **Filosofia do Direito: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MARCONDES, Danilo; STRUCHINER, Noel. **Textos Básicos de Filosofia do Direito: de Platão a Frederick Shauer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

NUNES, Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito: com exercícios para sala de aula e lições de casa**. 15. ed.. São Paulo: Saraiva, 2018.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ARA0099 – FILOSOFIA

EMENTA: História da Filosofia antiga. História da Filosofia medieval. História da Filosofia moderna. Idealismo alemão. Modernidade líquida. A sociedade em rede.

Bibliografia Básica:

Ingram, David. **Filosofia do direito** [recurso eletrônico]: conceitos-chave em filosofia. David Ingram ; tradução: José Alexandre Durry Guerzoni ; revisão técnica: Mateus Boldin. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536324388/pages/recent>

FERRARI, Sônia Campaner Miguel (org.); MATHEUS, Carlos Eduardo Meirelles [et al]. **Filosofia política**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440197>

MASCARO, Alysso Leandro. **Filosofia do direito**. 9. ed. Barueri: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771042>

Bibliografia Complementar

DIONIZIO, Mayara. **Filosofia Contemporânea**. Porto Alegre: Sagah, 2018.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **A aventura da filosofia de Parmênides a Nietzsche**. São Paulo: Manole, 2010.

GUIMARÃES, Bruno. **Filosofia como esclarecimento**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ADEODATO, João Maurício. **Filosofia do direito**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609833>

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica**. 7. ed. São Paulo : Saraiva Educação, 2021. e-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595000/>

ARA0100 FUNDAMENTOS ANTROPOLÓGICOS E SOCIOLÓGICOS

EMENTA: Introdução a sociologia. Introdução à antropologia cultural. Funcionalismo e a sociologia de Durkheim. Marxismos. Sociologia weberiana e suas influências. Aspectos legais sobre diversidade e inclusão

Bibliografia Básica

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607990>

CARNIO, Henrique Garbellini. **Direito e antropologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618101/>.

IAMUNDO, Eduardo. **Sociologia e antropologia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175846/>

Bibliografia Complementar

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

OLIVEIRA, Allan de Paula. **Antropologia: questões, conceitos e história**. Curitiba: Intersaberes, 2018.

PAIXÃO, Alessandro Ezequiel da. **Sociologia Geral**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

PINHEL, André Marega; ALVES, Benno Warker. **Sociologia Brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

ARA0001 LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA: Linguagem e língua – conceitos. Norma culta e variação linguística. Texto e discurso.

Dificuldades gramaticais. A língua no ambiente profissional

Bibliografia Básica

MOYSÉS, Carlos Alberto. **Língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-02-63403-9>.

VIEIRA, Silvia; BRANDÃO, Silvia. **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2014

VANDA, Maria Elias. **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar

Ataliba T. de Castilho e Vanda M. Elias. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

Célia Moraes de Castilho. **Fundamentos sintáticos do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

Marco Antonio Martins, Silvia Rodrigues Vieira e Maria Alice Tavares. **Ensino de Português e Sociolinguística**. São Paulo: 2014

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikan, 2016.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência: técnicas de comunicação criativa**. São Paulo: Atlas, 2010.

ARA0192 CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO

Ementa: Modernização social e as origens do Estado moderno. Estado moderno: elementos e formas, sistemas de governo e regimes políticos. Ideologias políticas e seus reflexos no estado. Comunicação e política. Constituição e direitos humanos. Desafios, tendências e limites da política e do estado. Crises do capitalismo global.

Bibliografia básica:

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476725/>

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. 6. ed. Coimbra: Grupo Almedina. 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724058146/>

Bibliografia complementar:

BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPAROLO, Murilo (orgs.). **Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva Jur, 2018.

CUNHA, Paulo Ferreira. **Teoria geral do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva jur, 2018.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins, Fontes, 2013.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PAVIANI, Jayme. **Platão & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551301517/>

2º PERÍODO

ARA0225 DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME

EMENTA: A ciência penal. Controle social penal e Estado democrático de Direito. Teoria da norma jurídico-penal. Teoria do delito

Bibliografia básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Coleção Tratado de direito penal volume 1: parte geral**. 26. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral**. 4.ed. São Paulo: São Paulo, 2018. V. 1.

MARTINELLI, João Paulo Orsini; DE BEM, Leonardo Schmitt. **Lições fundamentais de direito penal: parte geral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553608171/>

Bibliografia complementar:

BACILA, Carlos Roberto. **Introdução ao Direito Penal e à Criminologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

ESTEFAM, André (coord.) GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado: parte geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

JESUS, Damásio de. ESTEFAM, André. **Direito penal: Parte geral**. 37. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

JUNQUEIRA, Gustavo; VANZOLINI, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PACELLI, Eugênio. CALLEGARI, André. **Manual de Direito Penal**. 6. ed.. São Paulo: Atlas, 2020.

PRADO, Luiz Regis. **Bem jurídico-penal e Constituição**. 8. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ARA0571 DIREITO CIVIL - PARTE GERAL

EMENTA: Pessoas naturais e jurídicas. Constitucionalização do direito civil. Bens. Negócio jurídico. Atos jurídicos ilícitos. Prescrição, decadência e prova

Bibliografia básica

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direito Civil: Volume 1: Parte Geral**. 11. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596816/>

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: parte geral**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. v.1.

Bibliografia complementar

WALD, Arnoldo; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W.; PARSANI, Liliana Minardi. **Direito civil: introdução e parte geral**, vol. 1. 14. ed. totalmente reformulada São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502226432/>

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de Direito Civil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 33 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. 1.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Lei de introdução e parte geral**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. v.1.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2019. 1.

ARA0164 TEORIA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

EMENTA: Teoria da constituição. Princípios fundamentais constitucionais. Poder constituinte. Direitos fundamentais e a ordem constitucional. Garantias constitucionais e as possibilidades de suas limitações.

Bibliografia básica

BARROS, Renata Furtado. **Direito Constitucional I**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz, Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2020.

Bibliografia complementar

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DE MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 38. ed. Barueri: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/>

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2019.

PEÑA, Guilherme. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2020.

ARA1238 TEO. GER. DO PROC E FASE DE CONHEC. NO PROC. CIVIL

EMENTA: Fundamentos do Direito processual contemporâneo. Jurisdição. Ação, competência e processo. Processo de conhecimento: fase inicial. Processo de conhecimento: saneamento e instrução. Sentença.

Bibliografia básica

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO. **Direito Processual Civil Contemporâneo**. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR. **Curso de Direito Processual Civil**. 59ª Ed.. Rio de Janeiro: Gen, 2018.

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria geral do processo**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643011/>

Bibliografia básica

TESHEINER, José Maria Rosa; THAMAY, Rennan Faria Krüger. **Teoria Geral do Processo** 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620759/>

CASSIO SCARPINELLA BUENO. **Novo CPC anotado**. 1ª Ed.. São Paulo: Saraiva, 2015.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Teoria geral do processo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530980788/>.

HAROLDO LOURENÇO. **Processo Civil Sistematizado**. 3ª Ed.. Rio de Janeiro: Gen, 2017.

LEONARDO GRECO. **Instituições de Processo Civil**. 5ª Ed.. Rio de Janeiro: Gen, 2015.

LUIZ FUX. **Teoria Geral do Processo**. 1ª Ed.. Rio de Janeiro: Gen, 2014.

ARA0409 A HISTÓRIA DA JUSTIÇA NO BRASIL

EMENTA: A Justiça no Brasil colonial. A Justiça no Império. A Justiça no Brasil: da Velha República aos Governos militares. A Justiça no Brasil e a Nova República. A Justiça no Brasil e os Grupos vulneráveis.

Bibliografia básica:

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira**: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964. Brasília: Edições Câmara, 2018.

Disponível em:

https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/10028/historia_constitucional_barbosa.pdf?sequence=3&isAllowed=y

MORAES, Alexandre de; KIM, Richard Pae (Coords.). **Cidadania**: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486403/>

SADEK, MT., org. SANCHES FILHO, AO., et al. **Justiça e cidadania no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. 224 p. ISBN 978-85-7982-017-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Bibliografia complementar:

DOMINGUES, Ângela; RESENDE, Maria Leônia Chaves de; CARDIM, Pedro (Orgs.). **Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano** (sécs. XVI-XIX). Lisboa: Atlântica, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/40985/1/Ebook_Os%20Ind%C3%ADgenas%20e%20as%20Justi%C3%A7as%20no%20Mundo%20Ibero-Americano%20%28s%C3%A9cs.%20XVI-XIX%29.pdf

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **História econômica e social do Brasil**: o Brasil desde a república. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547207786/>

MARCOS, Rui de Figueiredo; MATHIAS, Carlos Fernando Mathias; NORINHA, Ibsen. **História do direito brasileiro**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5565-6/>

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. **UPPs, direitos e Justiça**: um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10362>

OSÓRIO, Helen; XAVIER, Regina Célia Lima. **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179065>

3º PERÍODO

ARA0984 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

EMENTA: Relação jurídica obrigacional e o Código Civil de 2002. O adimplemento e transmissão das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Atos unilaterais. Responsabilidade civil. Temas atuais da responsabilidade civil.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 10ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2019.

STOLZE, Pablo Gagliano; PAMBLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil**. 21ª Edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

TARTUCE, Flavio. **Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil**. 14ª Edição. São Paulo: Editora Forense, 2019.

Bibliografia complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil: curso de direito civil..** 10ª. São Paulo: Atlas, 2015.

TEPEDINO, Gustavo; SCHEREIBER, Anderson. **Fundamentos do direito civil: obrigações / texto e coordenação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992392/>

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil: responsabilidade civil** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994228/>

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil II**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil**. 28ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2020.

ARA0338 ORGANIZAÇÃO ESTATAL

EMENTA: Organização do Estado. Intervenção. Poder Legislativo no cenário constitucional brasileiro de 1988. Poder Executivo brasileiro na Constituição Federal de 1988. Poder Judiciário brasileiro na Constituição Federal de 1988. A defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Bibliografia básica

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. Disponível: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620575>

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia complementar

BARCELLOS, Ana Paula de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

NETO, Manoel Jorge e Silva. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502198029/>

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 18 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

ARA1224 TEORIA DA DECISÃO JURISD. E RECURSOS NO PROC CIVIL

EMENTA: Teoria da Decisão Jurisdicional. Sentença. Recursos. Recursos Extraordinários para o STJ e STF. Incidentes processuais e precedentes judiciais. Precedentes judiciais e recursos na lei 9.099/90.

Bibliografia básica

CÂMARA, Alexandre Freitas. **O novo processo civil brasileiro**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ALVIM, Eduardo Arruda. GRANADO, Daniel Wilian; FERREIRA, Eduardo Ferreira. **Direito Processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611416>

ARAUJO Jr., Gediél Claudino. **Prática de Recursos no Processo Civil**. Altas: São Paulo, 2020.

Bibliografia Complementar

ASSIS, Araken de. **Cumprimento da Sentença**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

STOLZE, Pablo. VIANA, Salomão. **Manual da sentença cível**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611744/>

STOLZE, Pablo; VIANA, Salomão. **Manual de Sentença Cível**. São Paulo: Saraiva, 2019.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio; REIS, Silas Mendes. **Manual de recursos extraordinário e especial**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

THEODORO Jr., Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ARA1228 TEORIA DA PENA

EMENTA: Teorias e transformações históricas da sanção penal. Pena privativa de liberdade. Concurso de crimes. Concurso de pessoas. Extinção de punibilidade

Bibliografia básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Coleção Tratado de direito penal volume 1. Parte geral**. 26. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral: volume 1**. 4. São Paulo: Atlas, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 16. Rio de Janeiro: Forense, 2020. único.

Bibliografia complementar

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: eBookLibris.

Mossin, Heráclito Antônio. **Garantias fundamentais na área criminal**. Barueri: Manole, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448519/>

FOUCAULT, Michel. Tradução de. Raquel Ramalhete. **VIGIAR E PUNIR. NASCIMENTO DA PRISÃO**. 27. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/>

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598377/>

ARA0825 HERMENÊUTICA JURÍDICA

EMENTA: Hermenêutica filosófica e hermenêutica jurídica. Lógica e retórica. Teorias da argumentação. Teoria do direito e o papel dos juízes.

Bibliografia básica

ADEODATO, João Maurício. **A Retórica Constitucional**. Saraiva: São Paulo, 2010.

ATIENZA, Manuel. **As Razões do Direito - Teoria da Argumentação Jurídica**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 2014.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**. Atlas: São Paulo, 2015.

Bibliografia Complementar

BITTAR, EDUARDO C. B. **Linguagem jurídica: semiótica, discurso e direito**. Saraiva: São Paulo, 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Roteiro de Lógica Jurídica**. Saraiva: São Paulo, 2011.

ELTZ, Magnum Koury de Figueiredo; TEIXEIRA, Juliana Kraemer Micelli; DUARTE, Melissa de Freitas. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Argumentação Jurídica**. Manole: São Paulo, 2016.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

4º PERÍODO

ARA0223 DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA: Direito administrativo: premissas iniciais. Princípios administrativos constitucionais. Organização administrativa. Atos administrativos. Poderes administrativos. Bens públicos. Responsabilidade civil do Estado. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Terceiro setor – paraestatais. Intervenções estatais na propriedade. Atuação do estado no domínio econômico. Servidores públicos. Controle do Estado.

Bibliografia básica

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Atlas: São Paulo, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. Atlas: São Paulo, 2020.

SPOTIZCOVSKY, Celso. **Direito Administrativo – esquematizado**. Saraiva: São Paulo, 2020.

Bibliografia complementar

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Processo Administrativo Federal**. Atlas: São Paulo, 2015.

HARADA, Kiyoshi. **Desapropriação: Doutrina e Prática**. Atlas: São Paulo, 2015.

RIGOLIN, Ivan Barbosa. **Comentários ao regime único dos servidores públicos civis**. Atlas: São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende Oliveira. **Novo perfil da regulação estatal Administração Pública de resultado e análise de impacto regulatório**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 17. ed. atualizada por Fabrício Motta. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502149236/>

ARA0570 DIREITO CIVIL - CONTRATOS

EMENTA: Estrutura do contrato. Extinção contratual. Contratos em espécie. Tópicos atuais em contratos.

Bibliografia básica

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: contratos**. 2. São Paulo: Saraiva, 2019. 4.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 3: Contratos e atos unilaterais**. 17. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617258/>

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 14. Rio de Janeiro: Forense, 2019. 3.

Bibliografia básica

JORGE JÚNIOR, Alberto Gosson. **Direito dos contratos**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502175877>

BUENO, Francisco de Godoy. **Contratos Agrários Agroindustriais**. São Paulo: Almedina, 2017.

GONÇALVES, Carlos Alberto; LENZA, Pedro (Coord.). **Direito Civil 2: esquematizado**. 7. São Paulo: Saraiva, 2018.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de dados pessoais: comentário à Lei nº 13.709/2018 (LGPD)**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contratos eletrônicos: formação e validade**. 2. São Paulo: Almedina, 2018

ARA0575 - DIREITO PENAL ESPECIAL E EXTRAVAGANTE

EMENTA: Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra a honra e o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a administração pública. Legislação extravagante.

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**. 2. 2ed. Rio de Janeiro: FORENSE, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**. 3. 3ed. Rio de Janeiro: FORENSE, 2019.

Bibliografia complementar

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. **Manual de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial 2: crimes contra a pessoa**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial 3: crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial 4: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública**. São Paulo: Saraiva, 2018.

ARA1264 TUTELA EXECUTIVA E PROCED. ESP. NO PROCESSO CIVIL

EMENTA: A sistemática e a teoria geral da execução civil no CPC/15. Liquidação e cumprimento de sentença. Execução de título executivo extrajudicial e as defesas do executado. Remédios constitucionais. Mandado de segurança. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Curso de direito processual civil v 2 - processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 18ª ed. Saraiva: 2020.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos Especiais**. Atlas: São Paulo, 2020.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil – v. 3: Tutela Jurisdicional Executiva** - 11. ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620544/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml\]!/4/2\[cover\]/2%4050:76](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620544/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml]!/4/2[cover]/2%4050:76)

Bibliografia Complementar

ABELHA, Marcelo. **Manual de Execução Civil**. 7ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 2019.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**, volume 3. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642373/>

GODINHO, Robson Renault. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Saraiva: São Paulo, 2018.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Ações Possessórias no Novo CPC**. 4ª ed. Atlas: São Paulo, 2017.

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais - Teoria e Prática**. Atlas: São Paulo, 2019.

ARA0130 ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA: Conceitos iniciais de economia e inter-relações com o Direito. O mercado (consumidores e produtores) e intervenções do Estado. Estrutura do mercado e os aspectos jurídicos o setor público e a tributação. Política monetária e a legislação aplicada. Política externa e o direito internacional. Política econômica-social. Infraestrutura econômica e regulação de mercado. Política ambiental e legislação aplicada. Desenvolvimento sustentável e crescimento.

Bibliografia básica

BRAGA, Márcio Bobik. **Princípios de Economia - Abordagem Didática e Multidisciplinar**. São Paulo: Atlas, 2019.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: introdução ao direito econômico**. 10. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 6. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia básica

CALABREZ, Felipe. **Economia política**. Curitiba: Contentus, 2020.

CAVALLI, Cássio Machado. **FGV - Empresa, Direito e Economia**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc. **Economia Internacional: teoria e política**. 10. São Paulo: Pearson, 2015.

PORTO, Antônio Maristrello; GAROUPA, Nuno. **Curso de Análise Econômica do Direito**. São Paulo: Atlas, 2020.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e Economia no Brasil**. 2. São Paulo: Atlas, 2018.

ARA0572 DIREITO CIVIL - REAIS

EMENTA: Teoria geral do direito das coisas. Posse. Ações possessórias e proteção da posse por outros meios. Propriedade. Direito de vizinhança e condomínios. Direitos reais sobre coisa alheia e suas garantias.

Bibliografia básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, v.5: direito das coisas**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito das Coisas**. V.4. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, v.5: direitos reais**. São Paulo: Atlas, 2020, 19ª ed.

Bibliografia Complementar

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil - Vol. IV - Direitos Reais, 27ª edição**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

STOLZE, Pablo; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo curso de direito civil 5 - direitos reais**. São Paulo: Saraiva, 2018.

TEPEDINO, Gustavo. **Fundamentos de Direito Civil - Vol. 5 - Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das coisas**. 36. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (v.4). Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598674/>

ARA0578 DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Fundamentos do direito tributário. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Obrigação tributária. Crédito tributário. Tributos em espécie. Processo administrativo e judicial tributário.

Bibliografia básica

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. São Paulo: Saraiva. 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. Atlas: São Paulo, 2020.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. Atlas: São Paulo, 2019.

Bibliografia Complementar

CARNEIRO, Claudio. **Impostos Federais, Estaduais e Municipais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva. Educação, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612123/cfi/0!/4/4@0.00:66.4>

COELHO. Sacha. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988357/cfi/6/2!/4/2@0.00:0>

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Tributário**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593204/cfi/6/4!/4/4/2/4/14/2/2@0:100>

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553612123/cfi/0!/4/4@0.00:66.4>

SABBAG, Eduardo. **Direito Tributário Essencial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021. Disponível em:
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright\]!/4/32/4/1:13\[uar%2Cdo\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640317/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dcopyright]!/4/32/4/1:13[uar%2Cdo])

ARA0151 MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS

EMENTA: Introdução ao estudo dos métodos adequados de resolução de conflitos. Política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos. Os métodos adequados de resolução de conflitos. Negociação empresarial. Mediação e conciliação. A arbitragem brasileira.

Bibliografia básica

LAGASTRA, Valeria Ferioli. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de Conflitos** [recurso eletrônico]. São Paulo: Expressa, 2022. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621992/>

DORECKI, A. C. **Resolução pacífica de conflitos: alternativas para a segurança pública**. Curitiba: Inter Saberes, 2017.

GARBELINI, V.M.P. **Negociação e conflito**. Curitiba: Inter Saberes, 2016.

Bibliografia complementar

GUILHERME, L. F. do V. de A. **Manual dos MESCS - Meios Extrajudiciais de solução de conflitos**. São Paulo: Manole, 2016.

KAMEL, A. Y. **Mediação e Arbitragem**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

PESSOA, Carlos. **Negociação Aplicada**. Como Utilizar as táticas e estratégias para transformar conflitos interpessoais em relacionamentos cooperativos. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522464456/cfi/3!/4/4@0.00:0.00>

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019.

VASCONCELOS, C. E. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 6.ed. São Paulo: Forense, 2018.

ARA1053 PROCESSO PENAL - PARTE GERAL

EMENTA: Fundamentos do direito processual penal. Investigação criminal. Ação penal. Jurisdição e competência penal. Liberdade e prisão no curso do processo. Questões e processos incidentes.

Bibliografia básica

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 12ª ed. Método: São Paulo, 2020.

MESSA, Ana Flávia. **Curso de direito processual penal**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547211264/>

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 27. ed. Atlas: São Paulo, 2020.

Bibliografia Complementar

DEZEM, Guilherme Madeira [et. al.]. **Prática Penal**. Saraiva Jur: São Paulo, 2020.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo Penal Feminista**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2020.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597023084/cfi/6/2!/4/2/2@0:28.9>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 19. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620834/>

ARA0224 DIREITO AMBIENTAL

EMENTAS: Noções introdutórias e fundamentos do Direito ambiental. Princípios norteadores do Direito ambiental. Tutela constitucional do meio ambiente. Política nacional do meio ambiente. Impacto

ambiental, avaliação de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Proteção da flora e da biodiversidade. Tutelas específicas do meio ambiente. Degradação e poluição ambiental. Dano e responsabilidades ambientais - civil, administrativa e criminal. Tutela processual do meio ambiente.

Bibliografia básica

Celso Antonio Pacheco Fiorillo. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2018.

Paulo Bessa Antunes. **Direito Ambiental**. 1. São Paulo: Atlas, 2019. 1.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. Coleção esquematizado® / coordenador Pedro Lenza. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553618842/>

Bibliografia complementar

Celso Antonio Pacheco Fiorillo; Dione Mari Morita. **Licenciamento Ambiental**. São Paulo: Saraiva

Ingo Wolfgang SARLET; Tiago FENSTERSEIFER. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense

José Rubens Morato Leite. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva

Luis Paulo Sirvinkas. **Manual De Direito Ambiental**. 17. São Paulo: Saraiva, 2018.

Marcelo Abelha Rodrigues. **Direito Ambienta Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2018.

6º PERÍODO

ARA0573 DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

EMENTA Introdução ao direito de família. Casamento. Direito patrimonial de família. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Temas atuais de direito de família. Direito das sucessões.

Bibliografia básica

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. Forense: Rio de Janeiro, 2018.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Família**. Forense: Rio de Janeiro, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil – Direito das Sucessões**. 13ª. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia complementar

ARAUJO Jr., Gediél Claudino de. **Prática no Direito de Família**. Atlas: São Paulo, 2019.

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. **Direito das Sucessões**. Atlas: São Paulo, 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: direito de família**. Revista e atualizada por Tânia da Silva Pereira. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

(Instituições de direito civil; 5) Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643417/>

DE CARVALHO, Luiz Paulo Vieira. **Direito das sucessões**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017328/>

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil, v.6: direito das sucessões**. São Paulo: Atlas, 2018.

ARA0706 ÉTICA GERAL E JURÍDICA

EMENTA: Ética geral: estudo e prática da ética. Ética, direitos humanos e direitos não humanos. Ética jurídica: a advocacia. Inscrição do advogado na OAB e registro da sociedade de advogados. Código de ética da OAB. Ordem dos advogados do Brasil – OAB.

Bibliografia básica

BITTAR, C.B. Eduardo. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FURROW, Dwight. **Ética**. Artmed: Porto Alegre, 2017.

LÔBO, Paulo. **Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB**. Saraiva: São Paulo, 2018.

Bibliografia Complementar

DA COSTA, Elcias Ferreira. **Deontologia jurídica – ética das profissões jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5629-5/>

GONZAGA, Álvaro de Azevedo; NEVES, Karina Penna; BEIJATO JUNIOR, Roberto. **Estatuto da Advocacia e Novo Código da Ética e Disciplina da OAB comentados**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica: para uma teoria da dogmática jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502130326/>

MAMEDE, Gladston. **A Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil**. Atlas: São Paulo, 2014.

RODRIGUES, Willian Gustavo Rodrigues; [et al.]. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

ARA1054 - PROCESSO PENAL APLICADO

EMENTA: Provas: a reconstrução histórica dos fatos. Atos processuais. Formas processuais: o direito ao processo materializado em procedimentos. Recursos em processo penal. Ações autônomas de impugnação.

Bibliografia básica

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. Forense: Rio de Janeiro. 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal**: introdução crítica 7. ed. São Paulo:

Saraiva Educação, 2021. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593020/>

Bibliografia Complementar

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 11ª ed. **Processo Penal**. Método: São Paulo, 2019.

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de Processo Penal**. Saraiva: São Paulo, 2018.

MARCÃO, Renato. **Curso de processo penal**. Saraiva: São Paulo, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Execução Penal**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

ARA0580 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EMENTA: Aspectos primordiais do direito da criança e do adolescente; Princípios constitucionais; Direitos fundamentais da criança e do adolescente: À vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização; direito à convivência familiar e comunitária; poder familiar e família substituta; guarda; tutela; adoção nacional e internacional; sistema de garantia de direitos frente à prevenção; Conselho Tutelar; Política de Atendimento; o sistema de garantia de direitos e os procedimentos na justiça da infância e da juventude; ato infracional e as medidas socioeducativas; infrações administrativas; crimes em espécie; Sistema Nacional Socioeducativo Lei nº 12.594/2012.

Bibliografia básica

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes. **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos**. Saraiva Jur: São Paulo, 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentado**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

ZAPATER, Maíra. **Direito da criança e do Adolescente**. Saraiva: São Paulo, 2019.

Bibliografia complementar

ARAUJO Jr., Gediel Claudino de. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3ª ed. Atlas: São Paulo, 2018.

FREIRE, Muniz. **Estatuto da criança e do adolescente**. Coordenação Renee do Ó Souza. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022. Disponível: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645688/>

ISHIDA Válter Kenji. **Infração Administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Atlas: São Paulo, 2015.

PAPALIA, Diane E. [et. al.]. **O Mundo da Criança**. Porto Alegre: McGraw Hill, 2010.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente - Lei n. 8.069/90: comentado artigo por artigo**. Saraiva: São Paulo, 2019.

7º PERÍODO

ARA057 - DIREITO DO TRABALHO

EMENTA: Normas e princípios do direito do trabalho. Relação de emprego e seus sujeitos. Contrato individual de trabalho e suas garantias. Responsabilidade civil trabalhista. Segurança e medicina do trabalho.

Bibliografia básica

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 12ª. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 8. ed. São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia complementar

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 5ª ed.. São Paulo: Saraiva Jur, 2020.

CISNEIROS, Gustavo. **Direito do Trabalho Sintetizado**. 2. ed. São Paulo: Método, 2018.

NETO, Francisco Ferreira Jorge; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do trabalho**. 9. ed. rev. amp. atualizada. São Paulo: Atlas, 2019.

FREDIANI, Yone. **Direito do trabalho**. Barueri: Manole, 201. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444351/>

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

ARA0581 DIREITOS DO CONSUMIDOR

EMENTA: o Código de Defesa do Consumidor e sua posição no ordenamento jurídico brasileiro. Princípios fundamentais do código de defesa do consumidor. Elementos da relação jurídica de consumo. Responsabilidade civil pelo código de defesa do consumidor. A proteção contratual pelo código de defesa do consumidor. A proteção quanto à oferta e à publicidade no código de defesa do consumidor. O abuso de direito consumerista. As práticas abusivas vedadas pela lei 8.078/1990 e suas consequências práticas. Banco de dados e cadastro de consumidores. A desconconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor (art. 28 da lei 8.078/1990). Aspectos materiais. Tutela individual do consumidor em juízo. Tutela coletiva do consumidor em juízo. Aspectos processuais da desconconsideração da personalidade jurídica no código de defesa do consumidor. Ordem pública e tutela processual do consumidor.

Bibliografia básica

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva 15ª ed., 2019.

Paulo R. Roque A. Khouri. **Direito do Consumidor**. São Paulo, Atlas, 2021.

SOUZA, Sylvio Capanema de; WERNER, José Guilherme Vasi; NEVES, Thiago Ferreira Cardoso.

Direito do Consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Bibliografia Complementar

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2018.

NUNES, Rizzatto. **Curso de direito do consumidor**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555593525/>

SANTANNA, Gustavo. **Direito do consumidor**. Sagah: Porto Alegre, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor - Direito Material e Processual**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

THEODORO Jr., Humberto. **Direitos do Consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

ARA0603 EMPRESA, ESTABELECIMENTO E TÍTULOS DE CRÉDITO

EMENTA: Teoria da Empresa. Empresário. Estabelecimento empresarial. Títulos de Crédito. Contratos Mercantis.

Bibliografia básica

ALMEIDA, Amado Paes. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAGALHÃES, Giovani. **Direito empresarial facilitado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643998/>

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 7ª ed. Saraiva: São Paulo, 2019.

Bibliografia Complementar

DE ALMEIDA, Amador Paes. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 31. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600564/>

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. Saraiva: São Paulo, 2019.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. 5ª. ed. Forense: Rio de Janeiro, 2015.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. Saraiva: São Paulo, 2018.

ROSA Jr., Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de Crédito**. Forense: Rio de Janeiro, 2019.

ARA0579 - DIREITO, TECNOLOGIA E EMPREENDIMENTO

Ementa: Inovação e Direito. Direito da propriedade intelectual. Empreendedorismo e Direito. Startups e legal techs. Mercado financeiro, finanças corporativas e Análise Econômica do Direito.

Bibliografia Básica

CALGARO, Cleide; PERAIRA, Agostinho Oli Koppe; PILAU SOBRINHO, Liton Lanes. Org. **Direito socioambiental, consumo e novas tecnologias** [recurso eletrônico] Caxias do Sul: EducS, 2017. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-direito-socioambiental_2.pdf

DE ALENCAR, Ana Catarina. **Inteligência Artificial, Ética e Direito** [recurso eletrônico]: Guia prático para entender o novo mundo. São Paulo: Expressa, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620339/>

TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação: direito no empreendedorismo (entrepreneurship law)**. Manole: Barueri, 2017.

Bibliografia complementar

GAROUPA, Antonio Maristrello Porto. **Curso de Análise Econômica do Direito**. São Paulo: Atlas, 2020.

FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. **Sociedade e Tecnologia na Era Digital**. Saraiva: São Paulo, 2014.

BURGELMAN, Robert A.; CHRISTENSEN, Clayton M.; WHEELWRIGHT, Steven C. Wheelwright. **Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceito e soluções**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

ESEQUIEL, Mario. **Gestão eficiente de escritórios de advocacia**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2016.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026184/>

8º PERÍODO

ARA1052 PROCESSO DO TRABALHO

EMENTA: Teoria geral do processo do trabalho. Dissídio individual do trabalho. Dissídio Coletivo do Trabalho. Processo nos Tribunais. Execução trabalhista. Procedimentos Especiais.

Bibliografia básica

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2018.

SANTOS, Ribeiro Enoque; HAJEL FILHO, Ricardo Antônio Bittar. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Atlas: São Paulo, 2020.

PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. Saraiva: São Paulo, 2018.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, Antonio Carlos. **Advocacia trabalhista**. 2ª. ed. Saraiva: São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 25 ed. Saraiva: São Paulo, 2018.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. **Prática Jurídica Trabalhista**. 11ª ed. rev. atual. Atlas: São Paulo, 2020.

DONIZETTI, Elpídio; JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Redigindo a sentença trabalhista**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522496365/>

SANTOS, Enoque Ribeiro dos. **Processo Coletivo do Trabalho**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ARA1069 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

EMENTA: Método Científico. Técnicas de pesquisa. Planejamento da pesquisa. Organização de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia básica

SERVILHA, Claudia; MEZAROB, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. Saraiva: São Paulo, 2019.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed., rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-970-0359-8/>

Bibliografia complementar

APPOLINÁRIO, Fabio; ISAAC, Gil. **Como escrever um texto científico**. Trevisan: São Paulo, 2013.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. Atlas: São Paulo, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. **Metodologia do Trabalho Científico**. Atlas: São Paulo, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. Atlas: São Paulo, 2016.

ARA1186 SOCIEDADES

EMENTA: Teoria geral das sociedades. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Fusões e Aquisições. Reestruturação da Empresa. Falência.

Bibliografia Básica

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. Atlas: São Paulo, 2020.

MAMEDE, Gladston. **Falência e Recuperação de Empresas - Direito Empresarial**. Atlas: São Paulo, 2018.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v.1: teoria geral e direito societário**. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar

ABRÃO, Nelson. **Sociedades Limitadas**. Saraiva: São Paulo, 2011.

CAMPINHO, Sergio. **Curso de direito comercial - sociedade anônima**. São Paulo: Saraiva, 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa (coord). **Lei das sociedades anônimas comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640683/>

FAZZIO Jr., Waldo. **Lei de Falência e Recuperação de Empresas**. Atlas: São Paulo, 2019.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial, v.3: falência e recuperação de empresa**. São Paulo: Atlas, 2019.

ARA0576 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA: Seguridade Social. Regime Geral Previdenciário. Regime próprio de previdência social. Regime próprio de previdência social. Custeio da Seguridade Social. Processo do Trabalho e seus efeitos no Direito Previdenciário.

Bibliografia básica

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de Direito Previdenciário**. Saraiva: São Paulo, 2020.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário esquematizado**. Saraiva: São Paulo, 2020.

Bibliografia Complementar

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de Benefícios Previdenciários**. 12. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623026/>

HHORTATH JÚNIOR, Miguel Barueri. **Direito previdenciário**. São Paulo: Manole, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444375/>

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário**. 16ª ed. Método: São Paulo, 2020.

SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio. **Curso de Processo Judicial Previdenciário**. Método: São Paulo, 2014.

VIANNA, José Ernesto Aragonés. **Direito previdenciário**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em:

[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.i.dr ef%3Dcopyright\]!/4/30/2/1:38\[LIV%2CROS\]](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024029/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.i.dr ef%3Dcopyright]!/4/30/2/1:38[LIV%2CROS])

9º PERÍODO

ARA1028 PRÁTICA CÍVEL

EMENTA: Petição Inicial. Tutelas de urgência. Procedimentos Especiais. Recursos. Cumprimento de Sentença. Execução.

Bibliografia básica:

AGUIRRE, João; SÁ, Renato Montans de. **Prática Civil**. Saraiva: São Paulo, 2020.

CHACON, Luis Fernando Rabelo. **Manual de prática forense civil**. São Paulo: Saraiva, 2020.

TARTUCE, Fernanda. **Manual de prática civil**. São Paulo: Método, 2020.

Bibliografia Complementar

ARAUJO Jr., Gediel Claudino. **Prática no Processo Civil**. Atlas: São Paulo, 2020.

ARAUJO Jr., Gediel Claudino de. **Prática de Contestação no Processo Civil**. Atlas: São Paulo, 2018.

ARAUJO Jr., Gediel Claudino de. **Prática de Recursos no Processo Civil**. Atlas: São Paulo, 2018.

MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; ANDRADE, Priscila Andrade. Coords. BARROSO, Darlan; ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antonio. **Prática Penal** 4. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Prática Forense). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621282/>
MONTENEGRO FILHO, Misael. **Manual de prática do processo civil**. São Paulo: Atlas, 2016.

ARA1037 PRÁTICA PENAL

EMENTA: Queixa-crime. Peças Defensivas. Recursos da Defesa. Ações de impugnação: Revisão criminal e Habeas Corpus.

Bibliografia básica

BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. Método: São Paulo, 2019.

DEZEM, Guilherme Madeira. [et al.]. **Prática Penal**. 15. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática Forense Penal**. Forense: Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia Complementar

MARQUES, Fernando; TASOKO, Marcelle; ANDRADE, Priscila Andrade. Coords. BARROSO, Darlan; ARAÚJO JÚNIOR, Marco Antonio. **Prática Penal**. 4. ed. São Paulo : SaraivaJur, 2022. (Coleção Prática Forense). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621282/>

PAIVA, Caio Cezar. **Prática penal para a defensoria pública**. São Paulo: Gen, 2016.

NOVAES, Felipe; BELLO, Rodrigo. **Manual de Prática Penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640348/>

KNIPPEL, Edson Luz. **Prática penal**. São Paulo: Gen, 2019.

MESSA, Ana Flávia. **Prática Penal para Exame da OAB**. Saraiva: São Paulo, 2019.

ARA1042 PRÁTICA TRABALHISTA

EMENTA: Reclamação trabalhista. Contestação. Recursos trabalhistas. Execução. Procedimentos especiais.

Bibliografia básica

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Prática Jurídica Trabalhista**. 11ª ed. Atlas: São Paulo, 2019.

PEREIRA, Leone. **Prática Jurídica**. 9ª ed. Saraiva: São Paulo, 2019.

RALIN, Paulo Ralin; ORSI, Renata; SABINO, Renato. **Prática forense: prática trabalhista**. Saraiva: São Paulo, 2019.

Bibliografia Complementar

CISNEIROS, Gustavo. **Manual de Prática Trabalhista**. Método: São Paulo, 2019.

HINZ, Henrique Macedo. **Audiência trabalhista na prática**. Saraiva: São Paulo, 2018.

CREMONESI, André. **Prática Trabalhista - Audiência trabalhista**. Saraiva: São Paulo, 2015.

STUCHI, Victor Hugo Nazário. Coordenação GONZAGA, Alvaro de Azevedo; ROQUE, Nathaly Campitelli. **Prática Trabalhista**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/activate/9786559640744>

REDINZ, Marco Antonio. **Contratos trabalhistas na prática**. Saraiva Jur: São Paulo, 2018.

ARA1256 TC EM DIREITO CONSTITUCIONAL / INTERNACIONAL

ARA1272 TC EM DIREITO E PROC. DO TRABALHO PREVIDENCIÁRIO

ARA1273 TC EM DIREITO ADMINISTRATIVO

ARA1274 TC EM DIREITO CIVIL

ARA1275 TC EM DIREITO EM RESP. CIVIL / DIR. DO CONSUMIDOR

ARA1276 TC EM DIREITO EMPRESARIAL

ARA1277 TC EM DIREITO PENAL

ARA1278 TC EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ARA1279 TC EM DIREITO PROCESSUAL PENAL

ARA1280 TC EM DIREITO TRIBUTÁRIO

ARA1281 TC EM FILOSOFIA / SOCIOLOGIA / ANTROPOLOGIA

ARA1282 TC EM PSICOLOGIA JURÍDICA E MARCS

EMENTA: Trabalho de Conclusão de Curso. Redação Científica. Metodologia da Pesquisa. Elaboração de Artigo. Apresentação e defesa de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia básica

SERVILHA, Claudia; MEZAROB, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. Saraiva: São Paulo, 2019.

LOZADA, Gisele. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020328/>

Bibliografia complementar

APPOLINÁRIO, Fabio; ISAAC, Gil. **Como escrever um texto científico**. Trevisan: São Paulo, 2013.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Artmed, 2017.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. Atlas: São Paulo, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS. **Metodologia do Trabalho Científico**. Atlas: São Paulo, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. Atlas: São Paulo, 2016.

10º PERÍODO

ARA0371 PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA: Psicologia e Direito. A Família. Abordagem psicológica da violência. A psicologia e suas interfaces com os sistemas jurídico e judiciário. As práticas psicológicas e suas aplicações no judiciário.

Bibliografia básica

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia Jurídica**. Atlas: São Paulo, 2019.

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. Saraiva: São Paulo, 2018.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses** 3. ed. atual. e ampl. Barueri : Manole, 2019. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761344/>

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycon. **Psicologia de Família**. Artmed: Porto Alegre, 2012.

COLETTA, E. D. et al. **Psicologia e criminologia**. Porto Alegre: Artmed, 2019.

FERREIRA, Rita de Cassia Campos. **Psicologia Social e Comunitária - Fundamentos, Intervenções e Transformações**. Saraiva: São Paulo, 2014.

TORRES, Cláudio Vaz ; NEIVA, Elaine Rabelo. **Psicologia Social**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARA0026 TÓPICOS EM LIBRAS: SURDEZ E INCLUSÃO

Ementa: Diferença, inclusão e identidade na sociedade contemporânea. Aspectos sociolinguísticos da língua brasileira de sinais. Especificidades linguísticas da língua brasileira de sinais. Noções instrumentais em Libras.

Bibliografia básica

BAGGIO, M.A; CASA NOVA, M.G. **LIBRAS**. CURITIBA: INTERSABERES, 2017.

FELIPE, TANYA AMARA; MONTEIRO, MYRNA. **Libras em Contexto**: Curso Básico Livro do Professor. 8. RIO DE JANEIRO: WalPrint Gráfica e Editora, 2007Disponível em: <https://jucienbertoldo.files.wordpress.com/2018/03/libras-em-contexto.pdf>

LACERDA, C.B.F de; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. (org.). **LIBRAS Aspectos Fundamentais**. 1. Curitiba: INTERSABERES, 2019.

Bibliografia complementar

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos Ideologias e práticas pedagógicas**. 4. Belo Horizonte MG: Autêntica, 2015.

DE MORAIS, Carlos Eduardo Lima [et al.] **Libras** [recurso eletrônico]; [revisão técnica: Joelma Guimarães]. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/>

LUCHESSI, M.R.C. **Educação de Pessoas Surdas: experiências vividas, histórias narradas**. 4. CAMPINAS SP: PAPIRUS, 2012. SÉRIE ESPECIAL.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez**: aquisição de linguagem e inclusão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788554651619/>

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina Rebello (Org.) **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais** [recurso eletrônico] Porto Alegre: Penso, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291687/>

ARA0069 DIREITO CIBERNÉTICO

EMENTA: Fundamentos do direito cibernético. Direito cibernético privado. Direito penal cibernético. Política e direito cibernético.

Bibliografia básica

BRITO, Auriney. **Direito Penal Informático**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. 8. ed. [3. Reimpr.]. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012460/>

PINHEIRO, Patricia Peck. **Direito Digital**. 6. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia complementar

FERRY, Luc. **A revolução transumanista**. tradução de Éric R. R. Heneault. Barueri: Manole, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462997/>

BRASILEIRO, Eduardo Tambelini. **Quarta revolução industrial e direito do trabalho**. São Paulo: Almedina, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276113/>

BRITO, Auriney. **Direito penal informático**. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502209428/>

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. **Contratos Eletrônicos: Formação e Validade: Aplicações Práticas..** 2. São Paulo: Grupo Almedina, 2018.

PINHEIR, Patrícia Peck. **Direito digital**. 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502635647/>

ARA0127 DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

EMENTA: Introdução ao Direito internacional público. Fontes do Direito internacional público. Sujeito de Direito internacional público. Contratos, comércio e guerra no Direito internacional. Direito internacional privado. Processo civil internacional e o Direito de família no Direito internacional privado.

Bibliografia básica

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G.E. do; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 24 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmem. **Direito internacional privado**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Bibliografia complementar

BASSO, Maristela. **Curso de direito internacional privado**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza; JAEGER Jr., Augusto. **Curso de direito internacional privado**. 12ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado: teoria e prática**. 20a ed. rev. e atual.. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 17 ed.. São Paulo: Saraiva, 2018.

ARA0082 DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Fundamentação ética e histórica dos Direitos Humanos. O Brasil e o contexto de proteção dos Direitos Humanos. Teoria dos Direitos humanos. Compromisso jurídico brasileiro na defesa dos Direitos Humanos. Sistemas de proteção internacional dos Direitos Humanos. Categorias internacionais de proteção dos Direitos Humanos.

Bibliografia Básica:

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 17 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

GONÇALVES, Tamara Amoroso. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Trad. de notas e citações Luciana Yonekawa. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502187825/>

Bibliografia Complementar:

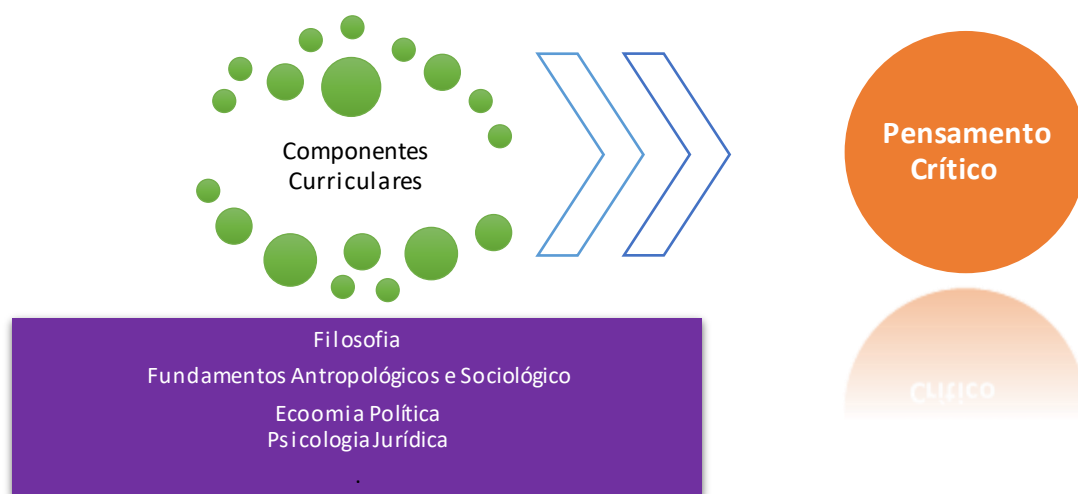
COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

NETO, Silvio Beltramelli. **Curso de Direitos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028249/>

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: estudo comparativo dos sistemas interamericano, europeu e africano**. 9 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreensão e Interpretação de textos humanísticos e jurídicos;
2. Comunicação precisa, assertiva, empática e colaborativa;
3. Argumentação, raciocínio analítico, crítico e persuasivo;
4. Solução de problemas morais, éticos e políticos;
5. Diálogo consensual, colaborativo e empático para solução de problemas;
6. Pesquisa científica para proposição de teses e argumentos teóricos;
7. Pesquisa jurídica para a proposição de teses e argumentos pragmáticos;
8. Aplicação prática da legislação, jurisprudência e doutrina.;
9. Utilização correta das terminologias e categorias jurídicas;
10. Avaliar os impactos das tecnologia na Sociedade, Estado e Economia;
11. Incorporar, empreender e inovar com a tecnologia nas práticas jurídicas;
13. Trabalhar em grupos plurais, diversos e multidisciplinares;
15. Atuar de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado.



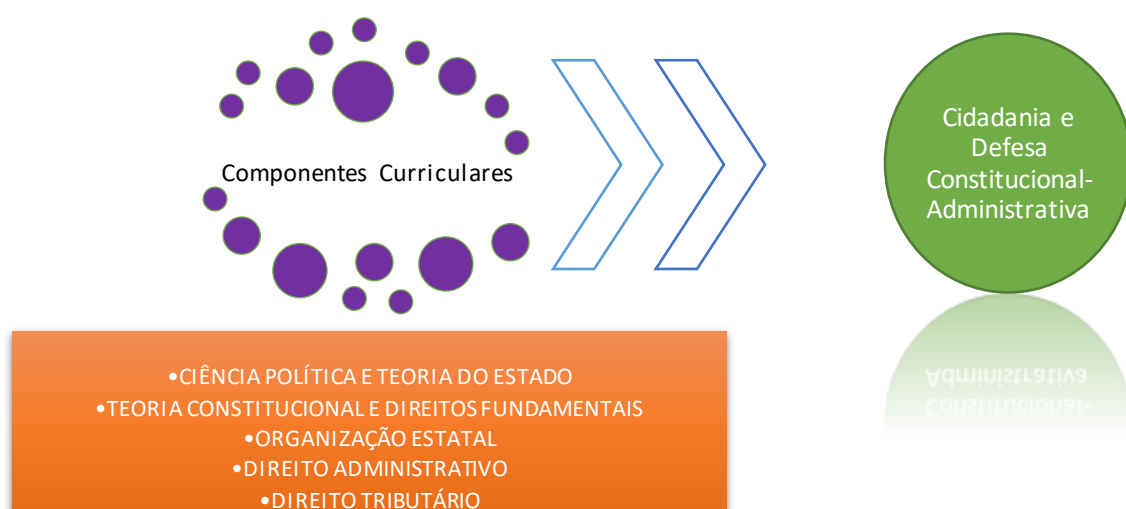
Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreensão e Interpretação de textos humanísticos e jurídicos;
2. Comunicação precisa, assertiva, empática e colaborativa;
3. Argumentação, raciocínio analítico, crítico e persuasivo;
4. Solução de problemas morais, éticos e políticos;
5. Diálogo consensual, colaborativo e empático para solução de problemas;
6. Pesquisa científica para proposição de teses e argumentos teóricos;
7. Pesquisa jurídica para a proposição de teses e argumentos pragmáticos;
8. Aplicação prática da legislação, jurisprudência e doutrina.;
9. Utilização correta das terminologias e categorias jurídicas;
10. Avaliar os impactos das tecnologia na Sociedade, Estado e Economia;
11. Incorporar, empreender e inovar com a tecnologia nas práticas jurídicas;
13. Trabalhar em grupos plurais, diversos e multidisciplinares;
15. Atuar de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreensão e Interpretação e Aplicação do Direito nos âmbitos da Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação;
2. Comunicação precisa, assertiva, empática e colaborativa;
3. Argumentação, raciocínio analítico, crítico e persuasivo;
4. Solução de problemas morais, éticos e políticos em torno da Sustentabilidade e Inovação;
5. Mentalidade ágil, empreendedora e propositiva;
6. Literacia e fluência digital;
7. Utilização dos meios remotos de informação e comunicação;
8. Orientação para servir, tomada de decisão, avaliação de riscos e *data-driven*;
9. Utilização dos meios eletrônicos judiciais e extrajudiciais;
10. Avaliar os impactos das tecnologia na Sociedade, Estado e Economia;
11. Incorporar, empreender e inovar com a tecnologia nas práticas jurídicas;
13. Trabalhar em grupos plurais, diversos e multidisciplinares;
15. Atuar de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender e avaliar o Estado como organização político-social da Modernidade;
2. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Constitucional;
3. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Administrativo;
4. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Tributário;
5. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologia diante de problemas jurídicos do Direito Público;
6. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito Público sobre a Economia, Sociedade e Estado;
7. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos;
8. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direito Público;
9. Promover os Direitos Fundamentais, a Ordem Democrática e Constitucional;
10. Desenvolver perspectivas transversais para o Estado e coisa pública em diálogo com os Direitos Humanos;
11. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direito Público;
12. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos práticos;

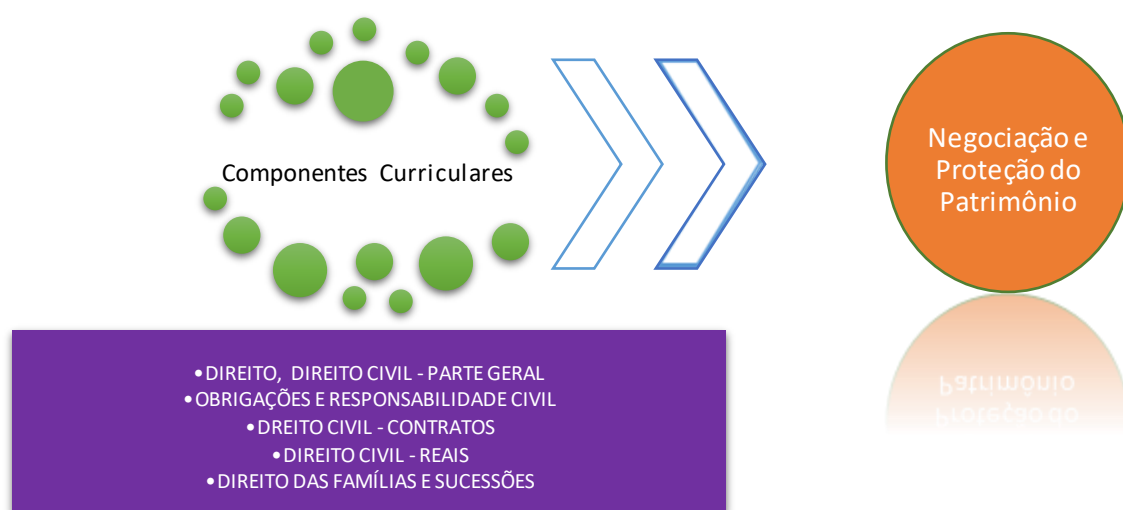
13. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade social, bem como o desenvolvimento sustentável;
14. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
15. Realizar pesquisa teórica e estudos caso para os problemas do Direito Público.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender o desenvolvimento histórico, social e jurídico do Direito Penal;
2. Compreender, interpretar e aplicar os direitos e garantias fundamentais do cidadão no âmbito da persecução penal;
2. Compreender, interpretar e aplicar as normas penais;
4. Avaliar criticamente o Direito Penal;
5. Compreender, interpretar e aplicar o Direito da Criança e do Adolescente em defesa destes;
6. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologias diante de problemas jurídicos penais;
7. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito Penal sobre a Economia, Sociedade e Estado;
8. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos;

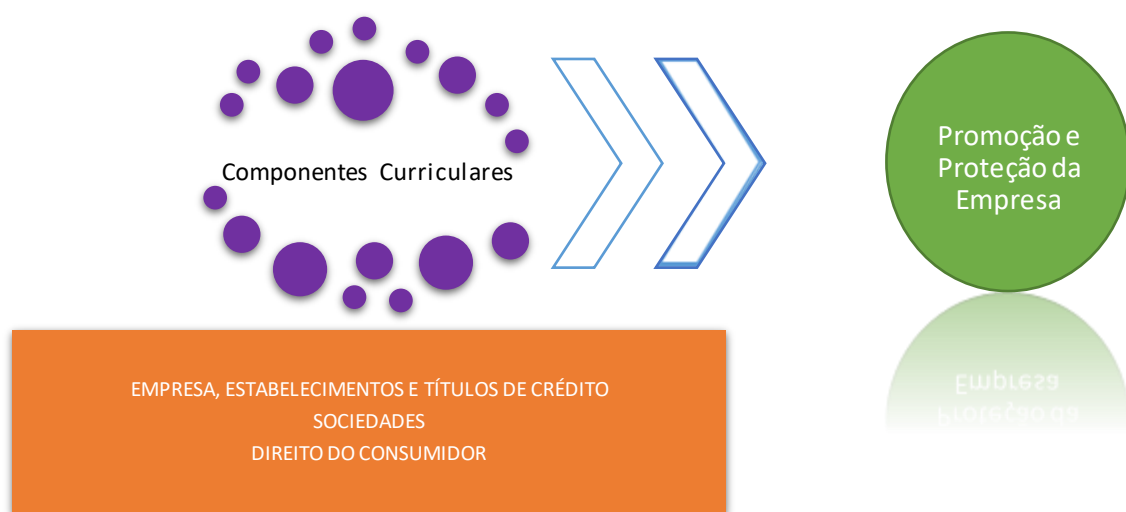
9. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direito Penal;
10. Promover os Direitos Fundamentais, Ordem Democrática e Constitucional;
11. Desenvolver perspectivas transversais penais em diálogo com os Direitos Humanos;
12. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direito Penal;
13. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos práticos de aplicação do Direito Penal;
14. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade, bem como o desenvolvimento sustentável;
15. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
16. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito Penal.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender o desenvolvimento histórico, social e jurídico do Direito Privado;
2. Compreender e interpretar os direitos e garantias fundamentais do cidadão no âmbito do Direito Privado;
2. Compreender, interpretar e aplicar as normas materiais de direito privado;

4. Avaliar criticamente o Direito Privado;
5. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologias diante de problemas jurídicos de Direito Privado;
6. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito Privado sobre a Economia, Sociedade e Estado;
7. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos de Direito Privado;
8. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direito Privado;
9. Promover os Direitos Fundamentais, Ordem Democrática e Constitucional;
10. Desenvolver perspectivas transversais de Direito Privado em diálogo com os Direitos Humanos;
11. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direito Privado;
12. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos práticos de aplicação do Direito Privado;
13. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade, bem como o desenvolvimento sustentável;
14. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
15. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito Civil.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender o desenvolvimento histórico, social e jurídico do Direito Empresarial;
2. Compreender e interpretar os direitos e garantias fundamentais do cidadão no âmbito do Direito Empresarial;
2. Compreender, interpretar e aplicar as normas materiais de direito empresarial;
4. Avaliar criticamente o Direito Empresarial;
5. Compreender, interpretar e aplicar o Direito do Consumidor em articulação com o Direito Empresarial;
6. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologias diante de problemas jurídicos de Direito Empresarial;
7. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito Empresarial o sobre a Economia, Sociedade e Estado;
8. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos;
9. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direito Empresarial;
10. Promover os Direitos Fundamentais, Ordem Democrática e Constitucional;
11. Desenvolver perspectivas transversais empresariais em diálogo com os Direitos Humanos;
12. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direito Empresarial;

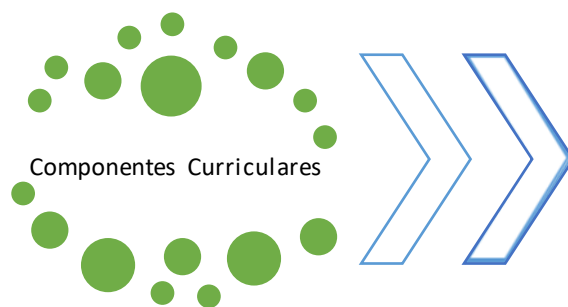
13. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos práticos de aplicação do Direito Empresarial;
14. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade, bem com o desenvolvimento sustentável;
15. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
16. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito Empresarial.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender o desenvolvimento histórico, social e jurídico dos Direitos Humanos;
2. Compreender e interpretar os direitos e garantias fundamentais do cidadão em articulação com o Direito; Internacional dos Direitos Humanos;
2. Compreender, interpretar e aplicar as normas materiais de direitos humanos;
4. Avaliar criticamente os Direitos Humanos;
5. Compreender, interpretar e aplicar o Direito da Criança e do Adolescente;
6. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologias diante de problemas jurídicos de Direitos Humanos;

7. Avaliar os impactos transversais, horizontais, dos Direitos Humanos sobre a Economia, Sociedade e Estado;
8. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos de Direitos Humanos;
9. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas em controvérsias de Direitos Humanos;
10. Promover os Direitos Fundamentais, Ordem Democrática e Constitucional e os Direitos Humanos no âmbito internacional;
11. Desenvolver perspectivas transversais de Direitos Humanos em diálogo com as demais disciplinas jurídicas;
12. Redigir minutas, peças, memorandos e pareceres jurídicos de Direitos Humanos;
13. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos de aplicação de Direitos Humanos;
14. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade, bem como o desenvolvimento sustentável;
15. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
16. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito dos Direitos Humanos.



Promoção e
Proteção
Sócio-
Trabalhista

DIREITO DO TRABALHO
PROCESSO DO TRABALHO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO
PROCESSO DO TRABALHO

Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender o desenvolvimento histórico, social e jurídico do Direito e Processo do Trabalho;
2. Compreender e interpretar os direitos e garantias fundamentais do cidadão em articulação com o Direito do Trabalho;
2. Compreender, interpretar e aplicar as normas materiais de Direito do Trabalho;
4. Avaliar criticamente o Direito do Trabalho;
5. Compreender, interpretar e aplicar o Direito Previdenciário;
6. Propor soluções inovadoras com o uso de tecnologias diante de problemas jurídicos do Direito do Trabalho;
7. Avaliar os impactos transversais, horizontais, do Direito do Trabalho sobre a Economia, Sociedade e Estado;
8. Desenvolver soluções em contextos jurídicos litigiosos do Direito do Trabalho;
9. Propor soluções negociais, extrajudiciais e colaborativas, e processuais em controvérsias de Direito do Trabalho;
10. Promover os Direitos Fundamentais, Ordem Democrática e Constitucional em articulação com o Direito do Trabalho;
11. Desenvolver perspectivas transversais do Direito do Trabalho em diálogo com as demais disciplinas jurídicas;

12. Redigir minutas, peças, memorandos, pareceres, ações e recursos de ordem trabalhista;
13. Avaliar, mapear e mensurar riscos diante de contextos de aplicação do Direito do Trabalho;
14. Intervir socialmente para promover bem-estar e equidade jurídica, bem como o desenvolvimento sustentável;
15. Atuar, individual ou coletivamente, de forma ética e responsável na Sociedade Civil, Estado e Mercado;
16. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito do Trabalho;

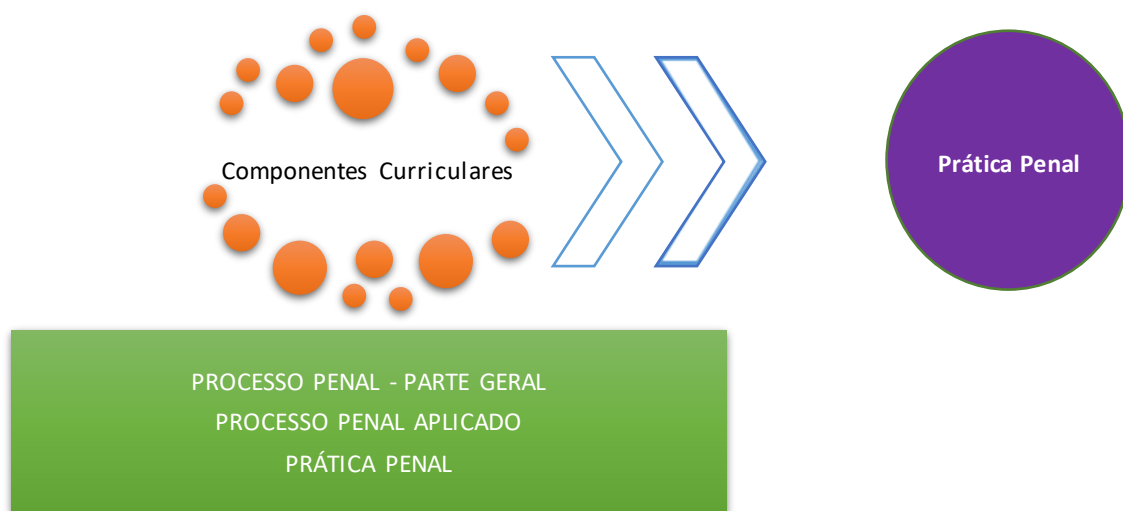


• TEO. GER. DO PROC E FASE DE CONHEC. NO PROC. CIVIL; MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS; TEORIA DA DECISÃO JURISD. E RECURSOS NO PROC CIVIL; TUTELA EXECUTIVA E PROCED. ESP. NO PROCESSO CIVIL; PRÁTICA CÍVEL.

Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender, interpretar e aplicar os fundamentos da jurisdição e do processo no âmbito cível;
2. Compreender, interpretar e aplicar os institutos do processo de conhecimento;
3. Compreender, interpretar e aplicar os métodos adequados de solução de conflitos;
4. Compreender, interpretar e aplicar as normas processuais inerentes aos recursos;

5. Compreender, interpretar e aplicar as tutelas executivas e os procedimentos especiais no processo civil;
6. Atuar de forma ética e responsável no âmbito do processo civil;
7. Comunicar-se de forma precisa, assertiva e empática no âmbito do processo civil;
8. Desenvolver soluções processuais civis de forma a promover eficiência e equidade aos interessados;
9. Intervir socialmente para promover a defesa processual civil de grupos vulnerabilizados;
10. Promover soluções processuais coletivas;
11. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito Processual Civil;



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender, interpretar e aplicar os fundamentos da jurisdição e do processo penal;
2. Compreender, interpretar e aplicar os institutos do processo de conhecimento no âmbito penal;
3. Compreender, interpretar e aplicar os métodos adequados de solução de conflitos;

4. Compreender, interpretar e aplicar as normais processuais inerentes ao processo penal;
5. Compreender, interpretar o processo penal aplicado;
6. Atuar de forma ética e responsável no âmbito do processo penal;
7. Comunicar-se de forma precisa, assertiva e empática no âmbito do processo penal;
8. Desenvolver soluções processuais penais de forma a promover eficiência e equidade aos interessados;
9. Intervir socialmente para promover a defesa processual penal de grupos vulnerabilizados;
10. Defender as liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos no âmbito da persecução penal;
11. Pesquisar, publicar e intervir sobre os problemas do âmbito do Direito Processual Penal.



Ao final desta trilha o aluno terá adquirido as seguintes competências:

1. Compreender, interpretar e aplicar o Direito de forma a problematizá-los cientificamente;
2. Comunicação, escrita e oralidade em conformidade com os padrões científicos e acadêmicos;
3. Pesquisa científica, teórica ou aplicada, para os objetos da Ciência do Direito e suas disciplinas;

4. Problematização de objetos e fenômenos sociais e jurídicos;
5. Argumentação e defesa de hipóteses com embasamento científico e acadêmico;
6. Proposição de soluções cientificamente embasadas para os problemas sociais e jurídicos;
7. Inteligência emocional e resiliência;
8. Flexibilidade cognitiva;
9. Raciocínio crítico para resolução de problemas complexos;
10. Aprendizado autônomo e dinâmico;
11. Planejamento estratégico;
12. Produtividade e gestão do tempo.

372

[illegible]

ANEXO IV– REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS.

Dispõe sobre normas para a realização dos componentes curriculares que perfazem as práticas jurídicas – Estágio curricular obrigatório – Organização e funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art.1º. Este Regulamento estabelece as normas para a realização do estágio curricular obrigatório do Curso de Direito realizado no Núcleo de Práticas Jurídicas, doravante denominado NPJ, do Curso de Direito do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Parágrafo único. O presente Regulamento tem fundamento na: (a) Resolução CNE/CSE nº 2 de 02 de abril de 2021 c/com a Resolução CNE/CES n.5/2018 que constituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, na forma determinada pelo Ministério da Educação - MEC; (b) Lei n. 8.906/94 (Estatuto da OAB); (c) e Lei n. 11.788/2008 (Lei do estágio de estudantes).

Art.2º. A prática jurídica constitui componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, com base nas diretrizes institucionais do Centro Universitário UNIMETROCAMP constantes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e consoante as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 2/2021 c/c Resolução CNE/CES nº 5/2018).

Art.3º. As atividades de prática jurídica serão realizadas no NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP, podendo, nos casos previstos no presente Regulamento, ser concedida equivalência às atividades práticas realizadas fora do Centro Universitário UNIMETROCAMP:

§1º As atividades de prática jurídica desenvolvidas no NPJ são ofertadas aos alunos regularmente matriculados no Curso de Direito do 7º ao 10º períodos e têm por finalidade o desenvolvimento das competências necessárias à resolução de problemas, integrando teoria à prática, às perspectivas formativas da capacitação profissional, técnica-jurídica e prático profissional, eixos de forma trans/interdisciplinar, por meio da atuação em casos reais ou simulados, práticas reais ou simulados de atos processuais, prática das formas consensuais de solução de conflitos por meio de seus métodos adequados, tais como a conciliação, mediação e a arbitragem;

§2º Reconhecendo os desafios atuais e futuros, as atividades desenvolvidas no NPJ oferecem aos discentes práticas que desenvolvem as competências necessárias à aptidão e letramento digital, das práticas remotas mediadas pela tecnologia da informação e comunicação, bem como para os desafios da transformação

digital que impactam a formação humanística, a atuação político-cidadã e as carreiras e profissões jurídicas em todas as suas esferas, pública e privada, federativas, regionais, locais e , ainda, em perspectiva internacional e global quando aplicáveis.

§3º As atividades desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas contribuem e integram a construção, desenvolvimento e consolidação da unidade necessária entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da atuação de seus discentes diante dos problemas jurídicos e sociais junto à comunidade assistida, projetos de responsabilidade social, seminários, palestras, workshops, colóquios e congressos que enfrentem de forma holística e coerente os problemas emergentes como: Sustentabilidade e adequação socioambiental, a defesa dos Direitos Humanos, o combate à discriminação e violência de gênero, capacitista, racial, étnica, cultural, de orientação afetiva, etária e de classe e renda.

CAPÍTULO II – DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS.

Art.4º. O NPJ é o órgão responsável pela implementação das políticas acadêmicas institucionais voltadas às atividades de prática jurídica, contempladas as atividades básicas, mediação, negociação, conciliação, arbitragem e demais atividades jurídicas reais ou simuladas descritas no presente Regulamento, na forma da lei e em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC) do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Parágrafo único: Para fins de consecução de seus objetivos, o NPJ poderá celebrar convênios com outras entidades ou instituições, públicas e privadas, escritórios de advocacia e de consultorias jurídicas, órgãos do Poder Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público, bem como demais departamentos jurídicos de órgãos públicos, ou ainda em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas.

Seção I. Dos objetivos do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art.5º. O NPJ tem por objetivos:

- I.** Implementar, orientar e controlar as atividades de estágio curricular dos alunos do Curso de Direito, de acordo com as Diretrizes do Ministério da Educação, em consonância com os termos regulados pela Ordem dos Advogados do Brasil;
- II.** Organizar, executar, dirigir, fiscalizar e avaliar as atividades de prática jurídica, simulada e real, desenvolvidas pelos estudantes do curso de Direito no âmbito do estágio;
- III.** Uniformizar os procedimentos administrativos e didático-pedagógicos referentes às práticas jurídicas, assim como administrar os convênios firmados pelo Centro Universitário UNIMETROCAMP nesse âmbito com órgãos públicos ou privados;

IV. Ofertar e Organizar calendário e visitas técnicas orientadas a diversos órgãos do Poder Público nas esferas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como nas organizações privadas associativas, fundacionais, empresariais e advocatícias;

V.

VI. Prestar de assistência jurídica gratuita judicial e extrajudicial à comunidade hipossuficiente, na forma da lei;

VII. Em atendimento ao inciso V, manter em funcionamento o Escritório de Assistência Jurídica (ESAJ) para a prestação de serviços jurídicos às pessoas naturais com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios, consideradas hipossuficientes, assim entendidas aquelas cuja renda familiar for aceitável para os critérios de gratuidade de justiça dos tribunais que integram o Poder Judiciário, incluindo, para tanto, práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico;

VIII. Manter em funcionamento, enquanto for do interesse das partes, Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) ou Anexo vinculado ao Poder Judiciário, para o atendimento de causas de melhor complexidade jurídica;

IX. Manter em funcionamento as práticas consensuais de resolução de conflitos, sobretudo as atividades de negociação, conciliação e mediação, simuladas e reais, acompanhadas por profissionais com capacitação específica para intervenção em conflitos;

X. Organizar, executar e manter atividades de arbitragem, simuladas ou reais;

XI. Organizar agenda permanente de atos processuais simulados com base em casos reais, tais como: audiências de mediação, conciliação e instrução nas áreas cível, trabalhista, criminal, sustentações orais em tribunais, atuações na esfera administrativa em 1ª e 2ª instâncias, atuação no Sistema Americano de Direitos Humanos, no Sistema de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Tribunal Penal Internacional, Corte Internacional de Justiça, assim como Tribunais Arbitrais Internacionais, públicos ou privados;

XII. Manter em funcionamento os convênios firmados pelo Centro Universitário UNIMETROCAMP junto aos órgãos do Poder Público (federal, estadual e municipal), entidades privadas e organizações não governamentais (ONG);

XIII. Organizar atividades de extensão compartilhada com outros cursos da própria do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

XIV. Organizar e manter a Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

XV. Organizar e manter o Observatório Jurídico do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

XVI. Organizar e manter as Ações de Responsabilidade Social do Curso de Direito do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

Art.6º. Para fins de consecução dos objetivos previstos no **Art.5º** deste Regulamento, caberá ao NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP implementar:

I. As Jornadas de Aprendizagem que organizam os temas que serão desenvolvidos nos Estágios Práticos I, II, III e IV, permitindo, assim, a progressão curricular sistematizada da formação prático-profissional dos seus discentes, observando as orientações constantes no anexo que integra este regulamento;

II. O Circuito do Estagiário 4.0, composto por atividades acadêmicas integrantes da carga horária do Estágio Prático, nas quais os discentes desenvolvem as competências necessárias para as novas e emergentes práticas do mundo do trabalho, conforme o anexo que integra este regulamento;

III. O Escritório de Assistência Jurídica (ESAJ), composto por atividades assistenciais jurídicas, judiciárias ou não, no âmbito de inserção territorial em que está inserida o Centro Universitário UNIMETROCAMP, junto à comunidade considerada hipossuficiente nos termos da Lei;

IV. O Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC), composto por atividade de orientação jurídica, propositura de demandas e realização de audiências nos termos da lei do Juizado Especial Cível;

V. A Clínica de Direitos Humanos, mediante aprovação do projeto de iniciativa da Coordenação de Curso, devidamente discutido com a Coordenação do NPJ, Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso, em alinhamento com as demais instâncias acadêmicas com funções gerenciais e regulatórias, na qual serão desenvolvidas as atividades teóricas e práticas voltadas para a defesa dos Direitos Humanos, na prevenção e combate à discriminações de gênero, étnica, raça, nacionalidade, orientação afetiva, capacitismo, etárias e de classe e renda;

VI. O Observatório Jurídico, mediante projeto de iniciativa da Coordenação de Curso, devidamente discutido e debatido com a Coordenação do NPJ, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso e demais órgãos acadêmicos gerenciais e regulatório do Centro Universitário UNIMETROCAMP, que tratará dos temas emergentes que afetam a realidade da localidade em que está inserida o Centro Universitário UNIMETROCAMP, unificando a pesquisa com a atuação prática, responsável e transformadora do NPJ;

VII. Ações de Responsabilidade Social, promovendo a integração, inclusão, proteção, aprendizado, de uma cultura política que preserve a diversidade e o pluralismo, a defesa da Dignidade Humana, da Sustentabilidade socioambiental, a Ordem Democrática e os Direitos Fundamentais e Humanos.

Seção II. Da Composição e Funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art.7º. O NPJ será composto pelo:

- I. Coordenador do Curso de Direito;
- II. Coordenador do NPJ;
- III. Professor Orientador do NPJ;
- IV. Advogado do NPJ;
- V. Mediador do NPJ;
- VI. Secretaria do NPJ; e
- VII. Estagiário do NPJ.

Parágrafo único: a composição do NPJ visa atender em número suficiente o atendimento aos alunos e aos assistidos.

Seção III. Da Coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art. 8º. O Coordenador do NPJ exerce a sua gestão escolar, tendo vínculo administrativo, sendo seu líder imediato o Coordenador do Curso de Direito, possui formação mínima de especialista, experiência e capacidade de liderança, gestão de projetos, gestão de equipes profissionais jurídicas, comunicação não violenta, negociação e resolução de conflitos, inovação, letramento digital e aptidão para práticas remotas de comunicação e informação, processo judicial eletrônico, possuindo inscrição válida na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com no mínimo, 05 (cinco) anos de experiência jurídica.

§ 1º Compete ao Coordenador do NPJ:

- I. Organizar o funcionamento do NPJ, com todas as atividades a ele inerentes;
- II. Implementar as decisões dos órgãos colegiados;
- III. Analisar os alunos elegíveis ao estágio curricular e alocá-los nas turmas;
- IV. Organizar e executar o calendário de atividades acadêmicas e atividades técnico-profissionalizantes;
- V. Organizar e executar as semanas de audiências simuladas;
- VI. Organizar os horários (turnos/turmas) em compatibilidade com os horários de sala de aula;
- VII. Organizar, coordenar e executar as práticas pedagógicas do NPJ, dentre elas:
 - a) As Jornadas de Aprendizagem, anexo que integra este regulamento;
 - b) O Circuito do Estagiário 4.0, anexo que integra este regulamento;
 - c) A Clínica de Direitos Humanos;
 - d) O Observatório Jurídico;
 - e) A Responsabilidade Social;
 - f) O selo NPJ recomenda, anexo que integra este regulamento;
- VIII. Organizar e coordenar o Posto de Atendimento ao Cidadão e o Escritório de Assistência Jurídica – ESAJ, de modo a:

- a) Organizar os plantões dos alunos conciliadores e estagiários;
 - b) Organizar os plantões de atendimento aos jurisdicionados e assistidos;
 - c) Organizar os horários de plantão dos advogados;
 - d) Organizar os horários de plantões dos mediadores;
 - e) Indicar os advogados que realizarão as audiências dos processos do escritório de assistência jurídica.
- IX.** Selecionar semestralmente os estagiários matriculados no NPJ que atuarão junto aos convênios firmados pelo NPJ, como por exemplo, Núcleo de Primeiro Atendimento (Tribunal de Justiça), ANPP (Ministério Público) e Núcleos Avançados de Mediação (Tribunal de Justiça);
- X.** Diligenciar para que os discentes estejam matriculados nas atividades do Estágio de Práticas Jurídicas (EPJ 1, EPJ 2, EPJ 3 e EPJ 4), antes do término do prazo de inclusão e exclusão de disciplinas, conforme calendário acadêmico do período;
- XI.** Supervisionar o trabalho dos advogados, dos mediadores, dos funcionários administrativos e dos estagiários;
- XII.** Analisar os requerimentos de discentes referentes ao estágio;
- XIII.** Responder à administração do Curso do Centro Universitário UNIMETROCAMP por todos os aspectos concernentes ao estágio curricular e profissionalizante do curso de Direito;
- XIV.** Administrar as relações com as instituições conveniadas, com a OAB estadual e com as suas subseções, onde houver;
- XV.** Manter plantões semanais no campus, com dias e horários correlatos aos turnos letivos dos discentes e a estes divulgados, dentro do horário de funcionamento do NPJ, para proporcionar o seu regular funcionamento aos discentes e a comunidade a ser atendida;
- XVI.** Elaborar relatório mensal das atividades desenvolvidas no NPJ;
- XVII.** Verificar ao final do semestre a quantidade de carga horária obtida pelo estagiário de acordo com a carga horária mínima obrigatória;
- XVIII.** Manter a guarda organizada das frequências aos plantões, notas atribuídas pelos professores orientadores, mediações, arbitragens, processos e realizar ao final do semestre a avaliação da atuação do NPJ;
- XIX.** Apresentar-se, no início de cada semestre letivo, juntamente com o coordenador titular do Curso de Direito, nas turmas de 1º ao 10º período, para explicar o funcionamento dos Cursos de Direito, dar publicidade a este Regulamento Geral, apresentar as atividades disponíveis aos discentes ao longo dos 10 semestres previstos para a integralização do Curso de graduação em Direito.

XX. Atuar supletivamente nos processos judiciais quando da ausência ou impedimento dos advogados habilitados nos processos do Núcleo de Práticas Jurídicas.

§1º. O coordenador do NPJ é membro integrante obrigatório do Núcleo Docente Estruturante - NDE, de modo a manter as atividades do NPJ em coerência e harmonia com as demandas e necessidades reais dos discentes e docentes do Centro Universitário UNIMETROCAMP, Projeto Pedagógico de Curso e demais documentos constitutivos do curso e do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

§2º. O coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término do seu contrato, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer assistido que tenha recebido atendimento no Núcleo de Práticas Jurídicas. O coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a processos que tenha atuado.

Seção IV – Das Atividades do Professor Orientador do Núcleo de Práticas Jurídicas

Art.9º. O Professor Orientador do NPJ é um acadêmico, com vínculo docente, que possui formação mínima de especialista, experiência, aptidão e letramento digital, prática nas formas remotas de informação e comunicação, experiência em práticas acadêmicas por meio metodologias ativas e demais inovações inerentes aos processos de ensino e aprendizagem, empatia, espírito colaborativo e engajador, compromisso com a Sustentabilidade, rigor e responsabilidade ético-profissional, cabendo-lhe:

- I.** Implementar as atividades de ensino e aprendizagem estabelecidas no Projeto Pedagógico de Curso – PPC, Regulamento do NPJ e demais determinações das coordenações;
- II.** Atender aos alunos estagiários em dias e horários programados pela Coordenação do NPJ, de modo a:
 - a) Orientar os alunos estagiários na execução das atividades acadêmicas pertinentes às Jornadas de Aprendizagem tais como: redação jurídica, atividades jurídicas simuladas, visitas técnicas e demais atividades acadêmicas previstas no anexo que integra este regulamento;
 - b) Orientar e desenvolver as práticas de ensino e aprendizagem concernentes às Jornadas de Aprendizagem nos Estágios Práticos, I, II, III e IV;
 - c) Orientar os alunos estagiários na execução das atividades do Circuito Estagiário 4.0, anexo que integra este regulamento;
 - d) Orientar os alunos estagiários na redação jurídica das peças processuais;
 - e) Orientar os alunos estagiários no aprendizado por meio das atividades simuladas;
 - f) Orientar os alunos estagiários nas atividades decorrentes da Clínica de Direitos Humanos;
 - g) Orientar os alunos estagiários nas atividades decorrentes do Observatório Jurídico;

h) Orientar os alunos estagiários nas atividades decorrentes das Ações de Responsabilidade Social.

III. Conferir, avaliar e lançar a frequência dos alunos estagiários;

IV. Avaliar e atribuir nota aos alunos decorrentes de seu desempenho.

Parágrafo único: O professor orientador do Núcleo de Práticas Jurídicas fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término do seu contrato, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer assistido que tenha recebido atendimento no Núcleo de Práticas Jurídicas. O professor orientador do Núcleo de Práticas Jurídicas não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a processos que tenha acompanhado enquanto docente

Seção V. Das Atividades do Advogado do Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC) e do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJ)

Art.10. O advogado do NPJ é um profissional com vínculo administrativo, com inscrição válida na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, mínimo 2 anos de experiência profissional, com capacidade resolutiva para problemas complexos, negociação, liderança e espírito engajador, empatia, letramento digital, competência nas tecnologias remotas de informação e comunicação, responsabilidade social, rigor ético, compromisso com a Sustentabilidade, Direitos Humanos e Ordem Democrática.

§1º Compete ao advogado do NPJ:

I. Exercer plenamente a advocacia consultiva e/ou contenciosa nas atividades desenvolvidas no posto de atendimento ao cidadão e no escritório de assistência jurídica (ESAJ) do NPJ e/ou nos convênios firmados pelo Centro Universitário UNIMETROCAMP no âmbito do NPJ, com a participação dos estagiários inscritos. Neste sentido, é de sua responsabilidade:

a) Manter o controle de atendimentos ao público em conjunto com o coordenador do NPJ, respeitando o prazo máximo de 30 (trinta) dias para distribuição de ações judiciais e dos demais prazos para realização de atos procedimentais dos feitos em tramitação, respondendo, solidariamente, por eventual perda dos mesmos prazos;

b) Atender as demandas referentes aos convênios de estágio firmados pelo Centro Universitário UNIMETROCAMP junto aos órgãos do Poder Público (estadual, federal, municipal), entidades privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs), conforme a necessidade e/ou interesse do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

c) Apresentar relatório mensal das atividades desenvolvidas no Posto de Atendimento ao Cidadão e/ou Escritório de Assistência Jurídica, tais como quantidade de clientes assistidos, de procedimentos iniciados, de audiências judiciais realizadas, de resultados obtidos, de recurso interpostos, etc.;

d) Adotar medidas destinadas à agilização dos procedimentos judiciais de interesse da clientela assistida, pugnando para uma rápida prestação dos serviços patrocinados pelo NPJ.

e) Fiscalizar o recebimento e a guarda de documentos pertencentes à clientela assistida e destinados a alicerçar pretensão em sede judicial;

f) Comparecer às audiências ou sessões referentes aos procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais/administrativas designado pela coordenação do NPJ referentes as atividades desenvolvidas pelo Escritório de Assistência Jurídica e convênios administrados pelo NPJ;

II. Tutorar os alunos no atendimento ao público. Para consecução deste fim, compete ao advogado:

a) Orientar para que os estagiários adotem comportamento ético na relação com a clientela assistida e com o mundo sócia e jurídico;

b) Revisar as peças produzidas pelos alunos para fins estritamente profissionais;

c) Participar das atividades de capacitação técnico-profissionalizante programadas pelo coordenador do NPJ ou outras instâncias institucionais;

d) Manter o controle de atendimentos em conjunto com o coordenador do NPJ;

e) Relatar o desempenho dos alunos nas atividades técnico-profissionalizantes para avaliação dos professores;

f) Participar de visitas técnicas em companhia de discentes regularmente inscritos no NPJ;

g) Zelar pelo cumprimento do presente Regulamento.

§2º. É expressamente vedada a realização de atividades de natureza acadêmicas, típicas do professor orientador nas esferas do ensino, pesquisa e extensão por advogados no âmbito do NPJ. Tais atividades deverão ser supervisionadas pelo coordenador do NPJ e executadas pelo professor orientador do NPJ.

§3º. É expressamente vedada a atuação do advogado do NPJ - Escritório de Assistência Jurídica, do Mediador do NPJ e do Coordenador do NPJ em atividades jurídicas, judiciais, extrajudiciais ou administrativas no âmbito do Centro Universitário UNIMETROCAMP que não sejam inerentes as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas.

§4º. É expressamente vedada a atuação particular do advogado do NPJ, do mediador do NPJ e do coordenador do NPJ, direta ou indireta, na prestação de assistência jurídica judicial ou extrajudicial a pessoas atendidas no escritório de assistência jurídica com ou sem propositura de ação judicial ou outras medidas jurídicas, enquanto houver vínculo de trabalho com o Centro Universitário UNIMETROCAMP.

§5º. O advogado do Núcleo de Práticas Jurídicas fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término do seu contrato, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer assistido que tenha recebido atendimento no Núcleo de Práticas Jurídicas. O advogado do Núcleo de Práticas Jurídicas não poderá atuar

como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a processos que tenha atuado.

Seção VI. Da Secretaria Administrativa e Acadêmica do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art. 11. As atividades de secretaria administrativa e acadêmica do NPJ deverão ser realizadas por um colaborador com vínculo administrativo, apto à comunicação empática, gestão e organização da produtividade, gestão da informação e arquivos, letramento e aptidão digital, às formas remotas de comunicação e informação, com experiência em atendimento ao público externo assistido e interno acadêmico e administrativo, com compromisso com a Sustentabilidade socioambiental, rigor e responsabilidade ética e profissional.

§1º. Compete aos Colaboradores Administrativos da secretaria:

- I.** Auxiliar o Coordenador do NPJ na sua organização administrativa, em especial no fluxo de requerimentos, documentos e respectivos registros, arquivos físicos e digitais, conferência das horas de estágio;
- II.** Atender aos estagiários no horário de funcionamento do NPJ, esclarecendo dúvidas, prestando orientações e encaminhamentos necessários ao respectivo Coordenador;
- III.** Auxiliar os advogados nas atividades administrativas desenvolvidas no NPJ;
- IV.** Receber discentes e cidadãos que sejam ou desejem ser assistidos pelo NPJ, realizando o devido agendamento aos advogados responsáveis pelos respectivos atendimentos jurídicos, bem como os mediadores e ao coordenador;
- V.** Receber e organizar a entrega das publicações junto com as pastas aos advogados orientadores;
- VI.** Verificar, organizar a agenda de audiências do NPJ e encaminhar ao Coordenador do NPJ, para que este indique os advogados que realizarão audiências;
- VII.** Verificar situação acadêmica do estagiário no NPJ;
- VIII.** Disponibilizar as pastas aos estagiários para realização das atividades de estágio.

Parágrafo único: É expressamente vedado ao colaborador administrativo responder requerimentos e emitir documentos jurídicos, advocatícios, acadêmicos ou administrativos aos discentes, professores orientadores, advogados e mediadores.

Seção VII. Das Atividades de Mediação e Arbitragem do Núcleo de Práticas Jurídicas.

Art. 12. O mediador do NPJ é profissional, com vínculo administrativo, que possui certificação para a realização das mediações, conciliações e negociações, experiência mínima de 2 anos, letramento e aptidão digital, capacidade de informar e se comunicar de forma remota, espírito cooperativo e engajador, capacidade de trabalhar em equipes plurais e diversas, sensibilidade e empatia, com ética e

responsabilidade social, comprometido com a Sustentabilidade, Inclusão, Direitos Humanos e a Ordem Democrática.

§1º Compete ao Mediador:

- I. Realizar as atividades de mediação, conciliação e negociação do escritório de assistência jurídica (ESAJ);
- II. Controlar em conjunto com o coordenador do NPJ a agenda de mediações;
- III. Participar, na qualidade de profissional, das atividades acadêmicas inerentes à mediação;
- IV. Capacitar técnico-profissionalmente os discentes para as competências necessárias à mediação;
- V. Apresentar relatório mensal das atividades desenvolvidas;
- VI. Relatar o desempenho dos alunos nas atividades de mediação para fins de avaliação pelos professores orientadores e coordenador do NPJ;

§2º O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última sessão em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes. O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 13. As Atividades de Arbitragem serão conduzidas pelos professores orientadores e consistirão em práticas simuladas, estudos de caso, análise de precedentes, palestras, workshops, treinamentos para competições simuladas de organizações reconhecidas (*Moot Court*), visitas técnicas, participações em Câmaras e Tribunais Arbitrais conveniadas e demais atividades coerentes e pertinentes com a prática.

Parágrafo Único: cabe ao Coordenador do NPJ planejar, organizar, implementar, monitorar e avaliar a gestão das práticas de ensino e aprendizagem aprovadas em projeto de sua iniciativa junto ao Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

CAPÍTULO III – DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO - ESTÁGIOS PRÁTICOS (EP)

Art. 14. O Estágio curricular obrigatório do Curso de Direito é uma prática Jurídica obrigatória aos alunos regularmente matriculados que tenham integralizado 3/5 (três quintos) da carga horária do curso ou o equivalente a 6 (seis) períodos, sendo necessário a aprovação nas disciplinas pré-requisitos ao Estágio, nos termos do artigo 7º da Resolução CNE/CES n.5/2018 e do Art. 15 do presente regulamento.

§1º A carga horária total de 300 (trezentas) horas de prática jurídica será desenvolvida, ao longo dos dois últimos anos do curso, em 4 (quatro) semestres consecutivos, com aproveitamento de, no mínimo, 75 (setenta e cinco) horas de atividades práticas por semestre, não cumulativas, sendo, obrigatoriamente 32 (trinta e duas) horas correspondentes aos plantões semanais do NPJ e 08 (oito) horas, às atividades do Circuito do Estagiário 4.0, conforme anexos que integram este regulamento. A carga horária das demais

atividades práticas será cumprida de acordo com a TABELA DE CARGA HORÁRIA que integra este regulamento.

§2º É facultado ao coordenador do NPJ validar a carga horária cumprida pelo estagiário fora do horário de plantão, de modo a compensar a carga horária de atividades obrigatórias por outras realizadas pelo discente, desde que previstas na TABELA DE CARGA HORÁRIA que integra este regulamento.

§3º É vedado o aproveitamento de horas excedentes para o semestre seguinte.

Seção I. Dos Objetivos Gerais dos Estágio Curricular Obrigatório - Estágios Práticos.

Art. 15. Os Estágios Práticos I a IV, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso de Direito, tem por objetivos gerais:

- I.** Desenvolver nos discentes o aprendizado autônomo, contínuo e ativo.
- II.** Integrar arcabouço teórico e prático dos conteúdos desenvolvidos nas perspectivas formativas, previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Direito;
- III.** Habilitar os discentes para o tratamento dos litígios jurídicos pertinentes ao relacionamento entre o Estado e a Sociedade Civil.
- IV.** Capacitar os alunos estagiários para atuar e propor soluções jurídicas consensuais, negociais e extrajudiciais para fins de solução de conflitos.
- V.** Capacitar os alunos estagiários para o exercício profissional nas carreiras jurídicas.
- VI.** Atuar adequadamente em diferentes instâncias, administrativa, judicial e extrajudicial, ou judiciais, utilizando-se adequadamente de atos, processos e procedimentos.
- VII.** Capacitar os alunos estagiários para o emprego e letramento das tecnologias digitais disponíveis para o aprimoramento da atuação profissional, aplicando com coerência e efetividade os meios, os processos e recursos cabíveis.
- VIII.** Capacitar os discentes ao processo judicial eletrônico;
- IX.** Capacitar os alunos estagiários para o uso das tecnologias remotas de informação e comunicação necessárias a atuação prática jurídica nos mais diversos âmbitos profissionais;
- X.** Desenvolver nos alunos estagiários a responsabilidade ético-profissional nos mais rigorosos padrões morais e legais;
- XI.** Desenvolver nos alunos estagiários as *soft skills* necessárias ao exercício qualificado das profissões jurídicas, capacitando-os para a resolução de problemas complexos, liderança, negociação, empatia, inteligência emocional, cooperação, comunicação não violenta, formas consensuais de resolução de conflitos;

XII. Construir sentimento de pertença e responsabilidade com a comunidade em que está inserida o Centro Universitário UNIMETROCAMP, permitindo o desenvolvimento da formação crítico-humanística por meio da reflexão sobre as desigualdades sociais, discriminações, cerceamento de Direitos, os quais terão contato ao atender a comunidade por meio do Escritório de Assistência Jurídica, Clínica de Direitos Humanos e demais atividades do NPJ.

Seção II. Requisitos para a matrícula no Estágio Curricular Obrigatório - Estágio Prático.

Art. 16. São requisitos cumulativos para matrícula no Núcleo de Práticas Jurídicas:

§1º. A integralização de carga horária correspondente à 3/5 (três quintos) da carga horária total do curso ou o equivalente à 06 (seis) períodos;

§2º. Declaração de cumprimento de 3/5 (três quintos) da carga horária total do curso ou o equivalente a 06 (seis) períodos, emitida pelo Coordenador do Curso mediante requerimento no Sistema do Aluno;

§3º. Para fins de declaração de 3/5 ou o equivalente à integralização de 06 (seis) períodos de carga horária serão consideradas cumulativamente:

I. Para o currículo 116: (i) integralização de 2244 horas-aulas e (ii) obrigatória aprovação obrigatória nas disciplinas Direito Processual Civil II (CCJ 0036) e Prática Simulada I (CCJ 0146).

II. Para o currículo 118: (i) integralização de 2090 horas-aulas e (ii) obrigatória aprovação nas disciplinas Direito Processual Civil III (CCJ 0037) e Prática Simulada do Trabalho (CCJ 0262).

III. Para o currículo 220, Matriz AURA: (i) integralização de carga horária correspondente a seis períodos completos e (ii) obrigatória aprovação nas disciplinas Teoria Geral do Processo e Fase de Conhecimento no Processo Civil (ARA 1238), Processo Penal – Parte Geral (ARA 1053) e Ética Geral e Jurídica (ARA0706).

§4º. Caso o discente tenha cursado as referidas disciplinas a partir de quebra indevida de pré-requisito, a matrícula no EPI deverá ser negada.

§5º. O Estágio, realizado pela ação voluntária do aluno, como forma de buscar complementação à formação profissional, porém sem atender aos requisitos expostos no §3º deste artigo será considerado extracurricular, caracterizando-se como Atividade Acadêmica Complementar a ser validada conforme Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 17. Do deferimento ou indeferimento de declaração de 3/5 pelo Coordenador do Curso de Direito para fins de início do estágio curricular obrigatório não caberá recurso.

Art. 18. Cada Estágio Prático apresentará conteúdo definido nas Jornadas de Aprendizagem a serem realizadas de acordo com o percurso curricular necessário à evolução dos discentes.

§1º É vedada a realização de mais de um Estágio Prático por semestre, de modo concomitante, considerando a carga horária e a natureza das atividades acadêmicas propostas.

§2º. Caberá ao coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas avaliar e responder, com devida fundamentação, os requerimentos de possível e excepcional concessão de Cumulatividade de Regime Especial de atividades acadêmicas.

Art.19. Os comprovantes das atividades realizadas pelos estagiários deverão ser arquivados em pasta individual, que conterá os relatórios semestrais de atividades entregues pelos estagiários ao final de cada período letivo mediante protocolo na secretaria do NPJ, em data a ser definida pela coordenação do NPJ.

§1º Ao final de cada semestre, o estagiário deverá elaborar o relatório semestral de atividades de estágio, que conterá a descrição de todas as atividades realizadas e seus respectivos comprovantes, para consolidação da carga horária atribuída.

§2º Somente serão admitidos como comprovantes os documentos oficiais emitidos pelos órgãos do Poder Público (estadual, federal, municipal) e os documentos padronizados do Núcleo de Práticas Jurídicas, devidamente preenchidos e assinados pela autoridade competente e pelo advogado responsável.

§3º A perda do prazo pelo estagiário para entrega do relatório semestral implica em reprovação.

Seção III. Dos Estágios Práticos.

Art.20. Os Estágios Práticos contemplam:

I. O circuito de aprendizagem denominado Jornadas de Aprendizagem, a ser desenvolvido de acordo com os temas de aprendizagem teóricos previstos como pré-requisitos e/ou correspondentes (Anexo II);

II. Circuito de aprendizagem denominado Estagiário 4.0 (Anexo III)

§1º. As Jornadas de Aprendizagem a serem desenvolvidas pelo aluno em sede de Estágio Prático em conformidade com a matriz curricular vigente no Curso de Direito, devem obedecer às seguintes temáticas:

a) Estágio Prático I (EPI): abrangendo atividades práticas, reais ou simuladas, nas áreas cível, família e consumerista e seus respectivos temas de aprendizagem no âmbito do material e processual.

b) Estágio Prático II (EPII): abrangendo atividades práticas simuladas nas áreas trabalhista e previdenciária e seus respectivos e seus respectivos temas de aprendizagem no âmbito do material e processual.

c) Estágio Prático III (EPIII): abrangendo atividades práticas simuladas na área penal e seus respectivos temas de aprendizagem no âmbito do material e processual.

d) Estágio Prático IV (EPIV): abrangendo atividades práticas simuladas nas áreas constitucional, administrativa, arbitragem e Direitos Humanos e seus respectivos temas de aprendizagem no âmbito do material e processual.

§2º A assistência jurídica será realizada pelo advogado orientador acompanhado do estagiário matriculado no EP.

§3º Sugere-se que nos plantões de atendimento ao público externo o acompanhamento aos assistidos atenda ao EP no qual o aluno se encontra matriculado.

CAPÍTULO IV – DAS ATIVIDADES DO CIRCUITO DO ESTAGIÁRIO 4.0

Art. 21. As atividades do Circuito do Estagiário 4.0 são componentes do estágio curricular obrigatório constituídas por um circuito de atividades, que podem variar de acordo com o Estágio Prático (EP) no qual o discente esteja matriculado, totalizando uma carga horária mínima de 08 (oito) horas por semestre.

Art. 22. As atividades do Circuito Estagiário 4.0 são caracterizadas por capacitações voltadas para as competências e habilidades atuais exigidas pelo mundo do trabalho desenvolvidas pelo NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP (Circuito de Atividades Estagiário 4.0 – anexo que integra este regulamento).

Seção I. Dos objetivos do Circuito do Estagiário 4.0.

Art. 23. São objetivos do Circuito do Estagiário 4.0:

- I. Formar bacharéis em Direito críticos e aptos a desempenharem funções sociais para a valorização da Constituição, da Democracia, da Legalidade e Segurança Jurídica, enquanto cidadãos e profissionais comprometidos com os processos de aperfeiçoamento das instituições locais, nacionais e globais;
- II. Desenvolver nos discentes o pensamento crítico para que possa colaborar para resolução de problemas complexos por meio da análise sistêmica de fenômenos sociais, políticos, jurídicos, econômicos, etc.;
- III. Desenvolver nos discentes as competências da inteligência emocional, capacidades negociação e persuasão, o julgamento e tomada de decisão para a resolução de problemas.
- IV. Desenvolver nos discentes as habilidades para o emprego das tecnologias disponíveis para o aprimoramento da atuação profissional, aplicando com coerência e efetividade os meios, os processos e recursos cabíveis, sobretudo, o processo judicial eletrônico;
- V. Construir nos discentes o letramento e aptidão digital, o uso das tecnologias remotas de comunicação e informação, o pensamento computacional, o uso inovador do Visual Law, Big Data, Computação na Nuvem e demais inovações oriundas da transformação digital;
- VI. Estruturar nos discentes o empreendedorismo necessário aos desafios do mundo do trabalho.

Seção II. Da execução do Circuito de Atividades Estagiário 4.0.

Art. 24. A execução do Circuito de Atividades Estagiário 4.0 dar-se-á por meio:

- I. Da aprovação pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso do circuito das atividades acadêmicas, plano de desenvolvimento e relatório de conclusão.

II. Da gestão pelo Coordenador de Curso e Coordenador de Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UNIMETROCAMP de acordo com o circuito de atividades aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso;

III. Do relatório de execução do planejamento apresentado e aprovado pelo Colegiado de Curso ao final do semestre.

IV. Do envio do Relatório Semestral aprovado pelo Colegiado de Curso aos Órgãos Acadêmicos com funções regulatórias.

Seção III. Da Clínica de Direitos Humanos

Art. 25. A Clínica de Direitos Humanos é uma prática pedagógica de ensino e aprendizagem integrante do NPJ estabelecida na forma do **Art. 7º** da Resolução CNE/CES nº 5/2018, unindo a extensão com as práticas profissionais, articulando o aprimoramento e a inovação de vivências relativas à formação cidadã, ética e profissional, além de dar oportunidade de ações junto à comunidade no combate a problemas sociais historicamente enraizados. Tem por objetivos:

I. Construir nos discentes estagiários as competências necessárias à defesa dos Direitos Humanos nos âmbitos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Sociedade Civil e Economia de Mercado;

II. Promover nos discentes estagiários as competências necessárias à prática profissional de atuação em Direitos Humanos;

III. Desenvolver nos discentes estagiários a defesa e a promoção ao combate às discriminações de gênero, raça, etnia, orientação afetiva, capacitismo, etária, classe e renda, permitindo a construção de um sentimento republicano e inclusivo, plural e comprometido com a Democracia;

Parágrafo Único: cabe ao Coordenador de Curso apresentar o projeto da Clínica de Direitos Humanos ao Núcleo Docente Estruturante, Colegiado e demais envolvidos para a sua efetiva implantação, cuja condução e gestão será do Coordenador do NPJ em conjunto com os demais atores, respeitadas as competências previstas nesta Regulamento.

Seção IV. Do Observatório Jurídico

Art. 26. O Observatório Jurídico do NPJ é a prática de aprendizagem na qual a produção de conhecimento científico é associada ao ensino e extensão. Cabe ao Observatório Jurídico:

I. Estabelecer os projetos de investigação, pesquisa e intervenção a serem realizados no NPJ em conformidade com as linhas de pesquisa estabelecidas no PPC atendendo às necessidades locais do contexto em que se insere o NPJ e o Centro Universitário UNIMETROCAMP;

II. Realizar levantamentos, diagnósticos, relatórios, fichas técnicas, notas técnicas e demais instrumentos científico-acadêmicos para problemas emergentes do contexto da localidade em que está inserido o NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP;

III. Propor soluções legislativas, judiciárias, administrativas, de desenho institucional, políticas públicas, de forma a transformar realidades jurídicas solucionando problemas que afetam a comunidade em que está inserido o NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Parágrafo Único: cabe ao Coordenador de Curso, ouvida a comunidade em que está inserido o NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP, propor projeto de investigação e intervenção do Observatório ao NDE e Colegiado de Curso, respeitada as instâncias administrativas, gerenciais e acadêmicas do Centro Universitário UNIMETROCAMP, bem como as determinações deste Regulamento.

Seção V. Das Ações de Responsabilidade Social

Art. 27. O NPJ, na forma do **Art. 7º** da Resolução CNE/CES nº 5/2018, promoverá Ações de Responsabilidade Social nas quais atenderá à comunidade da localidade e entorno que está inserido o Centro Universitário UNIMETROCAMP, para além dos atendimentos regulares realizados no Escritório de Assistência Jurídica.

Parágrafo Único: cabe ao Coordenador de Curso, ouvida a comunidade em que está inserido o NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP, propor as ações ao NDE e Colegiado de Curso, respeitada as instâncias administrativas, gerenciais e acadêmicas do Centro Universitário UNIMETROCAMP, bem como as determinações deste Regulamento.

Seção V. Do Selo NPJ Recomenda

Art. 28. De forma a estimular o desempenho acadêmico o Curso de Direito, por meio do seu Núcleo de Práticas Jurídicas poderá atribuir aos discentes com excelência no seu desempenho acadêmico o Selo NPJ Recomenda.

§1º. O Selo NPJ Recomenda será atribuído semestralmente aos estudantes do 7º ao 10º período, regularmente matriculados nos estágios curriculares obrigatórios EPI, EPII, EPIII ou EPIV que apresentem o maior coeficiente de aproveitamento acadêmico nas atividades do NPJ, conforme relatório de avaliação realizado pelos Coordenadores do Núcleo de Práticas Jurídicas e de Curso do Centro Universitário UNIMETROCAMP, consoante requisitos e procedimento constantes em Edital publicado pela Coordenação do NPJ.

§2º O Selo NPJ Recomenda constará de certificado contendo “carta de recomendação” e será concedido ao estagiário de excelência, em três níveis:

- I. Carta de recomendação com louvor e distinção ao 1º colocado.
- II. Carta de recomendação com distinção ao 2º colocado.

III. Carta de recomendação ao 3º colocado.

CAPÍTULO V – DO ESTAGIÁRIO DE DIREITO DO NPJ

Art. 29. Compete ao estagiário do NPJ:

- I. Inscrever-se no estágio curricular supervisionado obrigatório, nos termos previstos no presente Regulamento;
- II. Realizar aos plantões semanais no NPJ;
- III. Agir com urbanidade, ética e postura profissional;
- IV. Trajar-se de forma compatível com a atuação profissional;
- V. Realizar todas as atividades que têm carga horária mínima exigida, consoante a TABELA DE CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO (anexo que integra este regulamento), documentando todos os atos e arquivando seus comprovantes;
- VI. Manter sigilo absoluto sobre as atividades e informações;
- VII. Comparecer às audiências dos processos judiciais sob sua responsabilidade;
- VIII. Acompanhar semanalmente o andamento dos processos sob sua responsabilidade, zelando pelo cumprimento dos prazos processuais;
- IX. Apresentar os Relatórios parciais e final das atividades desenvolvidas no Estágio, dentro dos prazos estabelecidos pela Coordenação, correlacionando, sempre, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, exercitando a interdisciplinaridade;
- X. Respeitar e cumprir as normas regimentais do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Art. 30. É vedado tomar ciência nos autos do processo de quaisquer atos do juiz:

- I. Deixar-se intimar pessoalmente em quaisquer situações;
- II. Assinar, isoladamente, qualquer petição, sem acompanhamento e supervisão do advogado responsável;
- III. Fazer carga dos autos sem a solicitação expressa do advogado responsável;
- IV. Fazer atendimentos a clientes sem a supervisão do advogado responsável;
- V. Receber importâncias ou remuneração de qualquer natureza, nem compensação por serviços prestados aos assistidos;
- VI. Entregar qualquer documento ao assistido sem prévia autorização do advogado responsável;
- VII. Indicar profissionais aos assistidos pelo Núcleo de Práticas Jurídicas ao estagiário do NPJ.

Art. 31. Poderão ser aplicadas aos estagiários as seguintes sanções:

- I. Advertência oral;
- II. Advertência escrita;

III. Suspensão por um período de estágio;

IV. Exclusão.

§1º Caberá advertência oral no caso de impontualidade, ausência injustificada e negligência relativa às atribuições do estagiário.

§2º A advertência escrita será aplicada em caso de extravio de peças processuais ou reincidência nas hipóteses do parágrafo anterior.

§3º Será aplicada a suspensão, com perda da carga horária até então atribuída, em caso de dupla reincidência de qualquer das hipóteses dos parágrafos anteriores ou, nos casos em que, sem justo motivo, o estagiário perder prazo processual, der causa a arquivamento de processo por falta de andamento, adotar conduta antiética, desonrosa ou de desacato em atividade relacionada ou não ao estágio ou se recusar, sem justificativa, a executar tarefas próprias de estágio determinadas pelo advogado ou pela coordenação do NPJ.

§4º A exclusão será aplicada quando o estagiário reincidir em quaisquer das hipóteses do parágrafo anterior ou no caso de desvio de clientela ou obtenção de vantagem financeira, por prática de ilícito infamante e quando faltar, injustificadamente a 4 (quatro) plantões semanais consecutivos ou 5 (cinco) plantões semanais alternados no mesmo semestre de estágio no NPJ.

§5º O processo de justificação às faltas aos plantões semanais no NPJ deverá ser protocolado junto à secretaria do NPJ e avaliado pelo Coordenador de Curso, Coordenador de NPJ e Colegiado.

§6º As hipóteses que ensejarem exclusão serão comunicadas à OAB, para efeito de cancelamento da inscrição como estagiário, bem como em abertura de inquérito administrativo pelo Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Art. 32. As sanções serão aplicadas pela Coordenação do NPJ, mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos fatos que a ensejaram, cabendo recurso à Coordenação do Curso, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da ciência do estagiário.

CAPÍTULO VI – DA ISENÇÃO DE ESTÁGIO PRÁTICO POR EQUIVALÊNCIA.

Art. 33. É facultado ao aluno matriculado nos Estágios Práticos II e III (EP II e III) a concessão de isenção de estágio por equivalência condicionada à comprovação de que exerça as seguintes atividades práticas nos termos do **Art.6º, §3º, Resolução CNE/CES n.5/2018**:

I. Em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;

II. Nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;

III. Em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas, nos termos do artigo 9º, inciso II e §1º da Lei nº 8.906/94, bem como para atuação efetiva em processos judiciais reais, o aluno deverá inscrever-se nos quadros de estagiário junto à OAB;

IV. Atividade profissional no âmbito da administração pública (direta/indireta), cujas funções atendam às diretrizes ministeriais para formação profissional e exercício de serviços de assistência jurídica.

§1º Mesmo os alunos que se enquadram no rol do § 3º, do artigo 9º da Lei nº 8906/94 deverão participar das atividades desenvolvidas no Núcleo de Práticas Jurídicas, em cumprimento ao estágio curricular obrigatório.

§2º Somente os discentes enquadrados nos §§1º e 2º deste artigo, que participarem integralmente das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, realizarão a aferição oral para obtenção da certidão de dois anos de experiência jurídica.

§3º Os discentes que não efetuarem integralmente suas atividades de estágio no Núcleo de Práticas Jurídicas, não realizarão a aferição oral, entretanto, terão direito de requerer uma declaração referente ao período das atividades realizadas no NPJ.

Art. 34. O pedido de realização de isenção de estágio por equivalência será concedido pelo período de 1(um) semestre, sendo prorrogável por igual período, mediante novo requerimento e apenas aplicável aos estágios curriculares obrigatórios II e III:

I. O pedido de isenção de estágio por equivalência deverá ser protocolado mediante requerimento, no primeiro mês do semestre letivo, à secretaria acadêmica NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP na qual o discente se encontra matriculado mediante requerimento específico (anexo que integra este regulamento) instruído com prova documental;

II. O pedido de isenção de estágio por equivalência será avaliado pela Coordenação do NPJ do Centro Universitário UNIMETROCAMP na qual o discente se encontra matriculado;

III. O pedido de equivalência somente poderá ser deferido para as atividades realizadas no semestre letivo em andamento no qual o discente se encontra matriculado, sendo vedada em qualquer hipótese, a concessão de equivalência do estágio curricular obrigatório de forma cumulativa e/ou retroativa;

IV. É vedada a concessão de isenção de estágio por equivalência aos Estágios Práticos I e IV (EPI e EPIV);

V. Os discentes que atuarem como conciliadores, mediadores ou prepostos (nomeados ou não), de acordo com o disposto no **Art. 9º** da Lei n. 8.906/94 não fazem jus à concessão de isenção de estágio por equivalência;

VI. A comprovação das hipóteses de isenção de estágio por equivalência para efeitos de validação se fará ao final de cada semestre letivo, por meio de apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

Art. 35. A comprovação das atividades realizadas nas hipóteses de estágio por equivalência para efeito de validação do estágio curricular se fará ao final de cada semestre letivo, no NPJ onde foi protocolado o requerimento, mediante:

I. Apresentação de 10 (dez) peças processuais elaboradas e assinadas pelo estagiário e um relatório descrevendo todas as atividades desenvolvidas durante o semestre, assinado pelo responsável direto das atividades exercidas pelo discente no estágio junto ao Poder Judiciário, na Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias (federais, estaduais ou municipais), pessoa jurídica de direito privado ou advogado responsável pelo escritório de advocacia conveniado, sendo vedada qualquer atividade em caráter complementar no período de férias ou recesso acadêmico;

II. Apresentação de 20 (vinte) audiências ou sessões, discorrendo sobre os fatos presenciados. Deverá o discente realizar 5 (cinco) audiências ou sessões de mediação e/ou conciliação e 15 (quinze) audiências de instrução e julgamento nos órgãos de 1º grau e/ou sessões nos tribunais locais e superiores, incluindo tribunais de justiça desportiva, arbitral e marítimo, com relatório devidamente assinado pelo juiz ou responsável pelo cartório.

III. Caso as peças processuais apresentadas não estejam assinadas pelo estagiário, deverá este apresentar uma declaração assinada pelo responsável direto das atividades exercidas na Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradorias (federais, estaduais ou municipais), pessoa jurídica de direito privado ou advogado responsável pelo escritório de advocacia conveniado, afirmando que a peça processual foi elaborada pelo estagiário.

IV. Nos casos do estágio realizado junto ao Poder Judiciário as peças processuais e/ou atos judiciais apresentados que não estejam assinadas pelo estagiário, deverá este apresentar uma declaração assinada pelo responsável direto das atividades de estágio afirmando que a peça processual e/ou ato judicial foi elaborada pelo estagiário.

§1º. A coordenação do NPJ após comprovar que todas as atividades descritas no *caput* deste artigo foram devidamente cumpridas, validará as atividades e atribuirá ao discente a carga horária mínima exigida por semestre, ou seja, 75 (setenta e cinco) horas de estágio.

§2º. Na análise de qualquer requerimento discente é vedada a concessão de realização de estágio por equivalência concomitante, no todo ou em parte, isto é, a validação de estágios externos em concomitância temporal para o mesmo período acadêmico, inclusive sob o argumento de aprovação

em Exame da Ordem dos Advogados do Brasil e demais certames públicos ou privados, no Brasil ou no exterior.

CAPÍTULO VII – DO REGIME ESPECIAL AO ESTÁGIO PRÁTICO

Art. 36. Conforme normativa da Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, no Decreto -Lei nº 1.044 e no Regimento Interno do Centro Universitário UNIMETROCAMP, descrita no Manual do Aluno, da presente Instituição de Ensino Superior, “as atividades práticas, não são contempladas no Regime Especial de Aprendizado Domiciliar” (**Art.4º**, Regulamento de Regime Especial).

CAPÍTULO VIII – DAS DECISÕES DA COORD. DO NPJ E RECURSO AO COLEGIADO DO CURSO

Art. 37. Todas as decisões do coordenador do NPJ sobre os requerimentos de estágio por equivalência, de regime especial e de isenção, deverão ser fundamentadas com base no presente regulamento.

Art.38. São passíveis de recursos as decisões do coordenador de NPJ:

- I. Nos casos de indeferimento dos requerimentos de estágio por equivalência.
- II. Nos casos de indeferimento dos requerimentos de regime especial.
- III. Nos casos de indeferimento dos requerimentos de realização de estágios práticos concomitantes.

Art. 39. Fica expressamente vedada a análise e resposta a solicitações isenção de estágio por equivalência, regime especial, ou qualquer espécie de solicitações fora do canal de requerimentos, seja verbal ou por escrito, que importem em não realização, parcial ou integral, de atividades de um ou mais estágios obrigatórios (EPI, EPII, EPIII e EP IV).

CAPÍTULO IX. DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 40. Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Coordenação de Curso do Centro Universitário UNIMETROCAMP por meio de reunião de colegiado, na falta ou ausência deste, pelo Gestor do Centro Universitário UNIMETROCAMP.

Art. 41. Ficam revogadas as disposições anteriores em contrário, em especial: (ii) a Instrução Normativa nº 01/11; (ii) a Instrução Normativa CACS n. 01/2017.2; (iii) a Instrução Normativa GNA CJ-DIREITO n.01/2018.1 e (iv) o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas de 1º de março de 2019.

Art. 42. O presente Regulamento entra em vigor a partir de 01 de maio de 2021, revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 43. Integram o presente Regulamento os ANEXOS:

ANEXO I – O TEMAS DAS JORNADAS DE APRENDIZAGEM;

ANEXO II - CIRCUITO DAS ATIVIDADES ESTAGIÁRIO 4.0;

ANEXO III - TABELA DE CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO PRÁTICO.

ANEXO I – JORNADAS DE APRENDIZAGEM

I. ESTÁGIO PRÁTICO I – EPI

Jornada de Aprendizagem	EP I
Semana 1	Aula inaugural - a importância do NPJ para a sua formação.
Semana 2	Atividade estagiário 4.0 - Como ser um estagiário de sucesso.
Semana 3	Cível /consumidor- Inicial - elaboração procuração e substabelecimento. Renúncia e revogação.
Semana 4	Cível/consumidor – contestação.
Semana 5	Semana audiência simulada. Minha primeira audiência simulada de consumidor.
Semana 6	Cível/consumidor - recurso cível.
Semana 7	Cível/consumidor - ação de consignação em pagamento.
Semana 8	Ação de responsabilidade civil.
Semana 9	Cível/consumidor – recursos.
Semana 10	Atividade estagiário 4.0. Audiência simulada - Minha primeira mediação.
Semana 11	Trabalhando prazos processuais.
Semana 12	Família - regulamentação de visitas.
Semana 13	Atividade estagiário 4.0.
Semana 14	Família - revisão e exoneração de alimentos.
Semana 15	Cível/família - autos findos.
Semana 16	Entrega do relatório final.

II. ESTÁGIO PRÁTICO II - EPII

Jornada de Aprendizagem	EP II
Semana 1	Aula inaugural - a importância do NPJ para a sua formação.
Semana 2	Atividade estagiário 4.0 - como ser um estagiário de sucesso.
Semana 3	Reclamação trabalhista.
Semana 4	Contestação trabalhista.
Semana 5	Semana audiência simulada. Audiência simulada trabalhista.
Semana 6	Ação de consignação em pagamento.
Semana 7	Recurso trabalhista.
Semana 8	Execução trabalhista.
Semana 9	Atuação administrativa junto ao INSS.
Semana 10	Atividade estagiário 4.0.
Semana 11	Trabalhando prazos processuais.
Semana 12	Atividades de simulação de prazos processuais.
Semana 13	Atividade estagiário 4.0.
Semana 14	Trabalho - autos findos.
Semana 15	Atividade estagiário 4.0.
Semana 16	Entrega do relatório final.

III. ESTÁGIO PRÁTICO III - EPIII

Jornada de Aprendizagem	EP III
Semana 1	Aula inaugural - a importância do npj para a sua formação.
Semana 2	Atividade estagiário 4.0 - como ser um estagiário de sucesso.
Semana 3	Ação penal de iniciativa privada. Queixa-crime
Semana 4	Ação penal privada subsidiária. Queixa-crime substitutiva.
Semana 5	Semana audiência simulada. Audiência simulada penal (audiência de custódia)
Semana 6	Juizado especial criminal. Composição dos danos civis. Transação penal.
Semana 7	Acordo de não persecução penal
Semana 8	Provas processuais penais. Interrogatório, oitiva de testemunhas e a observação do art.400 CPP.
Semana 9	Teses de defesa de direito material: dosimetria de pena.
Semana 10	Atividade estagiário 4.0
Semana 11	Trabalhando prazos processuais
Semana 12	Recurso em sentido estrito. Agravo em execução
Semana 13	Atividade estagiário 4.0
Semana 14	Apelação. Procedimento ordinário
Semana 15	Atividade estagiário 4.0
Semana 16	Entrega do relatório final.

IV. ESTÁGIO PRÁTICO IV - EPIV

Jornada de Aprendizagem	EPIV
Semana 1	Aula inaugural - a importância do NPJ para a sua formação
Semana 2	Atividade estagiário 4.0 - como ser um estagiário de sucesso
Semana 3	Ação civil pública.
Semana 4	Ação popular.
Semana 5	Semana audiência simulada. Audiência simulada. Ações coletivas (Ação Civil Pública. Ação popular).
Semana 6	Processo e recurso administrativo.
Semana 7	Mandado de segurança.
Semana 8	Mediação e arbitragem.
Semana 9	Alvará judicial.
Semana 10	Atividade estagiário 4.0. Arbitragem simulada.
Semana 11	Trabalhando prazos processuais.
Semana 12	Uso da tabela da OAB e elaboração contrato honorários.
Semana 13	Atividade estagiário 4.0.
Semana 14	Elaboração contrato honorários.
Semana 15	Atividade estagiário 4.0.
Semana 16	Entrega do relatório final.

ANEXO II – CIRCUITO DE ATIVIDADES ESTAGIÁRIO 4.0

CIRCUITO ESTAGIÁRIO 4.0	EPI	EPII	EPIII	EPIV
Aula Inaugural: A importância do NPJ para a sua formação.	X	X	X	X
Como ser um estagiário de sucesso.	X	X	X	X
Minha primeira audiência (Audiência Simulada).	X			
Visitas guiadas.	X			
O que são Métodos Adequados de Solução de Conflitos?		X		
Minha primeira Mediação.		X		
Arbitragem: um caminho nas carreiras jurídicas?		X		
A atuação do conciliador e do advogado nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.		X		
Negociação: como evitar um processo!			X	
Litigância Estratégica: como impulsionar um resultado para o seu cliente?			X	
Ética e Advocacia: o papel da OAB e da conduta profissional de Excelência.				X
Carteira da OAB: o primeiro passo para várias carreiras de sucesso.				X
Como abrir seu escritório?				X
Como se posicionar no Mercado? Branding Jurídico.				X
Vantagens da extrajudicialização.			X	
As prerrogativas como garantias fundamentais da Advocacia.				X
A advocacia 4.0: como estar preparado (Linkedin, Visual Law, Jurimetria, Ferramentas Digitais).				X
Programa de proteção de dados de acordo com a LGPD e a Advocacia.			X	X
PJE, tramitação de Processos Eletrônicos.			X	X

ANEXO III – TABELA CARGA HORÁRIA ATIVIDADES

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA (TAREFA)	CARGA HORÁRIA MÍNIMA (SEMESTRE)
Plantões semanais NPJ.	02 horas	32 horas
Estagiário 4.0.	02 horas	08 horas
Atividades obrigatórias do NPJ realizadas fora do plantão		
Elaboração de peças processuais.	02 horas	12 horas
Diligências forenses.	02 horas	06 horas
Atividades realizadas fora do ESAJ (relatório padrão)		
Atuação na função de conciliador em órgão judicial.	02 horas	0
Audiência de Conciliação e/ou Mediação - 1º Grau.	02 HORAS	06 HORAS
*Não são computadas para os alunos que estiverem atuando no NPA (Convênio UNESA).		
Audiência de Instrução e Julgamento - 1º Grau.	01 HORA	06 HORAS
Sessão no Órgão de 2º Grau.	01 HORA	03 HORAS
Audiências dos processos do NPJ.	02 horas	0
Sessão do tribunal do Júri.	05 horas	0
Audiências on-line.	01 hora	0
Atividades práticas realizadas junto à OAB.	Até 05 horas	0
Participação em atividades de mediação	Até 05 horas	0
Participação em atividades de arbitragem	Até 05 horas	0
Participação em licitações e outros procedimentos administrativos	Até 05 horas	0
Participação em tribunais e procedimentos administrativos fiscais	Até 05 horas	0
Participação em empresas jr., incubadoras, projetos empreendedores	Até 05 horas	0
Participação em eventos de responsabilidade social que envolvam práticas jurídicas	Até 05 horas	0
Participação em competições profissionais promovidas pela OAB ou institutos reconhecidos pelo Mercado.	Até 05 horas	0
Análise de Jurimetria	Até 02 horas por tarefa	0
* Para o aluno da UNESA matriculado no EPI as horas no NPA não serão computadas		

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO DE DIREITO

Estabelece as normas para a orientação e elaboração do Trabalho de Curso de Direito.

TÍTULO I – TRABALHO DE CURSO

CAPÍTULO I – Da definição

Artigo 1º. Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito (RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 2 c/com RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018), o Trabalho de Curso (TC) é um componente curricular obrigatório e deverá ser desenvolvido na modalidade de artigo científico correspondente a uma reflexão, mediante investigação científica, com aplicação prática sistematizada de competências desenvolvidas ao longo do curso sobre determinado tema, relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio, aprovado pelas instâncias institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

CAPÍTULO II – Da fundamentação legal

Artigo 2º. As disposições legais para a implantação e implementação dos TC são as RESOLUÇÕES CNE/CE Nº2/2021 E Nº 5/2018 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito, bacharelado e dão outras providências.

CAPÍTULO III – Das Finalidades

Artigo 3º. O presente regulamento tem por finalidade normatizar o TC do Curso de Direito, do Centro Universitário UniMetrocamp-, ao qual devem submeter-se os alunos matriculados no Curso.

CAPÍTULO IV – Dos Fundamentos

Artigo 4º. O Curso de Direito proporcionará aos alunos conhecimento teórico-práticos que possam fortalecer a sua formação técnica, política e ética, no sentido de viabilizar o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao perfil do egresso desejado.

Artigo 5º. O TC será uma atividade para que os alunos do Curso de Direito consolidem os conhecimentos construídos ao longo de sua formação.

Artigo 6º. O TC possibilitará aos alunos oportunidades de desenvolverem o pensamento investigativo-científico, a autonomia intelectual e o espírito crítico, proporcionando o diálogo com a realidade.

CAPÍTULO V – Dos Objetivos

Artigo 7º. São objetivos do Trabalho de Curso (TC):

- I. Consolidar e aprofundar conhecimentos acadêmicos;
- II. Despertar o interesse pela atividade e ambiente de pesquisa;
- III. Oportunizar a reflexão crítica sobre temas relevantes associados às linhas de pesquisa institucionais;
- IV. Desenvolver a habilidade da escrita e rigor científico para elaboração e defesa oral de trabalhos acadêmicos.

CAPÍTULO VI – Da Modalidade

Artigo 8º. O Trabalho de Curso (TC) no Curso de Direito será elaborado na modalidade de Artigo Científico e deve corresponder a uma reflexão, mediante investigação científica, com aplicação prática sistematizada de competências desenvolvidas ao longo do curso sobre determinado tema de Direito, pertinente a uma das linhas de pesquisa estipuladas no eixo estruturante das Diretrizes Nacionais Curriculares do Curso de Direito.

CAPÍTULO VII - da elaboração do trabalho de curso do curso de Direito

Seção I

Da elaboração do TC

Artigo 9º. A elaboração do TC deve seguir as normas vigentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além de eventuais orientações complementares indicadas pelo professor orientador.

Artigo 10. A estrutura de apresentação do Artigo Científico deverá contemplar:

- I- Elementos pré-textuais: a. Título e subtítulo do artigo Autor; b. Breve currículo em nota de rodapé, indicado por asterisco; c. Resumo; d. Palavras-chave; e. Sumário;
- II- Elementos Textuais: a. Introdução; b. Desenvolvimento; c. Conclusão.
- III - Elementos pós-textuais: a. Referências (obrigatório); b. Apêndice e Anexo (opcionais); c. Notas explicativas (opcional).

Artigo 11. O artigo completo deverá ter entre 15 e 30 páginas, já formatado de acordo com as normas da ABNT.

Artigo 12. O artigo científico deverá ser elaborado individualmente e a orientação será feita online pelo professor da área objeto do trabalho com o apoio dos Coordenadores de TC em Direito, presencialmente, trabalhando em conjunto, auxiliando nos aspectos metodológicos.

Artigo 13. Todas as etapas de elaboração do artigo científico serão objeto de avaliação online por parte do professor de acordo com um cronograma de postagens semestral da disciplina TC.

Parágrafo único. O aluno deverá sempre acompanhar no SAVA as orientações ou sugestões postadas pelo professor, sobre possíveis alterações no cronograma semestral.

Artigo 14. O aluno deverá procurar no polo o Coordenador de TC em Direito para auxiliá-lo na parte metodológica de seu TC.

Seção II

Da Prática De Plágio

Artigo 15. A constatação de plágio no conteúdo do TC, em qualquer etapa do processo de avaliação, terá como consequência a atribuição da nota zero ao aluno na disciplina, por contrariar o previsto na Lei n. 9.610/1998 (Lei de Direito Autoral), ensejando a sua responsabilização disciplinar a partir de procedimento administrativo, a ser instaurado pelo Coordenador da unidade/IES.

§1º. A identificação do plágio, em qualquer etapa da disciplina, permite a atribuição de grau zero ao aluno, bem como enseja a apuração de responsabilidade acadêmica e administrativa.

§2º. A comunicação da identificação da prática de plágio, detectada no ambiente online e antes da defesa em banca examinadora deverá ser feito ao aluno através da plataforma online de avaliação e ou caixa de mensagens, apresentando-se os elementos objetivos que comprovem sua caracterização.

§3º A comunicação da identificação da prática de plágio, detectada pelo Coordenador de TC na unidade ou por membros da banca examinadora, antes da defesa ou no momento desta, deverá ser feito ao aluno através de formulário por escrito, em formulário próprio, apresentando-se os elementos objetivos que comprovem sua caracterização, de forma cautelosa e reservada, com a participação do Coordenador de TC na unidade e ou membros da banca examinadora, apresentando-se os elementos objetivos que comprovem sua caracterização.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES

Seção I

Do Coordenador de TC nas unidades **Artigo 16.** São atribuições do Coordenador de TC nas unidades:

- I.** Diligenciar para que o aluno esteja matriculado na disciplina TC antes do término do prazo de inclusão e exclusão de disciplina, conforme calendário acadêmico do período;
- II.** Realizar reunião com as turmas de 8º, 9º e 10º períodos e explicar o funcionamento do TC em Direito, certificando-se dos alunos inscritos na disciplina de TC para apresentação do Regulamento e observações cabíveis;

III. Manter plantões semanais na unidade, com dias e horários divulgados para os alunos, para atendimento presencial e complementar, limitado aos aspectos metodológicos, sem qualquer ingerência avaliativa sobre o conteúdo, exceto os casos de regime especial

IV. Divulgar as datas e horários das bancas examinadoras;

V. Providenciar o arquivamento dos TC aprovados, pelo período de três anos, para fins de registro e evidência, em repositório institucional próprio em ambiente online e com acesso público e livre.

VI. Zelar pelo correto cumprimento das normas presentes neste Regulamento; VI – Tratar os casos de Regime Especial na forma prevista no Manual do Aluno.

Seção II

Do Professor Tutor Orientador de TC

Artigo 17. São atribuições do professor tutor orientador:

I. Avaliar a viabilidade do projeto de artigo científico e, quando necessário, sugerir ajustes, sempre fundamentando suas decisões e retornando ao aluno tempestivamente;

II. Acompanhar e orientar todas as etapas do trabalho, desde o conteúdo até as normas técnicas de apresentação e redação de texto, inclusive quanto à ocorrência de plágio;

III. Avaliar a produção textual do aluno ao longo de todas as etapas de desenvolvimento do artigo científico, corrigindo, tempestivamente e de modo fundamentado, cada atividade ou etapa, em conformidade com as datas que constam no cronograma semestral; V – Responder e manter contato com os alunos pela central de mensagens no prazo de até 72 horas;

IV. Lançar as notas tempestivamente e cumprir os demais os prazos de correção das atividades que consta no anexo do Regulamento.

Parágrafo único. O professor orientador deve ter aderência aos temas ou linhas de pesquisa eleitas pelo curso.

Seção III

Do Aluno Orientando

Artigo 18. São atribuições do aluno:

I. Escolher o tema do TC alinhado com as linhas de pesquisa determinadas pelo curso;

II. Efetuar sua inscrição na disciplina específica do TC em Direito, respeitando a aderência do professor orientador e com base na listagem abaixo:

a. TCC EM DIREITO CIVIL;

b. TCC EM DIREITO EM RESPONSABILIDADE CIVIL/DIREITO DO CONSUMIDOR;

- c. TCC EM DIREITO PENAL;
- d. TCC EM DIREITO PROCESSUAL CIVIL;
- e. TCC EM DIREITO PROCESSUAL PENAL;
- f. TCC EM DIREITO DO TRABALHO/PROCESSO DO TRABALHO/DIREITO PREVIDENCIÁRIO;
- g. TCC EM DIREITO CONSTITUCIONAL/DIREITOS HUMANOS/DIREITO INTERNACIONAL;
- h. TCC EM DIREITO TRIBUTÁRIO;
- i. TCC EM DIREITO ADMINISTRATIVO;
- j. TCC EM DIREITO EMPRESARIAL;
- k. TCC EM FILOSOFIA DO DIREITO/SOCIOLOGIA DO DIREITO/ANTROPOLOGIA JURÍDICA;
- l. TCC EM PSICOLOGIA JURÍDICA E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.

III. Ler todo o conteúdo disponível na SAVA da disciplina e assistir às videoaulas, antes de começar a elaborar as etapas do trabalho;

IV. Elaborar todas as etapas do desenvolvimento do artigo científico, de acordo as orientações do professor de TC;

V. Efetuar, no texto, as correções indicadas pelo professor orientador de TC;

VI. Sanar suas dúvidas com o professor orientador via central de mensagens;

VII. Cumprir as etapas e atividades acadêmicas da disciplina de TC, conforme calendário acadêmico semestral;

VIII. Entregar o TC pronto e revisado, em versão de defesa até a data da AV2 (conforme calendário acadêmico) e demais comunicações do professor orientador online;

IX. Entregar, tempestivamente, no caso de aprovação da parte escrita do trabalho, ao Coordenador do Curso de sua unidade/IES, em arquivo digital e três vias encadernadas com espiral, para fins de agendamento da banca examinadora;

X. Comparecer no dia e hora agendado para a apresentação do seu trabalho, junto à banca examinadora;

XI. Efetuar correções no artigo, caso exigidas em ata pela banca examinadora;

XII. Produzir textos, na íntegra ou parcialmente, respeitando a propriedade intelectual de terceiros.

Parágrafo único. A descoberta de plágio antes, durante ou depois da defesa acarretará em reprovação imediata.

CAPÍTULO IX – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Artigo 19. O processo de elaboração do TC será objeto de avaliação continuada. O processo de elaboração do TCC será objeto de avaliação continuada, com notas de AV2 (referente ao artigo científico completo) e AV3 (referente a Banca Presencial).

Artigo 20. O processo de desenvolvimento do trabalho escrito será avaliado nas seguintes etapas:

I. No prazo da AV1, será lançada a Nota Parcial referente à Matriz Única que deverá ser postada no ambiente trabalho de acordo com o cronograma da disciplina, que consta no Anexo do Regulamento. A NOTA SERÁ DESCARTADA, NÃO SERÁ COMPUTADA PARA MÉDIA DO ALUNO NO HISTÓRICO, servirá somente de parâmetro para elaboração do trabalho e DEVE SER ENTREGUE PELO ALUNO.

II. No prazo da AV2, será lançada a Nota do Trabalho Completo que compreende a análise de todas as etapas. A nota de AV2 não poderá ser inferior a 6.0 sob pena de reprovação e não será habilitado para Banca;

III. O aluno que não cumprir TODAS as etapas das atividades da disciplina (total de quatro atividades) não estará apto para banca, sendo automaticamente reprovado na disciplina;

IV. Somente aluno que obtiver no mínimo grau 6.0 (seis) na AV2 estará habilitado para a Banca Oral, que corresponde a AV3;

V. Na AV3, que corresponde à apresentação para Banca Examinadora, o aluno orientando não poderá obter grau inferior a 6.0 (seis);

VI. O plágio identificado em qualquer etapa da disciplina permite a atribuição de grau zero ao aluno.

CAPÍTULO X - DA BANCA EXAMINADORA

Artigo 21. A apresentação oral do trabalho perante Banca Examinadora seguirá os seguintes critérios:

I. Somente o aluno aprovado na parte escrita do trabalho terá direito à Banca Examinadora.

II. Os alunos aprovados na parte escrita deverão depositar o trabalho completo, em arquivo digital e impresso, na Coordenação de TCC na unidade, para marcação da Banca de apresentação oral do trabalho.

III. O lançamento da nota da Banca Examinadora como AV3 é obrigatório para a aprovação do aluno.

IV. A Coordenação do Curso na unidade é responsável pelo lançamento das Notas das Bancas (AV3).

Artigo 22. Na apresentação presencial do TCC perante a Banca Examinadora devem ser observados:

- I.** O domínio do aluno sobre o conteúdo escrito do artigo (até 6 pontos).
- II.** A organização da apresentação (até 1 ponto).
- III.** A Nota Final as habilidades de comunicação e expressão (até 1 ponto).
- IV.** A capacidade de argumentação (até 1 ponto).
- V.** O uso da norma culta da língua (até 1 ponto).

Artigo 23. O exame perante Banca Examinadora terá a duração média de trinta minutos, sendo quinze minutos para apresentação oral pelo candidato e quinze minutos de arguição pela Banca, que deverá chegar a um consenso sobre a nota que será atribuída ao aluno, observados os critérios previstos no Artigo 15.

Artigo 24. A média final da disciplina TC em Direito será calculada entre a Nota do Trabalho Completo (AV2) e a Nota da Banca (AV3).

Artigo 25. Em hipótese alguma serão aceitos trabalhos prontos, que não tenham passado por TODAS as etapas das atividades referentes a disciplina de TC.

Artigo 26. A constatação de plágio no conteúdo do TC, por ocasião da Nota do Trabalho ou da Nota da Banca, terá como consequência a atribuição da nota zero ao aluno na disciplina, por ferir a Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27. Os artigos com média final entre 9 (nove) e 10 (dez) serão objeto de processo seletivo, pelo NDE do Curso, para indicação de publicação na Revista da Graduação em Direito da IES.

Artigo 28. Os casos omissos neste regulamento serão analisados pelo Coordenador do Curso de Direito da IES.

Artigo 30. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Instituição, ficando revogadas as disposições em contrário.

ANEXO CDVI

Critérios para a atribuição de grau pela Banca Examinadora:

Quanto ao recorte do tema, definição do objeto e objetivos da pesquisa e construção de uma problemática de pesquisa:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

Quanto à utilização de um referencial teórico resultante de uma revisão literária relevante e bem articulado com o objeto e o problema de pesquisa:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

Quanto à correção ortográfica, coerência textual, qualidade vocabular, coerência estrutural da monografia e observância das normas da ABNT:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

Quanto à presença de uma dimensão analítica que permita perceber que o aluno não se limitou apenas a colher e a descrever informações, mas que soube também construir um argumento próprio:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

Quanto à aderência e relevância do tema e das discussões propostas às especificidades do campo disciplinar e da linha de pesquisa respectiva:

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

Quanto ao desempenho do aluno na apresentação oral (desembaraço, conhecimento, segurança e competência na resposta às questões da banca):

() Excelente () Muito Bom () Bom () Regular () Insuficiente

ANEXO II

Declaração de Isenção de Responsabilidade

_____, matrícula no _____, aluno de TC curso de Direito, declaro para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pela originalidade do trabalho de curso que resultará da orientação recebida sobre o tema objeto de minha pesquisa, bem como, pela contribuição científico-ideológica decorrente dos postulados por mim defendidos, razão pela qual isento de qualquer responsabilidade ao IES, a Coordenação do Curso de Direito e o Professor Orientador a esse respeito.

, de de 20

Assinatura do (a) Aluno(a)

ANEXO III

MODELO DE QUADRO DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Dia da orientação	Conteúdo da orientação	Rubrica do orientador	Rubrica do discente

Data

Assinatura do docente

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADEMICAS COMPLEMENTARES

Estabelecer critérios para aproveitamento e validação das atividades complementares que compõem o currículo pleno dos cursos de graduação

I - Da Natureza, Objetivo e Finalidade

Art. 1º. Atividades Acadêmicas Complementares constituem-se em atividades extracurriculares, que podem ser integralizadoras ou adicionais ao currículo de cada curso e desde que comprovadas pela documentação correspondente.

§1º. Atividade Acadêmica Complementar é toda e qualquer atividade elencada nos anexo I deste regulamento.

§2º. As atividades não definidas no anexo, assim como eventual necessidade de alteração de carga horária máxima de uma atividade, deverão ser analisadas por solicitação do coordenador do curso.

§3º. As atividades estruturadas, as atividades de Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso não se confundem com Atividades Acadêmicas Complementares.

§4º. As Atividades Acadêmicas Complementares devem ser desenvolvidas durante o curso, sem prejuízo das demais aulas e outras atividades.

Art.2º. As Atividades Acadêmicas Complementares têm por objetivo estimular o estudante a participar de experiências diversificadas que contribuam para sua formação acadêmica, agregando habilidades e competências ao seu perfil.

Art. 3º. As Atividades Acadêmicas Complementares possuem por finalidade o enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional, fortalecendo as relações dos acadêmicos com a sociedade.

II – Das Atividades

Art. 4º. Para cada tipo de Atividade Acadêmica Complementar serão computadas horas AAC que somadas, ao final do curso, deverão atingir o quantitativo mínimo obrigatório para cumprimento da carga horária total disposta na matriz curricular.

§1º. A Colação de Grau somente será realizada após a integralização de todos os créditos mínimos previstos na matriz curricular, adicionando-se as atividades acadêmicas complementares.

§2º. O quantitativo mínimo obrigatório de Atividades Acadêmicas Complementares deve ser atendido pelo aluno respeitando-se o prazo máximo para integralização do curso definido no Projeto Pedagógico.

Art. 5º. As horas AAC deverão respeitar o quantitativo descrito no Anexo II deste regulamento quanto:

- a. horas AAC apropriadas a serem atribuídas para cada uma das atividades elencadas;
- b. máximo de horas AAC de uma determinada atividade ao longo do curso.

Art.6º. O aluno que ingressar na Instituição, por transferência externa, fica sujeito ao cumprimento da carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares do seu curso e as seguintes condições:

- I. As Atividades Acadêmicas Complementares realizadas na Instituição de origem devem ser compatíveis com as estabelecidas neste regulamento;
- II. A carga horária atribuída pela Instituição de origem não poderá ser superior à conferida por este regulamento, conforme disposto no art. 5º.

III – Das atividades complementares do curso de Direito

Art. 7 º. No curso de Direito, as atividades complementares contemplam o total de no mínimo 100 horas.

Art. 8º. Deverão ser ofertadas Atividades Acadêmicas Complementares, em prejuízo de outras, de acordo com às orientações do Projeto Pedagógico de Curso, atendendo às seguintes temáticas:

- I. Direitos Humanos e Vulnerabilidades;
- II. Ciência e Academia;
- III. Empregabilidade;
- IV. Sustentabilidade, Inovação e Tecnologia.

IV - Do Aluno

Art.8º. Compete ao aluno matriculado no curso de Graduação em Direito:

- I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora desta Instituição que propiciem horas AAC, conforme descrito no anexo I;
- II. Participar efetivamente das atividades;
- III. Realizar o procedimento indicado pela Secretaria para o lançamento e a validação das Atividades Acadêmicas Complementares;
- IV. Apresentar a documentação comprobatória de sua participação efetiva nas atividades

realizadas, sempre que solicitada.

Art. 9º. Nos casos em que as atividades realizadas possam se enquadrar como horas AAC ou horas de estágio, só poderão ser computadas uma vez. Não será admitido que a mesma atividade seja contabilizada como horas AAC e horas de estágio.

Art. 10º. Em caso de Atividade Complementar Externa, é indispensável a apresentação da documentação comprobatória da efetiva participação, contendo especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

V- Do registro, da Validação e do Lançamento das Horas

Art. 11. O cômputo da carga horária realizada através das Atividades Acadêmicas Complementares dependerá da comprovação da realização e, se for o caso, do aproveitamento do aluno na respectiva atividade complementar.

Parágrafo Único. A carga horária máxima deverá obedecer ao previsto no anexo II.

Art.12. A validade das Atividades Acadêmicas Complementares está sujeita à análise e aprovação da Instituição, mediante a apresentação da documentação comprobatória da realização da atividade.

Art.13. O registro da participação do aluno em Atividades Acadêmicas Complementares Internas ocorrerá através de formulário próprio.

VI - Disposições Gerais

Art.14. Os alunos que comprovarem a participação no programa Ciência Sem Fronteiras terão sua carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares integralizada.

Art.15. Este regulamento entra em vigor na data de sua homologação.

ANEXO I – TIPOS DE ATIVIDADES

Aula Inaugural
Aula Magna
Conferência
Debate
Encontro
Participação em Fórum
Mesa-redonda
Palestra
Seminário
Presença em exposições de sessões de filmes ou peças de teatro
Simpósio
Vídeo com Debate – extra classe
Oficina
Ciclo de palestras (Semana temática de Curso) - por evento
Participação em eventos externos da área do Curso (competições, etc.)
Feira
Visita Técnica Externa
Visita Técnica Interna
Viagem de Estudos (com relatório)
Cursos oferecidos pelas bibliotecas setoriais. (Pesquisa informatizada: internet como fonte de pesquisa; Pesquisa informatizada: base de dados; Elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses)
Intercâmbio não curricular
Aperfeiçoamento Acadêmico (cursos de extensão e outros, na área)
Congresso
Jornada científica
Curso online - (MOOC's, site Você Aprende Mais, etc.)

Disciplina extracurricular afim com o Curso
Organização de Fórum
Organização de mostra de filmes
Apresentação de trabalho em evento acadêmico-científico
Simulação - Jogos de Negócios, Modelos de Simulação virtual ou presencial - NPJ, oficina prática (audiência e juri simulado) - Sionu, etc.
Iniciação Científica
Produção de blogs, aplicativos, sites e games
Monitoria
Pesquisa aplicada
Realização de filmes
Projetos de extensão (trabalho voluntário pela Estácio)
Trabalho publicado ou premiado
Estágio extra-curricular
Vivência Profissional na área do curso

Anexo II Tabela de Classificação das Atividades Acadêmicas Complementares

Tipo de Atividade	Eixos	Grupo	Comprovação				M. ALC
			Externa	Horas apropriadas	Interna	Horas apropriada	
			Legenda Relatório com aprovação da Coordenação do Curso = RACC Coordenação de Curso = Coordenação				C. a 100
Aula Inaugural	Formação	1	-	2	Lista de presença	2	40
Aula Magna	Formação		-		Lista de presença		
Conferência	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Debate	Formação		Certificado		Lista de presença		
Encontro	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Participação em Fórum	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Mesa-redonda	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Palestra	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Seminário	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Presença em exposições de sessões de filmes ou peças de teatro	Formação		Ingresso e RACC		Certificado ou Lista de presença		
Simpósio	Formação		Certificado		Certificado ou		

					Lista de presença		
Vídeo com Debate – extra classe	Formação		-		Certificado ou Lista de presença		
Oficina	Formação		-		Certificado ou Lista de presença		
Ciclo de palestras (Semana temática de Curso) - por evento	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		
Participação em eventos externos da área do Curso (competições, etc.)	Formação		Ingresso e RACC		-		
Feira	Formação		Ingresso e RACC		-		
Visita Técnica Externa	Formação	2	-	6	Lista de presença e/ou RACC	6	12
Visita Técnica Interna	Formação		-		Lista de presença e/ou RACC		
Viagem de Estudos (com relatório)	Formação		-		Aprovação da Coordenação		
Cursos	Formação		-		Certificado		

oferecidos pelas bibliotecas setoriais. (Pesquisa informatizada: internet como fonte de pesquisa; Pesquisa informatizada: base de dados; Elaboração de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses)		3		Duração		Duração	30
Intercâmbio não curricular	Formação		-		Aprovação da Coordenação		
Aperfeiçoamento Acadêmico (cursos de extensão e outros, na área)	Formação		Certificado		Certificado		
Congresso	Formação		Certificado		Certificado		
Jornada científica	Pesquisa		Certificado		Certificado		
Curso online	Formação		Certificado		Certificado		

- MOOC's, site Você Aprende Mais, etc.)							
Disciplina extracurricular afim com o Curso	Formação		-		Aprovação Coordenação		
Organização de Fórum	Extensão	4	Declaração dos Organizadores	até 40	Declaração da Coordenação	Duração	30
Organização de mostra de filmes	Extensão		Declaração dos Organizadores		Declaração da Coordenação		
Apresentação de trabalho em evento acadêmico-científico	Pesquisa		Certificado		Certificado		
Simulação - Jogos de Negócios, Modelos de Simulação virtual ou presencial - NPJ, oficina prática (audiência e júri	Formação		Certificado		Certificado ou Lista de presença		

simulado) - Sionu, etc.							
Iniciação Científica	Pesquisa		-		Declaração da Coordenação		
Produção de blogs, aplicativos, sites e games	Formação		-		Declaração da Coordenação		
Monitoria	Formação		-		Declaração da Coordenação		
Pesquisa aplicada	Pesquisa		Declaração da Instituição		Declaração da Coordenação		
Realização de filmes	Formação		-		Declaração da Coordenação		
Projetos de extensão (trabalho voluntário pela Estácio)	Extensão		Declaração dos Organizadores		Declaração da Coordenação		
Trabalho publicado ou premiado	Pesquisa		Declaração da Publicação ou Prêmio		Declaração da Coordenação		
Estágio extra-curricular	Formação				RAAC		
ência Profissional na área do curso	Formação	5	Declaração da Instituição e /ou RACC	Duração	-	-	50

CURSO DE DIREITO

REGULAMENTO DAS OFICINAS DE LEITURA – DISPÕE SOBRE AS OFICINAS DE LEITURA – ATIVIDADE ACADÊMICA COMPLEMENTAR – NATUREZA – OBJETIVOS – COMPETÊNCIAS – PROCEDIMENTOS – APLICAÇÃO – OUTORGA DE HORAS.

I - DA NATUREZA, REGULAMENTAÇÃO E PRINCÍPIOS DAS OFICINAS DE LEITURA

Art.1º. As oficinas de leitura têm a natureza de atividades acadêmicas complementares de cumprimento obrigatório para os alunos do Curso de Direito.

Art.2º. As oficinas de leitura estão em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso – PPC, bem como as Resoluções CNE/CSE n. 2/2021 e 5/2018 que estabelece as diretrizes curriculares para o curso de Direito.

Art.3º. As oficinas de leitura estão de acordo com o Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art.4º. As oficinas de leitura têm por princípios:

- I. Autonomia discente;
- II. Aprendizagem ativa e crítica;
- III. A multidisciplinariedade/transdisciplinaridade.
- IV. A paridade democrática;
- V. Diversidade e inclusão;
- VI. Excelência teórica e técnica;
- VII. Contextualização e adequação regional;
- VIII. Profissionalização;
- IX. Interação com a economia e o mercado.

II – DOS OBJETIVOS

Art.5º. As oficinas, em conformidade com as Resoluções CNE/CES n. 2/2021 e n. 5/2018, bem como demais documentos normativos, têm os seguintes objetivos:

- I. Desenvolver nos discentes a competência para comunicar-se com precisão;
- II. Promover nos discentes as competências inerentes às técnicas do raciocínio e da argumentação jurídica;

III. Construir nos discentes a competência para propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito, da Economia e do Mercado;

IV. Proporcionar aos discentes a competência para trabalhar em equipes, formadas por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

V. Propiciar aos professores e alunos o aprofundamento dos conhecimentos em leitura e mediação pedagógica;

VI. Aplicar metodologias adequadas para o trabalho com leitura e escrita;

VII. Perceber a importância da linguagem como prática simbólica (e interativa) constitutiva dos sujeitos;

VIII. Realizar discussões teórico-práticas entre os alunos-professores e documentar experiências relevantes;

IX. Melhorar o desempenho escolar dos alunos, considerando-se a importância da leitura como mediadora dos conhecimentos escolarizados;

X. Subsidiar os alunos quanto a fontes de pesquisa confiáveis e alternativas para consulta para enriquecimento curricular.

III – DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE CURSO:

Art. 6º. Compete ao coordenador de curso:

I. Supervisionar o desenvolvimento das oficinas de leitura;

II. Indicar o coordenador de TC para executar as oficinas de leituras;

III. Reunir com o Núcleo Docente Estruturante para indicar as obras jurídicas, técnicas, literárias, etc., que serão objeto das oficinas de leitura e, após, submeter à aprovação do Colegiado de Curso a indicação das obras que serão objeto das oficinas de leitura;

IV. Estabelecer, junto ao coordenador de TC o calendário de atividades das oficinas de leitura;

V. Lançar no Sistema de Informações Acadêmicas (SIA) as horas deferidas decorrentes das atividades realizadas em conformidade com este regulamento;

VI. Organizar a guarda e o arquivamento dos documentos comprobatórios das oficinas de leitura;

VII. Apresentar ao Núcleo Docente Estruturante os resultados acadêmicos obtidos com as oficinas de leitura e, ato contínuo, submeter ao Colegiado de Curso o relatório final decorrente da realização da atividade;

VIII. Organizar a guarda e o arquivamento das atas inerentes às oficinas de leitura;

IX. Aplicar as normas regimentais que disciplinam a vida acadêmica.

IV – DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

Art. 7º. Compete ao coordenador de trabalho de conclusão de curso:

- I. Participar dos encontros de capacitação das atividades complementares de leitura, ministrados por ocasião da abertura do período letivo;
- II. Distribuir os textos literários indicados para os períodos letivos;
- III. Aplicar da metodologia/técnica de aprendizagem na modalidade de leitura dirigida;
- IV. Entregar o relatório circunstanciado mensal, bem como os documentos comprobatórios de realização dos encontros inerentes às oficinas de leituras;
- V. Acompanhar e orientar os discentes nas leituras;
- VI. Entregar o relatório ao final das atividades, bem como os documentos comprobatórios de sua realização.

V – DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 8º. Todos os alunos devidamente matriculados na IES estarão aptos à participação nas atividades complementares de leitura, ficando a cargo do coordenador do curso a decisão acerca do quantitativo das vagas.

Art. 9º. O aluno deverá realizar sua inscrição no SIA dentro do prazo previsto no calendário acadêmico divulgado.

Art. 10. Após o aluno deverá se dirigir ao coordenador de TC e assinar o **TERMO DE COMPROMISSO EM OFICINAS DE LEITURA** (anexo II) e receberá orientações sobre o funcionamento da atividade.

Art. 11. Após a assinatura, o Coordenador de TC comunicará ao aluno a data da realização da reunião de instalação da atividade através do e-mail cadastrado no sistema da instituição no momento da matrícula.

Parágrafo Único: é obrigação do aluno manter seus dados cadastrais atualizados no sistema da instituição.

Art. 12. Na data marcada, todos os inscritos comparecerão e iniciarão os trabalhos cujos quais deverão ser reportados ao Coordenador de Curso ao final de cada oficina, mediante o preenchimento de relatório circunstanciado, bem como os documentos comprobatórios de realização dos encontros

inerentes às atividades, controle essencial para o cumprimento das atividades e do acompanhamento da frequência do aluno.

Art. 13. Cada oficina terá um quantitativo de dez (10) horas no total, e os encontros ocorrerão quinzenalmente, de forma presencial ou por meio remoto, com a participação dos inscritos, sendo de total responsabilidade do aluno acompanhar o cronograma definido.

Parágrafo Único O aluno somente terá a possibilidade de obter o total das horas, participando da totalidade das atividades descritas no artigo subsequente.

Art. 14. As oficinas se desenvolverão, obrigatoriamente, em reuniões periódicas com atividades previamente estabelecidas entre todos os seus membros, envolvendo os livros indicados para o respectivo período e a leitura.

Parágrafo único. Cada oficina será composta das seguintes atividades:

- a) apresentação da obra;
- b) leitura dirigida;
- c) debates;
- d) apresentação final, utilizando a técnica sugerida para o encerramento.

Art. 15. As reuniões serão orientadas/dinamizadas pelo coordenador de trabalho de conclusão de curso.

Art. 16. É obrigatória a realização de, ao menos, quatro (04) oficinas de leitura por semestre letivo.

Parágrafo único: caso haja necessidade uma oferta maior, esta poderá ser feita mediante proposta do coordenador de curso aprovada no Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de Curso.

VI - DO LOCAL DE FUNCIONAMENTO

Art. 17. As atividades ocorrerão no campus, nas respectivas salas de aula e/ou orientação de TCC.

VII - DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE FINAL DAS OFICINAS DE LEITURA

Art. 18. Ao final da oficina de leitura, será realizada a apresentação da atividade final que respeitará a multidisciplinariedade e transdisciplinaridade.

Art. 19. A atividade acadêmica avaliativa final deverá ser composta por uma das abaixo indicadas:

- I. Seminários;
- II. Simpósios;
- III. Fóruns.

Art. 20. As atividades previstas no art. 7. inciso III deste regulamento deverão atender à forma, critérios, métodos e desenvolvimento previstos no ANEXO I do presente regulamento.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os alunos que concluírem as atividades das oficinas de leitura será atribuído o quantitativo de 10 (dez) horas de atividades complementares;

Art. 22. No ato da inscrição o discente deverá ser cientificado do presente regulamento, apondo seu “de acordo” na respectiva ficha de inscrição;

Art. 23. As situações específicas e não previstas neste regulamento serão tratadas e decididas pelo coordenador de TC, em primeira instancia, cabendo pedido de revisão ao coordenador de curso.

Art. 24. Das decisões do coordenador de curso caberá recurso ao Colegiado de Curso, na forma do regimento da IES.

_____/_____/_____

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Coordenador de Curso

Estruturante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Membro do Núcleo Docente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Núcleo Docente Estruturante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Núcleo Docente Estruturante

ANEXO I

Obra Literária	Responsável	Prazo para início dia/mês	Prazo para conclusão dia/mês	Técnica/Avaliação
A legitimidade da jurisdição constitucional Jürgen Habermas <u>Minha Biblioteca:</u> <u>Série IDP - A</u> <u>legitimidade da jurisdição</u> <u>constitucional no pensamento de</u> <u>Jürgen Habermas,</u> <u>1ª edi</u>	Coordenador de TC			
Direitos Humanos e Justiça Internacional. Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano. Flávia Piovesan <u>Minha Biblioteca:</u> <u>Direitos Humanos</u>	Coordenador de TC			

<u>e Justiça</u> <u>Internacional</u>				
A afirmação histórica dos direitos humanos. Fábio Konder Comparato. <u>Minha Biblioteca:</u> <u>A afirmação</u> <u>histórica dos</u> <u>direitos humanos</u>	Coordenador de TC			

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO EM OFICINAS DE LEITURA

Eu, _____, inscrito com o número de matrícula _____, aluno do curso de _____ da (xxx), declaro que li e concordo com o Regulamento das OFICINAS DE LEITURA, anexo a este termo e também rubricado por mim. Firmo o compromisso de cumprir o calendário de encontros quinzenais, nos horários estabelecidos previamente pelo coordenador da oficina, de entregar os trabalhos solicitados, relatórios e demais exigências nos prazos estabelecidos. Tenho ciência de que a não entrega nos prazos acordados, bem como a falta a qualquer encontro implicará, além o desligamento da atividade, a negativa de cômputo das respectivas horas.

(xxx), ____ de _____ de _____.

Assinatura do Aluno

() Defiro () Indefiro

() Defiro () Indefiro

ANEXO III

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Curso: _____

Data: __/__/__

Desenvolvimento das atividades

Assinatura do Coordenador de TC

Data de recebimento deste Formulário pelo Coordenador de Curso

(xxx), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Coordenador de Curso

SEMINÁRIO

1. Definição: a técnica de seminário deve ser utilizada quando um grupo investiga ou estuda intensamente um tema em uma ou mais sessões planificadas, recorrendo a diversas fontes originais de informação. É uma forma de discussão em grupo de ideias, sugestões, opiniões. Os membros não recebem informações já elaboradas, mas investigam com seus próprios meios em um clima de colaboração recíproca. Os resultados ou conclusões são de responsabilidade de todo o grupo e o seminário se conclui com uma sessão de resumo e avaliação.

2. A técnica é útil para:

- a). Levantar problemas;
- b). Estimular a discussão em torno de um tema;
- c). Conduzir a conclusões pessoais, não levando necessariamente a conclusões gerais e recomendações;
- d). Estudar em grupo ideias, opiniões e sugestões de interesse de um determinado grupo;
- e). Propiciar a troca de experiências entre grupos com um mesmo interesse ou conhecimento.

3. Use a técnica quando:

- O grupo for pequeno e apresentar certa homogeneidade;
- Os membros do grupo tiverem interesses e objetivos comuns;
- O coordenador tiver bastante habilidade para conduzir o debate;
- Não existir marcantes diferenças de conhecimento entre os membros do grupo;
- Pretender dar ênfase ao conteúdo a ser debatido e a troca de experiências entre os membros;
- f) E desejar formar um consenso geral sobre determinados assuntos ou problemas.

4. Como usar a técnica:

- 1). Planejar o desenvolvimento dos temas, fixando os objetivos da discussão antes de iniciá-la;
- 2). Não são fornecidas aos participantes informações já elaboradas;
- 3). Podem ser realizadas várias sessões para o exame do assunto ou problema;
- 4). Concluir com uma sessão de resumo e avaliação.

SIMPÓSIO

1. Definição: consiste na exposição sucessiva sobre diferentes aspectos ou fases de um só assunto ou problema, feita por uma equipe selecionada (3 a 5 pessoas) perante um auditório, sob a direção de um moderador. O expositor não deve ultrapassar a 20 minutos na sua preleção e o simpósio

não deve ir além de hora e meia de duração. Ao final do simpósio, o auditório poderá participar em forma de perguntas diretas.

2. A técnica é útil para:

- A). Obter informações abalizadas e ordenadas sobre os diferentes aspectos de uma determinada temática;
- b). Apresentar fatos, informações, opiniões, etc., sobre um mesmo tema;
- c) permitir a exposição sistemática e contínua acerca de um tema;
- d) Discussões em que os objetivos são muito mais a aquisição de elucidações do que propriamente a tomada de decisões;
- e) O exame de problemas complexos que devam ser desenvolvidos de forma a promover a compreensão geral do assunto.

3. Use a técnica quando:

- Não houver exigência de interação entre os participantes;
- Os padrões do grupo e a identidade entre seus membros forem de tal ordem que tornem aceitável uma técnica de exposição formal;
- A formalidade das exposições não prejudicarem a compreensão do conteúdo do tema;
- Os membros do grupo forem capazes de integrar, num todo homogêneo, as ideias apresentadas por diferentes pessoas nas diversas partes da exposição;
- O grupo não for julgado bastante maduro para superar possíveis conflitos gerados numa discussão livre sobre um assunto relativamente complexo;
- Houver interesse em se colocar diferentes pontos de vista sobre um assunto;
- O número de participantes é muito grande para permitir o interesse total do grupo.

4. Como usar a técnica

- a). Selecionar e convidar os expositores do simpósio. Estes não devem ter ideias preconcebidas e devem apresentá-las sem paixão;
- b) O moderador deve reunir-se previamente com os oradores para garantir o acordo sobre o fracionamento lógico do assunto, identificar as áreas principais e estabelecer os horários;
- c). Na reunião, o moderador deve apresentar os integrantes do simpósio, expor a situação geral do assunto e quais as partes que serão enfatizadas por cada expositor, criar atmosfera receptiva e motivar o grupo para as exposições;

d). Os integrantes do simpósio devem fazer apresentações concisas e bem organizadas dentro do tempo estabelecido;

e) O moderador poderá, quando oportuno, conceder a cada integrante do simpósio, um certo tempo para esclarecimentos e permitir que um participante possa formular uma ou duas perguntas a outro expositor.

FÓRUM

1. Definição: a técnica é boa para garantir a participação de grande número de pessoas, sobre temas contraditórios, embora alguns participem como observadores do debate.

2. A técnica é útil para:

- a). Dinamizar o grupo;
- b). Desenvolver a capacidade de raciocínio;
- c). Desenvolver a lógica;
- d). Ensinar a saber vencer e a saber perder;
- e). Desenvolver a capacidade de aceitar pontos de vista contrários;
- f). Desenvolver a imparcialidade de julgamento.

3. Use a técnica quando:

- Quiser treinar o grupo a não se envolver emocionalmente na questão, desenvolvendo a racionalidade;
- Quiser despertar a participação da assembleia através de depoimentos;
- Desejar discutir temas controvertidos.

4. Como usar a técnica:

- 1) Escolha três participantes: um defende, o outro contesta o tema, e o terceiro coordena;
- 2) A assembleia deve participar, colocando-se de um lado ou de outro;
- 3). No final, o moderador oferece uma conclusão.

